

FLAVIO DOS SANTOS GOMES

**A HIDRA E OS PANTANOS:
QUILOMBOS E MOCAMBOS NO BRASIL
(Sécs. XVII-XIX)**

Tese de Doutorado apresen-
tada ao Departamento de
História do Instituto de
Filosofia e Ciências Huma-
nas da Universidade Esta-
dual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Ro-
bert W. Slenes

Este exemplar corresponde a re-
dação final da Tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 19/03/97

BANCA:

Robert W. Slenes
Prof. Dr. Robert W. Slenes (Unicamp)

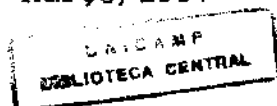
Silvia Hunold Lara
Prof.ª. Dra. Silvia Hunold Lara (Unicamp)

João José Reis
Prof. Dr. João José Reis (UFBa)

Marcus J. de Carvalho
Prof. Dr. Marcus J. de Carvalho (UFPe)

Pedro Paulo Funari
Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (Unicamp)

Março/1997



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	UNICAMP
	G585h
V.	Ex.
TOMBO BC	30482
PROC.	281197
C	☐ D ☒ X ☐
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	23/05/97
N.º CPD	

CM-00098122-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G585h

Gomes, Flávio dos Santos

**A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil
(sécs. XVII-XIX) / Flávio dos Santos Gomes. - - Campinas, SP:
[s.n.], 1997.**

Orientador: Robert W. Slenes.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Quilombos. 2. Escravidão. 3. Escravos fugitivos-
Brasil-Sec.XVII-XIX. 4. Índios. 5. Negros-Condições sociais.
6. Camponeses. 7. Amazônia. I. Slenes, Robert Wayne.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.**

A meus pais, João (in
memoriam) e Maria, pela
vida e seus ensinamentos

Minha irmã, Olívia
Cunha, pelas lições ini-
ciais

Ao meu filho, João
Flávio, um pedaço do meu
coração

RESUMO : Em todas as áreas das Américas Negras onde se estabeleceram grupos de escravos fugidos, destaca-se a maneira como se forjaram políticas de alianças entre os fugitivos com outros setores da sociedade envolvente. Assim foi também no Brasil, em todas as regiões escravistas onde quilombolas procuraram se organizar econômica e socialmente em grupos e comunidades. Tentavam manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo agenciavam estratégias de resistência junto a indígenas, taberneiros, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e principalmente aqueles que permaneciam escravos. A partir de tais estratégias e experiências -- permeadas de contradições e conflitos -- os fugitivos determinaram os sentidos de suas vidas como sujeitos de sua própria história. Nesta tese analisamos as experiências históricas dos quilombolas na Amazônia Colonial, no Maranhão e comparativamente outras áreas coloniais brasileiras, destacando como eles estavam articulados sócio-economicamente a sociedade envolvente mas também representavam uma ameaça para ela.

ABSTRACT : In all Latin American societies where runaway slaves shaped maroon communities alternatives economy and fighting for freedom lived together with many allinace forms involving wholi colonial society. It had occured also in slave areas in Brazil where the quilombolas (maroons) organized themselves in social and economic groups and communities in order to maintain their autonomy, otherwise it may include daily relations with indians, farmers, rural workers, colonial authorities and, mainly slaves.

Although these strategies -- wich involved conflict and contradictory aspects -- the runaways gave sense to their lives as subjects of their own history. In this thesis the historical experience of maroon societies in colonial amazoniam region and Maranhão will be analized. Futher the cases studied will be compared with other colonial areas, foccusing how slave communities was articulated wich the brazilian colonial society as a whole represents a threat.

SUMÁRIO

	pg.
INTRODUÇÃO: Ainda sobre os Quilombos	1
Notas à introdução	32
 PARTE I: Outras Fronteiras da Liberdade:	
Mocambos no Grão-Pará Colonial (1732-1816)	38
I. Misturando o verde, o amarelo e o negro	41
II. Uma Floresta de Fugitivos	52
III. Índios e Mocambos sem fronteiras	69
IV. Soldados Desertores e outras paisagens	105
V. Conexões, Idéias e Roteiros	114
VI. Nas Fronteiras: conflitos e alianças	140
Notas parte I	158
 PARTE II: Um "azilo de Liberdade": Quilom- bolas do Turiaçu-Gurupi (Maranhão -- 1702-1887)	188
I. A viagem de Hurley e o quase-fim da história	189
II. Turiaçu-Gurupi: Cenários e suas histórias	195
III. Seguindo trilhas	200
IV. Outras histórias de Liberdade	217
V. Uma economia quilombola e as profundezas dos pantânos	233
VI. Em torno das Minas: achando ouro e desco- brindo quilombos	282
VII. "Uma sociedade na sociedade": colonos qui- lombolas e o discurso emancipacionista no Maranhão oitocentista	300
VIII. "Nos achamos em campo a tratar da Liberdade: A insurreição quilombola de Viana (1867)	327
IX. "Tentando extinguir um mal": os ataques ao quilombo de São Benedito (1867)	347
X. "Uma lança em África": a entrada no qui- lombo São Sebastião (1876)	357
XI. Mais negociações e outros conflitos: as invasões ao quilombo Limoeiro (1878-1879)	385
XII. E os índios ?	415
XIII. Em torno de uma cultura quilombola	425
XIV. Colonizando contra índios e quilombolas	436
XV. Histórias de Garimpeiros	457
XVI. O fim do começo: mocambeiros, Antropologia e sem-terras	475
Notas Parte II	477

PARTE III: Entre Hidras e Pantanos: Outras Histórias	
de Quilombos e Mocambos no Brasil Colonial (Sécs. XVII-XIX)	521
I. Uma tradição esquecida: Mocambos da Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)	524
II. Uma outra História: Quilombolas nas Capitâneas de São Paulo e Mato-Grosso (1711-1811)	564
III. Mocambos setecentistas e os Mapas das Minas Geraes (1769)	601
IV. Um Recôncavo Quilombola: Mocambos na Capitania da Bahia (1575-1806)	648
Notas Parte III	684
Considerações finais	717
Fontes	727
Bibliografia	742

Agradecimentos

Mais do que nunca permaneço acreditando que torcida ganha jogo. Apesar de soar pretencioso deveria mesmo é dizer que time que está ganhando não se mexe. Para produzir esta tese -- aos longo de 4 anos -- tive o apoio de muitas pessoas. Quanto a torcida, perseverou até o final.

Quando escrevo esta seção de agradecimentos fico pensando (caso fosse possível calcularia) quanto tempo permaneci em arquivos e bibliotecas. E não foi só nestes lugares que contei com a ajuda e inspiração de muitas pessoas.

Começo agradecendo a Universidade Federal do Pará -- através do seu departamento de História. Ali fui muito bem recebido, em março de 1994 para uma temporada de professor-visitante. Acabei ficando mais tempo, me internei nas florestas amazônicas e fiz este trabalho. Sou grato a todos os professores do departamento de História com quem tenho convivido profissionalmente nos últimos três anos. Sempre foram muito solícitos, me apoiaram, emprestraram livros para que eu ministrasse cursos, etc. Tive apoio incondicional e permanente de todos. Não cito nomes para não arriscar esquecimentos. O certo é que acabaram contribuindo decisivamente para que eu transformasse aventuras da investigação histórica numa tese sobre a Amazônia. Também sou muito grato a chefia deste departamento e a direção do CFCH pelo apoio nas minhas pesquisas e no parecer favorável para o meu afastamento das atividades acadêmicas de sala de aula, no segundo semestre de 1996, para a redação final da tese, cumprindo assim meu prazo junto ao CNPq. A PROPESP (pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa) sou igualmente grato pelo apoio dispensado e principalmente com o financiamento das pesquisas no Maranhão e a cessão de bolsistas de Iniciação Científica. Tenho ainda dívidas acadêmicas das pesquisas etnográficas que realizo. Vou saldá-las brevemente. Minha gratidão também pelo profissionalismo e carinho de sempre de Carmen Lima, Rosane, Deusa e Ana Dolores, funcionárias e amigas do CFCH. Registro também meus agradecimentos aos alunos de graduação e pós-graduação (Especialização) da UFPa -- nos vários cursos que ministrei desde 1994 -- com os quais aprendi mas do que ensinei sobre História. Além do muito obrigado, espero que fundamentalmente tenha transmitido um pouco da minha paixão pelo ofício.

Nos arquivos por onde passei as dívidas são muitos grandes. Agradecer é muito pouco. No Arquivo Público do Pará (APEPa) montei minha principal base de operações. Contei sempre com o apoio de seus funcionários. Agradeço a Adélia, a Jesus e a Dona Mara pelo profissionalismo e o tratamento dispensado. Nazareth e Márcio Meira, este último diretor do Arquivo, colocaram sempre a minha disposição seus vastos conhecimentos sobre a documentação. Sem essa ajuda me perderia na floresta dos manuscritos. Foram eles que me indicaram mapas da investigação, possibilitando sempre um norte para a pesquisa. Meus agradecimentos especiais vão para os alunos: Miguel, Pedro, Márcio, Flávio, José Ricardo e principalmente Silvandro e Shirley. Me ajudaram -- enquanto bolsistas de Iniciação Científica -- em várias etapas da investigação junto aos Códices coloniais. Foram importantes parceiros amazônidas à procura dos quilombolas e suas fronteiras. Quanto ao Arquivo Público do Maranhão realizei diversas viagens de pesquisas, aproveitando brechas do calendário letivo. Registro minha gratidão para o historiador Heitor Ferreira e o Prof. Manoel Martins (UFMA) pela ajuda na transcrição de alguns documentos localizados. Com relação a Mundingha Araújo, historiadora e diretora deste arquivo -- verdadeira quilombola das paragens maranhenses -- sou imensamente grato pelas dicas a res-

peito da documentação, cessão de anotações de sua própria pesquisa e principalmente sobre os "papos" sem fim a respeito de quilombos, racismo e nossas lutas sociais. Em algumas viagens a "ilha do Mel" tive a companhia generosa de Anagete Marcia e Isabel Dias. No IHGB e Arquivo Nacional também realizei parte da pesquisa e contei com o apoio de seus profissionais. Na Biblioteca Nacional -- local em que redigi as versões iniciais desta tese -- contei sempre com a amizade e apoio de seus funcionários. Sou mais uma vez grato a Régia Helena e o Sr. Raimundo, e agora a Ana Lúcia Werneck, Jorjão, Nayra, Leny e Graça. Uma presença amiga diária era de Heber Trinta Filho, pesquisador erudito incansável. Tive todo tipo de apoio e ajuda -- a incansável torcida de sempre -- para colocar um ponto final neste trabalho. Na UNICAMP contei sempre com a disponibilidade acadêmica e intelectual de professores, funcionários e outros colegas da pós-graduação. Minhas dívidas começam com Lurdinha, Esmeralda e Marly na secretaria da pós. Diversos professores contribuíram com sugestões, indicações bibliográficas e críticas aos planos de tese e leituras de capítulos. Meu obrigado a Célia Marinho, Jonh Monteiro, Pedro Paulo Funari, Silvia Lara e Sidney Chalhoub. Silvia Lara e Pedro Paulo Funari também participaram da banca de qualificação e me ajudaram a seguir em frente com valiosas críticas. Contei ainda com o apoio de outros importantes leitores. Agradeço ao Prof. Marcus de Carvalho que leu e comentou versões iniciais de alguns capítulos. Tive sempre também o apoio acadêmico e o incentivo intelectual do Prof. João Reis, lendo textos e indicando pistas e atalhos. Ele têm sido ultimamente uma importante referência profissional para as pesquisas e projetos que desenvolvo. Aqui vai um eterno: Muito Obrigado. Minhas bússolas para andar na Amazônia foram as dicas e sugestões bibliográficas de Márcio Meira, Regina Celestino e Vicente Salles. Este último agradeço não só pelas "boas" conversas, mas fundamentalmente por ter produzido sua obra clássica a respeito do negro na Amazônia. Durante os meses de abril a setembro de 1996 permaneci como pesquisador-associado do programa *Raça & Etnicidade*, do IFCS/UFRJ e Fundação Rockefeller. Foi uma ótima oportunidade para permanecer no Rio de Janeiro, atualizar a bibliografia e fundamentalmente discutir a respeito de quilombos remanescentes e os símbolos de uma etnicidade. Registro minha gratidão aos coordenadores deste programa: Professores Yvonne Maggie e Peter Fry. Tive vários ajudantes, incentivadores e mestres anônimos para refletir sobre os mocambos no Brasil. Poderia falar das influências e inspirações teóricas-metodológicas. Quem espera só Thompson, Mintz e outros mais, engana-se. Teria que começar mencionando os bailes de *soul music* e toda a efervescência da juventude negra no final dos anos 70. Ali certamente foi um dos inícios desta caminhada que ainda não terminou. Tenho aprendido muito também nas lutas sociais contra a discriminação racial. Mas o fundamental mesmo nestes últimos anos foi a minha convivência em várias comunidades negras remanescentes de quilombos na região de Macapá, Baixo Tocantins e Inhangapi. Minha gratidão aos moradores das comunidades do Mola, Tomásia, Curiaú, Porto Alegre, Umarizal dos Pretos, Pitmandeua, Laguinho, e outras mais. Só ali e com eles consegui entender mais um pouco das histórias dos quilombos. Nesta longa caminhada continuei contando com o incentivo e apoio de vários amigos. Os historiadores Kenneth Serbin e Hendrick Kraay me enviaram importantes textos dos E.U.A. O amigo historiador Adler Homero gentilmente produziu os mapas desta tese. Agradecimentos a Milton Cobrinha, D. Matheus Rocha e Moacyr Waldeck. De Beatriz de Paula tive apoio incondicional. Digitou as primeiras versões desta tese num editor de texto *dinossáurico* (por imposição minha) e dispensou todo o seu carinho e generosidade na reta final. No Pará, foi Joelma Costa foi quem dispensou toda a sua amizade. Nos últimos anos tenho contado com apoio de vários amigos e parceiros do

ofício. Formamos quase sempre (e de forma diferente) um bom time. Sem estrelismos, todos correm, marcam o ponto, ajudam na defesa e com fôlego ainda apoiam o ataque. Meus agradecimentos a Liberac e Robson, com quais divido o sonho-desafio de fazer uma "outra história" da experiência negra no Brasil. De José Roberto além da amizade contei com livros raros da Biblioteca de Arthur Cezar Ferreira Reis, seu avô. Carlos Eugênio continua sendo um mestre da pesquisa histórica e tenho aprendido muito. Ao amigo Gino, minha gratidão pela amizade e estadia nas visitas a Campinas. No final do jogo, ele acabou quase entrando em campo, dando excelentes dicas a respeito das discussões teóricas mais atualizadas sobre História Social. Ao meu orientador, Prof. Robert W. Slenes, fica mais uma vez difícil agradecer. Teria que fazer uma "descrição densa" a respeito das suas orientações acadêmicas e amizade intelectual dispensada. Mais do que acompanhar com interesse (verdadeiro entusiasmo) os caminhos da pesquisa e indicar sempre valiosa bibliografia, Bob transformou-se sempre num parceiro intelectual, fundamental na orientação acadêmica. Em nossas conversas, Bob não era apenas ouvinte e dono das certezas e dos prazos. Pelo contrário falava de sua própria pesquisa. Ouvia sobre os espíritos da água, do cosmograma bakongo e das flores nas senzalas. Mais uma vez suas dicas e últimas pesquisas contribuíram decisivamente na montagem histórica desta tese. Bob foi o principal *malungo* destas histórias de quilombolas. Quero levá-lo também para conhecer minha *família escrava*.

Registro ainda meu agradecimento pela ajuda financeira do CNPq com a bolsa de Doutorado (1993-1996).

Minha família continua -- como sempre -- comandando a torcida. Meu muito obrigado a Cacilda, Aline, Beto, Pedro, Lucas, Gabriel, D. Elza. Aos meus pais, registrar agradecimentos nada representa comparado as lições da vida.

Minha irmã Olivia continua sendo a grande musa dos meus trabalhos. Foi também uma co-orientadora. O aprendizado do ofício junto a ela é permanente. Quanto a Sônia, companheira de sempre, o que falar? Mesmo a distância tentou fazer o coro da torcida ficar sempre mais alto. Sua determinação é impressionante. Comandou a importante trincheira familiar. E mais: escreveu sua própria tese de literatura africana.

De João Flávio, meu filho, continuo roubando tempo, que aliás é meu próprio. Seus sorrisos funcionaram bem em todas as horas. Considerando a importância dele e toda a minha família para mim, lembro de como poderia ter sido a vida da escrava Martinha, a avó do meu bisavô, que morreu numa fazenda beneditina de Vargem Grande, em 1743. Ou então o que representou para meu primo-bisavô Gaspar ganhar a alforria e ir lutar na Guerra do Paraguai. Voltou vivo. E a minha bisavó Dionísia que ganhou a alforria quando trabalhava na Corte e voltou para a fazenda de Campos para junto dos parentes. Mas foi meu avô, o liberto Antônio Gomes, quem lutou muito no período do pós-emancipação. Não quis viver como empregado numa fazenda beneditina, tentou abrir um pequeno negócio, mas sem sucesso acabou migrando para a cidade do Rio de Janeiro. Essas histórias ouvi da minha tia-avó Bá. Outras já descobri em arquivos e vou contá-las brevemente. O mais importante é a força que elas representam para mim. São outras histórias da minha liberdade.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1997

Introdução:

AINDA SOBRE OS QUILOMBOS

Em todas as áreas das Américas Negras onde se estabeleceram grupos de escravos fugidos, destaca-se a maneira como se formaram políticas de alianças entre os fugitivos com outros setores da sociedade envolvente. Assim foi na Jamaica, Haiti, Guianas, Colômbia, Brasil, Suriname, Venezuela e em outras regiões escravistas onde quilombolas, *cimarrones*, *palenques*, *cumbes* e *maroons* procuraram se organizar econômica e socialmente em grupos e comunidades.(1) Tentavam manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo agenciavam estratégias de resistência junto a piratas, indígenas, comerciantes, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e principalmente aqueles que permaneciam escravos. Foram, sem dúvida, a partir de tais estratégias e experiências -- permeadas de contradições e conflitos -- que os fugitivos determinaram os sentidos de suas vidas como sujeitos de sua própria história.

Para além de Palmares e toda a sua tradição de liberdade que atravessou do final do século XVI até o primeiro quartel do século XVIII, outras tradições surgiram em contextos diferentes do Brasil Colonial. Assim como Palmares -- e ao mesmo tempo -- assustaram sobremaneira as autoridades metropolitanas e coloniais. Como bem destacou Sílvia Lara, a memória de Palmares além de ficar gravada na mente de autoridades e senhores na virada do setecentos, propiciou mudanças na legislação escravista para a repressão de quilombos e fugitivos. Outros Palmares não poderiam aparecer.(2) De qualquer modo, se na mente estava Palmares, com os seus olhos, autoridades e senhores viam cada vez mais, em to-

das as partes do Brasil, mocambos se estabeleceram.

Seja nos ^{reco}ncavos junto a engenhos, engenhocas e fábricas de alimentos, seja em montanhas que cercavam terras auríferas, seja em campos de pastagens em meio aos sertões, passando por serras, planícies e planaltos, seja avançando fronteiras de um lado para o outro, muitas das quais internacionais, quilombolas e fugitivos inventaram caminhos, readaptaram suas estratégias a cenários diferentes e mesmo montaram aqueles próprios para seus mocambos. Esta tradição rebelde no Brasil Colonial se constituiu numa longa, difícil e interminável aventura em busca da liberdade. Outros personagens -- convidados ou não -- dela participaram. Além dos mestiços, destaca-se grupos indígenas que pululavam nas terras brasileiras, resistindo a opressão colonial da escravização, *guerra justa*, resgates e aldeamentos. Nas suas estratégias de luta, quilombolas tanto juntaram-se aos indígenas, quanto foram por eles perseguidos.(3)

II

Quando analisou a resistência escrava, a maior parte da historiografia sobre a escravidão no Brasil, via de regra, privilegiou a abordagem sobre quilombos e revoltas. Dentro desta perspectiva, ganharam destaque os grandes quilombos e as insurreições planejadas. Aparecia como idéia principal a ser marcada nestas reflexões, a quantidade de cativos envolvidos e suas lideranças. Sendo assim, seria através somente destas lutas que os escravos

no Brasil responderiam com maior *consciência* a negação à escravidão. Alguns líderes destas revoltas e quilombos seriam ressaltados como heróis, mesmo transformados em mitos. Seus atos de bravura indômita contra a violência do cativo seriam enumerados como exemplos para refutar as abordagens que ainda insistiam em apontar a existência de uma escravidão *branda*, geradora de escravos *passivos*. Pequenos mocambos ou revoltas rapidamente sufocadas pela repressão eram, assim, consideradas de menor ou de quase nenhuma importância histórica.(4)

Excetuando-se os estudos sobre Palmares, as reflexões históricas sobre o tema da resistência escrava -- através de fugas e quilombos -- se concentraram no século XIX. Era eleito assim, um único lugar e momento da luta dos escravos no Brasil para conquistar a sua emancipação. Revisões críticas e pesquisas mais recentes têm buscado diferentes caminhos para analisar a questão. Os aspectos históricos do protesto negro, -- não exclusivo aqueles dos quilombos e das revoltas abertas -- são complexos e multifacetados. Neste sentido, devem ser reconstruídos nos seus contextos e não simplificados e polarizados.(5) Com base em novas pesquisas e abordagens históricas, critica-se a idéia modelo de um tipo de *rebelião* escrava que se esgotava em si mesmo, procurando apenas "reagir" contra a violência senhorial. Na perspectiva de ampliar o entendimento da luta escrava, a ênfase na tão somente "reação" cedia a vez para as reflexões sobre as *ações* e seus significados. Não se pretendeu negar ou obscurecer a violência e a "coisificação" física dos escravos, porém, novos estudos tentaram mais que atravessar sob a superfície, o mar das denún-

cias e da constatação, e sim mergulhar nas profundidades do cotidiano das experiências e visões escravas. Sob a escravidão, é certo, milhares de homens e mulheres não só viveram. Procuraram, na medida do possível, organizar suas vidas, recriando-as.(6)

A Historiografia sobre a escravidão no Brasil têm trilhado um longo percurso. Muito já foi dito. Da historiografia considerada clássica que analisou a resistência escrava no Brasil, principalmente os quilombos, dois tipos de abordagem foram preponderantes.(7) A primeira surgiu nos anos 30 sob a influência de Nina Rodrigues e outros escritos temáticos da Antropologia Cultural. A partir deste pressuposto antropológico tinha-se o objetivo de caracterizar quilombos e mocambos no Brasil numa perspectiva da "contra-aculturação". Sabemos que foram nas obras de Edison Carneiro, Artur Ramos e, mais tarde, Roger Bastide, que tiveram força interpretações sobre os quilombos no Brasil, enquanto resistência cultural, de uma África -- via de regra romantizada -- no Brasil. Nos quilombos -- e especialmente neles -- recriaria-se a genuína cultura de origem africana, pois estaria longe do sistema aculturativo encontrado nas senzalas, imposto pelos senhores.(8) Também já é sabido que o principal problema deste tipo de análise foi a conceituação de cultura. Em grande medida, esta foi vista como uma experiência social "estática" ou com mudanças históricas lineares, possibilitando a idéia de difusão.

Uma outra corrente historiográfica viria criticar tais interpretações. Com o mesmo objetivo, houve todo um esforço de revisão sobre os aspectos da suposta idéia de *docilidade* dos cativos e do caráter *brando* da escravidão no Brasil. Com uma impor-

tância marcante, esta corrente historiográfica surgiria nos anos 60, tendo um profundo impacto quanto aos estudos sobre os quilombos brasileiros. Primeira e originalmente com a obra de Clóvis Moura, e depois com os estudos de Alípio Goulart, Luís Luna e Décio Freitas, os quilombos seriam revisitados numa proposta analítica marxista. Em tais estudos procurar-se-ia dar destaque às diversas formas de protesto, sendo que os quilombos assumiriam o papel principal nas análises sobre a resistência escrava.(9)

Pensamos que tanto as abordagens que enfatizaram a resistência cultural como aquelas que destacaram a luta de classes e o "desgaste" que os quilombos imprimiram no sistema, continuaram a insistir em pressupostos analíticos que marcavam quase sempre a "marginalização". Houve contudo, contornos nestas reflexões assim como avanços importantes. Clóvis Moura, apontou pioneiramente como eram complexas as relações de quilombolas com a massa escrava e mesmo outros movimentos sociais. Já Bastide formulou uma explicação original para entender a cultura afro-brasileira dos quilombos e mesmo destacou as suas possíveis relações com grupos indígenas.(10)

Como outros tantos, este debate tinha sua ponta de lança nos movimentos sociais do seu tempo. Em torno das análises sobre os quilombos procurou-se mesmo construir símbolos de uma identidade étnica. E possível perceber até que ponto esta construção utilizou como *roteiro* (mais um roteiro e não-exclusivo) a literatura historiográfica e antropológica que analisou o tema dos quilombos. Tendo como pressupostos polarizados que indicavam ora a *passividade* ora a *rebeldia* dos escravos, vários autores e inter-

locutores políticos procuraram perceber os quilombos como o principal (quase único) símbolo da luta escrava no Brasil.(11)

Conectar as análises sobre os quilombos com o discurso militante negro não é tarefa fácil -- e nem nosso propósito aqui --, porém, uma indagação logo se coloca. Quando e como a *militância negra* se apropriou do quilombo como representação política de luta contra a discriminação racial e valorização da "cultura negra" ? Certamente, não foi somente no final da década de 70 com a emergência do MNU (Movimento Negro Unificado). Podemos recuperar esta apropriação já na chamada "imprensa negra" paulista da década de 20.(12)

É no final dos anos 70 que se dá -- poderíamos chamar de encruzilhada -- a forma mais explícita de construção política e reelaboração da idéia de quilombo. Naquele contexto, tanto para intelectuais como para militantes (muitas vezes eram os mesmos) o quilombo podia representar várias coisas. Era resistência cultural e a resistência contra a ditadura. Cabem ainda mais alguns comentários. Coincidência ou não, vários autores que analisaram os quilombos no Brasil foram opositores dos regimes políticos autoritários, filiados e/ou simpatizantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Vejamos: Edison Carneiro era ligado ao PCB e forte opositor do Estado Novo de Vargas. Escreveria sua obra sobre Palmares que só foi publicada inicialmente no México, em 1946 e posteriormente no Brasil. Depois dele, Benjamin Perét analisou o quilombo da Serra da Barriga num tom marcadamente anarquista. O alagoano Alfredo Brandão -- que publicou alguns documentos e textos sobre Palmares -- era nada mais do que tio de Otávio Brandão,

uma das lideranças do PCB desde sua criação. Também o histórico Astrojildo Pereira refletiu sobre o tema.(13)

Na década de 70 temos -- além da fundamental obra de Moura -- o próprio Décio Freitas, que viveu no exílio e aí completou sua pesquisa sobre Palmares. Aliás, os seus primeiros escritos sobre o tema foram publicados no Uruguai. Existe ainda um outro exemplo: um grupo que participava da oposição armada ao regime militar entre o final dos anos 60 e o início dos 70 se autodenominava de VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária -- Palmares). Mesmo não tendo maiores informações sobre esse movimento (sua filiação intelectual, integrantes, linhas de pensamento etc.), a escolha desse nome, naquele período, é deveras interessante e incita a mais investigações e análises. É claro que intelectuais de esquerda viam com bons olhos essa "recuperação" de Palmares. De completamente esquecido pela historiografia mais conservadora passava ele a ser o maior símbolo da luta (quiçá a primeira) contra a opressão no Brasil, desde o período colonial.

Para a militância negra -- pelo menos a emergente dos anos 70 -- o quilombo também apareceria como símbolo a ser agenciado. E isso não foi só sob influência dos intelectuais. Podemos pensar de forma inversa. Poderia-se dizer que esta "resgatou" muitos dos significados dos quilombos (heróis em luta, resistência cultural, etc) para construir os de uma *identidade étnica*. Ou seja, os quilombos, sobretudo Palmares -- eram ao mesmo tempo sinônimos de luta, uma luta armada e direta, como também representavam o ideário (como um espaço socialmente construído) de resistência cultural.

Juntando -- talvez inconscientemente e/ou de forma indireta -- as perspectivas *culturalistas* e as *materialistas* sobre os quilombos, conseguia-se uma *ferramenta* adequada para se combater a discriminação racial. Como ? Criar uma *identidade* para os negros. Lembremos, já nessa época era tempo do "quilombismo" de Abdias Nascimento, que era, sem dúvida uma perspectiva de ver o Brasil como os olhos "pan-africanistas". Era no quilombo -- ao menos como idealização -- que se uniam os negros brasileiros. A resistência deles contra o racismo tinha a sua "história" nos quilombos.(14)

Esta deveria ser a "identidade" a ser buscada. Uma outra face também politizada desta leitura sobre quilombo é que nesta época, igualmente, surge o "quilombo do Candeia". Era o Grêmio Recreativo Arte Negra Quilombo, escola de samba criada como espaço de resistência à dominação "branca" no samba, representada pela televisão, grupos econômicos e políticos, bicheiros, empresas turísticas estatais etc. Nele estariam intelectuais negros importantes como o próprio Candeia, Paulinho da Viola, Elton Medeiros, entre outros. Algumas outras questões podem aí ser pensadas. O quilombo -- significados construídos em torno dele e sua história -- foi também a porta de entrada dos negros como sujeitos políticos de uma certa "história dos vencidos" nos anos 70 em diante.

Ainda que não seja nosso objetivo nesta tese abordar tal questão seria possível fazer a seguinte indagação: até que ponto as abordagens de historiadores, antropólogos e sociólogos a respeito da rebeldia negra -- particularmente aquelas dedicadas aos mocambos -- foram marcadas por uma perspectiva de harmonia X con-

flito racial ? Palmares, por exemplo, o maior símbolo da resistência negra no Brasil foi descrito (e este discurso tem sido ainda reproduzido por intelectuais e setores da militância) como uma sociedade *permissiva* a brancos e índios, desprovida, portanto, de intolerância racial. Enfim, o discurso sobre a etnicidade *negra* no Brasil foi em parte construído, tendo os *quilombos* como paradigma. Além da etnicidade, era paradigma de *cultura* e de *raça*. (15)

A questão que quero focar aqui, no entanto, é anterior. Ou seja, como a história foi "lida", ou se quiserem "recuperada", para fazer engendrar estas representações lógicas e inexoráveis sobre os quilombos ? Certamente, a questão não foi somente de análise histórica pautada nesta ou naquela fonte. Insisto mesmo em dizer que o problema não eram as fontes ou falta delas, mas sim do *olhar* sobre as mesmas. Diria que muitos historiadores (e de tabela os antropólogos) que analisaram os quilombos se colocaram diante de um problema-solução e não diante de um problema-problema. Explico melhor. Talvez tanto os *culturalistas* como os *materialistas* foram procurar nas fontes aquilo que já sabiam.

III

Estudos mais recentes sobre a escravidão, em várias partes das Américas têm procurado --- partindo de pesquisas empíricas de fôlego, assim como dialogando com outros aportes teóricos e metodológicos --- reexaminar a resistência escrava sob diferentes óticas. O tema das comunidades de fugitivos escravos sempre foi uma preocupação. E parece hoje estar renovado com inúmeras e novas pesquisas. Particularmente no Brasil, destacam-se recentes e originais estudos sobre o tema. Poderíamos citar as análises de etno-histórica sobre comunidades remanescentes de quilombos -- há muito já iniciadas para outros países -- que agora ganham interessantes contornos. É bom lembrar que não se trata só de quantidade, mas da qualidade destas novas abordagens.(16)

Dentre as perspectivas principais analisadas nestes novos estudos destacam-se aquelas que procuram perceber os grupos quilombolas interagindo com os mundos da escravidão. Através das complexas experiências históricas dos quilombolas se percebe, para além da resistência e dos variados aspectos das suas vidas sociais, econômicas e culturais, as transformações nas relações entre senhores e escravos. Ao contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente.(17)

Emergem em recentes análises os aspectos multifacetados da resistência negra durante a escravidão. Em diversas ocasiões, cativos empreenderam fugas, constituíram quilombos, organizaram mo-

campos, realizaram levantes, protestos e motins e foram sujeitos, nesse sentido, de experiências múltiplas de resistência cotidiana. Mais que isso, reelaboraram, reorganizaram e transformaram, sempre que possível, o universo em que viviam. Nesses processos históricos viveram situações limites, envolvendo lutas, conflitos, acomodações, enfrentamentos e confrontos. Era no cotidiano das experiências escravas que se tornava possível perceber a recriação permanente dos significados da liberdade. Mais do que tão somente uma "reação", a formação de quilombos, e outras variadas formas de protesto escravo, explícitas ou não, foram agenciadas em diversos momentos pelos cativos.

Neste sentido, a idéia de "resistência" escrava analisada pela historiografia deve ser discutida em outros termos. Nas relações sociais engendradas sob a escravidão, os cativos reelaboraram sempre suas visões a respeito do que consideravam liberdade e também daquilo que concebiam como escravidão. Estas visões cotidianas adquiriam conteúdos políticos sutis, entretanto profundos para suas vidas. Podia haver uma paulatina politização do cotidiano sob formas rituais -- implícitas ou abertas -- de poder e enfrentamento. Neste caso, as ações de resistência e rebeldia dos escravos não podem tão somente ser analisadas enquanto reações diretas às práticas coercitivas de seus senhores.(18)

A idéia de resistência ganha novas dimensões também a partir das lutas cotidianas. Não como uma categoria abstrata, ela encontra-se como produto e produtora de permanentes redefinições das políticas de domínio senhoriais e as percepções escravas. Seus significados se encontram nas transformações históricas das

experiências concretas de luta, seja através do enfrentamento aberto contra os senhores, como as insurreições, seja através da formação de comunidades de fugitivos, como os quilombos ou de outras inúmeras formas de protesto escravo. Com dimensões históricas diversas, estas variadas formas de protesto só podem ser classificadas no emaranhado dos seus significados, dotados pelos seus agentes. (19)

Em diversos contextos, escravos planejaram revoltas, para expulsar senhores de suas fazendas, povoados e vilas. Houve casos, porém, que visavam arrancar concessões. Podiam reivindicar de seus senhores, por exemplo, a manutenção dos seus dias de descanso. Também escravos se aquilombaram, com a intenção de formar comunidades de camponeses independentes -- como o foram, por exemplo, os mocambos de Palmares, nos séculos XVI e XVIII. Assim igualmente fizeram os cativos em Iguaçu, no recôncavo da Guanabara, Província do Rio de Janeiro, no século XIX. Ali resistiram às repetidas tentativas de reescravização. Já em Vassouras em 1838, através de uma organização interétnica urdida nas senzalas e nas *gangs* de trabalho das plantações, centenas de escravos fugiram para as matas. Iam junto com seus familiares e carregavam ferramentas e os produtos de suas roças. Tentavam escapar definitivamente para os quilombos. Houve, como já dissemos, outras e complexas experiências históricas em torno dos quilombos no Brasil. Estas histórias começam agora a ser recontadas. Já mostramos que grupos de escravos chegaram a se aquilombar em terras das fazendas de seus próprios senhores, exigindo melhor tratamento, melhores condições de trabalho, a substituição de feitores, a não se-

paração de seus familiares por venda e a manutenção dos direitos costumeiros por eles adquiridos e conquistados. Escolhiam, se não a completa liberdade, pelo menos uma outra escravidão. Com lógicas próprias houve confrontos e lutas cotidianas diversas. Seguiam o curso dos interesses dos escravos e dos senhores. Além disso, eram mediadas por várias condições e contextos históricos específicos.(20)

Foi isso que analisamos sobre os grupos de escravos fugidos no Rio de Janeiro, do século XIX. Revelou-se de que modo períodos de permanentes medos e tensões influenciaram, provocaram mudanças de atitudes e determinaram transformações. Isso tanto nas vidas dos fazendeiros e lavradores como também nas dos negros, incluindo cativos e livres. De um lado, senhores procuravam controlar a população escrava, entre outras coisas com reelaborações constantes das práticas de domínio. Assim fizeram, por exemplo, os fazendeiros de Vassouras reunidos em 1854, que destacavam a necessidade de alimentar e vestir bem os escravos, não praticar castigos exagerados e, principalmente, lhes fornecer lotes de terras para que se ligassem ao solo, o que aqueles acreditavam fazer diminuir a incidência de fugas e insubordinações. Em contrapartida, escravos tentavam modificar seus destinos, alargando seus espaços em busca de autonomia dentro da escravidão.(21)

E claro que nem sempre o ato de fugir, a revolta aberta e a organização de quilombos se tornaram exclusivas e inexoráveis formas do protesto negro. Havia outras possibilidades de enfrentamento, incluindo conflitos e agenciamentos. As estratégias de resistência eram paulatinamente ampliadas e reinventadas. Em al-

gumas ocasiões, as ações de enfrentamento significavam, por exemplo, obter maior controle sobre o tempo e o ritmo das tarefas diárias de trabalho, residir próximo aos seus familiares, visitar nos domingos de folgas suas esposas, filhos e companheiros em outras fazendas, ou mesmo cultivar suas roças e ter autonomia para vender seus produtos nas feiras locais.

Houve o enfrentamento direto com insurreições quilombolas e rebeliões planejadas. Nestes momentos, escravos e quilombolas resolveram enfrentar exércitos coloniais e assassinar senhores e feitores. Em outros casos, o objetivo foi embrenhar-se nas florestas reconstruindo comunidades. O aquilombamento foi uma experiência complexa para os escravos e aqueles com quem buscaram alianças. Neste sentido, algumas experiências históricas pontuais em torno dos aquilombamentos são reveladoras para percebermos de que modo os escravos reelaboraram e imprimiram sentidos diversos a algumas formas de protesto, no caso os quilombos.

Continuamos a esquadrinhar as diversas formações de quilombos em várias regiões do Brasil. Temos procurado revelar a economia dos quilombolas, práticas culturais, formas de enfrentamentos, visões senhoriais e do poder público sobre os quilombos e suas ações. Estando a documentação sobre a repressão aos quilombos em grande parte dispersa -- e em alguns casos repetitiva -- torna-se necessário seguir pistas e indícios. Não é só a questão de achar os quilombos na documentação. Eles estão sempre lá e foram inúmeros. Nossa proposta de estudo têm sido mergulhar nos universos em que viveram quilombolas e se formaram quilombos. Tentamos escapar das armadilhas analíticas sobre os quilombos que

ênfatizam o eixo da formação-destruição dos mesmos.(22)

Destacamos as complexas relações sociais, econômicas e políticas entre os mundos criados pelos quilombolas e o restante da sociedade envolvente. Uma característica fundamental dos quilombos foi, para maior parte deles, a paulatina gestação de uma economia de base camponesa. Os quilombolas procuravam se fixar não muito distante de locais onde pudessem efetuar trocas mercantis. Mesmo quando procuravam refúgios em longínquas florestas não permaneceram isolados. Desenvolveriam mesmo atividades econômicas que se integraram à economia local. Através de relações sócio-econômicas clandestinas contavam com a proteção de taberneiros, pequenos lavradores e principalmente dos escravos de determinadas regiões. Em muitas áreas e contextos houve uma paulatina integração sócio-econômica, envolvendo as práticas camponesas dos quilombolas com a economia própria dos escravos nas parcelas de terras e tempo a eles destinados por seus senhores.

Com suas devidas características sócio-demográficas, as atividades econômicas autônomas dos cativos -- através do cultivo de pequenas roças e o acesso ao comércio informal -- originaram a formação de uma economia camponesa. Era um campesinato predominantemente negro, formado ainda sob a escravidão, compartilhado por libertos, escravos, taberneiros, lavradores, vendeiros, e principalmente quilombolas. A economia de alguns quilombos podia ser complexa, engendrando dimensões históricas diversas. E isto valia também para aqueles que continuavam escravos. Em muitas regiões brasileiras, alguns quilombolas e grupos de fugitivos acabaram quase que reconhecidos como camponeses. Em outro livro,

analisamos, através de um estudo de caso, como os quilombolas de Iguaçu participaram do comércio de lenha daquela região ao longo de quase todo o século XIX. Através de negócios com taberneiros e vendeiros locais e relações com escravos das fazendas circunvizinhas e até mesmo com cativos remadores das embarcações que navegavam nos rios que banhavam aquela área e/ou aqueles ao *ganho*, estes quilombolas faziam com que seus produtos, no caso, principalmente a lenha, chegassem, inclusive, até à Corte.(23)

Com diversos conteúdos e peculiaridades políticas, as variadas formas de quilombamento se constituíram enquanto reflexos das transformações históricas ocorridas em torno da constituição e manutenção dos próprios quilombos e a resposta daqueles que permaneciam cativos. Com estratégias de autonomia diferenciadas, mas ao mesmo tempo compartilhadas e extendidas, escravos e quilombolas -- e outros tantos personagens -- conquistaram margens de autonomia, acesso, controle e utilização da terra, desenvolvimento de pequeno comércio e mesmo de uma microeconomia monetária. Conquistavam-se e se preservavam espaços autônômicos.

A luta pela manutenção das formas organizativas dos quilombos frente às tentativas de reescravização, acabava tendo uma lógica própria para os quilombolas ao mesmo tempo em que a resistência em torno da preservação de margens de autonomia conquistadas frente às investidas senhoriais a tinha para os que continuavam cativos. Não se pode insistir, portanto -- como fizeram determinadas correntes historiográficas -- na argumentação de que a luta dos quilombos, apesar de sempre existir, não ameaçou o sistema escravista no Brasil, uma vez que os quilombolas não lutaram

necessariamente para acabar com a escravidão, internando-se apenas nas florestas, a procura de abrigo e proteção. Outras análises têm revelado a necessidade de perceber as variadas formas de aquilombamentos, suas estratégias e contextos.

O protesto social dos escravos sob a forma de aquilombamento teve vários significados. Coexistiram diversas formas de quilombos: havia aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local; existia o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos para com seus senhores; e havia os pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a *razias* e assaltos às fazendas e povoados próximos. Estas formas de aquilombamentos possuíam vários significados tanto para os quilombolas e para aqueles que permaneciam cativos, como para senhores e autoridades. Os quilombos mais duradouros, a despeito das constantes expedições reescravizadoras, conseguiram se reproduzir ao longo do tempo e manter uma economia estável. Cultivavam para sua subsistência e também produziam excedentes, negociando e mantendo trocas mercantis.

Os quilombos caracterizados como formas de protestos reivindicatórios foram constituídos por escravos pertencentes a uma mesma localidade ou fazendas. Eram, na maioria das vezes, cativos de propriedade de um mesmo fazendeiro. Procuravam se manter refugiados nas terras do seu próprio senhor. Estes aquilombamentos duravam meses ou mesmo anos. E ainda havia os que fugiam por 2 a 3 dias. Os aquilombados acabavam por "apadrinhamento" agenciando sua volta ao cativeiro, procurando sempre que possível reivindi-

car margens de autonomia.

Mesmo com características diferentes, estes tipos de quilombos podiam coexistir numa mesma área num determinado período. Suas ações podiam se integrar. Os quilombos que se constituíam em vilas camponesas independentes, possibilitaram, ao longo do tempo, a gestação de um campesinato negro. As práticas econômicas próprias dos escravos cada vez mais podiam estar vinculadas àquelas dos quilombolas. Já o aquilombamento como protesto reivindicatório representava -- entre outras coisas -- as respostas reelaboradas daqueles que permaneciam escravos. Tais lutas mantinham ou alargavam conquistas ou aquilo que consideravam direitos costumeiros e legítimos.

IV

Esta tese de Doutorado seguiu -- enquanto desdobramento -- os argumentos e reflexões iniciadas em nossa dissertação de mestrado. Na ocasião procuramos mostrar -- usando a metáfora da mitológica Hidra -- como os quilombos de Iguaçu formaram-se e em torno deles, igualmente, engendraram-se redes de solidariedades (permeadas também por conflitos e confrontos) e de trocas mercantis, que podiam reunir não só as comunidades das senzalas mas também outros vários setores da sociedade escravista. Comprovamos também que poderia haver diversas formas de aquilombamentos. Estavam longe de serem tipos de enfrentamentos "uniformes" e "repetitivos" como determinadas matrizes historiográficas acentuaram.

Pelo contrário, os quilombos acompanharam e determinaram transformações históricas nos variados contextos em que se estabeleceram. Nossos cenários foram as várias regiões da Província do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX.(24)

Após mais aprofundamento na bibliografia temática (sem dúvida, a literatura sobre África, Caribe e sul dos Estados Unidos tem sido importante no sentido de ajudar a levantar questões históricas) e fundamentalmente pesquisas em arquivos de outras regiões do Brasil, percebemos que estes argumentos e reflexões podiam ser retomadas e principalmente aprofundados. Destacamos que não se tratou tão somente de ampliar o escopo geográfico e cronológico do argumento. Ao invés disso, optamos por retomá-lo numa outra face e consequentemente avançar em novas direções para a história social dos quilombos no Brasil. Seguimos mais profundamente as sugestões contidas na própria metáfora que assemelhava o quilombo à *Hidra de Lerna*. Lembremos: a Hidra era impossível de ser destruída, posto que de cada uma de suas cabeças cortadas pelos seus oponentes renasciam outras duas. Somente Hércules destruiu a *Hidra de Lerna*. Astutamente, com a ajuda de Iolauss colocou fogo no "pântano mefítico" onde habitava a Hidra, impedindo que ela se protegesse e pudesse fazer renascer suas cabeças.

Nosso ponto de partida no Doutorado foi justamente os *pântanos* onde moravam as *hidras*. Considerando os quilombos no Brasil como *hidras*, ou seja, eram inúmeras, com várias cabeças e quase indestrutíveis, analisamos os seus respectivos *pântanos*, principalmente nas regiões do Grão-Pará e Maranhão, norte do Brasil. Nossa preocupação foi tanto as *hidras/quilombos* como os

pântanos/cenários sócio-econômicos e demográficos em que se constituíram suas experiências históricas. E sem dúvida nessa relação que podemos perceber as variadas estratégias dos quilombos brasileiros e seu impacto não só na vida daqueles que permaneceram escravos como também para outros setores sociais da sociedade escravista, alcançando os primeiros anos do pós-emancipação. Seguimos aqui fundamentalmente diversas pistas para entender a construção de espaços sociais por parte de quilombolas/economia própria dos escravos em convívio e conflito com outros setores da sociedade escravista (população livre de negros, camponeses, vendedores, indígenas, etc).(25)

Em variados contextos, regiões e períodos analisamos algumas histórias dos quilombolas no Brasil. No trabalho anterior estudamos inicialmente os quilombos ao longo do século XIX na região de Iguaçu, área produtora de alimentos do recôncavo da Guanabara. Ali apareceram as várias cabeças de uma Hidra. Depois é que mergulhamos necessariamente nos *pântanos* refletindo sobre as comunidades de senzalas e a formação de um quilombo, em 1838, na região agro-exportadora de café, no vale do Paraíba fluminense. Por último, abordamos as transformações das estratégias de luta e autonomia dos quilombolas do Rio de Janeiro, nas últimas décadas da escravidão. Na ocasião, conseguimos recuperar como e quando alguns quilombos surgiram, suas matizes africanas recriadas, seus impactos regionais, as alianças e conflitos com outros grupos sociais, suas estratégias de defesa e autonomia, as visões das autoridades, senhores de escravos, cativos e outros tantos setores dos mundos da escravidão a respeito dos quilombos. Consi-

derando as especificidades temporais e espaciais na formação dos quilombos brasileiros houve um esforço comparativo, visando recuperar e analisar as variadas diferenças e semelhanças (as comparações com a *grand marronage* de outras regiões das Américas Negras se tornaram -- em alguns momentos -- interessantes). Um dos nossos principais eixos de análise foi demonstrar como os quilombolas recriaram cenários sociais, políticos, culturais e econômicos em torno de suas experiências históricas. Tanto o poder público como o poder privado no Brasil escravista sabiam em alguma medida que o perigo dos quilombos estava tanto na existência deles próprios (polo de atração para fugitivos e focos de revoltas e insubordinações) como na *gestação dos pântanos* em torno deles. Deste modo, ao contrário de Hércules, não conseguiram dar fim às *hidras*/quilombos porque mesmo sabendo dos *pântanos* (ainda que em algumas situações não admitissem) não conseguiram destruí-los. (26)

V

Mas porque escolhemos o Pará e o Maranhão como os dois principais caso de análise ? Aqui também há a história da história. Tudo começou, em 1994, com uma temporada como professor-visitante na Universidade Federal do Pará (UFPA). Não fui até lá com a intenção de procurar quilombos. Tentava apenas ganhar experiência profissional como docente. Com um projeto de família escrava debaixo do braço e os créditos do Doutorado concluídos,

queria apenas organizar leituras. É claro que queria também conhecer a Amazônia. Um passeio que foi feito igualmente através dos livros.

A historiografia tradicional -- enfatizando os ciclos econômicos -- sempre insistiu em dizer que a escravidão negra na Amazônia tivera pouca importância. Aqui ou acolá na bibliografia regional apareciam algumas análises destacando a existência de quilombos. O livro clássico de Vicente Salles foi logo devorado. Depois, vieram leituras obrigatórias dos textos de referência de Arthur César Ferreira Reis. Indicavam um movimento de fugas constantes de escravos em toda a Amazônia, inclusive, alcançando outras fronteiras coloniais.

Não conseguindo me livrar dos *ossos* do ofício resolvi invadir os arquivos locais. Já no início de 1994, aproveitando uma paralisação forçada na UFPa -- costumeiras reivindicações nossas de professores universitários aos quais o governo federal insiste em fazer ouvidos moucos -- verdadeiramente acampeei no Arquivo Público do Pará. De forma diligente e com o fôlego necessário comecei a abrir maços, remover latas e desembulhar códices. Tinha então poucas pistas. Ainda assim elas viraram logo um projeto de pesquisa apresentado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPa. Mais mergulhos na bibliografia regional. Outras tantas incursões na documentação e nos arquivos.

Historiador não faz muita coisa se não tiver persistência e contar com uma boa dose de sorte misturada com coincidências. A história é uma organização delas. Em aulas por municípios do interior do Para -- projeto de Interiorização de Ensino Universitá-

rio da UFPa -- ficaria sabendo através de alunos o quanto que havia de comunidades remanescentes de quilombos por toda a Amazônia. Comecei a ficar entusiasmado. As pistas da bibliografia regional sobre as fugas e mocambos deveriam ser seguidas. Neste momento, frutos das investigações empíricas nos arquivos já começariam a cair. E eram muitos. Precisei de ajuda para coletá-los. Contaria agora com alunos de graduação, bolsistas de Iniciação Científica do projeto PIPES/CNPq/UFPa. Sem perda de tempo começaria igualmente a viajar e conhecer algumas comunidades remanescentes. Mais pistas e indícios surgiriam.

Querendo entender a divisão administrativa colonial da Amazônia do século XVIII também atravessei fronteiras. Seguindo rastros de quilombos rumei para o Maranhão. Estávamos em meados de 1994 e festejei o tetracampeonato de futebol do Brasil, invadindo o Arquivo Público do Maranhão. Para quem ia estudar família escrava me percebi virando um quilomaniácobola. Tomei uma decisão. Abandonei a (minha) família escrava e fui me juntar aos quilombos. No caso, aqueles do Pará e do Maranhão. A essa altura meu orientador de Tese, Prof. Robert W. Slenes -- que já tinha me avisado por carta dos E.U.A dos perigos quanto aos mergulhos profundos nos arquivos locais paraenses -- meio reticente, no início, acabou concordando. Porém, cheguei a me indagar se valia mesmo a pena tal mudança. No Maranhão sim, mas no Pará, a escravidão africana teve pouco impacto demográfico comparado a outras áreas escravistas. Afinal não queria apenas fazer uma outra tese sobre quilombo, mudando tão somente o local e ajustando o foco das análises. Antes mesmo de pensar em voltar para a família es-

crava me perdi na floresta dos arquivos.

Houve ainda um episódio anterior muito importante. Vale a pena narrá-lo. Vamos rapidamente à Belém, mais propriamente ao belíssimo Teatro da Paz. Um pouco atrasado e mais uma vez respingado pelas costumeiras -- mais ainda não acostumadas -- chuvas ali cheguei numa noite do fim de maio de 1994 para assistir a apresentação de um grupo folclórico da Guiana Francesa, grupo *DA-LHIA*. Para minha surpresa o teatro estava vazio. Durante mais de duas horas assisti a apresentação de várias danças tradicionais da Guiana. Eram na sua maioria danças rurais de origem africana. Antes de cada apresentação era feita uma breve explicação, descrevendo as origens e os objetivos de cada uma das danças. Fiquei maravilhado. Os movimentos e os gestos eram ao mesmo tempo simples e incisivos. O canto de uma negra mais idosa em língua crioula com sotaque francês soava belíssimo. Eram danças e cantos de trabalho. Com elas buscavam força e energia. Nos intervalos e/ou depois da jornada de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar na colônia francesa da Guiana escravos africanos e seus descendentes reinventaram uma nova cultura. Cultura numa perspectiva histórica e mais profunda do que qualquer folclorista poderia ver ou maior parte dos espectadores poderiam pensar naquela noite. Vendo a dança do *BOULANGERE* ou o *LABASSIOU* lembrei do jongo da cultura escrava no Brasil. Comecei a tentar perceber detalhes. O círculo que faziam pra dançar, o sentido anti-horário e o benzimento que faziam nos tambores. Lembrei das análises de Stuckey sobre o "grito da roda" entre escravos africanos e seus descendentes no

sul dos Estados Unidos. Também recordei dos textos de Robert Far-
 ris Thompson, Creel, Sobel, Blassingame, Thorthon, Price e Mul-
 lin. Fundamentalmente me lembrei dos textos mais recentes e ine-
 ditos de Bob Slenes sobre as recordações das senzalas, da flor e
 dos ferreiros africanos. Sai do Teatro fortemente impressionado.
 Nunca tinha visto algo tão diferente e ao mesmo tempo semelhante
 com relação a cultura escrava no Brasil. Algo em especial me cha-
 mou a atenção. Numa das danças -- o *CAMOUGUE* -- o apresentador
 explicou que era uma dança de descontração nos sábados e domingos
 das fazendas. Nessas festas além de escravos, também muitos fugi-
 tivos compareciam.

Como não poderia deixar de ser, a inspiração não surgiu só
 daí. Foi necessário muitas e muitas horas em manhãs e tardes (in-
 variavelmente chuvosas) no bem organizado Arquivo Público no Pa-
 rá. Lá encontraria documentos que falavam de escravos fugidos pa-
 raenses que subiram o Amapá, atravessaram rios e florestas e se
 comunicavam com escravos, fugitivos e comerciantes das Guianas.
 Também encontramos registros sobre os contatos dos quilombolas da
 região do Trombetas -- baixo Amazonas -- com as comunidades dos
maroons do Suriname, facilitados por grupos indígenas da região.
 Estes quilombolas criaram mesmo uma língua própria. Era hora, en-
 tão, de juntar cuidadosamente tudo isso numa análise histórica.

O primeiro passo foi dar prosseguimento -- como já falamos
 -- às análises expostas na nossa dissertação de Mestrado. Naquele
 contexto procurei mostrar de que modo os quilombolas na Província
 do Rio de Janeiro no século XIX agenciaram suas perspectivas de
 autonomia cada vez mais próximos das comunidades das senzalas.

Tais relações de solidariedade -- não só econômicas mas também sociais e culturais -- foram extendidas a vários outros setores da sociedade escravista: libertos, taberneiros, vendeiros, camponeses, pequenos lavradores, etc. O segundo passo foi tentarmos fazer uma análise comparativa entre os quilombos do Pará, Maranhão e outras áreas coloniais do Brasil. Para conectar estas perspectivas de abordagem era preciso seguir adiante. Necessitava de musas inspiradoras. Já tínhamos, por ora, as impressões do balé folclórico da Guiana Francesa, dicas de alguns pesquisadores da UFPa, indícios da bibliografia regional, mergulhos iniciais nos arquivos e visitas etnográficas em algumas comunidades remanescentes de quilombo. Tudo isto me conduzia à reflexões mais profundas a respeito dos quilombos. Mas ainda não era suficiente. Retomaria as leituras de Mintz e Price e da bibliografia mais recente sobre o tema da resistência escrava em outras áreas da América escravista.(27)

Começaria a analisar de que modo as experiências, tradições e culturas dos grupos e comunidades de fugitivos, principalmente no Pará e no Maranhão se encontraram igualmente com as experiências, tradições e culturas das comunidades de senzalas, assim como outros setores da sociedade: libertos, homens livres pobres, camponeses, regatões e indígenas. Esse foi um encontro da História desses sujeitos. Em várias regiões, como no Pará, foram encontros históricos além das fronteiras coloniais. Seus cenários podiam ser tanto Mocajuba, região do Baixo Tocantins, como a Guiana Francesa, Demerara, Suriname, Venezuela e até mesmo o Peru. Esses encontros tornaram cada vez mais possível a reprodução

de *hidras*. Mais que isso, possibilitaram algo importante: a formação de um denso e forte *pantão*. Enquanto que a Hidra de Lerna precisou de um pantão mefítico para sobreviver, os quilombos também formaram *pântanos* que nada mais foram do que cenários das suas histórias. Histórias de suas lutas por autonomia.

VI

Esta tese foi dividida em três partes, sendo que as duas primeiras partes são constituídas de estudos de casos. Na parte I enfocamos os quilombos na Capitania do Grão-Pará e (também a do Rio Negro) e regiões de fronteiras coloniais. Vamos investigar o movimento de fugas e a formação de quilombos na fronteira colonial, principalmente da Guiana Francesa. Nesta região militarizada (especialmente o Amapá), os mocambos também foram aumentados com as constantes deserções de soldados. Um fato original a ser discutido nesta parte será o movimento de fugas e "mocambos de índios" nesta Capitania, destacadamente, a partir de 1760. Devido aos *descimentos* e a desorganização dos Diretórios, as fugas em massa de índios dos aldeamentos se tornaram constantes. Na documentação este movimento coletivo de fugas aparece como "mocambos de índios". Existem também documentos indicando a formação de mocambos de negros e índios e as relações destes com povoados nas fronteiras. Seguiremos aqui em parte um argumento de Craton para o Caribe, demonstrando que a experiência dos mocambos (*maronage*) é também um fenômeno "afro-american", ou seja, contou tanto com

as experiências trazidas pelos africanos como aquelas das populações indígenas.(28) No Grão-Pará e também no Maranhão, as pesquisas até agora indicam que igualmente se forjou um rico e complexo *campo negro*. Foi com essa categoria que refleti sobre espaços sociais, econômicos e geográficos em torno dos quais não só circulavam quilombolas, mas também se articulavam mocambos e senzalas, e outros setores da sociedade envolvente.(29) Na Amazônia, porém, foi gestado um *campo negro* muitíssimo original. Contou o tempo inteiro com o auxílio luxuoso dos grupos indígenas e dos regatões. Mais do que isso, transporam fronteiras. Cruzaram igualmente um mundo atlântico, desta vez navegando rios que mais pareciam um mar, atravessando florestas e cachoeiras semelhantes a muralhas. A experiência de liberdade foi espalhada e compartilhada por todos os cantos.

Em 1849, o comandante militar do Alto Amazonas informava que os cativos das fazendas locais podiam estar entrando em contato com os "pretos e mestiços de Demerara [que] se achão sublevados contra o Governo da Guiana Inglesa". Cinco anos antes o comandante do Forte Tabatinga denunciava que os fugitivos escravos estavam atravessando a fronteira com a "república peruana". Dizia-se o mesmo a respeito da Venezuela. Quilombolas, mestiços, "homens livres de cor" -- sendo a maior parte de ex-cabanos --, indígenas e regatões estavam espalhando e reinventando suas tradições de liberdade, nas quais podiam estar inseridas danças e cantos como o *CAMOUGUE* da Guiana Francesa. Pode parecer incrível mais entre eles havia até mesmo ex-marinheiros ingleses que tinham abandonado seus navios nos portos paraenses e se juntado aos

"rebelde" no "tempo da malvadeza", como era chamado o período da Cabanagem. A propósito, cabanos e balaícos fizeram um original e inédito encontro histórico na divisa entre as províncias do Pará e do Maranhão. Este encontro ocorrido em 1839 foi promovido por nada menos que os quilombolas da região fronteiriça de Turiaçu-Gurupi. Bem antes disso, no século XVIII, foram os quilombolas localizados no extremo do Amapá que possibilitaram que os escravos paraenses entrassem em contato com as "idéias subversivas" das rebeliões escravas do Caribe, particularmente das Guianas, Jamaica e Haiti. Tal fato, ou melhor rumores e indícios assustou sobremaneira as autoridades coloniais portuguesas.

O estudo dos quilombos maranhenses, especialmente aqueles da região do Turiaçu-Gurupi (nos limites com a província do Grão-Pará) será tratado na parte II. Em 1920, o engenheiro Hurley visitaria esta região em virtude das autoridades, do então estado do Pará, estarem preocupadas com os ataques dos índios *Urubús* e conflitos de terras com grileiros. Ali encontrou -- o que destacaria num longo relatório -- inúmeras comunidades de camponeses, garimpeiros, migrantes maranhenses negros, descendentes dos quilombolas do Turiaçu que também reivindicavam a posse das terras. Para esta própria região, em 1867, o memorialista Brandão Jr. -- em projeto no qual fazia também a defesa do imigratismo -- chegou a propor a transformação dos quilombolas maranhenses em colonos. A história dos quilombos do Turiaçu era muito mais antiga. Talvez tenha começado no final do século XVII. Em 1702, o já afa- mado Fernão Carrilho -- conhecido comandante de expedições anti-mocambos na Capitania da Bahia, em 1666-68, e em Palmares, em

1674 -- seria enviado ao Turiaçu para combater mocambos já "grandes", "antigos" e "com muita gente".

Nesta parte será possível reconstruir historicamente uma tradição quilombola. Analisaremos a formação de um campesinato negro na região associado à garimpagem, o paulatino aumento dos quilombos, uma cultura quilombola, tentativas de acordo, disputas entre as autoridades e os proprietários, projetos de colonização, acordos dos quilombolas com os empresários ingleses de Mineração interessados na região, proteção dos mocambos por vários setores da sociedade envolvente, negligências e conflitos entre autoridades da província do Pará e aquelas do Maranhão quanto à repressão sistemática a estes mocambos, campesinato de libertos e livres negros na região, conflitos e alianças com grupos indígenas e colonos cearenses. Também analisaremos um episódio original da história social dos quilombos do Brasil, quando os quilombolas do Turiaçu (em 1867) deixaram seus mocambos, viajaram dias para atacar a Vila de Viana, e as percepções políticas dos escravos e quilombolas durante a Guerra do Paraguai.

Depois de conduzir o leitor em histórias particulares (estudos de casos) dos mocambos na Amazônia e no Maranhão faremos na parte III, e última, uma discussão mais ampla sobre o nosso argumento a respeito *hidras e pântanos*. Vamos demonstrar comparativamente a possibilidade de tradições quilombolas em várias regiões brasileiras, especialmente Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. Nossas análises aqui não obedeceram necessariamente a um corte geográfico e cronológico (se bem que nos

fixamos nos se^oculos XVII, XVIII e início do XIX). Sem generalizações reexaminaremos aspectos temáticos, como as estratégias de proteção e defesa dos quilombos, cenários que montaram e foram redefinidos e as relações com a sociedade envolvente.

Reconstruindo as experiências históricas dos quilombos brasileiros iremos mais alem. Destacaremos a economia própria dos escravos e seu impacto em determinadas áreas, contatos interétnicos com populações indígenas nos mocambos (conflitos, cooperações, guerras e proteção), estratégias de autonomia, legislação e medidas anti-mocambos, etc. Vai ser possível, seguindo essas histórias, mostrar mais que somente um capítulo de uma história da resistência negra. E nem apenas como os quilombos entraram na história da escravidão. Mas como as experiências por eles vividas e em torno deles criadas e transformadas é a própria história do Brasil desde a colonização.

Notas da Introdução

(1) Para uma visão panorâmica clássica sobre as comunidades de escravos fugidos nas Américas, ver: PRICE, Richard. (Org.) MAROON SOCIETIES. Rebel Slave Communities in the Americas 2ª ed., The Johns Hopkins University Press, 1979. A discussão internacional mais atualizada encontra-se em: CRATON, Michael. Testing the chains: Resistance to slavery in the British West Indies. Ithaca, Cornell University Press, 1982; HEUMAN, Gad. "Introduction". IN: Slavery & Abolition, Edição especial, *Out of the house of bondage: runaways, resistance and marronage in Africa and the New World*, Volume 6, número 3, dezembro 1985, pp. 1-7; MULLIN, Michael. Africa in America: Slave Acculturation and Resistance in American South and British Caribbean, 1736-1831, Urbana, University of Illinois Press, 1992; PRICE, Richard. "Resistance to slavery in the Americas. Maroon and their communities". The Indian Historical Review, volume 15, números 1 e 2, 1988-89, pp. 71-95 e THORNTON, John K. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680, Cambridge University Press, 1992.

(2) Cf. LARA, Sílvia Hunold. "Do Singular ao plural; Palmares, Capitães-do-mato e o governo dos escravos". In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Org.) Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil, São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 81-109. Para o Caribe, entre o final do século XVII e o início do XVIII, Barry Gaspar igualmente anotou as mudanças na legislação repressiva anti-fugas e as percepções das autoridades coloniais. Ver: GASPAR, David Barry. Bondmen & Rebels. A study of Master-Slave Relations in Antigua with implications for Colonial British America, The Johns Hopkins University Press, 1985, pp. 184.

(3) Para o Brasil, foi Roger Bastide quem primeiro chamou atenção para os contatos interétnicos sócio-culturais entre negros e índios. Ver: BASTIDE, Roger. "The Others Quilombos", In: PRICE, Richard (org.). Maroon Societies...., pp. 191-201.

(4) Ver: LARA, Sílvia Hunold. Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 307-8 e "Trabalhadores escravos", In: TRABALHADORES, Campinas: Fundo de Assistência à Cultura-Prefeitura Municipal de Campinas, 1989, pp. 4-19.

(5) Para o Brasil, ver, por exemplo: AZEVEDO, Célia Marinho de. ONDA NEGRA. MEDO BRANCO. O Negro no Imaginário das Elites -- século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALHOUB, Sidney. VIÇÕES DE LIBERDADE. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985; LARA, Sílvia

Hunold. Campos da Violência.....; MACHADO, Maria Helena. Crime e Escravidão: Trabalho, Lutas e Resistência nas Lavouras paulistas, 1830-1888, São Paulo, Brasiliense, 1987; O Plano e Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994; REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986; REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil Escravista São Paulo, Cia. das Letras, 1989; SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos e Palmares: A Resistência escrava no Brasil Colonial". ESTUDOS ECONOMICOS. São Paulo: IPE-USP, Volume 17, número especial, 1987, p. 61-88 e SLENES, Robert W. " 'Malungu, Ngoma vem!': África coberta e descoberta no Brasil". REVISTA USP, número 12 (dez./jan./fev., 1991-1992). Para uma visão geral sobre o debate a respeito da escravidão nos E.U.A, novos temas e abordagens, ver: PARISH, Peter J. Slavery. History and Historians, Nova Iorque, 1989, especialmente: "The Lives of the Slaves", pp. 64-96. Agradeço ao Prof. Dr. Peter Fry pela indicação deste texto.

(6) Ver pistas interessantes na fala de: GUTMAN, Herbert G. "Interview with Herbert Gutman". (Org. Ira Berlin). Power & Culture. Essays on the American Working Class, The New Press, Nova Iorque, 1987, pp. 350 e segs. Agradeço a ao historiador Antônio Luigi Negro (Gino) por esta indicação.

(7) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. HISTÓRIAS DE QUILOMBO-LAS. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro --- Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; e REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. "Uma História da Liberdade", In: Liberdade por um Fio...., pp. 11 e segs.

(8) Ver: BASTIDE, Roger. As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo.. São Paulo, DIFEL-EDUSP, 1974; As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações das civilizações. São Paulo, Liv. Pioneira Ed., 1985; CARNEIRO, Edison. Ladinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964 e O Quilombo de Palmares.. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; RAMOS, Arthur. A Aculturação do Negro no Brasil. São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1942; As Culturas Negras no Novo Mundo, 3ª ed., São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1979; O Negro na Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1953 e RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil, 5ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1977

(9) As análises da *Escola Paulista* e depois aquelas nos anos 70 surgiram para criticar as teses de Gilberto Freyre (e também os estudos comparativos sobre escravidão nos E.U.A., como Elkins e Tannembaum). Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, São Paulo, DIFEL, 1962; ELKINS, Stanley M. Slavery: a problem in American Institutional and Intellectual Life, University of Chicago Press, 1959; FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes.. 2 vo-

lumes, São Paulo, Dominus/Edusp, 1965; FREITAS, Décio. O Escravismo Brasileiro. 2a ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982; Palmares: a guerra dos escravos, 3a ed., Rio de Janeiro, Graal, 1981 e Insurreições Escravas, Porto Alegre, Movimento, 1976; FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal, Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933; GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio: Aspectos de Rebelião dos Escravos no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972; LUNA, Luís. O Negro na Luta contra a escravidão, Rio de Janeiro, Leitura, 1968 e MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições e guerrilhas, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972. Para abordagens historiográficas, além de GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas... e REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. "Uma história da Liberdade..."; ver: MAESTRI, Mário. "Em torno ao Quilombo", In: História em Cadernos, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, volume 2, número 2, 1984; QUEIROZ, Suelly R.R. de. "Rebelião escrava e historiografia". Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, volume 17, 1987, pp. 7-35 e REIS, João José. "Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia", In: Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o Negro no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 87-140 e SCHWARTZ, Stuart B. "Recent Trends in the Study of Slavery in Brazil". Luso-Brazilian Review, Volume 25, número 1, 1988, pp. 3-25.E

(10) Ver: BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil... e MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala... e Os Quilombos e a Rebelião Negra, São Paulo, Brasiliense, 1981.

(11) Discuto esta e outras questões em: GOMES, Flávio dos Santos. "Repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil", In: FRY, Peter; REIS, Elisa & TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas, São Paulo, HUCITEC/ANPOCS, 1996, pp. 197-221.

(12) Ver: MACIEL, Cléber da Silva. Discriminações Raciais: Negros em Campinas (1888-1921). Campinas, Unicamp, 1987.

(13) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Repensando a construção..."; LARA, Sílvia Hunold. No Fio da Navalha: Entre Zumbi e Pai João. Comunicação Coordenada, XII Encontro Regional de História/ANPUH, texto mimeo., 1994 e REIS, João José. "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil". Revista USP, número 28, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-96, pp. 14-40.

(14) Ver: NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Petrópolis, Vozes, 1980

(15) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Repensando a construção..."

(16) Desde 1995 realizo uma pesquisa em Etno-História em comunidades remanescentes de Quilombos na Amazônia com apoio da

Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas.

(17) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. HISTORIAS DE QUILOMBO-LAS....

(18) Ver: CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade..... ---
Uma abordagem interessante nesta direção aparece em: JOYNER, Charles. "History as Ritual: Rites of Power and Resistance on the Slave Plantation". Australasian Journal of American Studies, Volume 5, número 1, 1986, pp. 1-9

(19) Nesta direção ver as abordagens históricas propostas por: REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil... e "O levante dos Malês: uma interpretação política", In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito..., pp. 233-284.

(20) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. HISTORIAS DE QUILOMBO-LAS....

(21) Ver: Ibid. e REIS, João José. "Quilombos e Revoltas".

(22) Dicas metodológicas, ver: GINSBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário", In: Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 143-180. No campo teórico cabe destacar a influência dos estudos de E.P. Thompson nas novas abordagens no Brasil para a História Social da Escravidão. Ver: THOMPSON, E.P. Tradición, Revuelta, y Consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial Barcelona, Ed. Critica, 1979 e A Formação da Classe Operária Inglesa, 3 volumes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Comentários sobre este impacto teórico-metodológico encontram-se em: LARA, Silvia Hunold. 'Blowin in the Wind': Thompson e a Experiência Negra no Brasil. texto mimeo., 1994

(23) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. HISTORIAS DE QUILOMBO-LAS....

(24) Ibid.

(25) As dicas de Prof. Dr. Robert Slenes sobre os pântanos (inversão da metáfora e portanto o desdobramento em outra direção para algumas análises feitas no mestrado) surgiram em inúmeras conversas desde o final de 1992. Alguns de seus textos mais recentes também tem ajudado a pensar isto enquanto transformação histórica (experiências culturais) dos africanos no Brasil. Ver: SLENES, Robert W. Bávaros e Bakongo na "Habitação de Negros"; Johann Moritz Rugendas e a invenção do povo brasileiro, versão de abril de 1995 e a imperdível Na Senzala, Uma Flor: As esperanças e as recordações na formação da família escrava, versão de julho de 1994.

(26) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. HISTORIAS DE QUILOMBO-

LAS....

(27) Ver o clássico: MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. An Antropological Approach to the Afro-American past: A caribbean perspective. Philadelphia, ISHI, 1976

(28) Cf. CRATON, Michael. Testing the Chains.... e MULLIN, Michael. Africa in America.....

(29) Cabe aqui registrar que a reflexão e a produção da categoria *campo negro* para pensar os quilombos brasileiros surgiu em conversas, críticas e sugestões da Prof. Dr^a Silvia Lara em 1993. A musa inspiradora -- como ponto de partida -- foi a análise do Prof. Dr. Sidney Chalhoub para o contexto urbano em termos da *cidade negra*, na Corte do Rio de Janeiro em: Visões da Liberdade.....

Parte I

**Outras fronteiras da liberdade: Mocam-
bos no Grão-Pará Colonial (1732-1816)**

Devido as suas situações geo-políticas, as Capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro divisavam com territórios coloniais sob os domínios espanhol, inglês, holandês e francês. Um dos cenários principais, entre outros, para estas disputas e conflitos coloniais seria, por exemplo, a região fronteiriça do Amapá na Capitania do Grão-Pará, que se limitava com a Guiana Francesa. Havia ali uma constante movimentação de fugas de escravos e formação de quilombos desde o primeiro quartel do setecentos. Também em outras regiões, mocambos e fugas coletivas de negros e índios aconteceriam.

No Brasil colonial -- em todas as áreas -- foram inúmeros os quilombos. Desenvolveram-se quase que ao mesmo tempo que a ocupação e expansão econômica de algumas localidades. Procuraram florestas inóspitas ou estabeleceram-se bem próximos a engenhos e senzalas. Reinventaram experiências históricas de suas culturas africanas e crioulas. Tornavam-se invisíveis buscando a interiorização. Foram protegidos e rechaçados por grupos indígenas. Alguns mocambos -- em alguma medida -- transformaram-se em grupos de camponeses negros e mestiços, integrando-se economicamente em determinadas regiões. Fizeram, desfizeram e refizeram alianças circunstanciais com vários outros setores sociais da sociedade escravista. Preocuparam senhores, autoridades metropolitanas e coloniais e foram, implacavelmente, perseguidos, capturados e destruídos. Alguns conseguiram permanecer até os dias de hoje.

As sementes da liberdade que plantaram, porém, não deixa-

ram de florescer. Se não era uma única árvore frondosa como Palmares, não cessaram nunca de dar frutos.

Nestas extensas e longínquas regiões da Amazonia Colonial, quilombolas, negros fugidos, índios aldeados e outros personagens dos mundos da escravidão escreveram um original capítulo da luta e resistência contra a colonização e a escravidão. Pelo menos aquelas de suas próprias vidas. Com suas ações, estratégias de fugas, alianças, conflitos, redes de comércio e proteção influenciaram e interagiram de alguma forma para as redefinições permanentes das políticas coloniais de domínio e controle sobre a economia e trabalho compulsório para esta área.

Vamos acompanhar aqui algumas trilhas desta tradição de liberdade. Focalizaremos as complexas relações históricas que envolveram mocambos, fugitivos, indígenas e desertores no Grão-Pará Colonial. Pretendemos, fundamentalmente, refletir sobre algumas percepções escravas e os seus significados políticos. Analisaremos de que modo em variados períodos, lugares e conjunturas, fugitivos -- em grande parte constituídos em mocambos -- perceberam e acreditaram na possibilidade de conquistar autonomia e liberdade e agiram em função de suas percepções. Mais do que isso, nesta parte da Amazônia setecentista, quilombolas e fugitivos -- num processo histórico multifacetado -- avançaram fronteiras coloniais internacionais. Sem precisar atravessar oceanos, inventaram espaços próprios de cooperação, solidariedades e conflitos, juntando Américas, Africas e Europas.

I. MISTURANDO O VERDE, O AMARELO E O NEGRO

O Estado do Maranhão e Grão-Pará foi instituído pela Coroa Portuguesa, como unidade administrativa, separada do Brasil e ligada diretamente a Lisboa, desde 1621. Até meados do século XVIII, este englobava toda a Amazônia Portuguesa, Ceará e Piauí. Somente ao iniciar a segunda metade do setecentos as áreas do Maranhão e o Grão-Pará seriam separadas em termos de Capitânicas pela administração colonial.(1)

No Grão-Pará, nos primeiros tempos de colonização, foi tentado o sistema de *plantation*, principalmente com açúcar e tabaco. Tal experiência fracassou. Entre os principais fatores: falta de investimentos de capital necessários, preço da mão-de-obra africana mais alto do que na Bahia e em Pernambuco, epidemias e dificuldades geográficas. A produção de açúcar e tabaco acabou destinada ao consumo interno. Priorizou-se também a produção de aguardente. Desenvolver-se-ia o extrativismo através das "drogas do sertão": cacau, baunilha, salsaparrilha, urucum, cravo, andiroba, almíscar, ambar, gengibre e piaçava. Havia, ainda, a pesca de tartaruga. Até meados do século XVIII não existia a circulação de moedas no Grão-Pará. Um século antes, a base econômica da região estava assentada no extrativismo e na exclusividade da mão-de-obra indígena. Dos índios tudo dependia: guias, remédios, pescadores, caçadores, carregadores, farinheiros, etc. O povoamento ainda era escasso. A população branca diminuta, formada básica-

mente por funcionários coloniais. Nas palavras de Ciro Cardoso esta imensa região teria conhecido uma "debilidade estrutural", transformando-se tão somente numa "área colonial periférica".(2)

A historiografia brasileira -- ressaltando-se aquela regional, aliás pouco conhecida -- de um modo geral, pouco destacou a presença africana na Amazônia. Preocupada com os chamados "ciclos econômicos" -- destacadamente o açúcar, o ouro e o café -- procurava apenas analisar o escravo no interior das grandes áreas exportadoras. O modelo seria sempre a *plantation*, a casa-grande e as unidades produtivas com numerosos escravos negros.

Em termos de escravidão, para a Amazônia, a presença africana teria tido pouco significado econômico. Na sua paisagem sócio-econômica só haveria lugar para índios. Aliás, os índios esquecidos e expulsos no Brasil Colonial pela historiografia -- depois dos primeiros anos de colonização -- só pareciam existir no Grão-Pará. Porém, nem tudo era só o verde das matas e o amarelo dos índios nestes rincões. Vale a pena destacar a obra clássica de Vicente Salles, mostrando a secular presença negra africana na Amazônia desde o final do século XVII. Segundo este autor, os primeiros africanos que chegaram ao Grão-Pará foram justamente para a região do Amapá, nas duas últimas décadas do século XVI e nas primeiras do XVII. E não chegaram pelas mãos dos portugueses, mas sim de ingleses que montaram feitorias entre a costa de Macapá e a zona dos estreitos.(3)

Mas a entrada de africanos para esta região durante o século XVII e início do XVIII permaneceu sempre diminuta. Além da falta de capital para investimento nesta mão-de-obra, era difícil

competir com outros mercados de maior expansão econômica, com permanente demanda de braços escravos e voltados para a exportação. O Grão-Pará seria atropelado pelo açúcar de Pernambuco e Bahia, depois pelo algodão do Maranhão. A predominante população indígena ainda era insuficiente. Colonos reclamavam à Coroa sobre a necessidade de se introduzir escravos africanos na região. Algumas medidas seriam tomadas. Tentou-se em 1682, através de uma licença régia, concedida a uma companhia monopolista com o capital metropolitano, que se introduzisse no Maranhão e Pará 500 escravos por ano num contrato de 20 anos. Porém, a empresa fracassou. A licença foi cassada porque em 1685 ainda não tinha entrado qualquer escravo. Em 1690, formar-se-ia a Companhia de Cachéu e Cabo Verde para introduzir anualmente o mínimo 145 africanos por um preço determinado.(4)

O fluxo de escravos africanos foi -- pode-se dizer -- quase inexistente no século XVII. De 1692 a 1721 foram introduzidos 1.208 africanos no Grão-Pará, número muito reduzido comparado aos 300 e 350 mil africanos que entraram para o nordeste, já na segunda metade do século XVII. O tráfico para esta região permaneceria quase paralisado. Os preços continuavam altos e os colonos -- cada vez mais ávidos por trabalhadores africanos -- acabavam endividados. Ainda assim, entre 1756 a 1788 foram introduzidos 28.556 africanos no Maranhão e Grão-Pará. Destes 16.077 foram levados especificamente para a região do Pará.(5) Colonos também denunciavam que carregamentos de africanos destinados ao Grão-Pará eram desviados para o Maranhão e as regiões de Mato-Grosso.(6) Antes de 1755 não há estatísticas. A entrada era

irregular e grande parte desviada para o Maranhão.

Escravos Africanos Desembarcados em Belém do Pará

Período	Quantidade
1757-1760	2.217
1761-1770	5.547
1772-1780	5.476
1781-1790	4.721
1791-1800	718

1757-1800	13.958

Fonte: Adaptado de MACLACHLAN, Colin M. "African Slavery and Economic Development in Amazônia (1700-1800)". IN: TOPLIN, Robert B. (eds.) Slavery and Race Relations in Latin América. Greerwood Press, 1973, pp. 137, apendice A.

Estudando o tráfico negreiro para a Amazônia, MacLachlan adverte que as estatísticas devem ser utilizadas com cuidados. Servem mais como tendências da importação de africanos para o Grão-Pará. A maior dificuldade é determinar o número individual de africanos, uma vez que em alguns casos aparece na documentação, "peça de Índia", uma unidade padrão de mensuração utilizada no tráfico que poderia incluir de 1 a 3 escravos africanos. Para o quadro acima, por exemplo, não existem dados para os anos de 1771 e 1786, sendo que para os anos de 1792, 1794-1796, 1798-1800 não foi assinalada a entrada de cativos africanos pelo porto de Belém. Para o mesmo período, ou seja, 1757-1800, seriam desembarcados em São Luis, 40.935 africanos. Nas tentativas de introdução de africanos no Grão-Pará, houve, durante o século XVIII, vários conflitos envolvendo autoridades coloniais e metropolitanas e moradores de Belém e São Luis. Moradores e negociantes de Belém reclamavam que eram sempre preteridos e levavam des-

vantagens com relação ao comércio de africanos para o Maranhão. Na verdade, a área do Maranhão, com o algodão, prosperou mais na segunda metade do século XVIII aumentando consideravelmente a demanda de importação de escravos.(7) Em termos de agricultura, as principais áreas de desenvolvimento no Grão-Pará para o mesmo período ficavam somente em torno de Belém e no delta de Macapá. Ainda assim, com o mercado de escravos em São Luis mais atrativo acabava ocorrendo preços diferenciados. Entre 1779 e 1790, a média anual de africanos importados para o Maranhão era de 1.605 contra 547 do Grão-Pará. De qualquer modo, destaca Salles:

"O negro, apesar dêsse tráfico irregular e das condições especiais em que se lastreava a economia amazônica, chegará de qualquer maneira aos mais distantes rincões. Mas a escala numérica será progressivamente mais reduzida à medida que nos distanciamos do núcleo de Belém."(8)

Isto é fato. Mesmo nas regiões mais afastadas do Grão-Pará, a população negra já se faria presente. A partir da segunda metade do século XVIII, o tráfico negreiro para esta área foi incrementado. Este processo foi decorrência da política pombalina na região. No Governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) -- meio-irmão do Marquês de Pombal -- a entrada de africanos para o Grão-Pará desenvolve-se com velocidade, principalmente com a formação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755-1778). Sem considerar o tráfico negreiro via iniciativa particular ilegal -- o contrabando e a introdução de escravos crioulos vindos de outras capitanias -- a evolução da entrada de africanos para a Amazônia foi a seguinte: de 1755 a 1820 entraram 53.217 escravos.(9) Mesmo com os reduzidos números

do tráfico negreiro -- comparativamente aos do Maranhão e de outras áreas escravistas -- grupos de escravos seriam deslocados para trabalhar em várias partes da Amazônia Colonial.(10) Mesmo na região do Rio Negro (atual Estado do Amazonas) -- onde predominou o trabalho indígena -- começaria, no último quartel do século XVIII, uma tendência de substituir trabalhadores indígenas por trabalhadores negros.(11) Para 1786, temos dados sobre a zona rural em Barcelos, no Rio Negro, que apontam a existência de fazendas e pequenas propriedades pertencentes a 27 brancos e 60 índios, nas quais trabalhavam escravos negros e também indígenas. Sabe-se que nas propriedades pertencentes aos brancos estavam trabalhando 116 escravos negros e 76 agricultores indígenas. Já nas pequenas fazendas pertencentes aos índios estavam ocupados 130 negros e 84 agricultores indígenas. Ciro Cardoso, a partir de cálculos de produtividade *per capita* aponta uma maior produtividade nas lavouras pertencentes aos índios e sugere que os mesmos podiam juntamente com seus familiares trabalhar "lado a lado com seus escravos e empregados". Na cidade de Belém, nas últimas décadas do século XVIII a população escrava negra também avançava.

Composição Sócio-Etnica da População de Belém

Branços	4.423 (51,6%)
Índios, Negros e Mestiços livres	1.099 (12,8%)
Escravos Negros	3.051 (35,6%)
Total	8.573 (100%)

Fonte: SALLES, Vicente. O Negro no Pará....

Mesmo em outras regiões mais distantes, como Santarém e nas vilas e antigas missões nas áreas do Tapajós, Solimões e Tocantins a população escrava negra -- ainda que muito diminuta --

se faria presente nas últimas décadas do século XVIII. Fazendeiros e lavradores tentavam desenvolver uma pequena agricultura e a economia estrativistas utilizando ao mesmo tempo trabalhadores indígenas e escravos negros.

Como destaca Ciro Cardoso, ainda que a escravidão negra tenha avançado na Amazônia durante a segunda metade do século XVIII e as duas décadas do século XIX, esta esteve muito longe das características típicas das colônias de *plantation*. Os primeiros engenhos de açúcar estabeleceram-se em meados do século XVIII nas proximidades de Belém. Durante o último quartel do século XVIII houve a diminuição do número de *engenhos reais* -- produtores de açúcar -- que foram substituídos pelas engenhocas de aguardente. Estas exigiam um menor investimento de capital, e por sua vez "a pobreza crônica tornava impossível a solução da insuficiência da mão-de-obra" na região.(12) Em 1751 havia em toda a capitania do Grão-Pará 24 *engenhos reais*.

Também com as construções de fortalezas ao longo do século XVIII -- devido o processo de militarização das regiões de fronteiras, principalmente com franceses e espanhóis -- havia necessidade de mão-de-obra, fosse de índios e escravos negros. Anotaria João Lucio de Azevedo:

"Longe do povoado, a poucas marés de distância pelos rios, ficavam as aldeias dos índios submissos, onde se iam buscar os arcos para a guerra, e braços para o serviço dos colonos. Eram nove ao todo, e, as mais populosas deram origem às povoações que hoje se chamam Colares, Cintra, Benfica, Conde, Ouros e Portel".(13)

No Grão-Pará entre 1773 e 1818 destaca-se a produção de arroz, algodão e principalmente café e cacau. O cacau era muito

plantado na região do Tocantins.(14) Quanto ao café foi plantado pela primeira vez no Pará em 1727, trazido pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta de Caiena -- Guiana Francesa -- quando ali foi em "comissão" do Governador da Capitania. Duas décadas depois já eram cultivados no Pará cerca de 17.000 pés de café.(15)

Na área do Marajó destacava-se a pecuária. Em 1783 havia na ilha de Joanes e adjacências 153 fazendas de gado vacum e cavalos. Este número subiria para 226, em 1803.(16) Em termos de mercado exportador, porém, a economia colonial no Pará conheceria a estagnação nos anos derradeiros do século XVIII. Entre 1796 e 1811 figuravam entre os dez primeiros principais produtos: 1) cacau, 2) algodão, 3) arroz, 4) cravo fino, 5) café, 6) saia-parreira, 7) couros, 8) aguardente, 9) óleo de copaíba e 10) couros secos.(17) Segundo Barata no Grão-Pará produzia-se ainda "secundariamente": açúcar, canela, anil, óleo de andiroba, mel, tapioca, castanha, guaraná, sabão, manteiga de tartaruga, toras e pranchas de madeiras diversas, goma, breu, etc.(18)

Enfim, entre 1750 e 1820, desenvolveu-se nesta extensa área colonial -- como argumenta Ciro Cardoso -- uma escravidão e a agricultura mercantil com a utilização de mão-de-obra indígena. Porém, "ao lado de algumas *plantations* importantes e grandes fazendas de gado muito extensivas", o típico na Amazônia Colonial foi "a proliferação de inúmeros sítios pobres, com poucos escravos (ou sem escravos) e trabalhadores indígenas, eventualmente produzindo produtos de exportação, mas caracterizados principalmente pelo grande peso da lavoura de subsistência para autoconsumo ou para os mercados locais. A mão-de-obra indígena, em tal

agricultura não desapareceu, mas foi cada vez mais superada pela africana.(19)

Afora as suas análises sobre modelos sistêmicos da economia colonial brasileira -- na qual a da Amazônia colonial é classificada de "economia colonial periférica" -- Ciro Cardoso faz uma interessante abordagem sobre as formas da atividade camponesa. Na Amazônia colonial houve um predomínio de "pequenas e médias unidades de produção com pouca mão-de-obra, mais ligadas à agricultura de subsistência do que à exportação". Ele cita a situação do povoado de Barcelos -- na região do rio Negro -- como exemplo de muitos povoados rurais em várias áreas da Amazônia Colonial. Com 87 propriedades rurais havia "uma média de somente 2, 83 escravos e 1,84 trabalhadores indígenas para cada uma". Neste povoado a produção *per capita* de alimentos chegava a ser sete vezes superior a produção voltada para a exportação.(20)

População do Pará (1756-1816)

Anos	Número de Habitantes
1765	33.565
1782	55.315
1801	80.000
1816	94.120

Fonte: CARDOSO, Ciro Flamarion S. "O Trabalho indígena na Amazônia Portuguesa..." pp. 19-20 e SALLES, Vicente. O negro no Pará...pp. 67-71.

Em algumas regiões desta extensa área colonial, os cenários podiam ser um pouco modificados com uma maior concentração de população -- fundamentalmente de escravos negros -- e uma economia voltada não somente para o mercado externo. Poderia ser o caso dos núcleos próximos a Belém, a região do Amapá e áreas em Tocantins. As áreas mais a oeste continuariam esparsamente povoadas.

Distribuição da População do Pará em 1816

Costa Oriental	42.065
Estuário do Amazonas	26.866
Ilha de Marajó	8.708
Xingú e Arredores	4.326
Tapajós e Arredores	10.097
Extremo Oeste	2.058
Total	94.120 (100%)

Fonte: CARDOSO, Ciro Flamarion S. "O Trabalho Indígena na Amazônia Portuguesa..." pp. 21.

Para Ciro Cardoso, na Amazônia colonial ainda que considerando a escassez dos dados quantitativos, "não pode haver dúvida acerca de que hajam predominado a auto-subsistência e a produção de alimentos para os mercados locais no conjunto das atividades agrícolas da região". Argumenta ainda a existência de um campesinato nesta área colonial ao longo do século XVIII, principalmente a partir de 1750. Haveria três tipos de campesinato: 1) das missões e aldeamentos, que depois de 1757 foram transformados em vilas, 2) pequenos produtores livres, que poderiam ser ex-soldados, condenados deportados, mestiços e índios livres, "proprietários ou não, com graus muito variáveis de ligação com o mercado" e 3)

as atividades autônomas dos escravos índios (estes até 1757) e negros "nas parcelas cujo usufruto recebiam nas fazendas, assim como obtinham dos senhores o tempo para cultivá-las, vendendo os excedentes eventualmente produzidos".(21)

Temos poucas informações mais detalhadas sobre a montagem da economia escravista baseada na mão-de-obra negra no Grão-Pará Colonial. O certo é que o extrativismo permaneceu a a mão-de-obra indígena livre continuou sendo utilizada. Alimentos, principalmente a mandioca, eram plantados, visando o abastecimento interno. Em 1759, por exemplo, nas lavouras em Macapá havia sido colhido: 3.850 alqueires de arroz, 5.000 mãos de milho, 180 arrobas de algodão, 1.430 cachos de bananas, 62 arrobas de tabaco, 75 alqueires de farinha e 50.000 melancias.(22)

A população escrava negra no setecentos estava, de fato, espalhada na Amazônia. Podia estar nas lavouras -- onde trabalhava junto com os índios -- ou a encontrarmos na coleta das "drogas", no transporte das canoas e nas obras das fortificações militares que pontilhavam o Grão-Pará, em função dos temores de invasões estrangeiras. A floresta já estava enegrecida.

II. UMA FLORESTA DE FUGITIVOS

No início de 1734, o Rei de Portugal ordenava às autoridades da Capitania do Grão-Pará "atividade na diligência de extinguir os mocambos" e "prender os culpados em crimes graves".(23) Anos antes já havia expressamente determinado o envio de escoltas aos rios e cabeceiras para prender fugitivos.(24) Noticiava-se, em 1749, haver no rio Anauerapucu "importante mocambo, cujos negros se internaram para o norte quando descobertos pelas expedições de resgate de índios".(25) Mocambos começavam a aparecer e a se multiplicar. Em 1762, moradores de Arauari reclamavam que suas roças estavam sendo destruídas por escravos alojados em "grandes mocambos".(26) De norte a sul, leste a oeste da imensidão desta área colonial, mocambos e/ou quilombos eram formados. De Cametá, em 1774, se falava da fuga de "alguns escravos de diferentes senhores e se tem estes internado nos matos vizinhos, donde saem a perpetrar clandestinamente roubos e assassinatos". Bem próximo dali, em Baião, vários pretos eram apreendidos em um mocambo no rio Tocantins. No ano seguinte, agora no rio Capim, realizava-se uma diligência contra "um mucambo de gente refugiada".(27)

Mocambos e quilombos do Grão-Pará não só se espalhavam e cresciam, mas também aperfeiçoavam suas estratégias de defesa e proteção. Na própria região do Amapá, em 1779, era enviada uma expedição contra dois mocambos, um no rio da Pedreira e outro no Araguari. A diligência ao Araguari foi cercada por dificuldades, tendo os soldados viajado vários dias à cavalo e construído jan-

gadas para cruzarem os rios. Sobre seu desfecho, relatou o oficial que a comandava:

pondo-me em marcha para o lugar onde dizia o preto João que estavam os tais fugitivos pois o dito preto se tinha de lá recolhido há dois meses pouco mais ou menos(..)mandey espiar se estavam ou não os pretos nas suas cabanas me vierão dizer que não sentião remor (sic) algum depois o cerco, porém achei me em vão pois já lá não existião pretos há perto de dois meses, pois me parece que desde que lhe faltou o dito preto João desmancharam uns bocados de roças que tinham de mandioca e se retirarão para longe..."(28)

Mesmo com a ajuda de um quilombola capturado, que serviu como guia, esta expedição pouco conseguiu. Os quilombolas do Araguari ficaram de sobreaviso depois do desaparecimento de um dos seus. Da região de Vizeu e Serzedelo, em 1784, chegavam informações da existência de "mocambos de foragidos e vadios". No Grão-Pará, o problema dos mocambos tornou-se crônico. Assustadas com isso as autoridades coloniais, em 1788, encarregaram ao Capitão Hilário de Moraes Bitencourt de uma "importante diligência de fazer apanhar o grande número de escravos, e outras pessoas que se achão fugidos e amocambados em diferentes distritos" daquela capitania. O problema, porém, estava longe de ser solucionado. Pelo contrário, como veremos, os mocambos, como o verde das matas, florescia e dava o tom por toda parte. Aliás, era a própria imensidão da floresta a maior inimiga das autoridades e senhores de escravos, e portanto amiga dos fugitivos. Aqueles procuravam valer-se de todos os meios para perseguí-los e destruí-los.(29) Na região de Cametá, em 1790, as autoridades tentavam se aproveitar do "tempo de festa", posto que tinham conhecimento que os habitantes de um mocambo do rio Tocantins vinham nessas ocasiões até

a Vila. As brenhas daquelas florestas podiam proteger os quilombolas, mas não isolá-los. Quilombolas visitavam as vilas e povoados próximos para praticar saques, *razias* e sequestros. Nos primeiros anos do século XIX temia-se que os pretos amocambados de Araguari, em Macapá, se aproximassem da cidade de Macapá para fazer tumultos na "noite de natal".(30)

Além do tempo de guerra e do "tempo de festa", quilombolas tentavam -- na medida do possível -- ficar próximos às possibilidades de trocas mercantis e do acesso aos escravos. Na região do rio Acará, em 1793, noticiou-se que um mulato pertencente ao Capitão Feliciano Gonçalves, acompanhado de mais "quatro negros" armados de clavinas e facas tinha invadido a casa de um outro Capitão, Amândio José de Oliveira, para libertar "hum negra sua escrava, que há poucos tempos lhe tinha sido entregue da cadeia aonde foi recolhida do mocambo".(31)

Havia uma extensa rede de comunicação e cooperação entre quilombolas e escravos. Na região do Amapá, também em 1793, as autoridades tentavam prender os escravos pertencentes a Thomé Bixiga e aqueles do Capitão Antonio José Vaz, "por serem os que no campo participavam todas as novidades de Macapá aos amocambados". Revelava-se mais: os tais eram vaqueiros e havia determinados "sinais" que os quilombolas faziam nos campos de pastagens para se comunicar com eles em "lugar ajustado". Estes quilombolas também mantinham relações com os taberneiros, e em períodos de perseguição iam se "acoitar em hum dos curraes de Antônio José Vaz com seus escravos".(32)

As alianças e solidariedades entre vaqueiros escravos e

quilombolas juntavam-se ainda a outra preocupação: o roubo de gado. Era do conhecimento geral que os quilombolas roubavam gado e comerciavam carnes e couro. Não muito longe da região do Amapá, na área de Marajó, as reclamações eram constantes. Para a região do rio Arari, Marajó-Assú, Camará e Jaburú-Aça seria enviada escolta "sobre duas canoas de pretos fugidos" que andavam roubando gado.(33)

Em Irituia, em 1796, a propósito de assaltos às roças dos lavradores, suspeitava-se de "gente fugida que anda a roubar", uma vez que "parece gente de mocambo pois tudo que apanhão levão". De Arari, já em 1803 reclamava-se bastante dos roubos praticados por fugidos vindos dos mocambos. Ainda na região do Marajó, mais propriamente na Ilha de Joanes, determinava-se, em 1816, aos soldados do destacamento local "revistas que devem se passar as canoas, mais até para o exame que são obrigados a fazer por aqueles quilombos, aonde há seus descaminhos e roubos de gados".(34)

Por todos os lados surgiam quilombolas e a sua movimentação preocupava sobremaneira autoridades. Em 1787, moradores da Capitania exigiam providências do, então, Governador Martinho de Sousa Albuquerque. Reclamavam principalmente dos mocambos localizados próximos de Belém. Anotaria Baena na sua obra *Compêndio das Eras*:

"Nesta representação mencionarão-se os mocambos na ordem seguinte. Um no Igarapé de Una, para onde há tres caminhos, pelos quaes mocambistas torneão a Olaria de Dom João Henrique de Almeida, saindo á estrada do Maranhão, pela qual entrão na cidade, encaminhando-se também para a parte do Utinga, atravessando com a mesma facilidade a passagem que vai á Pedreira de Manoel Joa-

quim; outro nas vertentes do rio Mauari que descendo por este rio visinho á Povoação de Benfica, e atravessando a pé do sítio do Pinheiro, vem sair ás Ilhas, fazendo também caminho por terra e indo á estrada do Maranhão, pela qual se communicão com os outros companheiros, e cortando pelo Igarapé Murutucú, vindo ao Guamá se reúnem com os negros fugitivos, que tem estância na ilha de Manoel José Alvares Bandeira: outro mais considerável no rio Anajás composto de escravos, soldados desertores, e de foragidos; e quatro que estão no rio dos mocambos, um deles nas terras de André Correa Picanço, e o outro nas de José Furtado de Mendonça, Juiz Ordinário da Villa de Chaves, os quaes todos estão combinados com os supra-referidos."(35)

Só nas regiões próximas a Belém -- entre pequenos e "consideráveis" -- havia cerca de nove mocambos. Segundo esta informação, todos se comunicavam entre si. Em 1795, houve mesmo uma conclamação junto a moradores, lavradores e proprietários de várias regiões para que ajudassem a conter "os roubos, evitar os incêndios e se previnirem contra a fuga de escravos". Ainda que não fosse a única, a região do Amapá era, de fato, um dos principais focos de mocambos. Este processo de fugas há muito tempo já tinha começado. No início de fevereiro de 1767 fugiram de lá do Arapicu quatro pretos. Em 1785, chegavam, notícias de ameaças feitas por pretos fugidos de Mazagão.(36)

Naquela região, algumas autoridades alegavam que as fugas aumentavam porque não havia patrulhamento disponível e eficiente. (37) Havia também aqueles que defendiam o argumento de que essas fugas frequentes -- principalmente dos escravos portugueses para Caiena -- só aconteciam devido aos rigores do cativeiro no Amapá, destacadamente para os negros ocupados nas Fortalezas.(38) Da Villa de Macapá, em 1765, falava-se em 51 pretos fugidos. No ano seguinte, oito destes fugitivos foram encontrados na costa de Ara-

guari. Ainda nesta região, em 1791, fugiram 18 pretos e pretas, sendo impedida a fuga de outros 12. Em 1793, uma petição da Câmara de Macapá, assinalava o temor com tantas fugas e ressaltava a necessidade urgente de "providências de remédio para este contagiozo mal".(39)

Tentativas de conter fugas, destruir mocambos e capturar fugidos tinham, invariavelmente, pouco sucesso. Nos anos de 1795 a 1798 outras denúncias surgiram. Antes disso, em 1794, os moradores de Macapá enviaram uma petição para a Câmara local clamando providências para conter as inúmeras fugas e principalmente a "grande porção de escravos, que lhe tem fugido e se achão há muitos tempos amocambados nas partes do rio Araguari, tenho já vindo dalli repetidas vezes a conduzir de novo outros". O número de fugitivos era realmente expressivo. Junto a esta petição seguiu uma lista onde apareciam os nomes de 48 proprietários de escravos relacionando mais de 100 fugidos. Em 1797, na região do Arari, em Marajó, noticiava-se igualmente o movimento de fugidos e roubos de gado.(40)

Nesse mesmo ano, por ocasião da fuga de dez escravos da Vila de Mazagão, no Amapá, descobriu-se que alguns estavam "na ilha de Gurupá onde têm cazas de pau a pique, colheita de bastante arroz, e milho (...) há mais, de quatro annos". Para além dos saques, *razias* e roubos de gado, os quilombolas tentavam constituir uma base econômica suficientemente sólida também com pequena agricultura, visando sua subsistência e mesmo trocas mercantis. A propósito, o lavrador Adão Soares, homem branco, fez uma petição à Coroa em 1793, pedindo que se vigiasse o comércio

na Vila de Mazagão, pois sabia-se que os quilombolas e os escravos, inclusive os seus, vendiam ali os produtos roubados de suas roças. Mais uma diligência contra os quilombolas de Mazagão seria enviada em 1800. Ainda no Amapá, desta vez na Vila de Tagepuru, em 1803, numa expedição anti-mocambo, foram apreendidos "cinco ou seis daqueles pretos amucambados". No mesmo ano, tentava-se evitar a fuga de negros da Fazenda Real no Arari, "que se vão introduzir em mucambos por aqueles matos".(41)

Com os quilombos, aumentavam não só as dificuldades (falta de escravos, saques, mortes, etc), mas também as despesas para persegui-los. Como em outras partes do Brasil colonial, autoridades e senhores de escravos, além de discutirem atribuições de como e quando persegui-los, tentavam dividir os gastos e as responsabilidades. A esse respeito diria um juiz de Macapá: "a nós nos parece justo, que todas as despesas devem ser pagas pelos donos dos escravos apreendidos".(42)

Apareciam também fugitivos e mocambos em outros lugares. Uma outra área de foco eram as regiões de Santarém, Alenquer, Obidos e Monte Alegre, no Baixo e Alto Amazonas. Em 1772, eram capturados dois pretos fugidos em Monte Alegre. Em 1797, aparecem informações do importante quilombo do Curuá. Dois anos depois, o Capitão Comandante da Vila de Santarém informava "ter sido investido hum mocambo de negros fugidos, e de haver notícias d'outro". No final do setecentos, o juiz ordinário de Obidos relatava a prisão dos "negros do mocambo do rio Curuá", achando-se com eles "farinha, canoas e armas". A antiguidade deste quilombo foi mesmo destacada em 1805, quando o Conde dos Arcos foi notificado que

"hum formidável mocambo de negros no rio Curúá" tinha sido atacado em meados de 1799, porém continuava trazendo problemas para aquela região. Para Alenquer e Obidos outras expedições anti-mocambos foram realizadas no início de 1800.(43) Dez anos depois o perigo continuava o mesmo naquela região, senão maior. Após ser capturado, juntamente com outros, o quilombola Francisco, escravo de Manoel José de Faria declarou que:

"(...)tinha fugido com os escravos de Sebastião José Vieira, morador desta Villa Obidos para os campos do lago de Cucui e que lá estavam amocambados, não só eles como mais alguns escravos dos moradores desta mesma villa, e como tão bem alguns escravos de alguns moradores da Vila de Santarém, pois que todos lá existião no ditto mucambo, e que elle e mais alguns vinhão para furtar pacovas para mantimento, e ver se furtavão mais alguás pretas para a levarem para o ditto mucambo..."(44)

Em abril de 1811 recomeçariam os preparativos para novas expedições contra os mocambos de Obidos e Alenquer. A tropa de linha deveria seguir sob o comando do Capitão Antônio Joaquim Coutinho. Havia a necessidade de "bons guias para dirigir a expedição", uma vez que em 1807 malograra uma tentativa de destruição destes mocambos, justamente pela falta deles. Naquela ocasião, consultando o experiente capitão-do-mato Constantino José Vieira, soube-se que o "tempo" não era "próprio porque se achão os campos alagados".(45) Estes mocambos estavam bem protegidos pela geografia daquela região. Investigações com quilombolas capturados e escravos assenzalados que com eles se comunicavam deram conta em 1811, por exemplo, que:

"(...)para sahir para o dito mocambo era preciso atravessar hum tabocal passando por hum Igarapé e que depois de atravessar se gastam três dias para lá chegar disse mais [o escravo Luis Antônio interrogado] que lhe dis-

sera [o quilombola Benedito] que elles amocambados hia^o negociar a Vila de Alenquer levando a vender estopa, breu, castanha e algodão e pôs tudo vendião ao Capitão José Antônio Pereira por pólvora, chumbo, armas, ferramentas e panos para se vestirem que lá tinham muita gente, outros pretos e pretas, e rapazes..."(46)

Estes quilombolas, buscando autonomia, procuravam a estabelecer suas roças e realizar trocas mercantis. Era necessário também contar com o apoio e proteção de outros setores da sociedade escravista. Ainda em 1811, uma representação dos moradores da Vila de Alenquer alertava para as fugas, destacando que os quilombolas viviam ali numa "total rebeldia e pouco respeito". Castigos e/ou ameaças aos escravos pouco adiantavam "pela dezerção que prometem na consideração de acharem em hum mocambo tão seguro refúgio". Em abril deste mesmo ano, eram atacados mais alguns mocambos locais, sendo um capitão de milícias acusado de ser "protecttor dos mocambistas". Em 1812, informou-se sobre a captura de cerca de 90 quilombolas, entre os quais, homens, mulheres, crianças e idosos. É necessário destacar que esta expedição teve um contingente militar considerável: 225 homens, divididos em milicianos e ligeiros das Vilas de Santarém, Alenquer, Obidos e Monte Alegre. Acabar de vez com os mocambos, não conseguiram. Em agosto de 1813, autoridades falavam da existência de um "novo mocambo" naquela região. Quilombolas capturados, devolvidos aos seus senhores, não tardavam a fugir novamente, se embrenhando nas matas e formando novos mocambos. Para evitar isso, determinou-se que os quilombolas desta região que fossem capturados deveriam ser vendidos para fora da capitania.(47)

Havia também casos de quilombolas apreendidos mofarem nas

cadeias por não serem reclamados por seus senhores e herdeiros. Acabavam, sendo vendidos para o pagamento das despesas com a sua captura. Há ainda registros de quilombolas que procuravam "sequestrar" escravas para os mocambos. Ainda em Obidos, isso aconteceu, em 1815, no localidade de Sítio Conceição. Em meados de 1816 mais tropas com a ajuda de capitães-do-mato eram preparadas para destruir mocambos na área de Santarém.(48)

Para além do Amapá e Santarém, em outras áreas das capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro apareciam notícias de fugas e de mocambos formados. Não faltando lugar, não faltavam fugitivos e mocambos. Na área propriamente do Rio Negro, em 1769, falava-se da prisão de um mulato fugido e desordeiro. Na mesma ocasião, na Vila de Monforte, mais dois pretos que andavam fugidos foram capturados. Do Piria, em 1771 noticiava-se a existência de mocambos. Na Vila de Borba, no ano seguinte denúncias davam conta da fuga de 19 escravos. Nesta mesma direção chegavam notícias da Vila de Serzedelo. Na Vila de Ega dois "mulatos escravos refugiados" apareceram em 1783 e outros seis pretos que "andavam vagando nos matos vizinhos" foram presos em 1790. Em 1792 chegava denúncias dos fugidos da Vila de Faro. Ao driblar o "perigo dos atoleiros", capitães-do-mato tentavam capturar "cafuzos" fugitivos na Vigia, em 1800.(49)

Do outro lado da Capitania, nas regiões limitrofes do Maranhão também eram inúmeras as notícias sobre fugitivos e mocambos desde o início do setecentos. Na região do Guamá uma "diligência mal dirigida", em 1807, acabou frustrando a tentativa de destruir um mocambo ali existente. Na mesma direção, em Viseu, no

final de 1812, "indícios" que chegavam as autoridades davam conta de existir entre as cabeceiras do rio Mojuim "hum mocambo de negros", havendo "roubos de farinha e mandiocas". Eram raras as margens dos rios e dos igarapés da extensa Amazônia onde faltassem indícios, rumores, vestígios e informações concretas sobre mocambos e fugitivos escravos escondidos.(50) Viajando próximo a região de Melgaço nos anos de 1760 numa visita pastoral, o Bispo Frei João José Queiroz relataria:

"...mas divisando ao longe uma canoa, que veio reconhecer-nos, e logo se foi metendo a uma baía, como soubésemos que havia nestas alturas mocambos de negros fugitivos, se lhe mandou dar caça pela proa em canoa bem equipada e ligeiram seguindo as outras para abalroar oportunamente, mas de repente nos achamos sem ver sinais da canoa..."(51)

Próximo à Vila de Conde, em 1771, junto ao rio Abaetetuba, sabia-se da existência de "hua canoa com bastantes pretos fugidos os quaes não cessão de fazes roubos". Não longe dali novamente nos matos do Guamá, entre os rios Pacarasu e Mururé, fugitivos e desertores em 1790 tinham constituído em "lugares pantanosos daquelas vargens" uma verdadeira rota de fuga, na qual procuravam alcançar o Maranhão. No rio Acará, em 1793, foram encontrados pretos "calcetas" fugidos de uma fábrica de madeira vizinha".(52)

Mesmo na região do Amapá, no alvorecer do século XIX, foi determinado que as milícias patrulhassem "todos os rios, lagos, cabeceiras de igarapés ou todas aquelas paragens donde tenham desconfiança que hajão mocambos". Em 1813, procurava-se reunir recursos para o pagamento das despesas efetuadas na destruição do mocambo do rio Guajará. No ano seguinte um forte aparato militar era enviado para as "Ilhas de Cutijubá, Arapiranga, Tatuóca, e

costa abaixo do Mosqueiro e fazendo-as examinar prendera todos os desertores, escravos fugidos e pessoas de suspeitas, e nos outros aqui não declarados onde julgar que estão amocambados". Mais investigações informavam que nos "distritos de Beja, Conde, Araraiana, Muaná e adjacentes se achão infestados por negros fugidos, soldados desertores e vadios". A preocupação maior nesta região eram os escravos vaqueiros que estavam nos quilombos.(53)

Mocambos de Negros na Amazônia Colonial (1734-1816)

DATA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1734	Amapá	
1762	Amapá	
1762	Souré	Rio Arauary
1763	Amapá	Rio Camarupi
1764	Borba	
1765	Amapá(2)	Rio Matapi
1765	Boim	
1766	Amapá	Cabeceiras do Araguari
1766	Ouros	
1767	Santarém	Rio Curuá
1767	Chaves	Caviana e Maguari
1768	Cintra	
1769	Soure	
1769	Barcelos	Rio Negro
1769	Monforte	
1771	Piriá	
1771	Abaeté	Rios Abaetetuba e Cornapijó
1772	Monte Alegre	
1772	Borba	Alegre
1774	Cametá	
1776	Baião	Rio Tocantins
1777	Rio Capim	
1779	Amapá	
1783	Ego	
1785	Amapá	Mazagão
1788	Rio Anajás	
1788	Amapá	
1788	Cametá	
1790	Guamá	
1790	Ouros	
1790	Rio Acará	
1790	Ourém	
1790	Tocantins	

continua

DATA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1790	Ega	
1790-2	Ourém	
1791	Silves	
1792	Faro	
1792	Amapá	
1793	Marajó	Rios Arari e Jabusu-oça
1793	Amapá(2)	Rio Pesqueiro
1793	Rio Acará	
1794	Abaeté	
1794	Amapá	Araguari
1795	Cachoeira	Rio Pracaúba
1796	Intuia	
1796	Bragança	
1797	Amapá	Araguari
1797	Gurupá	
1797	Santarém	Rio Curuá
1798	Amapá	Araguari
1800	Chaves	
1800	Amapá	Mazagão
1800	Vigia	
1800	Obidos	Rio Curuá
1800	Outeiro	
1802	Ilha de Joanes	
1803	Amapá	Vila de Igapuru
1804	Amapá	Rio Matapi
1804	Marajó(2)	Ariri
1805	Alenquer	
1810-1	Obidos(2)	
1812	Bragança	
1812	Vigia	
1813	Guarajá	
1813	Santarém	
1814	Obidos	
1814	Cotijuba	
1815	Obidos	
1815	Beja	Rios Muaná e Ararayana
1815	Mosqueito	
1815	Cametá(2)	
1815	Mocajuta	Rio Anajuba
1816	Alenquer	

Fonte: APEPa, Códices 7, 10, 23, 24, 46, 58, 61, 65, 76, 77, 85, 93, 96, 97, 101, 120, 123, 124, 139, 148, 201, 214, 220, 232, 256, 259, 272, 275, 277, 278, 279, 285, 296, 299, 309, 314, 334, 337, 339, 343, 347, 348, 466, 570, 571, 593, 609, 610, 611, 614, 627, 667, 671, 695, 696, 702, 769 e 782

Uma outra área com muitos quilombos era aquela banhada pelo extenso rio Tocantins, principalmente as localidades de Cametá, Baião e Mocajuba. Em 1766, autoridades reclamavam de fugas de negros e índios em Cametá. Um morador de Baião denunciou, em 1774, que se aproveitando dos rios, no caso o Tocantins e seus afluentes, estavam fugindo negros e vários índios "seus escravos com suas famílias por este mesmo rio acima com o pensamento de subirem para as Minas de Góias".(54) Para Cametá, em 1788, alegava-se falta de recursos quanto à preparação de uma diligência contra os pretos fugidos ali existentes. Em 1790, notificava-se a "prisão de dezertores e escravos que andão inquietando pelos rios e igarapés, as habitações e habitantes". Ainda em Cametá, desta vez, em 1792 tentava-se capturar na mesma ocasião "três mulatos" fugidos que "se achavam fazendo huma canoa" e os "pretos amocambados". Dali, em 1815, denunciava-se que os donos de canoas de comércio mantinham ligações com os fugitivos. Havia preocupação também com o rio Anajuba, em Mocajuba, por haver constante movimentação de quilombolas.(55)

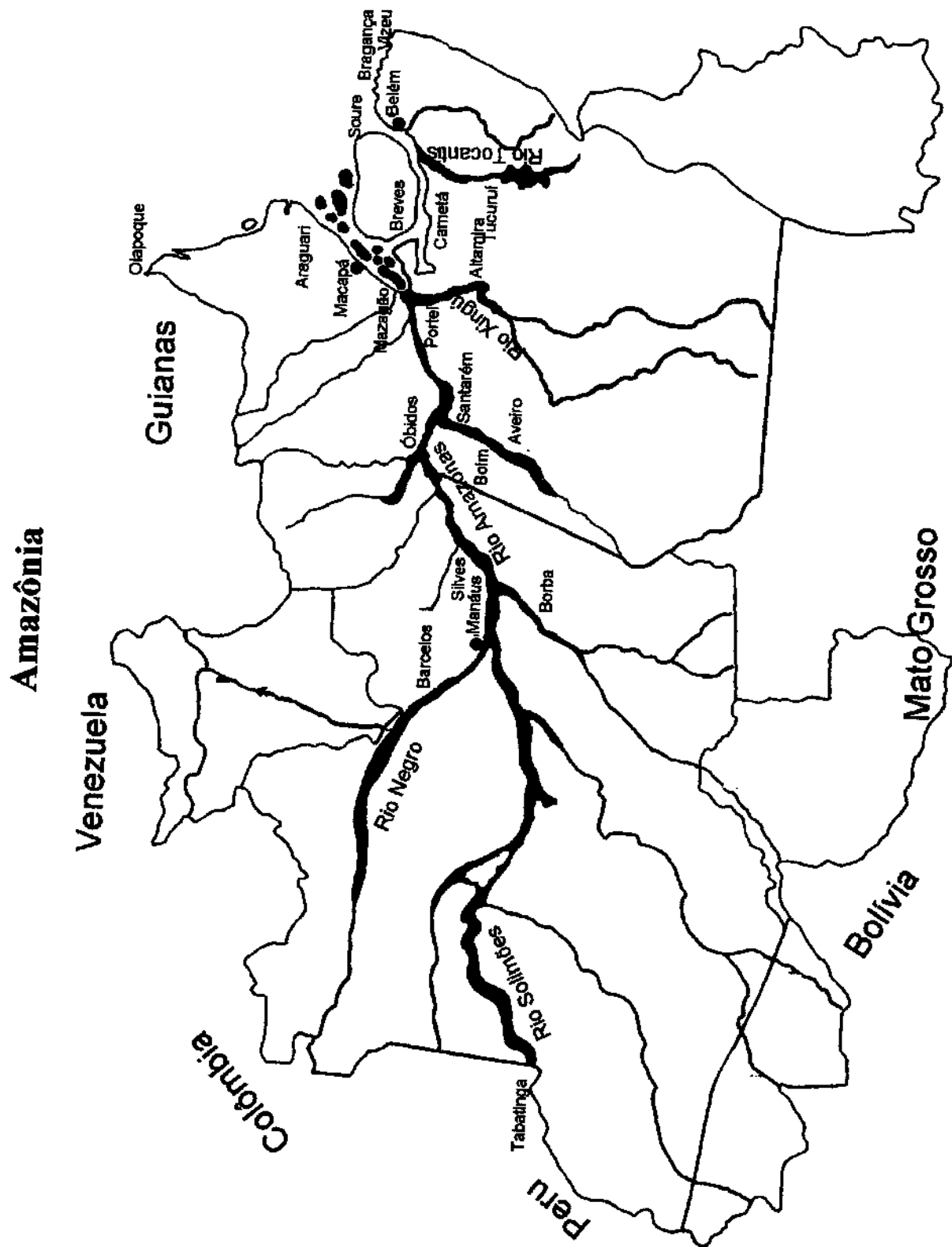
Com as constantes fugas e a formação de mocambos, o problema da insubordinação e criminalidade escrava também se fazia presente no Grão-Pará. Em 1741, em Belém, a viúva Dona Juliana Pestana França pedia com insistência providências para a prisão de um seu escravo considerado "perigoso". Também naquela área urbana se temia tumultos, sendo um "ajuntamento" dos pretos e pretas dissolvido na noite "numa rua da cidade". No interior a coisa não era diferente. Ainda em 1732, na região de Caieté vigiava-se um liberto vindo do Maranhão, devido a atitudes consideradas de

rebeldia. Em 1759, Manoel Pereira, um rendeiro que vivia junto ao rio Paranaíba, estava sofrendo ameaças de negros "armados com facas, pistolas e espingardas".(56) Todo cuidado, igualmente, era pouco com um negro "arrombador", denunciado em 1762. Quatro anos depois o preto Miguel Cayana era pronunciado por ter atacado uma ronda. Em 1784, "teve o diabólico arrojo hum mulato do Ouvidor Geral desta Capitania, pretendendo tirar a vida de seu senhor". Na Vila de Silves, em Barcelos, escravos assaltaram a igreja, roubando objetos. Era preciso controlar a escravaria. De Cametá, em 1795, vinham ordens para redobrar a vigilância sobre os negros. Por temer-se "dezordem e sedição", aqueles encontrados nas ruas à noite, sem permissão de seus senhores, seriam detidos pelas patrulhas de rondas.(57)

Ao que parece estas medidas tiveram reduzida eficácia. Mesmo nas fazendas reais-- como em Arari -- eram frequentes as deserções e insubordinações. Se senhores não conseguiam controlar seus escravos, os olhos vigilantes do poder público nas ruas da cidade e principalmente nas brenhas da floresta pouco alcançavam. Numa ocasião, o lavrador Mateus de Sousa, morador junto ao rio Bujaru, justificava-se em petição ao Ouvidor Geral do Pará que tratava bem seus escravos com sustento, vestuário e assistência nas "suas enfermidades". Quanto aos castigos só os aplicava com a "devida moderação quando se fazem dignos disso para os conter dentro dos justos limites da subordinação". Para comprovar tais procedimentos, enviava em anexo vários atestados de moradores, vigários e alferes, seus vizinhos. Entretanto o tal Mateus reclamava que isso nada adiantava, pois seus escravos continuavam in-

subordinados e fugindo. Na Vila de Igarapé-Miri uma força policial era mobilizada contra o mulato Alexandre e seu irmão Agostinho. As acusações rezavam que fugidos andavam numa "vida libertina e absoluta" e tinham "decomposto os homens brancos e puxado por armas de fogo".(58)

Havia, como vimos, quilombos e/ou mocambos de negros em quase todas as áreas da Amazônia Colonial, alcançando as capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro. Dentre as principais áreas destacam-se Amapá (com as vilas de Macapá) e Mazagão -- na qual veremos mais adiante tornou-se rota de fugitivos nas fronteiras com a Guiana Francesa -- a área de Santarém (Trombetas, Alenquer, Obidos, Monte Alegre) com os mocambos formados nos rios Curuá e Cuminá; a área do Tocantins (Aeiros, Cametá, Abaeté, Mocajuba) as áreas próximas a Belém (Guamá, Cotijuba, Mosqueiro, Vigia, rio Acará, rio Capim e Beja); as áreas do Marajó (Ilha de Joanes, Soure, Caviana, Mexiana, Arari, Chaves); as áreas em direção a Capitania do Maranhão (Bragança e Ourém) e também em outras áreas e vilas dispersas mais ao centro e oeste da Amazônia ao longo dos rios Tapajós, Negro, Solimões, Xingu e Madeira (Barcelos, Ega, Faro, Cintra, Boim), etc. Em meio a tantos mocambos e fugitivos, aquela floresta revelaria outros mistérios.



III. INDIOS E MOCAMBOS SEM FRONTEIRAS

Esta floresta amazônica de fugitivos e de mocambos que um pouco descrevemos tinha a sua complexidade. Os frutos da floresta podiam ter qualidade, tamanho e gostos diferentes. Eram também freqüentes as fugas e a formação de mocambos de índios, não raras vezes, juntamente com os negros. Isso aconteceria em várias partes do Grão-Pará, principalmente ao longo da administração pomballina com a implantação e, depois, a desestruturação do Diretório de índios. Populações indígenas inteiras eram atraídas, "resgatadas", ou através dos "descimentos" acabavam sendo recrutadas para trabalhos compulsórios por toda esta área colonial. Havia, assim, uma constante migração das populações indígenas, transferida das suas localidades de origem para aquelas das feitorias, fortificações e outras regiões de produção extrativa e agricultura.(59) Este processo foi longo e penoso para as populações indígenas amazônicas. Houve resistências, lutas, levantes, fugas e a formação de mocambos.(60)

Em meados de 1752, uma diligência em Cametá seria enviada contra um "mocambo principal" para capturar índios fugidos. Mais distante, na região do Tapajós, no ano seguinte reclamava-se dos ataques às roças feitas pelos índios que tinham fugido dos aldeamentos formados pelos missionários. Soldados enviados a este mocambo não tiveram êxito. Visto que o mesmo estava "com sentinelas hum dia de caminho antes de chegarem". Deste modo, apenas encon-

traram todas as casas desertas". Índios fugiam em massa.(61) No rio Moju, próximo da Vila de São Miguel e Almas, uma outra expedição punitiva encontrou outro mocambo de índios abandonado com "casas e muitas roçarias de mandioca". Do Gurupi, notícias sobre índios amocambados davam conta que eles "desertão a fim de não trabalharem". Em Barcelos, em 1761, diligências contra pelo menos dois mocambos conseguiu capturar mais de 30 índios. Descobriu-se que os índios tinham roças e ferramentas nos mocambos. Alertava-se que:

(...)dar nos mocambos me parece ser muito conveniente, porque he o único meio de se restituirem os índios fugidos as suas respectivas povoações, e ao mesmo tempo constar nellas os que de ordinario se lhe vão reunir, pois os que se achão amocambados não se descuidarão de os mandar partes para engrossarem o seu partido".(62)

Existiam também mocambos de índios por toda parte. Na vila do Conde e em Piria, dizia-se quanto aos índios que tinha "já bastante gente em mocambo".(63) Em Portel, havia várias denúncias quanto ao abandono de "serviço" por parte dos índios e que as povoações eram "compostas de mucambos que só aparecem quando querem". Investigações sobre fugas coletivas de índios em Soure revelaram "que todos seguem no caminho de Arauari, a donde se achão grandes mocambos". Da Vila de Monsaraz, próximo ao rio Caracará "nos matos de Ponte de Pedra se achão amocambados 40 pessoas desta vila entre grandes e pequenos vivendo como no sertão sem missa nem confissão". Thomas Gonçalves, índio da Vila de Boim era acusado, em 1763, de ocultar "certos fugidos da mesma povoação fazendo-se cabeça de mucambo".(64) Não muito distante do engenho do Carmelo, denunciou-se que as expedições anti-mocambos de in-

dios seriam frustradas posto que "havia comunicação continuada de alguns índios destes moradores com os do mucambo, que facilmente os poderão avizar". Em Alter do Chão e em Monte Alegre outras diligências contra fugitivos índios seriam realizadas em 1765. Em Serzedelo, em 1791, a atenção estava, toda voltada para os índios fugidos que "vierão a povoação, porém, ocultos, e com o sentido de levar consigo algumas mulheres e se amocambarem na boca deste rio". Nas Vilas de Franca, Boim, Santarém e Alter do Chão, os habitantes reclamavam do "gentio do mato" nos mocambos que estavam cometendo *razias* e assassinatos no local. Também, em Santarém, em 1773 notícias informavam sobre os índios "Motrucus" que estavam amocambados. No rio Arapi, falava-se de "gentio no mocambo" que estava faminto. Na Vila de Abaeté, uma relação com os nomes de diversos moradores informava sobre a deserção de mais de 20 pessoas, destacando-se índios e mulatos. Não necessariamente de fugidos, grupos indígenas também atacavam as vilas.(65)

As rotas dos índios fugidos podiam ser das mais diversas. Assim como suas aldeias de origem, seus mocambos eram móveis, podendo eles migrar para outras regiões em diversas direções. Digase, a propósito, que muitos índios eram destinados a trabalhar bem longe das regiões de suas aldeias de origem. Essa prática das autoridades portuguesas visava também dispersar e desarticular os grupos indígenas. Índios capturados em algumas regiões tinham como castigo o envio para outras áreas bem distantes. Em 1781, por exemplo, ordenou-se "copiosas remessas" de índios das Vilas de Ourém, Portel, Melgaço, Monte Alegre Alenquer e Outeiro para Macapá, como castigo das deserções das viagens do rio Negro do ser-

viço dessas vilas. Na Vila de Borba, em 1778, as autoridades eram alertadas para "precaver a furtiva passagem dos índios desta capitania para a do Mato Grosso". Em Benfica, em 1780, tentava-se capturar "índios amocambados" no Igarapé Tamatatu e no rio Tanhá. (66)

O que estava acontecendo aos índios? O trabalho escravo na Capitania do Grão-Pará, até meados do século XVIII, se baseou fortemente na mão-de-obra indígena. O trabalho compulsório destes até a era pré-pombalina dividiu-se entre escravizados e indígenas. A escravização dava-se por "guerra justa", resgate, "descimentos" e compra de prisioneiros de guerra. Havia também a escravização ilegal empreendida por particulares.(67) Quanto aos livres, estavam divididos em aldeamentos indígenas organizados por missionários. Apareciam aldeias de serviço das ordens religiosas, aldeias do serviço Real e aldeias de repartição. As disputas e conflitos entre colonos e religiosos (principalmente os jesuitas) pelo efetivo controle da mão-de-obra indígena eram constantes.(68)

Durante a última década do século XVII e a primeira metade do século XVIII, os conflitos e desacordos entre jesuitas, moradores e colonos em torno do tratamento e controle sobre as populações indígenas aldeadas foram, na verdade permanentes. Foi o período das *aldeias-missões*. Realizariam-se várias *entradas* e expedições de *resgates* para a captura de índios. As estatísticas sobre o número de índios convertidos pelos religiosos são incompletas. Dizia-se que só de índios em aldeamentos de jesuitas havia 11.000 em 1696 e 21.031 em 1730. Em 1750, calculava-se que em

todas as ordens religiosas juntas na Amazonia (jesuitas, franciscanos, mercedários e carmelitas) havia 63 aldeias e cerca de 50.000 índios aldeados.(69)

Nas estatísticas dos aldeamentos não foram consideradas as populações indígenas vítimas de varíola e outras epidemias ocorridas no próprios aldeamentos religiosos assim como a enorme quantidade de índios fugidos. Comentando sobre o impacto das epidemias na Amazônia Colonial, Dauril Aldem anota que somente em Belém e seus arredores morreram 4.900 pessoas em 1749, e no ano seguinte quase o dobro. No interior, os índices de mortalidade foram ainda maiores, afetando fundamentalmente as populações indígenas aldeadas ou não. Nas missões do rio Negro e Solimões mais de 2.000 índios morreram. Só numa missão jesuíta na foz do rio Madeira houve 700 mortes. Em 1750, a capitania do Grão-Pará tinha confirmado a morte de mais de 18.000 pessoas e as autoridades previam que este número poderia ultrapassar os 40.000. Segundo Aldem "este cálculo no incluía al gran número de foragidos que formaban campamentos (mocambos) en los bosques cercanos y cuya presencia se convirtió en fuente de graves preocupaciones tanto para los colonos como para los oficiales reales".(70)

Os jesuítas além, de utilizarem índios como mão-de-obra escrava nos aldeamentos, participariam do tráfico escravo de índios e depois de negros na Amazônia durante os séculos XVII e XVIII.(71) Não só religiosos e colonos, mas também, o poder público na Amazônia Colonial teria importante papel no apresamento e utilização da mão-de-obra indígena. Como bem anotou John Monteiro destacando a política indigenista colonial na Amazônia no

século XVII: "se nas capitanias do sul, as expedições foram empreendidas à revelia das autoridades, a presença e ingerência do estado no abastecimento e distribuição da mão-de-obra nativa eram notáveis".(72)

Com o projeto ilustrado pombalino para a região, no início da segunda metade do setecentos, é decretado o fim da escravidão dos índios e se retirava o poder temporal dos missionários religiosos sobre os aldeamentos, desmanchando parte da estrutura de controle da mão-de-obra indígena na região. Reaparecem mais fortes os conflitos entre o Estado Português e os jesuítas pelo controle sobre os indígenas. O processo de secularização das missões avança. Ao mesmo tempo o tráfico escravo africano é incrementado.(73) Tal projeto de desenvolvimento colonial traz um impacto para a região, produzindo efeitos sobre a população indígena. Sob a perspectiva de criar as chamadas "muralhas do sertão", os índios são transformados em colonos e/ou súditos. Povoações indígenas e antigos aldeamentos se transformam em vilas. Em 1757 seriam criados os Diretórios pombalinos, pelo então Governador Mendonça Furtado. Como perspectiva de controle sobre a população indígena, consistiria num conjunto de normas regendo a vida da mesma. Incentivar-se-ia a agricultura, surgiria a figura do Diretor das vilas e as atividades econômicas seriam por ele mediadas. Para além do desenvolvimento econômico da região, este conjunto de medidas visava tanto controlar a população indígena como aplacar a ira dos colonos, insatisfeitos com o problema da mão-de-obra. Temiam-se motins por parte dos moradores e colonos e a dispersão dos índios escravizados e aldeados.(74)

Segundo MacLachlan, a Coroa portuguesa para a Amazonia implementou, de fato, um tipo de controle agressivo sobre o trabalho indigena ao longo do século XVIII, principalmente depois da extinção dos sistema de missões.(75) Os Diretórios foram criados em 03/05/1757, sendo confirmado em 17/08/1758. Antes disso -- em 05/06/1755 -- foi decretada uma lei libertando todos os índios do Grão-Pará e Maranhão. Somente em 08/05/1758, ou seja, três anos depois, esta lei seria estendida para as demais capitanias. Para Belloto, a "intenção do Diretório era muito mais no sentido do afastamento da Cia. de Jesus do que no de uma menor sujeição das nativos ao trabalho forçado". É possível argumentar diferente. A criação dos Diretórios fazia parte de uma politica colonial de ao mesmo tempo controle da mão-de-obra indigena e ocupação efetiva da Amazônia. A inclusão, por exemplo, sistemática de brancos nos aldeamentos, além do controle, tinha uma perspectiva de integração, domínio e ocupação colonial.(76)

Entre as principais imposições dos Diretórios estavam: a) lingual geral; b) escolas e professores; c) estilo de roupas; d) vida familiar e, e) integração econômica e política das populações indigenas. Como parte do controle sócio-econômico havia ainda o pagamento dos dizimos.(77)

Nas mentes das autoridades, este seria um período de transição. Os índios poderiam continuar sendo utilizados nas lavou-
ras, porém, cabendo aos moradores pedir licença através do Juízo de Orfãos. Sob a ótica da "moralidade" e "civilização" articular-se-ia compulsão ao trabalho e disciplinarização da mão-de-obra. Somente em 1798 os Diretórios seriam extintos.(78)

Existindo antes, com tais mudanças, as fugas de índios podem ter aumentado bastante nesta região. Aliás, meses antes do decreto de abolição da escravidão indígena, se referindo a fuga, alguém diria: "não há meio algum de os fazer parar, porque nas aldeias não só não são castigados, mas, contrariamente, favorecidos e amparados, e sem estes índios já V. Ex^a sabe que nada se pode fazer".(79) Outrossim, além de aumentarem em frequência, as fugas passaram a ser em massa, com a desorganização das missões e a criação destes Diretórios. Com isso, mocambos e mais mocambos formar-se-iam. Mocambos de índios e depois de negros e índios. A denominação "mocambos de índios", abundante na documentação pesquisada, talvez não estivesse sendo anacrônicamente utilizada pela burocracia colonial. Termo africano, utilizado para comunidades de fugitivos negros e tornando, juntamente com quilombo, de uso comum pelas autoridades coloniais, era também usado para definir índios que fugiam e formavam comunidades no interior da floresta.

Para além das possibilidades da utilização da mesma nomenclatura *mocambo* para os grupos de escravos negros e índios fugidos, quais seriam os significados deste tipo de resistência (fugas coletivas e o estabelecimento de mocambos) para as populações indígenas, neste contexto, do Grão-Pará Colonial.

De início vale destacar que as populações indígenas também percebiam as políticas coloniais na Amazônia e as disputas internacionais em torno delas. Em vários outros contextos de colonização nas Américas, é importante igualmente ressaltar, como grupos indígenas, escravos africanos, exércitos coloniais, colonos, ma-

rinheiros, piratas e autoridades tiveram percepções políticas complexas do processo de colonização, envolvendo guerras, tráfico, escravização, etc. Pensando na tradição de resistência indígena ao longo da colonização é possível seguir algumas pistas lançadas por Craton. Utilizando a categoria *continuities* (continuidades) em duplo sentido, este autor analisa, por exemplo, as possíveis semelhanças estruturais nos modelos de opressão e resistência e as conexões de significados nas transformações de resistências das *Caribs* e dos *Blacks Caribs* na região caribenha. Índios começaram a ver os cativos africanos como circunstanciais aliados e em alguns momentos foram encorajados a fugir. Além disso, as várias populações indígenas locais -- principalmente os *Caribs* perceberam e agenciaram a seu favor as divisões, disputas e guerras entre os colonizadores europeus desde o século XVIII. Isso aconteceria em várias outras áreas escravistas das Américas.

(80)

Na Amazônia colonial, um processo histórico de resistência e significados políticos semelhantes podiam estar acontecendo. Desde o século XVII, populações indígenas já vinham conhecendo as políticas coloniais de *resgates*, *entradas*, "descimentos" e aldeamentos. Perceberiam até a primeira metade do século XVIII, os conflitos entre colonos autoridades e, principalmente jesuítas, em torno das missões. A resistência às missões já acontecia com fugas coletivas e também *razzias*. Ao mesmo tempo, grupos indígenas que não tinham realizado "descimentos" e/ou foram efetivamente aldeados migravam. As experiências seculares de migrações de grupos indígenas aconteciam agora num contexto de ocupações de

fronteiras, disputas e implementações de políticas coloniais na Amazônia.(81)

Grupos indígenas também devem ter acompanhado com apreensão as mudanças das políticas coloniais ocorridas na segunda metade do século XVIII, principalmente com a lei da emancipação e a criação e regulamentação dos Diretórios. Grupos indígenas não aldeados podem ter provocado novos processos migratórios, inclusive, transpondo as fronteiras em disputas. Nas vilas formadas pelos Diretórios -- com inúmeros indígenas aldeados -- ocorreram fugas em massa. Cabe destacar que houve nos Diretórios tentativas de unir grupos étnicos indígenas rivais. Além disso, com os "descimentos" populações indígenas de algumas áreas eram transferidas para outras mais distantes. Neste caso, grupos indígenas foram divididos e distribuídos em vários aldeamentos.(82) Com as fugas coletivas e a formação de "mocambos de índios" que tanto as autoridades coloniais reclamaram na Amazônia Colonial, vários indígenas refugiados devem ter tentado -- na impossibilidade de retornar as suas áreas de origem e/ou com suas tribos -- se estabelecer em comunidades na floresta, reorganizando-se em grupos étnicos e sócio-econômicos.(83)

Estratégias de índios e negros fugidos podiam ser semelhantes. Assim teriam percebido as autoridades coloniais e metropolitanas? Talvez isso explique a série de consultas feitas pelas autoridades coloniais ao Conselho Ultramarino. Em 1752, em carta enviada ao Rei, o Governador Mendonça Furtado pedia novamente que as penas previstas aos negros por lei de 1741 fossem também aplicadas aos índios amocambados da Capitania do Grão-Pará. O motivo

da renovação de seu pedido tinha razão de ser. Sustentava seu argumento dizendo que a despeito de uma consulta sua ao Conselho Ultramarino sobre este assunto ter sido indeferida (ou seja, os oficiais da Câmara pediram que os índios fossem, igualmente marcados --- 30/05/1750 --- porém, o Conselho proibiu em resposta de 12/05/1751), os moradores do Pará tinham o costume de marcar com um ferro os seus nomes no peito dos índios fugidos de seu poder.(84) Considerando que os burocratas coloniais não inventaram nomes para classificar a formação das comunidades de fugitivos índios, os moradores e autoridades do Grão-Pará criaram práticas específicas para a repressão de índios fugidos.

"Mocambos de Índios" fugidos na Amazônia Colonial (1752-1809)

DATA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1752	Rio Cupijó	
1753	Tapajós	
1759	Barcelos	
1761	São Migual e Almas	
1761	Barcelos	
1762	Amapá	Araguari
1762	Mandim	
1762	Monsarás	
1762	Vila do Conde	Rio Piria
1762	Soure	
1763	Boim	
1764	Rio Capim	
1764	Cametá	Engenho do Carmello
1765	Monte Alegre	
1765	Alter do Chão	
1767	Xingu	
1768	Cintra	
1769	Serdello	
1769-73	Santarém	
1774	Umarim[?]	
1774	Rio dos Arapi	
1780	Benfica	Igarapé Iamatatua
1780	Rio Tanhá [?]	
1781	Portel	Rio Arapari
1781	Colares	
1782	Marajó	
1783	Nogueira	
1785	Vila de Serpa	
1787	Solimões	
1787	Santarém-Alenquer	
1789	Rio Bujarú	
1797	Rio Negro	
1797	Mondim	
1801	Rio Mapuá	
1809-5	Melgaço	

Fonte: APEPa, Códices 7, 8, 9, 24, 25, 26, 27, 39, 45, 59, 77, 88, 96, 97, 114, 144, 150, 190, 200, 219, 227, 234, 244, 246, 325 e 356.

Considerando as áreas onde apareceram os "mocambos índios" destacam-se justamente as regiões de Alter do Chão, Melgaço, Nogueira, Santarém, Boim, Barcelos, Serpa, Colares, Portel, etc. Nestas regiões se estabeleceram as principais vilas e Diretórios

pombalinos na década de 1750.(85) Fugir e estabelecer mocambos aqui podia significar resistir às imposições dos aldeamentos.

Nos anos de 1780, ao que parece, as fugas de índios aumentaram, pelo menos, nas regiões de Nogueira, Colares, Soure, Barcelos, Melgaço, Joanes, Ourém, Monte Alegre, Cintra, Alenquer, Rio Negro, entre outras. Não foi por acaso. Neste mesmo contexto tinha aumentado a retenção dos índios, permitindo-se o reassentamento privado, assim como os "descimentos". Acontecia, também, a excessiva demanda de mão-de-obra por parte do Estado. Cada vez mais precisava de braços para a construção e guarnição de fortalezas, manutenção de estradas e pontes, canoas de vigilância, etc. Igualmente aumentavam os trabalhos nas expedições demarcatórias.(86) Ainda que em 1755, a Coroa Portuguesa determinasse aos índios das Capitanias do Grão-Pará e Maranhão "a liberdade de suas pessoas, bens e comércio sem outra inspeção temporal que não fosse a que devem ter como vassalos", a sua utilização compulsória, sempre continuou. Em 1775, em Baião, índios eram denunciados "por não quererem absolutamente trabalharem e com suas fugas, causarão inconsiderável prejuízo" às canoas de negócio. Ainda em 1803, reclamava-se ao Conde dos Arcos que ali como em outras capitanias existia o "abusivo costume" de se obrigar índios a trabalharem por "tênue jornal". Com isso eram comuns as fugas de escravos, "procurando huns outras capitanias e buscando outros os sertões e matos".(87)

Na verdade, mesmo com a extinção do diretório e mesmo toda a legislação emancipatória, a exploração do trabalho forçado indígena nunca cessou na Amazônia. Como anotou Nádia Farage: a li-

berdade dos índios era uma ficção política.(88) Em 1790, Miguel de Carvalho era preso acusado de contratar, sem títulos, "grande número de índios" para as suas roças. Havia ao mesmo tempo falta de controle e vistas grossas das autoridades portuguesas. Os próprios colonos reclamavam da falta de mão-de-obra para as lavouras e a produção extrativa. Por sua vez mesmo as autoridades do Pará sabiam da vital necessidade dos índios para o trabalho nas fazendas reais, equipação das canoas, etc. Com a falta de gêneros na região tentava-se sem sucesso "promover as lavouras particulares dos índios persuadindo-os". Enquanto isso a população indígena diminuía. Não bastassem as deserções, havia ainda o problema das epidemias. Com a contunuidades das fugas, os índios perceberam não só o impacto das doenças, mas também as mudanças na política colonial. Numa visita pastoral na região do rio Negro, em 1762 foi denunciado que os índio *Ariquena* tinham fugido em massa "muitos das nossas terras para os castelhanos". (89) Ainda em 1780, noticiava-se que índios escravizados "por não quererem servir a seus senhores se amocambarão em as cabeceiras deste rio [em São Bento] e com a notícia que tiverão da lei das liberdades voluntariamente forão descidos", tendo a Coroa cedido terras para que produzissem. Também nesta ocasião, autoridades e colonos procuraram estabelecer, de forma mais efetiva, o tráfico de africanos para a Amazônia.(90) Os índios também, certamente, perceberam a floresta cada vez mais escurecer com a chegada dos africanos.

Ao mesmo tempo que continuavam os "descimentos" de grupos indígenas, sugiam mais fugas e mocambos de índios.(91) Da vila de Portel, em 1781, enviavam tanto diligências para acompanhar o

"descimento dos índios do Pacajaz", como para destruir um mocambo no rio Arapari. No rio do Taqueri, na ilha do Marajó, falava-se que "junto à fazenda de Angélica de Barros está hum mocambo". Em Santarém, na área de Tabatinga e em outros locais definidos pelos tratados como fronteiras com os domínios espanhóis também se noticiava a existência de inúmeros mocambos. Nos lagos do Capim Tubá e Paracari, em Alenquer, foram presos 25 índios amocambados. Em 1789, do Bujaru, junto ao rio Jabutiapepú, foi enviada uma diligência para prender fugitivos índios. Em não raras ocasiões, temiam ataques às vilas por índios amocambados. De fato, a deserção dos índios -- seja pela frequência e quantidade -- acabava desorganizando parte da economia extrativa no Grão-Pará, tanto para os colonos como das fazendas e propriedades da Coroa.(92)

Foi, sem dúvida, na Amazônia -- entre todas as regiões brasileiras coloniais -- que as populações indígenas de forma mais intensa e original gestaram uma rica tradição de resistência com a formação de grupos de fugitivos. É possível argumentar a respeito dessa originalidade. Mesmo considerando a imensidão desta área, o pouco povoamento e a dispersão de vilas e povoados, os índios em tais mocambos não ficaram totalmente isolados.(93) O incremento das fugas de índios e de seus mocambos no Grão-Pará acontece quando também africanos ali desembarcavam em maior quantidade. Também seria possível argumentar de que modo a tradição indígena de fugas foi também informada rapidamente com aquela iniciada pelos africanos em algumas áreas. Estes e seus descendentes, com apoio e juntamente com os índios, criavam suas rotas de fuga, seus mocambos e buscavam a autonomia no meio das florestas.(94)

Em 1752, num sítio de Antônio Nunes da Silva no rio Cupijó, falava-se da existência de índios escondidos com criminosos e negros. Dez anos depois, negros e índios em Beja eram acusados de fazerem "salga" conjuntamente. Na mesma ocasião, pretos, mulatos e índios foram capturados em um mocambo, na região de Melgaço, no Tapajós. Em 1772, em Ponta da Pedra, tentava-se destruir "hum mocambo de índios, mulatos e criminosos, de que é cabeça hum mulato chamado Narcizo que foi dos padres da Companhia". Estes quilombolas praticavam roubos e mantinham comércio nas povoações próximas. Solidariedades entre índios e negros naquela terra comum que os escravizava começavam a aparecer. Índios em Salvaterra invadiram a cadeia para dar fuga ao "preto Manoel José". Na região de Macapá, índios da "nação Marauanu" estavam refugiados com os pretos. Também de Gurupá noticiava-se que índios e cafuzos fugidos andavam juntos. Na região de Baião foi o mameluco Francisco Gregório quem manteve contatos com o "gentio Arámary" na cachoeira do rio Ita-quona. Em Joanes e Monsarás, foi preso o preto fugido Miguel, conhecido ladrão de gado. Sabia-se mesmo que os índios locais "tinham comércio com os ditos fugidos".(95) Em Benfica, ainda em 1775, a propósito de uma expedição contra "hum mucambo de índios vadios" aconteceu que:

"(...)vindo os índios conduzindo-os para este lugar encontrarão-se com os pretos de Francisco Antonio, e como os ditos vadios tinham contatos com os pretos, estes tirarão das mãos dos índios da povoação os presos."(96)

Mocambos de índios e de negros se misturavam. Autoridades procuravam um, encontravam outro, ou mesmo ambos. Nas matas do engenho de um capitão, no rio Acará, aconteceram duas mortes, em

1790. Com a recomendação de "todo o segredo", foram determinadas investigações, visando descobrir se "por ali, ou por outros sítios, haverá mocambos de pretos ou índios fugidos". Em 1795, em Cachoeira eram enviadas duas escoltas, uma "pelos rios Anavejú, Tauhá, Atujá, e outra pela foz do rio Atué, por todas aquelas ilhas adjacentes, Muaná, Pracáuba para impedir as absolutas (sic) [absurdos?] que costumão por aquelas partes fazerem os índios, pretos e soldados dezertores". Em Almerim, mulatos e índios que andavam pelos matos fugidos foram acusados de incendiar uma residência. Também na fronteira com a Capitania de Goiás denunciava-se que pretos e índios fugidos podiam se aliar visando o extravio de ouro.(97)

Próximo do rio dos Macacus, junto às cabeceiras do rio Mapiará, no início dos oitocentos, foram capturados fugitivos negros e índios. Investigações feitas entre alguns dos capturados e outras pessoas possibilitaram a descoberta de que existia:

"pelos centros dos matos da Ilha de Joannes muitos mucambos com muita e diferente gente acoitados por algumas pessoas graduadas destes mesmos destritos para se tirarem dos seus trabalhos e negociações como acontecia a estes apreendidos, que se comunicavão com elles bastantes pessoas, utilizando-se do seu trabalho"(98)

Em várias regiões das Américas Negras, comunidades de escravos fugidos se miscegenaram com populações indígenas locais, como por exemplo os *Blacks Caribs* de São Vicente e Honduras, os *Caribs* de São Domingos, os índios *Moskitos* também de Honduras e os *Seminoles* na Flórida. Estes últimos formaram vilas com negros fugidos. Também próximo a região do sul do E.U.A. na primeira metade do século XVIII -- área de disputas colonias -- ingleses,

espanhois e franceses utilizaram escravos negros como intérpretes, mensageiros e espiões contra tribos indígenas. Os índios *Creeks* desta região mantinham negros como escravos e também utilizavam os mesmos no tráfico de peles. Podiam tanto proteger os negros fugidos como incorporá-los as tribos como escravos. Havia ainda conflitos entre grupos de negros fugidos e eles, devido ao sequestro de mulheres.

Alguns conflitos entre os indígenas e quilombolas podem ter sido promovidos, inclusive, pelas próprias autoridades coloniais como sugere Craton para o Caribe. Em contrapartida, este autor argumenta de que modo os europeus, em diferentes contextos, procuraram estabelecer alianças com indígenas e *maroons*. Se, em algumas vezes, conflitos entre indígenas e *maroons* foram provocados e estimulados pelos europeus, em outras ocasiões, ingleses, franceses, holandeses e espanhóis forjaram com estes alianças circunstanciais, visando impedir invasões e/ou garantir possesões nas ilhas caribenhas. Craton cita o exemplo dos *cimarrones* do Panamá, que se aliaram com os ingleses e contra os espanhóis em 1570.(99)

No caso do Brasil colonial -- especialmente na Amazônia -- tais contatos e solidariedades entre índios e negros podiam ter motivações variadas. As explicações podem ser diversas e complexas. Para o Grão-Pará, é bom destacar o fato de que em várias áreas produtivas, especialmente nas feitorias e construções de fortificações, escravos e índios trabalhavam juntos. Em muitos engenhos e engenhocas de outras capitanias isso também aconteceu até os primeiros anos do século XIX. No Pará, no final do sete-

centos, numa grande extensão territorial com uma população totalmente dispersa, em qualquer lugar -- guardadas as especificidades sócio-demográficas de algumas áreas -- tinha sempre um pouco de índio e um pouco de negro, e portanto, fugas, mocambos e alianças. Tais contatos possibilitavam também uniões consensuais e mesmo casamentos entre índios e negros. O fator miscigenação também deve, portanto, ser considerado.

Os negros fugidos provavelmente contaram com grupos indígenas para estabelecer rotas de fugas e contatos comerciais. Dominar a floresta era a primeira lição para conquistar a liberdade. A vida nela poderia ser tão dura como aquela conhecida sob a escravidão. Índios e fugitivos negros nas fronteiras amazônicas podem ter compartilhado experiências históricas. Arthur Ramos fez uma interessante observação no final da década de 30:

"E agora ocorre-me uma hipótese ao espírito sobre a discutida questão da procedência dos contos do Ciclo do Jaboti, no norte brasileiro - si de origem africana, si de origem ameríndia, visto ter Couto de Magalhães colhido uma série inteira destes contos entre os indígenas do Amazonas. Poderíamos supor uma influência dos 'bush negroes' entre as populações primitivas dos afluentes da margem esquerda do Amazonas, nos limites com as Guianas. Lembro-me de ter assistido num cinema a um destes Shorts nacionais sobre as fronteiras (e esse justamente na fronteira com as Guianas) onde havia uma rápida cena de um grupo de negros em estado semi-selvagem. Não havia no filme, nenhuma legenda, a menor referência àquela amostra humana. Sou levado a crer tratar-se de um grupo dos negros das selvas das margens do Surinam, que, ultrapassando as cabeceiras do rio, chegavam às fronteiras brasileiras. É um assunto virgem, entre nós - esse do estudo das influências prováveis do BUSH NEGRO entre as populações aborígenas da Amazônia".
(100)

Ramos era um estudioso das influências da chamada "aculturação" negra em várias partes das Américas. Estava na vanguarda

destes postulados na época. Dialogava de perto com a literatura internacional, destacando-se, entre outros, os estudos de Herskovits. Suas sugestões bem que poderiam ser seguidas. No final do século XIX, o Barão de Marajó afirmaria que "índios e negros do mocambo se comunicavam com as malocas de negros que povoavam as cabeceiras do Saramaca e Surinam na colônia holandesa".(101) Em expedição pela Amazônia em 1928, especialmente na região de Obidos e Tumucumaque, Cruls observou que ainda existiam negros remanescentes dos "mocambeiros". Ali já há algum tempo faziam comércio de castanha, cumaru (um tipo de fragância) e óleo de copaíba. Segundo soube na viagem, estes "mocambeiros" tiveram contatos com os grupos indígenas *Ariquena*, *Xaruma* e *Tunaiana*. Estes contatos, além de trocas comerciais, foram também cercados por conflitos. Roubaram mulheres indígenas e foram atacados, indo se estabelecer em outros pontos mais baixos do rio. Ainda assim, soube que através dos grupos *Tiriós* e dos *Pianocotós* na fronteira, estabeleceram contatos, inclusive, com os "negros da mata (bush negroes)" do Suriname.(102)

Tais contatos podem ter gerado miscigenação. Seria então a "amostra humana" sugerida por Ramos. Quilombolas do Suriname, grupos indígenas e negros fugidos fizeram um encontro nas fronteiras amazônicas. O Frei Alberto Krause, atravessando a cordilheira do Tumucumaque em 1944 colheu num depoimento do cacique Aparai dos *Macuru*, a informação de que havia naquela região "18 tribos de índios e 4 de negros". O referido Krause acreditava que tais "tribos negras compõem-se provavelmente de negros fugidos, os *Meico're*, uma destas tribos fala o dialeto carába". Funes --

baseando-se em Protassio Frikel -- destaca que *Meico're* era igual a MEKORO ou BOSCHNEGERS.(103)

Mais poeira dos arquivos e um pouco da bibliografia etnográfica dos índios desta região podem nos ajudar a seguir em frente.(104)

Durante a breve ocupação de Caiena pelos portugueses nos primeiros anos do Oitocentos, as autoridades coloniais informavam sobre a existência -- na região entre o Oiapoque e o Araguari -- de várias povoações e aldeias indígenas. Falava-se de "índios selvagens de grandes orelhas" e de uma "outra nação desconhecida que se parece com os negros fugitivos do Suriname".(105) Jorge Hurley -- de quem falaremos com detalhes mais adiante -- visitou a região do Oiapoque nos anos de 1920, conversou com negros *Saramacas* em São Jorge, Caiena. Além disso anotou que entre as tribos que habitavam a extensa região da Guiana, no lado brasileiro da fronteira, havia os *Tahyrá* e os *Jucá* "compostos de homens pretos agigantados, que comercializam ouro em pó com os franceses", e também os *Lontravasso* "pretos antropófagos".(106)

Em 1858, o delegado de Polícia de Obidos, Romualdo de Souza Paes de Andrade enviaria em ofício reservado ao Chefe de Polícia provincial do Pará. Tinha conseguido preciosas informações junto a Thomaz Antônio d'Aquino que do rio Trombetas, onde "internando-se pelo rio Arepecuruassú foi dar com os índios que habitam nas cabeceiras do mesmo rio". Revelaria ainda que "encontrou pretos fugidos, pois consta que os índios habitam juntamente com últimos". O referido delegado complementaria estas informações dizendo que "no Trombetas existem não menos de 300 escravos

por que tem sido um mocambo inexpugnável e d'uma existência longuíssima". Por último alertava:

"Os perigos que nos cercão são innúmeros, por que além do mocambo do Trombetas, de outros menores, de que se acha este destricto rodeado, existem os Indios à quem da cordilheira do Tumucumaque, e para além da mesma cordilheira existem trez repúblicas independentes de negros que infalivelmente devem comunicar-se com os de cá por intermédio dos indios. V.S.^a sabe que a parte mais tranzitável da cordilheira supradita é justamente a que nos serve de limites com a Colônia Holandesa e que desta cidade [Obidos] sobre a margem do Surinam existem apenas 140 léguas de 18 grãos, e que consequente é preciso que o Governo preste muita atenção para o Rio Trombetas. As repúblicas de que acima fallei a V.S.^a reconhecidas pelos holandezes em 1809 e existem uma ao lado do alto Maroni, outra sobre o alto Saramaca, e a outra sobre o alto Cotica todas por conseguinte a menos de 100 léguas desta Cidade. A nossa lavoura definha pellas immensas fugas que diariamente aparecem, e se não der providências certamente bem cedo estaremos sem um escravo".(107)

Provavelmente o dito Romualdo referia-se aos grupos de negros *Saramakas*, os *Boni* e os *Djukas*, antigos redutos de escravos fugidos que forçaram as autoridades coloniais holandesas estabelecer tratados de paz no século XVIII.(108) Quilombolas do lado brasileiro já estavam entrado em contato, nas fronteiras, com os negros fugidos e seus remanecentes *maroons* do Suriname. Tinham o apoio de grupos indígenas locais. De fato, para a região do Baixo Amazonas e as fronteiras com o Suriname existem várias evidências sobre tais contatos sócio-econômicos. Funes anota que em 1727, missionários franceses diziam que grupos indígenas -- os *Xarumas* e os *Parankari* -- dos altos rios da Guiana mantinham contatos com os traficantes holandeses.(109) Grupos indígenas de ambos os lados desta fronteira tinham a tradição de migrações constantes, permitindo contatos com negros fugidos tanto no Brasil como no

Suriname. Dentre estes índios, destacam-se os *Turujó*, os *Pianogotó* e os *Xaruma*. Sabe-se que desde 1749, grupos indígenas instalados na fronteira estabeleciam contatos com os *bush negroes* ("negros da mata") do Suriname.(110) Em 1875, Barbosa Rodrigues, um conhecido viajante da região do Trombetas diria:

"Os mocambistas além do trato com os brancos das povoações negociam por intermédio dos Arequenas com os Tunayanas, com os Charumas e Piana-ghotós, que por seu turno comerciam com os Drios e estes com os mocambistas do Suriname".(111)

Entrevistando, em 1992, uma remanescente destes quilombos no Baixo Amazonas -- mais propriamente aquele conhecido como Pacoval - Funes numa pesquisa de Etno-História anotou a fala sobre tais possibilidades de contatos: "ficava prá pegá a margem da baia, não ficava longe a cidade de Holanda, que eles sabiam onde era mais não iam lá por que não dava".(112)

Nestas regiões da Amazônia -- principalmente nas divisas do Suriname e Guiana Francesa -- negros fugidos, grupos indígenas e outros personagens reinventaram constantemente suas próprias fronteiras. Em 1855, por ocasião de uma expedição anti-mocambos dizia-se que no rio Mapuera havia "gentios, uns de cor alva e barbados e outros de cor bronzeada e barbados". Outrossim, estes estavam "em contato com os negros quilombolas e que todos traficam com os comerciantes ou mascates de Demerara, colônia holandesa donde lhes vem armas de fogo, terçados de superior qualidade como os que encontrei no mocambo".(113)

Outros relatos já no século XX confirmam a permanência deste processo histórico de contatos e circulação de experiências nas fronteiras, envolvendo negros fugidos, grupos indígenas e re-

gatões. Investigando os índios *Tiryjó* nas fronteiras, Protássio Frikel destacou que "anualmente os Djuhas [Djukas] faziam viagens comerciais às aldeias *Turyjó* [...] os principais artigos de trocas mútuas eram cachorros de caça e arcos fortes pelo lado índio, e pano vermelho, miçangas e instrumentos de ferro por parte dos negros".(114) Nas anotações de Derby, já no final do século XIX, aparecem informações conseguidas junto aos próprios mocambeiros remanescentes. Contaram que numa ocasião "uma expedição subiu por um afluente do Trombetas acima, rumo a leste, até onde puderam chegar em canoas, e d'ahi atravessaram um extenso campo onde encontraram-se com índios que negociavam com os brancos da Guiana, receberam destes índios, fazendas, machados, facas, etc.". Negociavam ainda cachorros, arcos e flechas. Dizia-se que eram "muitos habéis em ensinar cachorros a caçar sem serem acompanhados". Neste sentido, compravam cachorros "aos pretos para o seu próprio uso ou para revendê-los depois de ensinados".(115)

Na área do Baixo Amazonas (principalmente na região de Santarém), já avançando os séculos XIX e XX, estão bem documentadas as relações de solidariedades, proteção e conflitos de quilombolas com as populações indígenas, alcançando as fronteiras.(116) Em 1844, uma expedição contra o quilombo de *Ituqui* fracassou "por terem sido os negros avisados por um índio seu comparsa".(117) Um frei franciscano viajando nesta região, em 1867, encontraria um grande mocambo com "cerca de 130 pessoas, além dos índios que estão no meio dos pretos".(118)

Conflitos também aconteceram. Em 1854, os índios *Mundurukus* atacaram e mataram alguns quilombolas do rio Curuá. Em 1876

seria a vez dos índios *Parintintins*, e no ano seguinte dos *Anambes*.(119) Ainda no final do século XIX, o francês Atille Codreau viajando pela região destacou como os índios *Pianogotó* tinham rivalidades com os mocambeiros dos rios Curuá e Cuminá, na região de Santarém.(120)

Para o século XX, também existem evidências de contatos interétnicos entre os *mocambeiros* (comunidades remanescentes daqueles quilombolas) e grupo indígenas. Por ocasião de uma expedição da Comissão Demarcadora de Fronteiras, em 1937, foram encontrados índios *Kaxuyana*, "mantendo estreita ligação com os pretos do mesmo rio que os empregavam na colheita da castanha e batata, além de servirem de suas mulheres".(121) Mais uma vez, Protássio Frikel, em 1955, anotaria uma interessante narrativa de um pagé dos índios *Kayana*, também nesta região do Baixo Amazonas, falando dos conflitos com os quilombolas locais, envolvendo o rapto de mulheres e saques.(122)

Mais do que em qualquer lugar do Brasil Colônia, no Grão-Pará, as fronteiras entre quilombolas e grupos indígenas -- envolvendo aqueles tanto do Brasil como de outras áreas coloniais estrangeiras -- estariam borradas. Antecipando um pouco os percursos das fugas e experiências dos quilombolas que descreveremos adiante, citamos aqui, o que disse o Governador Rodrigo de Souza Coutinho, em 1798, preocupado com as "comunicações" de emissários franceses de Caiena com escravos do Brasil na fronteira:

"...na Europa precisou o Governo de França enviar emissários seos, precisarão estes instruir-se da língua dos povos a que devião preparar os animos ou aliás aliená-los da sujeição as leis dos seos supremos imperantes e sempre hião expostos ao grande risco de serem conheci-

dos, e surpreendidos. Aqui ao contrario os pretos de diferentes naçoens que temos por escravos são paes, filhos e irmãos dos que existem livres na confinante colônia. Os índios das nossas povoações ainda que de diferentes naçoens quazi todos tem parentes em Cayena, quazi todos fallão a lingua geral que fallão também não só os que fugirão d'ellas mas os que lá habitarão sempre. Huns e outros são sem dúvida melhores emissários do que mais bem instruidos franceses, e tendo muito dos nossos fugidos que sabem todas as communicações sendo muitos os que facilitão os muitos rios, riachos e ilhas d'este paiz e muito remotos, espalhadas as povoaçoens..."(123)

Analisaremos os possíveis significados políticos dos circuitos de idéias e experiências desses quilombolas em outro momento. Por ora, nos interessa reforçar o argumento dos contatos interétnicos -- especialmente nas fronteiras -- reunindo grupos indígenas e grupos de fugidos negros. Esta fala -- temperada por medo -- de Souza Coutinho é impressionante. É a melhor descrição do mosaico étnico africano e indígena no Grão-Pará, atravessando fronteiras coloniais.

Estudos etnográficos mais recentes, analisando esses contextos coloniais, têm destacado as transformações vividas por diversos indígenas ao longo da ocupação e colonização da Amazônia. Critica-se a idéia tradicional de que as sociedades amazônicas eram no passado isoladas umas das outras. Ao estudar a região da Guiana Ocidental, Simone Dreyfus analisa como historicamente repercutiram as lutas das potências européias desde o século XVI nas redes políticas indígenas.(124) Nas fronteiras, havia a demanda de escravos indígenas e o próprio tráfico de mercadorias. Foram utilizadas estas redes políticas tradicionais, inclusive, modificando-as. Formava-se ali um sistema complexo de alianças, seja através da guerra e/ou do comércio entre diferentes grupos

indígenas, e mesmo entre as potências européias e alguns deles. No emaranhado da floresta -- onde tudo era verde -- devem ser consideradas as especificidades tanto dos grupos indígenas em questão, como as estratégicas coloniais de ocupação e políticas econômicas e militares.

Qual era a política colonial para a Amazônia? Melhor seria dizer políticas coloniais, reforçando o plural. Isso não só porque havia vários interesses estrangeiros, no caso ingleses, holandeses e principalmente espanhóis e franceses mas também os interesses portugueses não tinham um único vetor definido. Assim como a heterogeneidade da extensa Amazônia Colonial, em termos de ocupação, povoamento, práticas econômicas estabelecidas, vinculações políticas e comerciais com a metropole era no que tange as políticas coloniais. E bom destacar -- como já falamos um pouco no início -- a ocupação colonial na Amazônia sofreu várias transformações no tempo, mesmo considerando o período pombalino como divisor de águas desta experiência colonial local.(125) Tentava-se, de uma maneira geral desenvolver economicamente a região, povoar áreas diversas, controlar a mão-de-obra negra e indígena, e fundamentalmente ocupar, militarizar e expandir as áreas de fronteiras internacionais.

Foi, sem dúvida, Artur Cezar Ferreira Reis quem melhor pesquisou, refletiu e escreveu sobre a expansão portuguesa na Amazônia. Houve sempre uma preocupação militar. Neste sentido, a ocupação teve um caráter político-estratégico. Ao mesmo tempo que tentava-se diversos tipos de exploração econômica, formava-se barreiras contra holandeses, franceses, espanhóis e ingleses. No

século XVIII, os vários tratados internacionais (Utrecht/1713, Madrid/1750 e Santo Ildefonso/1777) seriam assinados, tendo como pano de fundo complexos cenários de disputas coloniais, principalmente nas áreas de fronteira do Rio Negro, Madeira, Solimões, Rio Branco, Tapajós e Amapá. A construção de fortalezas militares em vários pontos da fronteira aconteceria neste contexto.(126)

Uma outra face desta disputa colonial dava-se bem longe dos tratados e diplomacias das autoridades coloniais e metropolitanas francesas, holandesas, espanholas, inglesas e portuguesas. Colonos, autoridades régias locais, moradores, militares, soldados desertores, índios aldeados, tribos indígenas não-contactadas, escravos negros, fazendeiros, traficantes, comerciantes, lavradores, índios e negros fugidos -- muitos constituídos em mocambos -- não só percebiam com suas próprias lógicas as complexidades, contradições e avanços e recuos das várias políticas coloniais implementadas como agiam a partir destas próprias percepções. No processo histórico de expansão colonial na Amazônia seria interessante pensar a própria idéia de *colonização* para os vários sujeitos históricos em questão. Romperia-se os argumentos tradicionais de homogeneidade, modelos econômicos internacionais e evolucionismo na história da conquista e colonização européia. Num palco de conflitos e disputas estariam sendo forjados os próprios significados históricos da colonização para diversos setores sociais e conseqüentemente os níveis de alianças, acordos, conflitos, interesses e identidades. Estes vários personagens históricos ao forjarem o "novo mundo" refaziam-se a si e suas identidades.

Na Amazonia, este processo histórico de colonização -- talvez mais do que em qualquer outro lugar das Américas -- foi muito complexo por ser uma área de várias fronteiras internacionais. Houve vários tipos de estratégias coloniais de ocupação, envolvendo indígenas, missionários e colonos desde o século XVII. Espanhóis perseveraram nas missões religiosas com jesuítas e franciscanos. Já os franceses insistiram até o último momento na região de Caiena. De um maneira geral, as estratégias de povoamento até o início do século XVIII foram limitadas. Artur Cézár destacou que "ingleses e holandeses, igualmente não povoariam bem. Suas colônias de Surinam, Demerara, Esequibo, Berbice, não passaram de feitorias comerciais".(127)

Diferentemente dos espanhóis e portugueses, que tentavam impor sua soberania, "civilizar" e cristianizar os grupos indígenas, os holandeses, por exemplo, tinham uma relação fundamentalmente mercantil com esses povos. Na Guiana Holandesa -- depois Suriname -- vários grupos indígenas, nos séculos XVII e XVIII, serviam de intermediários, inclusive no tráfico de escravos índios. Utilizavam também grupos indígenas, enquanto milícias para combater fugas e revoltas de escravos negros (*maroons*). Os índios *Karinya* tinham uma língua considerada "língua franca", língua de escambo e troca, compreendida entre os *Tupi* do Oiapoque. Destaca-se, ainda, que os mascates holandeses que cruzavam toda a região da Guiana Ocidental, guiados por índios, eram invariavelmente negros e mestiços, e falavam no mínimo uma língua indígena.(128)

A questão da língua foi outro fator importante neste com-

plexo processo de colonização na Amazônia. Grupos indígenas podiam comunicar-se primeiramente só com os religiosos nas missões e depois com traficantes e colonos nas fronteiras. Podiam ser criadas "línguas" apenas para efeito de comércio, unindo grupos indígenas destintos e diversos colonos estrangeiros. Mesmo a idéia de se criar uma "língua geral" nos Diretórios pombalinos deve ter inicialmente fracassado no sentido de fazer desaparecer as várias "línguas" indígenas. Ainda em 1759, o governador enviado por Pombal para o Grão-Pará, Mendonça Furtado com ares de surpresa destacaria os seguintes acontecimentos:

"O primeiro foi vir à minha caza humas creanças, filhos de humas pessoas principais desta terra, e fallando eu com ellas, que entendendo pouco portuguez, comprehendião e explicavão bastante na lingua Tapuia, ou chamada geral. O segundo foi ver debaixo da minha janella, dous negros dos que proximamente se estão introduzindo da Costa da Africa, fallando desembaraçadamente a sobredita lingua, e não comprehendendo nada da portuguesa".(129)

É possível supor que a diferença da "língua" não constituia problema, e nem fronteiras entre índios, negros e outros setores da sociedade envolvente durante o processo de colonização na Amazônia setecentista. Para as fronteiras da Guiana Francesa, como vimos num assustado comunicado do governador Souza Coutinho, índios e pretos diversos não só tinham "parentes" do lado de lá, como todos falavam a "língua geral".(130) Em, 1753, numa carta régia ao Governador da Capitania do Pará era lembrada a necessidade de se formar aldeias nas margens do Rio Branco e enviar patrulhas para conter as incursões dos holandeses para resgatar escravos índios. Dois anos depois, ressaltando-se a importância da nova Capitania de São José do Rio Negro falava-se não só em vi-

giar os holandeses, mas os índios *Caribs* que cometiam insultos nas fronteiras. O próprio Alexandre Rodrigues Ferreira relata que índios brasileiros tentavam prender "pretos holandeses" próximos à fronteira. Soube-se "que nos districtos em que se achavão andavão pretos holandeses acompanhados de índios *Caripunas*, captivando os gentios, e exercendo nelles toda a sorte de hostilidades". Tentou-se prendê-los, mas: "porém apenas tiverão notícias da escolta, tratarão de se ausentar para os seus domínios". (131)

Ao mesmo tempo que se tentava vigiar fronteiras, impedindo invasões estrangeiras que faziam explorações econômicas e realizavam trocas mercantis e tráfico de índios, era necessário contactar e atrair grupos indígenas diversos -- muitos dos quais rivais -- para que também pudessem servir de aliados. Ainda na correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira apareceria em agosto de 1784:

"Sobre os pretos holandezes, que assistidos de Indios Caripunas, constou andarem por ahi fazendo escravos, sendo infelizmente alguns dos sobreditos desertadas pessoas, fez V.M. muito bem em procurar apprehendê-los, posto que assim se não conseguisse, por se haverem ultimamente retirado, e se bem, que e casos semelhantes se deve obrar da mesmo forma, remetendo-se para aqui prezas quais quer pessoas daquela nação, achadas em tão pessima negociação, contudo com os índios Caripunas haverá o maior cuidado, de se não escandalizarem, para, como nação numerosa, e mais resoluta a não voltarmos nossa inimiga, fazendo-se antes o possível pela reduzir, e ao menos pelo não escandalisarmos." (132)

É interessante destacar neste trecho o termo "nação" utilizada tanto para holandeses, no caso, os pretos como para os índios *Caripunas*. Alianças com grupos indígenas -- principalmente aqueles principais e estabelecidos próximos as fronteiras -- ti-

nham que ser feitas. Neste sentido, a militarização das áreas de fronteira devia ser acompanhada de outras estratégias de ocupação, como comércio e alianças com grupos indígenas. Em 1786, dizia Alexandre Rodrigues Ferreira da região de fronteira do Rio Branco:

"Logo sem demora empregará V.M. o maior desvello em construir huma Fortificação proporcionada, que presidiada de huma competente guarnição, possa não só conter-nos em segurança contra quaesquer desígnios, e insultos dos referidos hispanhoes, e Hollandezes, mas até dê princípio também a amizade, e alliança de todas as nações de índios, que habitão as margens, e centros da-quele rio".(133)

Grupos indígenas, escravos, negros, índios fugidos, traficantes, colonos, quilombolas estavam marcando as fronteiras coloniais com suas experiências históricas. Entretanto, vale ressaltar, nem tudo era harmonia e solidariedades. Alianças e hostilidades podiam ser mais circunstanciais do que duráveis. Assim como em outras áreas no Brasil e no restante das Américas, as relações entre índios e negros foram marcadas também por conflitos. No Grão-Pará não podia ser diferente. E aconteceu em várias áreas. Em Joanes, em 1762, índios desertores foram intimidados pelos pretos numa ocasião. Bem distante dali, no rio Xingú foi preso um índio por ter agredido um mulato. Em Penha Longa, houve mesmo um assassinato, tendo o índio Joaquim de Mattos matado um mameluco, morador do rio Obituba. Em Benfica, pretos eram acusados de insultar os índios locais. Anos mais tarde, do outro lado da capitania, em Santarém, a casa de um índio foi invadida à noite por pretos que faziam "roubos e dezordens", tendo ele levado "muita pancada".(134)

Mocambos de Índios e Negros juntos na Amazônia Colonial
(1762-1801)

DATA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1762	Melgaço	
1767	Melgaço	
1767	Portel	
1769	Xingú	
1769	Outeiro	
1772	Fonta de Pedras	
1774	Salvaterra	
1774	Amapá	Rio Anaurapucu
1774	Baião	
1774-5	Amapá	Rio Matapi
1775	Monsarás	
1775	Benfica	
1789	Cametá	
1791	Amacá	Vila de Macapá
1797	Almerim	
1801	Ilha de Joanes	Rio dos Macacus

Fonte: APEPa, Códices 26, 83, 93, 112, 124, 146, 150, 151, 153, 255, 262 e 266.

Não fosse só isso, em não raras ocasiões, as tropas que entravam nas matas para capturar fugitivos negros e destruir seus mocambos eram formadas por índios e/ou por eles guiadas. Em Ourém, em 1762, as autoridades mandaram destruir um mocambo de negros, mas estes tiveram de aguardar os índios por "estarem plantando as suas roças" e "que acabando a plantação" mandariam "fazer a diligência ao dito mocambo". Para perseguir e prender mais de 50 fugitivos negros africanos da obra de fortificação de Macapá foi expedida uma força com índios e até pretos ladinos. Em Porto do Moz, também índios foram utilizados para combater mocambos. Da região do Turiaçu, divisa com a Capitania do Maranhão, em 1771 e novamente em 1774, pretos fugidos foram capturados por índios. Na região de Pesqueiro, no rio Araguari, índios da povoa-

ção do Ananim "derão no mocambo dos pretos fugidos de Macapá, que prizionarão vinte, e matarão sete e os mais fugirão". Em Santarém, nos derradeiros anos do setecentos, para se investir contra mocambos de negros fugidos se preparava um "destacamento de tropa competente a que se deverão unir os d'milicianos e índios que forem bastante na paragem".(135)

De uma maneira geral, os índios bem antes que os negros integravam as milícias coloniais. Em 1778, na região de Joanes era ordenada a formação de companhia de infantaria com índios e mestiços. Em 1797 e 1799 outras ordens nesta direção foram executadas.(136) É claro que parte destas divisões, não só entre índios e negros, mas também crioulos, africanos e índios de grupos étnicos diferentes eram provocada pelas autoridades coloniais. Fazia parte das estratégias de dominação e era fundamental naquele caldeirão étnico do Grão-Pará.

Também na correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira aparecia anotado as perspectivas de se fazer uma política de aliança e atração de vários grupos indígenas, não só aqueles aldeados e/ou que tinham realizado "descimentos":

"Nas prizoens, que V.M. tem feito a os principaes, devera haver mais prudência, poupando-se este procedimento, enquanto for possível, pois pode ser de perniciosissimas consequências, praticado entre índios novos, e sem a civilidade, que até agora se lhe não tem introduzido, sendo assim fácil de se assustarem, e de escandalizados para os matos fugirem, como já proxima-mente aconteceu; e nisto deve V.M. fazer toda a reflexão, para todo o mau sucesso se evitar, e que desgostosas outras nações e nossa alliança repugnem, e regeitem".(137)

É bom que se diga, se escravos negros vindos da África tinham culturas e histórias diversas, os índios no Brasil, espe-

cialmente na Amazônia não eram diferentes. O que, na realidade, chamamos generalizadamente de *índios* aqui constituíam grupos étnicos e linguísticos variados e complexos, muitas vezes rivais. Um verdadeiro mosaico de populações na Amazônia que naquela ocasião -- juntamente com os africanos e europeus -- ali viviam. Na região do Jamari, na área do Amapá, 1799, os índios *Maués*, além de fugirem das perseguições das "tropas de brancos" temiam os ataques, tanto dos *Mundurucu* como dos *Carípunas*.(138) Um ano antes, preocupado com os mocambos de pretos no Amapá, escreveria uma autoridade:

"(...)mandei tentar o expediente de attrahir hum corpo de seiscentos a settecentos índios da nação Mundurucus (mais guerreira d'esta capitania, e que ultimamente conseguiu reduzir a paz como a V.Ex^a disse em tempo próprio) por entender, que seria a gente mais própria para guerrear com pretos por entre matos e pântanos".(139)

Estes e outros fatores provocaram rixas e animosidades entre negros e índios fugidos. Em Benfica, em 1775, onde destacamos anteriormente que índios "vadios tinham contatos com pretos", estes últimos eram acusados pelos índios das povoações de "insultos", pois:

"todas as vezes que os índios vão pescar para a banda do seu igarapé, tirão-lhe as canoas, e os parizes, e lhe dão muita pancada, e assim estão os índios tão intimidados, que morrem a fome pelo temor que tem dos pretos"(140)

De Santarém, foi enviado preso em ferros o cafuz Benedito devido aos distúrbios que fazia com os moradores índios. Conflitos e solidariedades podiam surgir também com brancos. Na Vila de Serpa, em 1785, um sargento-mor era acusado de dar proteção a índios fugidos e mesmo existir um mocambo no interior do seu sítio.(141)

Índios e negros -- com todas suas complexidades étnicas -- cooperaram, fizeram alianças e entraram em conflito naquele contexto colonial. As estratégias destes quilombolas podem ter funcionado com o auxílio de vários grupos indígenas. As fronteiras naturais e a densa malha hidrográfica não constituíram barreiras culturais. Grupos indígenas e negros fugitivos, atentos as disputas coloniais, certamente forjaram suas próprias fronteiras, fossem elas geográficas e/ou comerciais. Pode ter havido, portanto, complexos conflitos engendrados por holandeses, franceses, portugueses, espanhóis, ingleses, colonos, escravos negros, servos índios, comunidades de negros fugidos e grupos indígenas diversos naquelas fronteiras coloniais. Havia disputas coloniais. Percepções e estratégias diversos foram vivenciadas por diferentes setores sociais.

IV. SOLDADOS DESERTORES E OUTRAS PAISAGENS

Entrariam em cena outros personagens nesta floresta de mocambos e fugitivos: desertores militares e acoitadores. Estes podiam ser tanto brancos e mestiços, como índios aldeados, forros e negros livres.(142) Em Soure, em 1762, um sargento-mor dava proteção e era "mantenedor de mocambos", enviando "pano e mais couzas que pode haver" para os fugitivos. Em Cametá, diligência com índios era enviada para prender soldados desertores e mulatos escravos. Nesta região, em Baião, em 1774, denunciava-se que no rio Tocantins, "pelas praias descaradamente" andavam "soldados fugidos com alguns negros" roubando. Posteriormente, ainda ali, Luis Cunha, da fazenda da Conceição, reclamaria que os próprios moradores das localidades davam proteção a "vadios", soldados desertores e escravos fugidos e nas suas casas os "recolhem" e "amparão". O Capitão Raimundo Antônio dos Santos e o índio Francisco foram presos por acoitar fugitivos, tendo este último ajudado um "curiboca" criminoso, dando-lhe sustento e canoa.(143) Soldados desertores aliavam-se tanto aos índios como aos negros. Em Abaeté, nas proximidades do rio Cupijó havia "hum grande mocambo de dezertores, pretos fugidos e criminosos".(144)

As origens e motivações das frequentes deserções de soldados no Grão-Pará Colonial, podiam ser complexas. Índios, brancos pobres e negros -- de uma maneira geral -- fugiam do recrutamento

militar e dos trabalhos nas fortalezas e vilas. Preferiam viver nas matas e junto às suas roças.(145) O desertor Manoel Covine foi preso em Marajó, junto a uma ilha onde "tem seu algudual". Distanciando-se o máximo possível das localidades em que ficavam seus regimentos, escapavam para a região de Santarém ou mesmo rumavam para o Maranhão. O soldado Victoriano José Gomes, praça do regimento de Extremo, com uma "preta furtada" e mais oito desertores seguiu em direção a uma ilha em Ourém, onde "consta tem parentes, e se achão mais desertores".(146)

O alistamento militar era uma forma de controlar a população livre de índios, mestiços e negros. Em 1769 falava-se de companhias militares formadas por "pretos, mestiços, ingênuos e libertos".(147) O sentido era menos militar e sim o controle sobre o trabalho. Índios e "cafuzos dispersos" deveriam formar companhias e serem empregados no serviço Real.(148) Para garantir a "defesa" da região todos os homens livres disponíveis, podiam ser utilizados na formação de tropas. Com tantos mocambos e fugitivos negros e índios no Pará, pensou-se até mesmo na possibilidade de se utilizar soldados desertores para persegui-los. Juntamente com os índios, eram eles os que mais conheciam a floresta. Contra os amocambados dos rios Anajás e Macacus era intenção das autoridades contar com a ajuda de Antônio Curto e João Moreira, soldados desertores:

"há pouco recolhidos a esta cidade, tendo andado auzentes por aqueles sítios, e por isso os mais capazes para servirem a VM^{oe} de guias havendo sempre com elles toda a cautela necessária como sujeitos de pouca, ou nenhuma confiança mas que podem ser uteis a este fim debaixo de alguma promessa".(149)

Em 1791, soldados "escolhidos" e índios "práticos deveriam ser enviados para as ilhas Caviana e Mexiana para capturar fugitivos e destruir mocambos". Entre conflitos e solidariedades índios, livres, mestiços, escravos, negros, fugitivos, libertos e soldados desertores continuavam atormentando autoridades e fazendeiros no Grão-Pará. Em 1772, soldados desertores e pretos fugidos tentavam passar a São Luís, no Maranhão. Antes disso, na Vila de Cintra, fugidos pelo rio Caicarana andavam soldados e pretos. Na vila de Monte Alegre, investigava-se o "mameluco Francisco José" por ter acoitado desertores.(150)

Este quadro preocupava em muito as autoridades coloniais. Com os índios considerados emancipados, a população negra livre crescendo e um mar de floresta, era cada vez mais difícil identificar e capturar fugitivos e habitantes de mocambos na região. Indo de Cametá para a vila de Macapá, em 1791, desembarcaria num porto local sob suspeita o preto Euzébio, "natural do Piauí", acompanhado de seu irmão e um índio. Para dissipar dúvidas das autoridades locais de Macapá teria dito que estava "encarregado de importantes diligências", tendo chegado ali "desfarçado, ao fim de comprar alguma farinha para a poder sustentar". Contra as insistentes desconfianças, o referido Euzébio apresentou "real passaporte", e mesmo uma suposta portaria determinando que obtivesse ajuda para conseguir suprimentos nas povoações. Parte das suspeitas das autoridades de Macapá se davam -- não só por ser Euzébio um "preto" -- mas também porque vindo da região de Cametá, onde no caminho as Vilas de Melgaço e Portel eram consideradas "império das farinhas do Estado", optasse por comprar manti-

mentos para abastecer sua escolta somente ali naquela "remota terra". Por isso, Euzébio ficou sob vigilância. Alegando não ter encontrado a farinha necessária foi encontrado à noite embriagado em tabernas acompanhado de pretos forros e soldados. Posteriormente, descobriu-se que Euzébio fizera contatos com os pretos do engenho de Julião Alvarez e que, na verdade, era "capitam daqueles matos, e hia em direitura de Mazagão". Seu objetivo não era comprar "farinha", querendo "fazer ali as suas observações para ver se havia autor aquelas campinas algum cerco como tinha deixado em outras situações". Este caso, bem revela não só como fugitivos podiam se misturar junto às populações mestiças das vilas, mas também como tal possibilidade era cercada de conflitos.(151)

Com tantos fugidos, desertores e mocambos a suspeição generalizava-se. Em Ourém, em fins de 1790, mulatos eram presos como suspeitos de serem escravos. Em Melgaço também "homens desconhecidos" eram presos, não se sabendo se eram escravos fugidos ou desertores. Em Chaves, em 1800, um "mulato" chamado Manoel José Rolim, que vivia em fazenda trabalhando como vaqueiro, carpinteiro e marceneiro, tinha a "vida vaga ou incerta". Ao mesmo tempo que afirmava ser soldado, era voz pública que ele era escravo. Vários negros, pardos e "mulatos" eram acusados de serem escravos fugidos e ladrões.(152)

Em meio a tais questões outras preocupações surgiriam. Capturar fugitivos, destruir mocambos -- fossem de negros e/ou de índios -- conter as deserções militares, impedir roubos e desordens era igualmente controlar o comércio clandestino. Também na Amazônia -- especialmente pelo seu recorte geográfico com muitas

planícies e rios -- este problema era, além de crônico, insolúvel. Quase toda a região era abastecida ou mantinha relações comerciais clandestinas através da via fluvial. Era no vai e vem das canoas, subindo e descendo os rios que vários produtos chegavam e saíam do Grão-Pará. Apesar dos esforços, o controle era muito difícil.

Não somente os habitantes de mocambos, mas também índios, negros e soldados desertores tentavam sobreviver na floresta plantando roças de mantimentos e/ou extraíndo dela produtos diversos. Os circuitos das relações mercantis se estabeleciam de forma clandestina. A partir daí é também possível perceber o cenário multifacetado no qual se desenvolveram os mocambos no Pará. De Bujaru, em 1776, vinha notícia de que o "mulato" Lino não tinha "domicílio certo" e nem estava alistado, porém andava "vendendo continuamente aguardente de sítio em sítio aos escravos alheios". Em Ega, o escravo Félix era acusado de furtos de "quantia de prata e frascos de aguardente de cana" da casa do soldado Francisco da Silva. Da Ilha de Joanes chegava notícia que cafuzos, mamelucos, índios e pretos que lidavam com o gado, estavam burlando o fisco, quanto ao pagamento de impostos. O problema dos roubos se articulava com o comércio clandestino. Através dessas redes de trocas, fugitivos, amocambados e desertores vendiam os produtos de suas roças, obtendo em troca, sobretudo, pólvora, armas de fogo e aguardente.(153)

Além da situação crônica de falta de vigilância sobre os taberneiros, havia nesta região amazônica o problema dos regatões. Com suas canoas levavam e traziam produtos através de vá-

rias regiões. Tentava-se mesmo proibir o comércio entre os índios das povoações, como aconteceu entre as vilas de Boim e Pinhel, em 1777. Tal comércio de difícil controle rapidamente se articulava com as economias dos mocambos nas diversas regiões.

Podemos analisar aí também como começava-se a constituir por todas as áreas da Amazônia formas de campesinato, juntando atividades e produção econômica de pequenos lavradores pobres, de soldados desertores, ou não com suas famílias de mestiços, de economia própria de escravos e libertos, das roças de índios aldeados, de regatões, de vendeiros e de índios, negros e desertores constituídos em mocambos. Baseando-se em relatos coevos de viajantes e cronistas, Ciro Cardoso destaca as formas da atividade camponesa na Amazônia.(154) O padre jesuíta João Daniel anotou que após 1757 muitos colonos não podendo mais contar com os índios como cativos e sem recursos para comprar escravos africanos, constituíram -- trabalhando com seus familiares -- suas próprias lavouras, visando a alimentação abriam clareiras nas florestas e plantavam mandioca. Com uma pobreza extrema na região, alguns lavradores conseguiram mesmo com o trabalho familiar (que em algumas ocasiões contava como mão-de-obra poucos escravos e índios livres) uma produção de alimentos excedente para o abastecimento local. No período em que não havia proibição para a escravidão indígena, os senhores além de fornecer alguns alimentos, permitiam que seus escravos índios tivessem pequenas roças e criações de porcos e galinhas. Nestes casos, a partir desta economia própria, tais índios escravizados produziam excedentes e comercializavam para seus próprios senhores ou para outros agen-

tes comerciais ("estranhos") da circunvizinhança.(155) Havia também casos de roubos e desvio da produção de mandioca das fazendas feitas pelos próprios escravos ou aqueles fugidos. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira nas últimas décadas do século XVIII descreveria a economia própria e as formas de atividades camponesas dos escravos negros:

"...Costumão alguns senhores de engenho distribuir para cada escravo, as geiras de terras que elle necessita, com relação ao seu estado, feriendo de cadda semana hum até dous dias, para nelles trabalhar cada um na sua roça: donde não só tirão os escravos a farinha, o milho, e o feijão de que se sustentão, elles, suas mulheres e seos filhos, nestes dias, em que trabalham para si, mas também pelos dos 3, 4 ou 5 mezes, em que não moem os engenhos. E o caso he, que por experiência certa, não somente tirão os pretos das terras que lavrão a farinha precisa para o seu sustento, mas chegam a vender, quasi todos os generos de lavoura, além de muitas criações: até ajuntarem sommas com que se libertão, a si, e a seus filhos".(156)

Com o problema crônico de escassez de alimentos -- mais grave em outras áreas coloniais como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro -- este setor econômico de subsistência também tinha uma considerável importância na Amazônia Colonial. Sabia-se, de facto, que nos mocambos conseguia-se farinha. Destruir mocambos -- para além de se capturar índios, pretos e soldados desertores -- era também a possibilidade de apreender farinha. Em Barcelos, em 1759, o Capitão Joaquim de Mello informou:

"descobri aqui hum mocambo com que achei uma rossa que mandei desfazer que me deo trezentos e seis alqueires de farinha que vierão na melhor ocasião"(157)

De Ourém anos depois eram remetidos "trinta e cinco paneiros de farinha que mandou fazer o Tenente Diogo Luis das roças dos amocambados". Em Cintra, índios amocambados há vários anos se

entregaram ao padre, trazendo os produtos de suas roças. Pretos e índios amocambados no Outeiro "tinhão roçado e hum tijupar feito". Em virtude de poderem se abastecer com a farinha e outros produtos dos mocambos, diversos moradores das povoações mantinham contatos com os fugidos e mesmo davam-lhes proteção. Em Benfica, ao serem convocados para participarem de diligência para prender índios amocambados no igarapé Tamatatuia, alguns moradores "disserão que não querião sem que lhes mostrassem ordem por escrito". Encravados nas brenhas das florestas, amocambados tentavam desenvolver sua própria economia. Em Nogueira, em 1783, índios fúgitivos presos num igarapé revelaram que "não tiverão tempo de se prontificarem de farinha e que estavam esperando o socorro dos parentes". Índios amocambados preparavam -- na medida do possível -- suas roças. Roubavam, inclusive, ferramentas. As autoridades sabiam disso. Para evitar deserções em massa de índios, tentou-se mesmo oferecer roças para eles em algumas povoações.(158)

Contudo contatos entre quilombolas índios e negros -- e mesmo soldados desertores -- cada vez mais se desenvolviam. Um extenso relatório enviado por Raimundo José ao governador do Pará, em 1767, já bem demonstra como estava a região. Inicialmente relatava que foram encontrados alguns mocambos nos rios Mapúa e Anájas. Porém, seus habitantes tinham fugido para as vilas de Melgaço e Portel. Mocambos descobertos e algumas prisões tinham sido realizadas também na Vila de Chaves e em Ponta de Pedra. Dos fugitivos apreendidos alguns "confessarão que os companheiros se tinham recolhido as ditas vilas por aviso que tiverão e assim foram avizados os dois mais mocambos". Entre os capturados nos mo-

cambos havia indios, negros e soldados desertores "e mostrava pellas cazas que se achavão ser bastante gente". Mais expedições foram feitas. Nas Vilas de Veiros, Pombal e Souzel foram atacados os mocambos do Igarapé Acorahy do rio Iaraucu. Mais apreensões. Investigou-se também moradores acusados de acoitá-los. Estes "confessarão o mocambo novo que tinham feito para se mudarem e ninguém saberem delles adonde já tinham feito roças e cazas". Um ataque a um outro mocambo próximo foi frustrado porque -- segundo descobriu-se depois -- os fugitivos tinham sido avisados pelo ajudante da Vila de Veiros. Em frente à Vila de Monte Alegre havia informações de existir "alguns mocambos" tanto no lago do Curuá como no Igarapé Gonsari. Informou ainda o referido relator que "pelos mocambos destes rios se achavão algumas roças em hum se acharão rossas que dão para cima de 300 alqueires de farinha". Nestas diligências vários soldados desertores seriam presos.(159)

Em 1787, o Governador João Pereira Caldas era alertado sobre as comunicações entre "mulatos portugueses" e o "gentio" próximo às divisas com os dominios espanhóis. Estavam tais mulatos "falando as diferentes linguas dos ditos gentios e com elles comerciando livremente".(160)

V. CONEXÕES, IDEIAS E ROTEIROS

Naqueles mares verdes onde pululavam cada vez mais mocambos e fugitivos, havia uma outra grande -- talvez a maior e mais importante -- preocupação por parte das autoridades colonias. Por ser uma região de fronteiras, cercada por interesses ingleses, franceses, holandeses e espanhóis, temia-se que os escravos fugissem dos domínios portugueses. Tais fronteiras eram uma coisa móvel, uma vez que eram alvo constantes de disputas, principalmente na segunda metade do século XVIII.(161)

Mais uma vez, a região do Amapá -- justamente a que dividia com a Guiana Francesa -- era a que mais causava apreensão. Com ajuda de comerciantes e grupos indígenas, negros escravos tanto do lado português como do francês migravam à procura da liberdade. Desde 1732 existia, porém, um tratado internacional assinado pelas duas Coroas, acordando a respeito da devolução de negros fugitivos. As disputas territoriais tornavam, entretanto, o controle e o policiamento desta área cada vez mais difícil. Havia desconfiança mútua entre França e Portugal com relação aos domínios coloniais da região de Caiena.(162)

Mesmo assim, cumprindo na medida do possível o acordo, autoridades francesas e portuguesas realizaram em várias ocasiões trocas recíprocas de escravos fugidos. Sabe-se que em 1732, 12 negros de propriedade de um francês Dit Limozin, tinham fugido do presídio de Caiena.(163) Este ano foi acompanhado de reclamações

tanto de franceses como de portugueses sobre as constantes fugas de escravos e o processo de devolução quase sempre complicado dos capturados. As reclamações eram enfáticas. Na ocasião, o próprio governador do Pará queixou-se de ter recebido de proprietários franceses e mesmo do governador de Caiena, cartas com palavras "ríspidas" quanto à demora na devolução dos fugitivos. Lembrava este, entretanto, que nem sempre os franceses cumpriam o Tratado de Utrecht. Ademais missionários jesuítas e capuchos também reclamavam que escravos seus tinham passado para Caiena. Autoridades portuguesas lembrariam que a restituição de escravos fugidos tinha que ser recíproca.(164)

Em 1733, ao entregar 25 escravos aos senhores Fossard e Simosen, as autoridades do Pará cobraram dos franceses a mesma atitude. No ano seguinte, o Rei D. João I escreveria ao Capitão General do Estado do Maranhão, esclarecendo-o a respeito "da restituição que se deve fazer dos escravos de Caiena, que se vem refugiar a esse Estado debaixo da segurança, de que os franceses lhes não impõem pena de morte, e de que restituirão também a esses moradores alguns escravos, que se achão naquelle prezidio".(165) Já em 1739, a Coroa Portuguesa determinaria punição para aqueles que auxiliassem os escravos que procuravam fugir nas fronteiras.(166)

As fugas -- além de constantes -- passaram a ser em massa. Em 1752, o governador de Caiena pedia ao Pará a restituição de 19 negros.(167) A restituição, no caso dos portugueses aos franceses, com a garantia de não serem castigados não resolvia necessariamente o problema das fugas. Portugueses acusavam os franceses

de castigarem com muito "rigor" os fugitivos restituidos, provocando novas fugas, inclusive, dos mesmos escravos.(168) Os franceses não só reclamavam como tentavam no grito e a todo custo reaver seus fugitivos. Em 1757, havia mesmo denúncias da presença de emissários franceses que se infiltravam nas regiões de fronteira para vigiar e capturar fugitivos. Em 1760, a vinda do Monsenhor Galvete ao Pará para recolher pretos escravos foi acompanhada de queixas.(169) Em 1767, duas canoas com oficiais franceses desceriam o rio Oiapoque com intenção de buscarem pretos fugidos.(170)

O problema era mais complexo do que apenas fugas de escravos. Aquela região de fronteira era um palco de disputas por domínios coloniais. Ainda em 1727, oficiais e soldados portugueses e franceses subiam a montanha chamada "D'Oyon, na boca do Rio Oyapock", para vistoriar os marcos da fronteira, estipulados pelo Tratado de Utrecht, em 1713. Em 1728, o termo de vistoria foi repetido e foram identificadas as pedras e os desenhos que confirmavam as divisões territoriais entre Portugal e França naquela região. Como num tabuleiro de xadrez, a questão principal era ocupar -- sempre e cada vez mais -- territórios com peças importantes. Mais do que somente procurar fugitivos, portugueses, espanhóis e -- principalmente os franceses -- cruzavam as fronteiras mantendo relações comerciais com índios, alargando seus domínios. Em 1724, um navio da Guiana Francesa foi aprisionado pelas autoridades portuguesas no Pará, seguindo uma provisão do Conselho Ultramarino. Descobriu-se que era intenção dos seus tripulantes realizar comércio na região da fronteira. Qualquer movimento

motivava receios e o redobrar da vigilância.(171) Ao viajar por um lugar chamado Rebordello, próximo as Vilas de Macapá e Chaves, um francês vindo de Caiena, em 1762, numa canoa remada por sete índios foi imediatamente detido e:

"(...)perguntando-lhe o que queria por aquellas partes lhe respondera que queria notícias de Lisboa, motivo porque o Director [da Vila de Chaves] o tinha em custódia seguro com os índios para o remetter para a cidade, e...(...) elle não sabia fallar português: mas inquirida a causa porque tinha vindo às nossas povoações disse que andando à pesca com licença do seu governador [de Caiena] a qual mostrou, quizera comprar uma canoa para o uso da pesca, e que isto o obrigara a vir costeando até chegar ali(...)"(172)

Em meio a tais disputas e receios, as fugas de escravos de Caiena não paravam. Em 1763, três pretos foram capturados na boca do Rio Camarupi, próximo a vila de Monforte. De outro modo, ainda que a floresta fosse imensa e, portanto, um garantido refúgio, o roteiro de fuga era arriscado e perigoso. Saídos de Caiena em direção ao Pará ou vice-versa, via de regra, os fugitivos optavam pelo mar e/ou rios que banhavam a região. Enfrentar as escarpadas matas, nem pensar. Seriam presas fáceis da fome, de animais ferozes, das febres e dos cães farejadores dos seus capturadores franceses. No local chamado Pesqueiro, em Macapá, por exemplo, foram encontrados numa ocasião corpos de três fugidos "que morreram não sei se foi de fome ou as feras, porque os vestígios não informam bem o acontecimento por se acharem já largados vargens e igarapés, e só livres as serras e colinas". Pela via fluvial, construindo canoas e jangadas, aventuravam-se. Do Amapá, em 1765, vinham informações de "alguns pretos terem passado o Rio Matapi em jangadas", e que poderiam ser encontrados "nas campinas do Rio

Uanara-Pecú e nos lagos do Rio Arapecú aonde também se encontram vestígios certos de elles ali andarem". Naufrágios de fugitivos naquela região eram frequentes. Manoel Antônio de Oliveira Pantoja, viajando pelo Cabo Norte teve "noticias que tinham passado huns pretos fugidos de Caiena" e encontrou "vestígios de embarcação que ali tinha naufragado e por hum chapeo que acharão mostrava ser de estrangeiros". Dizia-se mesmo que "alguns perseguidos da fome desenganados, de que não podem conseguir o passarem as suas terras, se tem recolhidos voluntariamente". A propósito, um índio que caçava nas cabeceiras de um riacho deparou-se com quatros escravos pertencentes a um morador de Cametá que "estavam bastantes dias que se nutriam de palmitos e já estavam fracos e por isso não resistiram e se entregaram".(173)

Os anos avançavam, as disputas coloniais longe de ter fim e as fugas de escravos continuavam. Com elas permaneciam as reclamações dos franceses e a formação de mocambos. Chegavam ao Pará canoas de Caiena para resgatar fugitivos. Autoridades igualmente tomavam conhecimento que pretos vindos de Caiena estavam na região da ponta de Maguari e Caviana. As rotas de fugas, é bom destacar, não tinham um sentido único. Apesar de franceses gritarem sempre e mais alto, sabia-se que o movimento de fuga de escravos do Pará em direção a Caiena era igualmente constante.

Em setembro de 1773 noticias davam conta de escravos fugidos que tinham saído do Pará e estavam em Caiena. Segundo o padre jesuíta Laillet: "há pouco mais de 2 annos sete negros chegaram aqui em Caiena, depois de várias lutas e mortes, mas foram mal recebidos", no caso castigados e presos.(174)

No ano seguinte recuperavam-se escravos de Macapá fugidos para o território francês.(175) Toda aquela região estava envolvida em conflitos por disputas coloniais. A fuga de escravos e a formação de mocambos -- ainda que forte e determinante no paladar -- eram apenas mais um ingrediente naquele caldeirão. Sem buscar determinações explicativas únicas poderíamos dizer que quaisquer fatos e/ou situações naquela área eram acompanhados de perto com preocupação e temor. Em 1771 temia-se ataques de escravos fugidos e seus contatos com os quilombolas em áreas próximas de Belém:

"...Fazendo no ano de 1771, alguns escravos fogidos muitas extorçoens com violência pelos rios que banhão as praias da cidade do Pará, e atemorizados os habitantes com as notícias que grassavam (creio que publicadas pelos sóccios daqueles que na cidade tinham vendas) de que elles pertendião attacar a Capital, e depois os mais sítios, para o que esperavão ser auxiliados por hum numerozo Quilombo, que tinham no maguari, rio vizinho e por onde se communicavão por terra a cidade..."(176)

Uma expedição militar seria para ali enviada, sendo capturados "onze pretos e hum mulato escravos".(177) Havia temores de que ocorressem insurreições escravas e/ou uma invasão estrangeira. O caso do Cabo de esquadra Leonardo José Ferreira que viajava naquela região, ocorrido anos depois bem destaca essa questão. Em 1777, trabalhando com índios e em contatos com pescadores próximos a Caiena propôs-se, mediante algum "prêmio", a

"tirar alguma notícia que nos conduzisse a descobrirmos o que se passava em Caiena...(...)e que observando e ouvindo então tudo que pudesse concorrer a darmos algumas luzes de se em Caiena se ajuntavão algumas forças ou se fazião alguns preparos de guerra..."(178)

O mais interessante é que o dito Cabo acreditava que não levantaria sequer suspeitas dos franceses na sua espionagem. Em

contatos com os pesqueiros locais assim agiria com o "aparente pretexto de querer descobrir huns escravos que se dizia estava_o amucambados nos mattos daquellas vizinhaças, e se hião engrossando a termos de poder inquietamos se aumentassem ocultos dos portugueses e dos franceses". O despistamento ali seria procurar mocambos. Mesmo interessadas nas notícias de Caiena, as principais autoridades coloniais do Pará temeram, na ocasião, ordenar tal aventura de espionagem. De qualquer modo, três anos mais tarde, a propósito deste mesmo cabo de esquadra Leonardo José ter prendido em Macapá pretos fugidos vindo de Caiena, houve um alerta de que "estes pretos podem ter fugido sem motivo que nos dê cuidado, porém tão bem me lembra que bem pode ser que a ditto fugida seja hum pretexto para vir a Macapá alguma pessoa inteligente observar-nos".(179) Mesmo sem ter sido usado, o feitiço podia virar contra o feiticeiro.

Por sua vez, os quilombolas (tanto os fugidos de Caiena como os do Pará) estabeleciam seus mocambos bem junto às fronteiras, migrando por toda a região. Quando foi realizada uma expedição contra os mocambos de Araguari, 1779, descobriu-se que os:

"...dittos fugitivos quando para ali forão que já não estavam para fazer cazas pois os brancos já por outras vezes os tinhão corridos de outros lugares donde tinhão feitos cazas e suas roças desde o Rio do Flexal dia e meio de Macapá até que o fizerão passar Araguaí: até lá os perseguirão queimando suas cazas e seos mantimentos [e] que se havião [de] apresentar aos franceses..."(180)

Mais do que a floresta propriamente dita, era a região da fronteira o lugar seguro para fugitivos e quilombolas. Em 1794, o comandante da fortaleza e limite do Oyapoque, Azevedo Coutinho

alertava sobre:

"(....) os incessantes transfugas que de anteriores annos ate o presente tem formado a numerosa e avultadissima cópia de pessoas desertadas de diferentes qualidades, sendo o maior número escravos, e que achando-se refugiados não só nos domínios de sua Magestade, comprehendidos até este limite, como também nos de Cayenna, de que outros muitos apprehendidos tem dado noticia, me fizerão alargar a minha navegação até este limite para que de uma vez cesse o desordenado proceder de semelhante gente tão mal intencionada".(181)

Em 1796, duas fragatas de guerra portuguesas vigiavam respectivamente a Barra da Guiana e o rio Oiapoque bem na divisa, tentando conter tanto fugitivos como colonos franceses. Porém, o mar que era também de floresta era muito extenso para ser efetivamente vigiado. No ano seguinte, navegando pelo Cabo Norte, José de Santa Rita acabou conduzindo "cinco pretos portugueses fugidos de Cayena que vierão em tão pequeno botte montando (sic) a costa por espaço de 30 a 40 dias até a ponta da Mexiana onde forão encontrados".(182)

A fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito para fugitivos e quilombolas naquele contexto amazônico. Assim como em outros lugares, os fugitivos procuravam formar grupos, desenvolver uma economia e mesmo buscar alianças com outros segmentos sociais. Em 1765, suspeitava-se dos fugitivos das obras das fortificações do Amapá, pois é "bem de presumir se conservarem pelas roças buscando nelas o mantimento de milho e pacovas". Fugitivos e quilombolas contavam certamente com ajuda. Ainda que nem sempre, acabavam em certa medida contando com o apoio de índios, taberneiros, donos de canoas e outros escravos. Com certeza sabedor destas possíveis

solidariedades, o Comandante da Fortaleza de São José, em Macapá, ordenou, em 1766 que fosse punida qualquer pessoa que ajudasse em fuga, ocupasse ou detivesse os pretos do serviço daquela fortificação.(183)

A busca de apoios, de alianças e de solidariedades nesta região não tinha, literalmente, limites territoriais. Assim também pensaram os quilombolas e fugitivos do Grão-Pará Colonial. Olharam para o outro lado da fronteira e viam alguns colonos e lavradores franceses -- não bons amigos -- mas parceiros eventuais para trocas mercantis. Só assim é possível entender porque os quilombolas das cachoeiras de Araguari, que vimos acima, ameaçavam se "apresentar aos franceses", procurando escapar das perseguições dos portugueses. Aliás, ainda do Araguari, em 1780, temia-se mesmo que os pretos fugitivos passassem à "povoação do Maroni que os franceses de Caiena tem induzidamente estabelecido".(184) Os contatos dos quilombolas com os franceses não eram uma promessa ou simples ameaça. Constituíam-se num fato, o que certamente atemorizava e muito as autoridades coloniais do Pará. Investigações trouxeram à tona com detalhes estes contatos na fronteira. Através de um interrogatório realizado em Macapá, em 1791, revelou-se como os pretos dos dois lados da fronteira se comunicavam. Tais informações foram dadas pelo preto Miguel, escravo de Antônio de Miranda:

"(...)que vindo elle da Campina da roça de seu senhor encontrara o preto José, escravo do falecido João Pereira de Lemos e lhe dissera se queria ele ver e falar aos pretos que andavam fugidos ao que ele respondeu que sim e logo o conduzio o dito preto José ao curral do Contrato e ahi achava o preto Joaquim de Manoel do Nascimento hum dos fugidos que estava conversando...(...).

..e que querendo assobiar o dito preto Jose lhe disse que não assobiasse porque a senha deles hera chupar nos beijos o que logo o fizera. Porém, que os dittos pretos fugidos o não conhecia e fazendo pé atrás pegaram contra elle em arco e flecha, porém, que conhecendo lhe falaram perguntando lhe como passava por cá ao que elles lhes perguntava como passavam eles por lá. Ao que elles responderam que passavam muito bem que logo que daqui fugiram como iam amofinados e cansados da viagem os sangravam e purgavam e que tratado a galinha"

Segundo o referido Miguel, em conversas com estes quilombolas soube ainda que estes tinham:

"(...)roças grandes e que os seus averes os vendiam aos franceses porque com elles tinham comércio e que eles mesmo lhe tinham dado hum padre da Companhia mas que esse já tinha morrido e que lhe tinham mandado outro, e que o mesmo padre era o que os governava e que estavam muito bem de sorte...(.)...e que parte dos seus companheiros tinham partido a fazer huma salga para o seu padre e outros que havia pouco tempo que tinham acabado de fazer tijolos para os franceses fazerem huma fortaleza com os ditos pretos e que todos andavam sempre armados com seus chiporotes o que se viu nos com que fallou e roupas tintas de Caapiranga...(.)"

Por já haver temores e desconfianças, estas informações em detalhes devem ter deixado atônitas autoridades do Pará. A questão naquele momento não parecia apenas conter as constantes fugas, vigiar espiões franceses e ouvir seus desaforos e reclamações de proprietários. Mocambos formados bem próximos à fronteira mantinham relações de comércio com colonos franceses. Tinham igualmente sua base econômica, fazendo "salgas", tingindo roupas, plantando roças, pastoreando gado e fabricando tijolos para a construção de fortalezas francesas. Isto sem falar nesta informação do padre da companhia enviado pelos franceses que como sucessor de outro, os "governava". O escravo inquirido Miguel ainda revelaria que:

"despedindo-se delles lhes disseram adeus athé a festa

do Natal e que lhes não vinham obrigar os pretos que fugissem e que só assim iriam os que quisessem ir por sua livre vontade e que mais lhe disserão que o caminho por onde costumava vir a villa já não era pelo flechol que era pela banda aonde Manoel Antônio de Miranda tem o curral para amor dos brancos que iam atrás deles; e que tinham uma canoinha no Rio Araguari para que quando vinham e iam se passarem nela de uma para outra banda e que mais lhes disseram que a sua assistência era do Araguari para lá mas que todos os pretos fugidos estavam da parte de cá e que para irem trabalhar a terra dos franceses atravessavam hum rio de água salgada para lá irem e que iam pela manhã e vinha a noite e que todos os pretos que desta villa tem fugido que lá estavam...(...)...e que quando vinham deixavam metade do mantimento no meio do caminho para quando voltavam..."(185)

Os detalhes destas informações são incríveis. Destacam estratégias e rotas de fugas, e mesmo a perspectiva original destes quilombolas de procurarem autonomia e proteção. Viviam do lado da fronteira portuguesa, porém, comerciavam, trabalhavam e mantinham relações diversas com os franceses do outro lado. A garantia de sucesso desta estratégia era diariamente atravessar a fronteira, tarefa que parecia não ser fácil. Cortavam rios e matas, levando, inclusive, mantimentos para longas jornadas. Estes quilombolas estavam mesmo na fronteira da liberdade e sabiam disso. As autoridades ficaram alarmadas. Dois anos depois, o próprio Juiz da Câmara de Macapá chegou a propor que estes quilombolas caso fossem capturados não deveriam ser imediatamente soltos e entregues aos seus senhores. Na sua proposição, só deveriam sair da cadeia para "seus donos os venderem o que devem fazer para diferente países donde nunca mais aqui apareçam porque do contrário nos ameaça outra maior ruina, porque cada um destes escravos é um piloto para aqueles continentes".(186)

O que poderia haver do outro lado da fronteira? No caso de

Caiena, a ocupação da área colonial francesa da Guiana foi iniciada pelas missões religiosas, postos militares, centros pesqueiros e criação extensiva de gado. Esta região -- com vasta rede hidrográfica -- foi ocupada somente na faixa costeira. O Rio Maroni fazia fronteira com as áreas coloniais holandesas da Guiana, e o Oiapoque, divisava com a Guiana brasileira, especialmente a região do Amapá. Parte desta extensa região era formada por uma floresta equatorial e mangues.(187)

Segundo Ciro Cardoso, as dificuldades de colonização ali foram diversas: relevo acidentado, correntes marítimas dificultando a navegação, epidemias e pragas nas plantações, subpovoamento, pobreza crônica, etc. Enfim, o fracasso da colonização teve fatores geo-ecológicos e históricos. Ainda assim, o início da colonização se efetiva em 1664, tendo o povoamento se concentrado em Caiena e seus arredores. Em 1690 já existiriam 24 engenhos, sendo três abandonados e dois pertencentes aos jesuítas. Havia ainda nove fazendas que produziam tintura de Urucum. Devido à posição estratégica do Oiapoque em relação à Amazônia Portuguesa logo seriam construídos postos militares franceses. Os portugueses não fizeram diferente.(188)

Grande parte desta área, principalmente a região do contestado entre França e Portugal, permanecia vazia. Eram terras baixas, onde se criava gado e eram erguidos estabelecimentos de pesca. Na Guiana Francesa, embora em pequena escala, começava a se desenvolver a produção de urucum, açúcar, anil, café e cacau. Na década de 30, um terço da superfície cultivada seria de agricultura de subsistência. Faltavam capitais para investimentos,

não existia tecnologia e, sim uma crônica escassez de mão-de-obra. Ainda assim, entre 1765 e 1789 desembarcariam em Caiena cerca de 4.000 escravos africanos. Num recenseamento de 1777, já se apontava uma população escrava africana de 8.411, sendo 5.695 em idade ativa. A maior parte estava ocupada na agricultura de exportação. Havia ainda escravos trabalhadores em engenhos e engenhocas de açúcar e aguardente produzidos para o mercado interno, abertura de roças na floresta, pastoreio e serviços domésticos nos arredores dos núcleos urbanos.(189)

Os escravos na Guiana Francesa tinham uma tradição de possuírem tempo (sábados e/ou domingos) e espaço (lotes de terras) para estabelecerem suas roças, cultivos e uma economia própria.(190) Ciro Cardoso igualmente anotou que cada família de escravos na Guiana Francesa "dispunha normalmente de dois lotes, um na proximidade imediata da sua cabana, separado dos lotes vizinhos por uma paliçada, e o outro no terreno comum chamada *ABATTES DES NEGRES* (roça ou clareira dos negros). Era permitido dedicarem-se as suas roças, um sábado a cada quinze dias ou todos os sábados a partir da tarde. Também dos domingos e feriados religiosos -- conforme o calendário católico francês -- tinham folga. Era permitido além de cuidar de suas roças, pescar, caçar e capturar caranguejos. Desenvolvia-se assim igualmente um campesinato negro deste lado da fronteira. Sabe-se, inclusive, que durante o período da primeira Abolição da escravidão pela França (1792-1802) houve intensa movimentação dos ex-escravos, comprando ou alugando pequenos lotes de terras. Praticavam a agricultura de subsistência e reuniam-se a outros lavradores, trabalhando em

regime de parceira.(191)

Fazendeiros franceses sempre reclamavam. Tais práticas e o desenvolvimento de uma economia própria por parte dos escravos fazia aumentar seus espaços de autonomia. Proprietários, em 1780, chegaram a solicitar das autoridades coloniais francesas a supressão da maioria dos feriados religiosos, sob alegação de que os cativos "em vez de cultivarem os seus lotes, roubavam para viver, e praticavam pilhagens e arruaças no seu tempo de folga". Ao contrário disso, a economia própria dos escravos e da população de cor livre na Guiana Francesa cresceria no final do século XVIII, permitindo o funcionamento cada vez mais articulado de um mercado interno. Quando senhores e/ou autoridades coloniais tentava proibir as atividades dessa economia própria ou forçar os escravos a trabalhar nos seus "dias de folga", era comum acontecer revoltas, motins e fugas coletivas. Mesmo havendo leis (Código Negro de Colbert, de 1685) que determinavam que os senhores providenciassem diretamente a alimentação dos cativos e não apenas lhes fornecessem lotes de terra para cultivarem seus alimentos, os escravos na Guiana preferiam conquistar junto a seus senhores, tempo e espaço para sua economia própria, constituindo um "sistema costumeiro". A respeito disso, Ciro Cardoso destacou as palavras de um antigo morador da Guiana Francesa, no século XVIII:

"Os escravos acham que está muito bem. Um poderoso incentivo para estimulá-los a trabalhar para o seu dono consiste em ameaça-los de tirar lhes o sábado e alimentá-los segundo as leis... Esta modalidade, que parece tornar livres os escravos durante alguns dias, faz com que se apeguem aos seus donos e as suas cabanas... Pode-se estar certo de que um negro que tenha o seu lote

em bom estado, sua horta e suas aves, não fugirá(...). É fácil garantir a subsistência de um pequeno número de escravos, mas muito difícil manter continuamente depósitos bem guarnecidos para alimentar a centenas..."(192)

A economia própria dos escravos e o mercado interno na Guiana Francesa se desenvolveram. Feiras dominicais eram formadas, além do circuito comercial clandestino, envolvendo escravos, vendedores e quilombos. A propósito, em viagem ao Surinamee em 1798, Franciso José Barata conta a história de ter conhecido um francês -- o Barão de Hogoritz -- que tinha fugido de Caiena e se refugiado em Paramaribo "depois da revolução". Hogoritz tinha, inclusive, o interesse de se estabelecer no Pará, mas temia as reações das autoridades portuguesas. O mais interessante neste episódio é que contava-se como forma de anedota que os "negros n'outros tempo escravos de Hogoritz em Cayena, não querendo sahir do serviço e casa do dito, ainda depois de livre pelo novo systema, ahi voluntariamente se conservavam e cultivavam as plantações, que elle lá deixava, socorrendo-o, e assistindo-lhe em Suriname com o producto d'ellas".(193) Ciro Cardoso anota ainda que escravos na Guiana criavam aves para venderem. Garantiam assim uma economia monetária. Apesar do interesse e determinação dos senhores de sempre comprarem os excentes da economia própria dos escravos, estes preferiam fazer seu próprio comércio.(194)

Também a população escrava e negra crescia na Guiana Francesa:

População da Guiana Francesa (1789-1808)		
	<u>1789</u>	<u>1808</u>
Escravos	10.748	12.355
Libertos	494	1.157
Branços	1.307	933
Fonte: CARDOSO, Ciro. <u>Economia e Sociedade...</u> , pp. 27 e segs.		

Enquanto a população branca tinha diminuído cerca de 28%, a população escrava aumentou quase 15%. Já a população de libertos teve um aumento de 134%.

O problema da resistência escrava, da fuga e dos mocambos logo apareceria também na Guiana Francesa. Uma das rotas de fugas -- como já vimos -- tinha a direção ao Pará. Mocambos também seriam formados. Ciro Cardoso refere-se a um interessante documento -- também publicado por Price -- sobre os grupos quilombolas na Guiana Francesa. Trata-se do interrogatório do quilombola Louis, capturado no quilombo da *Monteigne Plomb*, em 1748. Nele é descrita a organização interna do quilombo: formado por 30 cabanas e habitado por 72 quilombolas. Praticavam a agricultura de coivara, abriam anualmente novas roças, plantando mandioca, milho, arroz, batata-doce, inhame, cana-de-açúcar, banana e algodão. Complementavam sua economia com a pesca e a caça, para a qual tinham fuzis, arcos e flechas, armadilhas e cães. Tinham também atividades artesanais e fabricavam bebidas para o seu consumo. (195)

Durante 1802 a 1806, sabe-se ainda que um dos mais famosos bandos de quilombolas da Guiana Francesa era liderado pelo negro

Pompee. Há cerca de 20 anos tinha estabelecido uma economia agrícola estável em seu mocambo, chamado de *Maripa*. Usando a floresta e os rios como proteção, Pompee e seu bando obtiveram durante anos êxito na luta contra tropas coloniais enviadas de Caiena. (196) Era a face quilombola do campesinato negro da Guiana Francesa.

Outros quilombos e/ou mocambos deviam existir. Principalmente ao longo das fronteiras com holandeses e portugueses. Pouco sabemos deles. Vimos como quilombolas do Pará acabavam mantendo comunicação com colonos franceses. Experiências semelhantes podem ter acontecido com os quilombolas do lado colonial francês. Em 1795, escrevia o Governador Souza Coutinho ao Rei:

"(...)visto também ser d'aquelle Rio que principia a facilidade da comunicação ulterior pello Carapapois e Moyacará para Araguay, de cujas cabeceiras estão os negros fugidos tranzitando até as campinas de Macapá sem dificuldade, e esta comunicação me pareceu indispensável prevenir..." (197)

Falava da necessidade de colocar barcos e "montarias" e vigiar os postos da fronteira:

"(...)se pode bem inferir o cuidado em que vivem os mais moradores a respeito da evazão dos seus escravos tanto mais para temer agora que em Cayena vão obter liberdade, quando em outro tempo sem essa esperança, é só pella duvidosa de mudar de captivo estavam eles buscando aquele caminho. O expediente que acima referi, parece-me o único próprio para evitar este inconveniente, considerando impossível guardar extensos campos, é inútil a despesa de destacamentos de que os escravos sabem bem evitar o encontro cortando mais para cima, ou por baixo da situação que achão ocupada..." (198)

O "outro tempo" para escravos e quilombolas há muito tinha começado. Nas últimas décadas do século XVIII, as autoridades coloniais ficaram sobressaltadas. Temiam que os cativos -- princi-

palmente aqueles sob o domínio português -- entrassem em contato com as "idéias perigosas" a respeito de revoluções que chegavam da Europa e do Caribe através de Caiena. Os principais exemplos de contágio de tais "idéias" seriam a Revolução Francesa, a Revolução do Haiti e as revoltas escravas (*guerras maroons*) da Jamaica e das Guianas (1795-1797). De fato, a preocupação maior das autoridades coloniais das Capitanias do Grão-Pará e também do Rio Negro eram as regiões fronteiriças, devido o temor do impacto que poderia causar aos escravos brasileiros, as notícias da Abolição nas colônias francesas e mais tarde com a Venezuela, em função das lutas de independência.(199)

Em fins de 1794, o comandante militar de Mazagão no Macapá destacava apreensivo quanto ao que os "franceses tem praticado nas suas ilhas, a respeito dos escravos" e mais: na região era "sabido, pelas gazetas que chegam da Europa, e até os mesmos escravos o não ignorão". O governador do Grão-Pará Sousa Coutinho escreveria dois anos depois do Vice-Rei, relatando com detalhes os temores que rondavam as fronteiras com a Guiana Francesa:

"(...)estas notícias tenho por verdadeiras, por conformes e taes quais erão a esperar; menos que por meio da guerra em paiz estranho, ou em defeza occupassem os negros, porque depois de os constituirem em liberdade, igualdade e fraternidade de os admittirem ao exercício de aragos publicos de formarem com elles um corpo regular e diversos de milicias, armando-os e disciplinando-os sem escolha nem distinção alguma do que menos indignos fossem por mais civilizados destas prerrogativas, aos que pelo estado de ferocidade natural as não merecião absolutamente, era bem consequente que se negassem como negavão a todo o trabalho e sujeição, que a persuasão fosse como foi inútil para que prosseguisse a cultura, e finalmente que sendo constrangidos a trabalhar practicassem a sublevação que só admira por ter tardado, e não produzir o efeito que esperavão. Sendo pois as ditas notícias verdadeiras e consequente que

tenham que lutar com a fome e com a rebelião dos negros, disorro que nem poderão pensar em inquietar nesta colônia privados da tropa dos mesmos negros que mais tem sempre ainda duvidando que tivessem tantas armas como se diz que lhes tomarão".(200)

Sousa Coutinho pouco acreditava que poderia ocorrer uma invasão dos franceses em terras lusitanas. A seu favor tinha a insubordinação escrava que ocorria naquela colônia francesa. Por precaução mandaria vigiar os navios vindos de Caiena e aqueles que navegavam o rio Cassipure. Mas, e as percepções que colonos, soldados, índios, negros, escravos e libertos podiam estar tendo desta conjuntura? Reconstruíam tais fatos e temores com suas lógicas próprias e outras expectativas. Em 1798, em meio às disputas coloniais entre Inglaterra e Holanda pelas Guianas, dizia-se que os índios "encontravam-se influenciados por mulatos de Demerara" e que "parecem estarem satisfeitos da obediência ao actual governo inglez na colônia". Os contatos e as idéias de liberdade que circulavam naquela conjuntura eram compartilhados tanto por negros como por índios. Dizia-se mesmo que povoações indígenas inteiras, por exemplo, cruzavam os territórios espanhóis.(201)

As fugas de escravos e o estabelecimento de mocambos eram nesta época considerados problemas crônicos. Grande parte dos cativos que fugiam nesta região trabalhava nas fortificações militares em Macapá. Em 1789, somente na vila de Macapá falava-se da existência de uma "população de 2.000 pessoas brancas, 700 escravos e um certo número de índios assalariados".(202) Houve ocasiões de fugas em massa. Algumas expedições reescravizadoras capturaram de uma só vez mais de 40 cativos. Mesmo considerando as conjunturas políticas diferentes, as preocupações de autoridades

coloniais eram constantes. Em 1767, por exemplo, devido a tantas deserções, um comandante local chegou a preocupar-se com o "tratamento" destinado aos escravos destes estabelecimentos. Já, em 1788, o mocambo de Macari foi atacado por forças militares de Macapá. (203)

Em várias ocasiões, embarcações estrangeiras -- destacadamente francesas -- adentraram o território português, visando perseguir e recuperar fugitivos. Autoridades e fazendeiros brasileiros denunciavam, igualmente, que seus escravos fugiam para Caiena e encontravam proteção de comerciantes e autoridades francesas. Em 1798, a chegada ao Pará de duas canoas provenientes de Caiena com o objetivo de "recrutar os pretos, que tinham fugido, e se achavam ahí refugiados" foram acompanhados de grande tensão.

Existia mesmo um medo pânico nestas fronteiras provocado pelas fugas constantes e os rumores de insurreição. Em junho de 1795, noticiava-se com suspeição a presença de dois franceses "chamados Du Gremoullier e Sahut", próximo ao Oiapoque. Havia temores que tais franceses, assim como outros que cruzaram a região, vindo da Guiana Francesa agitassem a massa escrava do Grão-Pará. Prontamente determinou-se investigações:

"...a descobrir-se nelles qualquer indício de sinistras intenoens em tal cazo fossem em direitura remetidos a esta Cidade esperando o conductor d'elle no Pinheiro a ordem para o seo destino. Mandeí também que o dito Alferes Comandante informasse se elles trazião livros, manuscritos ou folhetos e que a terem destruídos alguns fossem surprehendidos e remetidos à minha prezença e por esta forma venho a praticar com estes o mesmo que pratiquei com o outro Jacques Coromel de que já dei conta a v. Ex^a esperando a respeito de todos a resolução de sua magestade...(...)"(204)

Neste contexto, o medo estava sólido como uma rocha. Ainda

nesta ocasião, lembraram as autoridades:

"Sem dúvida hé grande o mal que nos pode seguir d'estas fugas da escravatura, nunca porém será ella comparável ao que nos podem cauzar alguns emissários mandados a excitar sublevação no interior com a referida escravatura, com os Índios, e ainda mesmo com os brancos que não tendo escravos não tenham que perder como infelizmente há muito e por isso, tenho prevenido quanto me parece possível a sua entrada em destritos ou desejo de recear..."(205)

Vejamos: considerava-se naquele momento que as fugas -- apesar de constantes e de se tornarem coletivas -- poderiam ser controladas. Pior perigo seriam as sublevações comandadas por emissários estrangeiros e com a participação de indígenas e mesmo brancos pobres. O alerta estava no seu volume máximo. Autoridades coloniais, proprietários de escravos, militares e população branca em geral não queriam ser surpreendidos. O exemplo do Haiti -- que já ecoava em outras regiões do Caribe e das Guianas -- estava presente nas suas mentes. Todo cuidado e controle sobre os escravos podia ser pouco. Dever-se-ia ficar atento ao movimento dos escravos, suas atitudes e seus pensamentos...(205a)

O que em algumas ocasiões poderia passar despercebido sem maiores preocupações, transformava-se, em outras, em motivos de pânico coletivo. Ainda em março de 1795, por exemplo, as atenções se voltaram para um ajuntamento de escravos e forros. O ponto de encontro era a casa de "hum preto forro" em Belém. Embora as investigações pouco tivessem revelado, as autoridades lembravam que não era tempo para brincadeiras, visto que os "escravos não ouviam com indiferença o que se passava nas colonias francesas" e que devido a isso "sahião diversas vozes próprias a excitar desordem". Com relação ao referido ajuntamento destacavam que par-

ticipavam "forros e escravos muitos dos mais conhecidos na cidade pella sua esperteza".

As constantes fugas escravas permitiam a constituição de mocambos grandes (formados por dezenas de fugitivos), estáveis e duradouros na região. Proprietários de escravos reclamavam e autoridades coloniais se sentiam impotentes: não havia força militar na região suficiente para recapturar os fugitivos e impedir novas deserções. Em 1791, o governador da Capitania chegou a declarar a respeito de tal questão:

"Hua das primitivas cauzas, parece ser o pequeno prezídio que elles prezentemente aqui observão Digno Snr., quando desta praça se guarnecia de maior cômputo de soldados, lhes era sem dúvida mais temível, elles menos se dezaforavão, porque vião se fugissem havia potência para os ir arrancar donde elles se achassem, não assim agora que a tropa existe apenas basta a encher os postos da praça"(206)

Havia, como já vimos, na Capitania do Grão-Pará, quilombos por toda parte, de norte a sul. Em setembro de 1793, preparou-se uma expedição com soldados, armamentos e munição para prender os "pretos amocambados" em Macapá. Os temores na região só faziam aumentar, ainda mais devido aos contatos que os quilombolas locais tinham não só com outros escravos mas também índios e comerciantes vizinhos.

Fugitivos escravos atravessavam matas, cachoeiras, florestas, rios, morros e igarapés. Buscavam a liberdade passando para outras colônias ou estabeleciam seus mocambos nas regiões de fronteira. Contavam com a ajuda de cativos nas plantações, vendedores, índios, vaqueiros, comerciantes, camponeses, soldados negros, etc. Neste contexto, naquelas regiões da Amazônia colonial,

os negros -- fossem escravos fugidos ou livres -- criaram um espaço para contatos e cooperação. Com expectativas diferenciadas e sonhando com a liberdade promoviam não só comércio clandestino, mas fundamentalmente um campo de circulação de experiências. Estavam o tempo todo atentos aos acontecimentos a sua volta. Além disso, continuavam *hidras* por que eram quase impossível de serem destruídos e através deles as idéias de liberdade podiam também circular na região.(208)

Estabelecidos em mocambos, quilombolas do Amapá atravessavam os limites dos territórios coloniais, indo em busca de novos contatos. Misturavam-se com fugitivos, cativos nas plantações e soldados desertores da Guiana Francesa. Traziam (ou levavam) idéias de liberdade. Não ficaram impassíveis ou boquiabertos com as decisões políticas que lhes poderiam ser benéficas e nem permaneceram isolados na imensidão da floresta amazônica. Com essa migração constante, conseguiram fundamentalmente proteção.

As autoridades, certamente, subestimaram as percepções que os escravos podiam ter da situação. Subestimaram em parte. Ao mesmo tempo que diziam que os cativos podiam ser "contagiados" pelas "idéias de liberdade" advindas da Europa via comunicações com as colônias estrangeiras, temiam que os mesmos -- a exemplo do Haiti -- articulassem uma grande revolta. Assim se referia em 1794, o comandante militar de Araguari:

"Pelo que respeita a alforria dos escravos em Caiena, já eu tinha espalhado ser engano que os franceses, fazem aos mesmos pretos, para que lhes não fujão e os tenham por esta forma mais seguros para o serviço de suas lavouras, ou outros quaes quer a que os queirão aplicar, e por esta forma, ou por esta ironia os conservo duvidas da dita liberdade(...)"(209)

Eis aqui um bom exemplo de como não só as autoridades percebiam os contatos de idéias entre escravos de colônias diferentes como também o uso político de tais idéias, mesmo aquelas invertidas. Seria possível pensar aqui -- tal como fez o comandante militar acima -- de que modo os escravos e quilombolas ao mesmo tempo perceberam as idéias, as fizeram circular e igualmente agenciaram politicamente os medos que senhores e autoridades tinham destes fatos em vários contextos. Ou seja, escravos nas Américas não precisaram necessariamente do "ideário revolucionário" advindo da Europa e/ou do brado de abolicionistas estrangeiros para implementarem suas estratégias de resistência e rebeldia. Pelo contrário, poderiam perceber estes momentos com significados próprios.

Na área do Amapá, coincidência ou não, mais do que em outra qualquer região brasileira no período colonial, as fugas de escravos e a movimentação de quilombolas aumentaram enormemente nas últimas décadas do século XVIII. É claro que para além dos escravos fugidos havia outros problemas graves na região, entre os quais, a militarização da área e o temor de uma intervenção armada estrangeira.(210) Em 1798, numa carta endereçada ao Rei uma autoridade local ressaltaria, dentre os principais problemas: "apreensão dos escravos fugidos e destruição dos seus mocambos e a dos intruzos estabelecimentos francezes nessas fronteiras".(211)

Assim como os cativos do lado português fugiam e atravessavam os limites territoriais franceses, negros -- não só escla-

vos -- sob os domínios espanhol, holandês e inglês também des-
ciam. Em 1781, um "preto hespanhol" fora encontrado vagando pela
região de Tabatinga, que fazia fronteira com as áreas sob o domí-
nio da Coroa da Espanha. Dois anos depois, na Vila de Olivença,
na mesma região, temiam-se as ações do "preto hespanhol Fernando
Rojas" e seus contatos com os quilombolas locais, visto ser ele
"morador da parte superior do rio Juá, donde habitou fugitivo
alguns annos(...)e por essa causa tem muita ascendencia o dito
preto entre elles". Em 1789, denunciava-se "escravos do governo
do Pará arrojando se a empreza com effeito extraordinário e também
novo de fugirem para os domínios espanhóis da Província de Mojas,
navegando tantos centos de léguas pelos Rios das Amazonas".(212)

Não só escravos negros como também índios percebiam as re-
lações conflituosas entre espanhóis e portugueses. Deserções em
massa de índios eram comuns na região. Nos anos de 1760 aparece-
ram várias denúncias de índios "amocambados" e mesmo fugindo para
formarem "mocambos". Visitando as fronteiras com as colônias es-
panholas para inspeção já no final dos setecentos, eis um parecer
de Henrique João Wilckens:

"Nestes descobrimentos, ou nestas indagações bem se vê
e se percebe que nada há que receão se possa de encon-
tros com os confiantes hespanhoes, que nos ficão aqui
muito distantes, mas só sim algum através, embaraço ou
obstáculo suscitar poderão algum gentio, ou alguns ín-
dios refugiados, que unidos se achem em mocambos, ou
povoados que estabelecidos tenham nos bosques, nos la-
gos e riachos, que estão no terreno entremédio, ou com-
preendido entre o Rio Negro, e o Rio Solimões, com o
seu confluente Rio Japurá, e que nada mais prejudicial
ser pode de que as antecipadas notícias, e aos avizos,
que ter podem pellos índios d'estas povoações, que
clandestinamente com os mesmos gentios, e mocambos se
communição".(213)

Do mesmo modo que temiam as comunicações, as autoridades coloniais tentavam se valer do conhecimento de negros e índios para adentrar territórios na fronteira. Ainda em Olivença, em 1784, portugueses preocupados com o controle dos índios e a movimentação dos espanhóis, esperavam contar com a ajuda de "dois pardos e mulatos" que não só conheciam bem a região como sabiam "várias linguas do gentio". Dois anos antes, foi usado um "preto" como guia no reconhecimento e comunicação de povoações e territórios limitrofes com a colônia holandesa do Suriname.(214)

Também Alexandre Rodrigues Ferreira destaca conflitos nas fronteiras, principalmente nas áreas de disputas entre Brasil e Espanha. Havia ali diversos grupos indígenas e estratégias de ocupação diferenciadas. Durante a construção de uma fortaleza e a utilização de mão-de-obra indígena e também como guias, remeiros, temia-se "a deserção dos índios, pelas notícias que podião passar aos hespanhões". Sabia-se de soldados desertores espanhóis que procuravam-se estabelecer em territórios portugueses. Desentendimentos entre soldados e alguns colonos portugueses e espanhóis eram freqüentes, assim como tentativas destes de articularem-se com grupos indígenas. Numa ocasião, chegou a existir rumores da movimentação de soldados espanhóis nestas paragem e que estavam "todos tintos de urucú à maneira dos gentios assim se disfarçavão para os surpreenderem".(215)

VI. NAS FRONTEIRAS: CONFLITOS E ALIANÇAS

Além da movimentação dos quilombos, notícias sobre revoltas escravas e motins de soldados deixavam as autoridades coloniais, na fronteira amazônica, ainda mais sobressaltadas. Da região do Marajó -- área que se ligava a Macapá -- vinham informações de uma possível insurreição escrava em 1775. Esta seria comandada por um "preto", acusado também de manter contatos e comércio com índios e fugitivos negros da região. Em 1791, denunciava-se uma rebelião de negros que ocorreria durante a festa do Rosário. Posteriormente depois, em Macapá organizou-se uma tropa militar "para apreender algumas pessoas brancos, pretos, e mulattos, ausentes por culpados e rebeldes a seus senhores".(216)

Fato interessante aconteceu na área fronteiriça do Oiapoque, também em Macapá. Um militar ao viajar na região deparou-se:

"com mais de 80 negros todos armados de flecha, traçados, e alguns com arma de fogo, me perguntou pela língua espanhola muito serrado [sic], o que vinha fazer a aquela terra, o que lhe respondi, trazia de baixo de toda a pás, e amizade cartas ao comandante do Oiapock, do meu comandante que se achou na boca deste rio, e fazendo-me sentar fizeram assembleia pois, já vivem por ela, e hé verdade estarem os negros libertos, e são quase os maiores senhores da terra pois são innumeráveis, e os brancos são poucos, e estes também pois teme delles segundo o que os mesmos brancos me communicão fora da vista delles(...)"(217)

Uma denúncia de levante escravo de grandes proporções ocorreu em Cametá -- região do Tocantins -- em 1774. Dezenas de escravos pertencentes a Antonio de Medeiros abandonaram as senzalas e desceram de canoas pelo rio Tocantins, dando salvas de tiros por onde passavam.

Os motins de tropas militares e deserções de soldados nesta região era outro problema crônico. A utilização de negros -- livres e libertos -- nos exércitos coloniais estrangeiros preocupavam igualmente as autoridades portuguesas. Tal prática já era muito difundida nos domínios franceses.

No Brasil colonial -- desde o século XVII -- também era comum o uso de "homens livres de cor" e ex-escravos em unidades de combate, formando milícias coloniais e mesmo exércitos voluntários. Os primeiros recenseamentos militares no final do setecentos destacavam o elevado número de mulatos e negros em tropas coloniais. Na Capitania de Pernambuco, em 1759, estes totalizaram cerca de 15%. Só no Terço de Henriques -- nome das tropas formadas por mulatos, mestiços e negros livres e libertos -- existiam 1.323 homens alistados em 15 companhias, sendo que havia um regimento de 1.400 milicianos constituído apenas por mulatos. Houve até mesmo o caso de africanos libertos participarem destas tropas, como na região de Jaguaripe, interior da Capitania da Bahia, em 1792. Em momentos de ameaças de invasões estrangeiras, muitas colônias utilizaram até mesmo o recurso de armar seus escravos. Em áreas de fronteira, tal prática poderia ganhar outros contornos. Escravos brasileiros podiam ver neste expediente uma possibilidade de alforria. Em 1798, período de muita tensão na fronteira amazônica com a Guiana Francesa, lembravam as autoridades do Grão-Pará:

"que armem os seus escravos e defendão a entrada do inimigo nas suas fazendas, e ainda nos rios incorporando-se á Força armada que nelles existir para o mesmo fim persuadindo-se de que os mesmo escravos hão de concorrer para a defesa das suas propriedades e do Estado

com efficacia, zelo, e valor assim como concorrerão em outros portos do Brazil para expulsar os holandeses e francezes, e assim como estão concorrendo nas colonias inglesas não só para defeza dellas mas para ataque da mesmas dos francezes por conhecerem que as máximas de que estes tem usado só lhes tem servido para desunir as forças, fazerem as conquistas facilmente e roubarem tudo á sua vontade, pois até os seus mesmos escravos que enganarão com a idéia de liberdade esses mesmos hoje tem nas fazendas debaixo das bayonetas, e de hum regime tirano(...)"(218)

Autoridades amedrontadas, temendo uma invasão estrangeira procuravam aliados entre seus próprios escravos. Era necessário transformar em amigos os "inimigos internos" para lutar contra os "inimigos externos". Entretanto, desconheciam ou então pouco consideravam os significados políticos com que os escravos podiam dotar suas ações neste momento. Para autoridades brasileiras, a participação ou colaboração dos negros escravos com forças invasoras estrangeiras era apenas fruto de "sedução" e inoculação de "idéias perigosas". Para os escravos, podia ser diferente. Podiam optar por lutar ao lado de seus senhores, barganhavam algumas compensações devido a tais lealdades e continuar escravos. Uma outra opção seria fugir e cerrar fileira nas forças inimigas. Lutariam ao lado ou contra seus ex-senhores. Porém continuariam cativos, apesar de algumas falsas promessas. A fuga coletiva, formando quilombos, poderia ser uma garantia de autonomia -- pelo menos temporária -- para alguns escravos. Exércitos coloniais, enfraquecidos com as sucessivas guerras, pouco poderiam fazer contra mocambos encravados na floresta.

Escravos nas colônias provavelmente tinham outras opções. Podiam acompanhar com expectativa, detalhes dos desfechos de conflitos, discussões, debates, etc, ocorridos nas metrópoles que

poderiam ou não lhes ser benéficos. Em regiões de fronteiras internacionais estas expectativas se ampliavam. Fugindo aqui ou acolá, incorporando-se ou não a exércitos coloniais poderiam -- quem sabe -- abreviar o caminho para a liberdade.

O que as autoridades viam como "sedução" podia ser nada mais do que a gestação de uma identidade, envolvendo os negros, fossem escravos ou livres. Em várias regiões escravistas -- no final do século XVIII -- a população negra já era substantiva.(219)

Mesmo considerando o volume do tráfico -- com quase 16.000 africanos chegando anualmente -- o número de "homens livres de cor" no Brasil no final do período colonial só fazia aumentar. Enquanto que em 1786 estima-se que já totalizavam 35%, nos primeiros anos dos oitocentos passariam de 40%. Embora não dispondo de números a esse respeito para a Capitania do Grão-Pará, os recenseamentos coloniais das capitanias vizinhas são indicativos. No Mato-Grosso, em 1797, 47% do total da população de "homens de cor" aparecia registrada como livre. Esta parcela populacional, por sua vez, representava 67% do total da população livre. No Maranhão, nos derradeiros anos do setecentos, os "homens livres de cor" totalizavam 27% da população negra e 36% do total livre.(220)

Cruzando, enfim, as fronteiras, escravos nas plantações, quilombolas, fugitivos, libertos, regatões e soldados desertores podiam acabar tornando-se *invisíveis*. Podiam ser todos negros. É possível pensar de que modo neste período, a população negra, fosse livre ou escrava, procurava se articular -- mantidas suas

diferenças sociais -- na busca por mais autonomia. A propósito, destacavam ainda as autoridades do Grão-Pará:

"os nossos escravos sabem, e se lhes deve dar a saber que muito antes que os francezes uzassem desta e outras semelhantes máximas já entre nós havia pretos ocupados em portos e empregos, já tinha sido determinado que a cor era accidente que nada influia no character do individuo, nem o inhabilitava para os empregos, e consequentemente devem estar e ser constituídos na certeza que ou sejam pretos, ou mulatos, ou mestiços, logo que as suas acções, e a sua conducta os fassão dignos da liberdade de que os mais vassallos gozamos"(221)

Ver do outro lado da fronteira, a alguns poucos quilômetros de distância, mulatos e pardos comandando tropas ou como colonos livres podia significar uma motivação a mais para cativos brasileiros que procuravam escapar da escravidão. Outrossim, poderiam buscar, para além das solidariedades raciais, a proteção nas próprias leis de determinadas colônias.

Pelo menos no Brasil -- desde o período colonial -- a legislação específica com relação ao *status* social dos "homens livres de cor", quando não discriminatória, era silenciosa. Os direitos civis desta parcela da população inexistiam. Pode-se mesmo dizer, como Russel-Wood, que a condição de negro ou mulato livre no Brasil constituía uma "anomalia legal". Nas primeiras décadas do século XIX -- destacadamente a partir do período da independência -- os legisladores e as autoridades brasileiras passam a se preocupar mais ainda com o controle social da população negra livre. A movimentação de "homens livres de cor", soldados desertores e principalmente de quilombolas aumentavam ainda mais os temores a respeito de insurreições.(222)

De outro modo, pode também ser indicado como algumas expe-

riências de insurreições e aquilombamentos talvez não fossem tão excludentes. Por certo, as autoridades deviam temer a possibilidade de haver conspirações e ações articuladas envolvendo escravos das cidades e das zonas rurais com apoio dos quilombolas e/ou negros livres. Além disso, idéias e planos de insurreições podiam chegar até os quilombos, o que, certamente, fazia aumentar o medo de fazendeiros e autoridades. A propósito, outros exemplos podem vir então do Caribe. Na Jamaica, durante a segunda *guerra maroon*, em 1795-1796, havia evidências de que a propaganda da Revolução Haitiana estava chegando até os quilombolas da Vila de Trewlany.(223)

Outras análises apontam para o fato de se perceber como as insurreições escravas podem ter-se nutrido das tradições, em constante transformação, das lutas e guerra de guerrilhas levadas a cabo pelos quilombolas para conquistar a liberdade. A historiografia internacional tem discutido as possíveis relações entre a tradição da *marronage* (grupos de escravos fugidos) e a rebelião dos escravos do Haiti, em 1791. Durante o século XVIII, houve uma *mutação* nas experiências da *marronage* que se relaciona diretamente com a eclosão da dita rebelião entre 1789 e 1791. Neste caso, vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do foco daquela singular insurreição, entre os quais: a existência de uma forte rede de comunicação entre os escravos de diferentes plantações e origens étnicas em consequência da *crioulização* e mobilidade física mais fácil; a criação paulatina de uma "consciência revolucionária" dos escravos, seja através da propaganda política (inclusive européia), seja através dos aspectos religiosos da

cultura africana readaptada (importância do culto religioso africano do *vodum*) e, não menos importante, o caráter "contagioso" das atividades de guerrilha dos quilombolas locais. Existia uma tradição *maroon* de luta pela liberdade e pela posse da terra, permeada, inclusive, por um caráter racial, que foi constantemente reelaborada ao longo do século XVIII, permanecendo profundamente no imaginário coletivo dos cativos haitianos. Além disso, as idéias revolucionárias advindas da Europa, que igualmente chegaram aqueles escravos, podiam vir também através dos *maroons*, pois vários soldados negros e desertores que tinham servido no exército francês acabaram se refugiando nas florestas e misturado com eles. Em 1791, meses antes de eclodirem as revoltas escravas, apareceram algumas notícias que davam conta de haver *maroons* haitianos que sabiam ler e escrever, e que até mesmo tinham permanecido na França como cativos por algum tempo.(224)

Pensando no contexto de circulações de idéias, conexões e experiências das regiões de fronteira, especialmente com a Guiana Francesa, é interessante destacar como a própria cronologia da revolução do Haiti e outras rebeliões escravas nas Américas podiam trazer desdobramentos específicos em regiões coloniais diferentes. É possível seguir várias pistas das experiências dos quilombolas, partindo de alguns argumentos de Linebaug. Em artigo sugestivo, aponta para a existência de uma circulação de idéias e trocas de experiências (que denomina de tradição antinômica) de trabalhadores através da navegação comercial atlântica. Desenvolve um interessante argumento de que havia um "bumerangue africano", no sentido de que as experiências históricas das rebeliões e

insurreições escravas nas Américas influenciaram a "formação da classe operária inglesa" num movimento de "ida e volta". Ou seja, escravos negros podiam não só ter conhecimento dos levantes que aconteciam em outras colônias, mas também interagir nos motins ocorridos na Inglaterra. Tais argumentos foram, inclusive, retomados mais recentemente com outras evidências e sugestões. Analisa também a utilização da fábula da *Hidra de Lerna* -- fala as várias "cabeças da Hidra" -- por parte das autoridades metropolitanas nas Américas e na Europa para descrever os contatos e cooperações entre taberneiros, escravos, trabalhadores assalariados, marinheiros, africanos, europeus, indígenas e outros setores das sociedades que formavam o que chamou de "classe operária atlântica".(225)

A partir das experiências, circulação de idéias e conexões que apresentamos seria possível pensar aqui os *bumeranges* e as *hidras*, entrecruzando -- via quilombolas e fugitivos -- os limites territoriais de uma parte da Amazônia Colonial. Neste caso, poderíamos seguir os circuitos das idéias, das temores e os sentidos das conexões e experiências históricas destes agentes. Em momentos diferentes, escravos perceberam conjunturas políticas e a possibilidade de conquistarem a liberdade. Mais do que isso, agiram com lógicas próprias em função destas percepções. A propósito da Abolição da escravidão em Portugal, decretada por Pombal, em 19 de setembro de 1761, os escravos no Brasil ficariam agitados, acreditando que a "lei poderia ser estendida até as colônias". Noticiava-se que ocasionalmente viajando em navios para a metrópole, escravos brasileiros "tentaram conseguir a liberdade", fu-

gindo.(226) Stuart Schwartz faz o seguinte destaque:

"...uma declaração adicional de Pombal, em 1773, acarretou na Paraíba um movimento entre pardos escravos e livre, no qual procuravam a extensão da Abolição ao Brasil. Uma junta formada às pressas não tardou a desiludi-los dessa 'opinião errônea', mas estava claro que as implicações das reformas portuguesas e dos eventos europeus não passavam despercebidas a escravos e forros. Eles haviam distinguido claramente a conexão lógica entre sua situação e as mudanças em curso na Europa. Os proprietários de escravos e administradores coloniais não foram menos perceptivos, conscientizando-se das implicações e 'calamitosas consequências' implícitas na difusão das notícias".(227)

Outras questões podem ser pensadas para o Brasil Colonial, em especial, numa região de fronteiras internacionais como era o caso da Amazônia. Idéias e expectativas sobre a revolução do Haiti e seus desdobramentos podiam estar chegando aqui -- via Guiana Francesa -- junto aos escravos e ganhando outras dimensões.(228) Sobre as repercussões do Haiti e Revolução Francesa, o cientista, escritor e viajante inglês Barrow, que visitou o Rio de Janeiro, em 1792 anotou que o comportamento dos negros de total submissão diante dos brancos estava mudando. Tal mudança tinha sido gerada -- nas suas próprias palavras -- devido ao "poder negro" naquele contexto".(229)

Com os conflitos na Europa, entre França, Inglaterra, Portugal e Espanha, entre o final do século XVIII e o início do XIX, Portugal acaba invadindo e ocupando Caiena em 1809. Mudando de percursos e itinerários, permaneceriam, porém, os medos e temores nesta região. Na capitulação de Caiena em junho de 1809 um quesito já destacava: "procurar fazer sahir da colônia todos os homens revolucionários, e cuja conducta futura pudesse de qualquer modo dar cuidado nas futuras vicissitudes a que pode ficar sujeito

este estabelecimento". Com relação a manutenção do sistema econômico em Caiena, as autoridades portuguesas diriam: "a liberdade dos negros foi prejudicialíssima a Cayena". Quanto ao controle da população negra alertavam: "sobre tudo zelareis o sistema de Polícia, que deveis estabelecer na Colônia, não só para assegurar a sua tranquilidade interior e a subordinação dos negros, mas muito essencialmente para evitar toda a correspondência dos habitantes com o governo francez".(230) É interessante que na luta de ocupação de Caiena tanto os franceses como os portugueses utilizaram negros em suas tropas. Os franceses utilizariam mesmo escravos negros enquanto os portugueses índios aldeados. Quanto a estes últimos, chamados de "soldados indianos" diria-se que "costumados a lutar com onças, e tigres parecerão exceder ao seu comandante na animozidade com que arruntavão [sic] o inimigo, desprezando o fogo das suas baterias..."(231) Sabe-se que alguns escravos negros franceses lutaram ao lado dos portugueses. Depois da ocupação, as autoridades trataram de desarmar negros e índios. Redobraram a vigilância sobre a população escrava e também de libertos e mestiços. No documento de rendição de Caiena, assinado em janeiro de 1809 já apareceria o seguinte: "todos os negros escravos de uma e de outra parte serão desarmados e remetidos para as suas habitações. Os negros francezes, que os commandantes de Terra e Mar de S.A. o Principe Regente admitirão ao serviço durante a guerra, e a quem derão a liberdade em virtude das suas ordens serão mandados para fóra da colônia por não poderem ser para o futuro mais que um objecto de perturbação e discórdia".(232) Os portugueses só deixariam Caiena, em 1817, restituindo-a a França.

Vários memorialistas e historiadores que abordaram os conflitos envolvendo as disputas de fronteiras com a França destacaram como o medo de invasões e insurreições escravas permeou todo este processo histórico desde o início do século XVIII até as primeiras décadas do XIX. Apesar do silêncio da história da diplomacia brasileira, para além dos temores e rumores de insurreição, foram negros e índios, fossem fugindo, migrando e/ou formando mocambos que estabeleceram as primeiras bases destas fronteiras. Não circulavam só idéias, mas também experiências.(233)

Não seria a questão de somente ver ou procurar "idéias fora do lugar". Vários autores tem destacado de que modo a movimentação dos escravos nas Américas no final do século XVIII estava ligada à propaganda revolucionária proveniente da Europa. Não só rumores e temores, mas diversas insurreições escravas, de fato, eclodiam nesta conjuntura.(234) Além da Revolução do Haiti (1789-1804), ocorreram rebeliões em Guadalupe (1794), Santa Lúcia (1794), Cuba (1795) e Venezuela (1795). O medo pânico fez com que as autoridades coloniais acompanhassem de perto estas eclosões, tentativas e mesmo só as denúncias e rumores. Em Porto Rico, com uma tradição de marronage desde o século XVII, os fazendeiros temiam que a tentativa de insurreição dos escravos de Aguadilla, em 1795, estivesse vinculada aos acontecimentos do Haiti.(235) Mesmo no Haiti noticiava-se que várias cópias de documentos e decretos republicanos franceses (como a *Declaração dos Direitos do Homem*) foram traduzidas em espanhol, português, holandês e inglês e introduzidas clandestinamente em todas as partes do Caribe, influenciando, inclusive, guerrilhas de grupos de escravos fugidos. (236)

Porém, enquanto alguns autores enfatizam apenas o "contágio" das idéias por parte dos escravos, ou então a incorporação delas por algumas lideranças políticas, outros tem procurado ressaltar a própria lógica e percepção que a comunidade das senzalas, libertos, fugitivos, quilombolas e negros livres podiam estar tendo dessas conjunturas. Viajando por outros caminhos podemos pensar que as idéias e tensões tanto na Europa como nas Américas, tinham desdobramentos e repercussões variadas nas colônias e nas metrópoles. As análises que enfatizam "contágio de idéia" paralisam a percepção de como estas poderiam estar sendo recebidas.(237) A questão seria muito menos de "origem" e/ou de "influência" de idéias, mas sim de sua circulação, interpretação e dos significados a elas emprestados. Para a Bahia e Pernambuco existem análises com pistas sugestivas nesta direção.(238)

Na Amazônia -- segundo um estudo de Acevedo Marin -- teve-se igualmente o "contágio revolucionário" vindo da França. Tais temores promoveram, inclusive, uma militarização acelerada em áreas de fronteira, visto haver litígios territoriais com a Guiana Francesa.(239) Tais "idéias de liberdades" podiam não ter apenas uma leitura. Escravos, crioulos ou africanos, homens livres, soldados, oficiais metropolitanos, europeus, marinheiros, mestiços, índios e outros tantos podiam reinterpretá-las diferentemente. Também os roteiros de sua circulação podiam ser diversos. No Grão-Pará, talvez tenham sido os quilombolas e fugitivos os responsáveis por sua difusão.

Pensando nestes contatos dos quilombolas podemos ainda trilhar outras pistas de análise. Genovese, em estudo comparativo

clássico, argumenta, por exemplo, que no final do século XVIII, as revoltas escravas nas Américas -- influenciadas principalmente pela "onda revolucionária burguesa-democrática" da Europa -- adquiriam novos conteúdos políticos, distanciando-se, assim, do "caráter puramente restauracionista" africano das rebeliões anteriores.(240)

Criticando a análise de Genovese, como também algumas conclusões de Craton a respeito do caráter "africano" e/ou "crioulo" da resistência escrava no Caribe e seus conteúdos ideológicos, Seymour Drescher argumenta sobre a possibilidade de abordar as mudanças nas estratégias de enfrentamento dos cativos não só a partir dos impactos econômicos internos e as influências ideológicas externas, mas também fundamentalmente através do exame dos significados políticos que eles conferiam às suas ações. Drescher relaciona a resistência dos cativos com a micropolítica das comunidades escravas, fatores externos (conjunturas econômicas e políticas), avaliações e percepções pontuais e a consequente interação desses múltiplos aspectos. Demonstra assim que escravos no Caribe, no final do século XVIII e início do XIX, sabiam o que se passava na política inglesa (debates parlamentares na Inglaterra, etc.) e tentavam, na medida do possível, tirar proveito de tal situação a partir de suas próprias lógicas.(241)

Fick resgata a importância da tradição da *marronage* no contexto da resistência escrava nas Américas, em especial o Haiti. Também fazendo críticas a Genevese e outros autores, argumenta que esta divisão cronológica de "antes" e "depois" pode ser "reducionista". Além disso, acaba excluindo o movimento da *mar-*

ronage numa perspectiva mais ampla das sociedades escravistas na América e seu impacto nas metrópoles, assim como as próprias transformações históricas em torno dele. A idéia seria pensar não numa mudança das lutas dos escravos, mas sim num movimento de repercussões e influências mútuas que poderiam estar interagindo. O argumento principal de Fick é muito próximo daquele, que já começamos a desenvolver em outro trabalho, qual seja: os quilombos devem ser entendidos, assim como a resistência escrava, no contexto das mudanças e transformações da sociedade, das relações senhor-escravo e das formas de protesto popular que podiam incluir outros setores não-hegemônicos.(242) Enfim, havia permanentes e complexas relações entre os quilombolas e os escravos nas plantações. Para o caso do Haiti, a referida autora demonstra toda a importância da tradição da *marronage* durante o século XVIII e como esta numa transformação permanente foi fundamental (no tocante as expectativas de liberdade e formação de um campesinato negro) para o encaminhamento do pós-revolução no Haiti.(243)

Quanto aos quilombolas na Amazônia e em outras partes do Brasil, não estavam alheios a todos esses interesses e igualmente às suas possibilidades de sobrevivência nas regiões que escolhiam para se estabelecer. Reconstituindo o processo histórico em torno de alguns, dos sentidos políticos próprios das ações dos quilombolas, e analisando as formas de repressão, os agenciamentos, os conflitos envolvendo alguns grupos de escravos fugidos, é possível esquadriñar o cotidiano das idéias e ações. Quanto a esta questão, vale a pena mencionar as experiências vividas por outras

comunidades de fugitivos. As comunidades de *maroons* de Le Maniel, na Ilha de São Domingos, no século XVII, que travaram, por quase cem anos, lutas com os colonizadores espanhóis e franceses, foram beneficiadas, por vários motivos, pela sua localização geográfica. Em diversas ocasiões, as autoridades espanholas negligenciaram os movimentos dos fugitivos, constituídos, na sua maior parte, escravos do lado francês da Ilha. Em consequência disto, a perseguição a esses grupos *maroons* envolveu inúmeros interesses entre colonos e autoridades espanholas e francesas naquela região fronteiriça. Os lavradores e fazendeiros do lado espanhol comerciavam com os negros fugidos e os mantinham informados sobre qualquer movimentação de tropas enviadas para perseguí-los.(244)

Isso de forma alguma importa dizer que em tais circunstâncias os quilombos podiam funcionar apenas como mero instrumento de manipulação ou que a continuidade de sua existência se devesse tão somente a de outros interesses. Em tais contatos entre grupos de fugitivos e os mundos da escravidão, estes primeiros não podem ser vistos simplesmente como ferramentas, utilizáveis ou não, nas mãos de determinadas autoridades e fazendeiros com interesse em negócios. Pelo contrário, de várias partes da América escravista temos diversos exemplos que evidenciam de que modo alguns grupos de fugitivos, ampliando as suas estratégias de luta, constituíram "alianças de conveniências" que envolveram tanto escravos nas plantações como piratas, índios, mercadores, lavradores brancos, até com tréguas e tratados de paz com fazendeiros e autoridades coloniais.

Pollak-Eltz, por exemplo, ao abordar o contexto dos quilombolas venezuelanos, envolvidos com interesses de comerciantes locais (inclusive traficantes de escravos) e proprietários de terras que lutavam contra o monopólio comercial da Espanha, argumenta que as estratégias de luta desse grupo de fugitivos nessa ocasião não possuíam um sentido político próprio. Criticando essas análises, Price sugere que os quilombolas em toda a América, ampliando os significados políticos de suas lutas forjaram em determinados momentos "alianças de conveniência" ("alliances of convenience") com escravos nas plantações, indígenas, colonos brancos etc. (ele cita ainda o exemplo das alianças entre os *maroons* espanhóis, piratas e soldados ingleses no Caribe, no século XVIII) que podiam incluir até mesmo -- como no caso da Venezuela no século XVIII -- comerciantes e fazendeiros "criollos". Não muito distante dali, próximo às fronteiras da Amazônia colonial, vários outros palcos de disputas foram montados. Em 1790, os espanhóis tentavam sem sucesso fazer contatos com os quilombolas refugiados nas florestas de Essequibo, Demerara, Berbice e Suriname através dos grupos indígenas *Macuxis* e *Okawaio*. Pensavam em organizar milícias com os mesmos para combater os holandeses da região do Orenoco. (245)

Deste modo, tensões e conflitos entre metrópoles e áreas coloniais, enfraquecimento do poder colonial em virtude de lutas internas e externas, discussões parlamentares sobre a emancipação e outras tantas circunstâncias pontuais, mesmo no âmbito das fazendas, eram percebidas pelos escravos como momentos favoráveis para realizarem revoltas abertas ou forçarem seus senhores a lhes

fazer concessões de espaços de autonomia dentro da escravidão. Ou mesmo escravos fugidos, constituídos em comunidades, tentavam fazer os exércitos coloniais oferecer tratados de paz. É claro que numa correlação de forças, na maioria das vezes desigual, autoridades e senhores não raramente respondiam a essas tentativas dos escravos com violenta repressão.

Nas fronteiras da Amazônia colonial, quilombolas -- apoiados por outros personagens dos mundos da escravidão -- que já eram *hidras* entraram em contato não só com idéias mas fundamentalmente com outras experiências históricas. Pensarmos estes quilombolas e suas interações com o restante da sociedade escravista -- índios e negros -- podem nos levar a outras direções. É possível descobrir, mais profundamente, entre outras coisas, que os mundos dos quilombos talvez não fossem tão distantes assim das senzalas, mesmo aquelas internacionais. Mais do que isso, caminhando nestas trilhas torna-se possível igualmente juntar pedaços de tradições de liberdade. Ainda bem que estes pedaços não se encontram somente em meio ao pó, traças e o amarelar dos documentos manuscritos oficiais nos arquivos. Parte desta tradição pode estar guardada até os dias de hoje na memória de grupos étnicos indígenas e negros na Amazônia. Além disso, essas comunidades -- como outras tantas -- podem ter reconstruído suas histórias a partir de versões e imagens dos "primeiros tempos", de fugas, lutas e resistência. (246) Estudando a etno-história e a reconstrução dos *Waiãpi* -- indígenas da região do Amapá -- Gallois ressalta que as suas narrativas registram as disputas entre franceses e portugueses e as consequentes alianças e conflitos com outros

grupos étnicos da região. Os *Waiãpi* referem-se nas suas memórias a grupos de negros *Tapajon* (possivelmente descendentes de fugitivos negros) com os quais entraram em contatos.(247)

Vejamos o que diz Howard numa análise etnográfica recente sobre a Amazônia:

"Os Wawai da aldeia central de Kaxmi em Roraima (onde fiz meu trabalho de campo) dedicaram-se às outras especialidades: papagaios e cães de caça. Estes itens eram enviados às demais aldeias Wawai de onde uma boa parte era passada adiante aos Tirujó do Suriname, a leste, e dali aos Maroons. Junto com cães e papagaios seguem outras especialidades subsidiárias, como novelos de algodão fiados à mão, urucum, óleo para cabelo, resina de breu-preto, cana de flecha, etc. Em troca, recebem-se bens manufaturados dos Tirujó: panelas de alumínio, facas, machados e outras ferramentas de ferro, mosquiteiros e miçangas. Há muito que os Tirujó obtêm estes bens dos Maroons do Suriname, que os adquirem através de uma rede de contatos que alcança as cidades costeiras (onde muitos destes bens chegam da Europa). Em sua forma básica, esta rede de troca vem operando há pelo menos dois séculos; ela foi suplementada, mas não substituída, por trocas com os missionários, colonos e agências indigenistas governamentais dos diversos países cruzados pela rede".(245)

Arthur Ramos estava certo. Acrescentamos às suas desconfianças e suposições analíticas, a afirmação de que escravos, negros, índios, colonos europeus e quilombolas nas fronteiras da Amazônia colonial marcaram um encontro. Não se tratou apenas de influências culturais. Foi o encontro de histórias na história. As fronteiras da liberdade continuariam abertas.

Notas Parte 1

(1) Para uma interessante descrição sobre a ocupação colonial na Amazônia, ver: FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ANPOCS, 1991, especialmente: "O pano de fundo: características da ocupação colonial do Maranhão e Grão-Pará", pp. 23-53. -- Para a nossa análise histórica aqui -- visando não confundir as nomenclaturas desta extensa região em períodos históricos diferentes -- propomos a seguinte delimitação geográfica: chamamos de Amazônia colonial as áreas das Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro no século XVIII. Hoje corresponderia os atuais Estados do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Vale destacar que a definição contemporânea da região Norte inclui ainda os Estados do Acre, Rondônia e Tocantins. Considerando a chamada Amazônia Legal, teríamos também o Estado do Mato-Grosso e maior parte daquele do Maranhão

(2) Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro, Graal, 1981

(3) Ver: SALLES, Vicente. O Negro na Pará, sob o regime da escravidão, Belém, FGV, 1971 --- Com relação as fontes históricas primárias inéditas sobre africanos na Amazônia, ver o excelente repertório transcrito em: VERGOLINO - HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial. Uma notícia histórica, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990

(4) Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII". Revista Arrabalde. Ano I, número 2, SET/DEZ. 1988, pp. 104

(5) Cf. FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões..., pp. 26 e 38

(6) Cf. SALLES, Vicente. O Negro no Pará..., pp. 50-51

(7) Ibid., pp. 115-121 e 127

(8) Cf. MACLACHLAN, Colin M. "African Slavery and Economic Development in Amazônia (1700-1800)", IN: TOPLIN, Robert B. (eds) Slavery and Race Relations in Latin América. Greenwood Press, 1973, pp. 112-145

(9) Cf. SALLES, Vicente. O Negro no Pará..., pp. 49

(10) Ibid., pp. 51

(11) Cf. FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões..., pp.36-8

(12) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. "O Trabalho Indígena na Amazônia Portuguesa". HISTORIA EM CADERNOS, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, volume 3, número 2, set/dez. 1985, pp. 11-12 e 15

(13) Cf. CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém, Governo do Estado, 2ª ed., 1973, pp 86 e AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e colonização. Borgejo histórico com vários documentos inéditos, Lisboa, Liv. Edit. Tavares Cardoso & Irmãos, 1901 citado em: CRUZ, Ernesto. Ibid., pp. 55

(14) Sobre o cacau e a economia na Amazônia colonial, ver: SANTOS, Roberto A. de O. História da Amazônia: 1800-1920. São Paulo, T.A. QUEIROZ, 1980, pp.16-18,20 e segs

(15) Cf. BARATA, Manoel. "A antiga produção e exportação do Pará". IN: Formação Históricas do Pará. Obras Reunidas, Belém, UEPa, 1973, pp. 301-7, 309-311 e 313

(16) Ibid, pp. 325-327

(17) Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo, ATICA, 1980, pp. 249-250 e 265-266

(18) Cf. BARATA, Manoel. "A Antiga produção e exportação...", pp. 307

(19) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. "O trabalho indígena na Amazônia Portuguesa..." pp. 16

(20) Ibid

(21) Ibid, pp 18

(22) Códice 4 (1752-1762) citado em: CRUZ, Ernesto: Colonização do Pará. Belém, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958, pp. 10

(23) Ofício do Rei de Portugal D. João para o Capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará José da Sena, 06/02/1734 transcrito em: Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, volume VI (Alvarás, Cartas-régias e Decisões), doc.413, pp. 222.

(24) Ofício do Rei de Portugal D. João para o Capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará Alexandre de Souza Freire, 18/12/1731 transcrito em: Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, volume IV (Correspondência dos Governadores com a metrópole), doc. 345, pp. 369.

(25) Cf. MUNIZ, Palma. Limites Municipais do Estado do Pará (Município de Mazagão). Belém, 1916, pp. 389 citado em: SALLES, Vicente. O Negro no Pará..., pp.221

(26) Cf. MUNIZ, Palma. Limites Municipais..., pp. 389 citado em: SALLES, Vicente. O negro no Pará..., pp. 221 e Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEPa) Códice 24, Ofício enviado ao Governador do Pará, 07/01/1762.

(27) APEPa, Códice 101 (1769-1774), Ofício enviado ao Governador do Pará, 27/02/1774; Códice 139 (1773-1779), Ofício de João de Moraes Bittencourt, 16/04/1774 e Códice 150 (1774-1780), Ofício do Capitão Francisco Manoel da Silva Moraes ao Governador do Pará, 21/01/1777.

(28) APEPa, Códice 214 (1782-1790), Ofício de Manoel Gonçalves Meninea enviado a Martinho de Souza e Albuquerque, 31/12/1788.

(29) Ibid.

(30) APEPa, Códice 610 (1788-1790), Portaria para o Capitão Hilário de Moraes Bitancourt, 01/12/1788; Códice 611 (1790-1792), Portaria do Juiz Ordinário de Cametá, 23/12/1790. Com relação ao medo dos ataques dos fugitivos em Macapá, ver: Códice 328, Ofícios de Manoel Gonçalves de Meninea enviados à diversas autoridades de Macapá, 19/08/1803, 20/11/1804 e 31/03/1805.

(31) APEPa, Códice 278 (1793-1794), Ofício de Pedro de Paiva e Azevedo enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 13/05/1793.

(32) Códice 277 (1793-1794), Ofício de Manoel Joaquim de Abreu enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 18/01/1793 e Códice 272 (1792-1796), Ofício de André Corrêa enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 30/09/1793.

(33) Na região do Marajó, além das reclamações a respeito dos roubos de gado ser frequentes havia o problema dos fugitivos, ver: APEPa, Códice 97, Ofícios de Luiz Manoel da Costa ao Governador Fernando da Costa de Ataíde Freire, 27/02 e 15/03/1789 e Códice 276 (1793), Ofício de Florentino da Silveira Frades enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 15/12/1793.

(34) APEPa, Códice 85 (1767-1799), Ofício de João Ignácio de Castro ao Capitão Manoel Pereira Lima, 18/12/1796. A respeito dos roubos praticados no Arari ver: APEPa, Códice 619 (1800-1803), Ordem expedida ao Capitão Administrador de Arari, 23/04/1803; Códice 334, Ofício de Francisco Antônio Pinto, 17/07/1804 e Códice 337 (1802-1820), Ofícios de 01/02/1802, 21/10/1815 e 03/07/1820. -- Ver ainda: Códice 337 (1802-1820), Ofício do Coronel inspetor Antônio Joaquim de Barros e Vasconcelos, 02/04/1816.

(35) Cf. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará, Belém, UFPa, 1969, pp. 217

(36) Códice 285 (1794-1796), Aclamação, 1795; Códice 77 (1767), Ofício de José de Lima Henrique, 11/03/1767; Códice 232 (1785), Ofício de Isidoro José Cabral de Mesquita enviado ao Governador Martinho de Souza e Albuquerque, 07/01/1785;

(37) Na ocasião, uma petição enviada de Macapá destacava: "(...)hua das primitivas, que tem motivado esta triste revolta dos pretos parece ser o pequeno prezidio que elles prezentemente aqui observão(...) quando desta praça se guarnecia de maior cômputo de soldados, lhes era sem dúvida mais temivel, elles menos se dezaforavão, porque vião se fugissem havia potência para os ir arrancar donde elles se achassem, não assim agora que a tropa existente apenas basta a encher os postos da praça(...)". Ver: APEPa, Códice 259, 07/09/1791.

(38) Tais argumentos aparecem em: APEPa, Códice 58, Ofício de 16/02/1765; Códice 76, Ofício de 20/01/1767 e Códice 77, Ofício de 25/01/1767. Sobre as fortalezas e a tecnologia militar na Amazonia Colonial, ver DELSON, Roberta M. "The Beginnings of Professionalization in Brazilian Military: The Eighteenter Century Corps of Engineers". THE AMERICAS, volume 51, número 4, 1995, pp. 555-574

(39) APEPa, Códice 58, Ofícios de 26/02 e 08/03/1765; Códice 70 (1766), Ofício de 15/05/1766 e Códice 266 (1791), Ofício de 06/09/1791 e ver também Códice 259, petição de 07/09/1791 e Códice 259 (1790-1794), Ofício de 21/02/1793

(40) APEPa, Códice 285, Ofício de 07/12/1795; Códice 272, Ofício de 07/12/1795; Códice 616 (1797-1799), Ofício de 12/04/1797 e Códice 617 (1798), Ofício de 21/06/1798; Códice 259 (1790-1794), petição de 1794 e Códice 305 (1797-1799), Ofício de 19/07/1797.

(41) APEPa, Códice 299, Ofício de 28/08/1797; Códice 277 (1793-1794), Ofício de 27/08/1794; Códice 317, Ofício de 01/03/1800; Códice 328, Ofício de Manoel Gonçalves Meninea enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 19/08/1803 e Códice 335 (1802-1806), Ofício de Boaventura José Bentes Palha ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 08/06/1803.

(42) APEPa, Códice 259 (1790-1794), Ofício de 21/02/1793.

(43) APEPa, Códice 124 (1772), Ofício de 19/05/1772; Códice 309 (1799), Ofício de 04/02/1799; Códice 625 (1798-1799), Ofício do Governador Dom Francisco de Souza Coutinho enviado ao Capitão Comandante de Santarém, 03/12/1799; Códice 314, Ofício do Juiz Ordinário de Obidos Fernando Ribeiro Pinto, 20/09/1800; Códice 339, Ofício de 08/10/1805 e Códice 316, Ofício de 19/01/1800.

(44) APEPa, Códice 348, Ofício do Juiz Ordinário de Obidos Hilário Antônio de Oliveira, 24/11/1810.

(45) APEPa, Códice 348, Ofício de 29/04/1811 e Códice 348, Ofício de 29/04/1811.

(46) APEPa, Códice 343, Ofício de 06/05/1811.

(47) APEPa, Códice 347, Ofício de 02/01/1811; Códice 782 (Correspondência dos Comandantes de Santarém com diversos), Ofício de 13/10/1812; Códice 769 (1813-1814), Comunicado da Junta do Governo do Pará, Ofício de 12/08/1813 e Códice 343, Ofício de 22/08/1813 e Códice (1816-1817), Ofícios de 23 e 25/04/1816.

(48) APEPa, Códice 679 (1812-1814), Ofícios de 16/09 e 04/10/1813 e Códice 769 (1813-1814), Ofício de 23/03/1814; Códice 348, Ofício de Alvaro José Ribeiro ao Juiz Ordinário Maurício José Valadão, 10/03/1815 e Códice 517 (1816-1817), Ofício do Coronel Pedro Alexandrino Pinto de Souza, 20/05/1816.

(49) APEPa, Códice 93 (1769), Ofício de Manoel Lobo de Almeida, 20/08/1769; Códice 96 (1769), Ofício de Félix da Silva Cunha, 31/01/1769; Códice 116 (1171), Ofício do Comandante Diretor Antônio José de Aguiar enviado para o Governador Fernando da Costa de Atayde Freire, 15/12/1771 e Códice 123 (1772), Ofício para Francisco Roiz Coelho, 27/08/1772. --- Em 1764, em Alter do Chão, dizia-se que: "...os índios avizados para o serviço do Arsenal fogem (...) refugiados em hum mocambo...", Códice 46 (1764), Ofício de 24/04/1764. Ver também: Códice 33 (1762-1777), Ofícios enviados para o Governador João Pereira Caldas respectivamente por José Bernardo da Costa e José Vicente França, 07/04/1774 e 23/03/1777; Códice 220 (1783), Ofício do ajudante Comandante Custódio de Mattos Pimpim enviado para Theodózio Constantino de Chermont e Códice 256 (1790), Ofício de Henrique João Wilkens para Manoel da Gama Lobo d'Almeida, 02/07/1790; Códice 261 (1792), Ofício de Geraldo Paes de Andrade enviado para o Comandante da Vila de Faro Pedro Miguel Ayres, 03/06/1792 e Códice 315, Ofício de Manoel Leite Pacheco de Souza enviado para o Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 22/11/1800.

(50) Sobre notícias de escravos fugitivos nas regiões de Ourém e Bragança, na década de 90, ver: APEPa, Códice 10 (1754-1799), Ofícios de Vicente José Borges, 09/09/1790, 27/10/1790 e 05/11/1792; Códice 34 (1762-1796), Ofício de Domingos Gonçalves Pinto Bello enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 03/09/1796 e Códice 275 (1796-1797), Ofício de Vicente José Borges, 15/01/1797. Ver também: Códice 627 (1806-1808), Ofício de Jesuino Manoel da Silva de Gusmão ao Governador José Narciso de Magalhães de Menezes, 26/10/1807.

(51) Cf. QUEIROZ, Fr. João de São José. Visitas Pastorais. Memórias (1761-1762). Rio de Janeiro, Ed. Mello, 1961, pp. 387

(52) APEPa, Códice 343, Ofício de Manoel de Souza Alvarez, 01/11/1812; Códice 120 (1771), Ofício de Pedro Corrêa, 15/12/1771; Códice 257 (1790-1791), Ofício de André Corsino Monteiro ao Governo do Pará, 10/09/1790 e Códice 279 (1793-1799), Ofício de Francisco Ferreira Ribeiro ao Governo do Pará, 10/10/1793.

(53) APEPa, Códice 343 (1800-1816), Circular expedida pelo comandante da Vila de Macapá Paulo José Vicente, 07/01/1805; Códice 769 (1813-1814), Ofício da Junta Governativa do Pará enviado à Manoel da Costa Vidal, 16/09/1813; Códice 570 (1814-1815), Ofício de 26/06/1814; Códice 570 (1814-1815), Ofícios de 26/06/1815. --- Outras notícias sobre mocambos em regiões e ilhas próximas a Belém, ver: Ofícios de 18/07 e 07/08/1815 e Códice 570 (1814-1815), Ofício de 18/07/1815.

(54) APEPa, Códice 01 (1733-1769), Ofício de 26/08/1766; Códice 269 (1774), Ofício de Antônio de Medeiros ao Diretor de Baião, 17/04/1774. --- A respeito de fugas de índios e negros pelo rio Tocantins, inclusive, em direção às minas da Capitania de Goiás, ver: Códice 144 (1774), Ofício ao Diretor de Baião, 04/11/1774 e Ofício de João Pedro Marçal da Silva, Diretor de Baião, enviado para o sargento Jacob Gonçalves, 11/04/1774; Códice 151 (1775), Ofício de João Pedro Marçal da Silva, Diretor de Baião enviado para o Governador João Pereira Caldas, 25/04/1775 e Códice 23 (1761-1776), Ofício de Pedro Alexandrino da Silva Guedes, 05/02/1775.

(55) APEPa, Códice 246 (1787-1793), Ofício de Hilário de Moraes Bitancoutr enviado para o Governador Martinho de Souza e Albuquerque, 20/06/1788; Códice 611 (1790-1792), Ofício do Governador do Pará enviado ao Diretor de Ouros, 22/12/1790; Códice 258 (1790-1794), Ofício de Euzébio Pereira dos Santos enviado ao Governo no Pará, 05/03/1792; Códice 348, Ofício de João Felipe Xavier Cardoso, Juiz Ordinário de Cametá, 24/04/1815 e Códice 263 (1815), Ofício de Antônio Joaquim de Barros Vasconcelos, 05/12/1815.

(56) APEPa, Códice 587 (1740-1750), Ofício de 23/04/1741; Códice 197 (1779-1796), Ofício enviado para o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, 24/12/1796. Ainda sobre grupos de negros fugidos bandoleiros em Belém e proximidades ver: Códice 587 (1740-1750), Ofício de 04/05/1741. Ver também: Códice 10 (1754-1799), Ofício de André Corsino Monteiro, 13/03/1732 e Códice 11 (1757-1759), Ofício de João Afonso de Queiroz Monteiro, 13/12/1759. Em 1771, a propósito de uma festa religiosa houve "algazarras" e conflitos envolvendo brancos e escravos negros, ver: Códice 115 (1771), 10/12/1771.

(57) APEPa, Códice 24 (1762), Ofício de Joaquim de Vargas Tenório enviado para o Alferes Diogo Luis de Barros, 10/03/1762; Códice 01 (1733-1769), Ofício de Manoel Joaquim Pereira de Souza enviado para o Governador Fernando da Costa de Ataíde e Freire, 02/08/1766; Códice 189 (1778-1784), Ofício de 13/12/1784; Códice 1197 (1791-1792), Ofício de Sebastião José Prestes enviado ao Ouvidor Manoel da Gama Lobo D'Almada, 17/05/1791; Ofício do Vigário de Silves, 28/04/1791 e Ofício do Ouvidor Manoel da Gama Lobo D'Almada, 28/05/1791 e Códice 285 (1794-1796), Ofício do Tenente Coronel Comandante do Regimento Auxiliar da Vila de Cametá, 09/09/1795.

(58) APEPa, Códice 343, Ofício de 07/01/1805 e Códice 334, Ofício de 22/05/1805; Códice 325, Ofício de 28/08/1801 e Códice 312, Ofício de Raimundo Ignácio de Oliveira Pantoja enviado ao Governo do Pará, 01/07/1804.

(59) Para uma visão panorâmica da Amazônia Colonial, especialmente a escravidão indígena, ver: HEMMING, Jonh. Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians, Harvard University Press, 1978, pp. 409 a 443; Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians, MacMillan London, 1987, especialmente, pp. 40 a 80 e SWEET, David Graham. A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640-1750, Tesis Ph.D, The University of Wisconsin, 1974, especialmente, capítulos 1 e 2.

(60) Há disponível uma ampla, recente e vigorosa revisão historiográfica nacional e internacional sobre a história indígena colonial nas Américas, ver entre outros: MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia das Letras, 1994 e VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos índios catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo, Cia das Letras, 1995. No caso dos índios da Amazônia a partir do século XVIII há o trabalho clássico de: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia, de maioria e minoria (1750-1850). Petrópolis, Ed. Vozes, 1888. Para análises novas que recolocam em destaque a história e historiografia sobre os índios no Brasil, ver os recentes textos inéditos: AMOROSA, Marta Rosa. Capistrano de Abreu e os índios e DANTAS, Beatriz Góis. Da Taba de Sergipe ao Balão do Porvir: representação sobre índios em Sergipe no século XIX, ambos apresentados no XIX Encontro Anual da ANPOCS, 1995. Uma reflexão útil -- apresentando documentos e estabelecendo uma cronologia -- sobre a escravidão de índios e negros no Brasil é feita: FREITAS, Décio. Escravidão de Índios e Negros no Brasil. Porto Alegre, EST/ICF, 1980. Numa reflexão também bastante recente, Edmunds aborda os caminhos da historiografia indígena nos E.U.A. nos últimos 100 anos, destacando como esta adquiriu novas perspectivas de análise e o consequente papel dos movimentos sociais (particularmente aqueles de lutas pelos Direitos Civis e aqueles depois da Guerra do Vietnam) das minorias étnicas na mudança da sua importância e enfoque. Ver: EDMUNDS, R David. "Native Americans New Voices: American Indian History, 1895-1995". THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW, volume 100, número 3, junho 1995, pp. 717-740

(61) APEPa, Códice 08 (1752-1773), Ofício de Manoel de Souza Coelho, 11/07/1752; Códice 09 (1752-1777), Ofício de 16/11/1753; Códice 07 (1752-1769), Ofício de João de Moraes, 19/05/1761 e Códice 12 (1759), Ofício de 01/07/1759.

(62) APEPa, Códice 14 (1759-1762), Ofício de 19/10/1761.

(63) APEPa, Códice 24 (1762), Ofício de Belchior Henrique, 04/02/1762. Também notícias sobre mocambos e fugas de índios na

Vila do Conde, ver: Ofício de Belchior Henrique, 01/03/1762 e Ofícios de 02 e 10/03/1762. Sobre as continuadas fugas dos índios nos anos de 1761 a 1763, ver os relatos do Bispo Fr. João de São José de Queiroz. Ver: Visitas Pastorais....., pp. 172, 174-5, 233, 239, 253, 267, 321, 327 e 366

(64) APEPa, Códice 26 (1762), Ofício de 24/11/1762; Códice 24 (1762), Ofício de 07/01/1762 --- Ver ainda os Ofícios de 01, 10, 13 e 15/03/1762; Códice 114 (1762), Ofício de 13/05/1762 e Códice 39 (1763), Ofício de Geraldo Corrêa Lima, 18/12/1763. Em 1764 o Diretor de São Bento do Rio Capim reclamava da existência de inúmeros fugidos, ver: Códice 45 (1764), Ofício de 07/03/1764.

(65) APEPa, Códice 07 (1752-1769), Ofício de João de Moraes Bitencourt, 21/01/1764; Códice 59 (1765), Ofício de João Francisco Furtado de Mendonça, 01/01/1765 e Ofício de Manoel Lobo de Almeida, 12/01/1765; Códice 96 (1769), Ofício de Antônio Albino Machado enviado ao Governo do Pará, 17/06/1769; Códice 97, Ofício de Belchior Henrique enviado ao Governo do Pará, 18/10/1769; Códice 09 (1772-1777), Ofício de Manoel Antônio da Costa Sotto-Maior, 24/08/1773; Códice 144 (1774), Ofícios de Antônio Gonçalves de Souza, Diretor do Pesqueiro Real enviado para o Governo do Pará, 16 e 17/04/1774 e Códice 150 (1774-1780), Ofício de 22/03/1774; Códice 151 (1775), Ofício de Manoel Marques Mello enviado ao Governo do Pará, 24/10/1775 e Códice 151 (1775), Ofício de José de Souza Moraes enviado ao Governo do Pará, 09/11/1775 e Ofício de Domingos Gonçalves, Diretor de Pinhel, 08/11/1775.

(66) APEPa, Códice 356, Ofício de José Nápoles enviado para o Governo do Pará, 05/01/1781; Códice 343, Ofício do Governador João Pereira Caldas enviado ao Diretor da Vila de Borba Tenente Francisco Borges dos Santos, 26/02/1778 e Códice 200 (1780), Ofício de Libório Souza para o Governo do Pará, 16/09/1780.

(67) Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Trabalho Compulsória na Amazônia....", pp. 112 e segs e FARAGE, Nádia. Muralhas do Sertão...., pp. 31 e segs

(68) Ver: AZEVEDO, João Lúcio d'. Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e colonização. Borgejo histórico com vários documentos inéditos, Lisboa, Liv. Edit. Tavares Cardoso & Irmãos, 1901 e MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Índios da Amazônia...., pp. 21 e segs.

(69) Cf. BOXER, Charles R. "Missionários e moradores na Amazônia", In: A Idade de Ouro do Brasil. São Paulo, Cia Edt. Nacional, 1963, capítulo XI, pp. 243-245 e 251-253 e BELLOTO, Heloísa Liberalli. "Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, número 29, pp. 55-6

(70) Cf. ALDEN, Dauril. "El Indio Desechable en El Estado de

Maranhão durante los siglos XVII y XVIII". AMERICA INDIGENA, volume XLV, número 2, Abril-junho, 1985, pp. 437

(71) Cf.: SWEET, David G. "Black Robes and 'Black Destiny': Jesuit Views of African Slavery in 17 th Century Latin America". Revista de História de América, México, número 86, junho-dezembro/1978, pp. 102-3

(72) Cf. MONTEIRO, Jonh M. "O escravo índio, esse desconhecido". IN: GRUFIONI, Luis Donisete Benzi (Org.) Índios no Brasil. Brasília/MEC, 1994, pp. 111-112

(73) Ver: SALLES, Vicente. O Negro no Pará..., pp. 32 e segs

(74) Cf. FARAGE, Nádia. As Muralhas do Sertão..., pp. 48 e segs

(75) Cf. MACLACHLAN, Colin M. "The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800", In: ALDEN, Dauril Colonial Roots of Modern Brazil. Papers of the Newberry Library Conference. University of Califórnia Press, 1973, pp. 228. -- Ver ainda aspectos do controle sobre o trabalho indígena e disputas entre o poder público e os colonos, pp. 206-7

(76) Cf. BELLOTO, Heloísa Liberalli. "Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, número 29, 1988, pp. 59 e Ver também: FERRONE-MOISES, Beatriz. "Índios Livres e Índios escravos. Os princípios da legislação do período colonial(séculos XVI a XVIII)" IN: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil..., pp. 115-132

(77) Cf. MACLACHLAN, Colin M. "The Indian Directorate: Forced Acculturation in Portuguese América (1757-1799)". THE AMERICAS, volume XXVIII, número 4, 1972, pp. 363-365

(78) Cf. FARAGE, Nádia. As Muralhas do Sertão..., pp. 52

(79) Carta do Governador do Pará, 14/06/1754 transcrita em: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. Rio de Janeiro, IHGB, 1967, Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), pp. 554-555, tomo 2

(80) Cf. CRATON, Michael. "From Caribs to Black Caribs: The Amerindian Roots of Serville Resistance in the Caribbean", IN: OKIHIRO, Gary Y. In Resistance Studies in African Caribbean, and Afro-American History. The University of Massachusetts Press, Amhrest, 1986, pp. 96-7 e 108-9. --- Conflitos de fronteiras, envolvendo as populações indígenas e os colonizadores europeus nas Américas, inclusive, índios servindo como intérpretes e guias nas fronteiras, ver: SOCOLON, Susan Migdem. "Spanish Captives in Indian Societies: Cultural Contact along the Argentine Frontier, 1600-1835". Hispanic American Historical Review. Volume 72,

Número 1, Fevereiro 1992, pp. 97

(81) Cf. MACLACHLAN, Colin M. "The Indian Directorate...", pp. 380-1

(82) Uma outra perspectiva de refletir sobre a resistência indígena é analisar os significados de suas reinvenções culturais e readaptações sócio-ecológicas. Neste caso, nos aldeamentos, a não-permanência (fugas), podia representar, entre outras coisas, resistência às práticas econômicas implementadas. De qualquer maneira, índios readaptaram sua cultura material e práticas sócio-econômicas na Amazônia. Lathrap critica as análises clássicas de Meggers e aponta as discussões e controvérsias a respeito das práticas econômicas -- principalmente em torno das "queimadas" e a economia agrícola -- e consequentes readaptações culturais. Ver: LATHRAP, Donald. "The 'Hunting' economies of the Tropical Forest Zone of South America: An Attempt at Historical Perspective". In: CROSS, D. R. (ed.) People and Cultures of Native South America: An Anthropological Reader. New York, Doubleday, The Natural History Press, 1973, pp. 83-123 -- Para um outro caminho de reflexão para se abordar a resistência indígena, Viveiros de Castro analisando os discursos dos jesuítas dos séculos XVI e XVII (principalmente Vieira, Nóbrega e Anchieta) sobre a catequização dos *Tupinambás* aponta vários significados simbólicos e econômicos da resistência destes índios em torno, por exemplo, das práticas de canibalismo, da vingança e das guerras. Ver: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem". REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo, USP, 1992, volume 35, pp. 21-74. Agradeço ao Prof. Márcio Meira pela indicação deste texto.

(83) Destacando a possibilidade dos significados políticos na formação dos mocambos de índios e fugas coletivas no contexto de 1755 a 1780, quando as missões foram extintas e foram criados os Diretórios (conflitos étnicos com os "principais" das aldeias) e as várias mudanças na legislação, algumas pistas de análise sobre as percepções das populações indígenas a respeito da legitimidade do poder colonial aparecem no artigo: SERVLNIKOV, Sérgio. "Disputed Images of Colonialism: Spanish Rule and Indian Subversion in Northern Potosí, 1777-1780". Hispanic America Historical Review, volume 76, número 2, maio de 1996, especialmente, pp. 211 e 212

(84) Carta do Governador do Pará, 16/11/1752 citado em: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina..., pp. 304-6, tomo I

(85) Cf. REIS, Arthur César Ferreira. Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia. Manaus, Governo do Estado, 1966, pp. 135

(86) Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Trabalho Compulsório na Amazônia..." pp. 114 e segs e FARAGE, Nádia As Muralhas do Sertão..., pp. 53

(87) APEPa, Códice 151 (1775), Ofício de Boaventura da Cunha Caldeira, Diretor de Fragoso, enviado ao Governador João Pereira Caldas, 24/09/1775 e Códice 606, Ofício de 18/08/1803.

(88) Cf. FARAGE, Nádia. Muralhas do Sertão..., pp. 47

(89) Cf. QUEIROZ, Fr. João de São José. Visitas Pastorais..., pp. 252

(90) APEPa, Códice 456, Ofício de 18/01/1790; Códice 551, Ofício de 08/08/1798 e Códice 200 (1780), Ofício de 10/02/1780.

(91) Para uma descrição dos "descimentos" indígenas, ver entre outros: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Trabalho Compulsório na Amazônia..." e PERRONE-MOISES, Beatriz. "Índios livres e Índios escravos...", pp.18

(92) APEPa, Códice 356, Ofício de 22/06/1781; Códice 190 (1782), Ofício de 19/06/1782; Códice 244 (1787), Ofício de Luiz da Rocha Lima ao Governo do Pará, 28/11/1787 e Códice 246 (1787-1793), Ofício de Hilário de Moraes Bitancourt enviado para o Governador Martinho de Souza Albuquerque, 01/09/1789

(93) Para analisar melhor as estratégias da população indígena em diversas áreas da extensa Amazônia Colonial seria importante resgatar e acompanhar a etno-história de determinados grupos indígenas. Na área do Solimões, por exemplo, desde o final do século XVIII, existia um comércio intertribal intenso. Houve contatos com as missões espanholas e também com colonos europeus (inclusive holandeses) na região de fronteira com a Guiana Inglesa. Outro fator importante foram as migrações constantes de vários grupos indígenas. Existia mesmo, uma tradição indígena de migração e mobilidade. Na área do Tapajós -- igualmente onde houve uma ocupação colonial -- esta tradição pode, por exemplo, ajudar a explicar os significados da resistência e fugas indígenas, especialmente a partir da reconstrução etno-histórica dos processos migratórios e de contatos interétnicos dos índios *Munduruku*. Ver: PORRO, Antônio. "Os Solimões ou Jurimaguas. Território, Migrações e Comércio Intertribal". Revista do Museu Paulista, São Paulo, USP, volume XX/XXI, 1983-1984, especialmente, pp. 27 e 32-4 e MENENDEZ, Miguel. "Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira". Revista do Museu Paulista, São Paulo, USP, volume XXVIII, 1981-1982, especialmente, pp. 299 e segs., e 369-371.

(94) Pensando a experiência conjugada da resistência negra e indígena no Caribe Inglês, Craton aponta várias questões interessantes. Ver: CRATON, Michel. TESTING THE CHAINS. Resistance to Slavery in the British West Indians. Cornell University Press, 1982, especialmente a introdução

(95) APEPa, Códice 08 (1752-1773), Ofício de José Fernando Neves

enviado para Manoel de Souza Coelho, 09/07/1752; Códice 25 (1762), Ofício de 10/05/1762; Códice 26 (1762), Ofício de 24/11/1762 - ver também: Ofícios de 14 e 17/11/1762; Códice 124 (1772), Ofício de Manoel de Gusmão enviado para o Governador, 21/06/1772; Códice 146 (1774), Ofício de Francisco Luiz Ameno, 22/01/1774; Códice 143 (1774), Ofício de Manoel da Gama Lobo de Almeida enviado para o Governador João Pereira Caldas, 01/10/1774; Códice 146 (1774), Ofício de Antônio José Pinto enviado para o Governador João Pereira Caldas, 24/01/1774; Códice 151 (1775), Ofício do Diretor de Baião João Marçal enviado para o Governo do Pará, 23/10/1775 e Códice 112 (1770-1775), Ofícios de Florentino da Silveira Frade enviado para o Governador João Pereira Caldas, 11 e 27/02/1775 --- Ver ainda sobre apreensão de índios e pretos: Códice 191 (1780), Ofício de Domingos Gonçalves Pinto, 20/09/1780.

(96) APEPa, Códice 153 (1775), Ofício do Diretor de Benfica Antônio Gonçalves Ledo, 31/01/1775.

(97) APEPa, Códice 466, Ofício do Governador Dom Francisco de Souza Coutinho enviado para o Capitão Narcizo Maciel Parente, 14/09/1790; Códice 290 (1795-1796), Ofício de Florentino da Silveira Frade enviado para Dom Francisco de Souza Coutinho, 29/09/1795; Códice 262 (1790-1799), Ofício de João Garcia Galvão de Maio Farinha enviado para o Governo, 02/04/1797 e Códice 614 (1795-1797), Ofício do Governador D. Francisco de Souza Coutinho enviado para o Alferes Joaquim José Máximo, 12/06/1797.

(98) APEPa, Códice 324, Ofício de Joaquim Manoel Pereira Pinto enviado para o Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 09/08/1801.

(99) Ver: CRATON, Michael. "From Caribs, to Blacks Caribs: The Amerindian Roots of servile Resistance", In: OKIHIRO, Gary Y. Resistance..., p. 98-115; BRAUND, Kathryn E. Holand. "The Creeks Indians, Blacks, and Slavery, Journal of Southern History, Vol. LVII, número 4, novembro 1991, p. 601-636; SOCOLOW, Susan Migden. "Spanish Captive in Indian Societies...", pp. 73-99 e PRICE, Richard. "Resistance to Slavery in the Americas: Maroons and their Communities". Indian Historical Review, 15, 1-2 (1988-89), p. 71-95. --- Para o Brasil as análises mais sugestivas sobre os contatos e conflitos entre quilombolas e índios encontram-se em: BASTIDE, Roger. "The Other Quilombos", In: PRICE, Richard (Org.). Maroons Societies. Rebel Slave Communities in the Americas segunda edição, The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 191-201 e Stuart B. Schwartz. "Mocambos, Quilombos e Palmares. A resistência escrava no Brasil Colonial". Estudos Econômicos. São Paulo, IPE-USP, volume 17, número especial, 1987, p. 61-88.

(100) Cf. RAMOS, Arthur. A Aculturação Negra no Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, 1942, pp. 78

(101) Cf. MARAJO, José Coelho da Gama, Barão de. As regiões

amazônicas: estudos chrográficos dos Estado do Gram Pará e Amazonas. Lisboa, Impr. de L da Silva, 1895, pp. 268

(102) Cf. CRULS, Gastão. A Amazônia que eu vi. Obidos - Tumucumaque. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1945, pp. 16 e 96

(103) Cf. KRAUSE, Frei Alberto. "Viagem ao Maicuru". In: Revista Santo Antônio, número 1, 1945, pp. 23 e FRIKEL, Protássio. "Dez anos de aculturação...." citados em: FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1995, pp. 175

(104) No Brasil ainda são poucos os estudos em etno-história que reflitam sobre a miscigenação, fusão e interação de grupos étnicos indígenas e negros. Há o caso dos índios AVA-Canoeiro e as pistas de Mary Karash que veremos na parte III desta tese. Numa perspectiva interessante de classificação étnica colonial Helms analisa como os índios *MISKITOS* na Nicarágua e Honduras eram descritos por viajantes e cronistas tanto como "índios" ou "negros" desde o período de contato colonial. Também ali tratava-se de uma região de fronteiras com impactos sócio-econômicos e interesses tanto de espanhóis como de ingleses do Caribe e também a presença de população indígena e escrava, incluindo negros fugidos. Helms aborda as transformações históricas ocorridas, os contextos e o surgimento de identidades étnicas relacionais, com a classificação étnica de ZAMBOES. Em épocas mais recente as classificações étnicas destas populações miscigenadas tem ganho outros contornos. Os *Blacks Caribs*, por exemplo são considerados mais afro, enquanto que os *Miskitos*, mais indígenas. Ver: HELMS, Mary W. "Negro or Indian? The Changing Identity of a Frontier Population", IN: PESCATELLO, Ann M. Old Roots in New Lands. Historical and Anthropological Perspectives on Black Experiences in the Americas, Greenwood, 1972, pp. 157-172. Já Montiel -- abordando o México Colonial -- aponta a falta de unidade étnica dos *marrons* mexicanos ("lack of ethnic unity") caracterizando uma "aculturação" no processo de miscigenação, e relações interétnicas com grupos indígenas. Ver: MONTIEL, Luz Maria Martinez. "Integration patterns and the assimilation process of negro slave in México" IN: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative Perspectives on Slavery in New Plantation Societies. Nova Iorque, 1977, pp. 448-9. Pesquisando as tribos indígenas da Guiana Francesa no século XVIII e baseando-se em documentos de época, Lombaard apontou uma grande área desconhecida entre os rios Oiapoque e Maroni. Ainda que discrente levanta a hipótese de que grupos de índios locais tivessem sido expulsos por negros ali refugiados ("qu'il s'y trouvât déjà des Nègres qui en eussent chassé les Indiens; je ne le crous pas"). Ver: LOMBARD, J. "Recherches sur les Tribus indiennas qui occupaient le territoire de la Guyane Française vers 1730 (d'après les documents de l'époque)". JOURNAL DE LA SOCIETE DES AMERICANISTES DE PARIS, tomo XX, pp. 142

(105) Segundo consta há uma anotação no Códice 89 do ANRJ -- documentação sobre Caiena entre 1792 a 1816 -- a respeito da "existência de grupos [indígenas] arredios no interior do território [Oiapoque e Araguari], 'índios selvagens de grandes orelhas' como também 'outra nação desconhecida que se parecem com os negros fugitivos do Suriname'". Cf. MONTEIRO, Jonh M. Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos brasileiros: acervos das capitais. São Paulo, NHII/Usp, Fapesp, 1994, pp. 178-9.

(106) Cf. HURLEY, H. Jorge. "Visões do Oyapoc". Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador, volume 56, 1930, pp. 624. Agradeço ao Prof. Vicente Salles por esta indicação bibliográfica.

(107) APEPa, Documentação em Caixas -- Secretária de Polícia da Província do Pará -- Série: Ofícios/Delegados e Subdelegados de Polícia/Diversos, ano: 1858, Ofício de 09.02.1858.

(108) Ver: GROOT, Sílvia W. de. "A Comparison between the history of maroon communities in Surinam and Jamaica", Slavery & Abolition, Volume 6, número 3, dezembro 1985, pp. 173-184 e PRICE, Richard. Alabi's World. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1990 e First-Time: The Historical Vision of Afro-American People. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1983 e To Slay The Hydra: Ducht Colonial to Perspective on the Saramaka Wars, Arbor, Karona, 1983

(109) Cf. Frei Bonifácio Meirelles. "Como Frei Francisco de São Marcos descobriu o Trombetas", In: Revista de Santo Antônio, 1955, citado em: FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 170.

(110) Cf. FRIKEL, Protássio. "Dez anos de aculturação Tiriyó. Mudanças e Problemas (1960-1970)". Boletim MPEG, Publicações Avulsas, número 16, 1971, pp. 9 citado em: FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 171.

(111) Cf. BARBOSA RODRIGUES, João. "Rio Trombetas". In: Exploração e Estudo do Vale do Amazonas, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1875, pp. 28-29 citado em: FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 176.

(112) Cf. Entrevista com Dona Raimunda Santos de Assis (D. Dica), 87 anos, Comunidade do Pacoval, citada em: FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 172.

(113) Cf. FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 173.

(114) Cf. FRIKEL, Protássio. "Dez anos de aculturação....". pp. 10 citado em: FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 175.

- (115) Cf. DERBY, Oliver A. "O Rio Trombetas". in: HART, C. H., SMITH, H & L. DERBY, O. "Trabalhos restantes inéditos da Comissão Geológica do Brasil (1875-1878). Boletim MPEG, Tomo II, fasc. 1-4, 1897-1898, pp. 370 citado em: FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp. 176
- (116) Sobre a etno-história dos quilombos no Baixo Amazonas (regiões de Alenquer, Obidos, Trombetas, Monte Alegre e Santarém, ver ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth & CASTRO, Edna M. Ramos. Negros do Trombetas: Etnicidade e História, Belém, NAEA/UFPa, 1991 e Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios. Belém, UFPa, 1993; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. "Publicadores de la Amazonia. Amarrones del Trombetas". Africa Latina Cuadernos, Barcelona, número 21, pp. 59-68 e "Hijos del Rio - Negros del Trombetas". IN: JORDAN, Pilar Gracia, IZAR, Miguel & LAVINA, Javier (orgs.). Mimória, Creación e História. Luchar contra el olvido. Barcelona, 1994, pp. 349-357. O principal e mais completo trabalho é a tese de Doutorado de: FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...". Ver ainda: ANDRADE, Lúcia M.M. "Os Quilombolas da Bacia do Rio Trombetas. Breve Histórico", pp. 47-60; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. "Terras e Afirmação Política de Grupos rurais negros na Amazônia"..., pp. 79-94 e O'DWYER, Eliane Cantarino. "'Remanescentes de Quilombos' na fronteira Amazônica". ..., pp. 121-139 todos publicados em: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1995
- (117) Ofício de 31/08/1844, documentação manuscrita do APEPa citada em FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor...", pp.160
- (118) Ofício de 15/01/1868, documentação manuscrita do APEPa, citada em: Ibid, pp. 160
- (119) Ofício de 26/11/1855, documentação manuscrita do APEPa e periódicos BAIXO AMAZONAS, DIARIO DE BELEM e JORNAL DO PARA, em 02/02/1876, 14/12/1876 e 23/11/1877 respectivamente citados em: Ibid, pp. 161
- (120) Ver: COUDREAU, Otilie. Voyage au Cuminé. Paris, A Lahure, Imprimeur - Editeur, 1901, pp. 139 citado em: Ibid, pp. 166
- (121) Ver: AGUIAR, Brás Dias de. "Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Primeira Divisão - Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânicas e Neerlandesa, de 1930 a 1940". IN: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1942, p. 312 citado em Ibid, pp. 167
- (122) Ver: FRIKEL, Protássio. "Tradições Históricas-lendárias dos Kacúyana e Kahyana". Revista Brasileira do Museu Paulista. São Paulo, volume 9, 1955, pp. 227-229 citado em: Ibid, pp. 162

(123) APEPa, Códice 552, Ofício de 20/04/1798. As relações entre comunidades de fugitivos e escravos nas plantações do Pará e Suriname já são sugeridas em: MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. An Anthropological Approach..., pp. 36.

(124) Ver: DREYFUS, Simone. "Os empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Arenoco e o Corentino) de 1613 a 1796", In: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da. Amazônia: Etnologia e história indígena. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1993, pp. 19-41

(125) Para uma discussão sobre as transformações no período pombalino, ver: SILVA, Marilene. "O Absolutismo Lusitano da Amazônia", In: Amazônia em Cadernos, Manaus, UNAMAN, 1992, pp. 16-60.

(126) Com muita documentação e rica em detalhes consideramos como uma obra clássica as análises sobre política de ocupação e as fronteiras internacionais da Amazônia colonial que aparecem em: REIS, Athur Cezar Ferreira. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, 2 volumes. Há uma vasta documentação em anexo sobre os Tratados Coloniais

(127) CF. REIS, Arthur Cezar Ferreira. A expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro, SPVEA, 1959, pp.112. -- Ver também do mesmo autor: A política de Portugal no Valle Amazônico, Belém, SPVA, 1940

(128) Falando sobre os Blacks Caribs destaca ainda Dreyfus: "Mestiços de Kalinopam (Garifunas) e de Negros Maroons, os Blacks Caribs foram deportados pelos ingleses em 1797, da ilha de St. Vicent para Honduras Britânica (hoje Belize), onde se estabeleceram definitivamente. Eles conservaram até os dias atuais a língua Aruaque dos Kalinopam, cuja autodenominação guardaram igualmente: Garifuna". Cf. DREYFUS, Simone. "Os empreendimentos coloniais...."

(129) CF. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia. Manaus, Governo do Estado, 1966, pp. 189

(130) Cf. APEPa, Códice 552, Ofício de 20/04/1798

(131) Ofício do Governador do Pará a Sebastião José, 06/07/1755 transcrito em: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina..., pp. 706-708, tomo 2. Ver ainda: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Tratado Histórico do Rio Branco transcrito em: FARAGE, Nádia & AMOROSO, Marta Rosa (orgs.) Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII. Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1994, pp. 123

(132) Ibid, pp. 123

(133) Ibid, pp. 99

(134) APEPa, Códice 27 (1762), Ofício de André Corsino Monteiro, 23/07/1762; APEPa, Códice 93 (1769), Ofício de Joel Caetano Ferreira da Silva enviado para o Governador Fernando da Costa Atayde Freire, 20/08/1769; Códice 103 (1770), Ofício de José Manoel Machado enviado para o Governador, 08/01/1770; Códice 153 (1775), Ofício de Antônio Gonçalves Ledo, 31/01/1775 e Códice 339, Ofício de João Bernardes Borralho enviado para o Conde de Arcos, 29/01/1805.

(135) APEPa, Códice 24 (1762), Ofício de Belchior Henrique enviado para o Governador, 01/03/1762; Códice 61 (1765), Ofícios de Nuno da Cunha de Atayde Verona enviados para o Governador, 03 e 23/08/1765; Códice 165, Ofício de João Amorim Pereira enviado para o Governador Fernando da Costa de Atayde Freire, 26/12/1766; Códice 589 (1751-1773), Ofício enviado para o Governador João Pereira Caldas, 26/05/1771 e Códice 140 (1774), Ofícios de Joaquim de Mello e Povia enviados para o Governador João Pereira Caldas, 04/05 e 28/09/1774; Códice 279 (1793-1799), Ofício de Manoel Joaquim de Abreu enviado ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, 29/07/1792 e Códice 554, Ofício do Governador Dom Francisco de Souza Coutinho enviado para o Capitão Comandante de Santarém, 03/12/1799.

(136) Ver: APEPa, Códice 322, Ofício do Conselho Ultramarino enviado ao Governador João Pereira Caldas, 15/10/1778 e Códice 549, Ofício de 09/06/1797; Ofício de 29/01/1799 e Ofício de 03/09/1799.

(137) Cf. FARAGE, Nádia & AMAROSO, Marta Rosa (orgs.). Relatos da Fronteira..., pp. 117

(138) APEPa, Códice 311 (1799-1800), Ofício de Luiz Pinto Cerqueira enviado para o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, 20/11/1799.

(139) APEPa, Códice 552 (1798), Ofício enviado para o Governador D. Rodrigo de Souza Coutinho, 29/03/1798.

(140) APEPa, Códice 153 (1775). Ofício do Diretor de Benfica Antônio Gonçalves Ledo, 31/01/1775.

(141) APEPa, Códice 192 (1781), Ofício de Joaquim Manoel de Meira e Melo enviado para o Governador, 26/10/1781 e Códice 227 (1785), Ofício de 25/05/1785.

(142) Diria o Bispo Frei João de São José Queiroz em suas visitas pastorais nos anos de 1760: "O que nunca se pode extinguir é uma casta de gente que vive junto à freguesia de Sant'Ana do Capim em treze ou quatorze casas todas de uma família chamada Bragas -

Desta família há uma ou outra casa que vive com honra - Os Bragas, misturados com negros ou cafuzes, vivem como ciganos e como gente de corso. Não é fácil prender algum por que não dormem em casa, mais sim no mato; e sentindo soldados ou novidades no rio tocam bozinas do sertão ou tabocas que se ouvem muito, e mais com o eco do arvored, e acoutelam-se". Cf. QUEIROZ, Fr. João de São José. Visitas Pastorais..., pp. 173

(143) APEPa, Códice 27 (1762), Ofício de Manoel Ignácio da Silva enviado para o Governador, 05/1762; Códice 96 (1769), Ofício de Boaventura da Cunha enviado para o Governador, 06/02/1769; Códice 146 (1774), Ofício de João Pedro Marçal da Silva, Diretor de Baião, enviado para o Governador João Pereira Caldas, 11/02/1774; Códice 150 (1774-1780), Ofício de Luis da Cunha enviado para o Governador, 02/04/1776 e Códice 151 (1775), Ofício de Antônio Siqueira Lobo enviado para o Governador, 14/10/1775.

(144) Em 1777 eram efetuadas diligências para prender soldados desertores do Cia. Franca que andavam refugiados juntamente com índios. Em 1803, soldados e índios entravam em conflito na foz do Rio Araguaia, havendo mortes. ver: APEPa, Códice 306, Ofício do Governador João Pereira Caldas enviado para o Mestre de Campo João de Moraes Bitancourt, 08/01/1777 e Códice 333, Ofício de 16/07/1803. Ver também: Códice 285 (1794-1796), Ofício de Hilário de Moraes Bitancourt enviado para o Governador Francisco de Souza Coutinho, 04/12/1794.

(145) Visitando a região de Ourém, em 1761, o Bispo Frei João de São José Queiros, anotou que havia na região um sítio chamado CASA FORTE, posto que existia "nele uma casa que ocupam alguns poucos soldados com um comandante, para evitar os fugidiços para o Maranhão; caso que não é factível dar-se, pois antes de chegar à cocheira dêste lugar, entrando pelo mato e saindo logo adiante, evita-se a diligência". Cf. QUEIROZ, Fr. João de São José. Visitas Pastorais..., pp. 163.

(146) APEPa, Códice 334, Ofício de Antônio Joaquim de Barros e Vasconcellos enviado ao Conde de Arcos, 24/08/1804.

(147) APEPa, Códice 590 (1765-1771), Ofício enviado para o Governador Fernando da Costa de Atayde Freire, 12/07/1769.

(148) A este respeito ver: APEPa, Códice 291, Ofício do Governador João Pereira Caldas enviado para o Diretor da Vila de Monsarás, 21/11/1775 e Códice 319, Ofício do Governador João Pereira Caldas enviado para o Diretor da Vila de Portel, 28/07/1778.

(149) APEPa, Códice 610 (1788-1790), Portaria expedida para o Capitão Hilário de Moraes Bitancourt, 01/12/1788.

(150) APEPa, Códice 266 (1791), Ofício enviado para o Governador, 21/03/1791; Códice 124, Ofício de Xavier de Siqueira

enviado para o Governador, 02/03/1791; Códice 08 (1752-1773), Ofício de Manoel Corrêia de Araújo, 04/02/1768 e Códice 339, Ofício de Manoel da Costa Vidal, 04/07/1804.

(151) APEPa, Códice 266 (1791), Ofício enviado para o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, 18/08/1791.

(152) APEPa, Códice 10 (1754-1799), Ofício de Vicente José Borges, 27/10/1790; Códice 275 (1796-1797), Ofício de Agostinho José Tenório, 17/01/1797 e Códice 314, Ofício de Antônio Salustiano de Souza, 08/11/1800.

(153) APEPa, Códice 121 (1771-1776), Ofício de Narcizo Gomes do Amaral enviado para o Governador João Pereira Caldas, 07/02/1776; Códice 228 (1785), Ofício de 21/06/1785 e Códice 1197 (1791-1792), Ofício de Florentino da Silveira Frade enviado para o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, 30/03/1792.

(154) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. "O trabalho indígena na América Portuguesa....". pp. 18-19

(155) Ibid., e DANIEL, João, Padre. "Tesouro Descoberto no Rio Amazonas". Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, volume 95, tomo 1 e 2, 1975. Anotaria o Pe. João Daniel: "E muitas vezes socede, que os escravos comem melhor, que seus senhores; muitas vezes vendem a seus senhores, como já dissemos a farinha; mas fora a farinha, ainda o melhor conducto é delles. A milhor carne; a melhor caça; e o melhor peixe: e algúas vezes se tem visto deitarem a porção que da sua mesa lhes repartem os senhores, e a que sempre acodem os escravos por não perderem o costume [ilegível]ra, ou aos animaes caseiros, dando por razão, que elles não comem aquilo, e que tem melhor comida nos seus ranchos; e é mui ordinário esta fartura nos escravos officiaes, porque como mais trabalham para si, as escondidas, do que para os senhores, tem com que fazer gastos, e quando se apanham com as obras nas mãos, respondem, que são feitas nos dias, que tem livres, e nos tempos mortos, em que trabalham para si". Destacaria ainda a autonomia dos escravos indígenas: "Tãobem se tem feito ua observação, de que vendem mais caros a seus senhores, do que aos estranhos, as suas cousas V.G. as galinhas, que criam, os cachorros; os passáros de recreação, e tudo o que tem, e chamam seu, não obstante serem as terras, os pastos, e o sustento de seus senhores; e outras vezes lhes não querem vender nem pelo preço com que vendem aos estranhos, nem por mais; e perguntados porquê? Nada mais respondem, do que por não quererem, e muitas vezes por não se atreverem a dar semelhante resposta a seus senhores, o vão vender occultamente para que os senhores o não possam haver: Enfim por não ser mais extenso nesta matéria, em que podia fazer inteiros volumes, e de que já dissemos alguma coisa nos costumes dos índios: concluo com dizer, o que dizem muitos outros escriptores, que os escravos são outros tantos inimigos caseiros, ladrões, infiéis, ingratos, e malfazejos, se exceptuamos alguns poucos, que vivem de portas a

dentro com seus senhores, ou por melhor doutrinados, ou por mais tímidos do castigo, ou por não terem tantas ocasiões", pp. 149.

(156) BNRJ, Códice 21, 1, 16 fl. 25 e 25v trecho citado e transcrito em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em áreas..., pp. 146, nota 16. Infelizmente não conseguimos consultar (cotejar) esta documentação, na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, devido a mesma encontrar-se fora de consulta, na restauração.

(157) APEPa, Códice 13 (1759-1760), Ofício de Joaquim de Mello e Povia enviado para o Governador Manoel Bernardo de Mello de Castro, 08/08/1759.

(158) APEPa, Códice 23 (1761-1776), Ofício do Sargento Francisco Soares da Cunha enviado para o Governador, 12/09/1766; Códice 88 (1768), Ofício de Manoel Antônio Furtado enviado para o Governador; Códice 107 (1769-1770), Ofício de Francisco Coelho Mesquita, 22/12/1769; Códice 306, Ofício do Governador João Pereira Caldas enviado para o Diretor da Vila de Boim, 11/07/1777; Códice 200 (1780), Ofício de Joaquim Severino do Valle enviado para José de Nápoles Tello de Meneses, 19/11/1780 e Códice 219 (1783), Ofícios de Joaquim José Pereira Bitancourt enviados para o Tenente Coronel Comissário de Nogueira, 25 e 30/04 e 03/05/1783.

(159) APEPa, Códice 83 (1767-1777), Ofício de Raimundo José de Bitancourt enviado ao Governador, 15/03/1767.

(160) APEPa, Códice 241 (1787), Ofício de Henrique João Wilkens enviado para o Governador João Pereira Caldas, 18/01/1787

(161) Ver: HEMMING, Jonh. Red Gold....., pp. 409 a 443 e Amazon Frontier, especialmente, pp. 40 a 80.

(162) IHGB, Conselho Ultramarino, Evora, tomo V, arq. 1.2.24, fl 149 v. e tomo VII, arq. 1.2.26, fl 180 v. --- Para outros comentários nesta direção ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. "A ocupação de Caiena", in: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, Difel, 1979, vol. Tomo III, p. 271 e ACEVEDO MARIN, Rosa. A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará, In: CUNHA, José Carlos C. da. (Org.) Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia, Belém, UNAMAZ/UFPa, 1992, p. 34-59.

(163) Cf. SALLES, Vicente. O Negro no Pará..., pp. 221-222 ---- Com relação às disputas coloniais entre portugueses e franceses, tratados de Utrecht, etc, ver também, entre outras, as seguintes obras de Arthur Cezar Ferreira Reis. A política de Portugal no Vale Amazônico. Belém, SPVA, 1940, A expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Belém, SPVEA, 1959 e A Amazônia e a cobiça internacional. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1960.

(164) IHGB, Códice Arq. 1, 2, 26, Conselho Ultramarino, Evora, volume VII, fls. 193v e 194.

(165) Ofício do Governador do Pará José da Sena enviado para o Mr. D'Albon, 02/11/1733 transcrito em BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Discurso ou memória..., documento nº XIII, pp. 39-41 e Carta do Rei D. João enviada para o Capitão General do Estado do Maranhão, 16/03/1734 transcrito em: Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. VII, documento 428, pp. 209.

(166) IHGB, Códice Arq. 1, 2, 13, Conselho Ultramarino, Evora, Volume VII, fls. 193v e 194.

(167) Cartas do Governador do Pará enviadas para o Rei de Portugal, 14/11/1752 e 17/08/1755 transcritas em: Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. II E IV, respectivamente documentos 9 e 144, pp. 9 e pp. 168.

(168) A esse respeito ver: APEPa, Códice 695 (1752-1757), Ofício de 17/08/1755 e Códice 667 (1756-1778), Ofício de 26/05/1756.

(169) Carta do Governador do Pará Manoel Bernardo de Mello e Castro enviada ao Rei de Portugal, 22/08/1759 transcrita em Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. VIII, documento 315 e Carta do Governador do Pará Manoel Bernardo de Mello e Castro enviada do Rei de Portugal, 08/11/1760 transcrita em Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. X, documento 387, pp. 275.

(170) APEPa, Códice 696 (1759-1761), Ofício de 06/04/1767.

(171) Uma discussão documentada sobre a região de Caiena, entre o final do século XVII e os primeiros anos do XVIII, encontra-se em: SOUZA, José Antônio Soares de. "Uma questão diplomática em seu início (Oiapoque)". RIHGB, Rio de Janeiro, volume 320, 1878, pp. 17-48 e "Oyapock divisa do Brasil com a Guiana Franceza á Luz dos Documentos Históricos". RIHGB, Rio de Janeiro, TOMO 58, PARTE II, PP. 215-223.

(172) Carta do Governador do Pará Manoel Bernardo de Mello e Castro, 08/08/1762 transcrita em: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Discurso ou Memória sobre a Instrução dos Franceses de Cayena nas Terras do Cabo Norte em 1836, Maranhão, 1846, documento XIV.

(173) APEPa, Códice 07 (1752), Ofício de Pedro Fernando Gavinho enviado para o Governador do Pará Manoel Bernardo de Mello e Castro, 26/04/1763; Códice (1793-1799), Ofício de Manoel Joaquim de Abreu enviado para o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, 06/02/1793; Códice 61 (1765), Ofício de Nuno da Cunha Atayde Verona, 11/10/1765; Códice 65 (1765), Ofício de Manoel Antônio de Oliveira Pantoja, 28/08/1765 e Códice 255 (1789-1790),

Ofício de Vicente José Borges enviado para o Governador, 04/02/1789.

(174) Carta de Claudio Laillet traduzida do Latim por J. de Alencar Araripe transcrita em: RIHGB, tomo 56, 1ª parte, 1893, pp. 163-165.

(175) APEPa, Códice 671 (1768-1773), Carta do Vice-Rei enviada para o Governador, 20/01/1768; Códice 65 (1765), Ofício de Geraldo Corrêa Lima, 26/08/1765 e Códice 593 (1772-1773) Ofício do Governador João Pereira Caldas enviado para o Sargento-mor João Baptista Martil, 14/11/1773 e Códice 148 (1774-1775), Ofício de Joaquim Tinoco Valente enviado para o Governador João Pereira Caldas, 03/03/1774.

(176) BNRJ, Códice I - 28, 27, 5 números 1-10, CAMARA, João Pedro da. "Memória de alguns sucessos do Pará, 10/05/1776.

(177) Ibid.

(178) APEPa, Códice 172 (1777), Ofício de Manoel Antônio de Oliveira Pantoja Comandante da Guarda Costa do Canal do Norte enviado para Manoel da Gama Lobo de Almada, 08/10/1777 e Códice (1780), Ofício de Manoel da Gama Lobo de Almada enviado para o Governador José de Nápoles Tello de Menezes, 20/07/1780.

(179) Ibid.

(180) APEPa, Códice 214 (1782-1790), Ofício de Leonardo José Pereira enviado para o Capitão Comandante Manoel Gonçalves Meninea, 16/01/1789.

(181) Ofício do Tenente Azevedo Coutinho enviado para o Comandante da Fortaleza e Limite do Oyapock, 12/10/1794 transcrito em: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Discurso ou memória... documento nº XVIII, pp. 54.

(182) APEPa, Códice 296 (1796), Ofício de José Antônio Salgado enviado para o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, 27/02/1796 e Códice 614 (1795-1797), Ofício de Cristão da Cunha e Meneses, 27/04/1797 e do Capitão Manoel Joaquim de Abreu, 24/04/1797 enviados para o Governador Dom Francisco de Souza Coutinho e Códice 702 (1797-1799), Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 08/05/1797.

(183) APEPa, Códice 58 (1765), Ofício de Nuno da Cunha de Atayde Verona, 19/02/1765 e Códice 71 (1766), Ofício de Nuno da Cunha de Atayde Verona, 25/09/1766.

(184) APEPa, Códice 609 (1781-1788), Ofício do Governador Martinho de Souza e Albuquerque, 20/06/1780.

(185) APEPa, Códice 259 (1790-1794), Auto de perguntas ao preto

Miguel, escravo de Antonio de Miranda, 05/09/1791.

(186) APEPa, Códice 259 (1790-1794), Ofício da Câmara da Vila de Macapá, 21/02/1793.

(187) Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em Áreas coloniais...., pp. 15-27

(188) Ibid., pp. 27-30

(189) Ibid. --- Um comentário síntese comparativo sobre a sociedade escravista da Guiana Francesa encontra-se em: KLEIN, Herbert S. A Escravidão Africana. América Latina e Caribe. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 149-156

(190) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em Áreas coloniais...., pp. 59-61

(191) Ibid., pp.141-2

(192) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou Camponês ? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 78

(193) Cf. BARATA, Francisco José. "Diário da Viagem que fez a colônia Hollandesa de Surinam o porta-bandeira da 7ª Companhia do Regimento da Cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este estado, em diligência do Real Serviço". RIHGB, Rio de Janeiro, volume 8, 1854, pp. 190-1.

(194) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou Camponês...., pp. 78-80

(195) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em Áreas coloniais...., pp. 78-80

(196) Cf. MOITT, Bernard. "Slave Women and Resistance in the French Caribbean". In: GASPAR, David B. & HINE, Darlene Clark. More than Chattel. Black Women and Slavery in the Americas. Indiana University Press, 1996, pp. 247.

(197) Carta do Governador Francisco de Souza Coutinho, 08/06/1795 transcrita em: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira...., pp. 241.

(198) Ibid.

(199) Cf. ACEVEDO MARIN, Rosa. "A Influência da Revolução Francesa....", pp. 35-40 ---- Disputas na fronteira Brasil-Venezuela no início do século XIX, ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. "Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. Documentários". RIHGB, Rio de Janeiro, volume 235, 1957, pp. 3-84

(200) IHGB, Codice Arq. 1, 1, 4, Conselho Ultramarino, Volume 4, fl. 184, 184v e 185, Ofício de 03/04/1796.

(201) Na Jamaica, por exemplo, no final do século XVIII, mais propriamente quando ocorreu a segunda guerra *maroon* em Trelawny (1797-6), a Inglaterra estava em guerra com a França. As autoridades coloniais britânicas temiam que agentes franceses entrassem em contato direto com os *maroons*, inoculando "doutrinas revolucionárias", principalmente aquelas relacionadas aos fatos ocorridos no Haiti anos antes. Cf. SHERIDAN, Richard B. "The Maroon of Jamaica, 1730-183: Livelihood, Demography and Health". Slavery & Abolition, volume 6, número 3, dezembro 1985, p. 152-172.

(202) Cf. BRAUM, João Vasco Manoel de. Descrição Chorografica do Estado do Gram-Pará, S.L., S. Ed., 1789, pp. 278-9

(203) Cf. VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial....., pp. 56-63.

(204) Ofício de 18/06/1795, Códice 682, Arquivo Público do Pará, transcrito em: VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial....., pp. 205-6.

(205) Ofício de 21/06/1795, idem, ibidem, pp. 206-7.

(206) Análises inspiradoras com relação a circulação de idéias (rumores e denúncias) entre os escravos nas Américas no período da Revolução de São Domingos, ver: SCOTT, Julius Sherrard, III, The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era the Haitian Revolution, Tesis PH.D, Duke University, 1986, especialmente: "Know Your True Interests": Saint-Domingue and the Americas, 1793-1800", pp. 233-308. Agradeço a Prof^a. Dr. Silvia Lara pela indicação desta tese inédita.

(207) Ofício de 23/03/1795, transcrito em: VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial....., pp. 207-8.

(208) Com relação a imagem da mitologia da Hidra nas tentativas de destruição das comunidades de escravos fugitivos na colônia Holandesa do Suriname, ver: PRICE, Richard. To Slay The Hydra: Ducht Colonial to Perspective on the Saramaka Wars..... e GOMES, Flávio dos Santos. "O Campo negro de Iguaçu: Escravos, Camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)", In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, número 25, dezembro 1993, pp. 43-72.

(209) Ofício de 16/01/1779, Códice 214, Arquivo Público do Pará, transcrito em: VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial....., pp.

109-110.

(210) Sobre a política colonial nas Guianas, nas últimas décadas do séc. XVIII, ver também: GOYCOCHEA, Luis Feliph Castilhos. A Diplomacia de Dom João VI em Caiena. Rio de Janeiro, Edições G.T. L., 1963, especialmente, pp. 5 e segs., 31 e segs., 71 e segs. e 148 e segs.

(211) Cf. ACEVEDO MARIN, Rosa. "A Influência da Revolução Francesa...."

(212) APEPa, Códice 1066, Ofícios de 08/01 e 25/05 de 1789

(213) Parecer de Henrique João Wilckens, 10/08/1800, transcrito em: FARAGE, Nádia & AMOROSO, Marta Rosa (org.) Relatos da Fronteira Amazônica..., pp. 63-69. Linebaugh faz também uma interessante análise sobre a linguagem (pidgin) para entender a circulação de idéias, da experiência e a ação dos "bumeranges". --- Thornton ao analisar a revolta de Stono (Carolina do Sul) nos Estado Unidos em 1739, aborda o "background" africano dos revoltosos, mostrando como os africanos envolvidos eram originários da região do Congo, área de colonização portuguesa na África Central. Tinham conhecimento do do cristianismo e da língua portuguesa. Perceberam com significados próprios a agitação da propaganda dos espanhóis, envolvidos em disputas coloniais com os ingleses. Ver: John K. Thornton. "African Dimensions of Stono Rebellion", The American Historical Review, Volume 96, número 4, outubro 1991, p. 1101-1113.

(214) APEPa, Códice 1055, Ofício de 27/04/1784

(215) Ver relatos nas correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira em: AMOROSO, Marta Rosa & FARAGE, Nádia (Orgs.). Relatos da Fronteira..., pp. 104-5, 106-8 e 113.

(216) Cf. VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial... e ACEVEDO MARIN, Rosa. "A Influência da Revolução Francesa...."

(217) APEPa, Códice 277 (1793-1794), Ofício de 27/08/1784

(218) Ofício de 13/03/1798, Códice 259 do APEPa, transcrito em: VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial... --- Ver ainda: KLEIN, Herbert S. "Os homens livres de cor na sociedade escravista", In: DADOS, Rio de Janeiro, IUPERJ, número 17, 1978, pp. 3-27.

(219) Comparando com o percentual da população negra de outras sociedades escravistas americanas, podemos citar que Cuba, em 1840, tinha uma população negra livre de cor de 26% do total da população livre. Em áreas escravistas do sul dos Estado Unidos, em meados do XIX, o índice dos negros livres chegava a apenas 4,4%. Na Jamaica este percentual, em 1800, alcançou 25%. Já no

Haiti, em 1789, era de 45%. Ver PAQUETE, Robert. Sugar is Made with Blood. The Conspiracy of la Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba. University Press, Middletow, Connecticut, 1989, p. 106.

(220) Cf. KLEIN, Herbert S. "Os homens livres de cor...", pp. 4-5. Ver também: RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Colonial Brazil", In: COHEN, David & GREENE, Jack P. Neither Slave nor free. The Freedman of African descent in Slave Societies of the New World. The Johns Hopkins University Press, 1972, p. 84-133.

(221) APEPa, Códice 617, Ofício de 24/08/1798

(222) Cf. RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Colonial Brazil...", pp. 84, 109-10, 130 e FLORY, Thomas. "Race and Social Control Independent Brazil". Journal of Latin American Studies, volume 9, número 2, novembro 1977, p. 201.

(223) Cf. TAYLOR, Clare. "Planter Coment Upon Slave Revolts in 18Th Century Jamaica". Slavery & Abolition, Volume 3, número 3, Dezembro 1982, p. 249.

(224) CF. MANIGAT, Leslie F. "The Relationship between Maronage and Slave Revolts and Revolution in St. Domingue-Haiti", In: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies. Volume 292, Nova Iorque, 1977, p. 420-438. Críticas historiográficas a respeito da Revolução escrava do Haiti encontram-se em: GEGGUS, David P. "Slave Resistance Studies and the Saint-Domingue Slave Revolt. Some preliminary considerations". Occasional Papers Series, Flórida University Press, 1993. --- Em trabalho mais recente Carolyn Fick retoma este argumento. Ver: The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below. Knoxville, The University of Tennessee Pres, 1990, especialmente, parte 1, "Background to Revolution", p. 15-90.

(225) Ver o artigo de Peter Linebaugh, "Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram". Revista Brasileira de História, número 6, São Paulo, setembro de 1983. Posteriormente, ao replicar às críticas de Robert Sweeny, Linebaugh apresenta mais pistas interessantes para reforçar seus argumentos, ver: SWEENEY, Robert. "Outras canções de Liberdade: uma crítica de todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram" e LINEBAUGH, "Replica", Revista Brasileira de História, São Paulo, volume 8, número 16, mar.88/ago.88, p.205-219 e 221 respectivamente. Ver ainda: LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. "The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, and the Atlantic Working Class in The Eighteenth Century", Journal of Historical Sociology, vol. 3, número 3, setembro 1990, pp. 225-252. Uma análise nossa sobre a idéia de "bumerangues" e quilombolas na Amazônia Colonial aparece em: GOMES, Flávio dos Santos. "Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial". Revista USP, número 28, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-96, pp. 40-55.

(226) Ver: FALCON, Francisco Calazans & NOVAIS, Fernando A. "A extinção da escravidão africana em Portugal no quadro da Política econômica pombalina", In: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, 1973, pp. 405-25 citado em: SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, São Paulo, Cia. das Letras, 1988, pp. 384 e 449.

(227) Ibid.

(228) Ainda na década de 1950, Philip Curtin num artigo sugestivo apontava para várias perspectivas de análise sobre a circulação de idéias e as ações de colonos e escravos no Haiti entre 1788-1791, em torno do ideário da Revolução Francesa. Criticava a abordagem que insistia na idéia de "contágio" simplesmente, e ressaltava o impacto da Revolução Americana em São Domingos, na década de 1780. Ver: CURTIN, Philip D. "The Declaration of the rights of man in Saint-Domingue, 1788-1791". Hispanic American Historical Review, Volume XXX, número 2, maio de 1950, pp. 157-175. -- Agradeço ao Prof. Marcus de Carvalho por ter chamado a atenção e me enviado este artigo.

(229) Cf. MAXWELL, Kenneth R. "The Generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian Empire", In: ALDEN, Dauril (eds.) Colonial Roots..., pp. 116-117 e A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil-Portugal, 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 244, 248-9 e 251

(230) BNRJ, Códice 7, 4, 82, Ofícios dos Governadores das Capitanias do Pará e Rio Negro...conquista de Cayenna...1805-1819, Ofícios de 24/03, 06 e 10/06 de 1809.

(231) BNRJ, Códice I - 28, 28, 15, "Cópia da resposta do Bispo do Pará sobre a divisão dos bens da Conquista de Cayenna de que deve servir de prova incontestável de asserção referida na Pastoral", 19/08/1811

(232) Cf. REIS, Arthur César Ferreira. Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia....., pp. 289, 291, 293 e 305.

(233) Sobre as Memórias, ver: LISBOA, Miguel Maria. Memória sobre os Limites com a Guayana Francesa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895 e SA, Manoel José Maria da Costa e. Compêndio Histórico do ocorrido na Demarcação dos Limites do Brasil do lado da Guayana Francesa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895. --- Costa e Sá destaca o seguinte sobre o medo: "maior seria esta se a insurreição dos escravos negros instigados pelo exemplo da Ilha de S. Domingos não estorvasse por vezes o Governador de Cayenna de empregar seus meios na invasão do Pará, fazendo com que alguns dos seus proprietários viessem ahi buscar refúgio, e se o reforço de algumas expedições que de França lhe forão destinadas não tivesse sido prolongadas...", pp. 16. --- Com

relação as circulações de idéias, conexões e temores lembraria: "No Surinam sucedeu outro tanto, por onde pode convencer-se de inexacta...ter capitulado pela insurreição que o Tenente Coronel Marques, commandante da vanguarda portugueza, havia excitado entre os negros, porque isso não era preciso, estando os mesmos negros dispostos pelas antecedentes insurreições, não cabendo na limitação do tempo e estranheza da língua que se podesse apurar semelhante acto por taes instigações que eram totalmente desnecessárias. Sobre o estado de insurreição dos negros de Cayenna imprimirão-se nos Estados Unidos humas relações no anno de 1798, por aviso dos cultivadores dos ditos Estados que aparecerão traduzidos em Português. O que porém se fez mais notável é terem os francezes no anno de 1802 por ocasião das suas communicações para a execução do Tratado de Paz no anno antecedente procurado instigar o espirito revoltoso, assim entre os negros como entre os índios do Pará", pp. 34.

(234) Ainda que trilhando outros caminhos metodológicos de análise, Frederic Mauro faz uma reflexão interessante sobre o impacto das tensões entre a Europa e as Américas dos séculos XVI a XIX. Ver: "Tensions and the transmission of tensions in the European expansion to america (1500-1900)", Plantation Society, Volume 1, número 2, junho 1979, p. 149-159.

(235) Ver: BARALT, Guillermo A. Esclavos Rebeldes. Conspiraciones y Sublevaciones de esclavos em Puerto Rico (1795-1873). Porto Rico, Edições Hurucan, 1981, pp. 13-20, TAYLOR, Clare. "Planter Coment Upon Slave Revolts...", pp. 249, LAVINA, Javier. "Revolucion Francesa o miedo a la negritud ? Venezuela, 1790-1800". Revista de História de América, Julho-dezembro/1991 e MOSCOSO, Francisco. "Formas de Resistência de Los Esclavos en Puerto Rico Siglos XVI-XVIII. América Negra, número 10, 1995, pp. 31-48. Uma análise sobre a Argentina escravista e a noção de "liberdade" (assim como as transformações da mesma), no final do século XVIII, entre os escravos e as influências conjunturais, ver: MALLO, Sílvia C. "La Libertad en El Discurso del Estado, de Amos y Esclavos. 1780-1830", In: Revista de História de América, número 112, julho-dezembro/1991, pp. 121-146.

(236) Houve casos de lideranças de quilombolas (*maroons*) no Haiti que acabaram colaborando com os ingleses nas suas tentativas de invasão. Cf. BLACBURN, Robin. "Revolutionary Emancipationism and the Birth of Haiti". In: The Overthrow of Colonial Slavery. Nova Iorque, Verso, 1987, pp. 226-7, 230-1, 236 e 257-9.

(237) Partindo do exemplo das rebeliões escravas jamaicanas nos últimos anos do século XVIII, David Geggus faz uma análise sugestiva, destacando as perspectivas internas, a correlação de forças, a conjuntura político-econômica, o impacto demográfico e a percepção da massa escrava nas Américas no entendimento das causas das rebeliões. Suas análises sobre as articulações dos *maroons* jamaicanos e a infiltração da propaganda francesa são muito interessantes. Ver: "The Enigma of Jamaica in the 1790":

New Light in the causes of Slave Rebellions. Willian and Mary Quartely, 44, 2 (1987), p. 274-99. Ver ainda as análises sugestivas de: BECKLES, Hilary McD. "Emancipation by Law or War? Wilberforce and the 1816 Barbados Slave Rebellion". In: RICHARDSON, David. Abolition and Its Aftermath. The Historical Context, 1790-1916 University of Hull, Frank Cass, 1985, pp. 80-104.

(238) Em torno dos levantes separatistas que ecoaram em várias partes do Império, no período regencial aumentaram os rumores quanto às revoltas escravas. O próprio Perdígão Malheiro destacaria, em meados do século XIX: "Os escravos, descendentes da raça africana, que ainda conservamos, hão por vezes tentando, e ainda tentam, já por deliberação própria, já por instigações de estranhos, quer em crises de conflitos internacionais, quer intestinas, é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha". Ver: MALHEIRO, Perdígão. A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social. Petrópolis, Vozes/INL, 1976, volume II, p. 87-102. Um levante separatista que provocou o aumento de boatos quanto à eclosão de insurreições escravas foi a Sabinada, na Bahia, em 1837. Ver: SOUZA, Paulo Cesar. A Sabinada: a revolta separatista na Bahia (1837). São Paulo, Brasiliense, 1987. Escravos e negros também se agitaram em Pernambuco, na década de 20 e 30, por ocasião de vários conflitos separatistas nesta Província. Cf. CARVALHO, Marcus Y. M. Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835. Tese de Doutorado inédita, University of Illinois, 1989, especialmente capítulo III: Slave Resistance in Pernambuco - 1825-1835, p. 105-147. --- Para a Bahia entre o final do século XVIII e o período da independência, ver algumas análises que sugerem as percepções escravas e a circulação de idéias numa conjuntura internacional. Cf. REIS, João José. "O Jogo duro do Dois de Julho: O 'partido negro' na Independência da Bahia", In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo, Cia das Letras, 1989, p. 99-122 e TAVARES, Luiz Henrique Dias. "Escravos no 1798". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, número 34, 1992, p. 101-120.

(239) Cf. ACEVEDO MARIN, Rosa. "A Influência da Revolução Francesa...."

(240) Cf. GENOVESE, Eugene. Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos nas Américas. São Paulo, Global, 1983. --- Alguns dos seus argumentos foram defendidos mais recentemente em PAQUETE, Robert L. "Social History Update: Slave Resistance and Social History", Journal of Social History, 1991, pp. 681-685.

(241) Cf. DRESCHER, Seymor. Capitalism and Antislavery. British Mobilization in Comparative Perspective. Nova Iorque, 1987. Ainda que sua análise destaque as determinações econômicas para o fim da escravidão nas colônias inglesas, Eric Williams apresenta reflexões interessantes sobre as percepções escravas, a

circulação de idéias e os significados atribuídos a elas, ver: WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão, Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975, especialmente, pp. 224-230.

(242) Cf. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas....

(243) Cf. FICK, Carolyn. The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below....

(244) Cf. DEBBASH, Yvan. "Le Maniel: Further Notes", In: PRICE, Richard (org.). Maroon Societies....., pp. 144-5.

(245) Cf. POLLAK-ELTZ, Angelina. "Slave Revolts in Venezuela". In: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative..., pp. 439-445. Nesta mesma obra aparecem as críticas de Price a esta perspectiva, ver: pp. 495-500. Em Vera Cruz, México, no século XVII, os negros fugitivos (*cimarrones*) mantinham comércio com vaqueiros, artesões, agricultores e tropeiros. Também sabe-se de casos de proteção/solidariedades, envolvendo fazendeiros e autoridades coloniais. Neste caso, quilombolas podiam ser utilizados tanto para combater grupos indígenas e como intermediar trocas mercantis. Ver: CHAVEZ-HITA, Adriana Naveda. Esclavos Negros en las Haciendas azucareiras de Córdoba, Vera Cruz, 1690-1830. México, Universidad Veracruzana, 1987, especialmente: "relaciones de los palenques y gestiones legales", pp. 143-8. No século XVIII, nas fronteiras, escravos fugiam do Brasil para o Paraguai e havia reclamações constantes de senhores e autoridades. Ver: PLA, Josefina. Hermano Negro. La Esclavitud en el Paraguai. Madrid, Paraninfo, 1972. Outras análises comparativas nesta direção, ver também: CRATON, Michael. Testing the Chains..., pp. 64, 70-1 e 74-5 e MULLIN, Michael. Africa in America..., pp. 51 e segs. e 293 e segs. e THORNTON, John. Africa and Africans..., pp. 280 e segs. Ver ainda: WHITEHEAD, Neil L. Lords of the Tiger Spirit. A History of the Caribs in Venezuela and Guyana, 1498-1820. Foris Publications, 1988, pp. 156. Agradeço ao Prof. Décio Gusmán pela indicação deste último texto.

(246) Sobre as perspectivas destas reconstruções históricas míticas, simbólicas e rituais para os grupos *maroons* do Suriname e Venezuela, ver: PEREZ, Berta E. "Versions and Images of Historical Landscape in Aripao, a maroon descendant community in Southern Venezuela". América Negra, número 10, 1995, pp. 129-148 e PRICE, Richard. First-Time: The Historical Vision of Afro-American People.....

(247) Cf. GALLOIS, Dominique Tilkin. Mairi revisitada: A Reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral do Waiãpi. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, USP, FAPESP, 1994, pp. 700-4

(248) Cf. HOWARD, Catherine v. "PAWANA: a farsa dos 'visitantes' entre Waiwai da Amazônia setentrional", IN: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da. Amazônia: Etnologia e história indígena..., pp. 235-6

Parte II

Um "Azilo de Liberdade":
Quilombolas do Turiaçu-Gurupi
(Maranhão --- 1702-1887)

I.A Viagem de Hurley e o quase-fim da história

Em fins de 1919, o engenheiro Henrique Jorge Hurley começa a preparar-se para uma importante viagem. Mais propriamente numa sexta-feira, em 12 de dezembro, o Diário Oficial do então Estado do Pará dava-lhe autorização para isto. O secretário geral do Estado, em cumprimento aos atos do governo, incumbia ao referido Hurley -- enquanto chefe de uma comissão -- organizar uma expedição com o objetivo de "syndicar as causas das incursões das tribos do alto Irituia, alto Guamã e alto Gurupy, promovendo por todos os meios a pacificação das referidas tribus"(1) Rezava ainda tais instruções que:

"para o bom êxito da sua comissão empregar os necessários e convenientes recursos, assistindo e protegendo os indigenas, usando para isso dos meios brandos que sejam capazes de chamal-os a convivência social, assegurando-lhes os direitos e o amparo que se lhes dar, não consentindo no emprego de nenhuma violência".(2)

Entre principais tarefas de Hurley e sua comissão constaria ainda o levantamento estatístico da "população aborigene", visitas as aldeias de *São José, São Pedro, Tauary e Jupúba* e o estudo a respeito da "língua, uso e vida das tribus com as quaes lidar". Devido aos noticiários alarmantes a respeito de ataques de índios nesta região, a imprensa paraense na ocasião, fez saudações efusivas quanto a preparação e a partida desta expedição. Várias matérias sobre o tema foram escritas. Tal expedição seria chamada de "a catechese dos selvagens", "a embaixada da paz" e mesmo de "uma excursão scientifica". Era, de fato, um misto de tudo isto.(3)

Era lembrado também, naquele contexto, que não seria a primeira vez que enviaria-se uma expedição desta natureza para esta região. Dez anos antes, em 1910, teria sido realizada uma por Paulo Queiroz. Poucos resultados tivera. Nem mesmo as coordenadas geográficas foram assinaladas. Para desbravar a região contaria Hurley em termos de cartografia apenas com "sugestões altamente theóricas".(4) Agora pensava-se em fazer diferente. O clima era tenso na região. As aldeias indígenas assinaladas tinham que ser alcançadas.

Começam os preparativos. A expedição parte do Guamá indo em direção ao Gurupi. Até Viseu a travessia dura 12 dias. Chega-se a Ourém. O contingente da expedição cresce com a incorporação de "trincheiros", caboclos e mateiros. Agora, são quinze pessoas ao todo nesta marcha. Mais editoriais na imprensa. Equipamentos prontos. Seguem a viagem. Na manhã do dia 26 de janeiro inicia-se a subida do Guamá em "três cascos esguios e rápidos". Dois dias depois, a subida do rio Jupuúba. É hora de seguir a pé. Paradas para descanso e pernoite são feitas. Ranchos de caçadores e *taperas* abandonadas utilizados para acolher a comissão. Logo acabam os mantimentos. Recorrem às caças. A primeira vítima seria uma anta. Avançam-se mais florestas. Como companhia, a expedição, por ora, contava apenas com a "chuva impertinente", por vezes "copiosa" e o "miar repetido das onças", além de cotias, antas e filhotes de veado. De índios, por enquanto só alguns *tembés* que serviam de guias e mateiros. Nada dos "sanguinolentos" índios *Urubus*. Outros companheiros de viagem, porém, logo apareceriam fazendo vítimas e trazendo febres: são as mutucas, os tracuás e os "carrapatinhos" com suas

"deshumanas ferroadas". Como efeito compensatório tem-se as paisagens da bela natureza.

Os dias chegam e vão embora. Muita caminhada a pé. Na mata fechada "picadas" tem que ser abertas. Perde-se a conta dos igarapés atravessados. São muitos, formosos e iguais. Mudam apenas os nomes. A monotonia algumas vezes mistura-se com a aventura. Dia após dia a fadiga se apresentava cada vez mais cedo.

Os símbolos da *civilização* -- principal objetivo da expedição -- não são esquecidos. Alguns índios recebem presentes, bandeiras nacional e a do Pará hasteadas e os marcos dos quilômetros avançados são fixados. A floresta é grande demais. Por alguns momentos a expedição fica perdida. Mateiros e guias índios titubeiam. O rumo é novamente encontrado. Vai-se em frente. Já estamos em 12 de fevereiro. A expedição chega a aldeia *Uruaim*. Só do alto do rio *Jupuüba* até ali foram andando cerca de 93 kms. Não pensem que foi pouco para tantos dias. Matas muito fechadas e chuvas torrenciais dificultavam os caminhos. A transposição de inúmeros igarapés e também de cachoeiras travava a marcha.(5)

Na aldeia *Uruaim* foram encontrados além de índios *Tembés*, "pretos" maranhenses e colonos cearenses. Já ali noticiam vários ataques dos índios "Urubus". Devido a isso, sequer havia farinha para abastecer a expedição. Começam a ser destacados os pontos que deviam receber fortificações e patrulhamento. Mais dois dias e meio de viagem, subindo o rio Gurupi, chega-se ao povoado de *Itamauary*, um ex-mocambo. Assim Hurley descreve *Itamauary* -- que chama de "risonho povoado" -- localizado na margem paraense do

Gurupi.

"Tem esse povoado cerca de 80 casas e uma capela em honra a S. Benedicto: possui mais de trezentos moradores, na maioria pretos que emigram do Maranhão a se empregarem na agricultura e na extração de ouro".(6)

Lembra ainda ter visto nesse povoado "algumas mulheres *tembés* vivendo maritalmente com pretos". Não muito distante dali chegou-se ao povoado *Caámiranga*. Em muito assemelhava-se a *Itamaury*. A "força da população é de origem maranhense" e ali "possue esta povoação bons sítios de árvores fructíferas, cafezaes, cacauaes e coqueiros". Além disso:

"Há uma casa de comércio e tem uma igreja consagrada a 'São Benedicto'. Seus habitantes, na maioria, são pretos e dedicam-se à extração de ouro -- nas minas 'São Pedro' e n'outras ainda não reveladas ao conhecimento público, por elles descobertas ha mais de 35 annos! Do 'Caámiranga' ás minas gastam quasi um dia de viagem. Cuidam também de lavrar roças de mandioca, cuja farinha exportam para o Tury-assú, directamente COMO PRODUCTO MARANHENSE!".(7)

Anda-se mais um pouco e encontra-se a povoação de *Ariúá-Curucáia* e também a da *Glória*. As semelhanças com relação a *Caámiranga* e *Itamaury* diminuem. São povoados pequenos entre 20 e 12 casas respectivamente, com cerca de 80 pessoas. Além de pequenos estes povoados sofrem privações. Seus habitantes são "tolhidos de trabalhar em suas roças" devido aos ataques dos "fataes e covardes" indios *Urubus*. Logo ali Hurley também assinala a necessidade de fortificações e patrulhamento. Fala também da importância econômica e comercial de toda a região e da urgência em se abrir estradas. Seriam estas as providências "civilizatórias" básicas que conteriam os ataques dos indios *Urubus*.(8)

Assim terminaria a viagem de Hurley para o governo do

Para. Visitou uma região de fronteira (no caso com o Maranhão) com conflitos fundiários -- envolvendo inclusive a exploração de áreas auríferas -- exposta a ataques dos indígenas *Urubús*, com potencial econômico e ocupada por alguns colonos cearenses, índios *Tembés* e por "pretos" maranhenses; livres, libertos, e remanescentes de mocambos.

A história de ocupação desta região -- principalmente as matas do Gurupi e Turiaçu -- era muito mais antiga. Foi ela produzida em torno das experiências seculares de grupos indígenas, de escravos fugidos e depois por libertos e colonos migrantes.

Nesta vasta região de florestas, rios e igarapés, quilombolas -- com o auxílio luxuoso de grupos indígenas isolados, libertos, regatões, camponeses, etc. -- transformaram seus mocambos e as experiências históricas em torno deles numa verdadeira *hydra*. Esta metáfora não precisa ser deslocada. Num despacho do Ministério da Justiça para a Presidência de Província do Maranhão, em 1867 anotaria-se a necessidade urgente e definitiva de "por meio de ferro e fogo" destruir os quilombos do Turiaçu-Gurupi, pois "dispersos representam a *hydra* de Lerna". Assim clamava: "removam as cabeças":

"Contra a existência dos quilombos clama a civilização do paiz, que já vae reconhecendo n'essas e em outras conseqüências do elemento servil a conveniência moral de ser a sociedade somente individuos de condição livre. Acabar, pois, com taes valhacoutos de malfetores de involta(sic) com alguns infelizes azilos de liberdade, é prestar serviço á civilisação e á segurança pública"(9)

Nestas paragens do Maranhão, os quilombos gestaram mais do

uma liberdade sob asilo. Também como *Hydras*, alimentaram-se e redefiniram os contornos e profundidades dos *pantânos* em sua volta. O que Hurley começava a ver ali era apenas pedaços de uma história de grandes, densos e emaranhados enredos de luta e resistência. Deixemos, por ora, Hurley e sua viagem. Vamos seguir as trilhas desta tradição de liberdade.

II. Turiaçu-Gurupi: cenários e suas histórias

O extinto Estado do Maranhão compreendia as regiões das antigas capitanias do Ceará, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro. No século XVIII com as várias divisões territoriais, as áreas propriamente ditas do Maranhão e Grão-Pará foram desmembradas. Em decretos régios de 20/08/1772 e 03/05/1774 e também da provisão de 09/07/1774 os limites entre estas duas capitanias foram fixados no rio Turiaçu. Já no século XIX, Maranhão e Grão-Pará transformados em províncias, os decretos imperiais de 12/06/1852 (nº 639) e de 23/08/1854 (nº 773) estabeleceriam a fronteira no rio Gurupi.(10)

A lavoura maranhense só começou a prosperar em 1766 com a produção de algodão, muito valorizada nos últimas décadas do século XVIII. O tráfico de escravos aumentou consideravelmente. Nas áreas do extremo norte do Brasil colonial, o Maranhão sempre foi mais atrativo em termos de comércio de escravos desde a criação das Cias de Comércio na 2ª Metade do século XVIII.(11)

POPULAÇÃO ESCRAVA - MARANHÃO - SÉCULOS XVIII-XIX

ANOS	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
1798	42.244	(53,5%)	36.616	(46,5%)	78.860
1819	-	-	-	-	160.000
1838	105.149	(48,4%)	111.905	(51,6%)	217.054
1861	227.873	(72,5%)	84.755	(27,5%)	312.628
1872	263.080	(78%)	73.245	(22%)	336.325

Fontes: VIVEIROS, Jerônimo. História do Comércio...; Relatórios Provinciais (Maranhão) e RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. A Desagregação do Sistema....

A população escrava conheceria um desenvolvimento considerável, principalmente no segundo quartel do século XIX. Entre 1811 e 1820 seriam importados para o Maranhão cerca de 36.356 africanos. Em 1819, com relação à população livre, a província maranhense tinha a maior concentração de escravos de todo o Brasil, alcançando o índice de 66,6%.⁽¹²⁾ A entrada de cativos africanos continuaria até os anos 40. A partir dos anos 60, a população escrava da província começaria a diminuir. Em 1864 era de aproximadamente 70.000 e, dez anos depois chegaria a pouco menos de 50.000. Nesse período, o percentual de declínio da massa escrava seria de 33,6%. O tráfico interprovincial seria responsável por parte deste declínio.⁽¹³⁾

POPULAÇÃO NAO-BRANCA/ MARANHÃO (1838)

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL		
ANO	INDIOS	MULATOS	PRETOS	TOTAL	MULATOS	PRETOS	TOTAL		
1838	14.676	34.709	13.782	63.167	16.249	95.656	111.905	175.0721	

Fontes: BNRJ, Relatório de Presidente de Província (Maranhão), 1841

Desenvolvia-se com isso a população livre desde a primeira metade do século XIX. Em 1838, mais da metade dos livres era de não-brancos. Em 1872, 78% da população do Maranhão era livre, ou seja, 263.080. Porém, havia apenas 80.902 considerados "brancos".
(14)

Segundo Gaioso, no início do século XIX, havia ainda alguns entraves para o efetivo desenvolvimento econômico do Maranhão. Relacionava a falta de "terreno", visto estar as áreas ocupadas pelo "gentio bravo", o "preço alto da escravatura" e o

"reduzido preço do algodão".(15) Argumentava que:

"foi crescendo a lavoura, e forão também dilatando-se as distâncias, de tal sorte que presentemente, ou as produções hão-de ser mais diminutas, por se ver o lavrador obrigado a cultivar terrenos já cansados, e para que se necessita muito benefício para fazê-los productivos, e maior número de braços, ou deve recorrer-se aos terrenos infestados de gentio bravo, que he o estado a que hoje se acha reduzido o agricultor, que por este motivo se tem visto abordado por elle, com tão eminente risco das suas vidas e propriedades, que muitas das primeiras tem sido sacrificadas ao seu natural furor, e das segundas bastantes elles tem incendiado, ficando por esta causa os lavradores faltos de terra para continuarem as suas lavouras".(16)

Em meados do século XIX, as grandes áreas econômicas do Maranhão estavam assim divididas: a área do Itapecuru-mirim compreendia as comarcas de Itapecuru e Alto-Mearim embora em "decadência" (devido a "falta de braços" e "cansaço das terras") era aquela mais importante economicamente com fazendas de arroz e algodão. As melhores terras estavam em Codó e Coroatá.(17)

A área do Mearim, Baixo e Alto-Mearim, incluindo o distrito de Anajatuba tinha uma produção agrícola quase nula. Ao contrário de Itapecurú tinha uma concentração de população livre maior do que a escrava. Nesta região, desconhecida até o primeiro quartel do século XIX, destacavam-se os campos de criação de gado. Constava que seus antigos moradores eram as "ferozes tribos de índios selvagens" que migraram para as margens do rio Grajaú e sertões da Chapada e Pastos Bons. Em 1850, já existiam na região 70 fazendas. Porém, a falta de estradas e os constantes ataques de índios constituíam-se nas maiores dificuldades.

Na área de Pindaré, Baixo e Alto-Pindaré, havia grande número de engenhos. Eram terras apropriadas para o cultivo de

cana. Na ocasião, já se produzia ali 30.000 arrobas de açúcar e 100 pipas de aguardente. No início da década de 50, o então presidente provincial Olímpio Machado destacava a prosperidade econômica desta região, sendo igualmente habitada por "indígenas pacíficos" que empregavam-se na extração de óleo de copaíba.

Havia também outras áreas em desenvolvimento econômico. As vilas de Caxias e São José tinham terras muito férteis, principalmente nos "matões" e margens do Paraíba. Dedicavam-se a cultura do algodão, cereais e cana-de-açúcar. Com quatro engenhos já trabalhavam mais de 90 escravos. As vilas de Alcântara e São Bento, foram inicialmente campos de criação de gado e depois dedicavam-se a cultura de cana. Guimarães, além de cana, tinha mandioca, produzindo muita farinha. Em Icatu, Vargem Grande e Muritiba produzia-se farinha, arroz e andiroba. Tutóia constituía-se numa região de imensos areais. Quanto a Brejo tinha na ocasião 58 engenhocas de rapaduras e aguardente. Pastos Bons e Chapada -- áreas de sertões -- eram dominadas por "índios selvagens".

Na direção de Viana, Turiaçu e Gurupi a situação era ainda mais complexa com muitas terras devolutas e grupos indígenas. De Turiaçu dizia Jerônimo de Viveiros que "durante 40 anos fôra abrigo dos quilombos dos escravos fugidos". Quanto a Viana noticiava-se que "abrangeia um dos termos mais extensos e desconhecidos da Província". Era formada por vastos campos, havendo muitos rios, lagos e lagoas. Fazendas com plantações de cana, arroz, cacau, café e fumo começariam a se estabelecer a partir do segundo quartel do século XIX. Do ponto de vista econômico, "a dissecação dos pântanos e abertura de estradas

constituíam seu problema".(18)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - MARANHÃO/1860

COMARCAS	ALGODÃO	ARROZ	FARINHA	MILHO	FUMO	ACÚCAR	AGUARDENTE
ALCANTARA	2.100	20.000	94.000	14.000	40	33.000	370
VIANA	1.000	40.000	46.500	18.000	550	81.000	1.800
GUIMARAES	1.150	34.000	144.000	21.000	470	68.000	1.400
TURIAÇU	900	14.500	20.600	9.000	100	2.000	60
A. MEARIM	16.300	225.000	60.000	97.000	550	9.000	180
TOTAL	21.450	333.500	365.100	159.000	1.710	193.000	3.810

Obs.: Os cálculos foram na seguinte base: sacas = algodão, alqueses = arroz, farinha e milho, arrobas = fumo e açúcar e pipas = aguardente.

Fontes: BNRJ, Relatório de Presidente de Província (Maranhão), 1861, anexo 6

A província do Maranhão tinha uma população escrava considerável. Produzia bastante alimentos, porém, só conheceu o apogeu econômico com a produção algodoeira do final no século XVIII e um pouco nos anos de 1860, devido a queda de produção mundial devido a guerra de secessão nos E.U.A. Em 1875, entretanto, dizia-se: "é a agricultura a única fonte que alimenta e renova a riqueza pública da província. Infelizmente, porém, seu atraso e pouco desenvolvimento industrial são parte para [que] a decadência agrícola se manifesta nella em tão larga escala".(19)

III. Seguindo Trilhas

Os quilombos nas regiões do Turiaçu-Gurupi eram muito antigos. Nos primeiros anos do setecentos as autoridades coloniais já preocupavam-se em destruí-los. Em março de 1702, o Rei determinava em carta régia uma expedição, pois "tendo notícia que no sertão do Rio Turiaçu que estavam humas aldeias de Escravos que se tinham levantado a muitos annos e fugido a seus senhores".(20)

Quem comandaria esta expedição era nada menos do que Fernão Carrilho -- militar e mercenário -- que já havia tornado-se especialista em atacar mocambos. Tinha combatido os mocambos baianos em 1668 e, ganhando fama, foi enviado para Palmares anos depois. Sem dúvida, a despeito dos sucessos limitados nas guerras de Palmares devia ser respeitado pelas autoridades coloniais e metropolitanas.(21) No início do setecentos, com as cabeças da *Hidra* de Palmares ainda não totalmente destruídas, Carrilho estava às voltas em aprisionar fugitivos negros e lutar contra os "gentios do Corço" na capitania do Maranhão.(22)

Ao considerarmos a expressão "[há] muitos anos" para "aldeias de escravos" formada no Turiaçu, é provável que estes quilombos tenham se formado nas últimas décadas do século XVII. Sabe-se que na ocasião foram apreendidos "cento e vinte

escravos".(23) Ao mesmo tempo que começava a receber africanos escravizados para suas lavouras, o Maranhão deparava-se com o problema dos fugitivos e a formação de mocambos. Pouco a pouco a Capitania do Maranhão começava a ficar florida deles. A região extensiva do Turiaçu, cercada por floresta e rios, seria o principal foco.(24)

Esta região também constituía-se numa área de fronteira. Situava-se nos limites entre o Pará e o Maranhão. Até meados do século XVIII estes estavam ligados em termos de administração colonial pelo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Depois foram divididos em duas Capitanias. Com o século XIX tornaram-se respectivamente províncias do Maranhão e Grão-Pará. Até 1852, a região do Turiaçu pertencia ao Pará. Após muitos conflitos passou para a jurisdição do Maranhão. Antes o rio Turiaçu, os limites agora passaram a ser o rio Gurupi. Uma margem pertencia ao Pará e a outra ao Maranhão. Quilombolas, fugitivos e depois colonos e camponeses fizeram suas próprias fronteiras. Não foi a toa que Hurley -- em tom de indignação -- grifou como vimos em seu relatório que os negros habitantes de *Caamiranga* (área do Estado do Pará) vendiam sua farinha de mandioca para a vila do Turiaçu "diretamente COMO PRODUCTO MARANHENSE".(25)

Tais fronteiras foram marcadas por inúmeras experiências de lutas, alianças, resistências e conflitos. Enquanto as autoridades e políticos discutiam as fronteiras, os quilombos multiplicavam-se na região. Em 1731, lavradores de Belém reclamavam do Governador do Maranhão sobre as freqüentes fugas, pedindo providências com relação aos escravos "que se tem

ausentado. o que fazem cada hora deixando as fazendas dezertas, e fazendo escondedouros pelos matos donde assaltam as fazendas com mortes em grande prejuizo". No ano de 1739 mais reclamações nesta direção apareceriam.(26) Em 1753, o capitão-mor Francisco Pereira relatava a ocorrência de distúrbios fronteiriços envolvendo pretos fugidos de uma fábrica e capitães de navios.(27) O número de fugas nesta região, de fato, sempre foi crescente. Em 1774, o governador do Maranhão agradecia ao governador do Pará, João Pereira Caldas, a prisão de pretos fugidos de sua capitania, na região do Turiaçu, destacando que "o trabalho de semelhante diligencia que são os de interesse dos senhores, a quem continuamente estão fugindo, com grande prejuizo das suas lavouras".(28)

Outras notícias de quilombos na região do Turiaçu vão aparecer quase no final do setecentos. Falava-se em 1793 da necessidade da abertura de "estradas para carga" ligando o Grão-Pará ao Maranhão e do patrulhamento através de canoas nos rios para perseguir os "amocambados", pretos e índios.(29) Três anos depois, reclamava-se de um "mocambo nas cabeceiras do rio Maracassumé".(30) Em Guimarães, em 1811, tentava-se "destruir o mocambo de escravos" fugidos. Estes tinham inclusive assassinado um fazendeiro local.(31)

Com a independência, a criação das províncias do Maranhão e Pará, os conflitos de jurisdição permanecem e as fugas de escravos na região só aumentam. Escravos tanto de um lado como do outro fugiam, formavam quilombos na região fronteira e acabavam confundindo as autoridades das duas províncias quanto a obrigação

efetiva de reprimi-los. Foi um pouco disso que alegavam José Maria de Freitas Dantas e Antônio de Santo Pinho em petição a junta governativa do Pará, em setembro de 1823. Na região, que divisava com o Maranhão, estavam acontecendo ataques de negros "escravos fugidos de outros lugarejos com mocambos". Argumentavam que os fugidos eram inúmeros e "muitos vem da província maranhense".(32)

As fugas nesta região estavam aumentando muito. Só do Coronel José Theodoro Correia de Azevedo tinham fugido mais de 50 cativos.(33) O comandante militar de Turiaçu estava deveras assustado.(34) Forças militares são para ali enviadas em 1824, visando "conter os abusos e conter a ordem" ameaçada com estas fugas constantes e coletivas.(35) O raio de ação dos quilombolas -- tanto fugidos do Maranhão como do Pará -- aumentava, indo de Bragança, Ourém, Viseu, até a vila de Turiaçu, atravessando o rio Gurupi. Em 1828, o comandante militar da vila de Bragança informava sobre o envio para a cadeia pública de fugitivos "apanhados nos mocambos de Tury-Assú".(36) Entre os fugidos, verificou-se, de fato, que havia tanto escravos de Bragança como de outras regiões.(37) O então presidente de Província do Pará, Barão de Bagé, pedia no ano seguinte empenho aos militares de Bragança para "limpar esse Destricto de malfeitores, desertores, e negros fugidos de que me dizem abunda o território de Turi-assú".(38) Na região de Bragança, Turiaçu e adjacências abundavam denúncias de mocambos no final da década de 20. Em agosto de 1828, mais pedidos de providências apareceriam.(39) No final deste mesmo mês "uma porção de negros fugidos" atacou o

sítio do Tenente José Calisto da Cunha.(40) Em janeiro e depois em junho de 1829 expedições seguiriam contra os quilombos "tanto em Ourém como em Turiassú".(41) No ano seguinte outras prisões de quilombolas aconteceriam em Bragança.(42)

Esta extensa área estava exposta não só aos quilombolas e fugitivos mas também a criminalidade de um modo geral. Entre os anos de 1829 ao início de 1832 as "escoltas" de Bragança e Turiaçu capturaram quase 200 pessoas, sendo 64 desertores, 42 escravos fugidos, 24 facinorosos e criminosos, 37 paisanos, entre os quais alguns acusados de traficantes.(43) No início de 1830 informaria o comandante militar de Bragança que havia ali:

"frequentes desordens, assassinos, roubos praticados pelos homens maus, que nelle existem, unindo-se-lhes desertores, facinorosos, vagabundos, e escravos fugidos; não só desta Província como da de Maranhão, pela sua a proximidade se introduzem neste Destricto".(44)

Ao considerarmos algumas denúncias, os quilombos já constituíam então um temor para os moradores desta vila do Turiaçu. De lá partiria uma representação da Câmara Municipal direto para o Presidente da Província do Pará. Informava -- clamando providências -- a respeito das "tristes circunstâncias em que se achão os habitantes desta villa, e termos, sobre os grossos mocambos de pretos fugidos colocados nos centros das mattas deste território". Os "clamores do povo" eram constantes. Quanto a Câmara só restava "compungida de ouvir em todos os dias de sessões a reclamação de providências". Nada podiam ou conseguiam fazer.

Usar as guardas nacionais -- avisavam -- pouco se

conseguiria. Eram poucos, sem armamentos e preparo necessários. Caberia as autoridades provinciais solucionar aquele problema com uma efetiva repressão.(45) Em maio de 1834, da freguesia de Viseu, um requerimento falava da organização de "huma ou mais campanhas de ligeiros pagos" -- exemplo do que tinha ocorrido no Maranhão -- para a destruição dos quilombos "visto, que mui poucos são os cuidados nas circunstancias de serem guardas nacionaes".(46)

A partir da segunda metade da década de 30, o problema endêmico dos quilombos nas Províncias do Maranhão e Pará -- não só aqueles das fronteiras -- preocupam sobremaneira as autoridades. As duas províncias viviam períodos de distúrbios internos, particularmente insurreições populares -- inclusive com o caráter racial, conflitos entre grupos políticos e temores de levantes escravos. Era no Pará, a Cabanagem (1836-1839) e no Maranhão, a Balaiada, em 1838-40.(47) Desordens e conflitos já tinham começado nestas províncias desde as guerras de independência. No Pará os ingredientes tinham o tempero das circulações das idéias a respeito de revoluções européias, emancipação e revoltas escravas em outras colônias.(48)

As semelhanças fundamentais nestes dois movimentos políticos foram, sem dúvida, a participação popular, o aumento da insubordinação escrava e a formação de grandes mocambos que articularam-se com tais insurreições. Foram os quilombos de Cosme, na Lagoa Amarela (Maranhão) e aqueles do preto Felix, no rio Acará (Pará) reunindo centenas de escravos fugidos. Estes quilombos reforçaram a luta de Balaios e Cabanos.(49)

Naquele contexto, o clima na fronteira, especialmente entre Bragança e Turiaçu, esquentou. Em abril de 1839 falava-se em reunir as "despesas necessárias" para a realização de uma expedição punitiva contra os "quilombos do Turiaçu".(50) No final do mês seguinte marchava para a vila de Turiaçu, além de um destacamento de 1ª linha, mais de 30 praças de guarda policial do distrito de Bragança. Informava-se ao Presidente da Província do Pará que seria "força esta necessária tanto para obstar qualquer invazão dos rebeldes do Maranhão, quando por ali tentem, como mesmo para fazer a entrada dos quilombos".(51) Os temores dos quilombos misturavam-se agora com as repercursões da Balaiada no Maranhão. Não fazia muito tempo também que as guerras contra os cabanos tinham cessado. Havia, aqui ou acolá, porém, focos de resistência. Com a eclosão da Balaiada no Maranhão podia acabar juntando-se pólvora com faísca. Além disso, sempre com quilombos por perto.

No final de 1839 grande aparato militar foi montado nesta região. Centenas de soldados foram mobilizados. As forças militares foram divididas em vários comandos. Tropas partiram do Parauá, Centro Alegre, Jamary e centro de Igarapé-Assú. Durante mais de 30 dias vasculharam toda a região. Afora os gastos ressarcidos por fazendeiros dos distritos próximos e câmaras municipais de Bragança e Turiaçu, as despesas com diárias das tropas de 1ª linha alcançaram 613\$440. Parte da mesma seria desembolsada pelos senhores dos fugitivos capturados. Vários quilombos com dezenas de ranchos e muitas roças foram encontrados e destruídos. Quanto a prisão de escravos fugidos o número foi

modesto. Capturaram-se 15 quilombolas, sendo um morto nos combates. De qualquer forma, lembrava o comandante da expedição:

"he urgentissimo, que V. Ex^a autorize a este comando militar a lançar mão de todos os meios, que entender necessários, e fazer as precisas despesas para de huma vez se acabar este flagello, aliás tão funesto para os moradores deste districto, e os do Maranhão".(52)

Neste relatório citado -- de um tal comandante Lourenço Justiniano da Senna Freire -- enviado à autoridade máxima do Pará havia ainda uma reclamação. Salientava-se que era impossível o combate dos quilombos do Turiaçu sem o apoio das autoridades do Maranhão. Diria:

"julgo muito necessária, e indispensável, que V. Ex^a requizitasse ao Ex^{mo} Senr. Presidente do Maranhão, auxílio de força, e mantimentos, pois são mais os pretos fugidos nestes mocambos daquela Província, que os desta".(53)

Tinha que haver ajuda por parte das autoridades do Maranhão. Não só permitindo as incursões em seu território, mas fundamentalmente dividindo as despesas que nunca eram poucas. Dividir só os louros da vitória, ou seja, os fugitivos capturados, não era certo. O dito Senna Freire tentou remediar a situação. Informou ao seu superior que tinha arbitrado a tomada dos quilombolas capturados de forma diferenciada. Fazendeiros do Pará pagariam 20 mil réis por cada um seu escravo "para serem distribuídos pela tropa". Já os fazendeiros do Maranhão teriam que desembolsar 40 mil "sendo vinte, para os apprehendedores e vinte para amortização das despesas feitas nesta entrada".(54)

Senna Freire com vários officios continuaria até os primeiros meses de 1840 informando a presidência do Pará os resultados das "entradas" realizadas contra os mocambos. Via de

regra fazia carga contra as autoridades do Maranhão -- principalmente o juiz de Paz de Santa Helena -- e contava alguns louros do que acreditava ser sua façanha. Seu principal argumento seria a pequena despesa gasta, utilizando-se soldados de 1ª linha e guardas policiais de Bragança. Lembrava que "no tempo do Torres" foi gasto 800\$ réis e em 1834 "andou por 4 conto de réis" com expedições anti-mocambos sendo que "nem huma dellas fez tanto como esta minha com muito menor despêndio, e com amortização da despesa nacional (couza que nunca se fez) com a captura dos escravos da Província do Maranhão". Senna Freire com certeza estava sendo injusto com as autoridades maranhenses. Estas já vinham realizando esforços para combater estes quilombolas. Porém, deviam acreditar que o problema -- em termos de jurisdição -- era mais do Pará. Em agosto de 1834, o chefe de polícia do Maranhão informaria ao Ministério da Justiça "que o socego desta Província não tem sofrido alteração, somente alguns escravos fugidos aquilombados no Tury-assú, extremos da Província do Pará, tem feito várias correrias e insultos nas fazendas dos lavradores convizinhos".(55) Dois meses depois acabou entrando em ação, realizando diligências policiais nesta região do lado do Maranhão e notificaria que estavam "por ora destruídos, debandados, e dispersos os aquilombados, tendo sido capturados 21, e saído a seus respectivos senhores uns 13".(56) De qualquer maneira, em 1840, o referido Senna Freire seria enfático: "em conclusão deste negócio repito o que por vezes tenho dito, e digo de novo francamente a V. Ex^a., que os mocambos do Tury vão a ser funestos a lavoura, se de prompto se não debelarem".(57) Naquela ocasião,

esta fala não era mais uma profecia.

Como se vera o problema não era somente a vontade e a necessidade de se combater estes mocambos do Turiaçu-Gurupi. Mas a dificuldade. Os mocambos estavam bem protegidos pelos pântanos e geografia local. Em 1843, mais tentativas de destruí-los foram tentadas. Desta vez se mexeram as autoridades do Maranhão. A iniciativa partiu inicialmente de "fazendeiros abastados" e depois foi reforçada até mesmo com uma lei provincial que criava um corpo de "guardas campestres" pois eram "homens de matto, melhores do que a tropa regular, para penetrarem os mocambos, e capturarem escravos fugidos". Ainda assim, na ocasião, seriam combatidos quilombos formados nos municípios de Guimarães, Cururupu, Santa Helena e no termo de Codó.(58)

Em meados de 1848, forças militares do Pará voltaram a se movimentar. Uma tropa com cerca de 50 praças marcha para os quilombos do Turiaçu. Permanecendo mais de um mês nas matas foram feitas duas "entradas" em mocambos diferentes. Cerca de 17 quilombolas foram capturados. Vários outros dispersaram-se nas matas. Mais uma vez nenhuma surpresa: quase todos os negros eram fugidos do Maranhão. Vinham do Paraúá, Guimarães e até de Viana.(59) Novamente autoridades do Pará e do Maranhão brigaram em officios sobre o valor da tomadia dos escravos apreendidos.(60)

Passados dois anos, o juiz de Orfãos do termo de Turiaçu oficia ao Presidente paraense reclamando sobre o problema crônico dos quilombos. Sendo agosto, lembrava que "precisa-se de escolta de tempo próprio". Combinando-se com os militares do Maranhão tropas contra esses mocambos deveriam partir de três direções:

uma de Santa Helena em direção ao Paraúa, outra de Bragança passando por Viseu e a última do próprio termo de Turiaçu, "devendo todas fazer junção no centro". Uma tentativa neste sentido, segundo consta, já "em outros tempo se pôz em prática com feliz resultado".(61) Talvez nem tanto. No ano seguinte, ou seja, em 1851, mais denúncias de fugitivos entre o Pará e Maranhão surgiram.(62)

O Pará livra-se momentaneamente dos quilombos em 1852. Ou melhor, perde o Turiaçu que passa para a jurisdição do Maranhão. Quilombolas continuaram com as mesmas estratégias. Migravam constantemente marcando suas próprias fronteiras. O ano de 1853, porém, começou movimentado. Autoridades do Maranhão desencadearam forte campanha militar contra os quilombos, especialmente os de Turiaçu. Na intensa correspondência trocada entre os subdelegados dos municípios de Pinheiro, Turiaçu e Santa Helena o objetivo era "dar providências a fim de cortar pela raiz um mal que tanto flagela a lavoura".(63) Era necessário recursos com armamentos, soldados e munição.(64) Os clamores não foram poucos. Mais de 30 lavradores e representantes da Câmara de Santa Helena enviam um abaixo assinado à Presidência do Maranhão. Falam "do famoso quilombo que ali floresce a muito tempo". Os temores dos quilombos eram tantos ou mesmo querendo impressionar o "desvelado administrador", Eduardo Olimpio Machado, que acabava de tomar posse como presidente do província, pois os lavradores referem-se a eles como "uma nuvem negra que nos seja assaz funestra".(65)

O segundo semestre de 1853 foi de pouca conversa e muita ação. Os quilombolas do Turiaçu foram implacavelmente

perseguidos. O Presidente Olimpio Machado mostrou-se um inimigo voraz. Cerca de 53 pretos capturados. No roteiro da expedição punitiva foram atacados -- ou encontraram-se abandonados -- cerca de 10 mocambos, entre grandes e pequenos. O ano de 1854 serviu para propagandear tal façanha. Em seu relatório provincial escreveu Olimpio Machado: "achão-se extintos os quilombos de escravos fugidos que ameaçavam a tranquilidade do território do Turiaçu".(66) Na ocasião, outros quilombos da Província do Maranhão seriam atacados, como aqueles da Comarca do Alto-Mearim que veremos mais adiante.(67)

O suposto remédio aplicado por Olimpio Machado teve pouco efeito. Invertendo-se a imagem figurada utilizada pelas autoridades e senhores, diria que a "raiz" do "mal" estava bem viva e profundamente fincada em Turiaçu. Mais mocambos seriam invadidos. No início de 1858, o quilombo de *São Benedito* era atacado.(68)

Tropas com reduzido contingente e "porque começava o inverno, e nessa estação a sua demora nas matas só daria em resultado expôr os soldados á graves moléstias" resultou na prisão de 17 mocambeiros. Inúmeros "outros evadirão-se".(69) Sem tempo para descanso, em agosto de 1859 são descobertos os mocambos *Camundá* e *Spiridião* entre as matas de Maracassumé e as margens do rio Gurupi. Mais ataques.(70) Em meados de 1860 é ordenada a organização de uma força militar para fazer bater o quilombo existente entre a colônia militar [de São Pedro de Alcântara do Gurupi] e Montes Aureos.(71) Em 1861 partem "duas diligências uma pelo Gurupy e outra por Viana, para baterem os

quilombos, que constava existirem entre as mattas de Vianna e Maracassume". Soube-se posteriormente que o "resultado destas diligências não correspondeu á expectativa". Ainda assim o mocambo *São Vicente do Céu* foi invadido.(72) Nos anos de 1863, 1864 e 1865 a rotina de ataques aos quilombos do Turiaçu permanece inalterada. Prisões e destruições de mocambos.(73)

O ano de 1867 seria diferente. Se a mobilização anti-mocambo continuava a mesma e os temores de levantes de escravos espalhavam-se por toda a província do Maranhão, os quilombolas de Turiaçu mudam de estratégias.(74) Saem de seus mocambos -- que via de regra as expedições punitivas só conseguiam encontrar "abandonados" -- deixam as brenhas inatingíveis da floresta e realizam um grande ataque (com mais de 500 negros) a algumas fazendas em Viana. A província estremeceria. O susto foi grande. Entretanto, o contra-golpe do Maranhão veio rápido e quase certo. Meses depois, o quilombo de *São Benedito do Céu* --- que havia reerguido-se -- é novamente atacado, havendo mais capturas. Descobre-se que os mocambos da região do Turiaçu são inúmeros.(75) Existiam aqueles grandes, mais povoados, e outros menores. Investigações também dão conta que os quilombolas buscando proteção para seus mocambos estavam espalhados tanto em áreas do Pará como do Maranhão.

Autoridades do Pará voltam a cena. De Viseu parte uma diligência "com destino de bater um grande quilombo nas matas pertencentes a Província do Maranhão no Alto Gurupi". Quilombolas estavam atentos. Esta expedição é atacada no caminho. Desta emboscada resulta em 13 guardas feridos, sendo dois mortos. Dos quilombolas, morreram três e são capturados dois.(76) Autoridades

do Pará mobilizariam mais tropas. Preocupavam-se novamente com o "mal" e o "contágio". Em outubro de 1867 a vapor chegaria uma força militar. Constitua-se em mais de 70 praças, incluindo oficiais do Exército e da Guarda Nacional. As ordens do Presidente da Província do Pará são expressas no sentido de:

"com os meios precisos de levantar a força que as circunstâncias exigirem, determino-lhe que dirigindo-se às raias da Província com a do Maranhão, capture os pretos fugidos e criminosos que tentem passar para esta, e mesmo que bata o quilombo de Gurupi se a audácia dos pretos acarçada pelo má êxito de expedições do Maranhão, aconselhar esta medida(...)"(77)

Em poucas palavras, as autoridades do Pará traduziam o problema dos quilombos naquela região de fronteira e os fracassos militares dos seus vizinhos maranhaenses. Pareciam acompanhar tudo de perto e com apreensão.

A década de 70 inicia-se com poucas novidades. Melhor seria dizer muitas ou então as mesmas. Fugas constantes, quilombos espalhados e iniciativas de destruí-los, principalmente na província do Maranhão.(78) Em junho de 1871, os alvos são os quilombos do município de São Bento. Nos meses de setembro e outubro seguem mais diligências para as regiões de Rosário e Icatu. Um mocambo próximo ao engenho das Flores, em Mearim é "batido".(79) Cerca de 13 quilombolas são apreendidos. Em fins de 1873, chegam às repartições policiais do Maranhão várias representações de moradores dos municípios de São Vicente Ferrer, Pinheiro e São Bento. Todos os moradores, lavradores e fazendeiros circundantes da área do Turiaçu e Gurupi dizem que estão "aterrorizados com a fuga de escravos das fazendas" e "pedem providências em ordem a evitar que os escravos

aquilombados perturbem a segurança e tranquilidade pública".(80) Em junho de 1875 diria o chefe de polícia do Maranhão -- sobre o Turiaçu -- estar atento: "as repetidas fugas, que se vão dando de escravos de diversos lavradores para engrossarem os quilombos".(81) Um ano depois seriam enviadas tropas para São Bento, Pinheiro e Santo Antônio e Almas, visando capturar quilombolas.(82) Entre os últimos dias de 1876 e o início de 1877 uma grande expedição seguiria para o município de Pinheiro. Ali foi invadido o quilombo de *São Sebastião* e foram apreendidos cerca de 113 mocambeiros. Nesta expedição surgiria uma novidade em termos da luta secular desses quilombolas da região do Turiaçu-Gurupi. As autoridades e chefes do mocambo negociaram a rendição dos quilombolas.(83) Soube-se, porém, que outros grupos em diferentes mocambos encontravam-se firmes na floresta.

Em março de 1877 recomeçaria uma nova onda de repressão contra os quilombos no Turiaçu. O alvo agora seria o quilombo do *Limoeiro*. Este ano foi de preparativos e discursões de planos e estratégias. Logo no início de 1878 começa a guerra. Mais uma vez grande aparato militar é mobilizado. Novamente um vapor, o ODORICO MENDES transportaria as tropas. Os combates nas matas levam quase todo o mês de janeiro. Mocambos são atacados e arrasados. Capturam-se 16 quilombolas. Com um resultado tão limitado, as autoridades avaliam que uma nova expedição deveria ser imediatamente realizada. O fracasso da primeira é atribuído ao comando desastroso do Major reformado João Manoel da Cunha, então diretor da Colônia Militar do Gurupi. Com a mudança de Presidente de província troca também o comando da nova expedição punitiva. Não se conseguindo destruir todos os mocambos e

apreender seus habitantes, pelo menos o número de capturados aumenta. Desta vez seriam presos 78 quilombolas.(84)

Os sucessos parciais desta segunda expedição ao *Limoeiro* são comemorados com a decisão de se criar uma colônia de "retirantes" cearenses na região. Estabeleceria-se a Colônia Prado, aproveitando-se as áreas e roças onde localizavam-se tais mocambos. Esta medida teria como objetivo o povoamento e ocupação da região na tentativa de conter o estabelecimento de novo mocambos.

Se tal colônia não fracassou de todo, os quilombos da região não desapareceriam. Outros ressurgiram. O quilombo do Limoeiro dado como destruído em 1878 reapareceu em 1885. Migraram para as ilhas e ilhotas do lado do rio Gurupi, na Província do Pará. Antes disso, esses quilombolas dispersos na floresta passaram períodos de penúria, expostos a fome e ataque de grupos indígenas. A tradição quilombola do Turiaçu seguia firme. As vésperas da Abolição, em 1887, o chefe de polícia informava ao Presidente da Província do Pará ter expedido "ordens no sentido de se evitar que os escravos fugidos de Maranhão se vão acoutar no termo de Viseu".(85)

Depois de avançarem constantemente as fronteiras do Pará e Maranhão, estes quilombolas viram a Abolição chegar para aqueles que ainda continuavam cativos. Preparavam-se agora para atravessar mais um século. O próximo encontro -- pelo menos para nós historiadores -- seria com Hurley em 1920, nos povoados de *Itamauary e Caamiranga*.

Quilombos do Maranhão



VI. Outras histórias de liberdade

Em seu Torrão Maranhense, Raimundo Lopes já destacaria que o Maranhão "foi uma das províncias onde mais se desenvolveram os quilombos"(86) Assim como no Pará, os quilombos do Maranhão espalharam-se ao longo de toda a província. Pouco sabemos -- fora a região do Turiaçu -- sobre o surgimento de outros mocambos desde o século XVIII. No século seguinte eles, é certo, apareceram com frequência.(87)

O surgimento de vários mocambos no Maranhão no século XIX assim como o processo generalizado de fugas escravas deve-se em parte as próprias transformações econômicas da região. É fato que os escravos africanos começaram a chegar desde o final do século XVII. A partir da segunda metade do século XVIII, o tráfico intensificou-se. Entre 1755 e 1777, foram importados 12 mil africanos pela então Cia. do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. No século XIX, o volume de importação aumenta. No período de 1812 a 1820 chegam a entrar nos portos maranhenses 41.000 escravos africanos. Segundo Assunção, na vésperas da independência, a província do Maranhão teria a mais alta percentagem de população escrava do Império, com cerca de 55%.(88)

A população escrava maranhense estava espalhada, havendo, porém, uma concentração na baixada ocidental e em outras áreas. Escravos trabalham basicamente em fazendas de arroz e algodão nos

vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré. Existia ainda várias áreas de matas e florestas sem cultivos e de ocupação esparsa e diminuta. Eram fronteiras abertas. Nelas "gentios bravios" ainda resistiam. Rotas de fugas estabeleciam-se. Mocambos eram formados.

Entre 1809 e 1813, quilombolas, indígenas, fazendeiros e autoridades públicas travaram uma guerra no Maranhão, nas áreas do Itapecurú, Alto-Mearim e também Alcântara, alcançando a região de Guimarães, porta de entrada para as localidades de Viana e mais adiante Turiaçu. Em março de 1809, índios *Gamellas* estavam atacando lavradores e moradores, em Viana, forçando-os a abandonarem suas casas e roças.(89)

No ano seguinte, a situação havia piorado. Autoridades começariam a planejar uma expedição militar, pois o ataque do "gentio" já constituíam-se em "obstáculos para a agricultura. Atacaram com suas "flechas", além de moradores, também escravos nas fazendas entre a Ribeira do Itapecurú e Alto Mearim.(90)

Havia ainda o problema dos quilombos. Misturando isso aos ataques de grupos indígenas, a população destas regiões estava sempre sobressaltada. Em 1811 chegavam informações dando conta em todo Maranhão de "gentio e escravos, que invadião, assassinavão e assolavão as fazendas e povos".(91) Neste mesmo ano, a movimentação de quilombolas na região de Guimarães estava assustando sobremaneira autoridades e fazendeiros, ganhando a dimensão de uma insurreição. Quilombolas e escravos das fazendas vizinhas estavam em contato permanente. Descobriu-se que o "foco" de rebeldia estava na fazenda de Antônio José Correia "havia por

muito tempo", posto que encontrava-se: "parte da escravatura fugida amocambada nas vizinhanças com outros muitos fugidos e criminosos donde sahião para fazer latrocínio e estragos". O alvo preferido, segundo constava, eram as fazendas de gado "que sendo de boa produção diminuição consideravelmente todos os anos".(92)

Impedir tais "estragos" parecia ser quase impossível. Em requerimento, José Theodoro de Azevedo Coutinho afirmou que os esforços de repressão foram "debalde". Não conseguiu-se capturar os quilombolas porque "senão sabia do lugar do mocambo" e principalmente "porque tinham avizo das fazendas vizinhas".(93) Mais tentativas de perseguições acabaram transformando-se em tragédia. Por conta própria, o fazendeiro Antônio José Correia organizou uma "entrada para prender os seus escravos mas infelizmente foi este assassinado sem conseguir-se o fim projectado".

Temores de todas as partes assumiram o problema e providências imediatas começaram a ser tomadas. Tinham que ser "perseguidos os amocambados até se dispersarem". Para a região seguiria "hum corpo de soldados de linha que junto com os práticos conhecedores do paiz - capitaens do mato - rastejadores" os perseguiriam "pelas batidas e rastros frescos".(94) Para evitar que escapassem com a proteção dos escravos assenzalados a força militar enviada teria a permissão de "fazer em todas e nas de vizinhas [fazendas] os exames e buscas necessárias por se costume ahi [os negros] occultarem-se".(95) Já, em agosto de 1811, com a repressão iniciada chegaria "notícia de que a escravatura das Fazendas de gado circunvizinhas ao mocambo se

correspondem com elle e o ajudão". Para se chegar ao lugar do mocambo autoridades tentariam "uzar dos meios de uma moderada coação para fazer confessar a escravatura o que souber a este respeito".(96)

Esta expedição militar, comandada pelo Capitão Antônio Matheus contaria com mais de 100 soldados. Para se chegar ao quilombo houve, de fato, dificuldades. Basicamente relacionadas com o sistema de comunicação/proteção que mantinham os quilombolas com os escravos assenzalados. Em ofício do governador do Maranhão ao Coronel de Milícias Antônio Feliciano Queiroz alertava:

"(...)A noticias que ahi nas fazendas de gado circunvizinhas ao mocambo se acoita a tem adjutório a ditta escravatura amocambada, portanto, vossa mercê tome em vista esta circunstância para averiguar este objeto seriamente procedendo a captura e as indagações necessárias não preterindo se for preciso meios afflictivos sobre alguns individuos daquella escravatura no caso de achar indícios prezencivos desta criminosa correspondência...(...)"(97)

Investigações e repressão deveriam andar lado a lado. Mais difícil do que perseguir quilombolas pela floresta era impedir que os mesmos contactassem escravos nas senzalas. Difícil porque esta "correspondência" podia ser tanto quanto profunda como invisível. Mais depressa que a repressão, o medo espalhou-se. Da vila de Alcântara falava-se que moradores "receiozos com a noticia de que muitos no districto da villa de Guimarães se passarão para o desta". Temiam "insultos nas suas Fazendas e Habitações". Logo organizariam milícias "afim de impedir e acautellar sem demora alguma qualquer dezordem que possa acontecer".(98)

Tais temores pareciam não ser somente fruto de imaginários "medos pánicos". Tinham suas próprias geografias e roteiros. Aumentavam, diminuiam e espalhavam-se, cessavam e fundamentalmente circulavam. Em ofício as autoridades no final de agosto de 1811 Leandro José Ribeiro destacaria isso. Tudo começara com uma carta de João Francisco a sua mãe Dona Maria Quitéria de Araújo. Uma outra carta chegara de Manoel José Ribeiro, filho de Leandro. Quitéria de Araújo era prima de Leandro. Nestas cartas chegariam denúncias de que o escravo "cafuz" Romualdo, propriedade da família e que andava há 2 anos fugido era um dos quilombolas de Guimarães. Dizia-se que ele -- com outros quilombolas -- rondava por ali e "não afastará enquanto não der a morte ao filho e genro daquela viúva".(99)

Também João de Carvalho Santos escrevendo na mesma ocasião ao Juiz Ordinário Alexandre Araújo e Souza revelaria sua apreensão. Falou das "novidades" que tinha ouvido na fazenda de João Alves Pinheiro. Soube que ali passaram "cinco pretos armados de facas catanas e espingardas". Estavam a procura do índio Theodoro de Borba, porém, "este se escondeo cuidando que era algum aviso para alguma diligência". Fizeram algumas perguntas a "hum mulher" que morava com tal índio, sobre as fazendas de João Alves Pinheiro e do cirurgião Antônio da Costa Pinheiro. Pernoitaram ali. No dia seguinte os cinco quilombolas rumaram para a fazenda "do defunto João Guilherme de Moraes" e pediram "agazalho". Receberam e a viúva de Moraes indagou quem eram eles, "responderão que erão forros que hião dar em hum mocambo por ordem que levavão". Estavam muito inquietos. A escrava Avelina, da viúva, reconheceu alguns deles, "Florencio por escravo do

Capitão falecido Correia e que era o próprio com Romualdo [escravo da viúva Quitéria denunciado por Leandro José Ribeiro] de haverem matado em Guimarães a seu Senhor". A saber disso a viúva de Moraes "ficou temendo".(100)

Pernoitariam mais uma noite. Viajariam na madrugada e já na "tarde matarão huma vaca ou boi" no curral do cirurgião-mor Antonio Ferreira de Gouveia e "aproveitarão a carne". Viajaram mais um pouco e "dormirão nessa noite na fazenda de gado da viúva Dona Maria Quitéria de Araújo". Foi ali que espalharam o "terror" manifestado pela referida carta de Leandro José Ribeiro. Soube-se que este grupo de cinco quilombolas sabia da repressão em curso em Guimarães, por isso resolveram sair daquele mocambo e da região, sem antes cometer mais roubos e assassinatos, especialmente contra seus ex-senhores. Pretendiam se "recolher no mocambo de João Congo", que ficava na direção de Turiaçu.(101)

As perseguições aos quilombolas de Guimarães continuaram.(102) Os vários quilombos e mais os escravos das fazendas vizinhas recém-fugidos tinham se espalhado. Ao invés de um quilombo havia vários naquelas localidades, ramificados não só entre eles mas também com os escravos assenzalados. O próprio capitão Matheus comandando uma centena de homens falaria da sua dificuldade:

"por cauza do desaforamento dos mocambos seu armamento, número e incursões ahi verá a grande incorporação que se vai unindo a de João Congo fora dos diversos corpos pequenos que por muitas partes se encontrão estáveis ou errantes vê-se igualmente que a maior parte destes mangotes vagantes são de mocambos a que se foi atacar o assassinado capitão Correia...(103)"

Aquela onda de repressão teve algum êxito. De início

conseguiu-se capturar um outro escravo.(104) Em 17 de setembro, mais alguns foram capturados quando acoitavam-se em fazendas vizinhas.(105) Três dias depois, nas matas, entre a fazenda Murary e Bacariajuba seriam capturados quase 40 quilombolas. A maior parte destes era de escravos do falecido Capitão Antônio José Correia.(106)

Esse episódio com os quilombolas de Guimarães revela como já no início do século XIX havia vários grupos de quilombolas pequenos, "estáveis", grandes e "errantes" que articulavam-se entre si e com as senzalas. Estes contatos eram de conhecimento de senhores e autoridades, porém, em algumas situações podiam ocasionar temores quanto a possíveis revoltas ou a vingança de quilombolas com relação aos seus ex-senhores. Sobre estas relações de solidariedades/proteção envolvendo quilombos/senzalas discutiremos com detalhes mais adiante.

Mesmo existindo desde o início dos oitocentos, vários mocambos do Maranhão formaram-se e/ou aumentaram em meio as crises políticas e insurreições populares da independência e depois com a Balaiada.(107) Tal processo e a correlação de fatores deve ter, sem dúvida, ocorrido. Porém, sem a lógica de causa e efeito muitas vezes enfatizada pela historiografia. A formação e multiplicidade de mocambos tiveram suas próprias lógicas. O que deve ter ocorrido foi o incremento das fugas de escravos e os temores de autoridades e senhores. Mocambos que já existiam por perto podem ter aumentado não só o medo mas também de quilombolas.(108)

Apesar da pouca importância dada pela historiografia

regional, as insurreições escravas e as formações de quilombos foram intensas no Maranhão nos últimos anos da década de 30, entrecruzando-se com o período da Balaiada.(109) Uma das regiões de foco foi o vale do Itapecuru-mirim, principalmente nas regiões de Iguará e Brejo. Ali em 1840, o preto forro, natural do Ceará Cosme Bento das Chagas comandaria mais 3.000 negros, a maior parte deles fugidos. Juntava uma grande massa negra sublevada, invadindo fazendas, saqueando propriedades e mesmo escrevendo protestos. Num primeiro momento, Cosme e seus comandados lutariam ao lado dos Balaios. Posteriormente foram até combatidos por estes. Acabou perseguido por tropas do império, ferido, preso e condenado a força em 1842.(110)

Em 1838, quilombos em Codó -- também já preocupavam. Corpos policiais específicos para combater escravos fugidos seriam criados na década de 40.(111) Em maio de 1847, fugitivos negros da fazenda Santa Luzia pertencentes ao Major José Ferreira Barboza são capturados no termo de Iguará.(112) Outros focos de mocambos seriam Coroatá e Mearim. Também a região de Alcântara seria atingida. Em 1856, os periódicos PROGRESSO, OBSERVADOR e CONSTITUCIONAL publicariam várias denúncias de fugas de escravos ali.(113)

O ano de 1858 seria de perseguições a diversos mocambos na província do Maranhão. Segundo informações recolhidas em março existiam vários em Coroata. Um havia na "situação do falecido George Growdell". Neste foram capturados três quilombolas, sendo que um deles "confessou" que "ao pé da fazenda do Doutor Barreto" existia outro "mocambo". Em setembro seguiu uma diligência com

guardas nacionais para "capturarem alguns escravos aquilombados em Pericumã, que infestarão as fazendas do lugar, roubando gados, e praticando outros actos dessa ordem". Em novembro já se falava da necessidade de se "destruir os quilombos existentes nas visinhanças do engenho Gerijá". Vamos para abril de 1859. O subdelegado de polícia do Alto-Mearim mais que depressa diria ao Chefe de polícia provincial: "há aqui hum grande mocambo que contem pretos fugidos e desertores criminosos, e é preciso olhar-se com muita atenção".(114)

No final de 1860, sete quilombolas acabaram apreendidos no Pericumã.(115) A vez de Coroatá chega no início do ano seguinte. Uma expedição realizada e três capturados.(116) Em julho foi Codó. Mais três presos, sendo encontrado um quilombo com oito ranchos.(117) Escravos fugidos e quilombos novamente apareciam em 1862 em Coroatá e Bacanga.(118) Em 1863, o delegado de Guimarães falava da "existência de dous quilombos de pretos fugidos".(119) Um delegado de polícia de Itapecurú-mirim teria informações mais detalhadas em novembro deste mesmo ano.

"Constando-me, por avisos que me hão feito pessoas fidedignas residentes no districto do Iguará, de que, para as partes do Rio Preto, lugar do mesmo districto existe hum quilombo de escravos fugidos cujo número monta a quinhentos, os quais pelo seu número, e local em que se achão montados derramam o susto e o terror no seio dos pacíficos habitantes(...)"(120)

Por todas as partes pediam-se providências e investigações eram realizadas. Em fins de janeiro de 1864, o subdelegado de polícia de São João de Cortês informava ao Chefe de polícia não haver quilombos na área de seu município.(121) Em abril do mesmo ano seria a vez do subdelegado de Monções dizer: "ainda aguardo a

decisão da exploração por mim mandada fazer de combinação com os lavradores desta localidade no interior das matas, onde dizem existir um grande mocambo denominado Agua Preta".(122) Menos de um mês depois relataria "assevero porém a V.Ex^a que hé sabido que existe mocambo naquelle lugar, pelos vestígios e fumaça da queima de grandes roçados, que de longe se observa".(123) Uma diligência para ali seria enviada na ocasião, porém, fracassou porque os caminhos estavam intransitáveis.(124)

Enquanto isso, fugas continuavam. Várias áreas do Maranhão pareciam constituir esconderijos e/ou proteção perfeitas para fugidos e mocambos. Do mesmo Itapecuru-mirim seria enviado um fujão que apesar de ter dado o nome de Raimundo Antônio se descobriu chamar Candido José, escravo de Joaquim Antônio Moreira. Estava fugido a cerca de 14 anos.(125) Em 1871, além dos quilombos de Turiaçu, falava-se da existência de vários outros espalhados por Viana, Alto-Mearim, Rosário, Icatu e Vargem Grande.(126) Alguns fugidos e mocambos acabavam mesmo situando-se próximos a capital São Luiz. Descobriu-se em Alcântara vários que "se achavão acoutados" num lugar chamado *Capial*.(127) Uma outra reclamação vinha também do porto de São Luiz. Denúncias davam conta que navios saíam a noite, levando "às escondidas escravos de pessoas desta capital".(128)

Muitas fugas tinham mesmo a direção dos quilombos. Pelo menos assim percebiam autoridades e fazendeiros.(129) Nos últimos meses de 1872 assustado diria ao Presidente da Província, o chefe de polícia: "acresce a necessidade de manter-se em obediência nem só os escravos aquilombados, como os dos estabelecimentos

agricolas, sempre promptos á evasões e fugas pela proximidade dos quilombos e seducção dos quilombolas".(130) Ainda em julho tinha sido enviada uma expedição punitiva contra um mocambo que existia nas imediações da fazenda *Baixa Grande*, localizada na vila Nova de Anádia. Esta propriedade pertencia a José Victal Pinheiro. A expedição não teve nenhum êxito, sendo que dois soldados foram mortos tocados pelos quilombolas. Constava ainda que os habitantes deste mocambo roubavam gado das fazendas da vizinhança.(131)

Dividindo com Turiaçu a preocupação das autoridades, mocambos nas regiões de Coroatá e Codó dão o que falar no início da década de 70.(132) Tudo começava -- como sempre -- com denúncias e reclamações. Depois de não rápidos preparativos, seguiam diligências. Uma movimentação começou em março de 1873. O delegado de polícia de Coroatá recebeu inicialmente "participação" do fazendeiro "cidadão" Joaquim Ignácio Quadros. Reclamava da "existência de mocambeiros nas imediações de sua fazenda, os quaes tem feito algumas correrias e ameaças". Este delegado rapidamente passou a bola para o então chefe de polícia provincial, Joaquim da Costa Barradas. Queria dar-lhe não só "conhecimento" do fato, mas também obter autorização para realizar uma "entrada", "receiando que do encontro possa resultar algum conflito". Justificando a necessidade de imediatas providências, destacou que outras denúncias e reclamações lhe havia chegado. Algumas escritas e outras verbais. Numa delas, o coronel Ignácio Frasso Varela "acrescentou que os ditos mocambeiros já forão encontrados nos caminho em número não

pequeno, e que pelo menos oito ou dez d'entre elles esta_o devidamente armados e municidados".(133)

Ordenou-se a diligência. As delegacias de Codó e Alto-Mearim deveriam não só cooperar com guardas mas também com dinheiro para despesas. Lembrava-se, inclusive, que deviam "os senhores dos escravos apprehendidos satisfazer a importancia" necessária.(134) Autoridades locais assim como fazendeiros e lavradores também reclamavam. E muito. Aproveitavam essas ocasiões para pedir reforços de armas, soldados e munição para as autoridades superiores da Província e até do Império. Foi isso que fez num longo officio ao chefe de policia, Raimundo Luiz Cabral, delegado de Codo. Concordava que as matas estavam "infestadas" de fugidos, "que de tempos a tempos se mostram em algumas fazendas, onde, sedusidos outros escravos, roubão a propriedade alheia, e ameassa_o a vida d'aquelles que por accazo encontrão". Ressaltava, entretanto, que "estes factos dezagradáveis se reproduzem quase sempre, e a authoridade policial nada pode fazer, por falta de meios, em ordem a destruir todos os quilombos, garantindo assim a ordem pública".(135)

Dando exemplos concretos desta situação de quase "impotência" falava das condições que tinha para realizar uma expedição anti-mocambos. Inicialmente recorreu ao Tenente-Coronel Antônio Alexandre Bayma, comandante do Batalhão número 22 da Guarda Nacional. Pediu 20 praças. Com grandes esforços, "apenas se poudes reunir treze guardas isto mesmo com muita defficuldade". Quanto ao destacamento de Codó tinham somente 14 praças e "estas não chegão para a guarda da cadeia e policia da vila". Contar com

a Guarda Nacional, além disso, era sempre muito difícil "porque são cidadãos que vivem empregados nos seus serviços e nem sempre estão na villa".(136) Para piorar a situação "estas diligências são enviadas algumas vezes a grandes distancias e marchão constrangidamente por hirem baldos de tudo e até do proprio alimento, que não tem tempo de preparar e nem o governo lhes manda abonar com que comprar". A única solução que via o tal delegado de Codó era o "aumento da força com mais doze praças sendo dellas" do corpo de policia. Querendo justificar-se perante os constantes reclamos dos fazendeiros locais e ao mesmo tempo enfatizar a falta de condições que tinha para agir no momento, concluia amedrontado: "os quilombolas estão desaforados e podem talvez cometer muitos crimes, certos como estão de que tudo farão impunemente por saberem que não serão batidos por falta de força". Por sua vez o chefe de policia depois mandou a bola para a Presidência da Província.(137)

Esta deu seu jeito. Foi autorizada a realização de uma "grande" expedição. Deveria ser composta por 45 praças, sendo que os termos de Codó, Coroatá e Alto-Mearim cederia cada um cerca de 15 praças. Para um bom resultado, a força militar só partiria "depois de prévio acôrdo entre os delegados daqueles termos". Estes delegados também estavam autorizados a "fazerem as despesas precisas com taes diligências e recommendando-lhes a maior prudência na execução d'ellas e toda a economia nas despesas".(138)

Com a autorização nas mãos começam os preparativos. Vários planos seriam traçados, visando a destruição dos mocambos de Coroata, Codó e Alto-Mearim. Mais uma vez a palavra ficou com o

referido delegado de Code, Raimundo Luiz Cabral. Parecia ser um bom estrategista militar. Sua proposta era de que o ponto de reunião das tropas fosse a fazenda *Santa Rosa*, propriedade de Ignácio Quadros. O mesmo fazendeiro reclamante ao delegado de Coroatá. Dali parte da força militar seria dividida em "diversas patrulhas". Estas deveriam "percorrer as estradas que ligavam-se as várias fazendas vizinhas de *São João, Bamboral, Cabocal, Santa Rita, Laguinho, São Benedicto, Limoeiro* e a fazenda do Dr. Ovidio Guilhon. O restante dos soldados iriam "bater os matos nessas imediações ou onde tiver notícias do azilo desses escravos, que necessariamente acossados pela fome tem de sair e serão presos pelas patrulhas das estradas". O cerco deveria ser grande e demorado. A força militar mobilizada deveria "permanecer neste serviço por trinta dias ou mais, para o que deverão hir munidos de comedorias". Por fim, também a delegacia de São Luiz Gonzaga deveria apoiar.(139)

O chefe de polícia ao que parece aceitou tal plano, ponderando que o termo do Alto-Mearim era "muito importante, já porque nelle existem ricos lavradores, já porque é pelos grandes estabelecimentos de lavoura constantemente infestado de quilombolas". Neste sentido, aconselhava que o destacamento militar para lá enviado fosse comandado por um oficial do exército.(140) Temia-se pelos resultados de expedições militares tendo civis como estrategistas e no comando?

Nesse meio tempo a decisão final para realizar o ataque aos quilombos ficou paralizada. Primeiro foi a burocracia envolvendo a demora com a ordem do comandante superior da Guarda Nacional para o envio de seus soldados. Mudanças nos avisos do

Ministério da Guerra também foram responsáveis. Um outro fator foram as dúvidas quanto as responsabilidades fiscais no tocante as despesas a serem gastas naquela expedição, "se pelos cofres gerais ou se pelos provinciais". Apesar da autorização da Presidência da Província lembrava, em fins de agosto, o delegado de Codó: "até esta data nenhuma ordem existe na colletoria deste municipio", visando o "pagamento d'aquellas despesas".(141) Soube-se depois que os culpados foram os coletores municipais.(142) Enquanto isso, lavradores e fazendeiros da região viam seus escravos fugindo. Finalmente em meados de setembro as tropas movimentaram-se. As despesas chegaram a 2.000.000 rs.(143)

Outras regiões e municípios do Maranhão encontrariam as mesmas dificuldades para perseguir quilombolas. Em julho de 1876, situação semelhante a de Codó, Coroatá e Alto-Mearim aconteceria em Guimarães. Desapontado seu subdelegado de polícia relatou ao chefe de polícia:

"Visando por alguns pontos deste termo diversos escravos fugidos que impunemente ameação a tranquillidade dos moradores e sobre tudo dos senhores, que correm constantes riscos e não sendo possível a esta subdelegacia empregar os esforços no sentido de captural-os pelo diminuto número de praças de que se compõe o destacamento desta villa(...)"(144)

Quilombolas e fugitivos continuariam expalhando-se por toda a província. Encontravam-se por vezes nas matas. Foi o que aconteceu também em Mearim, com o escravo fugido Lourenço. Era solteiro "natural do sertão" e "ignorava a sua idade". Soube-se que pertencia a Joaquim Leandro Ribeiro. Acabou preso e levado para cadeia, onde foi interrogado. Estava fugido "a trez annos pouco mais ou menos". Escapou "por causa do mau trato que lhe

dava o feitor da mesma fazenda". Perguntado aonde tinha permanecido tanto tempo disse "que no mato". As autoridades logo quiseram saber notícias sobre mocambos e outros fugitivos. Lourenço despistou bem. Revelou que "estive constantemente só numas capoeiras". Apenas "vio um preto de nome Bernardino porque andava caçando e que encontrou-se com elle, porém que este não lhe dissera onde estava amocambado".(145) O palco principal para estes quilombolas continuaria sendo a região de Turiaçu.

V. Uma economia quilombola e as profundezas dos pantanos

A longa tradição de formação e permanência dos quilombos na região do Turiaçu-Gurupi resultou da capacidade dos mesmos de resistir às expedições reescravizadoras. Ao adentrar aquela floresta, os vários quilombolas verdadeiramente procuraram constituir uma outra experiência num mundo cercado por escravidão. Se para senhores e autoridades a existência dos mocambos representava temor, preocupação, prejuízos econômicos e despesas para capturá-los, para os próprios quilombolas -- e também para aqueles que permaneciam nas senzalas -- constituía numa possibilidade de reorganizar suas vidas, buscando cada vez mais autonomia e liberdade.

A formação de quilombos significou muito mais do que apenas escravos fugirem para as matas e tentarem escapar das perseguições. Escolhiam locais para se estabelecer, procuravam dominar florestas, reinventavam práticas econômicas e tentavam contatos com outros setores da sociedade com os quais pudessem ampliar suas bases econômicas, autonomia e redes de proteção e solidariedades. Assim fizeram estes quilombos do Maranhão com índios, vendeiros, escravos nas senzalas, traficantes de ouro e até mesmo administradores estrangeiros de empresas mineradoras.

No ano de 1853, nos seus primeiros meses, os lavradores e moradores do município de Santa Helena enviam um abaixo-assinado para o presidente maranhense, Eduardo Olimpio Machado solicitando

"providencias" contra os quilombolas locais, como já foi dito um "famoso quilombo que ali floresce a muito tempo". Alegavam que a impunidade dos mesmos era "certamente" causas das fugidas de escravos" que aconteciam ali em "grande escala". A policia local -- admitiam -- nada conseguia fazer. Isto não só em função das dificuldades de realizar diligências, mas também devido ao "commercio immoral" ali mantido, uma vez que:

"depois que os calhambolas descobrião perto do Quilombo minas de excelente ouro, que não obstante as explorarem mal, como é de suppor, devem ser abundantes, por que, tem despertado a ambição de aventureiros, traficantes, e mesmo de lavradores como é isto público, que estão em commercio activo com os calhambolas, permutando por ouro, armas de fogo, e outras cortantes e perfurantes, pólvora e chumbo de munição, [CORROIDO], e lançaria [CORROIDO] roupa".(146)

O que também preocupava estes peticionários era a movimentação dos quilombolas. Temiam nas suas próprias palavras a "nuvem negra" que esta representava. Três meses depois, ou seja em maio, o subdelegado de Paraná fez coro a estes reclamos vindo de Santa Helena. Também ao presidente provincial informava que ali vivia-se em "grande risco" e num estado "sumamente assustador". Quilombolas chegavam a atacar fazendas. Como aconteceu na fazenda *Jussaral*, propriedade de Antônio Bernardo Mariano, atacada "por doze a quatorze negros mocambeiros que vinhão reclamar a entrega de seu companheiro, quê fugido delles procurára a proteção" na mesma.(147)

O presidente Olimpio Machado que constituirá-se num ferrenho perseguidor dos quilombolas maranhenses na década de 50 faz desencadear a primeira onda de repressão. Numa de suas primeiras providências determinou que as diligências contra os

quilombolas fossem conduzidas não pelo chefe de polícia mas sim pelas autoridades policiais locais.(148) Para a região de Turiaçu deu atenção aos municípios de Paraúba e Santa Helena. Ali noticiava-se que era o principal "foco" do aumento de fugas e formação de quilombos. Estes expalhavam-se do Gurupi até Guimarães e Viana. Uma primeira medida foi criar uma delegacia de polícia no local. Diria Olímpio Machado que tal medida fazia-se necessária "uma vez que as autoridades policiais allí existentes não me merecem confiança, umas por serem conniventes no comércio que tem os pretos com alguns habitantes dos referidos districtos, e outros por não terem o prestígio necessário para inspirar confiança à população, que se acha tomada de susto e consternação".(149)

Olímpio Machado -- antes tarde do que nunca -- começava a compreender que acabar com o problema dos quilombos não era somente caso de polícia, pelo menos aquela exclusivamente destinada a capturar quilombolas nas brenhas da floresta. O papel da polícia podia ser também aquele de investigar e prevenir. Em Turiaçu, o pior estava acontecendo. As "autoridades policiais" locais eram denunciadas de proteger e/ou fazer vistas grossas com relação as trocas mercantis realizadas pelos quilombolas. Talvez pensassem que nada adiantaria atacar a *hidra* se não controlassem o *pântano*.

Ainda em julho de 1853 segue para a vila de Turiaçu uma diligência. Era uma tropa com cerca de 30 praças da Guarda Nacional, contando ainda com uns poucos soldados de 1ª linha. O ponto de partida desta expedição -- seu primeiro acampamento para

reuniao da tropa -- seria a referida fazenda *Jussara*.

O relatório desta diligência apresentado pelo seu comandante -- o Alferes Antônio Thomás Freitas dos Reis -- será um verdadeiro mapa topográfico, geográfico e sócio-econômico dos quilombos de Turiaçu. Descreve com detalhes os caminhos, rotas e paisagens economicas da região. Os "guias" desta expedição seriam "alguns escravos sahidos recentemente dos mocambos", entre os quais o "bom guia" Gonçalo, escravo "prestado por seu senhor" Joaquim Isidoro da Moraes. No dia 15 de julho a expedição entrava no mato e pernoitava próximo ao rio *Coqueiro*. Na manhã seguinte chegavam ao rio *Sapucaia*, e dando "seguimento as cabeceiras deste rio em rumo de Oeste" em "terra plana com bomborraes d'area com algum massapez". Passaria por outros rios. No dia 17 pernoitou no rio *Luzia*. Em 18 alcançava o rio *Ananaz* com "água permanente e boa" e ali pernoitou. Descreveria:

"As margens do rio Sapucaia são areozas, assim como a terra alta que lhe é limitrofe, própria para a lavra de mandioca, o rio Ananaz pelo contrário, tem bonitas matas, terra fresca todo de massapez areozo, misturada de massapez barro, próprio para a cultura de cana e arroz, e abundante de caça".(150)

A expedição prosseguiria. No dia 19 chega ao rio *Aborrecido*, encontrando terreno de areia e massapez, sempre em terra plana. Em sua descrição, o dito Alferes fez questão de ressaltar a direção que seguia para alcançar tais pontos. Ora rumo Oeste, Sul, ora Leste. Em 20 passaria por terras altas "com alguns pequenos outeiros". Do rio *Macaxeira* diria: "água corrente, abundante e saborosa". A partir do dia 22 começaria a encontrar no caminho vestígios de quilombolas e mocambos

abandonados. O primeiro foi o "antigo mocambo" de *Pau de Ferro*. Mais algumas horas de viagem achou-se "o antigo e grande mocambo de *Santo Antonio*". Este "pela sua tapera mostra o que foi". Além disso, revelaria Freitas dos Reis: "julgo este mocambo ter existido por muitos annos, em referencia as capoeiras que costiei". Nas áreas desses mocambos verificou-se ser o terreno "que se todo areozo e desigual". No dia 23 foram encontrados mais três mocambos. O primeiro foi o mocambo *Bacanga*, localizada suas capoeiras no rio *Pindoal* logo pela manhã. Seguindo-se pelo rio *Cocal* foi visto o mocambo denominado *Perdido*.

Alcançou-se o "grande" rio *Maracassumé* em 24 de julho. Podia ser navegado "por canoas grandes". Ressaltaria também que ali podia:

"vir a ser algum dia vehiculo de communicacão com estes centros, concorrendo para melhor navegacão, a pouca corrente que tem, é abundante de peixes e nas margens povoadas de caça e aves, alguns caçadores já tem subido nelle dois dias de viagem até onde chega a força da maré lugar a que dão o nome de massarandubas, no lugar onde a passagem é mais raza achei quatro palmos d'agoa com a largura cerca de trinta braços, neste lugar fizeram uma canoa á couza de um anno, e a julgar-se pelo tamanho da madeira devia sêr bem grande, provavelmente para os negros descerem para a salgada".(151)

A expedição pernitoitou no rio *Veado*. Ali mais uma vez verificou-se ser "boa terra" para lavoura de cana. No dia 26 chegou-se a "um mocambo já abandonado a couza de dois annos". Existia nele sete casas "ainda cobertas". Outros vestígios de quilombolas começaram a indicar a "existência delles reunidos". Mais um mocambo foi encontrado. Foi cercado e encontrou-se "quatro casas em roça nova". Foram capturados 11 quilombolas.

Entre estes havia fugitivos escravos tanto do lado do Maranhão, como do lado do Pará. Nenhuma novidade. Neste mocambo invadido o contingente militar permaneceu um dia, tendo-se retirado mas antes "destruído a roça, tudo quanto podia ser útil aos pretos, e queimando as casas". Os elogios a fauna e flora da região continuariam. Falava-se que tinha "todos os signaes que se podem encontrar na melhor terra". Se não fosse só isso, era "inegavel" que os mesmos constituíam "o melhor possível", e em função disto devia haver "influência para que se estabeleça por aqui lavradores para aproveitar tanta riqueza a fertilidade inculta". Outros mocambos acabaram encontrados. O primeiro foi o mocambo de *Jacareguara*. Junto a ele foi encontrado uma outra força militar vinda de Paraná também com objetivo de destruí-lo. Porém:

"este mocambo os negros queimarão e se retirarão, contei aqui 63 cazas espalhadas em uma área de 200 braços quadrados, que se tornava impossível de cerco, existe nestes lugares muita mandioca, batata, cará, macaxeira, em fim muita abundancia de mantimento em diferentes roças".(152)

A força militar logo tratou de destruir e arrasar o *Jacareguará*. Não muito distante dali foi também localizado e incendiado o mocambo *Queimado*, tendo antes sido mandado "fazer farinha, onde há muita abundancia de mandioca". Neste existiam "40 cazas abandonadas a couza de dois annos, porém ainda cobertas". Somente na manhã do dia 30 a expedição conseguiu chegar as "minas" de onde se dizia que os quilombolas extraíam ouro para comercializar na região. Além de inúmeras "se vão prolongando a proporção do caminho". Quanto ao local era "bastante montanhoso tornando pois isso o transito incommodo de

se andar". Com relação as "minas":

"Não contei o número dellas, mas julgo serem muitos segundo as denominações dos pretos, tem a mina Rica, do Juputi, Vira Bagasso, Mina Velha, de Benedicto, de Cypriano, de José Francisco do Pequi, do Girau, do Roçado, e outras muitas sem nome, porém trabalhadas, vê-se a importância dellas pelas escavações que os negros tem feito, sem ter quem os dirija, sem ferramentas, sem ambição e sem arte".(153)

Nenhuma falta de ambição, por certo tinha esse Alferees Freitas dos Reys, pois logo aconselhou ao governo do Maranhão neste seu relatório a "lançar sérias vistas para estas minas". Aquelas "mais de uma e meia legoa" de minas andadas tornariam-se brevemente "um empório de riquezas para a Província". Ambição bastante também tinham -- como já denunciava aquele abaixo-assinado de Santa Helena -- os "aventureiros", fossem "traficantes" e lavradores da região que já mantinham um "commércio immoral" com estes quilombolas.

Um pouco mais afastado dali (aproximadamente oito quilometros "para o Leste") havia ainda o mocambo do *Pacoval* também com suas "minas", sendo estas "de prata e pedras finas". As tropas reuniram esforços e rumaram para os mocambos *Fau Quebrado* e *Caxoeira*. Já era o início de agosto e conseguiu-se "nenhum resultado". Dentre os quilombolas capturados, alguns interrogados forneceriam informações mais detalhadas sobre os mocambos. Revelaram que os quilombolas estavam "reunidos em um novo mocambo no rio Caxoeira". Seriam eles ao todo cerca de 80, sendo 14 mulheres e 16 crianças e "destes negros 22 armados, com armas de fogo, bem municados, e os mais com lanças e terçados". Conseguiu-se invadi-lo. De fato, era "novo" e "tinha 42 casas". A

marcha da floresta continuou nos dias 10 e 11 de agosto e foram encontradas mais "quatro ranchadas contendo 40 e tantos cazas cada uma, espalhadas pelo mato e impossivel de cerco". Somente Proximo ao rio Gurupi as tropas conseguiram cercar os "negros reunidos". Houve lutas e tiroteio. Foram capturados "neste conflito 34 escravos, sendo 8 negros, 12 negras, e 14 crianças, morrerão 10 negros, além de muita sangüera que se encontrou nos matos, que é provavel muitos outros fossem morrer baleados". Com estes quilombolas foram encontrados muitas coisas:

"tomou-se toda a bagagem, 14 armas de fogo, muitas lanças, terçados, facas, caldeirões, ferramenta de lavoura, 64 redes entre ellas muitas em bom uzo, e novas de labirinto, e outras muitas couzas que se inutilizou ou repartiu com os soldados".(154)

Segundo o Alferes Freitas dos Reis as tropas destruíram as "roças" dos quilombolas, tendo feito antes "farinha para a marcha" de retorno. Contornando toda esta extensa região a expedição voltou a fazenda *Jussara*, trazendo presos os quilombolas. Ao longo da viagem de volta mais florestas e rios foram atravessados, destacando-se suas qualidades. Assim foram os rios *Pendoval*, *Candongá*, *Canajuba*, *Najá*, *Celestina*, *Arubaçú*, *Engano e da Chapada*. Quanto a área deste último destacou-se:

"a terra não é boa para a lavoura, por ter grande extensão de terreno de chapada coberta, que com o decurso do tempo e dos fogos, pode ver abrir grandes campos para soltas de gado, principalmente fazendo estas chapadas parte dos campos das novas colônias para onde alguns creadores já estão passando os seus gados, entre estas chapadas tem muitos outeiros, porém da última até o rio da Chapada passei terra boa".(155)

Este relatório terminaria com seu autor destacando o "tão feliz exito" desta expedição, "fazendo tão grande rumos de

capturas e destroços nos quilombos e quilombeiros". Dois meses depois de realizada esta diligência o subdelegado de Turiaçu também ressaltaria seu resultado, posto que a lavoura já achava-se "mais desassombrada".(156) Olympio Machado também saudou o resultado desta diligência e mais do que isso o sucesso de suas "medidas", entre as quais a "nomeação de um novo delegado". Com as investigações iniciais e as providências para impedir o "commércio" dos quilombolas foi mais fácil desalojá-los. Apresentaram-se "voluntariamente á seus senhores".(157)

Em setembro de 1853, Olimpio já faria sua contabilidade. Foram capturados 46 quilombolas. Entre os soldados havia mais de 10 feridos, além de 2 atingidos gravemente e outros 3 apenas "levemente". Da parte dos quilombolas ficaram pelo menos 10 mortos. Reconheceria ele que o saldo de mortos e feridos fora grande e ponderou que "não foi possível evitar-se de todo a effusão de sangue". Mesmo admitindo "terem fugido para as bandas do Gurupy cento e sessenta e tantos" quilombolas dava como "completamente batido o principal quilombo", o qual denominava-se "o quilombo das Minas, ou de Macacassumé". Como mais uma "medida" -- agora de caráter preventivo -- sugeria aos fazendeiros -- donos de fugidos capturados que vendessem "para fora da Província" todos aqueles considerados quilombolas, pois os mesmos eram "há tempo affeitos aos hábitos de independência e ociosidade".(158) Deportados também deveriam ser aqueles acusados de comerciarem com os quilombolas. Pelo menos aqueles estrangeiros. Foi requisitado na ocasião ao Ministério da Justiça

autorização para fazer "sair para fora do império" alguns reconhecidos "traficantes portugueses envolvidos em comércio activo com os escravos acoitados nos quilombos de Tury-assu".(159)

Podemos analisar a partir desta onda de repressão desencadeada por Olimpio Machado (incluindo o relato de Freitas dos Reis) de que modo os quilombolas do Turiaçu também escolheram estrategicamente -- tanto do ponto de vista econômico como aquele relativo a proteção -- os locais para estabelecerem seus mocambos. Além disso, "descobriam" algumas minas e viram na extração aurífera das mesmas um importante fator econômico para sua sobrevivência, enquanto elemento para trocas mercantis. Estes quilombolas também reinventariam ali uma vigorosa economia camponesa. Além da caça, da pesca e da extração de alguns frutos, folhas e ervas, plantavam bastante milho, arroz e mandioca. Produziam também bastante farinha que podia constituir-se, igualmente, como um fundamental produto para permutas comerciais. O próprio Olimpio Machado reconheceu ser preciso muito mais do que somente encher a floresta de soldados para acabar com aqueles quilombos . Afiançava já com um ar de experiência no assunto que era "fora de dúvida, que os pretos forão acoroçoados em suas tentativas de resistência por alguns indivíduos, que com elles negociavão há muito tempo". Até para que servisse como "exemplo" fazia-se necessário "afim de cortar de uma vez e pela raiz", acabar com "tão perigosas relações comerciais".(160) Assim sendo, foram presos Marcelino José da Costa Ramos, Isidoro Francisco de Oliveira, Theorodo Sodré e Mariano Gil Saraiva,

todos segundo a "opinião pública, e os exames" do delegado de Polícia foram considerados "correspondentes e protectores" dos quilombolas.(161) Alguns presos chegariam a ser condenados. Este pelo menos foi o caso de Antônio Bernardo Mariano, julgado e condenado pelo Tribunal da Comarca de Guimarães em 1854, "acusado de fornecer armamento e munições aos pretos insurgidos e aquilombados nos centros do Paraúá".(162)

Mais do que nunca e ninguém, os quilombolas do Turiaçu tiveram que dominar a floresta. Fazer-se dela amiga tanto para protege-los como para alimentá-los. Enquanto isso os lavradores, fazendeiros, soldados e autoridades locais -- como que numa interiorização forçada -- acabavam conhecendo a região tendo como objetivo perseguir os quilombolas. Estes últimos, primeiro que qualquer um, experimentaram a "riqueza" daquela floresta. A própria economia -- não só o ouro -- organizada pelos quilombolas passariam a atrair para a região outros setores sócio-econômicos da província do Maranhão. Porém, neste caso, o desbravamento e interiorização econômica de algumas fronteiras nesta região oeste do Maranhão -- divisa com a província do Pará -- esteve condicionada aos espaços de ocupação ou não de áreas por quilombolas e grupos indígenas. Em 1857, autoridades policiais da região de Turiaçu-Gurupi clamavam providências quanto aos quilombos locais "a ver se dá remédio a tão grande mal, que causa sérios receios a alguns lavradores e virem para o Paraúá situarem-se sendo boas terras de lavoura, porém por esta causa, não está mais bem povoado".(163)

Em algumas áreas, quilombolas agiram quase como

"desbravadores". Entretanto, se os quilombolas refizeram os cenários a partir de suas próprias experiências históricas contaram com apoio, solidariedades e proteção de outros grupos sociais. Em 1858, precisamente em janeiro, mais uma expedição anti-mocambo em Turiaçu seria realizada. Foi atacado o mocambo de *São Benedito* e capturou-se vários quilombolas. Alguns destes foram interrogados. Novamente surgiriam importantes revelações. Andavam fugidos há bastante tempo. Eram os casos dos quilombolas Felício e Inácio fugidos respectivamente há 4 e 8 anos. Ou o quilombola João Benedito que estava ausente há mais de 14 anos. Cipriano, também quilombola, que tinha escapado de seu senhor Manoel Coelho da Silva Barboza havia cerca de 10 anos, alegou pertencer ao "mocambo de *São Benedito* tendo antes pertencido aos mocambos que foram destruídos de *Pacoval*, *Jacareguara* e *Queimado*".(164)

Comparando esta revelação de Cipriano, em 1858, com a descrição do Alferes Freitas dos Reis que disse ter encontrado pelo menos mais de 7 quilombos reconhecidos por nomes em sua expedição em 1853, é possível analisar que os quilombos em Turiaçu, além de antigos, eram vários, podendo se articular economicamente e em termos de defesa. Podiam ser grupos pequenos ou grandes de quilombolas divididos pela floresta. Uns mais, outros menos distantes. Lembremos que numa ocasião na expedição de 1853 -- vale a pena destacar novamente -- foram encontradas "quatro ranchadas" com "40 e tantas casas cada uma", sendo que estavam de tal maneira "espalhadas" que o cerco ficou "impossível de ser realizado".

Estes numerosos quilombos de Turiaçu podiam formar várias pequenas e/ou grandes comunidades camponesas autônomas que podiam se articular ou não -- dependendo das circunstâncias -- em termos econômicos e militares. Estas divisões dos quilombolas, como veremos adiante com mais evidências, podiam ser determinadas por grupos familiares. Ou mesmo, pequenos e mais recentes quilombos formados em torno de grandes e antigos mocambos.

O caso do quilombola Cipriano, em 1858, de fato, pode ser revelador. Fugindo das perseguições tinha passado pelos mocambos de *Pacoval*, *Jacareguará* e *Queimado*. Agora estava no mocambo *São Benedicto*. O chefe deste era João mulato, um escravo fugido da comarca de Viana. Os habitantes de *São Benedicto* chegavam a "cento e tantos" escravos. Com eles no mocambo viviam "quatro dezertores da 4ª Cia. de pedestres". Com relação ao comércio e contatos que mantinham, o quilombola Cipriano revelou "que tinham falla e negociavão sal e algumas ferramentas uzadas na fazenda Santa Barbará". Por certo, estes quilombolas contavam com o apoio dos escravos das fazendas vizinhas. Esta, de nome Santa Bárbara, aparecia como foco de desordem e comunicação de escravos com quilombolas em 1865 e depois em 1867. Quanto a "algumas fazendas novas e lenços" encontradas em seu poder, disse que eram "produtos de hum roubo" feito numa loja no Pericumã, um pouco acima da Vila Nova. Tais declarações de Cipriano seriam confirmadas nos interrogatórios dos quilombolas Herculano, João Benedicto, Felício e Inácio. (165)

As dificuldades de combater os quilombos do Turiaçu -- como outros em todo o Brasil -- não eram poucas. Além da falta de

recursos, tropas, municões, pólvora, transportes e dinheiro para despesas em geral, havia as dificuldades geográficas, incluindo a topografia e o clima dessa região de floresta. Só naquela onda de repressão desencadeada por Olympio Machado em meados de 1853, a província do Maranhão gastou cerca de 1:304\$260 réis.(166) Com mais expedições anti-mocambos os cofres somente continuariam abertos. Para se colocar tropas na floresta perseguindo quilombos havia sempre necessidade de recursos. Os gastos não eram poucos. Autoridades imperiais, provinciais e municipais e principalmente os fazendeiros sempre reclamavam quando eram convocados a contribuir, cobrindo despesas e gastos.

Se cativos fugidos constituíam prejuízo para os senhores, mandar capturá-los -- mesmo em expedições privadas -- não era menos oneroso. Em meados de 1857, a presidência da província do Maranhão exigia do Ministério da Justiça o pagamento as despesas efetuadas numa expedição contra os quilombos de Turiaçu no início de janeiro daquele ano. Clamava, que se não fossem "estas despesas satisfeitas pelos cofres do Estado, grande detrimento sofrerá o serviço público em uma Província falta de recursos e em que os quilombos de pretos e escravos fugidos e as incursões de índios selvagens tornão indeclinável o emprego de extraordinários destacamentos e expedições de Força já de 1ª linha, já da Guarda Nacional".(167) A despesa, nesta ocasião, era de 154\$280. No final deste mesmo ano de 1857 e o início daquele de 1858 seria gasto quase quatro vezes mais -- ou seja, 618\$372 réis -- quando mobilizou-se a Guarda Nacional para atacar o quilombo de São Benedito, novamente na região de Turiaçu.(168) Em março de 1860,

o ministério da Justiça voltaria a receber reclamações do Maranhão. Por essa via ministerial tentava-se sensibilizar as autoridades imperiais quanto ao problema da falta de recursos para se combater os quilombos naquela província. Insistia-se na necessidade de se aumentar o orçamento na verba "Polícia e Segurança Pública" em virtude de "despesas feitas com entradas de praças da Guarda Nacional nas matas para destruição de quilombos".(169) Em 1861, foi a vez de se gastar 522\$830 réis. Mesmo assim faltou dinheiro para pagamento das tropas e a expedição foi considerada "improfícua". Seria a vez do Ministério da Justiça reclamar dizendo que não podia continuar bancando repetidas expedições e que as autoridades provinciais do Maranhão deveriam buscar recursos e "auxílio dos proprietários e lavradores interessados na extinção dos referidos quilombos".(170) Reclamações por toda a parte, a falta de recursos e a movimentação dos quilombolas continuariam. Ainda assim no início de 1862, o Ministério da Fazenda colocaria a disposição da Tesouraria Provincial do Maranhão a quantia de "um conto de réis para as despesas com a destruição dos quilombos das matas da comarca de Viana".(171) A cessão de recursos extraordinários para expedição anti-mocambos não se fazia sem conflitos e tensões envolvendo autoridades locais, provinciais, fazendeiros e Ministeriais da Justiça, da Fazenda, da Guerra, da Agricultura e do Império. Ainda no ano de 1862, um "extracto reservado" dos despachos do Ministério da Justiça apareceria escrito o seguinte comentário, a propósito da solicitação e envio de 1.000 réis para serem gastos com tropas contra os quilombos de

Turiao,u:

"Tenho grande receio da providência proposta para a extinção do quilombo. As promessas serão fartas, o cumprimento excassissimo; e como obrigar os compromettidos aos pagamentos? O dinheiro se tirará do Thezouro para não mais voltar. E as despesas com batidas de quilombos e de índios são sempre avultadas. Parece-me pois que a conceder-se a autorização que pede a Presidência, deverá ser isto feito com as mais excrupulosas cautellas, para que o Governo não tenha de carregar com as despesas".(172)

No Maranhão, quilombos e suas economias floresceriam ao longo do século XIX ao mesmo tempo que a economia escravista e a própria provincia conheceria a decadência e estagnação econômica. Sempre às voltas com saldo negativo para tantas despesas e tão pouco receita, as autoridades provinciais recorriam ao Império. Ali também a situação não era boa.(173) Além disso, como bem destacou o trecho do despacho acima, o dinheiro com a perseguição dos quilombolas era a fundo perdido. As diligências não conseguiram -- via de regra -- capturar muitos quilombolas, pelo menos calculando-se as prováveis populações destes mocambos. Pelo contrário, tal como a fábula da Hidra de Lerna, os quilombolas atacados subdividiavam-se, migravam e multiplicavam-se em outros mocambos. Na própria ocasião de preparação daquela diligência, o Ministro da Justiça lembrava a necessidade de conseguir-se "informações mais minuciosas" para assim "saber se com essas capturas ficarão extinctos os quilombos".(174)

Nas florestas do Turiaçu-Gurupi a guerra pela liberdade continuaria. Sigamos nos detalhes lances de algumas destas batalhas.

Em maio de 1860 recomeçariam os preparativos para o envio

de mais expedições. Nesta ocasião, parte dos problemas giraria em torno da difícil -- e quase sempre complicada -- mobilização da Guarda Nacional. Opiniões diferentes quanto as estratégias de combater os quilombolas do Turiaçu, então, apareceriam nos ofícios de autoridades militares enviados ao Presidente da Província João Silveira de Souza. Inicialmente, o tenente-coronel, diretor interino da colônia militar, Altino Lellis de Moraes Rego, discorda dos argumentos de um outro tenente-coronel, neste caso o comandante superior interino da Guarda Nacional da vila de Turiaçu. Este último procurou sensibilizar o presidente provincial com relação ao melhor "tempo" (estação do ano) para realizar-se uma expedição anti-mocambos na região. Já Moraes Rego era de idéia contrária.

"permaneço na mesma idéia, acho por tanto que em todo o tempo se pode verificar a diligencia e que o bom exito della não depende do verão ou do inverno, e sim do commandante que fôr encarregado da escolta porque sendo a diligência toda central, não há a temer esses caudalosos rios mencionados no offício a que estou informando, assim como nenhum receio havia de morrerem os soldados da diligência por falta de água na estação secca porque esta sempre é encontrada num ou outro lugar dos mattos que se tem a percorrer".(175)

Antes mesmos de começar a guerra contra os quilombolas, estes tenentes-coronéis davam início a uma batalha particular. Fica claro que por trás desses planos e estratégias permeados por uma certa dose de eloquência militar cada um deles queria mostrar o quanto conheciam da região e do inimigo, no caso, os quilombolas. Disputavam também -- percebe-se -- o comando militar de uma grande expedição. Garantindo o comando tentava-se

asseverar o seu "bom exito".

Uma outra análise que pode ser extraída desta disputa burocrática diz respeito as dificuldades quanto a mobilização da Guarda Nacional. Em 1843, as autoridades do Maranhão já davam destaque ao problema da "desorganização" da Guarda Nacional nesta província.(176) Talvez não fosse só os problemas costumeiros de demora, insubordinação, falta de armamentos, fardas, munições, alimentos e outros recursos. Tais dificuldades podiam acabar ganhando ênfase numa região que ficava numa fronteira. A base de recrutamento local poderia ser complicada. Boa parte dos homens livres ali talvez vivesse como pequenos camponeses, vendeiros, etc quase que clandestinos e considerados "vadios" pelas autoridades. Além disso -- como vimos, acompanhando a experiência demográfica desta região -- grande parte da população livre era de negros e mestiços. Se não eram totalmente solidários aos quilombolas talvez não tivessem muito interesse em persegui-los. Numa região com extensas terras devolutas devia haver coisas mais interessantes a fazer do que adentrar as matas para capturar quilombolas. Não há dúvida que para o lavrador que possuía escravo, a existência de mocambos era foco de fugas. Entretanto, com aqueles quilombolas de Turiaçu, secularmente instalados na região, o que talvez importasse era a possibilidade de trocas mercantis.(177)

Para Moraes Rego, neste caso o argumento do comandante da Guarda Nacional de Turiaçu de que os guardas nacionais eram lavradores e não abandonariam a qualquer momento suas lavouras para alistarem-se em tropas anti-mocambos era, portanto, sem

sentido.

"Quanto o não poderem largar os guardas [nacionais] os seus roçados por ser occasião de queimar-os não acho motivo razoavel por que o lavrador quando acaba queima tem a coivara, em seguida e muito immediata a planta, carpina, e a colheita, e assim nunca se daria occasião razoavel para o Sñr. Comandante superior prestar guardas embora fosse para o serviço público de maior utilidade como considero este".(178)

Acrescentaria mais, o Coronel Moraes Rego ao presidente provincial:

"No officio em que requisitei auxilio ao comandante superior pedia-lhe que o prestasse de guardas que fossem solteiros e vadios como há infelizmente em geral na organização da nossa Guarda Nacional não podendo executar desta regra a da Villa do Tury-assú onde em um só destrito denominado Sapeca se poderia organizar desta classe uma força superior a por mim exigida".(179)

Explicita-se aqui a possível falta de "interesse" de parte dos guardas nacionais/lavradores para perseguir quilombolas. Continuava havendo também a própria organização, disciplina e recursos. O que havia também de problema era o próprio recrutamento militar. A população livre sempre teve muito receio do mesmo. Em não raras ocasiões abandonaram suas lavouras e fugiram para a floresta por temerem ser recrutados para a Guarda Nacional. Nos anos 60 isso ficou patente no Maranhão com o agravante do alistamento para a guerra do Paraguai. Na medida que os lavradores e/ou "vadios" fugiam do recrutamento forçado podiam acabar aproximando-se dos quilombolas.

Esta possibilidade pode ser explicada pelos reiterados pedidos de "segredo" quanto da mobilização de tropas anti-mocambos. Além dos escravos nas senzalas, vendeiros e traficantes de ouro, guardas nacionais/pequenos lavradores podiam mesmo informar aos quilombolas a respeito dos preparativos de diligências reescravizadoras.(180) Foi também por este motivo que Moraes Rego discordou "perfeitamente na opinião" de se contar com a auxilio das "autoridades policiaes da Villa de Tury-assú"

para efetivar um grande cerco aos quilombos. Primeiro porque "salta aos olhos da mais curta inteligencia a fraqueza deste argumento", uma vez que os quilombolas se poderiam ser capturados de "surpresa" e para isso seria "necessário todo o segredo na diligência". Ou seja, contar com outras autoridades -- no caso policiais de Turiaçu e regiões vizinhas -- poderia comprometer o "bom exito" daquela expedição, posto que informações sobre a mesma facilmente chegariam aos quilombolas. Os fatores "surpresa" no ataque e o "segredo" nas expedições tantas vezes perseguido no combate aos quilombos mas quase sempre não alcançados e os problemas com a Guarda Nacional talvez explique por que na década de 70 -- como destacaremos -- as expedições anti-mocambos em Turiaçu contaram cada vez mais com soldados e tropas de 1ª linha, vindas de São Luis.

Também o argumento -- sempre evocado -- de se realizar um grande cerco total contra os quilombolas que assim não "poderião escapar" foi menosprezado pelo Coronel Moraes Rego. Admitia --- e cobrava que outros fizessem o mesmo --- que isso era impossível, pois as matas eram muito "extensas e não se poderia formar de força uma linha em que lhes se considerassem fechados". Indo direto ao assunto diria: "o único meio que conheço de atacar quilombos é ir a diligência ao lugar em que se presume havel-o e tomar as convenientes medidas para que a situação seja cercada sem que os pretos possam pressentir a tropa". Para Moraes Rego ficava patente que a base do "bom exito" a ser alcançado seria a "surpresa" e o "segredo". Para garantir isso chegou mesmo a desdenhar a ajuda militar da Guarda Nacional de Turiaçu. Tentaria

convencer as autoridades superiores provinciais que poderia realizar sua expedição com um número menor de soldados, "organizando a diligencia com pessoas residentes nesta colônia e alguma força regular". Achava isso "mais conveniente". Tinha claras dúvidas quanto a participação da Guarda Nacional de Turiaçu. Incompetência na maioria das vezes misturava-se com "conivência", pois era "fora de duvida sempre que se dão estas diligências aparatosas, e solvidas do Turiassú, teremos os mocambeiros noticias dellas e assim o cautelasse como até a que tinha acontecido todavia".(181)

Mesmo com tantos argumentos e contra-argumentos circunstanciados, a decisão final ficaria com a Presidência da Província. Somente no início de julho, Moraes Rego receberia ordens expressas para a "organização d'uma força para faser bater o quilombo existente entre a Colonia e Montes Aureos". Este saudou tal ordenação destacando ser ela de "grande utilidade". Nesse meio tempo, tinha, inclusive, conseguido mais informações sobre os quilombos. Estas tinham vindo do interrogatório feito a "um escravo dos aquilombados" preso por trabalhadores empregados na abertura de uma estrada mandada fazer pelo administrador de uma companhia de mineração em Montes Aureos. Este quilombola capturado -- pertencente a um lavrador da vila de Turiaçu -- disse que havia "um número superior a cem escravos fugidos" no quilombo. Para prontamente realizar uma diligência requisitou apenas dez praças de primeira linha e um corneta que deveriam juntar-se a alguns soldados da colônia. Sua justificativa é a mesma dos argumentos anteriores. Da "força organizada" deveria

tomar "parte de soldados singulares e disciplinados, a fim de ter bom êxito uma diligência de tamanho interesse a moralidade e ao bem estar dos lavradores estabelecidos" ali.(182)

A diligência realizada em agosto de 1860 foi mais um fracasso militar. Moraes Rego, na ocasião, estava mais preparado mentalmente do que fisicamente para enfrentar a floresta e seus aliados quilombolas. Logo no início da marcha foi ele atacado de "fortíssimas dores reumáticas". Impedido de andar retornou à colônia antes mesmo das tropas adentrarem as "matas do cocal". Estas, já em setembro, fizeram várias "explorações, não tendo encontrado vestígios". Logo faltaria a "munição de boca", ou seja, alimentos para os soldados. Alguns guardas caíram doentes e pelo menos oito desertaram. Somente quando voltavam para a colônia, depois de quase um mês de marcha, encontrou-se "uma picada com vestígios recentes de ser cultivada por mocambeiros". Porém, foi impossível seguir a mesma devido à falta de condições da tropa. Posteriormente, o próprio Moraes Rego alegaria que a utilização de soldados de 1ª linha também tinham dado pouco resultado, e os dispensou "para não onerar a Fazenda pública com despesas em pura perda". Tentaria outras diligências apenas com soldados da colônia, trabalhadores da mesma e -- dava o braço a torcer -- "algumas praças mais da Guarda Nacional das aqui avizinhas". A estratégia agora era não fazer "dispêndio novo ao Tesouro".(183)

Entre os anos de 1861 e 1862, algumas outras diligências com "êxito" não muito diferente foram realizadas contra os quilombos de Turiaçu. Propostas para destruir estes surgiram no

início de 1862 numa carta do Tenente Máximo Fernandes Monteiro, na qual propunha "minuciosamente as medidas mais convenientes". Tais medidas seriam a complementação dos ataques realizados contra os quilombos em 1861, em especial ao de *São Vicente do Céu* considerado "destruído no lugar Maracassumé, entre os rios denominados Tury, Paraná e Gurupy". Não havia maiores novidades nestes seus planos, além do fato de considerar a importância de dar prosseguimento ao combate aos quilombos, ainda que um deles tivesse sido "batido".

Propunha que uma tropa marchasse para Viana, transportando "gêneros de primeira necessidade". Deveria "estacionar no quilombo" destruído. A movimentação desta tropa contaria com o apoio logístico do administrador da fazenda *Assangana* de propriedade do Barão de Turiaçu, onde os "mantimentos podem ser fornecidos". Tal administrador era uma "pessoa capaz, e que liga grande interesse na captura dos quilombolas, com os quais andão 12 escravos de sua administração". Como "necessidade urgentíssima" deveria ser nomeado delegado de Polícia de Viana um militar, quiça o próprio capitão comandante desta tropa. O mais importante era que "tudo" fosse "feito com sigilo e presteza o que não se poderá obter de qualquer das pessoas da localidade".

Para além das medidas policiais, era necessária alguma infra-estrutura. Era preciso um local de comunicação e acesso rápido ao centro daquelas florestas, pois uma "estrada se faz preciso a qual deve ter começo sua abertura da fazenda *Massangana* em linha reta até o mocambo destruído, cuja estrada deve ficar depois de concluída, com 26 a 30 léguas de extensão". De outro

modo tentava-se atingir os *pantanos* de Turiaçu-Gurupi. Seria construída uma estrada, que isso se efetivasse sem demora -- lembrava o referido Tenente -- havia, com 12 a 16 trabalhadores" escolhidos entre lavradores das vilas de Viana, de Pericumã, de Santa Helena e de Turiaçu. Precisaria-se também de "alguma ferramenta própria", e de um "hábil oficial de carpina". Devido a urgência da obra aconselhava-se contar com a ajuda de alguns soldados que "entenderem de officio". O passo seguinte seria a "exploração" do rio Maracassumé. Este também deveria ser utilizado para a condução dos "gêneros pala lá e para cá", sendo necessário para isso "dois igarités".

Tudo isto a ser feito demandaria recursos -- o que aliás já vimos que sempre faltavam. A tropa a ficar estacionada no quilombo seria composta de no máximo 60 soldados, devendo se destacados aqueles com experiência no combate destes quilombolas e principalmente "conhecedores do terreno". A escolha da tropa não era só uma questão numérica, sem importância. Podia influenciar na própria ação de repressão e prevenção. Neste sentido, "nunca se deverá destacar para o Mocambo qualquer das praças destacadas em Viana por terem alli relações com muitos indivíduos que tornão suspeitos". Outra escolha cuidadosa deveria ser do "guia para a entrada até o mocambo", podendo ser de preferência um "preto" quilombola recém-capturado. (184)

Todo esse planejamento parece não ter saído do papel. Pelo menos em termos de eficácia. As operações militares comandadas por este tenente tiveram o fracasso costumeiro. Também em março de 1862, o ainda diretor interino da colônia militar de Gurupi,

Moraes Rego escreveria a Presidência da Província, agora sob a administração do conselheiro Antonio Manoel de Campos Mello. Neste mesmo ano, mais diligências, de fato, contra o mocambo de *São Vicente do Céu* seriam enviadas. Tentavam reerguer esse quilombo na floresta. Assim percebia Moraes Rego que os "pretos destroçados naquele mocambo, não o largarão em quanto encontrassem recursos para se alimentarem". No mesmo local do mocambo "batido" ainda continuavam a rondar alguns quilombolas que "tinham vindo abastecer de mantimentos". Acabariam sendo surpreendidos pelas forças militares ainda ali estacionadas. Nesta nova escaramuça houve mortes, não conseguindo-se -- como desejavam as autoridades -- a captura de nenhum quilombola e a partir dele se "podesse colher as informações de que tanto precisava". Nesse sentido, o objetivo das tropas que ali patrulhavam era ter o "conhecimento do sítio em que está situado o novo mocambo que estão os pretos organizado próximo do lugar do de *São Vicente do Céu*". O inverno "abundante" e uma "cheia espantosa" nos rios estava dificultando a permanência das tropas estacionadas ali, continuando "as explorações para descobrir novo azillo dos pretos". A estratégia agora seria "conservar a força ora existente". Moraes Rego tinha a "intenção de não descansar hum momento em dar surtidas até que encontre os pretos que em tão grande número se puderão escapar do ataque que sofrerão no mocambo de S. Vicente". Para ele, os quilombolas tinham que ser todos capturados ou forçados a se apresentarem aos seus senhores, posto que "só a perseguição e a falta de alimentos os poderá fazer chegar a ordem".(185)

Na diligência primeira contra o mocambo de *São Vicente do Céu* várias questões interessantes sobre a economia e estratégias de defesa dos quilombolas voltariam a ser reveladas. Na ocasião, foram feitas "diferentes entradas", num total de 21 dias de marchas na floresta.

"descubrimo o mocambo denominado *São Vicente do Céu*, no qual existião para mais de noventa casas, dos quaes só duas se achavão cubertas, e conservadas, visto que as demais tinhão sido queimadas e destruídas por uma força que bateu o referido mocambo donde ainda hoje existem grandes roças de mandioca, arroz, canna, e muitas outras qualidades de plantações alimenticias, e posto que a força que deu em primeiro lugar no dito mocambo tratasse de destruir os fornos de mexer farinha, ainda se conserva um forno em perfeito estado o qual pode oferecer muitos recursos dos pretos mocambeiros sendo certo que os que escaparão a diligência hoje de novo estarão ali asilados para não parecerem a fome e a miséria".(186)

Este mocambo foi atacado de todos os lados. Um grande número de quilombolas tinham se refugiado nas matas. Moraes Rego e os comandantes das várias patrulhas que atacaram os quilombolas sabiam que para capturar um maior número deles deveriam continuar vasculhando as matas. As autoridades pareciam ter aprendido com as expedições em 1853, nas quais encontraram vários quilombos abandonados nas matas. Chegar a um ou mais quilombos não era garantia de acabar definitivamente com os quilombolas. Estes estavam -- como já vimos -- divididos em diversos quilombos e mocambos. Quando um era destruído ou invadido podiam juntar-se a outro. Uma outra estratégia era dispersar em pequenos grupos pela floresta e tentar proteção em algumas senzalas ou em áreas mais distantes, driblando seus perseguidores. Nas matas entre os rios Gurupi e Turiaçu, tanto em direção ao Pará como ao Maranhão já pareciam existir um aglomerado de pequenos, médios e grandes

quilombos. Na própria invasão ao *São Vicente do Céu*, parte das tropas partiu em "explorações a demandar um outro mocambo". Seguiram para isso informações de alguns "pretos aprisionados" que disseram existir um outro mocambo "nas imediações do riacho Caxoeira, no baixo Maracassumé".

"Os pretos amocambados sabem que sempre que são destrocados por força legal esta não volta de novo a persegui-los, e nem a destruir os recursos que lhe ficam para viver, e isto já se verificou quando foi destruído o quilombo de *São Benedito* donde os fugitivos tiveram recursos e com elles poderão persistir nas mattas até que de novo estabelecerão o mocambo *São Vicente* de que asima trato, e que tão opulento se tornou em poucos anos".(187)

Os quilombolas tinham suas próprias estratégias. Algumas páginas atrás o quilombola Cipriano e outros revelaram como em 1853 tinham passado por vários quilombos, quando estes foram atacados e destruídos. Talvez autoridades vissem apenas quilombos totalmente destruídos que apareciam em outros lugares. Na verdade podia haver vários quilombos que ao mesmo tempo podiam aumentar, desaparecer, diminuir, fundir-se, migrar e dividir-se em determinadas circunstâncias.

As estratégias de defesa e proteção dos quilombolas tinham um conteúdo tanto militar quanto econômico. As tropas encontraram, de fato, uma vigorosa economia camponesa no *São Vicente do Céu* assim como naqueles quilombos atacados nas campanhas de 1853. Além de dedicarem-se ao garimpo -- que analisaremos com detalhes na próxima seção -- os quilombolas produziam alimentos suficientes para manterem trocas mercantis. A base alimentar -- e também para troca -- parecia ser a farinha de mandioca. Essa também deve ter sido a percepção das autoridades

quando o invadiram, pois foi determinado a:

"tropa que antes de sua solvida façã arrasar completamente o mocambo, queimando as casas que restão e inutilizando o forno de mexer farinha, e fazendo arrancar toda a mandioca, arroz, e mais plantações que possão servir de alimentos (sic) os pretos fugidos porque será esta a melhor forma de os obrigar a largarem as matas e apresentarem-se a seus senhores".(188)

Se podiam perceber o vigor da economia dos quilombos em termos de produção e roças plantadas, o que as autoridades talvez não dimensionassem era a sua articulação -- ou, pelo menos a possibilidade -- com a sociedade envolvente. De qualquer modo, denúncias na imprensa e abaixo-assinados já davam bem conta de que maneira em Turiaçu, os quilombolas possuíam uma rede de proteção e abastecimento. Através de ouro, farinha e outros produtos (como haver mesmo utensílios como cuias feitos de cabaças, etc) confeccionados no quilombo conseguiam fundamentalmente sal, armas, munição e pólvora.

Talvez fosse nestes períodos de continuadas perseguições que os quilombolas precisassem de suas redes de proteção e solidariedades sócio-econômicas locais. Já em março de 1863 surgiriam notícias que os quilombolas de Turiaçu estavam espalhados em vários grupos dispersos na floresta. Nas matas vasculhadas conseguiu-se encontrar "um grande quilombo" bem junto as margens do rio Turiaçu "contendo 26 cazas". Porém, nada de quilombolas. Investigações junto a subdelegacia do município de Pinheiro descobriram que os mesmos tinham escapado ao cerco por serem "avisados" por Manoel Joaquim, morador do lugar conhecido como "Cabeça Branca". Os quilombolas tinham "atravessado o rio

[Turiaçu] para outro lado". Fatigada e faltando mantimentos a tropa não pode segui-los. Avaliou-se também que "pelo número de cazas, roças, e outros indícios" que o número de quilombolas ali refugiados era grande. Em alguns momentos, migração constante e a dispersão em vários grupos podia ser ao mesmo tempo para os quilombolas uma maneira de confundir as expedições -- que acabavam andando diversos quilômetros, encontrando mocambos e roças abandonados, porém poucos negros -- e garantir um abastecimento mínimo necessário para sua sobrevivência temporária.

"sendo dos dispersados dos mocambos de Maracassumé e Gurupy, sendo a opinião geral como forão destruídos o anno passado todos os cereaes com que se mantinhão pelas tropas do Governo, e de suppor que tendo já aqui roças e toda proteção do dito Manoel Joaquim a quem dizem que ajudão igualmente a trabalhar não procurem o centro das matas e que voltem a passar ali a estação invernoza"(189)

Quem melhor detalharia as redes de trocas em torno das fazendas de Turiaçu-Gurupi e os quilombos seria o tenente Máximo Fernandes Monteiro. Foi também por ocasião de expedições anti-mocambos por ele comandadas em 1862. Num extenso ofício enviado ao delegado de Polícia Raimundo Benedicto Muniz, juntamente com seu "fracasso militar" descreveria num relatório militar de expedição anti-mocambo, práticas econômicas nos mocambos.(190)

Em 14 de janeiro de 1862, seguiria com uma tropa constituída de 50 guardas nacionais. Saindo da fazenda *Santa Bárbara*, passando pela de *Massangana*, ambas pertencentes ao Barão de Turiaçu, entrava pela floresta adentro resoluto em "direção do

formidável quilombo, collocado ao lado além ao rio Maracassumé". Como em outras expedições militares, a caminhada pelas matas tornou-se extremamente difícil. Acampamentos para descanso e pernoite foram montados. Caminhava-se em média quatro léguas por dia. Isto porque as chuvas e a mata fechada também eram inimigas. Houve dia por exemplo que só conseguiu-se alcançar duas léguas "em rasão da chuva e não apparecer o sol". Também a falta de comida -- basicamente farinha e carne -- enfraquecia os soldados e atrasava a marcha. A tropa já estava quase 15 dias vasculhando a floresta. Para suprir a falta de alimentos tentou-se remediar com o "palmito de jussára". Não havia mais como conseguir alimentos na floresta. Voltar ao ponto de partida para reabastecimento seria impossível. A distância era muito grande. Antes de chegar lá todos acabariam morrendo de fome. A estratégia do tenente Monteiro foi seguir em frente com a "esperança de encontrar alguma comida no quilombo". Diria: "animei os meus comandados". Deu certo. As 11:00 horas da manhã do dia 27 chegava no "primeiro quilombo". Este estava "já desprezado". Na ocasião achou-se o mais importante: alimentos. Havia "mandioca suficiente". Foi dada ordens para "arrancar e fazer bejus com que alimentei a tropa".(191)

Patrulhas avançadas desconfiaram existir um quilombo mais a frente, numa distância de duas léguas. Preparou-se o "cerco". Entretanto, "infelizmente appareceu a chuva, e incubrio o sol e perdemos a batida". Optou-se rapidamente por um acampamento para descanso. No dia seguinte novo "cerco" foi tentado, "sendo frustrado este, porque estando os quilombos já avisados por um

Manoel Joaquim, morador na beira do rio Tury com quem tinha estreita relações e negociações". Já vimos como esse Manoel Joaquim, era um velho inimigo das autoridades que perseguiram os quilombolas. Dava informações e arrumava "trabalho" para os mesmo.

Ao invés de refugiarem-se nas matas, os quilombolas tentariam um contra-ataque. Desta feita, "forão aqueles ao encontro da tropa, armados, municiados". No comando estava o quilombola José Crioulo -- reconhecido com o escravo fugido da Baronesa de São Bento. Como novidade é que estava "este sob a direção e planos dos desertores Sebastião, Reginaldo e Justino. Eram soldados "todos da extinta quarta companhia de Pedestres". Antes disso, a tropa conseguiu entrar no quilombo, onde encontrou apenas três pretos. Na verdade, acabou atacada "por um grupo numerozo de pretos". Houve luta, "tiroteio" e feridos. Nas escaramuças, alguns soldados acabaram se perdendo na floresta. Aliás, mesmo não sendo esta a avaliação do tenente Monteiro, desconfio que tenham mesmo é desertado. A expedição retornaria com poucos quilombolas capturados, soldados feridos, alguns mortos, outros "perdidos" e uma fome geral. Estava a "maior parte da tropa estropiada e doente". Devido a isto não pode ela sequer combater os "pequenos quilombos que ficão collocados nas capoeiras entre Santa Bárbara, fazenda Nova e Massangana".(192)

O tenente Máximo usou toda a sua eloquência para explicar o fracasso da diligência sob o seu comando. A principal causa eram os contatos que os quilombolas mantinham. Lavradores e traficantes de ouro eram com relação aos quilombolas e sua

economia "incansáveis em aproveitá-los". Mesmo lembrando que podia ser "alguma coisa massante na descrição" detalharia ao delegado de Polícia as informações que tinha conseguido sobre os quilombos de Turiaçu. A distância para se chegar a eles não era pouca. De Viana, passando pelos rios Turiaçu, Parauá e Maracassumé calculou uma distância de 67 léguas. Vale a pena acompanhar nas transcrições os detalhes sobre estes quilombos.

"...ficava collocado o quilombo na distância de 600 braças em cima de um alto que avista-se em distância de oitocentas braças para qualquer dos lados - junto ao povoado do lado esquerdo corre um rio com abundante água e - muito boa ao lado direito um outro aonde tirão ouro, este genero de negócio é a causa de muitos lavradores estarem sem seus escravos".(193)

Havia ali "60 alqueires de farinha, seis de arroz e fumo", além de "carrapato e algodão", criações de galinha. A tropa permaneceria ali durante 8 dias e além de farinha consumiu muitas galinhas, "constou-se mil e sessenta e oito cabeças". Soldados e o próprio tenente nunca passariam tão bem.

Existia também "69 batéias de tirar ouro, 30 caldeirões, e alguns ferros do tráfico de ouro". Segundo o tenente Monteiro "como uma fartura espantosa" havia estoques com muito arroz, cana-de-açúcar, algodão, caça e "diamba" neste quilombo. Completando esta complexa economia camponesa tinha ali "seis [casas] de forno, uma de tecelão" e "uma de engenho de moer cana". Seu relato desta economia era de espanto, surpresa e ao mesmo tempo de preocupação, pois sabia que em "lugar tão abundante" havia inúmeros quilombos e era papel do governo provincial "lançar para ahy suas vistas".(194)

Além do fator militar, as estratégias econômicas dos

quilombolas obedeciam tanto ao calendário climático da região -- verão, chuvas, invernos e secas -- como fundamentalmente as suas próprias avaliações políticas. Eles mesmos, por certo, perceberam que manter uma economia própria, auto-suficiente e isolada na floresta era impossível. As campanhas repressivas das décadas de 50 e 60 e as descobertas das minas talvez tenham forçado cada vez mais os quilombolas a ampliarem suas redes de trocas mercantis, solidariedades e alianças com escravos assenzalados nas fazendas próximos e outros setores sociais da região.

A origem de alguns produtos que complementavam a economia do quilombo -- mesmo servindo como moeda de troca -- podiam ser de saques, roubos, desvios na produção e furtos. As possibilidades de trocas mercantis, envolvendo quilombolas, escravos nas plantações e vendeiros podia acontecer em função destes "furtos" efetuados junto a fazendeiros e comerciantes. Deles participariam escravos assenzalados e/ou aquilombados. Neste caso, os quilombos serviriam para armazenar tais produtos roubados que posteriormente seriam comercializados com vendeiros locais. Na década de 40, autoridades do Maranhão já reclamariam deste circuito comercial clandestino:

"Nas fazendas de lavoura a desgraça hé maior: os escravos furtão o algodão dos senhores e vão vender ou aos mascates ou aos fazendeiros vizinhos, geralmente os fazendeiros comprão aos escravos dos vizinhos o algodão furtado fingindo suppor que provem das pequenas rossas dos vendedores ou de compra por estes feita; também é quasi geral o acoitarem escravos fugidos huns dos outros; desfructando-lhes o serviço que querem prestar pelo alimento e promessa de compra ou proteção".(195)

A categoria *campo negro* que utilizei para analisar a tradição quilombola na região de Iguacu, na província do Rio de

Janeiro, ao longo do século XIX, é igualmente adequada a área do Turiaçu e Gurupi. Aqui também estamos demonstrando de que modo os quilombolas estabeleceram complexas alianças -- circunstanciais e permeadas de conflitos -- com a sociedade envolvente. Através delas e de outras estratégias conseguiriam ampliar suas bases econômicas, autonomia e proteção.(196) As possíveis mudanças das estratégias de resistência dos quilombolas podem aí serem vistas. Ao mesmo tempo que atraíam tropas e forças policiais para as brenhas da floresta -- onde estas encontrariam ao invés de quilombolas, apenas estrepes, fadiga, febres, falta de alimentos e alguns mocambos e roças abandonadas --- quilombolas igualmente forçavam o combate no campo do inimigo. Estabeleciam verdadeiras redes de trocas, proteção e solidariedades junto a fazendas, povoados, feiras e vilas. (197) Em qualquer situação os quilombolas eram ao mesmo tempo presentes e invisíveis.

Evidências a respeito de alianças e conflitos entre quilombolas e escravos em Turiaçu e em toda a província do Maranhão apareceriam com frequência.(198) A propósito do assassinato do fazendeiro Bruno Antônio Meirelles em Coroatá, em novembro de 1853, descobriu-se que os principais suspeitos eram além de escravos seus que "estavam insubordinados" na fazenda, outros também fugidos que se encontravam aquilombados e com "os mesmos escravos entretém relações".(199) No final de 1855 denúncias de insubordinação de escravos chegariam da fazenda *Tamatatuba*, propriedade dos Carmelitas, localizada em Alcântara. Ali teria sido assassinado o feitor João José. Quanto aos

assassinos as investigações policiais conseguiram levantar que:

"fora_o os próprios escravos dela com os fugidos acoutados por elles por quanto aquella fazenda tem sido e é um verdadeiro foco de fugidos, criminosos e até desertores, por isso será difficultozo encontrar-se provas suficientes para o descobrimento do criminoso, sua punição e captura dos escravos fugidos e malfeitores allí acoutados e protegidos pelos escravos e pelos os forros que abundão na fazenda, por consentimento do actual Prior e de seus anteriores, e esta é a causal principal a desmoralização dos escravos della".(200)

Escravos nas senzalas e plantações estavam mais próximos dos quilombos do que podemos imaginar.

Nos últimos dias de 1863, próximo ao município de Santo Antonio e Almas, um quilombo seria atacado. Localizava-se nas "vizinhanças" das terras do tenente José João de Macedo. Antes mesmo de uma expedição para lá seguir sabia-se que existia pelo menos mais de 10 quilombolas. A diligência, entretanto, conseguiu prender apenas 2. As tropas voltando desta expedição foram atacadas pelos quilombolas que queriam "tomarem os prezos", porém, não conseguiram. As tropas pernoitariam na fazenda do Capitão Joaquim Bitancourt. Os quilombolas mais uma vez tentaram resgatar os capturados. Cercaram esta fazenda. Além de tentarem um ataque ameaçaram os "seos escravos por julgarem serem elles, quem os trahirão".(201)

Para além de escravos nas plantações, pequenos lavradores e vendeiros, quilombolas podiam buscar proteção junto a importantes fazendeiros, comerciantes e mesmo autoridades. Isto também aconteceria no Maranhão. Em Viana, surgiriam queixas contra o Juiz Municipal, em 1862. Com tom de indignação reclamava-se que nada adiantava o "empenho" da Presidência da

Provincia para das fim aos quilombos "que tanto amedrontão os lavradores que receião ver de um momento para outro perdido seus capitais". A possibilidade -- sempre tentada -- de "ver restabelecida a lei e o moralidade, e garantida a segurança individual e da prosperidade" estava ameaçada "por homens, que affeitos a comerciarem com os quilombolas, querem fazer fortuna com esse meio tão criminoso e reprovado". Entre os ameaçadores estava o próprio Juiz de Direito Municipal interino, o Bacharel Manuel Duarte do Valle que "de mãos dadas com os indigitados proctetores desses escravos tem neutralizado os actos da Policia, a fim de que se não possam coller informações exactas, e provas do crime".

Tal Juiz, na verdade, não protegia directamente os quilombolas mas sim aqueles que mantinham comércio com eles. Fez isso quando -- segundo a denúncia -- "pretendia dar sumiço a um preto". Este, de propriedade do Barão de Turiaçu, tinha sido preso num quilombo. Deveria ser enviado para São Luis para prestar "declarações". Dois "pardos" tentariam sequestrá-lo "da canoa que o conduzia à mando do próprio Duarte do Valle". Esta tentativa foi frustrada em virtude de uma rápida ação do delegado de Policia de Viana. Os "dois emissários" pardos acabariam presos. A quem se tentava proteger, na ocasião, era Agostinho Raimundo Gomes de Castro. Sobre ele recaia "as mais sérias suspeitas a ser na cidade o comprador das munições e armamentos dos quilombolas". Investigações mais profundas -- como aquelas providenciadas com o envio do preso quilombola para São Luis -- certamente revelariam estas e outras complexas redes comerciais e

de protecção envolvendo quilombos com vários outros setores sociais na região. Não seria por outro motivo que o próprio Gomes de Castro quando soube daquela tentativa de sequestro frustrada e a prisão dos seus autores "ficou com um possessos e em alta grita pelas ruas dizia que nenhum caso fazia da Polícia, por que tinha por si o Juiz de Direito interino".

O denunciante assegurava que o problema era grave e não somente fruto de intrigas. As investigações policiais em Viana estavam totalmente prejudicadas. De nada adiantava prender suspeitos, entre livres e escravos, e capturar quilombolas. Detenções "para averiguações de factos criminosos" não tinham apoio do tal Juiz de Direito, que rapidamente dava ordem de relaxamento de prisão para as pessoas livres e devolução dos negros fugidos capturados aos seus respectivos senhores. Duarte do Valle parecia fazer valer a máxima de para os amigos tudo e aos inimigos a lei. Isso mesmo aconteceria com os tais pardos dublês de sequestradores. Acabariam soltos. E mais: dirigiram-se a casa do dito Duarte do Valle onde "presentes todos os seus proctetores forão recebidos de baixo de foguetes e ovações".(202)

O município de Viana, onde em 1867 ocorreria uma insurreição quilombola, foi realmente um dos principais cenários dos *campos negros* dos quilombolas do Turiaçu e adjacências. Num ofício enviado para a Presidência da Província em março de 1865, o Juiz de Paz local forneceria maiores detalhes. Sabia-se que ali "há anos" tinha-se "aglomerado e aquilombado grande quantidade de escravos fugidos". Agora, o problema maior era a mudança de atitude dos quilombolas. Antes "limitarão-se a roubar o que

podia". Também acabavam "seduzindo para fugir" os escravos "das fazendas daquelles lavradores que nada negociava, ou não entretinham relações com elles".(203) Em 1859 dizia-se que entre as vilas de Viana e São Bento existia um "grande quilombo" que além de "ter danificado a comarca" atraia "grande número de escravos de diversas fazendas".(204) Sabia-se que, inclusive, os quilombolas de Viana eram os mesmo ou partes daqueles que tinham aparecido em outras regiões de Turiaçu-Gurupi. Como já argumentamos, subdividiam-se, migravam, multiplicando-se. A própria imprensa maranhense chegaria a denunciar tal fato e o próprio Vice-Presidente da Província, José Maria Barreto admitiria em ofício ao Ministro da Justiça, Barão de Muritiba "que o maior quilombo, que consta existir nesta Província, é o das matas de Maracassumé na comarca do Turiassú, e inclino-me a crer que parte destes aquilombados são os que tem apparecido na comarca de Viana".(205)

Em tempos mais recentes, estes quilombolas tinham ainda adotado atitudes mais "ousadas", pois faziam "entradas", enfrentavam as diligências enviadas "mesmo na porteira d'uma fazenda distante apenas oito lagoas da cidade".

Este *campo negro* de Turiaçu -- assim como outros em diversas regiões do Brasil -- tinha a sua própria "economia moral" articulando escravos, quilombolas, lavradores, vendeiros e donos de escravos. Percebe-se que as próprias ações dos quilombolas -- movimentação, trocas mercantis, ameaças, *razias*, saques, etc -- funcionavam como algo que ao mesmo tempo forçavam -- por parte dos fazendeiros e lavradores -- proprietários ou não

de escravos desenvolveram estratégias de retaliação e perseguição implacável e alianças circunstanciais. Aliança em si podia significar até mesmo "vistas grossas". Explico melhor: aqueles senhores que proibissem seus escravos de terem sua economia própria ou comercialização do excedente de sua economia, denunciassem e proibissem que lavradores, camponeses e escravos efetuassem com aqueles trocas mercantis, financiassem as despesas, destinassem guias para expedições repressivas e, enfim, tivessem uma postura sistemática de destruição dos quilombos locais poderiam se tornar alvos prioritários. Os argumentos já levantados em torno dos "furtos", roças dos escravos, economia dos quilombos e redes de proteção junto a fazendeiros são bons exemplos disso.

Isto não significa dizer que alguns fazendeiros não se sentiam em nenhum momento incomodados com os quilombos, fossem bondosos e compreensivos para com eles. Ou mesmo, quilombolas poupassem de ataques algumas fazendas. Podemos fazer uma reflexão invertida. Algumas senzalas podiam funcionar como base logística para alguns quilombolas. Diversos lavradores embora ficassem incomodados com isso faziam "vistas grossas". Primeiro por que era impossível controlar e proibir os contatos entre quilombolas e cativos assenzalados. Depois, qualquer intervenção poderia transformar-se em algo desastroso. Em momentos de repressão e truculência senhorial, não raras vezes, grupos de escravos podiam fazer fugas coletivas. De outro modo, as *razias* de quilombolas poderiam ter o significado de retaliação contra determinados fazendeiros e lavradores. Em dadas ocasiões, para estes, manter

"contatos" mercantis (direto ou via escravos) com os quilombolas representaria um "acordo surdo".

Nesta direção, mais detalhes apareceram sobre os quilombolas próximos a Viana. Principalmente junto a fazenda *Santa Bárbara* -- local principal dos embates militares do levante quilombola em 1867 -- dizia-se haver um pequeno quilombo com escravos desta propriedade. Descobertos, ainda nas matas desta fazenda, estariam "fazendo farinha para seguirem em direção a um dos grandes quilombos no Rio Turí".(206). Aqui em 1865 já surgiriam alguns indícios para explicar o ataque a *Santa Bárbara* em junho de 1867. O líder do quilombo chamado *São Benedito do Céu* -- certamente o mesmo quilombo reerguido e reorganizado depois das tentativas de destruição em 1853 e 1858 -- era um negro conhecido como Daniel. Este juntamente com "seos companheiros" quilombolas -- ao que parece -- tinham mesmo um plano de invadir a fazenda *Santa Bárbara* à noite para talvez assassinar feitores e senhores. Parecia mesmo que algumas atitudes senhoriais na *Santa Bárbara* estavam desagradando tanto quilombolas como os escravos que ali trabalhavam. Talvez senhores -- com a pressão das autoridades -- estivessem dificultando o funcionamento da extensa rede de proteção, comércio e solidariedades existentes. Desde muito tempo -- segundo aquele depoimento de Cipriano em 1858-- os quilombolas do *São Benedito do Céu* conseguiam sal e outras ferramentas com escravos e lavradores desta fazenda.

Como vimos, tanto podia estar havendo na *Santa Bárbara* fugas coletivas de grupos de escravos para os quilombos ou mesmo uma tentativa de intervenção dos quilombolas com os planos de

invasão. Com relação a última possibilidade, tal "projecto", os quilombolas "desistirão por que um clube com escravos da fazenda com que entretém relações, decidiu-se o contrário, com o fim de não comprometter os escravos da fazenda".(207)

Novamente vou deixar o leitor com mais detalhes. Através da carta de José Cândido Nunes, um suplente de Delegado de Viana, os *pantânos* em torno das fazendas -- principalmente aquela de *Santa Bárbara* -- e os quilombos de Turiaçu ficam mais visíveis. Dizia logo de início estar impotente diante da insubordinação escrava na região. Era o ano de 1861.(208) Faltavam recursos para combater os quilombos e os lavradores "principalmente os de Capivary, Cajary e Maracassumé que já não podem conter a fuga quase diária dos escravos que certos da falta de polícia fogem aos 2,3 e mais por dia, sem que os senhores possam empregar diligências alguma para os capturar". Com o que de novidade relatou:

"Depois de batido e dissolvido há anos o quilombo de Maracassumé, no lugar onde funciona a companhia de Mineração os quilombolas dispersos, vierão situar outro quilombo na margem do rio Tury, deste quilombo que dista cerca de 20 léguas de esta cidade destaca-se à 5 annos a esta parte em todas as sêcas, magotes de negros de 30 e 40 que negociação com 2 ou 3 individuos".(209)

Quilombolas em determinados períodos podiam não só migrar mas fazer grandes deslocamentos. Podia ser para conseguir mais facilmente efetuar trocas mercantis ou mesmo reencontrar nas senzalas seus parentes e *malungos*. Cabe lembrar que escolhiam o "tempo da seca", porque na época de chuvas podiam acabar ficando isolados, quando as águas dos rios e igarapés cresciam muito. Depois disto "reconcentrão-se ao quilombo bem providos de

armamentos e munição, e dos escravos que podem recrutar aos lavradores, que lhes não dão apoio".(210)

Fica explícito aqui que os escravos de lavradores que não apoiassem de alguma forma estes quilombolas -- seja através de comércio, proteção ou mesmo negligência ou pouco interesse em capturá-los -- seriam os alvos da "sedução" no sentido de ir para o quilombo. Os preferidos eram as escravas. Nestes casos, pensavam menos em aumentar as populações dos mocambos e sim dar prejuízo aos seus algozes. Pensado por outro lado, com os escravos dos lavradores que dessem apoio tudo ia bem. Com ou sem a conveniência e participação dos senhores, com aqueles cativos os quilombolas podiam trocar produtos de sua economia, pernoitar nas senzalas, acampar em terras das fazendas, etc. Essa movimentação podia ser ainda maior quando a incompetência e/ou omissão das autoridades passava dos limites. E era isso que estava acontecendo em Viana. Quanto aos quilombolas, o próprio suplente de delegado Nunes garantia que a "falta de repressão em todo este período os tem animado a virem até esta cidade, donde tem levado escravos passando com toda a liberdade, tanto na vinda como na volta pelas fazendas que lhes ficam no caminho, mesmo de dia". Os lavradores, "entregues a seus próprios recursos" nada podiam ou conseguiam fazer. Talvez não quizessem, o certo é que alguns não colocavam o "menor embaraço" para coibir as relações dos quilombolas com seus escravos. E claro que sempre que podiam reclamavam às autoridades provinciais em coros repetidos bem alto e em uníssono. Com maior destaque, o delegado Nunes falava da fazenda *Santa Bárbara*.

"Esta fazenda pode sem medo de errar, qualificar-se de um outro quilombo pela indisciplina, falta de repressão, sua situação em caminho dos negros fugidos com quem os escravos estão em contacto diariamente no tempo da secca. É este o conceito que goza essa fazenda há muitos anos".(211)

Incrível. Quanto a esta qualificação de uma fazenda de escravos enquanto *quilombo* poderia dizer que disseca definitivamente o *campo negro* que também argumento para os quilombos de Turiaçu-Gurupi. Ela também pode ser analisada nas entrelinhas. Fazendas podiam ser quilombos não só porque mantinham contatos "diariamente" com os quilombos mas também porque os escravos que nela trabalhavam acabavam pela via da insubordinação e/ou resistência cotidiana -- tendo mais "liberdade" ou outra "escravidão", podendo com mais autonomia ditar o tempo do trabalho nas lavouras, cultivarem suas roças e comerciarem seus produtos, realizarem batuques e festas religiosas com maior frequência, etc. Uma outra questão a ser levantada nesta "qualificação" diz respeito as fugas temporárias. Insubordinação, fugas temporárias, furtos, contatos mercantis, fugas definitivas, saques e ataques de grupos de quilombolas podia "forçar" barganhas e limites de dominação nas relações entre senhores e escravos. Pelo menos em alguns casos e em contextos pontuais.

As redes de proteção, economia, comércio e solidariedades --- um *campo negro* --- dos quilombolas maranhenses podiam ampliar-se, alcançando tanto escravos assenzalados como setores livres da população.(212) Na região de Codó, onde as autoridades provinciais maranhenses igualmente debateram-se, em 1873, para

destruir quilombos seria preso o recruta Trindade Jose Souza, pois "este individuo entretinha relações com os escravos fugidos e amocambados" da região.(213) Mesmo mantendo seus mocambos encravados na floresta, os quilombolas não permaneceram num isolamento.(214) Viajavam dias --- dependendo onde estavam localizados --- para trabalhar nas minas e principalmente efetuar trocas mercantis. As migrações constantes para várias partes da extensa região entre os rios Gurupi e Turiaçu continuariam como estratégias de defesa e proteção. Estas estratégias cada vez mais articulava quilombos e senzalas e estes com outros setores. No final de 1872, o próprio chefe da Polícia informaria a presidência da Província que os quilombolas costumavam "sair das matas para fazerem correrias e permucta de ouro e gêneros em que commercio".(215) Fato interessante seria relatado para as autoridades em carta de Benvenuto Ribeiro de Vasconcelos. Estaria ele viajando, em novembro de 1871, na região do alto Gurupi. Era um comerciante que viajava com suas "canoas" para compras e vendas. Quando encontrou-se pouco acima da cachoeira conhecida como *Jucurijuina*.

"lhe aparecerão treze pretos quilombolas, e alguns moleques, porém com carather pacífico, exigindo sómente venda de certos artigos; com especialidade armas e polvóra, pagando prontamente o que comprarão; assim como offerecerão uma grande quantidade de sellos, fumo, arroz, gergilin, e até ovos".(216)

Segundo ainda este comerciante "lhe fazia persuadir estarem os pretos em mudança para a margem oposta", ou seja, estavam atravessando o Gurupi para o lado da Província do Pará. Os quilombolas em Turiaçu forjaram estratégias econômicas e

militares, conseguindo manter-se na região por longos anos. Havia ali não só um grande mocambo, mas -- repito -- vários grandes, médios e pequenos quilombos. Mesmo com estratégias e redes singulares, economias próprias, lideranças diferentes, próximos ou mais distantes, podiam articular-se, assim como as comunidades escravas em sua volta. Tal "cadeia de quilombos" do Turiaçu-Gurupi como denominaria uma autoridade, atravessaria rios, riachos, igarapés, furos, mangues, pantanais e uma densa floresta, podendo ir da região de Bragança, Ourém e Vigia na Província do Pará até os municípios de Guimarães e Viana na província maranhense. Em investigações realizadas em 1864, o chefe de Polícia do Maranhão revelaria:

"o número provavel dos quilombos e quilombolas existem nesta Comarca não mé é possível fixar, só sim posso aventurar [sic] com mais probabilidade existir segundo as informações que tenho colhido, um ou dous grandes mocambos, e alguns pequenos valhaçouts, que entretém relações, e estes em contato immediato com os escravos ..."(217)

Admitia-se já que a rede de comércio e proteção dos quilombolas em Turiaçu era muita extensa. Quilombos grandes e pequenos juntamente com as senzalas articulavam-se. Alguns eram pontos de entrepostos e trocas, outros locais onde habitavam centenas de quilombolas com extensas lavouras, outros ainda serviam de acampamentos provisórios para quilombolas que dedicavam-se ao garimpo. Enquanto isso, pequenos quilombos também podiam funcionar como "guarda avançada a estes grandes mocambos". Tal disposição dos quilombos tinha um sentido.

"Parece-me que commercião com os pretos fugidos todos os mascates e negociantes collocados nos centros, visto que tendo elles de comprar, e vender gêneros aos

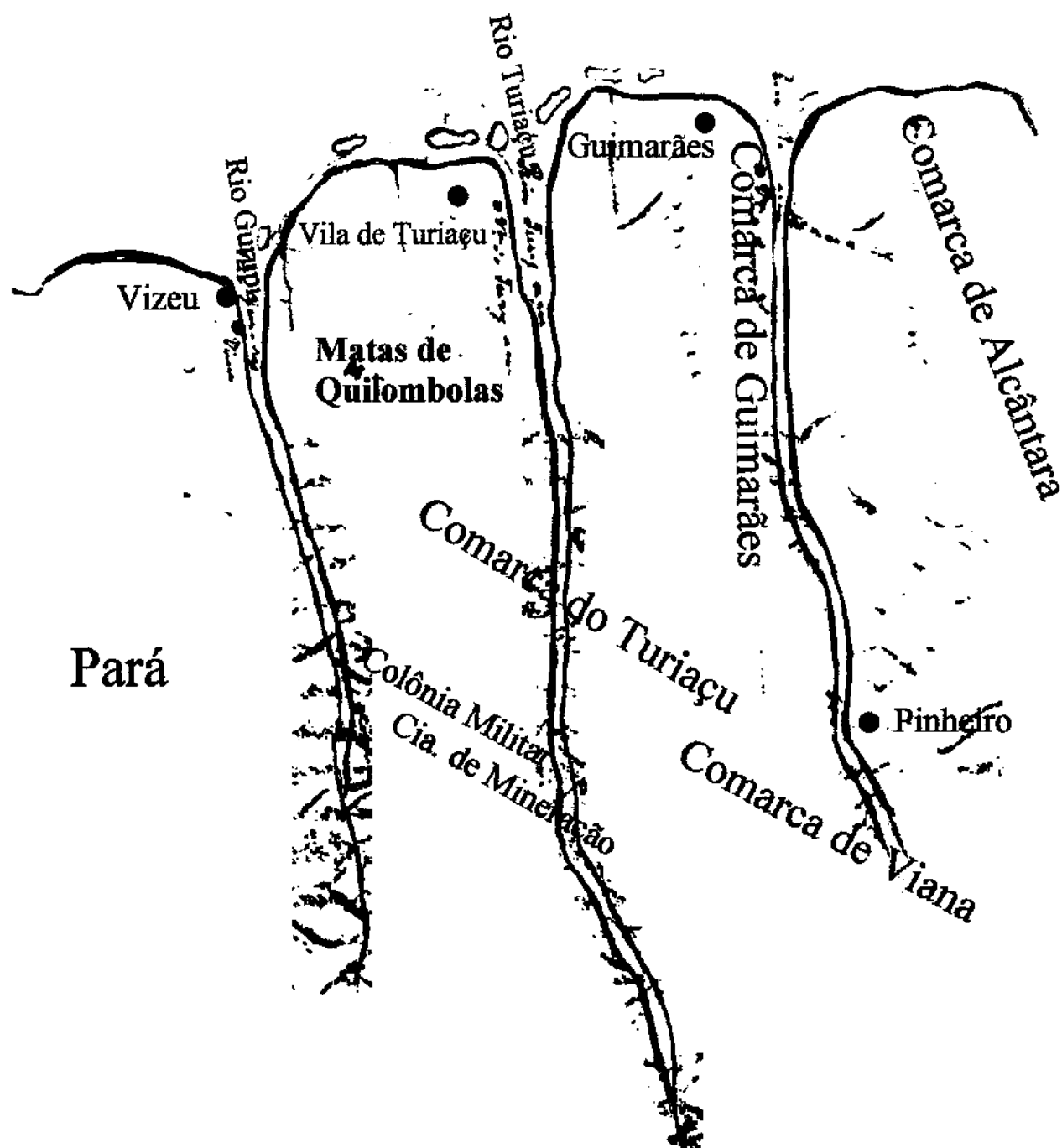
escravos de muitas fazendas, que estão em contacto com os negros fugidos estes com aquelles se associão nas suas digressões nocturnas como opportuna occasião para taes empresas sem risco de serem conhecidos; assim não lhes é possível evitar qualquer gênero de commercio com elles".(218)

Ao fazer tais revelações -- frutos de investigações "sigilosas" -- as autoridades pareciam mesmo admitir que o problema dos quilombos era quase impossível de ser solucionado. Como acabar com os quilombos? Como patrulhar todos os pontos em que localizavam-se nas extensas matas do Turiaçu-Gurupi? Para que isso acontecesse teria que se contar com um número incalculável de soldados, mateiros e guias. Mesmo assim teria que ser feito em conjunto e de vários pontos, com a possibilidade de nada encontrarem. Quantias incalculáveis seriam gastas. Além disso, tinha o problema da floresta, seu clima e consequentes desenhos geográficos. Em meio as estações de chuvas e de secas, ilhas, furos, igarapés, várzeas e riachos podiam aparecer, sumir e/ou trocar de lugares. Vigiar escravos nem pensar. As experiências já demonstraria que isso inquietava os mesmos, causando insubordinação. Escravos defendiam com unhas e dentes seus espaços de autonomia e economia própria conquistados. Além do mais, como descobrir os escravos que contatavam os quilombolas e quando o faziam? As parcelas da população livre -- vendeiros, forros, pequenos lavradores traficantes, etc -- que articulavam-se com os quilombolas tornariam-se um outro difícil problema a ser resolvido. Esta tentativa impedir quaisquer formas de controles sociais e econômicos sobre sua vida. Impostos, taxaões, posturas, alistamento e recrutamento compulsório já

representavam tentáculos fortes demais do poder público sobre os destinos das pessoas livres não-brancas e pobres. Com tantas terras devolutas, ouro a garimpar, produtos a vender e comprar podiam ver nos quilombolas possíveis aliados -- circunstanciais é claro -- para também conquistarem sua autonomia.

Tais redes cada vez mais podiam tanto aumentar as suas extensões como a espessura de suas malhas. Ao mesmo tempo que preocupavam autoridades e fazendeiros, quilombos e quilombolas tornavam-se parte integrante da paisagem da região. Ignorá-los assim como persegui-los era tarefa se não impossível, muito difícil.

Quilombos da região do Gurupi-Turialça/MA



Fonte: Adaptado de um mapa manuscrito depositado na documentação de polícia do APEMA

VI. Em torno das minas: achando ouro e descobrindo quilombos

A partir da década de 50, o cenário em que interagiam os quilombolas começou a chamar mais atenção devido a "descoberta" de novas regiões auríferas. Há muito tempo já se sabia de algum potencial de mineração nesta extensa área, principalmente Montes Aureos e Maracassumé. Porém, parte dela se não desabitada era ocupada por grupos indígenas considerados "bravios". Foram também os quilombolas -- perseguidos ou não -- que desbravaram esta região, descobrindo cada vez mais minas no seu interior.

Com as redes comerciais estabelecidas, o ouro que somente passava pelas mãos dos quilombolas e seus "negociadores" passaram a atrair muita gente. Empresas mineradoras, avaliações geológicas e outros interesses de exploração e comércio seriam atraídos. Quilombolas, na maioria das vezes inimigos, poderiam circunstancialmente ser transformados em aliados destes interesses.

Os interesses sistemáticos sobre as terras auríferas do Gurupi e Turiaçu apareceriam num relatório de uma comissão exploradora para lá enviada.

Nos últimos meses de 1854, a floresta do Turiaçu-Gurupi receberia "ilustres" visitantes. Seriam os engenheiros ingleses Jorge Henrique Crammer e Augusto Schrammer. Tinham vindo da Corte incumbidos de avaliar o potencial dos "terrenos auferidos compreendidos entre os rios Turiaçu e Gurupy".

Tinha sido formada a Cia. de Mineração Maranhense por iniciativa do Barão de Mauá, atraindo, inclusive, capitais estrangeiros. Para a sua administração constituiu-se a empresa Rocha Miranda & Irmãos. A expedição dos referidos ingleses na região foi o primeiro empreendimento. Em março de 1855, em plena região do Parauá, seria produzido o relatório inicial desta comissão, dando conta de "seus primeiros trabalhos e dos resultados de suas explorações". Num relato longo e abundante em detalhes aparecia descrita a região do Gurupi.(219)

Tal comissão partiu do Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1854. Seu chefe seria José Rufino Rodrigues Vasconcellos. Aportou apenas em Salvador no dia 30. Logo chegaria em São Luís onde foi recebido pelo então Presidente de Província Olímpio Machado, que ofereceu prontamente hospedagem. Começaram os preparativos para a viagem pelas matas. Ferramentas "necessárias e indispensáveis" foram encomendadas. Junto com tal comissão seguiu uma verdadeira caravana, incluindo guias, carregadores e soldados. A comissão partiria da vila de São Francisco Xavier do Turiaçu. O ponto de encontro seria a vila de Santa Helena. Já eram os últimos dias de outubro e a comissão, "tomando o caminho de Santa Helena em todo o trajecto verificou a sua opinião e reconheceu os vestígios de uma beta aurífera de grande extensão".(220)

O interesse maior era chegar às margens do Maracassumé. Logo a expedição alcançaria a fazenda *Jussara* onde montou acampamento. Seguiria em frente ao "poente com direção às preconizadas minas do Maracassumé, cuja entrada estava intransitável por falta de comunicações com as matas virgens só

habitadas por indígenas e pretos fugidos". Atravessando rios e igarapés e abrindo "picadas" conseguiu-se chegar ao "antigo trecho dos mocambeiros". Era uma caminhada dura e forçada pela floresta. A expedição teve algumas dificuldades, pois o "trilho estava sujo e intransitável depois da última batida dos mocambos", sendo assim foi necessário "avivar a velha picada para deixar transitar gente a pé, cavalheiros, e animais cangalheiros para conduzirem mantimentos". Cruzaram os igarapés *Jatahy, Chapada, Engano e Urubuguara*.(221)

Os engenheiros ingleses Crammer e Schrammer responsáveis pela prospecção logo destacariam a fauna da região com "excelentes matas virgens" e as suas perspectivas econômicas. Além dos "pastos naturais excellentes para refresco dos animais", abundavam "prodigamente em madeiras de construção naval e civil, e outras próprias para marcenaria". Aquela área era também ótima "para mandioca, milho, feijão, cana, e algodão e as [terras] baixas para arroz".

Embranhando-se mais para o interior da floresta outra dificuldade aparecia: a falta de água. Além da sede, tal escassez limitou as "explorações" dos engenheiros. Somente em 24 de novembro, "depois de penível e enfadonha jornada chegou-se a margem direita do rio Maracassumé".

"A existência do ouro nunca mais desapareceu, maiores vestígios uns lugares, do que em outros, verificou-os a comissão em seu trajecto; e pelas pesquisas geológicas que se fizerão, foi induzida a crêr, que todo este ouro deve ser depositado pelas águas das montanhas mais ou menos longinquoas nas grotas e vales, que lhes ficão inferiores; o leito do rio é de granito formando em alguns lugares poças mais fundas, que estão entulhadas com areias auríferas".(222)

Os engenheiros -- mesmo com tais descobertas -- "aconselharam" mais pesquisas. Lembrariam também das dificuldades de "comunicações" da região, do problema periódico das chuvas e do volume das águas que alagava partes desta área. Mais elogios as possibilidades de exploração econômica -- não só a mineração -- surgiram a respeito da região. Havia "serrarias cobertas de excellentes matas virgens e de admiravel fecundidade". Relataram ainda que "em alguns, bem como nas capoeiras do *Pacoval*, antigo mocambo dos pretos fugidos, se encontra o quartz em consideravel abundância".

Para quem estava ali somente para avaliar o potencial aurífero da região, estes engenheiros ingleses chamavam sempre atenção de outros potencialidades econômicas de toda a região. Mais que isso, passando por antigos mocambos abandonados/semi-destruídos fizeram uma interessante descrição:

"se chega, por entre uns bamburraes; célebre ponto do *Jacareguara* aonde houve una escaramuça contra cerca de 200 pretos fugidos amocambados, com seu rei, rainha, confidentes etc todas as habitações que nessa ocasião forão destruídas, erão de ubir, mas ruínas e destroços, que a comissão observou, descobrir que os pretos vivem com a maior commodidade, que lhes permittia a morada no centro das selvas e que tinham bastante industria pelos fornos de torrar farinha, engenhos para descaroçar algodão, bons roçados, etc que ainda encontrou a comissão não será por certo exagerada informando-vos, que nas roças destruídas ainda achou cannas de assucar com mais de 30 palmos de altura, sem lhes contar o olho ou pendão. O centro do mocambo ou rezidência do rei e da sua corte ficava em uma bella meia laranja circulava pelo igarapé do mesmo nome".(223)

Os especialistas em minas ficaram bem impressionados com a economia quilombola. Lembremos que este era um relatório de exploração de minérios, no caso ouro. Tinha espaço, ou melhor li-

nhas, para descrever tudo. Quanto as minas realizaram-se mais explorações nas matas e outros detalhes surgiram. O trabalho destes engenheiros seria acompanhado de perto, por uma pequena força militar com o objetivo de os proteger. E provável que igualmente, quem tudo acompanhava eram os quilombolas da região. O ouro estava descoberto, mas eles mantinham-se escondidos. O tenente Paulo Antônio Alves comandaria "uma força para explorarem as matas de sassombral-as dos pretos que ainda por ventura n'ellas existissem e com effeito descobrio vestígios mui vehementtes dos pretos que ainda ahi [têm] estado recentemente". Aquela floresta tinha muito ouro, olhos e ouvidos. Tudo isto pertencente aos quilombolas.

Os quilombolas já há muito tempo mineravam naquela região. Vasculhando cada palmo da floresta, a tal comissão descobriu a "primeira mina ou lugar aonde os mocambeiros trabalhavão de inverno por não haver ahi água no verão".(224) Eis aqui um grande problema identificado por Crammer e Schrammer para um efetivo investimento de mineração ali: a falta de água durante parte do ano. Isso não só dificultou a exploração em alguns lugares como limitaria a própria mineração empresarial. De qualquer modo, reconheciam que o "producto d'esta lavra deve ser assaz lucrativa". Mais minas -- já trabalhadas pelos pretos -- seriam encontradas, sendo uma delas que os "pretos denominão *Mira-Cagaço*, em consequência da facilidade com que ahi tiravão ouro".(225)

Era 25 de dezembro, época de natal, e as prospecções dos engenheiros na região continuariam. Mais descobertas. Novos entusiasmos com as riquezas minerais. Muitos "terrenos auríferos" eram tão abundantes que:

"Ja foram em partes lavrados e explorados pelos pretos, mas com tanta imperfeição, e então pouca escala, que afrontamente se pode dizer, que a riqueza que deixarão é excessivamente superior, à que tiravão, por que elles só colhião o ouro grosso, e desprezavão o fino, ou porque o não sabião apurar, ou por que entendião, que valia menos do que o outro, e não lhe acudia ao pezo, por que com elles mercadejavão tinhão por balança as palmas das mão, e por consciência o maior lucro e vantagens que de commercio tão clandestino e ellicito podião tirar".(226)

Com mais explorações chegava o fim do ano e também dos trabalhos dos engenheiros ingleses. O resultado foi excelente. Havia muito ouro -- e em toda parte -- a ser lavado. Por ora os problemas eram a falta de água e a "oposição do gentio". Além disso, para que a Cia. de Mineração, de fato, estabelecesse ali eram necessário investimentos de grande parte.

Apesar de todo esse entusiasmo, a Cia. de Mineração Maranhense acabou dando muito menos lucro do que se esperava. Na verdade seu empreendimento foi um retumbante fracasso econômico. Por quê ? Vejamos.

Juntamente com a tradição da resistência quilombola e indígena, os contatos comerciais e a exploração aurífera nesta região do Turiaçu-Gurupi já eram muito antigos. Segundo relatos das primeiras décadas do século XVII, mais propriamente de 1624 dizia-se:

"Da outra parte do Pará, se chama o Cabo do Norte, onde residem holandeses em suas colônias. E o ano passado mandou aqui um deles, o Capitão Bento Maciel, de dous que lá tomou: dos quais soubemos como é excelente aquela terra, e eles se aproveitam muito dela, não só em escalar ali os navios que vão infestar aqueles mares, mas entrando por aqueles rios a que chamam Curupap [como era chamado o rio Gurupi], donde se diz que tiram ouro da mão do gentio, e outras cousas, e que tem muitos escravos de navios de Angola, que tomaram indo para as Indias".(227)

A fundação da povoação do Gurupi deu-se em 1627.(228) Ao longo do século XIX seriam vários os relatos destacando as potencialidades econômicas das regiões entre as suas margens. Na verdade, o rio Gurupi era muito extenso. Tinha mais que 800 quilômetros. Com várias cachoeiras, tinha algumas partes do mesmo que não eram navegáveis. Também com as chuvas, as suas margens ficavam alagadas em "tempo de inverno" e eram "cheias de bamburraes". De qualquer maneira, "nas suas cabeceiras encontra-se cravo, óleo de copaíba, baunilha, breu e abundantes minas de ouro".(229)

A despeito do conhecimento e exploração secular de ouro feita por escravos fugidos e os contatos com traficantes e grupos indígenas, foi com a Cia. de Mineração Maranhense que estabeleceu-se na região em meados dos anos de 1850 uma avaliação e prospecção mais sistemática. A entrada deste empreendimento de mineração no cenário do Maranhão -- não por coincidência -- aconteceria durante a administração provincial de Olímpio Machado. Este procurou efetivar medidas de transformações econômicas em todas a Província. Além disso -- também não por coincidência -- foi durante a sua administração que a região do rio Turiaçu passou a ser administrada pelo Maranhão e principalmente foi desencadeada uma forte e sistemática repressão aos quilombos por parte dos autoridades maranhenses.

Sendo uma iniciativa do Barão de Mauá, um dos maiores empresários do império na ocasião -- a Companhia de Mineração Maranhense contou com vultuosos investimentos, inclusive estrangeiros. Depois da avaliação dos engenheiros ingleses, em 1855, esta

começaria a operar. Sendo dirigido por Manuel da Rocha Miranda, as três jazidas principais inicialmente exploradas foram as de *Dona Francisca*, de *Monte Cristo* e de *Prata* com "camada aurífera com espessura de 2 palmos". O entusiasmo inicial foi imenso, sendo que o "toque das primeiras amostras, feito pelo ourives Fernando Ribeiro do Amaral, revelou ser ouro de 23 quilates e 3 grãos".(230)

Para o trabalho nas minas foram utilizados escravos negros e também trabalhadores imigrantes, portugueses e chineses. Em 1855 chegariam para a colônia de Maracassumé -- sede da Cia. de Mineração -- 887 colonos portugueses e 40 chineses.(231) Porém, a fonte de entusiasmo logo secou. As enchentes e falta de água em determinados períodos dificultavam a exploração, a "maquina valiosa" transportada para o local não foi adaptada às condições de trabalho. Os trabalhadores emigrantes desertaram, escravos fugiram e quilombolas e indígenas realizaram alguns ataques nos acampamentos mineradores.(232) O ouro foi considerado "insuficiente" pelo menos, para tantos gastos. Este empreendimento do Barão de Mauá conheceria a falência já em 1860. Seu prejuízo foi de mais de 100 contos de réis. Segundo suas próprias palavras tal fracasso deveu-se ao fato:

"Afiançaram-me pessoas em que eu depositava confiança, geu a falta de capital em escala suficiente, e por ventura de direção científica apropriada, impediam que os produtos de jazidas de ouro riquíssimas influíssem no progresso da Província do Maranhão e pediram-me para obter o auxílio do capital europeu, transferindo a empresa para Londres, prestei-me de bom grado. Engenheiros lá escolhidos examinaram essas jazidas e os brilhantes esperanças foram atiradas em perspectiva à praça de Londres, sendo o nome de meu sócio o principal esteio da subscrição. Não falho a subscrição, ficando,

porém, meu sócio com grande número de ações, como prova de sua boa fé em convidar para essa empresa capitais alheios. Salvaram-se os capitais primitivos que foram, a meu ver, devolvidos com usura. Os criadores da nova empresa foram, porém, prejudicados, pois o emprego de recursos científicos e monetária na exploração em escala suficiente, apenas trouxe a convicção de que fomos vítimas de uma grande mistificação; as jazidas já se achavam esgotadas. E terminou a empresa por um desastre financeiro completo".(233)

O Barão de Mauá querendo justificar-se com seus credores fazia uma *mea culpa* se dizendo enganado. Será? Ou seria ele, o enganador. Como justificar que as minas estavam esgotadas se os próprios engenheiros ingleses chegaram a afirmar que "dez mil trabalhadores em dous séculos não bastarão para exaurir a riqueza d'aquelas matrizes".(234) De quem teria sido a "mistificação"? Das autoridades e fazendeiros maranhenses? Dos avaliadores e geólogos? Da imprensa local e da Corte anunciando riquezas e paraísos? (235)

Tenho evidências suficientes para argumentar que não houve necessariamente "mistificação" e nem as minas "já se achavam esgotadas". Houve outros fatores -- não totalmente explicitados ou citados com a devida ênfase -- que dificultaram a exploração das minas do Gurupi. Entre eles, destacam-se a falta de mão-de-obra para trabalhar nas minas e os constantes ataques de índios e quilombolas. Também os engenheiros ingleses deram pistas destas dificuldades. Diriam que "um só obstáculo se offerece que é opposição do gentio". Sobre a falta de trabalhadores também argumentaram já da dificuldade de recrutar alguns para participarem daquela comissão exploratória:

"Nem só porque a população é excassa, e está afugentada pelo recrutamento, como porque a prodigalidade dos rios

em extremo piscosos, e a fertilidade da terra facilitando os meios de subsistência, alimenta a ociosidade dos habitantes; a estas circunstâncias se deve juntar a perniciosa doutrina de certos traficantes interessados na continuação do ilícito comércio de ouro, que fazem acreditar a população que as minas são do povo, e que os exploradores são aventureiros especuladores, que vem roubar-lhe sua fortuna".(236)

Aqui aparece uma das principais razões daquele fracasso empresarial. Como conseguir realizar uma efetiva exploração dos minérios daquela floresta sem conseguir dominá-la, ou seja, contar com o apoio de seus habitantes: índios, quilombolas, traficantes e outros?

A tentativa de trazer trabalhadores de fora para trabalhar naquelas minas também não teve êxito. Em meados de 1856 houve denúncias de importação ilegal de africanos. Teria desembarcado na costa do Maranhão, entre os rios Turiaçu e Gurupi, cerca de 500 a 600 africanos. O desembarque teria acontecido num local chamado "Ilha das Enchadas" e estes africanos estavam sendo importados pelos diretores da Cia. de Mineração". Na ocasião, nada seria descoberto.(237)

Porém, dois anos depois novas denúncias a este respeito apareceriam. O próprio presidente provincial escreveria ao Ministro da Justiça em fins de março de 1858, denunciando a existência de africanos recém desembarcados trabalhando no "estabelecimento de mineração Montes Aures". Baseava-se em informações de soldados que tinham visitado a região a "fim de bater os quilombos" e que viram "empregados nos trabalhos das minas diversos africanos inteiramente boções".(238)

Desta vez, as investigações seriam mais rigorosas. O chefe

de Polícia do Maranhão, Sebastião José da Silva Braga foi encarregado de fazê-las. Afirmou que tal denúncia era improcedente e que fora feita por soldados "desordeiros", visto que em "ocasião de interrogar aqueles individuos, e nenhum delles me afiançando coisa alguma de vista, e só por vagos -- ouvir dizeres --, contradizendo-se entre si". Na avaliação de Silva Braga a razão daquela boataria era o "ódio de taes colonos para com os seus feitores ou administradores os fazia dizer semelhantes cousas".(239)

Os "vagos" e incessantes "ouvi dizeres" não desapareceriam logo. Mesmo depois que as autoridades enviaram duas diligências especialmente para investigar tais denúncias. Nelas novamente soldados teriam vistos "no acampamento de Montes Aúreos não pequena porção de africanos boçães que mal começavão a falar o português".(240)

Agora as denúncias passariam a falar de suborno. Os oficiais da Secretaria de Polícia da Província enviados para as investigações -- segundo comentários públicos -- tinham sido "comprados por dous contos de réis cada um, para não declararem o que tinham visto à respeito da exacta existência dos africanos".(241) Da sua parte, o chefe de Polícia Silva Braga confiava em suas investigações, refutava qualquer possibilidade de suborno e argumentava que era impossível haver africanos "boçaes" trabalhando ali na mineração, pois seria difícil guardar segredo.(242)

O fato é que a *floresta humana* em torno das minas era mais hostil do que esperavam os diretores da Companhia de Mineração e quiçá seu principal investidor, o Barão de Mauá. Certamente essa "animosidade"/resistência de colonos, praças, índios e quilombo-

las não entrou nos cálculos de "recursos científicos e monetários" daqueles empresários.

Não sabemos se houve ou não a importação ilegal de africanos para trabalhar nestes minas. De qualquer maneira, a obtenção de mão-de-obra foi sempre um problema para a direção desta Companhia. Houve também fracasso com a utilização de trabalhadores chineses. Nos primeiros meses de 1857, o presidente da província, Antônio Candido da Cruz Machado, afirmaria que os mesmos "engançados para os trabalhos das lavras auríferas da companhia de mineração maranhense, tem provado serem indolentes, mostrando decidida repugnância ao trabalho".(243) Um ano depois, o então presidente provincial Francisco Xavier Paes Barreto seria enfático ao afirmar que as "operações mineralógicas nos terrenos auríferos" do Gurupi feitas Cia. Mineração maranhense "pelos grandes embarços com que deparou, despendeo sommas crescidas sem resultado satisfactorio".(244) Acreditava que as origens de tal fracasso econômico foi tão somente devido a "falta absoluta de água nativa no interior da mata, e a falta de vias de comunicação". Ainda apostava neste empreendimento empresarial que abriria um "novo futuro ao lado da província", caso fossem "removidos estes embarços".(245)

Tentativas para reverter as dificuldades, fracassos e a eminente falência foram feitas. Em 1859 havia várias obras em curso. Tentava-se abrir um canal das "áreas de suas lavras" até o igarapé *Sapucaia* que ficava cheio durante o ano todo, para resolver o problema da "falta de água". Concluía-se a construção, igualmente, de "dois engenhos, sendo um para socar as pedras au-

ríferas". Existia ainda um projeto para a abertura de "uma estrada de grande necessidade, e cuja falta, além de ter obstado o progresso da companhia, tem augmentado consideravelmente as suas despesas".(246)

Depois dos próprios engenheiros ingleses que falavam da necessidade da "completa civilização" das "hordas" de índios selvagens, seria João Silveira de Souza, presidente da Província do Maranhão, que em 1860, revelaria o segredo da *charada* quanto o fracasso empresarial minerador na região

"A existência de pretos aquilombados naquelas paragens é de grande prejuízo para a sobredita empresa, pelos roubos, que commetem, como aconteceu ultimamente, que arrombarão um armazem da companhia, e levarão grande porção de sal, aço e outros objetos, que se achavão alli guardados(...)"(247)

Se o problema do fracasso deste empreendimento não foi somente o "gentio bravo" e/ou os "pretos aquilombados" certamente não o foi a falácia das "minas esgotadas" com que Mauá tentava justificar-se diante de credores e acionistas.

A maior prova de que a questão não era a escassez ou pouca quantidade de ouro nas minas é que elas continuariam a despertar interesses de empresas mineradoras. Em outubro de 1862, noticiaria-se que uma empresa inglesa estava interessada na "cessão ou transferência" dos direitos de exploração da Cia. de Mineração Maranhense. Segundo seu procurador, este seria um "bom negócio, ficando a companhia brasileira na posse de uma terça parte das acções da nova empresa". A tal empresa inglesa instalaria-se ali já naquele final de ano. Para administrar a "exploração aurífera" traria o "hábil engenheiro" Gustavo Júlio Gunter. Este já estava

residindo na região há dois anos, vindo em missão de "colher informações acerca das minas". Quem daria estas informações a Assembléia Legislativa do Maranhão naquela ocasião seria Antônio Manoel de Campos Mello, interinamente presidente provincial. Acrescentaria entusiasmado -- com base no que ouviu do tal procurador -- que tal negociação seria de proveito ao paiz, cabendo aos acionistas, investidores e empresários "tirar partido", posto que "não estava nas forças a Companhia Brasileira montar o mecanismo necessário para a extração do ouro em grande escala".(248)

Definitivamente desmontava-se o argumento de que houve "mistificação" e de que as jazidas "já se achavam esgotadas". Os novos investidores ingleses não foram menos espertos. Não investiriam no escuro. A permanência do tal Gustavo Gunter durante dois anos na área do Gurupi observando a floresta certamente garantiu-lhe experiência para tentar novas estratégias empresariais. Para além de estradas para comunicações, canais para abastecimento de água e "machinismo" adequado para uma melhor prospecção e beneficiamento do ouro, seria necessário contar com todo o apoio da floresta, pelo menos aquela sob o domínio dos quilombolas. Tal apoio não só seria importante para fazer cessar os ataques, roubos e saques efetuados pelos quilombolas como para utilizar os mesmos como garimpeiros.

Já em meados de 1863, o Diretor da colônia militar do Gurupi, Tenente Coronel Altino Lellis de Moraes Rego, informava a presidência da província os últimos acontecimentos ocorridos nas regiões mineradoras de Montes-Aureos e Maracassumé. Houve ali um "incidente" que poderia "não só affectar a tranquillidade publica,

como concorrer para a aniquilar a lavoura do Tury-assu". Constava que a direção da "companhia inglesa" estava empregando "meios de persuasão" contactando os habitantes dos vários quilombos locais, principalmente aqueles "que residem no quilombo de *São Vicente do Céu* que não dista muito d'aquelle estabelecido". Os objetivos daqueles contatos era conhecer melhor e mais profundamente aquela região visto ser os quilombolas "conhecedores dos melhores lugares auríferos".(249)

"O administrador da referida companhia que em verdade é um alemão instruído animado e de boas intenções, propoz-se pessoalmente e só acompanhado de um seu empregado a percorrer as mattas, e permittio o acaso que elle nestas marchas encontrasse um grupo de seis ou oito aquilombados aos quaes fallou depositando a espada e pistolas que levava para mostrar-lhes que não pretendia agredil-os e sim pedir-lhes algumas informações do que precisava. Os mocambeiros o attenderão appresentando-lhes algumas amostras de ouro que pretendião negociar, mas que se receiavão de aparecer no estabelecimento, visto que erão de continuo perseguidos por diligências que havião prendido e morto alguns de seus companheiros. O administrador porém os fez persuadir que elles não serião perseguidos nem os seus companheiros logo que se appresentassem, pois a companhia os mandaria comprar à seus senhores e que desfructaria em certo espaço algum serviço d'elles, depois do que ficarião todos libertos".(250)

Expectador daqueles acontecimentos -- pelo menos seus desdobramentos -- o diretor Moraes Rego estava deveras assustado. Mais que isso. Procurava fundamentalmente chamar a atenção para a autoridade máxima da província maranhense, Antônio Manoel de Campos Mello que este aparentemente pouco importante acontecimento poderia "dar um resultado muito prejudicial aos interesses desta província". Embora lembrasse que tal idéia e/ou possibilidade de acordo pudesse "até certo ponto" ser "conveniente e ajustada aos interesses da companhia e dos senhores dos escravos fugidos".

O seu longo argumento -- misturando "temores" com estratégias militares -- ajuda a montar definitivamente os cenários dos *campos negros* forjados principalmente por quilombolas e escravos nas fazendas da extensa região de Turiaçu-Gurupi. Segundo Moraes Rego o que mais preocupava é que as fugas de escravos e de rumores de insurreição tinham aumentado ainda mais depois da circulação destes possíveis acordos entre quilombolas, proprietários de escravos fugidos e empresários da Cia. de Mineração. Tudo isto tinha acontecido depois que tais quilombolas.

"...comunicaram este pensamento á alguns outros afazendados [cativos que continuavam nas fazendas] com quem entretinham comércio ás occultas para serem providos em suas necessidades. Esta comunicação produziu o efeito de em mui certo espaço verificar-se a fuga de quarenta e tantos escravos de algumas fazendas de Tury e Santa Helena, os quaes sem dúvida adoptavão este expediente para lhes tocar também o indulto da liberdade que se promettia aos amocambados e consta procurarem o estabelecimento".(251)

Naquela parte da província do Maranhão estava acontecendo uma quase emancipação dos quilombolas com indenização e um período de "aprendizado", no caso aquele que estes ficariam trabalhando como garimpeiros junto as minas. O certo é que quilombolas e assenzalados mostraram naquela ocasião que estavam mais próximos e menos isolados do que as autoridades, fazendeiros e depois a historiografia poderiam imaginar. Senzalas e mocambos cheios e/ou vazios podia ser em alguns momentos parte de uma mesma tradição negra de liberdade no Turiaçu-Gurupi. O próprio Gustavo Gunter -- o administrador "alemão instruído, animado e cheio de boas intenções" -- provavelmente não contava com todo esse alvoroço nos quilombos extendendo-se as senzalas. Pelo contrário, devia supor

que sendo aqueles quilombos do Turiaç^u-Gurupi bem antigos devia ser difícil provar a origem da propriedade de todos os habitantes dos mocambos, filhos e netos dos primeiros fugidos. Assim sendo, gastaria-se pouco com as indenizações e conseguiria-se o apoio de todos os quilombolas. Também devia acreditar que todos os senhores topariam tal acordo. Com os escravos e as esperanças de capturá-los perdidas era preferível ganhar algum com a possibilidade de indenização.

Para além das fugas em massa e coletivas, o diretor Moraes Rego tremia com a possibilidade de eclodir um grande insurreição, envolvendo mocambos e senzalas articulados. Neste caso, nada de indenização e sim cheiro de mortes e vinganças. A colônia militar do Gurupi que comandava -- local construído para policiar a região -- seria certamente um dos principais e prioritários alvos. O termometro de Moraes Rego indicava que tudo isso fazia o clima ficar quente e tenso na região. Aliás, para piorar a situação tinha conseguido informações que davam conta de que "alguns creoulos mais entendidos dizem que estando o Brazil em guerra com a Inglaterra esses fugidos se tem de appresentar à Companhia para pegar em armas".(252) Os conflitos diplomáticos na Corte, em torno da Questão Chistie, podiam estar colocando mais lenha naquela fogueira.(253) Os escravos e quilombolas estavam atentos ao jogo e queriam a vitória.

Para mostrar serviço, o diretor Moraes Rego proporia ao Presidente Campos Mello medidas para uma imediata repressão aos quilombos fazendo assim desaparecer tais rumores. Tudo deveria ser feito com a "necessária prudência e energia". Para o quilombo

de *São Vicente do Céu* seria enviada uma força militar com 30 a 40 homens, este "aptos e adequados a explorações e conhecedores do terreno". Lembraria que este quilombo já tinha sido atacado anteriormente -- "foi batido o anno passado" -- mas que tinha "ainda tantas acomodações e gêneros alimentícios que é onde todos os amocambados se refugião e proveem do necessário".

A estratégia desta força militar seria ocupar tal mocambo. Neste caso, os quilombolas não conseguiriam se abastecer. Já a tropa ali estacionada poderia "prover-se de farinha e frutas e outros alimentos de que abunda o mocambo" e a partir daí realizar "diversas excursões pelas mattas". Acreditava que tais medidas com "pequena força estacionada" seria melhor do que as "diligências empregadas parcialmente e como provisórias" que "só apresentarão despesas às Fazendas públicas" além de conseguirem "raras vezes um feliz resultado". Com isso, tinha certeza que conseguiria "no espaço de quatro a seis meses a restauração e disciplina da lavoura do Turiaçu e de sua vizinhança".(254)

Nada mais sabemos sobre os desdobramentos desses contatos entre administradores da companhia inglesa e os quilombolas. Sabemos que o *campo negro* ali continuou refazendo-se. Com ele permaneceria a obsessão das autoridades e fazendeiros de destruir os quilombos do Turiaçu-Gurupi.

Quanto a Companhia de Mineração, com as dificuldades de sempre permaneceria funcionando precariamente. Talvez -- quem sabe -- diversos grupos de quilombolas tenham cooperado de alguma maneira com seus administradores, trabalhando, em algumas ocasiões, como garimpeiros.

VII. "Uma sociedade na sociedade": colonos quilombolas e o discurso emancipacionista no Maranhão oitocentista.

Em meio aos vários projetos emancipacionistas que começariam a aparecer em todo o Brasil, na segunda metade do século XIX, surge uma proposta de Brandão Jr. em 1865, na província do Maranhão. Desde a independência, o tema do negro livre passou a ser preocupação das elites políticas e intelectuais no Brasil. Esta preocupação apareceria cristalina em vários textos, obras, editoriais na imprensa, memórias e mesmo sob forma de projetos discutidos no parlamento. Segundo Célia Azevedo, o conteúdo destas publicações "deixam entrever a ansiedade dos 'homens bons' do Brasil em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros, ou entre proprietários e não-proprietários, preparando o país para um futuro de trabalho livre, ordem e progresso".(255)

O tema da heterogeneidade sócio-racial da população brasileira seria recorrente em vários projetos emancipacionistas. Inaugurando a produção sociológica positivista no Brasil apareceria a obra de Brandão Junior intitulada: A Escravatura no Brasil precedida d'um Artigo Sobre Agricultura e Colonização no Maranhão.(256) Diferente de outros reformadores e memorialistas do período -- como por exemplo, Vellozo de Oliveira, Maciel da Costa, José Bonifácio e Frederico Burlamaque -- a proposta emancipacionista de Brandão Junior não cerraria fileiras apenas para

uma emancipação gradual e disciplinar. Numa posição ousada propunha a transformação dos cativos -- e destacando os quilombolas -- em escravos da *gleba* que posteriormente deveriam virar colonos sob o regime de trabalho compulsório.(257)

Quem era Brandão Junior? O que, de fato, estava propondo? Com quem estaria dialogando e qual o cenário que inspirava suas idéias? Analisando a sua obra tentaremos perceber um pouco das perspectivas e "projetos" da sociedade brasileira em meados do século XIX. Num texto à primeira vista opaco, escrito por um cientista positivista para uma universidade europeia descobre-se um "projeto" de "civilização" baseado nas doutrinas do positivismo social que ganhavam cada vez mais forma na Europa oitocentista.(258) Vejamos.

Natural da província do Maranhão, Francisco Antônio Brandão Junior doutorou-se em Sciencias Naturais pela Universidade de Bruxelas, em 1865. Também foi por várias vezes deputado à Assembléia Legislativa do Maranhão e, segundo consta, posteriormente dedicou-se ao magistério como professor de instrução superior. Foi autor somente da referida obra.(259)

Brandão Junior inicialmente faz uma extensa dedicatória a um tal "BARRETO" (seria o Dr. Luiz Pereira Barreto, seu colega de universidade e, posteriormente, um destacado intelectuall do positivismo no Brasil).(260) Também faria uma declaração de amor ao positivismo e ao "mestre Augusto Conte". No entanto, ao contrário do que poderíamos supor, a dedicatória de Brandão Junior é muito mais do que uma simples dedicatória de deferência e agradecimento. Sendo o seu trabalho uma obra produzida para a cátedra uni-

versitária européia (tratava-se de uma tese de Doutorado), o autor faz de sua dedicatória um espaço para sistematização de seus métodos e o caráter essencial de suas proposições.

Logo no início esclarecia ele que um dos seus objetivos no trabalho que apresentava era o de ser útil ao seu "país" e à "sociedade". Sendo assim, advertia que as principais críticas que poderiam ser feitas a sua obra eram frutos de indiferentismos, rancores e antipatias. Falando do "indifferentismo" (que ele atribuía a um possível defeito de organização mental) Brandão Junior criticava os possíveis críticos "literatos", os quais ele chamava de "conjugadores de verbo" e de "pilherias sensaboronas". Desde logo, o autor procura desacreditar seus prováveis críticos. Para isso, utilizando metáforas, fazia desfilar, através de imagens caricaturadas, além do "literato", o "moralista", e "desconhecido", o "filósofo", o "retrógado" e o "relativista". Enfatizava Brandão Junior que sua obra representava mais do que tudo, um "óbulo" na construção do "edifício da sociedade".

Na primeira parte de sua obra, Brandão Jr. faz um exame sobre o grau de *civilização* das sociedades. Este é o seu ponto de partida para explicar, por exemplo, a vinda dos africanos como escravos para as Américas e, no caso, o Brasil. Percebe-se já no Autor uma perspectiva analítica positivista e evolucionista. E, inclusive, a partir dessa abordagem que ao longo do livro estabeleceu as bases de todos os seus argumentos. Fala da predominância do "extinto de conservação material" quando da "infância social dos povos", para substanciar uma idéia (que, na falta de outra melhor expressão, poderíamos chamar de *transição*) que expli-

casasse a passagem dos povos entre a "quadra primitiva da humanidade" e o seu "estado positivo final", isto é, seu "gráo de civilização muito adiantado". Esta idéia central era apoiada pela análise das fases de constituição de um dado "organismo" (sociedade). Aliás, é interessante notar que as imagens que utiliza nessa reflexão, são de um "organismo" em funcionamento a partir de seu processo evolutivo, da mesma forma como o desenvolvimento do corpo humano está em contínua evolução num "progresso dynamico". Assevera o Autor que, marchando para o "estado primitivo da humanidade", algumas sociedades (povos) desapareceriam quando o seu "progresso dynamico" fosse interrompido (ele exemplifica com a Babilônia, Egito, etc.). De outra maneira, outros povos com "processos evolutivos específicos" tinham o seu "progresso" retardado, propiciando a "estabilidade do estado fetichista" dos mesmos (o exemplo que apresenta neste caso é o da China).

Uma outra idéia chave apresentada é da *racionalização* assumida pelo processo evolutivo "positivo" para alcançar os estágios finais de civilização. Por exemplo, analisando a América, Brandão Jr. destaca que aquele continente seguiu um processo de "evolução do espírito humano", quando os espanhóis lá desembarcaram em fins do século XIV. Segundo ele, os povos que habitavam a América possuíam diferentes "grãos de civilização", desenvolvendo-se segundo as "leis fixas e imutáveis do progresso subjectivo", supostamente irracionais para o Autor.

Brandão Jr. também analisa o "cristianismo" e suas bases impostas na colonização da América. Deste modo, os conflitos religiosos na Europa (reforma e inquisição) interfiriram na cris-

tianização das Américas. O autor criticava a política de cristianização dos indígenas no Brasil, onde os interesses do Império Português e de seus colonos acabaram se conflitando:

"Esses exilados, e muitos outros portugueses que imigravam para as colônias, professando em alto grau, não obstante as doutrinas do século, a máxima ou dogma do Catholicismo, DE ARROJAR DO SEIO, TODO AQUELE QUE NÃO TIVER AS MESMAS IDEIAS, assolaram o paiz, matando os seus pacíficos habitantes, ou reduzindo-os a escravidão, com a aparência de convertel-os à Fé Cathólica; e essa infeliz instituição sancionava-se no paiz, pelo simples voto desses poucos homens, expulsos do seu paiz, uns por crimes, outros pelas doutrinas de então, e todos ávidos em descobrir ouro no paiz que tinham conquistado !" (pp. 17)

Na realidade, Brandão Jr., ao iniciar esta primeira parte falando de "quadra primitiva" dos povos, e finalizar, criticando os cristãos, ou melhor o clero e a política de cristianização (ele abre uma exceção para os jesuítas e seu projeto de educação dos indígenas) pela escravização dos índios, enfatiza a sua crítica ao sistema de escravidão na sua gênese. Esboçava-se aqui o seu argumento principal, mais adiante examinado, de que a escravidão impedia o processo de "civilização" de qualquer sociedade.

"Os cor de cobre desapareceriam por não poderem torcer-se à escravidão, e os brancos lançavam-se os plagas africanas, à pretexto de ensinarem à esta outra raça mais infeliz ainda, os preceitos da sua religião; e deste modo a escravatura africana sancionava-se também no paiz, como uma necessidade para a sua agricultura; e a Mai-Patria legava as suas colônias uma instituição que grandes males lhes tem causado, e causará ainda, si sábias medidas não forem tomadas à tempo!" (pp. 22)

A escravidão dos indígenas havia sido substituída pela escravidão dos africanos ("outra raça mais infeliz ainda") e "grandes males" continuavam causando à sociedade. Tentando conduzir o leitor para as "sábias medidas" (que eram a própria construção de

sua conclusão) para extinguir a escravidão no Brasil, Brandão Jr. passa a analisar as bases da escravidão e a situação do escravo (africano) no Brasil. De início, porém, justifica-se dizendo que os fatos a serem expostos se referem à Província do Maranhão e que sendo ele criado numa fazenda de algodão daquela província, pretendia ser um "fiél narrador".

Definindo o escravo na sociedade brasileira ressaltava a sua condição de "coisa". Este é descrito pelo Autor como alguém que não possuía qualquer vontade social, já que "nas fazendas não há outra lei que a vontade absoluta do senhor, à qual é transmitida bruscamente ao feitor". Outrossim, é interessante destacar como, no fio de argumentação do Autor, essa idéia de "escravo-coisa" destituído de "vontade social" entra em contradição com sua análise posterior no final deste mesmo primeiro capítulo, onde afirma que: "não obstante toda a perseguição que eles [escravos] sofrem, e o cuidado que tem os senhores em reprimirem os sentimentos de independência, os escravos suspiram sempre pela liberdade, e o desejo de rebelarem-se para a conquista da sua independência". Se num primeiro momento, o escravo é um ser "coisificado" pela violência e os maus-tratos impostos pelo sistema escravista (inclusive em seus parâmetros jurídicos), o Autor destaca como o escravo anseia por sua liberdade através de seus "sentimentos de independência".

Na maior parte do segundo capítulo, Brandão Jr. descreve a jornada de trabalho dos escravos na lavoura do Maranhão: fases de trabalho, atividades de cultivo, divisão do processo de trabalho, etc. Destaca-se também a análise que faz do tipo de cultivo e

tratamento no sistema de lavoura escravista maranhense, como, por exemplo, o costume do desmatamento das florestas (algumas dessas questões são retomadas pelo Autor no capítulo VI -- "A Agricultura"). Outro ponto analisado é o tratamento dispensado aos escravos, onde passa a descrever os "horrores da escravidão". Prosseguindo em sua análise da "coisificação" do escravo, Brandão Jr. utiliza, inclusive, a imagem da *mulher submissa*, para explicar os sentimentos dos escravos diante da dominação:

"Quantas vezes não terá o negro amaldiçoado à essa raça branca que há muito tempo vive do seu suor, sem lhe dar os mais das vezes, outra recompensa do que um bárbaro castigo ? -- mas na raça negra domina o sentimento, e o seu coração é como o da mulher, hoje na sociedade, que traga em silêncio as infidelidades do marido, porque elle, esse homem que exige de sua esposa uma fidelidade que elle está longe de desempenhar-a é o pai de seus filhos". (pp. 38)

Essa imagem paternalizadora das relações sociais entre escravos e senhores proporciona ao Autor ocasião para argumentar que, apesar dos "rigores", os escravos eram bem tratados quando adoeciam, e ainda possuíam lotes de terras destinadas pelos senhores para constituírem suas roças, sendo dispensados do trabalho forçado nos domingos e feriados e conseguindo adquirir pecúlio necessário para comprar suas alforrias. Não obstante, estas visões de Brandão Jr. sobre o negro contém ilações de caráter racial (diferentes, por exemplo, daquelas de alguns memorialistas do início do século XIX). Embora não existindo ainda um conteúdo marcadamente biologizante no seu discurso sobre as diferenças sociais -- sem dúvida mais presentes no Brasil no final do século XIX -- o Autor utiliza as diferenças raciais como os conceitos que explicam os diferentes graus de civilização dos povos, isto

e, as diferenças raciais justificam as diferenças sociais e políticas dos povos. Neste sentido, assevera que a "malfadada" raça negra era "vilipendiada por outra melhor partilhada [raça branca] nos dons da inteligência".

Para argumentar como os elementos que aponta para se *abolir a escravidão no Brasil*, Brandão Jr. passa em revista a noção de sociedade, noção esta claramente permeada pelos valores positivistas, dos quais o Autor se apresenta como fervoroso defensor. No início do terceiro capítulo faz um esquadrinhamento da sociedade, a qual seria composta de (nesta ordem): 1) brancos europeus e seus descendentes; 2) mestiços livres, que compreenderiam nos "filhos dos brancos com as negras e indígenas e destes entre si"; 3) indígenas "definitivamente incorporados na sociedade" e, por último, 4) em "negros livres e escravos".

Como já frisamos, ainda que Brandão Jr. não explicita nenhuma divisão de cunho racial em sua análise da extratificação social, fica patente em sua classificação das partes constitutivas da "sociedade", que os negros ficariam em último lugar, ou seja, não só os escravos como também os negros livres. O critério classificatório do Autor é o da "civilização" (numa perspectiva positivista de civilização européia), já que os brancos e os mestiços, além de ocuparem as "posições oficiais" e formarem a maioria da "nação", constituíam-se nos "copistas da civilização européia". Já os indígenas "civilizados" e os negros forros na análise do Autor eram ociosos, quase sem instrução e, vivendo em condições miseráveis, representavam uma das partes "heterogêneas", que tanto mal causavam à sociedade. Com relação aos escravos a

definição do Autor é cética e lacônica: "os escravos.....são escravos ! Nenhuma instrução absolutamente !" Partindo desta classificação começa a expor suas principais críticas a sociedade escravista. Chama a atenção, inicialmente, para o fato de que a sociedade brasileira ser composta essencialmente de "partes heterogêneas" (as partes por ele classificadas) que prejudicavam qualquer projeto civilizatório nos moldes das "sociedades mais adiantadas da velha Europa".

"Ora, uma sociedade composta de partes tão heterogêneas, alimentando no seu seio um espírito de classe, degerando em monstruosa antipathia uma pelas outras; com exclusão quasi absoluta nos laços de família, e todos animados dum egoismo sacrilégio em nutrir-se á si somente, em prejuízo de todos, dizemos, qual será o futuro provável de uma tal sociedade ?" (pp. 38)

A idéia de *conflito* não está de todo ausente da análise de Brandão Jr.. Porém, o significado de conflito na sociedade ("espírito de classe" e "antipathia uma pelas outras") a partir dos seus postulados positivistas é de algo nocivo à sociedade, uma situação de "anomia". A História das sociedades, seu desenvolvimento e transformações são vistas na perspectiva de um organismo circulatório, com seus órgãos homogêneos. Nesse sentido, o conflito (as "partes heterogêneas") era fundamentalmente prejudicial ao seu bom funcionamento. De qualquer maneira, a proposta central aqui é a de que o escravos e a escravidão eram incompatíveis com a sociedade (a sociedade-nação projetada no imaginário positivista do Autor) que cada vez mais deveria se projetar para o futuro seguindo seu processo evolutivo racional. Era necessário que a sociedade repelisse a "deshumana instituição" da escravidão, pois correria o risco de enfrentar uma guerra civil tal qual a que

ocorreu nos Estados Unidos. Aliás, pela ênfase que o Autor demonstra ao se referir à guerra civil ocorrida no conflito em torno do processo de abolição dos E.U.A. e sua relação com os possíveis confrontos sociais a serem enfrentados no Brasil, bem evidencia como ele percebia a "heterogeneidade" da sociedade brasileira.

Admitindo a complexidade do problema da "escravatura" no Brasil, Brandão Jr. apresenta os "meios" que ele defendia (em forma de projeto) como soluções providenciais. Afirma que a Abolição imediata e incondicional feita, ou melhor originada das pressões das "nações civilizadas", provocaria prejuízo aos senhores de escravos, ficando estes completamente expropriados de sua "única fortuna". Defensor da propriedade privada, desde já se opõe a esse modelo de emancipação imediata. Defende uma emancipação gradual que deveria ser acompanhada de outras medidas, como a "educação" dos ex-escravos e "nascidos livres". Esta educação (entenda-se aí educação para o trabalho livre) deveria ser supervisionada pelos próprios senhores. Ressaltava que sem essa "educação", os libertos não estariam ainda preparados para a "liberdade" e causariam conflitos e transtornos sócio-econômicos à nação. Advertiu: "e o que lucraria o paiz com isso ? Elles estariam definitivamente incorporados à sociedade ? -- e a agricultura teria prosperado, ou ao menos ficado no mesmo pé em que hoje se acha ? -- Não -- nada disso aconteceria !; pelo contrário, o paiz retrogradaria de dois séculos mais !". Do ponto de vista social o Autor argumenta que, se aqueles homens "libertos" não fossem educados para serem incorporados à sociedade "civilizada" tornar-

se-ia "simples projecto dos primeiros rudimentos da especie humana !". Reforçando sua visão preconceituosa sobre os libertos, utiliza a imagem de "meninos no desenvolvimento intellectual" para representar os ex-escravos durante o processo de emancipação, no qual estes últimos, sem "vontade própria", teriam que ser "submetidos à um mentor".

E nas últimas páginas deste capítulo que Brandão Jr. sistematiza as suas idéias e métodos próprios para extinguir a escravidão no Brasil. Diga-se, a propósito, que o Autor destaca que as proposições a serem expostas, além do caráter econômico e social, baseia-se num critério "científico". É patente sua reflexão não só em favor da emancipação, mas fundamentalmente sua *defesa da propriedade privada*. Chega a advertir para as consequências funestas que uma emancipação imediata dos escravos poderia causar aos proprietários dos cativos, visto que aqueles "não poderiam ser privados delles [escravos] senão injustamente atacando-se o direito de propriedade":

"E se assim acontecesse, o sociológico na intenção de querer remediar a desgraça d'uma parte da sociedade, dando a liberdade aos escravos, lançaria a outra na miséria, privando-a do seu único meio de vida; porque os centenares de famílias que hoje vivem dos escravos, começariam a lutar com a pobreza, e o mal existiria pelo outro lado; e nesta permutação do mal, d'uma classe caindo sobre a outra, em nada resolve o problema a que nos propoemos, isto é, de estabelecermos uma hierarchia social, necessária a toda e qualquer sociedade bem organizada".(pp. 61-2)

Em seguida, Brandão Jr. enumera os pontos principais de seu projeto de emancipação:

1) A taxaço, através de lei, de ordenado ao escravo "proporcio-

nal ao seu trabalho";

2) Fim de qualquer negociação de compra e venda de escravos, sendo estes transformados em *escravos de gleba*;

3) Introdução de máquinas e tecnologia visando a racionalizar o trabalho na agricultura;

4) Fim do castigo corporal para o escravo, já que o mesmo "só serve de embrutecer ainda mais o homem";

5) Estipulação (também através de lei) de quantias para as alforrias dos escravos proporcionais as suas idades.

Concluía afirmando: "em pouco tempo estariam todos os escravos libertos, tendo ainda os estabelecimentos dos fazendeiros para continuarem nos trabalhos da lavoura, para os quaes seriam contratados como colonos, e a nação ficaria assim livre da mais inhumana de todas instituições".

Segundo o referido Autor, este projeto caso fosse realizado (ele exemplifica, inclusive, com a lavoura de algodão maranhense), viabilizaria uma sociedade sem escravidão, porém sem grandes rupturas no plano econômico e social. Quanto ao "ordenado" a ser pago aos escravos, ressalta que tal prática permitiria um aumento da produtividade do trabalho, já que o pagamento seria proporcional ao trabalho executado por cada escravo. Do lado dos cativos, o recebimento de ordenados tornaria possível que num prazo de 10 ou 15 anos eles reunissem dinheiro (*pecúlio*) suficiente para obterem suas alforrias que deveriam ser fixadas legalmente consoante as suas idades. Inimigo de qualquer tipo de emancipação imediata frisa que o conjunto de práticas que aponta

torna possível a amortização do capital empregado pelos senhores na compra de escravos. Por último, Brandão Jr. defende a idéia de uma gradual *colonização* com a população ex-escrava.

"Os seus descendentes, seriam ainda, considerados escravos, ou simplesmente tributários dos seus antigos possuidores, durante um tempo dado, no fim do qual todos seriam considerados livres mas sujeitos aos estabelecimentos como colonos, pela sua incapacidade de dirigirem-se por si mesmo".(pp. 66)

A partir desta fala é possível perceber várias questões discutidas na época e até mesmo algumas questões reproduzidas pela historiografia mais recente que analisou o final da escravidão e as relações sociais e de trabalho dos negros brasileiros no pós-Abolição. Inicialmente percebe-se no Autor a sua resoluta crítica a uma emancipação imediata para os escravos. As imagens que ele produz sobre o escravo e o liberto, são as imagens da *coisificação* de homens e mulheres sem vontade e autonomia política; neste sentido o processo de emancipação por ele defendido era destituído de sujeitos históricos e de lutas e conflitos entre eles. Neste discurso, igualmente, já esboça-se a matriz de uma idéia que depois ganharia força (com desdobramentos analíticos) nos trabalhos de Florestan Fernandes para explicar o negro no Brasil e a sua suposta "não integração" na sociedade "capitalista": as marcas da escravidão na experiência social da população negra ex-escrava. A idéia do *gradualismo* na Abolição tinha também -- na perspectiva do Autor -- uma conotação racial sem sentido político, já que o negro marcado pela escravidão tinha que ser preparado pelo "branco" para viver numa sociedade "livre e civilizada" em que pudesse se integrar, servindo como um "élio da ca-

deia da humanidade".

"E o branco conhecendo melhor a sua posição, e o grau da escala social que o negro deve ocupar, levante esse seo semelhante com fraterna mão, em vez de opprimil-o como um vil escabêllo, dos sentimentos egoístas do seo coração !" (pp. 68)

Sugere assim que o exemplo deveria ser iniciado pelo próprio Imperador emancipando todos os escravos de suas propriedades. Nos últimos parágrafos deste capítulo -- destemido na defesa de sua idéias -- dedica-se a rebater, já de antemão, as possíveis e prováveis críticas que lhe seriam dirigidas. Desqualifica-as com frutos do "indeferentismo", da "verdade" e do "ódio".

Dando continuidade a sua análise da condição do escravo no Brasil e da necessidade de se abolir a escravidão a partir das propostas por ele apresentadas, Brandão Jr. sistematiza seu projeto de *colonização*. Eis aqui o ponto que mais nos interessa. Examina os quilombolas que segundo a sua definição (as mesmas das leis repressoras da época) consistiam em escravos fujões que habitavam as matas, organizando comunidades (que ele definia como "república") onde procuravam sobreviver pescando e caçando. Chamava a atenção para o fato de que essas comunidades não se desenvolviam posto a condição de "foragidos" de seus habitantes, e que cada vez mais atraíam o "ódio exterminador" dos "brancos". Ao invés disso, tais "calhambolas" limitavam-se a desenvolver pequenas plantações de milho, arroz, mandiocas, e muitos chegavam a comercializar algodão com alguns fazendeiros da região em troca de ferramentas e armas. Assim sendo, adverte (numa nota) que essa prática de alguns fazendeiros, muitas vezes fruto do "medo" ou de "sympatia" para com os quilombolas, acabara induzindo muitos es-

cravos a fazerem o mesmo com os quilombolas, roubando para isso os seus senhores:

"O costume (permitamos dizer) dalguns fazendeiros venderem fazendas e outros gêneros aos foragidos, estendendo-se também áquelles que vivem nas fazendas dos seus senhores; e esse máo costume induz os escravos a roubar aos seus senhores, para trocarem por cachaça, fazendas, etc., em casa destes vendilhões, sedutores de escravos".(pp. 77-8)

Segundo sua argumentação cada vez mais esses quilombolas, "verdadeiros fetichistas", aumentavam em número (citou a "célebre República de Palmares"), inspirando "verdadeiros ciúmes aos brancos" que temiam a formação de "uma sociedade na sociedade". Estes quilombos, que cada vez mais populavam o Brasil, especialmente a província do Maranhão (exemplifica com as tentativas infrutíferas de destruir os quilombos nas áreas de Turiaçu e Mearim) eram frutos do estado da sociedade brasileira, na qual as leis eram desrespeitadas e a "anarchia social" e a "heterogeneidade de raças" reinavam. De forma retórica procura "defender" a ação dos quilombolas que sofrendo "barbáros castigos" eram impiedosamente perseguidos segundo ele. Na verdade, Brandão Jr. tenta orientar o leitor para sua proposta central nesta parte de sua obra que é a da transformação dos quilombolas em colonos:

"Não seria mais justo que o governo tratasse de empregar esses homens como colonos, livrando-os por este meio, d'um castigo bárbaro, que só serve de excitar os brancos contra eses infelizes, e estes constantemente a occultarem-se nas matas".(pp. 86)

E a partir das entrelinhas desta proposta a respeito da colonização de quilombolas que podemos examinar algumas questões importantes sobre os quilombos oitocentistas do Maranhão. Através do discurso retórico de Brandão Jr. -- onde salienta-se as condi-

ções em que viviam os escravos, que, portanto, os obrigava a fugir -- percebemos como elabora-se uma percepção do quilombo enquanto uma comunidade alternativa (ao contrário de marginalizada), ou melhor uma "sociedade na sociedade" em "estado fetichista". De outra forma, Brandão Jr. critica os ataques dos "brancos" a esses quilombos, pois, além de serem inúteis (os quilombos cada vez mais se reproduziam no Maranhão), esses ataques tornavam-se cada vez mais um "monstruoso mortecínio" e cabia ser repellido pela "civilização". Frisa ainda que alguns mocambos, pelos seus muitos anos de existência, possuíam uma população de terceira e até quarta geração de fugitivos e , sendo assim, nos ataques realizados a eles era muito difícil restituir esses quilombolas a seus primeiros reclamantes:

"E aqui perguntamos, a quem entregam os escravos descendentes de outros que fugiram há quinze ou vinte anos. -- Sem dúvida que ao primeiro senhor que com os seus velhos documentos de posseção provar que há trinta ou quarenta annos fugio-lhe uma escrava de nome JOANA, e que segundo a legenda do prisioneiro, deve ser, sem dúvida, a mai ou avó do SOBRE DITO CUJO !..."(pp. 87)

Nesta interpretação, a proliferação endêmica dos quilombos era resultado da própria existência da escravidão que consequentemente gerava a "heterogeneidade sócio-racial" na sociedade. O principal era controlar o trabalho e a economia destes quilombolas (para tal propunha a transformação deles em colonos) já que muitos comercializavam com fazendeiros e lavradores locais. Ou seja, ao propor tal colonização específica, Brandão Jr. já destacava de que modo esses quilombos (pelo menos os maiores e mais antigos) se tinham transformados em grupos camponeses negros nas

áreas rurais do Maranhão. Portanto seria necessário incorporar a força de trabalho desses quilombolas no seu projeto de racionalização da agricultura com a extinção da escravidão e o desenvolvimento da colonização.

No argumento de sua proposta emancipacionista, Brandão Jr. faz uma análise crítica contundente à forma de governo no Brasil, isto é, o governo monárquico constitucional. Criticando a "desordem" e a "anarquia" em que se encontrava o País após a adoção do modelo governativo constitucional, ressalta que o País ainda não está preparado para aquela forma de governo:

el=01,mp,me=19>"A maioria da nação não estava ainda no estado de compreender a forma de governo que tinha adoptado, et a passagem brusca da civilização militar, único governo que lhe convinha então, para o excesso de liberdade que lhe concedeo um tal governo, fatigou os seus órgãos num exercício prematuro, e educou no seio da nação um gérmen de descórdia, que talvez causará o seu desmenbramento total, se não opposerem uma forte barreira a anarchia que separa os seus elementos".(pp. 105-6)

A explicação do Autor fundamenta-se em suas próprias teorias positivistas que viam o desenvolvimento de uma sociedade como realizado em fases, etapas evolutivas e cumulativas de estágios sociais. No trecho acima transcrito, também é possível perceber como, mais uma vez, utiliza as imagens de um "organismo" (a sociedade) que precisava de total harmonia para seu bom funcionamento. Neste sentido, um forma de governo com "excesso de liberdade" poderia "fatigar" os "órgãos" da sociedade brasileira ainda

não preparada, pois seria um "exercício prematuro". Quanto à lei, definida como base de uma sociedade organizada, criticava-a em seus dispositivos e funções no Brasil, visto que era desrespeitada e/ou utilizada em proveito próprio por algumas "classes" mais "poderosas e egoístas". Critica também o jogo político ao qual estava entregue o poder constitucional brasileiro, posto que as facções políticas seguiam unicamente seus "interesses pessoais". De um lado, existia o partido liberal, que "augmentava a anarquia", e do outro o partido conservador que "detia a nação num mar de pretensões egoístas". Outras críticas de Brandão Jr. são dirigidas à imprensa no Brasil, que se havia prostituído, transformando sua "missão social em alvo de vinganças pessoais, e cartão de rascunhos de meninos ignorantes e teimosos". Nesta parte utiliza toda a retórica de que dispõe para criticar o "quadro de anarquia social" em que se encontrava o Brasil.

Na verdade, a documentação manuscritas, os relatórios provinciais impressos, a imprensa e a própria literatura regional de época e contemporânea registram os conflitos envolvendo eleições, grupos e partidos políticos no Maranhão ao longo do século XIX. O próprio Olímpio Machado ao assumir a presidência da província, em 1854, imprimindo mudanças econômicas e administrativas, reclamaria ao ministro da Justiça quanto ao "sistema de câlúnias" levado a cabo pela oposição através da imprensa local.(261)

Em 1862, os conflitos eleitorais em Codó eram tão "irreconciliáveis", uma vez que os dois partidos -- liberais e conservadores -- estavam "se hstilisando e se processando" que pedia-se

a intervenção judiciária e policial. Disputas entre liberais e conservadores foram, de fato, constantes na Província do Maranhão. Grandes fazendeiros e famílias influentes dominavam estes partidos e a política provincial. Entre os conservadores havia os Viveiros, os Mendes, os Sousa e os Cerveira. Já do lado dos liberais postavam-se os Costa Ferreira, os Franco de Sá, os Ribeiro e os Serrão. A nomeação dos presidentes de província era temperada menos pelo clima eleitoral do que à força dos partidos na região e o jogo político na Corte Imperial. Na realidade, "para os escolhidos, o cargo de Presidente era apenas um prêmio de serviço já prestados e expectativa de um título nobiliárquico ou de uma vitaliciedade no Senado". No Maranhão só nos 49 anos de duração do Segundo Reinado foram nomeados pelo trono 43 presidentes sem contar aqueles que assumiram a presidência da Província interinamente: mais de 40.(262)

Esses conflitos travados entre grupos políticos das elites e grandes fazendeiros acabavam tendo uma influência junto as populações livre e pobres (não eleitores) e mesmos escravos e quilombolas. Denunciando ou requisitando força militar contra quilombos ou insurreições escravas não era incomum determinados grupos e mesmo autoridades desviarem os olhares da população e autoridades para garantir impunidades nas frequentes fraudes eleitorais. A propósito de uma requisição de tropas de São Luis para atacar quilombos na Comarca de São Bento, em fins de 1876, o presidente da província Frederico de Almeida e Albuquerque lembrava que era "epoca eleitoral" era necessário "para arredar do governo qualquer idéia de intervenção no sentido de por meio da força

evitar que as eleições corressem livremente". Neste sentido, mandou "recolher a capital" a força militar que já tinha sido enviada. (263)

Mas a crítica de Brandão Jr. aos "excessos" da política interna no Brasil tinha um objetivo maior do que uma denúncia. E nos pormenores do seu discurso que começa a esboçar sua idéia de *nação*, idéia esta que se alinha perfeitamente com seu projeto emancipacionista. Falando repetidas vezes, de "dever social", a idéia de sociedade-nação-civilização cada vez mais se materializa em suas análises. Em tais pressupostos, a nação representava uma sociedade que deveria buscar a homogeneidade das suas classes, para alçar os estágios civilizatórios mais adiantados, conquistando, assim, o progresso social e econômico. A escravidão, enquanto instituição, constituía um entrave nesse "processo civilizatório" desenhado pelo Autor:

"sem um systema qualquer de direcção, e a convicção numa norma de conducta qui inspire um interesse geral, baseado na sciência do Dever, nunca homem nenhum sairá do vulgar; e sem a legítima abnegação do EU PESSOAL, pela felicidade comum, oscilaremos sempre entre as pretensões egoístas de interesse próprio, e os sentimentos altruistas pelo bem da sociedade !" (pp. 113-4)

Clama pela intervenção do Imperador como "guia" e "chefe" para por fim ao "quadro despartido da nossa sociedade" (antes faz uma delicada crítica a D. Pedro II que na sua percepção mantinha-se "mudo e quieto", assistindo com indiferença ao "triste drama" da sociedade brasileira). Ao mesmo tempo faz uma defesa intransigente do *centralismo monárquico*, afirmando que o Imperador constitia-se no "único brasileiro que pode mais facilmente trabalhar pela felicidade da sua pátria". Se a nação-sociedade

formava-se, a Pátria necessitava de um grande líder.

Na última parte -- na construção de seu argumento de colonização como etapa emancipacionista -- Brandão Jr. apresenta um tratado sobre a agricultura, tomando como referencial a Província do Maranhão. Afirma inicialmente que o seu objetivo com este tratado não era teorizar e sim por em prática algumas idéias que defende, pois acha-se "sempre animado do desejo de concorrer para o seu melhoramento agrícola, e o de prestarmos algum serviço ao nosso paiz". Dedica-se a analisar detidamente a vegetação e o clima da província maranhense. Criticando o "método de plantação" da agricultura daquela província (no caso, o algodão), aponta erros e consequências, sugerindo modificações. Nesta parte da obra faz diversas observações sobre a população, produção agrícola, sistema de navegação e estradas da província do Maranhão. Extrai-se aqui a idéia sustentada pelo Autor a respeito da "racionalização" da produção agrícola. Defende a realização de reformas e mudanças no sistema agrícola brasileiro. Novamente destacaria a necessidade de um processo contínuo de colonização. De outro modo, o Autor politiza o conceito de "raça" nas suas argumentações:

"E a cessação do tráfico da escravatura, que parece á primeira vista um golpe fatal dado á agricultura no Brasil, não foi senão em vantagem da raça branca, que sendo a mais inteligente, necessariamente viria a triunphar da raça negra, ou pelo domínio exclusivo da primeira, ou pela fusão completa da segunda, como vai acontecendo. Em São Domingos deo-se o contrário, isto é, o domínio da raça negra, e a fusão talvez da raça branca, enfraquecida pelo número não obstante a sua superioridade de inteligência". (pp. 155-6)

O medo branco do Haiti surgiria mais uma vez nos discursos das elites no século XIX. No caso de Brandão este "medo" é permeado de um racismo cada vez mais presente quando passa a defen-

der o *imigrantismo*. No projeto imigrantista de Brandão Jr. o "processo civilizatório" deveria ser acompanhado de *estabelecimentos coloniais de trabalhadores imigrantes europeus*:

"Ao governo compete promover a emigração européia nas convindo antes disso criar algumas leis que sendo fielmente respeitadas, o paiz venha a lucrar com os seus filhos adoptivos, e estes não sejam lezados pelos colonizadores".(pp. 160)

Descreve algumas experiências de várias colônias agrícolas com indígenas e imigrantes europeus criadas no Maranhão depois da década de 1850. Procura ainda apontar alguns erros no estabelecimento dessas colônias, indicando as providências que achava necessárias para o sucesso do empreendimento imigrantista que defende.

É possível analisar o discurso apresentado por Brandão Jr. nesta obra como mais um esforço das elites no sentido de definir o lugar do negro numa sociedade onde a escravidão devia ser extinta. Baseando-se nas doutrinas sociais do positivismo, sua fala evidencia a idéia de uma sociedade que deveria rumar para o progresso civilizatório mais desenvolvido, tal qual o alcançado pelas nações européias. Apresenta-se a sociedade brasileira num estado anômico, decorrente da escravidão. O fio de argumentação é o da "natural" incompatibilidade entre uma sociedade no processo final de civilização e a instituição da escravidão. Tal instituição era a principal responsável, entre outras coisas, pelo estado de anarquia social da sociedade brasileira, composta, neste sentido, de partes heterogêneas e antagônicas. No seu pensamento Brandão Jr. desenha uma sociedade harmônica, sem conflitos e tensões; a imagem biológica de um organismo em funcionamento harmônico parece estar sempre em sua mente.

Outrossim, Brandão Jr. tem vários interlocutores. De um lado, procura dialogar com os fazendeiros escravistas cada vez mais reticentes com as mudanças com relação à mão-de-obra que emergiram a partir da metade daquele século. Aliás, o próprio Autor era originário de uma família de latifundiários escravistas (da região do Itapecuru-mirim) e foi duramente criticado por seu irmão quando da publicação de sua obra e o desdobramento de suas propostas.(264) Em vários momentos de sua fala procura, inclusive, de antemão, rebater tais críticas, as quais denomina de fruto de "egoísmos" e "indiferentismos".

Por outro lado, as propostas de Brandão Jr. se alinham a vários outros projetos reformistas de diversos emancipacionistas e imigrantistas que ganharam força a partir de 1870.(265) Diferentemente de outros projetos de emancipação gradual, propõe a extinção da escravidão, convertendo os cativos em escravos da *gleba*, transformando-os posteriormente em colonos. Como afirmamos no início, as proposições de Brandão Jr. procuram definir o espaço do negro na sociedade e sem escravidão que idealiza. Antes de mais nada, sustenta a necessidade da emancipação ser acompanhada de "educação" para os ex-escravos. Já tem como perspectiva a idéia da "integração" do negro numa "nova" sociedade. Nesse sentido, a proposta de colonização dos quilombolas era ousada apenas na aparência. Percebendo a autonomia e a durabilidade de alguns quilombos que mantinham extensas e profundas relações mercantis com fazendeiros e lavradores locais, propõe a colonização dos quilombolas. Esta seria feita a partir do controle do trabalho e da produção agrícola.

Muitos desses pressupostos positivistas materializam-se

nos discursos das elites no final do século XIX no Brasil.(266) Não a transformação de quilombolas em colonos. De qualquer modo, é possível ler o projeto emancipacionista de Brandão Jr. como uma visão que procura definir, a partir de um postulado positivista, as novas doutrinas de uma sociedade "civilizada", onde a classificação "sócio-racial" de seus cidadãos era o seu "graó civilizatório".(267)

Podemos acompanhar mais um pouco os desdobramentos destas idéias de Brandão Jr. seguindo outros argumentos. Vamos àqueles propostos por João Dunshee de Abranches Moura, em 1888, numa memória apresentada a Associação Comercial do Maranhão.(268) Preocupava-se a "transformação do trabalho" numa sociedade que não poderia mais contar com o trabalho escravo. Tal qual Brandão Jr. tinha uma perspectiva "positivista" quanto a idéia de evolução da sociedade. Para o Maranhão destacava o seu estado de estagnação e atraso econômico, responsabilizando a falta de investimentos de capitais na Província.(269)

Seu tema principal -- quase sob forma de projeto -- era a utilização do trabalho livre nas lavouras maranhenses. Inicialmente argumentou sobre a experiência da imigração estrangeira no Maranhão. Já teria começado na região do Pindaré, em 1817. Nesta ocasião, um tal capitão inglês Welstood montaria uma serraria a vapor com 70 trabalhadores irlandeses. Tal experiência foi um fracasso, posto que "infelizmente uma epidemia de febres malignas devastou grande número delles; outros morreram envenenados pelas fructas daninhas que não conheciam e os que restaram, abandonaram o centro e vieram mendigos pela capital".(270)

Dunshee de Abranches também destacaria a experiência imi-

grantista estrangeira -- igualmente fracassada -- com os chineses no Maranhão. Sua reflexão aqui ganharia contornos nitidamente preconceituosos dentro do discursos de "heterogeneidade racial" emergente naquele contexto:

"A imigração impoz-se então como o meio de realizar esse methodo aconselhado para adiantar a lavoura do paiz. As medidas não tardaram a apparecer, mas os planos não poderam ser mais desastrados. A primeira corrente que procurou-se attrahir, foi a chinesa! Realizaram-se mesmo muitas despesas, querendo levar a effeito esse projecto que, se não fosse dictado por homens cuja illustração é sabida, com certeza seria acoimado da mais triste ignorância dos caracteres, hábitos e influências de uma raça perniciosa ao nosso desenvolvimento. Era querer sanar um mal com outro ainda maior".(271)

Dunshee de Abranches propunha a Associação Comercial do Maranhão um plano a "transformação do trabalho", no caso, o trabalho escravo para o trabalho livre. Consistia na divisão das fazendas em lotes e dos trabalhadores em "classes" (tipos). Fundamentalmente defenderia a "conservação do ex-trabalhador escravo". Tanto os fazendeiros -- através da Associação Comercial -- como as autoridades públicas deveriam estabelecer metas, prioridades e tomar "medidas". A Associação deveria criar um banco rural, facilitando o crédito e os investimentos. Organizaria uma estatística, publicaria um Anuário, também realizando uma exposição a cada ano. Como "medidas" mais imediatas, investiria em "propagandas para atrair o imigrante europeu" e forneceria sementes para os lavradores. Igualmente seria atribuição desta Associação, naquele momento, "contractar por conta dos interessados os libertos que quizerem seguir para as lavouras". A questão de fundo era manter a disciplina dos trabalhadores e o controle sobre o trabalho.(272)

O poder público também teria papel importante neste projeto. Como "medidas" de curto prazo, "transitórias" contribuiria com a "fixação do trabalho", a "repressão dos vagabundos", o "estabelecimento de prova de trabalho" e a "dilatação do poder judiciário". Estas "medidas" seriam acompanhadas de outras de caráter "permanentes" como a "constituição systemática da monogamia" e a "criação de escolas agrícolas e instrução primária".(273)

Dunshee de Abranches, na ocasião, ainda era um jovem advogado, que mais tarde destacaria-se como "publicista" com vários estudos sobre os problemas internacionais brasileiros. Era um homem de seu próprio tempo. Nascido no Maranhão, em 1868, era mais um representante de sua importante família. Devia falar, ou melhor, escrever, olhando para as paisagens que o rodeavam. Mais que reclamar do "atraso econômico", da falta de "capitais", das experiências frustradas com a imigração estrangeira e do perigo de "raças perniciosas" possivelmente temia o desdobramento da emancipação no Maranhão ainda que fosse um abolicionista. Nas áreas rurais, cada vez mais via menos fazendas e trabalho "organizado" e sim setores de pequenos camponeses -- inclusive negros -- se estabelecendo em áreas de fronteiras agrícolas abertas assim como o problema com as populações indígenas nos quatro cantos do Maranhão.(274)

Em 1938, já bem idoso, Dunshee de Abranches escreveria um livro de memórias, onde relembriaria seus tempos de infância e de jovem abolicionista. Criado na região do Bacanga, não muito distante de São Luís também falou dos quilombos, mesmo aqueles "dentro da própria ilha" e durante "longos annos existiram sem ser descobertos".

Certamente não estava falando dos antigos e grandes quilombos do Turiaçu-Gurupi.(275) Nas últimas décadas da escravidão lembrava da propaganda abolicionista em São Luís, de grupos de escravos fugidos em áreas urbanas e o do papel de alguns jovens abolicionistas como ele. Mais do que um libelo, este seu livro de memória vinha em forma de romance:

"A esse tempo, nas matas do sítio S. Jeronymo antiga propriedade de meu pae, no Bacanga, localizáramos o Quilombo da Sumaúmeira. Tiráramos o nome de uma secular e gigantesca paineira que alli existia e viveu até 1934, quando tombou fulminado por um raio. Entre algumas de suas colossaes raizes que, partidas do tronco, muito acima da superficie do solo, se projectavam a quatro metros de distância, formando perfeitos compartimentos, armavam-se redes para repousar a sesta. E, a pretexto de caçadas, alli se reunia de quando em vez o nosso grupo levando sal, fumo e cafe aos fugitivos, pois não lhes faltavam alimentos em tão ubérrimas terras, até que pudessem ir escapando para o Ceará e os seringaes da Amazônia. Para isso, dispunhâmos de espiões e auxiliares preciosos".(276)

Provavelmente, as paisagens rurais do Maranhão não estivessem tão mudadas assim. Passados 50 anos da Abolição e do projeto enviado à Associação Commercial, as dificuldades e problemas sócio-econômicos continuariam os mesmos. A tão desejada colonização com a imigração estrangeira ficou no sonho. A batalha pela "transformação do trabalho" foi travada entre a truculência e intolerância de fazendeiros e autoridades públicas, libertos e negros que migraram, espalhando-se em vilas camponesas e grupos indígenas que lutavam pela terra.(277) Dunshee de Abranches, agora, colonizava suas memórias.(278)

VIII. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": A insurreição quilombola de Viana (1867)

Ano de 1867. Ainda na província do Maranhão. Foram "tempos de guerra". Como vimos, os quilombos já faziam parte das paisagens do Maranhão, especialmente na área do Turiaçu-Gurupi estendendo-se até Viana. Aliás diriam os lavradores em uma ocasião a necessidade de se "debellar uma cadeia de quilombos que se estende de Viana ao Tury-assú".(279) Quilombos havia por toda parte. Inúmeros e grandes.

Se não fosse só isso as autoridades maranhenses estavam às voltas, na segunda metade dos anos 60, com o problema do recrutamento para a guerra do Paraguai. A quase totalidade da tropa de linha tinha sido enviada para os campos de batalha. Foram também enviados "voluntários da pátria" (muitos escravos compunham estes corpos) e mesmo um bom número de milicianos da Guarda Nacional. Do Maranhão seguiu um considerável contingente militar para o Paraguai: foram mais de 3.000 homens.(280)

O Maranhão parecia estar totalmente desguarnecido. Talvez nem tanto. Como veremos, o que mais assustava os senhores e de tabela as autoridades era que a permanente movimentação dos quilombolas em várias regiões da província se transformasse, de facto, numa insurreição negra generalizada, reunindo também os cativos assenzalados. Tal medo materializou-se em meados de 1867. Inicia-se uma insurreição. Centenas de quilombolas deixaram seus mocambos, viajaram dias e mais dias na floresta e invadiram fa-

zendas e casas na vila de Viana.(281)

Os ataques dos quilombolas começaram justamente pela fazenda *Santa Bárbara*. Antes tinham passado pela fazenda *Santo Inácio*. Mas esta não foi atacada. Cercada, ocupada e saqueada a *Santa Bárbara* rumaram para o engenho *Timbó*. No caminho, mais uma fazenda foi poupada. Entraram na fazenda *Santa Maria*, porém, tal qual a *Santo Inácio* não a saquearam. Igual sorte não teve o engenho *Timbó*. Seus moradores foram ameaçados. Os ataques continuariam. Os quilombolas seguiram em frente. Invadiram a vila Nova de Anadia. Casas comerciais foram saqueadas. Dali iniciaram o caminho de volta. Depois de passarem a noite na fazenda *São José* retornaram a *Santa Bárbara*. Escreveram um manifesto reivindicando a liberdade. Houve repressão. Lutas, mortos e feridos. Os quilombolas foram rechaçados e dispersaram-se nas matas. Voltaram para seus mocambos. Seriam perseguidos implacavelmente.

Porque centenas de quilombolas saíram da região do Turiaçu, viajaram dias e saquearam algumas fazendas? Quais seriam as razões e conteúdo de seu manifesto? Já vimos como nessa região -- assim como no restante da província maranhense -- os quilombolas resistiam a expedições anti-mocambos, utilizavam diversas estratégias de enfrentamento e contavam com uma extensa rede de proteção e comércio. Aquele levante parecia ser um dado novo naquela tradição de luta quilombola e devia ter uma explicação. Percorreremos a história dessa insurreição nos seus lances e detalhes. Começemos com o manifesto que os quilombolas enviaram as autoridades:

"Ilmos. Senhores delegados e comandantes do destacamento de Viana

Santa Bárbara, 10 de julho de 1867

Comunicamos a Vossas Senhores que nos achamos em campo a tratar da liberdade dos cativos, por muito que esperamos por ella, e como o nosso dezejo e por todos e não fazer mal a ninguém esperamos por ella em Santo Ignácio e quando não appareça athe o dia 15 de mes vindouro não teremos remedio senão lançar-mos mão nas armas e la hirmos, podendo Vossas Senhorias, contatem que temos 1.000 armas de fogo e contarmos com todos os arcos dos gentios em nosa defeza e da liberdade, e espero que não tomem este noço avizo por graça é muito seria esta nossa deliberação e assim se privinão, e esperamos pela resposta amanhã por todo dia. Somos de Vossas Senhorias.

Daniel Antonio de Araújo
João Antonio de Araújo".(282)

Inicialmente destaca-se nesta carta -- em tom de ultimato -- que os quilombolas a enviaram somente as autoridades policiais de Viana. Não a dirigiram ao Imperador, as autoridades superiores do Império e/ou da provincia e mesmo aos senhores, proprietários de escravos. Era como se a liberdade já estivesse garantida, bastava apenas o reconhecimento das autoridades policiais de Viana. Já vimos serem as mesmas as principais planejadores de expedições punitivas contra eles.

Tal manifesto -- soube-se depois -- foi escrito pelo administrador da fazenda *Santa Bárbara*, Plácido Mello dos Santos. Isso com muita coerção e também truculência por parte dos quilombolas. Os assinantes deste documento eram os próprios líderes do levante. As várias visões (e versões) sobre esta insurreição apareceriam nos autos de devassa. Nele testemunharam além dos quilombolas presos no posterior ataque ao Quilombo de *São Benedicto*, também escravos da fazenda *Santa Bárbara*, feitores e fazendeiros.

Para o quilombola Benedito -- que negou o máximo que pode a sua efetiva participação no ataque a Santa Bárbara -- a decisão do levante foi tomada exclusivamente pelos chefes do mocambo. Uma das razões de "abandonarem o mocambo" era a "muita fome que nele reina".(283) Já o quilombola Martiniano alegou que tinham a "intenção de levar pólvora e chumbo que pudessem encontrar, por quanto vinhão ameaçados pelos índios e desconfiavão que um preto sahido do mocambo, chamado Simão, livre e criminozo viesse ter com o major Raimundo Antonio Costa Ferreira para levar a tropa para bater o mocambo".(284) Este testemunho foi confirmado pelo quilombola Feliciano Corta-Mato que alegou "que viera_o com o fim de roubarem pólvora e armamento que encontrassem".(285)

Alguns quilombolas interrogados, porém, falaram um pouco mais. O quilombola Vicente revelou "que em caminho Daniel lhes disse que hia mandar um carta as autoridades desta cidade comunicando-lhes que vinha_o proclamar a sua liberdade".(286) Mesmo sempre alegando que tal decisão tinha partido dos chefes do mocambo, outros quilombolas interrogados também fizeram revelações nesta direção. Segundo ainda Feliciano: "Daniel disse junto com Joaquim Calisto que elles vinham buscar a liberdade".(287) Para Pulchéria, a intenção dos quilombolas era "guerriar com os brancos por causa da Lei dos Pretos, isto é, para serem estes considerados livres".(288) Definição mais clara ficou por conta do quilombola José de Colônia. Além de confirmar a motivação de roubos de pólvora e munição, afirmou que realizaram tal levante "para gosarem de sua liberdade, no mocambo onde estavam".(289) Hermogenes Antonio de Araújo -- herdeiro de Miguel de Araújo, da fazenda Santa

Maria -- fez suas as palavras dos quilombolas ao declarar que "aparecendo-lhe então Daniel escravo do seu irmão Virgílio Francisco de Araújo, disse que elles vinhão em procura de sua lei, isto é de sua carta de liberdade(...)".(290)

Procurar roubar pólvora e munição, enviar manifesto e pretenderem ficar libertos ou "gosarem de sua liberdade" no quilombo são motivações que, por certo, articulavam-se naquele contexto. Talvez prevendo os costumeiros ataques aos seus mocambos, a possibilidade de estarem enfrentando as *razias* de índios e um ambiente político de guerra internacional favoreceu a insurreição quilombola ou pelo menos a escolha da ocasião. Desde muito as autoridades e senhores temiam uma grande revolta. A guerra do Paraguai e o recrutamento para as tropas e Guarda Nacional também funcionou como tempero naquele caldeirão. Se fizeram palpitar os corações de senhores e autoridades também podem ter sido percebida e avaliada pelos quilombolas. O próprio quilombola Martiniano disse que soube no mocambo "que Lopes do Paraguay estava tratando da liberdade deles". Havia aqui uma percepção clara dos cativos sobre a guerra do Paraguai e os seus significados para a massa escrava. Não só porquê o contingente militar estava enfraquecido. Do Maranhão sabe-se que pelo menos 157 escravos foram libertados para lutar no Paraguai. Lutariam lado a lado com brancos livres pobres.(291)

E os ataques a determinadas fazendas? Qual o seu significado? Um primeiro argumento é de que estavam usando a tática do medo no sentido contrário. Assim como as autoridades e senhores rapidamente retaliavam as comunidades de senzalas em ocasião de

temores de revoltas e/ou mesmo expedições implacáveis anti-mocambos eram realizadas, quilombolas atacaram algumas fazendas, visando instaurar um terror que favorecesse uma negociação a seu favor: no caso a garantia da liberdade deles. Caso nosso argumento esteja caminhando em direção certa, talvez isso explique porque quilombolas atacaram e saquearam a fazenda *Santa Bárbara*, o engenho Timbó, as casas comerciais de vila Nova de Anadia e pouparam a fazenda *São José*, *Santo Inácio* e *Santa Maria* que estavam no caminho. A fazenda *Santa Bárbara* há muito tempo funcionava como principal entreposto e ponto de contato entre escravos e quilombolas. Já vimos isto. Quanto a fazenda *Santa Maria*, por exemplo, era propriedade dos herdeiros de Miguel de Araújo, irmão de Virgílio de Araújo, a quem o quilombola chefe Daniel pertencia. Havia, por assim dizer, uma geografia determinada politicamente naqueles ataques.

Ainda que o sentimento de pânico e pavor de moradores e senhores tenha soado ensaiado como uma orquestra no momento de eclosão da revolta, com os ânimos serenados algumas visões emergiram. Um bom relato aparece no depoimento de Dona Thereza Ignácia de Moraes Borges, proprietária do Engenho Timbó. Como "cenas de barbárie" descreve que sua fazenda foi "cercada por grande número de escravos armados de facas, facões e armas de fogo". Os quilombolas exigiram que todos da fazenda viessem para fora, inclusive filhos, agregados, visitas e cativos domésticos. Todos "forão trazidos sob impressões(sic), socos, empurrões e murros para a varanda da casa onde pozerão todos enfilheirados". Como vítimas diante de seus algozes todos esperavam que fossem mortos.

Entretanto, os quilombolas:

"declararam que não matarão a ninguém, porquanto quem os mandava não os authorizou a matar, mas que lhes entregassem toda a polvora e chumbo o que obrigarão a fazer seus dous filhos já mencionados e continuaram a pedir que lhes entregassem roupa e fazenda e armamentos que tivessem em seu poder, cujos objectos sendo-lhes entregues".(292)

Talvez bem representando no teatro do julgamento desta insurreição, Dona Thereza Ignácia descreve com ênfase as "vozerias e insultos" e a "grande selvageria" dos quilombolas, posto que:

"tanto forão as ameaças, insultos, e mesmo até o encosto de suas armas no corpo de suas victimas, a experiência que com uma de suas nettas, quiz um dos invazores fazer tencionando cortar o braço dessa sua netta e um delle invazor para ver se o sangue era ou não da mesma cor, que enumerar tudo que se deo seria assaz longa sua narração, alem de muito doida para toda sua familia que ainda hoje sente os effeitos da barbaridade praticada para com ella."(293)

Se a intenção dos quilombolas era instaurar o terror na região conseguiram. Infelizmente -- como veremos -- ao invés de verem atendidas suas reivindicações foram recepcionados com uma imediata repressão. Aqueles ataques as fazendas teriam ainda outros lances.

Comecemos pelo início. Foi numa segunda-feira que os quilombolas saíram dos seus mocambos. A viagem até a fazenda *Santa Bárbara* teve a duração de cinco dias. Chegaram finalmente a ela, quando foi cercada e invadida. Seu administrador -- o tal Plácido -- foi espancado e "esbordado foi metido em um tronco sendo também maltratada a sua familia". Os quilombolas rebeldes pernottaram na *Santa Bárbara* e para alimentação chegaram a mata "uma rez e um porco". Logo pela manhã rumaram para o engenho Timbó. Ali "prenderão os donos da casa e fizerão entregar o armamento e pól-

vora que tinha^o em seu poder, saqueando a fazenda e roubando-a, um gado e o mais que acharão". Também na ocasião viram "sahir fora do sitio uma pessoa montada em um cavallo". Não tentaram persegui-la, pois os "chefes" disseram que a mesma "era bom e tinha falla com elles". Os familiares e donos da fazenda foram, porém, "insultados". Depois rumaram para a vila Nova Anadia. Mais saques. O combate com as tropas militares só aconteceu quando retornaram a fazenda *Santa Bárbara*. Antes, entretanto, houve uma escaramuça contra os "brancos" da vila de Anadia.(294)

Esta insurreição tinha sido bem preparada. Os quilombolas escolheram não só os alvos a serem atingidos, mas também o que consideraram o momento certo para realizar tais ataques. Contariam com o apoio de vários escravos das fazendas da região. Muitos destes já tinham estado nos mocambos e/ou tinham comunicações frequentes com quilombolas. Não poucos aderiram ao levante e engrossaram o contingente que depois dos ataques retornou para os mocambos. Segundo o quilombola Vicente "por onde o bando de fugidos passava levava os cavallos que hião encontrando". Além disso, a eles juntavam-se "alguns pretos mais, sendo que todos os escravos pertencentes as fazendas *Santa Bárbara*, *Timbó* e *Santo Ignácio* estavam mancomunados de fugirem todos para o mocambo". Com a repressão imediata, os quilombolas constituíram até mesmo uma base logística em meio a floresta para socorrer os feridos em combates, "pois tinham preparado o hospital nas capoeiras de Santo Ignácio para aqueles feridos que se pudessem arrastar até lá".(295)

O que para senhores e autoridades constituiu-se numa terrível surpresa parecia ter sido há muito preparada pelos quilom-

bolas apoiados por aqueles que continuavam nas senzalas. Aguardavam uma boa ocasião. Diria mais o quilombola Feliciano.

"(...) que desde o mocambo ouvio dizer entre os mocambeiros que vinhão matar os senhores Plácido, e Aureliano por serem que metia diligências contra elles, tanto que quando os mocambeiros estiverão aqui da outra vez, baterão a pedra ao Senhor Aureliano mas não pegou fogo (...) Respondeo mais, que Daniel assegurou-lhe no mocambo que podião vir sem susto porque os brancos já tinhão hido para o Paraguay, e não tinha aqui quem os batesse".(296)

Eis aqui um dos motivos desta insurreição quilombola: uma fuga coletiva anteriormente frustrada. Estes quilombos estavam sempre sendo perseguidos pelas forças reescravizadoras enviadas de Viana, assim como de outras áreas próximas. Pelo menos, entre 1857 e 1863, as expedições anti-mocambos foram anuais. Isso acarretava constantes mudanças por parte dos quilombolas. Tinham que -- para protegerem-se -- abandonar seus mocambos e reconstruí-los em outros locais. Se não fosse só isso tinha também questões econômicas. Abandonavam também suas roças. Quando não eram queimadas pelas expedições. Também os constantes envios de diligências e a movimentação de tropas criavam obstáculos para o funcionamento de suas redes de comércio e proteção, envolvendo tanto cativos assenzalados, como forros, traficantes de ouro, lavradores e taberneiros. Tais situações e contextos significavam períodos de fome, precariedade e penúria na vida dos mocambos.

Também há aqui o fator percepção política destes quilombolas naquela ocasião. Assim como as autoridades amedrontadas, os quilombolas perceberam que grande parte da força militar da província tinha sido deslocada para combater no Paraguai. Havia ainda vários homens livres -- aptos para a Guarda Nacional -- que

tinham se refugiado, temendo o recrutamento.(297) Inicialmente, em 1865, tinham tentado uma fuga coletiva em massa para os quilombos. Ou seja, esta insurreição quilombola já tinha sido projetada para ocorrer dois anos antes ou quem sabe em anos anteriores. Em meados de março de 1865, o então delegado de polícia de Viana, Mariano José de Souza avisaria ao chefe de Polícia:

"(...)Consta por voz do público que os escravos fugidos e amocambados em dois quilombos pretendem se reunir e assaltar as fazendas do centro desta Comarca, e hoje mesmo chegou ao meu conhecimento que os cabocúlos Timbiras apresentaram-se em uma fazenda denominada == Timbó == de propriedade do Tenente José Caetano Borges para avizar que os pretos fugidos pretendião dar o assalto como acima já disse" (298)

Temores de insurreição verdadeiramente inundaram toda a província a partir dos anos 60. Da vila de Anajatuba chegaria em outubro de 1861, em São Luis rumores de rebeliões escravas com planejamento em curso. Falava-se "que diversos escravos formavão clubs em alguns lugares da villa, nos quaes declaravão que erão livres, pois que existia na barra um vapôr de guerra, que os vinha libertar, e que por esse motivo não devião mais obedecer a seus senhores". Acompanhando o medo, foram feitas investigações. A tecnologia policial utilizada foi a prisão de vários escravos e espancamento de alguns. Tudo feito com a autorização dos próprios senhores. Sobraria para o escravo Agostinho, de propriedade de Cristóvão Vieira. Fora acusado de incitar as senzalas na região, falando em *liberdade* e rebelião. Sob castigo acabaria confessando "que era verdade ter declarado a seus parceiros, que todos serião livres, pois que o ouvira dizer a vários pretos nesta capital, e que só esperavão que o vapor de guerra desembarcasse a tropa".

Foi necessário mais investigações. Descobriu-se que "semelhante ideia tem sua origem na entrada neste período de dous vapores de guerra, um dos Estados Unidos d'América do Norte e outro dos Estados, que se querem Constituir em Confederação separada". Notícias sobre a guerra civil nos E.U.A. estavam chegando aos quilombolas e escravos maranhenses.

Interessante. As autoridades pareciam mais temerem o medo do que a origem deles. Explico melhor: ainda que temessem as insurreições talvez custassem a acreditar que houvesse um planejamento, de fato, dos escravos para a eclosão de uma grande insurreição. Talvez o excesso de medo e/ou de preconceitos os deixassem cegos e surdos. Em Anajatuba, naquela ocasião, o delegado de polícia concluiria que não tinham os escravos "plano algum concertado", na verdade "apenas nutrem esperanças de sua liberdade". Não obstante, como precaução mandaria reforçar o policiamento da região, visando "neutralizar qualquer plano, que a questão dos Estados Unidos d'América do Norte possa fazer aqui aparecer entre os escravos".(299)

A movimentação de quilombolas por perto só faziam aumentar os temores de insurreição. No mês seguinte, seria a vez de estremeir a comarca de Viana. Ali também aquela "perigosa idéia" estava "tomando vulto entre os escravos", que já acreditavam "serem livres", uma "liberdade que lhes trouxera um vapor de guerra americano, que não os podendo libertar da primeira vez, breve voltará, e então será a liberdade afixada por edital na porta da Igreja". Falava-se em cativos "desgovernados, que se reúnem em sessões de noite em casa em que havião combinado acerca da liberdade "espe-

rada" e "quando naõ fazião sessões em casa, reunião-se de noite em grupos de 4, 6 e 8 pelas ruas".(300) Seria pura fantasia? Não podemos subestimar nem tampouco superdimensionar estes temores para uma análise histórica sobre o protesto escravo. Autoridades e fazendeiros acabaram escolhendo estas opções e em algumas situações deram-se mal. O medo de rebeliões negras surgiu em várias regiões. Porém, seus impactos e desdobramentos tiveram roteiros diferenciados, simbólicos mas também concretos.(301)

Não menos diferentes foram roteiros utilizados para aplacar os medos. Castigar escravos, trancafiar suspeitos ou mesmo promover mudanças nas relações de trabalho podiam ser algumas estratégias. Numa região "infestada" de quilombos uma boa "medida" seria tentar destruí-los e/ou impedir fugas em massa. Foi o que fizeram em Viana. Preparou-se uma expedição anti-mocambo.(302)

No início de 1862, reclamaria o delegado de São Bento que a retirada de praças dos destacamentos locais estava dificultando o "patrulhamento" da região, principalmente no que diz respeito a contenção de fugas e repressão aos quilombos. Na região estava, portanto, reaparecendo "todos esses abusos e males, sendo que ainda algum exaltamento se nota entre os escravos, ou seja pela notícia dos acontecimentos da América, ou seja pelo boato que há pouco se espalhou". Os boatos eram de que as fazendas do Barão de Turiaçu, localizadas no centro de Viana, tinham se sublevado e que nas matas próximas das mesmas "existia um grande quilombo". Ao invés de "patrulhas" o que rondava nesta região era o medo e, é certo, vários quilombolas.(303)

Investigações andaram lado a lado com os temores. Os olhos

voltaram-se para diversas fazendas de alguns municípios. As investigações e as providências obedeceram o roteiro do pânico. Correspondências começaram a chegar. O fazendeiro, major Eduardo Araújo Trindade foi o primeiro a se pronunciar, escrevendo as autoridades policiais. Atestava que tanto os seus cativos como os das fazendas vizinhas "conservão-se submissos e obedientes às ordens de seus senhores ou administradores, e nem se tem dado casos de fugas de grande número, como premeditadas". Concordava, porém, com o clima de prontidão e alerta. Pedia mais soldados para os destacamentos das Vilas da região para "acudir a qualquer caso extraordinário, que por ventura apareça, visto que é sabido de toda a população deste distrito, que existe esse grande mocambo em Viana contra qual já marchou uma força".(304) O administrador de uma fazenda, João Tavares de Pinho avaliou, na ocasião, o mesmo. Os escravos da fazenda sob sua administração achavão-se "pacíficos e subordinados". Entretanto, era necessário estar sempre alerta, mobilizando um destacamento de primeira linha para a região.(305) Mesma coisa disse o fazendeiro, Tenente-Coronel José Candido Martins, lembrando: "não devemos fiar em simples aparência todavia de examinar com todo o cuidado o que quer que haja relativo".(306)

Tais informações foram imediatamente repassadas ao chefe de polícia provincial pelo delegado de polícia de Viana. Salientou que as suspeitas de tentativa de levante que tinha noticiado no início do ano eram "por enquanto infundadas". Quanto as denúncias da existência de um "grande mocambo" ali fez pouco caso.(307) Outras investigações, porém, seriam realizadas, reve-

lando que talvez existisse mesmo um projeto de insurreição em curso. O subdelegado da Vila de Monção -- local foco de boatos e denúncias -- na Comarca de Viana, Capitão Manoel Roberto Cordeiro foi inquirido na presença do chefe de polícia da Província, Julio Cesar Berenguer de Bittencourt. Autoridades queriam, então, saber se não o foco da revolta pelo menos aquele dos boatos. Disse que teve conversas com Francisco Pereira de Sá Chuva. Este revelou-lhe que "andava muito atrasado" em suas lavouras "em consequência de lhe haverem fugido alguns escravos". O subdelegado afirmou ainda que tinha:

"anteriormente ouvido dizer a várias pessoas de cujos nomes agora se não recorda, que os escravos do distrito de Viana disião, que tendo vindo do Imperador uma ordem para serem libertos todos os escravos os seus senhores ainda os tinham na escravidão, e que por isso elles vão fugindo para um lugar, onde outros já se achavão reunidos afim de se apresentarem, depois que fosse público a sua liberdade".(308)

O próprio subdelegado Capitão Cordeiro alegou que a princípio "não deu crédito a taes boatos por não ter visto cousa alguma que o indusisse a taes suspeitas". Entretanto, mais denúncias, ou boatos, lhe chegaram aos ouvidos. João Martins de Azevedo, mestre da canoa *Anjo de Victória* que navegava naquela vila foi até a sua fazenda, denominada São Sebastião no próprio distrito de Monção fazer-lhe revelações. Pois:

"ouvira diser que os escravos da fazenda Camacaóca, pertencente aos herdeiros de Raimundo Gabriel Viana, se estavam conluindo com os escravos do Tenente Coronel José Candindo Martins, e com os do Major Eduardo de Araújo Trindade para o fim fazerem um insurreição (...)" (309)

Mais uma vez o referido subdelegado disse que "não ligou importância alguma". Aliás, assegurou ao chefe de Polícia que já

tinha feito investigações a este respeito junto aos citados fazendeiros.(310) Ainda temerosas ficaram as autoridades. O próprio mestre de canoa João Martins de Azevedo foi chamado a depor. Confirmou o que havia dito ao subdelegado de Monção. Acrescentou que os boatos vinham das fazendas *Camacaóca*, *Outeiro* e *Aracanga* e que os senhores das mesmas, principalmente o major Trindade "sabendo do facto de que se trata quer julgar impossível sua realisação, não lhe dera valôr algum".(311) Esta foi a vez das autoridades ficarem mais assustadas do que os fazendeiros locais. De qualquer maneira, o Presidente da Província ordenou -- "para tranquillisar os espiritos de seos habitantes" -- que "destacamentos fortes" fossem deslocados tanto para a comarca de Viana como para a de São Bento, no sentido que os "lavradores tímidos volverão á seus lares e não darão, abandonando-os, tempo á seos escravos de machinarem insurreições".(312) Em alguns momentos, os medos com relação as revoltas poderiam trazer consequências tão desastrosas quanto as próprias eclosões delas. Moradores e fazendeiros -- e principalmente lavradores -- em pânico poderiam abandonar determinadas regiões. Assim sendo, brisas poderiam transformar-se em vendavais.

O medo permaneceria firme na região no ano seguinte. O delegado de Cururupú alertaria: "não são terrores pânicos, são factos para que o governo deve olhar mui seriamente".(313) Já o delegado da Vila de São Bento diria que havia mesmo o "terror" de alguma tentativa de sublevação posto que os escravos "possuídos inteiramente da idéia de liberdade, ousão manifestá-la publicamente, praticando, além diesso actos da mesma completa insubordi-

nação".(314) Na verdade, o que mais e sempre assustava as autoridades e fazendeiros -- não raras vezes as mesmas pessoas -- era a crescente movimentação de quilombolas e as fugas (podendo alternar em frequência e quantidade) constantes de escravos. Entre a movimentação destes e a eclosão de uma grande revolta faltava muito pouco pensavam. Estavam as autoridades e fazendeiros -- em algumas situações -- no fio da navalha. Sabiam disso. Neste ano de 1863 mais expedições punitivas foram enviadas contra os mocambos.(315)

Quilombolas por sua vez estavam atentos a todos os acontecimentos. Acompanhavam -- assim como os escravos assenzalados -- os movimentos das tropas, as mudanças das leis e discursões políticas e econômicas da província e do império. Quanto a isso, informaria o delegado de polícia de Turiaçu:

(...) Depois que chegou a esta comarca a notícia das desagradáveis desinteligências ocorridas entre a legação britânica e o governo imperial na Corte, espalharão que a guerra seria iminente e que teria por fim conceder liberdade a todos os escravos, pelo que estes começarão a ficarem altivos, e a evadirem-se das fazendas dos seus senhores ...(...)...e consta-me que forão para a mineração em Montes Auréos, onde se acha a companhia inglesa, e onde os escravos são bem tratados, e que segundo estes propalam, vão para ali esperarem a liberdade".(316)

Foi nesta mesma ocasião, que o diretor da colônia militar do Gurupi informaria "acerca de idéias extravagantes que tem aparecido entre escravos de alguns lugares".(317)

As idéias ali circulavam com a mesma intensidade dos quilombolas. Temia-se escravos nas fazendas, fugitivos amocambados nas matas e até homens livres, principalmente "de cor". De Codó viria uma denúncia, em 1864, de que "por ocasião de um jantar

que derão alguns escravos, e que se associarão alguns homens livres, derão vivas á república, á liberdade, e a guerra da América".(318) O Presidente da Província chegaria a desdenhar tais denúncias afirmando não "ligar grande importância a semelhantes temores" para os quais não viu "por ora base segura".(319)

Um ano depois, do então município de Caxias, dizia-se que "pricipiã a circular boatos, talvez infundados, mas que podem ser reais, de que alguns escravos formão reuniões secretas, aonde discutem probabilidade de liberdade".(320) De todo lugar chegavam denúncias. Delegados locais escreveriam para o chefe de Polícia e este para o Presidente da Província. Não raras ocasiões tais rumores chegavam até o Ministro da Justiça e os principais jornais do império.(321) O próprio chefe de polícia alertava para não "despresar taes boatos embora não haja base sólida para crel-os".(322) A medida que iam aparecendo as autoridades procuravam sempre investigar e tomar providências cabíveis e possíveis, seja reprimindo quilombos, seja indagando os fazendeiros ou acalmando a população. Foi isso que aconteceu ainda em 1865 quando foi pedida a prisão e expulsão da província de Silvério Antônio Dutra e seu pai Benedito. Ambos eram libertos, sendo Silvério também recruta e foram acusados de andarem "apregoando idéias perigosas tendentes a liberdade dos escravos, idéias que vão aqui tomando vulto, mas sem consequências por ora".(323)

A região de Viana e todo o Vale do Itapecuru, alcançando a vasta área do Turiaçu-Gurupi foi um dos principais focos desses rumores naquele contexto. Era ali também o palco dos quilombolas. Em março de 1865 dizia-se ali: "receia uma invasão de escravos

dos que se achão fugidos e aquilombados nas mattas".(324) Em outro trabalho falamos que o medo tinha cor.(325) Era de fato. Numa área com população escrava e negra considerável como era toda a província do Maranhão não fica difícil imaginar o que acontecia em tais situações. Diria o Presidente da Província, Lafaíete Rodrigues:

"A população escrava desta Província é superior em número à livre, segundo dados estatísticos mais ou menos aproximados da verdade; o que por si só constitue um perigo permanente. Nesta capital existem pretos livres, que sabem lêr sofrivelmente e á quem não são estranhas as idéias que nestes últimos tempos se tem manifestado em favor da emancipação dos escravos".(326)

Com a guerra do Paraguai em curso e um contingente de negros, ex-escravos, enviado para a frente de batalha, os medos ganhariam outros contornos. Mesmo considerando-se que as "idéias vão se propagando de maneira confusa e vaga pela escravatura da capital e interior" as autoridades estavam informadas que os negros, "esta pobre gente" acreditavam que a "actual guerra tem alguma affinidade com a causa de sua libertação". Fazendeiros, administradores e feitores também encontravam-se atentos e já reclamavam "haver se manifestado em seus escravos um ou qual espírito de insubordinação".(327)

A expressão utilizada em 1865 não foi outra: existia "uma espécie de terror pânico na população". Parecia querer tomar toda a província. Não era para menos. Em duas fazendas na região do Alto-Mearim "evadirão-se todos os escravos" e ignorava-se "o motivo que determinou semelhante procedimento e o fim que tem elles em vista". Na vila de Rosário, chegaram a fugir dez escravos "sem causa conhecida".(328) E os quilombos sempre por perto. O juiz

de Direito da Comarca de Turiaçu, avisava em outubro daquele ano: "receio de que os escravos das fazendas de inteligência com os refugiados nas margens do mesmo rio [Turiaçu], tentem insurreicionar-se".(329)

Para conter os boatos e como medidas preventivas, o subdelegado de Turiaçu de acordo com o Juiz de Direito local mandou castigar alguns escravos de diversas fazendas consideradas focos. Em várias fazendas foram tomadas tais medidas com as quais esperava-se "conseguir brevemente o total desaparecimento da idéia prejudicial ao público socêgo".(330)

A insurreição quilombola de Viana de 1867 tinha suas raízes, não só com relação aos temores mas também no tocante aos planos que articulavam os escravos nas senzalas e os mocambeiros. Na própria fazenda *Santa Bárbara* invadida em meados de junho tinha ocorrido uma tentativa de fuga coletiva em abril. Na mesma ocasião tinha ocorrido fato semelhante numa fazenda em São Vicente Ferrer.(331)

E possível pensar a deflagração da insurreição quilombola de Viana, tendo motivações variadas. Primeiro; os quilombolas estavam insatisfeitos com os constantes ataques aos seus mocambos. A frequência no envio de expedições nos anos 60 foi alta. Além de forçarem as permanentes migrações e deslocamentos comunitários, destruíam suas roças e mais que isso, rompiam as malhas da extensa rede de solidariedades que os mesmos mantinham com setores livres e escravos da região. Segundo; este levante quilombola pode ser visto também como uma represália do *campo negro* -- especificamente os quilombos e escravos -- contra a política de repressão

desencadeada em dose forte. Isto explicaria os ataques planejados contra a fazenda *Santa Barbara* e outras, e as tentativas de fugas coletivas anteriores. Neste caso, tal revolta quilombola possibilitaria fugas em massa e seria planejada antes nas senzalas do que nos mocambos. O *pantão* poderia estar secando. Caso isso acontecesse seria mais fácil destruir as *cabeças das hydras*. Para reforçar este argumento bastaria mencionar o que deve ter sido a frustração para quilombolas e escravos assenzalados quando autoridades -- principalmente elas -- intrometeram-se contra a possibilidade de acordo, em 1862, entre o administrador alemão da Cia. de Mineração e os quilombos. Os habitantes dos mocambos da região conseguiriam a liberdade, pois seriam comprados por esta companhia e depois de 10 anos de trabalho nas minas seriam alforriados. Trabalhar nas Minas e comerciar ouro não era novidade para os quilombolas. Trocariam -- caso vingasse tal acordo -- ouro por trabalho e depois liberdade. Por último, o momento da eclosão da insurreição de Viana coincide com a efervecência política na Corte, no Maranhão e em todo o Império. Na segunda metade dos anos 60 aconteceriam diversas discursões e debates parlamentares sobre a emancipação dos escravos, existia a guerra do Paraguai e o problema do recrutamento militar, sem falar das "idéias de liberdade" que circulavam. Além disso chegavam notícias sobre a guerra civil americana e a libertação dos escravos nos E.U.A. e as disputas diplomáticas entre Brasil e Inglaterra. E os escravos e quilombolas as percebiam, construindo significados para as mesmas -- modificando-as -- a partir de suas próprias lógicas.

IX. "Tentando extinguir um mal": Os ataques ao quilombo de São Be- nedito (1867)

Uma das formas de reprimir os quilombolas revoltosos de Viana foi não só atacá-los na fazenda *Santa Bárbara* -- fazendo-os dispersar -- mas também persegui-los até os seus mocambos.(332). A partir dos interrogatórios de alguns quilombolas capturados quando das escaramuças e batalhas ocorridas na insurreição de Viana, as autoridades maranhenses obtiveram maiores informações sobre a localização dos quilombos mais importantes de Turiaçu, onde portanto, tinham partido os insurretos quilombolas. Surgiriam notícias sobre o grande quilombo de *São Benedito de Céu*.

Este ao que se sabe tinha sido reconstituído no final dos anos 50 por quilombolas remanescentes dos quilombos de *Jaguareguara*, *Pacoval* e *Queimado*, atacados em 1853 e também daqueles que escaparam dos ataques ao quilombo *São Vicente do Céu* anos depois. Em pouco menos de uma semana, considerando os episódios em torno da insurreição, autoridades policiais de Viana, São Vicente Ferrer, São Bento, Santa Helena e Turiaçu, organizaram tropas e atacaram o *São Benedito*. Foi Mundinha Araújo que anotou e comentou a maior parte documentação original sobre este ataque.(333) De vários pontos da extensa região do Turiaçu partiram tropas. A Guarda Nacional de vários Municípios foi prontamente acionada. Temores, medos e apreensões foram os principais ingredientes que ajudaram na sua rápida (tarefa difícil) mobilização. Desavenças políticas, partidárias e outros interesses cederam espaço e fize-

ram treguas para que uma ação repressiva efetiva contra os quilombolas de Turiaçu fosse levada cabo. Lavradores de São Vicente Ferrer, São Bento e Viana foram alistados em tropas. Forças militares agrupadas aqui ou acolá, totalizaram um contingente de cerca de 250 homens armados que deveriam seguir para a destruição desse quilombo. Com tantos homens, o comando das tropas foi dividido. O contingente de São Vicente Ferrer foi chefiado pelo alferes Antônio Córrea, o destacamento de São Bento pelo alferes Antônio Caetano Córrea e o Viana, pelo próprio delegado do local, José Gregório Pinheiro e o capitão Travassos.(334)

O ponto de reunião destas tropas foi a Vila Nova de Anália. Juntas seguiram para a fazenda *Santo Inácio*, onde discutiram algumas estratégias de ataque. Levariam alguns quilombolas capturados como guias, entre os quais, o quilombola Feliciano conhecido como "Corta-Mato". Conhecer aquelas matas era a sua especialidade. Aliás, foi ele que também guiou os quilombolas nos ataques em Viana. Acabou capturado, alegou não ser quilombola e sim, apenas, conhecer os "mocambeiros". Foi mantido preso, porém, e forçado a guiar as tropas contra o São Benedito. Deve ter cumprido esta tarefa com suspeita eficiência: aproveitaria-se da amizade da floresta e escapuliria das garras das autoridades que comandavam aquela expedição. Na verdade, Feliciano era um quilombola experiente que em, 1867 já tinha no seu currículo 15 anos de fugido, tendo sido habitante do quilombo *São Vicente do Céu*.(335)

Em 17 de julho as tropas adentrariam o quilombo *São Benedito*. Da fazenda *Santo Inácio* até o seu arraial a marcha durou cerca de 2 a 3 dias. Localizava-se ele a aproximadamente 30 qui-

lômetros da margem esquerda do rio Turiaçu.

"logo que avistamos o quilombo tomamos as precauções exigidas, para que pudéssemos operar com segurança e investirmos sobre as casas ou ranchos do quilombo que eram muitos sendo para notar que no caminho da fazenda Santo Inácio encontramos rastro frescos de duas pessoas, que parecia dirigir-se ao quilombo; dividindo-se as nossas forças pelos lados do sítio em que se acha edificado o quilombo, que é realmente grande, e depois de tomadas as providências para não expormos à qualquer inesperado tiroteio da parte dos fugidos não encontramos nos ranchos escravo algum ferido e apenas aparecerão fora d'elles três dos fugidos".(336)

Mesmo com tão poucos quilombolas avistados na entrada de *São Benedito* houve um "inesperado tiroteio". Um quilombola morreu e dois guardas nacionais ficaram feridos. Soube-se que os quilombolas já estavam em retirada, pois "alguns escondião suas cargas nas matas, visto terem os avizados já seus espias" da aproximação das forças militares. Com os mocambos abandonados, as tropas ali estacionaram até a manhã do dia seguinte. Divididas em "três pelotões" foram feitas "diversas pesquisas nas matas." Nenhum sinal de quilombolas.

A tropa comandada pelo Capitão Travassos, vinda de Viana, foi a única que adentrou mais a floresta tentando ver se encontrava alguns quilombolas. Foi difícil, pois vários deles deram "alarme aos companheiros" que achavam-se "d'ahi a duas léguas acolhidos em cinquenta e quatro ranchos de pindoba a que elles dão o nome *Escuta*". Estes também trataram de escapar, levando suas "bagagens" que consistiam em "farinha e arroz".

"elles então já se havião divididos em grupos, e continuavão na fuga para logares oppostos, e só depois da força haver percorrido uma extensão de mais de seis léguas, é que encontrou um desses grupos, e do qual é capitão o negro Daniel, um dos mais audaciosos chefes, e pode capturar quatro negros, uma molata, um moleque e

três crianças, desperçando-se o restante pela mata aí tão emaranhada, que não obstante os esforços empregados, nenhum mais pode ser agarrado".(337)

Nada de quilombolas. Apareceram foram motivos e desculpas para explicar o fracasso militar desta expedição. Reclamações -- como de sempre -- aos desmandos e insubordinações dos guardas nacionais foi a principal tônica. No ataque ao *São Benedito do Céu* aconteceu de tudo. Ao invés de fazer "pesquisas nas matas" procurando quilombolas, soldados tentavam encontrar as "cargas" escondidas pelos mesmos. Estas quando encontradas eram logo repartidas entre eles. O revólver do Alferes Antonio Caetano que comandava o contingente de São Bento sumiu no próprio acampamento militar e ele próprio sugeriu que tivesse havido um "rapto" do mesmo feito por soldados vindo de Viana e Panalva. Todo dinheiro destinado a despesas com alimentos foi gasto, dívidas com comerciantes da região para compra de alimentos foram creditadas, ainda assim as tropas tiveram problema com abastecimento de alimentos. Aliás, os guardas nacionais insubordinaram-se e recusaram-se a continuar na floresta perseguindo quilombolas. Alegaram falta de condições, no caso, alimentos e munição. Mesmo depois que as provisões chegaram ameaçaram retornar. A falta de munição para uma força militar que deu pouco tiros deu-se porque com as constantes chuvas e travessias de rios e igarapés parte dos equipamentos, armas e munições molhou, danificando-os completamente. Os vários comandantes militares desta expedição acusaram-se mutuamente quanto a principal responsabilidade daquele fracasso. Um deles afirmaria: "continuamos pois a nossa derrota".(338)

Talvez para acalmar os ânimos da população depois do epi-

sódio da insurreição, informações mais detalhadas sobre o ataque ao quilombo *São Benedito* apareceriam logo editadas no PUBLICADOR MARANHENSE, órgão de imprensa oficial da província. Nele, ainda no final de julho, noticiaria-se que os quilombolas teriam escapado para as "bandas do rio Paraña" e que suas "casas ou ranchos" e "roças" seriam totalmente destruídas.(339) Com o retorno da expedição fracassada, algumas autoridades sugeriram que nova diligência fosse realizada. Neste caso, uma força militar com 100 praças ficaria estacionada neste quilombo e de lá partiria em incursões com a "finalidade de bater as matas até as margens do rio Paraná".(340)

Como não capturaram quilombolas neste ataque ao *São Benedito*, as informações que as autoridades conseguiram dele foram a partir do que viram de abandonado e dos interrogatórios feitos a Feliciano e outros quilombolas capturados quando da insurreição em Viana.(341)

Com base nestas informações soube-se que o quilombo *São Benedito*, em 1867, tinha cerca de 80 casas, ocupando um "sítio de trezentas braças quadradas pouco mais ou menos". Sua população variava "entre 600 a 700 pessoas, aproximadamente". Quanto a sua defesa, homens adultos andava armados "em sua maioria". Policiando as imediações e protegendo os quilombolas havia "diversos pelotões de 20 homens cada um, incumbidos da defesa e guarda do quilombo. A estrutura militar não tinha a exclusividade masculina, visto que "muitas mulheres, crianças e alguns pretos velhos" igualmente possuíam "armas de fogo finas e grossas, lanças e terçados".(342)

A estrutura econômica deste quilombo era vigorosa. Os quilombolas viviam "todos da lavoura e caça". Encontrou-se no quilombo "quantidade de mandioca e massa eirão para ser desmanchadas em farinhas", pois havia ali "cinco casas de forno". Havia também "muito arroz cortado e por cortar", "cana em quantidade", "excelentes fumaes" e macaxeiras, batatas, canas e "carazes". Tinham cães domésticos e "alguma criação". Revelariam que "dos produtos da lavoura nada vendiam, servindo apenas para o consumo dos moradores do quilombo". Este complexo econômico seria completado com: três engenhocas de cana, três alambiques de barro, uma tenda de ferreiro, dois teares "de tecer pano" e "ralos de ralar mandioca". Como complemento alimentar tinha a carne de "alguma rês que as vezes furtavam e comiam". As tropas ali encontrariam "dous quartos de carne fresca e alguma seca". Estas e mais o "arroz empaneirado escondido nas matas" foram utilizados no seu alimento.(343)

As negociações e trocas mercantis era outra base econômica destes quilombolas, e de outros da região. Já vimos isto. Extraíam ouro nas minas de Maracassumé. Deslocavam-se para estas em grupos de trabalho formados por homens, gastando "uma semana de viagem puxada por cortes de mato, por não haver caminho direto até lá". O ouro extraído trocavam por "fazendas, pólvora, chumbo, armas e outros gêneros de primeira necessidade". Também "muitos pretos e pretas, inclusive crianças, trabalhavam nas roças de alguns fazendeiros da região em troca de chumbo e pólvora". Com o objetivo de trocas e comércio furtavam "algodão das capoeiras" para vender "aos negociantes regatões que andavam pelo rio Turia-

çu". Conseguiram até "dous mil reis por arroba". Também "colhiam em suas roças" algodão que era "empregado para tecer panos com que se vestiam".(344)

O chefe principal deste quilombo não era necessariamente Daniel que comandara juntamente com outros a insurreição quilombola em Viana. Era José Crioulo. Como "capitães" do quilombo *São Benedito* foram apontados Daniel, Bruno, o próprio Feliciano Corta-mato e o desertor Joaquim Soares. Interessante: José Crioulo foi pouco mencionado na insurreição quilombola. Já, João Mulato, acusado como um dos "chefes do levante" não aparece como "capitão" do quilombo, em 1867, mas em 1858 era citado como "chefe do mucambo" *São Benedito*. Tentava-se proteger os verdadeiros chefes dos quilombos? Sugerimos que os quilombolas e seus quilombos em Turiaçu tinham, na verdade, chefias descentralizadas divididas por áreas de atuação e função, como: trabalho na lavoura, extração de ouro, caça, comércio e contatos mercantis e proteção militar (com os "pelotes"). Isto explicaria por que quilombolas no Turiaçu fugiam em grupos dispersos e depois reorganizavam-se em um ou mais quilombos. Voltaremos a este assunto.

O fracasso militar da expedição contra o *São Benedito do Céu*, em 1867, não foi tão retumbante. Teve um efeito simbólico. Se os quilombolas foram até o coração (Viana) dos fazendeiros e lavradores da região para amedrontá-los, autoridades fizeram o mesmo invadindo um grande quilombo. Ambos não conseguiram total sucesso: liberdade e captura. Mas assustaram. Da parte das autoridades funcionou como uma vacina contra a epidemia pânica. Para os quilombolas talvez -- como mostraremos -- tenha possibilitado

transformações nas estratégias de lutas, resistências e alianças a partir de suas percepções políticas.

De qualquer modo, a partir deste episódio de insurreição, em 1867, os quilombolas do Turiaçu ficariam mais ainda em foco. Outras investigações, denúncias e planos de destruição surgiriam. Talvez, até aquele momento, as autoridades e fazendeiros reconhecessem, mas subestimassem a força militar e econômica dos quilombolas. Será? As descrições da economia, capacidade bélica e "grandiosidade" dos quilombolas eram feitos sem destacar surpresas ou espantos.

Logo em agosto de 1867 uma nova expedição seguiria contra os quilombolas de Turiaçu, no caso de *São Benedito*. Sob o comando do tenente Luiz Antônio de Oliveira Jr. era composta por 80 praças. Foi conduzida para o "centro das matas de Maracassumé", tendo que seguir os "rastros" dos quilombolas do *São Benedito do Céu*. Mais um fracasso militar ocorreria. As tropas acamparam no "estabelecimento de Mineração=Montes Aúreos". Tentariam invadir o quilombo "denominado *Girimun*" que sabia-se ser "composto de noventa e tantas pessoas, segundo os dados colhidos ali junto a um quilombola preso. O problema maior era ainda não saber a localização exata deste quilombo.

"porém na madrugada do dia 16 [de setembro] acommettida inesperamente pelos quilombolas pertencentes ao referido quilombo, os quaes aproveitando-se das trevas travaram com a diligência um ligeiro combate, em que se calculão disparados de parte a parte cem tiros, dando em resultado além de quatro mortes de quilombolas, as de dois guardas da diligência; e diversos ferimentos de lado a lado".(345)

Este ataque quilombola surpreendeu os integrantes da dili-

gência. Com isso, tentavam impedir a aproximação de tropas aos seus mocambos. As tropas por sua vez desistiram da perseguição. Com o ferimento grave em um dos seus "guias" temeram ficar perdidos na floresta. Além de não encontrar os quilombolas sofreriam novos ataques. Voltariam para a Vila de Turiaçu com apenas dois fugidos capturados. A tática militar de deslocamentos constante foi bem utilizada pelos quilombolas. Mais investigações foram reveladoras.

"(...).. e notório, que nas matas, que demorão entre os rios Maracassumé e Gurupy existem os abrigos da maior parte dos escravos que fogem de diversos pontos da Província. Não é possível formar um cálculo exacto tanto do número dos mocambos, como de seus habitantes, todavia não é exageração calcular um número superior a oitocentos os quilombolas de ambos os sexos, e de todas as idades".(346)

Estas informações combinavam-se com aquelas do interesse do "censo" sobre os quilombolas que as autoridades mandaram preparar em 1867. Havia no Turiaçu, de fato, uma "cadeia de quilombos". Existiam vários quilombos. Um deles era o "mocambo=guia" chefiado pelo preto Estevão, localizado nas cabeceiras do igarapé *Molha-Saco*, com todos quilombolas "bem armados e municiados". Tinham como "proctetores" alguns moradores, lavradores, comerciantes e fazendeiros situados próximos a Maracassumé. Mais para o "centro" desta região "devem existir outros quilombos", pois soube-se que:

"... além do rio Gurupi diversos mocambos, sendo os mais notáveis o denominado -- *Cuci-Paraná* -- que me dizem ser habitado por muita gente entre escravos, criminosos e desertores, e outro que denominao do Limão por ser nas cabeceiras de um rio deste nome".(347)

Autoridades tentavam destruir uns quilombos em Turiaçu,

fracassavam, mas acabavam descobrindo que havia outros. Além desses mocambos incravados nas florestas, cortando rios e igarapés, outros pequenos formariam-se bem próximos a fazendas e engenhos. Em 1868, foi o caso de um quilombo surgido nas matas do engenho Guajará, na Vila de Santa Helena. Tudo começou com a denúncia de seu proprietário, o Alferes Manoel da Costa Freire. Além da fuga de alguns cativos seus e de outros proprietários teria aparecido "gente desconhecida na vizinhança do seu estabelecimento". Avisado, o subdelegado local realizou uma rápida diligência e depois de dois dias e meio de viagem, deparou-se com "um mocambo situado em um dos braços do rio das Piranhas".(348) Ali foram capturados seis quilombolas, tendo havido antes renhida luta com um fugitivo morrendo. Outros escaparam.

Quilombos apareciam e desapareciam naquelas florestas.

X. "Uma lança em Africa": a entrada no quilombo de São Sebastião (1876)

Depois do início da década de 70, os temores de insurreições diminuíram e mesmo desapareceram. Foram-se eles mas ficaram os mocambos. Os acontecimentos políticos, tanto internos e externos e as idéias que circularam em torno deles tiveram igualmente impacto na vida dos escravos nas senzalas chegando até aos mocambos. Em não raros casos podem ter feito o caminho inverso. As discursões e contextos políticos e sócio-econômicos da década de 70 marcaram e foram marcados por transformações nas relações entre senhores e escravos e consequentemente no papel do Estado no mundo escravista. Estratégias quilombolas também podiam mudar.

No Maranhão, afora outras questões, como o abastecimento de mão-de-obra escrava nas lavouras e as iniciativas para trazer imigrantes estrangeiros ou mesmo a criação de colônias militares e agrícolas, o problema dos quilombos estava sempre em pauta. Sucediavam-se presidentes de província, chefes de Polícia, magistrados, delegados e subdelegados e os mocambos continuavam encravados em meio a floresta. Ataques de índios em áreas mais avançadas do interior da província -- como era o caso do Turiaçu -- constituía-se, igualmente, num problema que preocupava sobremaneira as autoridades e fazendeiros.

Quanto aos quilombolas, pareciam estar bem firmes embrenhadas nas matas. Saíam de seus mocambos para trabalhar nas minas e realizar caçadas. Tinham consideráveis lavouras para o seu es-

tabelecimento e mantinham variadas redes de trocas mercantis com lavradores e vendeiros da circunvizinhança. Já vimos também de que modo os quilombolas sofriam com as campanhas militares reescravizadoras contra seus mocambos. Grupos familiares podiam se dispersar nas matas e o abandono de suas lavouras trazia fome. Contra eles também poderia ocorrer ataques de índios. Enquanto autoridades precipitavam-se, comemorando vitórias sobre a destruição de mocambos, quilombolas em Turiaçu dispersos formavam outros em locais diferentes, às vezes não muito distantes. Habitantes dos mocambos atacados que conseguiam escapar reorganizavam-se em vários grupos e constituíam-se em um ou mais novos quilombos.

Em abril de 1874 as autoridades centram seus esforços para destruir na região de Turiaçu, mais propriamente entre as vilas de São Bento, São Vicente Ferrer e Pinheiro -- um grande quilombo. Denominava-se *Braço do Laranjal* e era "habitado por mais de 400 pretos". As fugas de escravos continuavam e com elas os temores da movimentação dos quilombolas. Destacamentos policiais de vários municípios foram reforçados. Da vila de São Bento partiu uma tropa em outubro daquela ano. Vasculhou-se as áreas próximas a povoação de Anádia, os lugares chamados "Passagem" e "Cabeça Branca" e ambas as margens do rio Turiaçu naquela circunvizinhança. Esta força militar com 24 praças "internando-se cerca de uma légua em diversas direções, nenhum vestígio encontrou de existência de quilombos em toda a zona percorrida".(349)

Não satisfeita a tropa seguiu até o "lugar São Bennedicto de Céu" -- do antigo mocambo atacado, destruído e abandonado -- e nada encontrou, tendo o "mesmo resultado". Próximo dali deparou-

se com "uma picada batida por pretos". Esta "picada" era extensa e fazia supor que os quilombolas ainda a utilizavam. Foi ela seguida pelos "guias" daquela tropa que após investigarem revelaram que a mesma "ia ter a beira do rio, no lugar Pedreiras. d'alli ao Capivary e a Bocca do Largo e Viana, por onde se supõe serem os escravos fornecidos de viveres, armamento e munição". Nada de quilombolas.(350)

Em fins de 1876 dava-se início novamente a preparação de uma expedição contra o quilombo *São Sebastião*, também na região do Turiaçu. Novamente porque em março por requisição do Juiz de Direito da Comarca de São Bento já tinha sido enviada uma tropa com o "fim de reprimir qualquer agressão dos quilombolas" do *São Sebastião* que aliás, era próximo daquele denominado de *Braço do Laranjal*. Porém, como era "epoca do processo eleitoral" e por ter os quilombolas "em presença da força armada retrahido-se para o centro das matas", houve a desmobilização temporária desta força militar.(351) Preparação de tropas anti-mocambos mais parecia uma rotina que repetia-se no início de cada ano e/ou quando um novo administrador assumia a presidência da província maranhense. Não raras vezes as ordens, as autorizações, as discursões de estratégias e preparativos começavam durante uma administração e o efetivo envio da expedição só acontecia na administração seguinte. Era o que acontecia naquela ocasião. Tinha assumido a província o senador Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides em substituição ao também senador Frederico de Almeida e Albuquerque. Ao que parece possuíam como semelhança a filiação ao partido conservador e a avidez por destruir mocambos, principalmente aqueles de Turia-

çu. Deste modo, Sá e Benevides apenas dava prosseguimento as ordens e providências quanto a:

"diligência, de há muito projectada e incessantemente reclamada pelos fazendeiros e pelas authoridades das Comarcas de São Bento e Viana, relativamente a um formidável quilombo existente do outro lado do rio Tury, para o qual a evasão de escravos tornava-se mais frequente de dia em dia"(352)

Assim sendo, logo na manhã de 5 de novembro partia uma força militar. Seria composta por 50 praças e alguns oficiais. Constitua-se numa tropa de "primeira linha". Seu comandante era o major Honorato Candido Ferreira Caldas, do 5º Batalhão de Infantaria. Este havia sido "incumbido" de tal diligência pelo presidente da provincia anterior, Almeida e Albuquerque. A expedição seguiu inicialmente de São Luis para o município de Alcântara. Foi para ali tentar destruir um mocambo. Este pequeno desvio de rota não constituiria algo de extrema necessidade naquela ocasião, ou então, uma manobra militar para treinamento daquela força expedicionária. Fazia parte de um plano previamente traçado em comum acordo com o presidente e o chefe de policia da provincia. Representava uma estratégia, ou nas palavras do major Ferreira Caldas "uma ligeira digressão" que tinha o objetivo "se não de bater um pequeno mocambo que lhe consta existir" em Alcântara, pelo menos "distrahir para esse lado as vistas indiscretas que porventura pudessem malograr o bom êxito" daquela expedição ao *São Sebastião*, na região de Turiaçu.(353)

As autoridades já bem sabiam que os quilombolas da região do Turiaçu estavam divididos em vários mocambos entre grandes e pequenos e contavam com a proteção de uma vasta rede de comunica-

ção e comércio -- com cativos nas senzalas, vendeiros e lavradores -- que os mantinham informados quanto a qualquer movimentação de tropas. As "vistas indiscretas" a quem se queriam desviar a atenção podiam ser tanto cativos e vendeiros como mesmo fazendeiros e autoridades que poderiam não ter -- como veremos -- muito interesse na destruição desses quilombos.

Realizada a primeira parte do plano, a expedição só partiu efetivamente para a região do Turiaçu em 24 de novembro. Não seria a primeira vez -- cabe destacar -- que providências para destruir o quilombo *São Sebastião* seriam tomadas. Quatro anos antes, nos primeiros dias de 1873, o chefe de Polícia informava ao então presidente de província interino Silvino Elpidio Carneiro da Cunha sobre a "necessidade de destruírem-se todos os quilombos, que são o terror dos povoados e das fazendas próximas" e a "conviniência de destroçar-se o quilombo de *São Sebastião*".(354)

A força expedicionária seguiu direto para o lugar chamado *Três-Furos*. Ali encontrou com o subdelegado de polícia de Turiaçu e mais um oficial da Guarda Nacional. Ainda levaram mais seis homens como voluntários. Estes foram prontamente incorporados, posto que "de grande proveito e até de necessidade", uma vez que eram "homens práticos em cortar mato" e "conhecedores daqueles logares e aptos para o serviço de transporte". Destes voluntários, Antônio Gabriel Ramalho acabaria desempenhando um importante papel nesta diligência. Não só porque tinha noção exata dos caminhos e descaminhos daquelas matas do Turiaçu, mas igualmente já conhecia alguns quilombolas locais.

O contato inicial com estes deu-se por acaso. A tropa per-

noitou em *Tres-Furos*. Ali -- sob a guarda de alguns soldados -- ficou parte da bagagem militar. Uma "casinha" serviu para "deposito de gêneros". Um "casquinho" também subiu o rio, margeando-o. Uma pequena "montaria" logo seria avistada com os quilombolas. Os primeiros contatos ocorreram em meio a desconfianças e temores. Tentou-se a aproximação. O "casquinho" com dois soldados e o voluntário Ramalho tentou alcançar a canoa com seis quilombolas. Estes últimos logo procuraram a margem do rio para um rápido desembarque, o que aconteceu. A canoa foi abandonada. Durante a perseguição ao longo da margem esquerda do Turiaçu, os quilombolas, porém, deixaram cair na água uma de suas espingardas. Voltaram para resgatá-la. Sem perceber que a mesma havia caído no rio passaram a insultar os tripulantes do "casquinho" que também já tinham alcançado a margem daquele rio. Dos insultos seguiram-se "expressões coléricas e mesmo ousadas, passando depois á ameaças de fogo". Os tripulantes do "casquinho", tentaram explicar o acontecido com a espingarda e isto "sem darem signal algum de perturbação e nem importância a taes ameaças".(355)

Com tal aproximação tentaram-se as primeiras conversações, visando acordos a respeito da possível rendição dos quilombolas do *São Sebastião*. Entre aqueles quilombolas, o voluntário Ramalho reconheceu "achar-se ali, entre os 6, o governador do quilombo, de nome Daniel". Apelando para a memória deste chefe quilombola, lembrou-lhe que com ele em "outrora se havia encontrado em pescaria". Com menos desconfianças, Ramalho e os outros dois soldados passaram a tentar convencer Daniel e seus quilombolas a entrarem em contato direto com o major comandante Ferreira Caldas. Como

convencimento garantia que "nao havia intenção hostil contra elle e seus companheiros". Ao invés disso, o governo através da pessoa do major tinha o objetivo de "promover toda a sorte de beneficios" aos quilombolas de *São Sebastião* que se rendessem.

Ainda receioso, Daniel aceitou, pelo menos, a proposta para uma conversação. Escolheu o lugar e impôs condições. O dito comandante deveria ir ao encontro com poucos soldados. Sabedor deste previo acordo, o major Ferreira Caldas logo foi "arrebataado de alegria". Como ele mesmo relatou posteriormente ao presidente da provincia Sá e Benevides tal noticia o fêz "antever desde logo o quadro risonho de um resultado duplamente glorioso para a comissão". Preparou-se, então, para "ir falar á Daniel". Além de seu ordenança, iria apenas em companhia do subdelegado Sá e do alferes Reis. Deixaria as tropas no acampamento em *Tres-Furos* sob o comando do tenente Rodrigues Bayma.(356)

Para transportar essa comitiva foi necessario conseguir um barco maior. Soldados voltaram a margem do rio aonde tinha ficado a canoa utilizada pelos quilombolas. Tudo foi feito com precaução, pois não poderia haver "açoamento que por ventura pudesse levar o rei dos quilombolas a atribuir-se a importancia de uma imposição, ou por outro lado, a conceber alguma desconfiança fatal". A tal comitiva seguiu para o local indicado. Lembrou o major Ferreira Caldas:

"Em hora taõ adiantada da noite e em taes logares, se bem cabida era a cautella de levar a espada, como levei, podia quanto ao mais ter ido completamente á vontade, porém assim não succedêo, fui uniformisado, isto é, fardado com as competentes insignias, talim com pasta, banda, etc".(357)

Ao revelar tais detalhes ressaltava ainda: "faço menção desta circunstância, que em si nada tem de notável, por ter elle de algum modo concorrido para que as cousas tivessem o desfecho que tiverão". De fato, a utilização de fardas -- e antes disso -- o conhecimento de que a força militar enviada era comandada por um oficial do exército teve influência decisiva na disposição dos quilombolas em negociarem sua rendição ou pelo menos conversarem sobre esta possibilidade. Tropas do império significavam as decisões do Imperador, ou seja, a lei. Isto tinha um significado mais amplo naquele contexto. Já vimos no episódio da insurreição quilombola de 1867, de que modo escravos e quilombolas estavam atentos aos acontecimentos políticos, discursos, decisões legislativas que poderiam lhes serem benéficas. Naquela conjuntura, os desdobramentos da Lei do Ventre Livre já pareciam claros para senhores, escravos, poder público e consequentemente os quilombolas.

Em contrapartida, estes mesmos desconfiavam e muito das autoridades provinciais. Além de serem -- via de regra -- seus antigos senhores e/ou de seus pais, eram fazendeiros escravistas da região que pagavam as despesas e comandavam a Guarda Nacional em expedições reescravizadoras. Não havia porque confiar nelas. É certo como também vimos que quilombolas tinham alguns lavradores e até fazendeiros e autoridades que -- em alguns momentos e circunstâncias -- podiam protegê-los. Porém, nem sempre essas alianças eram confiáveis. Havia também um jogo político partidário sempre presente, que tinha como palco o noticiário da imprensa. Liberais e conservadores faziam acusações mútuas nos jornais lo-

cais. Despreparo das tropas, falta de providências, excaszez de recursos e procedimentos negligentes da polícia (e política) provincial eram temas recorrentes no que diz respeito aos quilombos do Maranhão. E isso já durava décadas.

No contexto da expedição contra o mocambo *São Sebastião* e depois -- como veremos -- contra aquele do *Limoeiro*, quilombolas da região do Turiaçu pareciam ter a noção exata de que se houvesse alguma possibilidade de negociação das suas rendições e consequentes liberdades esta deveria ser acordada junto as autoridades do império. Não porque essas fossem mais confiáveis e/ou bondosas. Porém, tinham a força da Lei e do rei ao seu lado. O major Ferreira Caldas talvez não tenha percebido o significado político que os quilombolas utilizavam naquele contexto de negociação. De qualquer maneira, ficou nítido para ele a importância de estar negociando enquanto uma autoridade do governo imperial, ou seja, vinda da capital São Luis. Indagando o quilombola Dario como seus companheiros no mocambo receberam a idéia quanto a iniciativa e proposta de entrar em conversação com Daniel para que se entregassem, soube do mesmo que:

"quando tio Polycarpo (foi o mensageiro do rei) começou a dar o recado do nosso capitão [Daniel] para que os que fossem do seu pensar ficassem no mocambo á espera delle e do branco [major Ferreira Caldas] que vinha nos buscar, quasi todo o povo fêz cara feia e muita gente foi logo sahindo, mas quando elle disse que o branco não era d'aqui da provincia, que era um branco do Império (chamavão provincia ao mocambo e ás villas mais próximas, e Império á esta capital) pois tinha visto os dourados e a facha do Imperador (naturalmente referia-se aos galões e á banda) o negócio foi agradando".(358)

A percepção política dos quilombolas era clara. Negociar com um "branco do Império", entre outros significados, consistia

em fazer valer os seus direitos, inclusive aqueles inscritos na lei. Enfim, a tentativa de negociação prosseguiu. O major Ferreira Caldas e sua comitiva encontra-se com Daniel. Dirigiram-se para o "alto da ribanceira". Ali achavam-se outros quilombolas. Todos armados. Começaram as negociações. Argumentos de ambos os lados. Primeiro veio a proposta do referido major:

"fiz-lhes ver a conviniência de abandonarem o centro dos matos e deixarem aquela vida selvagem, principalmente agora que, segundo me constava, além das privações que sofrião, andavão constantemente sobressaltados com os indios, que já os havião atacado e morto a muitos de seus companheiros; expliquei-lhes o favor da lei de 28 de setembro de 1871, a condição indispensável da matrícula para o direito do senhorio, a facilidade com que, actualmente, um escravo trabalhador e diligente pode promover a sua liberdade, e finalmente a grande diferença de condição, se voluntariamente me acompanhassem, para a sorte que os aguardava, mais tarde ou mais cedo, sendo agarrados".(359)

Estes termos para um acordo, feitos pelas autoridades são reveladores. De início, percebe-se a idéia de "vida selvagem" dos quilombolas *versus* vida "civilizada" dos escravos que continuavam nas senzalas. O "selvagem" aí não era só fruto de uma vida no meio da floresta mas também longe da disciplina dos senhores e do controle do poder público. De outro modo, sabiam as autoridades que alguns mocambos da região do Turiaçu, no momento, por um período de penúria e fome em virtude das campanhas anti-mocambos das décadas de 60 e 70 e também dos conflitos com os grupos indígenas, uma vez que acabaram cada vez mais empurrados para o interior. Assim como os quilombolas na insurreição de Viana forçaram a sua liberdade porque sabiam que o poder público e senhores estavam enfraquecidos por lutas externas e internas agora era a vez das autoridades. Estas também usaram o raciocínio da lei. A mesma

do Ventre Livre que tanto preocupou os fazendeiros, movimentou os políticos e deu o que pensar e agir os escravos em vários cantos e províncias do país.(360)

Alegaram -- na perspectiva da lei -- a importância da matrícula dos escravos. Seria a partir dela que os fazendeiros comprovariam seu direito de propriedade. E também o poder público poderia cobrar impostos. Por sua vez, os quilombolas retornando a condição de escravos poderiam apresentar seu pecúlio para a obtenção da alforria.(361) Isso tudo seria feito com a garantia da lei do Império e não mais somente com a vontade senhorial. Dizia que seria fácil conseguir o dinheiro para este pecúlio. Ficava implícito aqui que os escravos podiam consegui-lo através de uma economia própria. Isto, é certo, não constituiria novidade para os aquilombados no Turiaçu. Há muito -- como já destacamos -- tinham uma rede econômica que ligava a sua economia com aquela dos cativos assenzalados, ainda tendo a cooperação de outros setores da sociedade envolvente. Por fim, enfatiza que caso permanecessem nas matas as perseguições reescravizadoras prosseguiriam e "mais tarde ou mais cedo" acabariam capturados.

O "mais tarde" aqui apareceu na frente porque as autoridades também sabiam que era quase impossível acabar definitivamente com os mocambos do Turiaçu. Quanto mais procuravam destruí-los, outros quilombos formavam-se. Despesas e mais despesas seriam gastas, poucos quilombolas eram apreendidos, fugas de escravos continuavam e os mocambos aumentando.

Daniel, o chefe do quilombo, também fez as suas ponderações. Antes de citá-las, é melhor dizer ao leitor aquilo que ele

já deve estar desconfiado. Este chefe quilombola Daniel é o mesmo que comandou a insurreição de Viana, dez anos antes e subscreveu -- juntamente com o quilombola João -- o manifesto de liberdade na Fazenda Santa Bárbara. Na ocasião escapou do ataque ao quilombo *São Benedito do Céu*. Aliás, nele não era considerado o "chefe" único, mas sim um dos "capitães". Acabou, mesmo ausente, condenado a pena de galés perpétuas. Ao que parece reuniu seus quilombolas comandados na mata e reestruturou um novo mocambo em outro local.(362) Suas ponderações iniciais para a negociação no *São Sebastião* foram as seguintes:

"estamos com effeito muito desgostosos da situação (o mocambo) por causa dos gentios, e quando, há 4 annos, elles nos atacam pela primeira vez e nos fizerão grandes estragos, eu apresentei a idéa de irmos nos entregar ao governo do império, para ficarmos livres d'aquelles maldictos, mas alguns forão de opinião contraria e assim tem corrido o tempo sem tratar-se disso, mesmo porque todos teem muito medo de voltar ao poder de seus senhores pelos maós tratos que recebião".(363)

Daniel reconhecia que a "situação" dos mocambeiros naquele contexto era desvantajosa. Ao adentrarem cada vez mais para as matas, fugindo das tropas, quilombolas encontravam com tribos indígenas e também sofriam ataques. Os constantes deslocamentos, igualmente, representavam dificuldade de abastecer um número grande de pessoas em termos de alimentação. Tiveram também a percepção da lei. Já tinham pensado em numa *rendição negociada*. Entregariam-se aos seus senhores sob o patrocínio do "governo do império". Desistiram da idéia. Com toda a dificuldade tentaram viver na floresta com sua economia. Nas mãos dos senhores eles -- e seus filhos -- desmanchariam-se em dor nos castigos e trabalho duro nas lavouras. Seus senhores não perderiam tempo em se vingar

dos seus longos períodos de ausência e insubordinação nas matas.

Havia, entretanto, várias questões implícitas importantes nessa primeira rodada de negociações entre o governo imperial/major Ferreira Caldas e os quilombolas de *São Sebastião*/chefe Daniel. Primeiro, as tentativas de negociação das autoridades -- ao que se sabe as primeiras -- naquele contexto fazia parte por um lado de nova estratégia de ação do poder público para combater quilombos e por outro por questões específicas do quadro maranhense. As autoridades não tiveram na ocasião nenhuma preocupação mais humanística para com os quilombolas ou então estavam profundamente preocupadas com a propriedade dos fazendeiros. O que também estava em jogo ali era a valorização das terras do Turiaçu e Gurupi, o controle da região e a produção aurífera das minas.

Se de um lado, os quilombolas poderiam ser aliados no desbravamento destas matas, empurrando as tribos indígenas mais para o interior e conhecendo as principais fontes e locais de extração de ouro, igualmente representavam uma ameaça sua economia camponesa. A garimpagem e as redes de comércio ilegal cada vez mais ampliavam e eram impossíveis de controlar. Se não fosse só isso, a existência de inúmeros quilombos na região continuava consistindo num foco quase secular para as permanentes fugas de escravos. Tal situação representava a insubordinação da massa escrava na região, alcançando outras áreas do Maranhão e atravessando a fronteira com o Pará.

Outrossim, fazendeiros reclamavam, moradores das regiões próximas pediam providências e em algumas situações abandonavam suas casas e lavouras, jornais aproveitavam-se disso para intri-

gas políticas. Acusações e denúncias pipocavam. Enquanto isso recursos municipais, provinciais e imperiais nunca eram suficientes para suprir os gastos quase anuais e cada vez maiores com a realização de expedições punitivas. Também com a lei de 1871, as autoridades imperiais reconheceram a insatisfação dos senhores e o aumento da criminalidade escrava em todas as províncias.(364) No Maranhão, o problema dos mocambos era a uma só vez agudo e crônico. Planos e estratégias diversas tinham sido tentadas. Não foi por outros motivos que no final da década de 70 a polícia da província começava a falar em "meios suavizantes" nas medidas anti-mocambos. O sinônimo disso para os períodos anteriores foram -- via de regra -- muita truculência, pólvora, munição e intolerância.

Da parte dos quilombolas, uma negociação também naquele contexto poderia ser tentada. Igualmente perceberam a mudança de atitude das autoridades. E antes dela viram como as forças militares tentaram a todo custo destruir seus mocambos. Os termos de negociação é que continuavam duvidosos. Voltando ao poder de seus senhores queriam a garantia na lei que poderiam obter suas alforrias. Mais que isso. Certamente contavam que uma vez livres poderiam decidir o que fazer e assim retornariam para a floresta para cuidarem de suas roças, proverem suas famílias, refazer suas alianças e extrair ouro das minas. Isso era tudo que as autoridades -- tanto do império como da província -- não queriam.(365)

No *São Sebastião*, as tentativas de negociação prosseguiriam com outros lances e desdobramentos. Daniel e os quilombolas depois das "exhortações" do major Ferreira Caldas -- das quais "superabundou" o subdelegado que o acompanhava -- "parecerão re-

flexionar um pouco". A princípio Daniel pediu tempo. Alegou que a chegada da tropa assustou os quilombolas. Eles que já estavam espalhados em seus mocambos numa grande área fora o centro e o principal quilombo *São Sebastião* tinham dispersado ainda mais. Disse que somente "com um ou dois meses" conseguiria reunir todos os quilombolas e depois dar a decisão definitiva. O major Ferreira Caldas de pronto não concordou. Mostrou logo que de político tinha muito de militar.

"Não, interrompi-o, dessa forma nada faremos amigavelmente, porque não posso e nem devo sugerir-me a esperar tanto; o que você [Daniel] diz só pode fazer em 2 meses, pôde muito bem realizar em 4 dias, havendo todo o interesse e sinceridade, vamos pois, ao mocambo, eu levarei apenas a quarta parte da minha força, e você verá que, depois de lá me achar, sabendo aqueles mais receiosos e descontentes, que se tiverem escondido no mato, da maneira porque eu trato aos outros, conservando-os em plena liberdade, e bem assim tendo conhecimento do melhoramento que podem fóra destes êrmos, com certeza, hão de se resolverem a seguir o seu exemplo, e assim, trabalhando você por um lado, os seus confidentes por outro, e eu convencendo á todos da verdade, espero que em pouco tempo, se não toda a gente, a maioria esteja disposta á acompanhar-me".(366)

O major Ferreira Caldas estava quase deixando a sua tão decantada e perseguida cautela de lado. Depois de uma breve lição de ciência política para os quilombolas, o tom dos seus "meios suasórios" ficou mais enfático. Pediu a Daniel que ele próprio o guiasse até os mocambos principais do *São Sebastião*.

"e nelle me faça entrar pacificamente com minha força, mostre-se cada vez mais firme na resolução de seguir-me empregando ao mesmo tempo toda a sua influência e amizade para com os seus governados afim de que todos também sigão comigo por gosto próprio, que a você garanto a liberdade assim como as pessoas de sua família (constava-me que era casado), e aos seus companheiros, que não serão maltratados por seus senhores".(367)

Daniel não pareceu entusiasmado pela proposta, mesmo con-

siderando a sua "liberdade" e de toda a "sua família". Não queria dar já uma resposta. Na frente do dito major pediu a opinião de alguns quilombolas que o acompanhava: "dous responderão que estão pelo que elle quizesse e os demais conservarão-se callados". Resolveu consultar também outros mais quilombolas "alli atraz n'um logar chamado Laranjal", pois "tinhão elles um grande piquete de promptidão". A decisão final ficaria mesmo para o dia seguinte. O major Ferreira Caldas recuou e teve que aceitar. Prevaleria o espirito de cautela que quase tinha abandonado. Relataria: "era á bem do meu plano dar-lhe a entender que da parte delles, mais do que da minha, devia haver todo o empenho em levar-se a effeito esta combinação".(368)

A comitiva do governo imperial voltou para o acampamento das tropas em *Três-Furos*. Como era madrugada foi acompanhada por dois quilombolas. Esperariam a resposta até às 10 horas da manhã do dia seguinte. Esta, porém, não chegou. Era um domingo. O major Ferreira Caldas temeu que a negociação tivesse fracassado. Depois de alguns conselhos dos officiais que comandava decidiu voltar ao *Laranjal*, local de encontro da primeira rodada de negociações. Quem faria isso seria o tenente Bayma "à titulo de passeio, acompanhado apenas de dous voluntários que sabião pescar à flecha". Temeroso quanto ao desfecho de sua "combinação" queria "ver se encontrava Daniel e podia colher alguma" noticia. Entretanto, nem foi preciso forjar pescarias. Já no caminho para o *Laranjal* encontrou-se Daniel. Trazia "óptimas noticias". O major Ferreira Caldas seria guiado por ele até o centro do quilombo. Como condição deveria levar "poucas praças afim de não assustar a sua gente".

Uma outra comitiva foi preparada para entrar no quilombo de São Sebastião. Mais precauções seriam tomadas. Alguns soldados foram deixados no *Três-Furos* "para vigiar o depósito de gênero e defender aquele ponto, base das operações". O restante da tropa seguiu também para o *Laranjal*. Como não havia canoas para transportar tantos homens, a tropa seguiu por terra através de "uma picada que os voluntários não abrindo". Enquanto isso, o major Ferreira Caldas e seu ordenança, o tenente Bayma, um capitão da Guarda Nacional -- residente ali próximo em Pinheiro -- e "demais dous ou três paisanos, moradores no caminho" seguiram de canoa ao encontro de Daniel.

Como o combinado, Daniel já o esperava. Em sua companhia tinha somente quatro quilombolas. Ali esperaram toda a tropa chegar. Seguiriam todos para o mocambo. Na caminhada pela floresta a tropa estava disposta do seguinte modo:

"na frente o Tenente Bayma, Alferes Reis, dois voluntários bons cortadores de mato, o Daniel e outro preto, no centro os demais quilombolas, entercalados com as praças, e na retaguarda eu [major Ferreira Caldas], os outros voluntários e um crioulo de nome Militino, o qual havia poucos meses, tinha desertado do mesmo mocambo e me fora entregue pelo subdelegado do Pinheiro para servir de guia a expedição." (369)

Mais uma vez Ferreira Caldas aliava seus dons políticos com aqueles de dedicado estrategista militar. Ainda que não fossem revelados deveria haver muitos medos e temores rondando aquela diligência. Não só da parte de seu comandante. Os outros oficiais, voluntários e praças talvez temessem que os quilombolas e Daniel estivessem preparando uma grande emboscada, os atraindo para o interior da floresta. Todo cuidado seria pouco. E bem ver-

dade que até o último minuto o major Ferreira Caldas acreditou mesmo na possibilidade de uma emboscada. Durante o trajeto para o quilombo não poucas vezes desconfiou de Daniel. Isso aconteceu quando "passado algum tempo", ele reparou que a diligência "pouco" tinha avançado "em razão das continuadas voltas". Notou mesmo "ser completamente invio o rumo" tomado. Asseverando-se de suas suspeitas ouviu o próprio ex-quilombola Militino. Este não reconheceu aquele caminho com o "que viêra quando fugira do quilombo". Suspeitas e temores voltaram a rondar. Em poucas palavras Ferreira Caldas bem transmitiu ao presidente da província sua sensação naquele momento:

"Tive um momento de suspeita a cerca de Daniel e quasi mando dar o signal de alto para arguil-o á tal respeito; reflectindo, porém, na boa fé e lealdade que elle tinha observado até ali, ao passo que Militino pouco critério revelára no interrogatório a que eu havia procedido em Pinheiro, nada fiz, e aguardei um motivo mais plausivel, tanto mais quando qualquer procedimento de minha parte sobre a informação de Militino, podia despertar em Daniel e seus companheiros alguma idéa desfavorável ao nosso ajuste, e n'essa espécie de gente um raio só de desconfiança basta para destruir uma crença inteira ou derrocar o idolo de suas íntimas adorações".
(370)

O dito major dá aqui dicas de como via os quilombolas. Estariam eles entre a "selvageria" e a "civilização". Idéia essa talvez semelhante aquela positivista de Brandão Jr. também sobre os "calhambolas". A propósito, o ideário de Ferreira Caldas sobre os quilombolas e seu próprio papel naquele contexto ficará mais explícito quando descrever sua entrada no quilombo. Ao mesmo tempo que temia tinha que confiar em Daniel. Para este, aliás, já havia usado o adjetivo de "preto inteligente e bem intencionado". De qualquer forma, quilombolas, assim como negros, escravos e

africanos era de uma outra "espécie de gente". Os temores deste major e seus ajudantes também podem ser explicados pelo fato inusitado daquela "combinação". Depois de inúmeros ataques aos quilombos de Turiaçu, os medos de insurreição e o próprio levante dos quilombolas, uma tropa militar entraria num desses quilombos sendo guiada e com a anuência de seu chefe quilombola. Podia parecer as vezes difícil de acreditar.

A caminhada para o quilombo de *São Sebastião* foi longa e árdua. Durou mais que um dia. Esta comitiva pernitoitou "dentro de um círculo de sentinelas", prevenindo-se "de alguma tentativa dos índios". A marcha prosseguiu logo na manhã seguinte e segundo Daniel o quilombo já estava "em meio do caminho". A dureza daquela jornada foi logo acusada pelo major. Estava "bastante incomodado de um um callo no calcanhar do pé esquerdo". Entretanto, valorizando o seu papel de comandante militar disse que "fazia das fraquezas forças, sem dar o menor signal de sofrimento".

Com a aproximação ao quilombo houve mais negociações. Daniel pediu que a tropa se mantivesse distante e que somente ele e o major entrariam no povoado quilombola. O major concordou, mas deixou de sobreaviso seus subalternos para qualquer surpresa. Em "particular" combinou com seu oficial imediato que caso "ouvisse um tiro isolado, seguisse a passo de caminho" para o quilombo, mas "se ouvisse dous, marchasse incontinentemente em acelerado". Daniel também tinha sua combinação de tiros dados para o alto visando entrar no quilombo com a comitiva sem que isso fosse percebido como uma invasão forçada.

Enfim, a comitiva do major Caldas entrou no quilombo. Sua

descrição do quilombo é deveras etnográfica para um militar talvez só acostumado com tiros, perseguições e escaramuças no que diz respeito aos quilombolas. Começou traçando o local:

"A perspectiva do sítio agradou-me sumamente, pois estava elle collocado no centro (que era ao mesmo tempo o ponto culminante) de um belo descampado circular, de mil braças de diametro mais ou menos, terminando pelas roças que acompanhavam toda a circunferência".(371)

Visto o palco do quilombo, passou a descrever o cenário econômico montado, com "casas" de farinha, engenhocas, etc. Quanto a este aspecto vale apenas ressaltar aquilo que já discutimos com alguns detalhes: os vários quilombos do Turiaçu constituíam povoados camponeses espalhados por toda a região. Tinham uma base econômica sólida para abastecimento e troca, produzindo farinha, cera, fumo e aguardente. Na descrição de Ferreira Caldas percebe-se também como os quilombolas escolhiam o lugar para seus mocambos. Vale lembrar que parte destes quilombolas era remanescente do quilombo de *São Benedito do Céu* atacado em 1867. Não escolheram qualquer outro lugar. Mas aquele próximo a um igarapé com água o ano todo e igualmente protegido pela floresta. Mais que isso, após quase dez anos, tinham reedificado suas casas e reerguido um economia camponesa vigorosa.

O ineditismo maior da narrativa do major Ferreira Caldas no que diz respeito aos ataques aos quilombos aparece quando ele descreve os habitantes no seu interior. É certo que em não raras ocasiões, forças militares -- não apenas para o Maranhão -- entravam dentro dos quilombos. Quase sempre os encontravam vazios e/ou abandonados. Ou quando muito com poucos quilombolas em retirada. Agora uma autoridade militar conseguia adentrar num consi-

deravel quilombo. E foi nessa circunstância que pode descreve-lo. Seus habitantes e um pouco da sua vida interna. Assim narrou:

"ao penetrar no recinto do mocambo, espraçou-se-me a vista por toda a parte, chamando-me a atenção de um preto que surgia d'aqui, outro d'alli, e uma rapariga d'acola com espingarda, patrona, etc, formando n'esse todo béllico um perfeito contraste com a falta quasi absoluta de decência no traje; d'este lado um homem gigante, musculoso, verdadeiro filho das selvas; d'aquella um simulacro de gente, um esqueleto ... era a figura de um pobre velho, apoiado á um bastão, reduzido a maior penúria de magreza".(372)

Suas descrições ganhavam força quando acompanhadas de reflexões. Era uma narrativa ao mesmo tempo na primeira e terceira pessoa. Seria ao mesmo tempo o narrador, o comentarista, o expectador e o principal protagonista daquela trama. Tentava numa fala etnocêntrica revelar suas próprias percepções a respeito dos quilombolas, utilizando imagens-símbolos, metáforas e metonímias. Afirmaria ainda sobre o interior do quilombo:

"lá no fundo a esbelta de uma Sancta Cruz, com os braços bem abertos, parecendo pedir preces em fâvor d'esses infelizes creaturas, nossos semelhantes, e cuja raça já tem de sobejo pago o penosissimo tributo de ser a vergonha da humanidade e especialmente do Brasil. Oh, em face de tão variado e tocante espetáculo fiquei absorto e extasiado...; n'um momenmtto cerrei externamente os olhos e olhei-os dentro d'alma para dirigir de louvôr ao todo poderoso, creador do universo, supplicando-lhe de abençoar a missão que ali me levará...(...)"(373)

Talvez fosse o caso de se conhecer melhor que eram o major Ferreira Caldas para se fazer a arqueologia deste tipo de discurso. Não muito sabemos sobre ele. Era um jovem ou velho militar ? Teria combatido na guerra do Paraguai ? Na verdade, Honorato candidato Ferreira Caldas era um militar de 35 anos, mas já com muita experiência. Natural da própria província do Maranhão, entrou pa-

ra o Exército, em 1859, com apenas 17 anos. Lutou na guerra do Paraguai, tendo sido condecorado com medalhas de bravura.(374) Naquela ocasião, mesmo como militar -- quiça só acostumado a batalhas e contendas -- parecia tentar construir um discurso bem dentro do roteiro das idéias liberais da época. Se não tinha o folégo hercúleo acadêmico daquele de Brandão Jr., sua fala tinha o tom humanístico do positivismo cristão, ora liberal, ora conservador que misturava as idéias-força de "civilização" e "evolução".(375) Para além das certezas das "ciências" da natureza e econômica havia os "sentimentos". Ferreira Caldas parecia mesmo querer encarnar nas suas ações e pensamentos o poder moderador imperial. Este era tanto temporal como espiritual. Vale lembrar que este discurso de Ferreira Caldas aparece num relatório enviado ao presidente da província vários dias depois de realizada esta sua expedição. Carregar aqui ou acolá nas tintas, esmiuçar determinados detalhes e construir uma dada ordenação cronológica ou casual dos fatos podia fazer sentido num momento em que elites políticas, fazendeiros, opinião pública (através da imprensa), autoridades provinciais e aquelas do império tentavam sair de um impasse quanto ao fim da escravidão no Brasil num período se não próximo, pelo menos não muito distante.

Depois das primeiras impressões de ambos os lados, as negociações prosseguiriam. Isto porque, quilombolas também devem ter ficado impressionados com a presença no interior de seu quilombo de um oficial do império, todo paramentado com farda, insígnias, etc. Infelizmente sobre tais possíveis impressões nada conhecemos. Mais uma vez Ferreira Caldas tentaria convencer aos

quilombolas para que se rendessem. Argumentou em nome de "Deus", chamou-os de "filhos", dizia-se "proctetor" e desejar o "bem estar" de todos. Isto tudo fez em meio "uma desconfiança em alguns", "perplexidade em outros" e um "carater de resignação em muitos". De qualquer forma, notaria "em todos uma viva expressão de respeito". Quanto a presença de força militar afirmava que estava ali para garantir a proteção aos quilombolas "contra os gentios".(376)

Daniel deu autorização para que toda a tropa ficasse aquartelada no interior do quilombo. O local escolhido (pelos próprios quilombolas ?) foi a "capella velha". Para seus soldados, deu reiteradas ordens para que ali permanecessem em "harmonia". Permitiu a "negociação" entre os quilombolas e soldados, "mas com a condição de virem a minha presença, comprador e vendedor". Temia que os motins e desordens na tropa originassem mais desconfianças dos quilombolas. Mesmo assim estabeleceu todas e "certas condições de segurança peculiares aos regimentos militares". Quanto o aquartelamento no quilombo, disse ainda que:

"Era uma casinha recentemente concluída, bem construída e no melhor estado de asseio possível; Angela, a rainha do quilombo (não é casada com Daniel, mas vivia como tal em sua companhia e tem d'elle um casal de filhos ingenuos), apresentou-se immediatamente com rédes para todos nós, de algodão é verdade, porém decentes e bem tecidas, e desde então tornou-se incansável no empenho de proporcionar-nos as comodidades compátiveis com a exiguidade dos seus recursos, sendo ella própria a nossa cosinheira e servente até deixarmos o mocambo".(377)

Ferreira Caldas já estava exausto e "tão fatigado". A longa e dura caminhada e a "compressão da botina" tinha-lhe proporcionado, além da inflamação do calcanhar, "um penoso incommodo, o

germem de uma erysipela talvez". Mas tudo valia a pena. Como "compensação" de seu esforço -- ressaltava -- "acabara de meter uma lança em Africa". Afinal tinha conseguido tomar "posição dentro do famigerado quilombo do Tury, todo povoado, sem o mais leve incidente desfavorável".(378)

Apesar da boa receptividade e hospitalidade dos quilombolas de São Sebastião, o dito major até aquele momento não havia conseguido garantir a sua "combinação". Os quilombolas aceitaram os termos de rendição ? Nada estava decidido. Deste modo, "não era tempo ainda de repousar tranquilo á sombra desse trophéo de paz". Ao que parece Daniel tentava -- como proposto -- convencer a todos os quilombolas.

Dissidências logo apareceriam. Um dos seus quatro "contra-capitães", o quilombola Sotero foi o primeiro a se retirar do quilombo, levando "consigo vinte e tantas pessoas". Outros -- ao que consta -- pareciam querer seguir o mesmo caminho, uma vez que "conservavam a bagagem escondida no mato". O "trophéo da paz" parecia ser de cera e estar se desmanchando nas mãos do politico e militar Ferreira Caldas. O que fazer ? Tinha a perfeita percepção de que era "na escolha do meio a empregar e no tino de sua aplicação" que encontrava-se "todo o segredo d'arte, e com elle toda a glória da emprêza".

Qualquer decisão precipitada ali seria mais do que complicada. E foi essa a digressão que fez no seu relatório. Mesmo estando com sua força dentro do quilombo, ordenar ali um ataque a noite seria -- "a falsa fé" -- desastrozo. Tal desastre traria os piores resultados do ponto de vista moral e militar. Primeiro

porque seria "uma dupla trahidão e vergonhosa covardia". Segundo porque seu "resultado seria talvez nulo" e o pior, trazendo "consequências funestíssimas". Mesmo em melhor posição, um ataque acabaria em "mortes, ferimentos, etc". Além disso quilombolas alarmados, tratariam logo de fugir. Bem sabia-se que eram "velozes como a corça e senhores do terreno". Persegui-los na floresta era impensável. Além das dificuldades, a força militar era reduzida para tal empreitada. Cada vez mais diminuía com as doenças que já havia acometidos alguns soldados. Entre centenas de quilombolas apenas acabariam capturados "uns 20 ou 30, quem sabe com quantos desastres". Caso isso ocorresse teria o efeito de "uma completa derrota".

Apenas ficar estacionado com tropas no quilombo também não era a solução. Ainda que não se pudesse medir o esforço de Daniel para convencer os outros quilombolas, vários deles estavam abandonando seus mocambos, indo para outras regiões. Quando a "rendição" fosse conseguida haveria apenas 1/3 dos quilombolas para executá-la. Neste caso, "mais que uma incúria, mais que um erro crasso, seria verdadeira e criminosa imbecilidade". Era tudo ou nada. Ferreira Caldas adotaria uma decisão -- como mesmo revelou -- de "bom senso". Daria como decidida a "rendição" dos quilombolas e começaria prontamente a preparar a viagem de retorno:

"deixal-os continuar a trazerem suas respectivas armas; a título de prevenção contra os índios; organizar uma polícia secreta entre elles mesmos; tratar com o maior empenho de curar os doentes; empregar toda a solicitude e diligência em fazer reinar a alegria no mocambo, repetindo á um e á outro e melhoramento de vida que irão ter com taes elementos inculcando a fé no ânimo de todos, sem nunca perguntar-lhes por seus senhores, etc, ir suavemente preparando as cousas para a breve transformação". (379)

Apostou alto nesta sua estratégia. O importante ali seria a dissimulação. Sem escrever, talvez tivesse pensado que os quilombolas não deveriam perceber como estava interessado e ávido para capturá-los. Era só nisso que pensava. E assim foi feito. Participou de "festas" promovidas pelos quilombolas e os presentou com "uma rês viva para a carneada", "dois cantis cheios de aguardente", "genêros alimentícios" e o "resto dos medicamentos". Um outro fator pouco mencionado favoreceu, porém, a decisão daqueles quilombolas liderados por Daniel a se entregarem. Parecia estar havendo uma epidemia de "febres" no quilombo. Muitos quilombolas e já alguns soldados estavam sofrendo da mesma. A viagem de volta tinha que ser rapidamente preparada e efetivada. Ferreira Caldas faria mais. Prometeu comprar os produtos da economia dos quilombolas. Poderiam levar -- caso quisessem -- um pouco de farinha. O restante seria comprado "assim como arroz, milho, galinhas, patos e alguma coisa mais que tivessem, afim de não ficarem prejudicados". Quanto as armas, poderiam trazê-las em seu poder. Seria uma "cautela necessária contra as tentativas traiçoeiras dos índios". Entretanto, deixou patente para os quilombolas que estes não poderiam entrar armados na vila do Pinheiro. Logo que atravessassem o outro lado do rio Turiaçu "cada qual trataria de vendê-las".(380)

Antes de partirem -- a comitiva e os quilombolas -- soube-se que "um outro contra-capitão de nome Ernesto tratava de formar um partido muito às surdinas, contrário às idéias de Daniel". Providências foram imediatamente tomadas. Já se fazia sen-

tir, então, o efeito da "polícia secreta" entre os próprios quilombolas que Ferreira Caldas mencionava anteriormente. Por certo, durante aquele aquartelamento no quilombo soldados e quilombolas tornaram-se "próximos" o bastante. Além do mais, alguns voluntários -- como vimos um tal Ramalho, por exemplo, já havia tido "comunicações" com estes quilombolas. A tal "polícia secreta" deve ter funcionado bem neste contexto. Enquanto isso Daniel permaneceria mais para o interior das matas, convencendo outros quilombolas em seus mocambos mais afastados.

Quase preparada para o retorno, Ferreira Caldas voltaria a ter notícias de novas "resistências" de alguns quilombolas de capitularem com Daniel e seus seguidores:

"pelas 10 horas da manhã mais ou menos, não tendo ainda voltado Daniel, Angela veio muito reservadamente avisar-me de uns cochichos que ouvira entre taes e taes pretos (indicou-me os nomes) afim de que eu providenciasse a respeito como julgasse melhor, pois tinha suas razões para desconfiar delles, e accrescentou que alguns outros andavão propalando, que só me acompanharia metade da gente e que a outra metade ficava no mocambo".(381)

Mais uma vez contornaria esta situação. Novamente reuniria os quilombolas para novas conversas e convencimentos. Desta vez tratou logo de desarmá-los, pelo menos aqueles acusados de motins. Deixou claro que sua intenção era partir dali com todos os quilombolas e não somente a metade. De novo lembraria para aqueles que mantinham a vontade de continuar no quilombo que poucas chances teriam contra os índios. Ao que parece os quilombolas recusaram. Se bem que no dia seguinte noticiou-se que mais cinco quilombolas tinham escapado do quilombo.

Finalmente no dia 5 de dezembro a marcha de retorno teve

início. Já fazia um mês que esta expedição tinha partido de São Luis, mesmo considerando o tempo gasto no suposto ataque de despistamento a um mocambo em Alcantara. Antes de deixar o quilombo de *São Sebastião*, o major Ferreira Caldas ordenou que as roças e casas fossem incendiadas e que se "demolisse e arrasasse tudo, menos as duas cruzes". Supresticioso ou católico o dito major ?

Durante esta marcha retorno não aconteceram muitas novidades. Apenas ferimentos e a enfermidade de Ferreira Caldas pioraram. Também houve a fuga do quilombola Ernesto, um dos amotinados. Antes de embarcarem num vapor para a vila de São Bento, também o referido comandante mandou "comprar a fazenda necessária para seu vestuário [dos quilombolas]", dando "toda a pressa na promptificação da roupa, visto estarem quase nus e ser uma indecência apresentarem-se em público n'esse estado". Os quilombolas ainda seriam batizados e vacinados antes de ficarem presos na cadeia pública de São Luis. Ali chegariam em 29 de dezembro 115 quilombolas.(382)

XI. Mais negociações e outros conflitos: as invasões ao quilombo Limoeiro (1878-1879)

O presidente da província Sá e Benevides ao que parece animou-se com os resultados alcançados quando da expedição punitiva ao quilombo *São Sebastião* nos últimos dias de 1876. Seu êxito e as perspectivas circunstanciais -- pelo menos como autor das ordens e iniciativas -- deve ter ecoado nos quatro cantos da província e provavelmente chegou até os palácios e salões da Corte. Deve ter recebido elogios das autoridades imperiais. A imprensa sempre jogando no time das denúncias, escândalos e intrigas, ainda que sem muito entusiasmo, destacou aquele feito.(383) O próprio major Ferreira Caldas que comandou toda a diligência fez coro aos elogios. Finalizou na ocasião seu detalhado relatório dando o seguinte destaque: "congratulando-me de coração com V.Ex^{cia} por ter estreitado a sua esperançosa administração n'esta província com um acontecimento tão feliz".(384)

Numa província com fortes disputas políticas, onde as discussões sobre substituição de mão-de-obra, alforria, legislação, controle social, compra e venda de escravos, colonização, partidos políticos, administração pública, etc, tinham nas suas pautas o tema a respeito dos quilombos e das fugas de escravos -- ainda mais na área do Turiaçu -- a recém-iniciada administração de Sá e Benevides tinha marcado um importante ponto. Fez estréia justamente no palco dos quilombolas.

Entretanto, as autoridades -- ao que parece -- sabiam que

os problemas crônicos quanto aos quilombos de Turiaçu estavam longe de serem definitivamente solucionados. Mais fugas continuavam ocorrendo. Outros mocambos ergueriam-se. As condições da capitulação do *São Sebastião*, entretanto, foram algo inédito, "primeiro n'esse gênero em todo o Império".(385)

De qualquer maneira, assim como o "entusiasmo" para destruí-los, os quilombos de Turiaçu não deixavam de existir. Tudo se repetiria: denúncias nos jornais, clamores de fazendeiros e preparativos para o envio de tropas anti-mocambos.(386)

Assim aconteceria já em fins de março de 1877. O mesmo presidente Sá e Benevides escreve ao diretor da colônia militar do Gurupi, João Manoel da Cunha, cobrando medidas para o combate aos mocambos existentes no lugar chamado Montes Aúreos. Era mais ao norte da extensa área do Turiaçu. Como providências imediatas caberia a este diretor militar "propor à administração as medidas" que julgasse necessárias para "levar a efeito semelhante empresa, se por ventura, com os próprios recursos, nada puder conseguir". Deste modo, seria incumbência da colônia militar do Gurupi através de seu diretor Manoel da Cunha -- um major reformado do exército -- a destruição daqueles mocambos.(387)

Talvez, Sá e Benevides tivesse pensado no major Ferreira Caldas para mais essa diligência. Porém, este estava ainda convalescendo-se das febres e enfermidades -- assim como os quilombolas capturados -- medalhas e troféus daquela batalha sob seu comando. Havia também o problema logístico. Este quilombo de Montes Aúreos localizavam não muito distantes da colônia militar do Gurupi. Por ironia do destino esta havia sido ali construída em

1853 para evitar que mocambos se formassem. Na^o fazia sentido deslocar somente tropas a partir de São Luis. Pelo contrário, a própria colônia devia também aglutinar força militar para realizar tal diligência. Além do mais, Sá e Benevides não estava pensando necessariamente em combates e batalhas com mortos e feridos e previsíveis fracassos. Destacaria para o dito Manoel Cunha: "recorrendo-lhe que envide todos os esforços para batê-los e de destruí-los [os mocambos] sendo para esse fim preferidos os meios suasórios". Estas palavras quase que mágicas apareciam aqui de novo. (388)

Logo começa uma intensa troca de ofícios e cartas entre aquele diretor, o presidente Sá e Benevides e outras autoridades locais. Estratégias e planos anti-mocambos desfilariam em meio a retórica e burocracia da correspondência oficial. Os "meios suasórios" escolhidos foram semelhantes aqueles executados com o chefe quilombola Daniel no *São Sebastião*. Logo em maio, o diretor Manoel da Cunha informava a Sá e Benevides que estava enviando três pessoas para iniciar as "combinações" com os quilombolas. Seguiriam João Batista dos Santos, Manoel de Sousa e Eloy, um escravo de Dona Jerônima que já havia estado no quilombo *Limoeiro*. Estes emissários iriam:

"até as cachoeiras, e, se necessário for, até o mocambo de Montes Aureos a tratar com Estevão, Capitão ou Chefe do mesmo mocambo, o lugar em que deve se encontrar comigo a fim de com elle tratar dos meios de sair com sua gente das matas onde se acham". (389)

Estes, por certo, já deviam ter bom trânsito com aqueles quilombolas. Podiam eles chegar até o quilombo e falar com o seu chefe. Passaram-se cinco meses. Esperou-se um melhor tempo. O

tempo de chuva era "a época favorável para bater os quilombos". Com as cheias era mais fácil adentrar naqueles pequenos furos e igarapés. Sá e Benevides escreve de volta a Manoel Cunha. Agradece uma ou outra gentileza, a encomenda enviada e pergunta novamente sobre as providências para destruir os mocambos. Fala que é necessário "urgência" e pedia um "plano" seu para aquela diligência. Quem sabe um pouco constrangido e desconfortado com aquelas cobranças, o diretor Manoel da Cunha prontamente responde aquela "carta confidencial". Inicia uma longa argumentação:

"É verdade que estamos na época favorável para bater os quilombos, e por este vapor não tinha escrito a V.Ex^a, porque vou ainda tentar um último esforço para ver se consigo por meios suasórios a saída dos negros: esse meio é bastante arriscado para mim, porque, como já disse a V.Ex^a, eles me têm em conta de seu inimigo, porém, assim mesmo, vou ver se consigo chegar em pessoa até lá para falar-lhes".(390)

O que provavelmente tentou inicialmente alegar aqui este diretor militar era que a iniciativa do presidente provincial de "negociar" com os quilombolas tendo ele como mediador talvez não funcionasse naquele contexto. Como comandante militar local era quem reprimia os mocambos. Aliás, os mocambos de Turiaçu bem sabiam o que representava para eles a existência daquela colônia. De outro modo, era para ele "arriscado" não só porque os quilombolas receiosos não acreditariam em suas intenções, como também poderiam tentar matá-lo. O próprio Manoel da Cunha já havia tentado uma aproximação.

"tenho até agora empregado intermediários a fim de conseguir o chefe [Estevão] vir falar-me para o que não tenho poupado esforços e despesas, e a última tentativa, quando o chefe se dispunha a embarcar, grande parte dos quilombolas se opuseram dizendo que era traição, e que, se ele, o chefe, embarcasse matariam tudo, queren-

do nessa occasia^o rasgar as bandeiras da canoa, que eu havia mandado para simular uma festa com a vinda do tal chefe".(391)

Ao que consta as tentativas "negociações" já tinham evoluído. Pelo que relatou Manoel da Cunha, o que mais dificultava era a resistência interna dos quilombolas. Conhecedor como poucos da região e dos quilombolas propôs ao presidente Sá e Benevides um outro plano. Não teria estes "meios suasórios" e muito se assemelhava às várias tentativas de repressão anti-mocambos locais. Propunha mais uma vez um ataque geral de tropas partindo conjuntamente de vários pontos. Uma força com 50 praças seguiria direto para Turiaçu. Outra tropa com 20 ou 30 soldados seria enviada para a área do Paraúá. Para o rápido deslocamentos e manobras as tropas deveriam ser colocadas a disposição "gêneros alimentícios", para que não houvesse "a menor demora, nem de uma hora, em seguir a diligência". As tropas desmembradas seriam desembarcadas no porto de Viseu. Encontrariam-se na colônia militar. Enquanto isso, o próprio Manoel da Cunha com mais de 50 soldados desembarcaria no rio Gurupi, rumando em direção ao Maracassumé. Ao todo levaria-se 10 dias para se chegar aos locais dos quilombos. Efectuado o cerco as campanhas militares não cessariam "até exterminar os mocambos". Segundo ele somente "com as forças combinadas com todo o segredo e prontidão nas marchas" a diligência alcançaria "muito bom exito".

Nova troca de correspondência. No final daquele mesmo mês Sá e Benevides daria uma decisão. Prontificou-se a ordenar a mobilização das tropas requisitadas pelo diretor Manoel da Cunha. No prazo de no máximo um mês estas partiriam no vapor para Turia-

çu. Encaminhou também junto a um juiz de direito local "providências sobre os fornecimentos precisos". Tentava garantir aquilo que fosse necessário para destruir tais mocambos respeitando o plano de Manoel Cunha e os seus "meios mais adequados". Pedia contudo "urgência" na entrada das tropas. Por fim, mesmo concordando com tal plano destacava que como os crimes do chefe do mocambo Estevão havia prescrito disso poderia "prevalecer-se nas negociações, que com ele fizer para entregar-se, dizendo-lhe que, se assim o fizer, ficará inteiramente livre". Até o último momento Sá e Benevides acreditava nos "meios suasórios", no caso a "traição" do chefe quilombola Estevão. Talvez tivesse em mente o caso de Daniel no *São Sebastião* quase dois anos antes. Para garantir o possível acordo da liberdade de Estevão e a prescrição de seus crimes, o tal juiz de direito levaria os "papéis".(392)

A bola voltou para Manoel da Cunha. Este começou a preparar a expedição. Antes mesmo de entrar na mata já queixava-se de "uma grande erisepele na perna". Fez também algumas pequenas mudanças no seu plano original. Uma vez que as florestas encontravam "intransitáveis por falta de água". Neste caso toda força deveria "desembarcar em Viseu a fim de daí seguir para a colônia e dali operar. Como detalhe -- embora muito importante -- faltava ainda "dinheiro necessário para compra de gêneros". Teria que contar -- além do segredo -- com uma estratégia de despistamento como fez Ferreira Caldas combatendo um mocambo em Alcântara. O artifício usado na ocasião por Manoel da Cunha seria "propalar" que a força militar que ali seguia tinha apenas o objetivo de atravessar para o Pará "a fim de auxiliar no serviço da guarnição

a força ali existente, por ter de embarcar um batalhão para o Sul". Até os oficiais subalternos deveriam estar "convencidos" disto.

Mesmo com todos os preparativos feitos, a força militar -- soldados da colônia e a guarda nacional -- militar teve que esperar. A ela juntou-se finalmente as tropas do exército vindas de São Luis. O 5º Batalhão contribuiria de novo, desta vez com 80 praças comandados pelo Capitão Feliciano Xavier Freire Junior. As relações entre este e o diretor Manoel da Cunha logo revelariam-se conflituosas. A falta de chuva adiou por alguns dias o embarque. O final do ano logo chegou. Já havia quase um ano desde os primeiros contatos entre o presidente Sá e Benevides e o diretor Manoel da Cunha para a realização deste diligência. Na sua última correspondência antes do embarque das tropas Sá e Benevides desejou "feliz êxito" e recomendou "muito expressamente" que fossem feitos todos os esforços "para conseguir por meios suaves" tal resultado. Também deveria-se tomar cuidado com os "excessos por parte da tropa". Não deveriam ser lançado "absolutamente mão das armas senão para defesa em caso de resistência". Quanto aos quilombolas apreendidos, todos sem exceção, teriam que ser remetidos de navio para a cadeia em São Luis.(393)

Sem mais planos, detalhes, estratégias e cuidados aquela campanha anti-mocambo começou em 4 de janeiro de 1878. Em Viseu sob o aguardo ansioso do diretor Manoel da Cunha desembarcaria as tropas, isto "debaixo de copiosa chuva". Esta chegava firme como mais um soldado para aquela batalha. Chegaria também José Antônio Rodrigues, prático vindo de Turiaçu. Em canoas, a expedição se-

guiu para um local chamado *Campinho*, distrito da colônia militar de Gurupi. Para ali chegar demorou-se dois dias. Nos outros dois seguintes ficou estacionada. Distribui-se munição, forneceu-se rações para a entrada na floresta e cuidou-se do equipamento militar castigado pelas torrenciais chuvas. Antes mesmo de começar as batalhas, a expedição viu-se diante de várias baixas. Diversos soldados caíram "doentes de febres intermitentes" e tiveram que receber tratamento. Chegou-se finalmente a Colônia Militar.

A partida dali só aconteceu no final do dia 10. Seguiu-se o rio Gurupi em canoas. Durante a viagem mais algumas baixas e abandonos na força militar, uns por "estreparem" os pés ou "reumatismo", outros enfermos com as febres. Voltariam nas mesmas canoas para a Colônia. Aquela floresta ainda que conhecida por alguns era inóspida para todos. Era uma mata fechada. Mesmo com tanta chuva não havia "uma gota de água para beber-se", além disso com a maior parte dos igarapés secos não era possível "viagem pelo centro das matas em direção ao mocambo". A opção foi ir "margeando o rio" e rompendo "cerrados e igarapés com grande dificuldade debaixo de copiosa chuva". O tempo de caminhada na floresta parecia interminável. Num ou noutro ponto eram montados acampamentos para abrigo das tropas, munição, armamento e gêneros alimentícios. Assim foi em momentos diferentes nos igarapés *Taquipé-tura*, *Pirá-tura* e naquele da cachoeira *Chicantam*. (394)

Somente na metade do dia 14, próximo a um igarapé seco denominado *Olho d'água* começaram a ser encontradas "as primeiras ranchadas dos pretos, porém abandonadas". A falta de água potável para as tropas continuava sendo um problema. Uma parada foi de-

terminada, mandando-se "cavar buracos no igarape" para se encontrar água. A expedição foi em frente e outros ranchos dos quilombolas encontrados abandonados. Eram dos "pretos vigias dos mocambeiros, que na véspera havia seguido conduzindo caça". Acompanhando-se um *picada* deparou-se também com "trincheiras de grossas madeiras" que protegiam a entrada para o quilombo e as roças em sua volta. Alguns quilombolas que por ali plantavam presentiram logo a aproximação da tropa e trataram de escapar. Tentativas de contatá-los através de acenos com "uma bandeira branca hasteada em uma vara" fracassaram. Temendo uma debanda geral, o diretor Manoel da Cunha ordenou uma marcha acelerada para o quilombo visando rapidamente cercá-lo. Andar rápido por ali, porém, era muito difícil devido ao "grande cerrado de espinho" existente":

"Os mocambos, devido às providências por mim tomadas anteriormente, não esperavam ser atacados, e achavam-se quase todos em plantações de roças e diligências, inclusive o chefe, e os que achavam no mocambo, que eram poucos adultos e as crianças, tomadas de surpresa, e com o aviso que havia dado o preto que encontrei na roça, correram em direção às matas, sem que fosse possível embargar-lhes a passagem por ser insuficiente o número de praças que tínhamos para cercar todo o mocambo".(395)

Até ali, o plano de Manoel da Cunha estava obtendo êxito. Mesmo com as dificuldades da jornada, a "copiosa" chuva, as febres, as estrepes, a falta de água, etc tinha conseguido entrar no quilombo *Limoeiro*. Não havia ainda, contudo, capturado muitos quilombolas. Cercado o mocambo, prontamente ordenou-se "correr todas as casas". Nelas encontrou-se apenas alguns velhos. Uns doentes de "anasarca" e outros impossibilitados de andar. Estava-se no quilombo mas, e os quilombolas? O diretor Manoel da Cunha --

através do "preto velho" Joaquim Cassange -- tentou entretanto contactar o chefe quilombola Estevão.

"meia hora depois voltou o dito preto velho dizendo-me que Estevão me estava esperando em um canavial, porém, que eu fosse só. Imediatamente parti com o portador do recado para o ponto indicado, e logo que avistei dois pretos, que soube então, serem o chefe e seu imediato, larguei a minha espingarda na picada e dirigi-me a eles. Falei ao chefe, e fiz-lhe ver a inconveniência de continuarem no mocambo e as vantagens que poderiam obter saindo".(396)

Diferentemente da situação do quilombo de *São Sebastião* e seu chefe Daniel, aqui para o *Limoeiro* sob a chefia de Estevão não ficamos sabendo muito sobre os termos da "combinação", ou seja, a "inconveniência" alegada e "as vantagens" propostas. O "chefe" Estevão também era um velho conhecido das autoridades. Dez anos antes, quando descobriu-se os quilombos *Gerimum* e *Cuci-Paraná* já era apontado como "criminoso" e chefe do "mocambo=guia", entre Maracassumé e Montes Auros.

Quanto ao presidente da província era o mesmo -- Sá e Benevides -- e tinha se passado apenas dois anos. Aqueles argumentos a respeito da lei do Ventre Livre, matrícula, pecúlio, alforria, garantia de não-castigo, fome e ataques de índios, é bem provável, que tenham sido listados. Cabe lembrar que todo esse processo de "negociação" já havia se iniciado antes.

Como em *São Sebastião*, no caso do *Limoeiro*, seu comandante Estevão enfrentou resistência de outros quilombolas. Em primeiro lugar, Estevão tentou reunir todos os quilombolas e "saiu para as matas chamando toda a gente que encontrava". Ao que parece afora aqueles situados no centro propriamente do quilombo *Limoeiro*, havia vários ranchos espalhados mais para o interior das matas. Es-

teva^o acabou "gastando neste trabalho a noite inteira". Além disso, procuravam não só os que moravam mais afastados mas também "outros pretos" e "mulheres e crianças que se achavam extraviados pelos matos".(397)

Foi fato. Antes mesmo da entrada da força no *Limoeiro*, os quilombolas avisados por "vigias" e "espias" trataram de se esquivar. Tentavam reunir ferramentas e alguns alimentos e escafe-diam-se. Quando tinham mais tempo planejavam uma evacuação mais organizada, levando mais utensílios e formados em grupos familiares. Quando não: era um salve-se quem puder. A idéia era adentrar na mata e procurar algum tipo de esconderijo. Assim parece ter acontecido no *Limoeiro*. É certo que vários quilombolas estavam trabalhando nas suas roças. Entretanto, quem estava no quilombo tratou de fugir. Por isso, que as tropas só encontravam "poucos adultos", crianças, velhos e doentes. O restante encontrava-se nas matas. E foi difícil achá-los. Não necessariamente só para os soldados, mas para o próprio Estevão e outros quilombolas. Havia também crianças do quilombo "perdidas" na floresta.

"estive o chefe [Estevão] comigo até alta noite na casa em que morava eu e os oficiais [local em que ficaram aquartelados no quilombo, em presença deles, mostrando-se muito pesaroso pela falta das crianças, inclusive, dois filhos seus, propôs-me que o deixasse ficar e me retirasse [com as tropas], porque ele faria com que toda a gente saísse, e que mais tarde eu poderia apresentar-me só, ou com uma ou duas pessoas, que fossem remar a minha canoa, e o encontraria, assim como a sua gente prontos a sair, tendo assim tempo bastante para procurar e reunir os filhos dispersos nas matas".(398)

O diretor Manoel da Cunha não concordou com essa proposta. Deixou claro que sua intenção era sair dali já com todos os quilombolas em sua companhia. Este seria o acordo com Estevão, que

em troca poderia ser alforriado. Ou seja, os quilombolas do *Limo-eiro* deveriam ser apresentados aos juiz de direito do Turiaçu. Quanto às crianças "perdidas" iriam ser encontradas mais cedo ou mais tarde. Estevão acabou concordando, mas salientou que era chefe do quilombo, mas "não tinha bastante força moral e energia precisa para obrigar a sua gente a obedecê-lo" quanto a idéia de se entregarem às autoridades naquele momento. Ai Manoel da Cunha começou a preocupar-se. Tinha a idéia de ordenar que os quilombolas que ali já se encontravam fossem listados e "se no dia seguinte não aparecessem as crianças, mandava trancar todos os pretos, que estavam no mocambo", posto que não lhe "estava agradando tal procura".

Os receios e desconfianças do diretor não duraram mais que uma noite. Logo na manhã do dia 18 surpreendeu-se "ao percorrer o mocambo" e "encontrou todas as casas vazias". Os quilombolas sob a alegação de estarem procurando seus filhos e familiares nas matas tinham abandonado de vez o quilombo. Indagado sobre tal fato, seu chefe Estevão afirmou que "estava envergonhado por alguns, e que sua gente, sem dúvida mal aconselhada por alguns, estava toda levantada", ainda assim tinha a intenção de voltar "ao mato a fim de reduzi-los(sic) a de novo apresentar-se".

O diretor Manoel da Cunha mobilizou rapidamente sua tropa. Queria através de "vestígios" descobrir as rotas de fuga dos quilombolas. Seu objetivo era persegui-los. Foi o que fez. Prendeu, numa distância de 200 braças, o preto Macário e próximo a uma roça encontrou o mulato Alexandre, juntamente com a preta Febrônia "que estavam amarrando cargas para a fuga". Ainda no arraial do

mocambo capturou mais 10 quilombolas, principalmente mulheres e crianças. No dia seguinte outros seriam presos, entre os quais uns que se apresentaram por conta própria.

Cunha ainda persistiria na idéia de perseguir os quilombolas na floresta, tentando capturá-los. Reuniu-se com seus oficiais imediatos e:

"ouvindo também, o guia José Antônio Rodrigues, expus-lhes as circunstâncias em nos achavamos, por isso que estávamos sem mantimentos para os praças e para nós, e disse-lhe que queria atacar os pretos nas matas onde se achavam; foram todos unânimes na opinião de que nada faríamos em vista do limitado número de força de que dispunhamos. Então, pensando melhor, entendi que seria, realmente, sacrificar setenta e tantos homens, grande parte estropiados pela marcha, contra perto de trezentos, tendo em consideração que era preciso deixar pelo menos trinta para guarnecer o porto que havíamos tomado e guardar os pretos que se achavam presos, restando-nos, por conseguinte, quarenta e tantos para o assalto, e o resultado seria unicamente a desmoralização da força (primeira que consta ter entrado neste afamado mocambo)".(399)

Novamente este diretor fez valer sua estratégia. Retornava com apenas 16 quilombolas capturados. Tinha como perspectiva realizar um novo ataque ao *Limoeiro*, agora sem tentativas de negociação com seu chefe Estevão, que aliás também desapareceu nas matas. Para isso deixou o mocambo:

"intacto (sic), todas as casas e roças a fim de que eles de novo aí se estabeleceram, e mais tarde possam ser atacados por força considerável, por isso que este lugar já nos fica bem conhecido, e para outro, que, se retirassem (sic), seria difícil penetrar".(400)

Finalizaria sua expedição antes mesmo de completar um mês. Ao presidente Sá e Benevides enviou este longo relatório. Embora a diligência tivesse sido um "fracasso", justificou-se dizendo que empregou os "meios suasórios" aconselhados, empenhou-se, não

permitiu "excessos" e nem uso desnecessário de "armas". Ou seja, da sua parte e dos outros oficiais e soldados houve "a melhor boa vontade" no cumprimento do "dever".(401)

A situação do quilombo do *Limoeiro* parece ter ficado a mesma. Como novidade apenas alguns quilombolas que se "apresentaram" as autoridades. Já no mês de fevereiro, Sá e Benevides responderia ao diretor Manoel da Cunha em tom indignado. Deixou patente seu "estranhamento" quanto ao resultado daquela expedição: total somente de 18 quilombolas presos. Não entendia -- segundo o próprio relatório -- como os quilombolas e seu chefe conseguiram "iludir a sua vigilância" e fugiram. Lembrava que a sua "disposição foi posta uma força relativamente respeitável" em termos numérico e de armamento, sendo gastos muitas despesas. Terminou afirmando o seguinte: "é de estranhar, outrossim, que não ocorresse a V.S. a destruição das roças e casas, apreensão das armas e instrumentos de trabalho dos referidos mocambeiros". Enfim, parece ter percebido a estratégia do referido Manoel da Cunha como uma verdadeiro desastre.(402)

As insatisfações de Sá e Benevides não eram só suas. Parte da imprensa e grupos de oposição criticaram muito o "resultado" daquela expedição. Muito elogiado dois anos antes com seus "meios suasórios" com relação ao quilombo *São Sebastião*, Sá e Benevides certamente via-se agora diante de agudas críticas, provocações e farpas políticas.

O diretor Manoel da Cunha que por sinal encontrava-se em São Luis ficou perdido em meio a este tiroteio de críticas. Queria sempre se justificar e apelando mais uma vez para suas "es-

estratégias". Logo em março escreveu para Sá e Benevides contando uma novidade. Segundo ele tinha recebido por carta uma informação do Alferes Vargas Coutinho, seu vice-diretor na Colonia Militar do Gurupi de que o "intitulado Capitão Estevão" tinha mandado finalmente avisar a ele que os "pretos achavam-se reunidos e prontos para saírem do referido mocambo", apenas aguardavam o envio das "canoas para os conduzir". Talvez para acalmar os ânimos e aplacar a ira dos críticos pedia autorização para a "publicação" desta notícia através destes officios. Justificava-se: "V.Ex^a sabe quanto deve ter ficado abalado o meu crédito depois da diligência que fiz aquele mocambo". Enfim, caso Estevão e seus quilombolas se entregassem o prestígio de Manoel da Cunha, Sá e Benevides e outras autoridades envolvidas na destruição do quilombo *Limoeiro* estaria salvo.

Acuado com as críticas e ainda entusiasmado com a possibilidade de definitivamente destruir o quilombo *Limoeiro*, Sá e Benevides deu ordens expressas para que outra expedição fosse realizada imediatamente. No mesmo mês de fevereiro começariam seus preparativos. Seguiu novamente para Turiaçu, ainda em maio, uma outra força militar. O diretor Manoel da Cunha foi afastado das operações militares. Estava em São Luis tratando de suas enfermidades e ali permaneceu. O Presidente Sá e Benevides também ficou de fora. Antes mesmo da expedição seguir despediu-se da administração provincial que ficou a cargo do seu vice Carlos Fernando Ribeiro que depois a passaria para o novo Presidente.

O comando desta nova expedição coube ao capitão do 5^a Batalhão de Infantaria, Feliciano Xavier Freire Junior que havia

participado da outra.(403) Agora teria poderes plenos no comando da tropa e estratégias de combate. Teria ainda o auxílio -- quanto algumas providências -- do juiz de Direito de Turiaçu, Benedito de Barros Vasconcellos. Este logo justificaria-se depois de realizada a expedição dizendo que: "não se pôde desempenhar melhor a comissão que trato em vista do mau resultado da primeira diligência e dos avisos que tiveram os quilombolas da entrada de nova força".(404) Ainda assim, os "resultados" não foram ruins. A expedição -- depois de quase dois meses -- retornou a São Luis com mais de 70 quilombolas do *Limoeiro* capturados, incluindo o seu chefe Estevo.

O capitão Freire Junior também faria um extenso relatório descrevendo batalhas, glórias e dificuldades para combater o *Limoeiro*. O destinatário seria o então novo presidente de província Graciliano Aristides do Prado Pimentel.

A força sob o comando do referido Capitão partiu no dia primeiro de março de São Luis. Seria formada novamente por 80 praças e tinha ainda o auxílio do Alferes Pedro Alexandre de Amorim. Adotou o mesmo trajeto da outra expedição. Da vila de Viseu seguiu de canoas até a povoação de São José do Gurupi. Prosseguiu pelo "rio Chica-Antan" e alcançou a Colônia Militar do Gurupi e "tendo já atravessado para a margem direita do rio", a tropa internou-se na floresta, "forçando a marcha".

"Eram 5 horas da tarde quando descortinamos a primeira roça de mandioca, que dista do mocambo um quilômetro pelo lado do Ocidente, e projetando sita-lo, ocultando-nos na mata, conservando profundo silêncio para não sermos pressentidos. Realizado o cerco à 1 hora da manhã do dia 14; penetrei com algumas praças, e coadjuvado pelo Alferes Amorim, no interior do mocambo, que

achamos totalmente abandonado; e de dia, reconheci que o abandono tivera lugar, logo depois da retirada da primeira, e, infelizmente, malograda diligência".(405)

Será que o capitão Freire Jr. ainda acreditava no efeito da estratégia -- depois muito criticada -- do diretor Manoel Cunha de que não sendo queimadas as casas e destruídas as roças os quilombolas retornariam aos mocambos do *Limoeiro*? A idéia de que os quilombolas ali voltariam a ser estabelecer por causa de suas roças e economias não era de todo inverossímil. Assim fizeram no *Limoeiro* seus habitantes. Entretanto, não voltaram para o mesmo arraial do mocambo e seus ranchos. Foram apenas apanhar seus fornos de cobres e de ferro que acabaram "conduzidos para novo ponto, bem como todos os instrumentos de lavoura". Constituiriam um novo quilombo. Com tantas perseguições não seria a primeira vez que teriam que proceder deste modo. O capitão Freire Jr. só encontrou casas abandonadas, umas "estavam descobertas e sem portas" e "dentro de muitas já havia nascido capim".(406)

De outro modo, ele que em outra ocasião já havia visto os mocambos abandonados talvez não tenha ficado totalmente surpreso. Dividiu a tropa e mandou "explorar o terreno circunvizinho". Tentava descobrir as possíveis rotas e direções tomadas pelos quilombolas. Entraria em "diversas picadas". Tentou a sorte e escolheu seguir por uma delas. Depois de três horas de marcha desistiu "por ter reconhecido que o caminho" que escolhera "não tinha vestígio algum de ser transitado". Voltou ao arraial do quilombo abandonado. Optou por outro caminho e direção. Desta vez teve melhor sucesso. Com meia-hora de caminhada descobriu "uma jamanchi de gaurimã para conduzir mandioca" e mais adiante "dois pequenos

ranchos" com alguns mantimentos e "instrumentos de roça". Fez uma pequena parada para descanso e almoço. Seguiu vasculhando as matas em "novas pesquisas". Parecia que os quilombolas não estavam muito longe. Relataria Freire Jr.: "fiz uma marcha de 2 horas e encontrei diversas veredas; por uma delas que mostrava pegadas muito frescas me adiantei bastante".(407)

Não demorou muito as tropas encontrariam um inimigo da floresta. Não foi nenhum quilombola e sim o tempo que "cerrou-se e a chuva foi tão copiosa, que mal nos podíamos ver". Passado o temporal, mais incursões originaram a descoberta de ranchos e mesmo farinha abandonados.

"No dia 16 saímos em novas descobertas, e às 11 horas o piquete avançado capturou o preto Thomaz, que me sendo apresentado, foi por mim interrogado. Declarou este que a picada pela qual marchamos ia dar nas minas de Maracassumê. Que depois de retirar-se a expedição que em 15 de janeiro passado penetrou no mocambo, todos os negros se retiraram para a mata divididos em muitos pelotões, e cada um com seu respectivo chefe".(408)

Os quilombolas do *Limoeiro* estavam divididos em diversos grupos cada um com sua chefia "formando cada um deles seu mocambo". Uns estavam "para as minas tirando ouro". Eram os casos dos grupos chefiados por Estevão e Benedito que lá encontravam-se "com sua gente, e que iam (sic) estabelecido". Outros quilombolas evadiram-se para mais distante como "outro grupo" que "se tinha retirado para o Paraná". Não muito distante do acampamento das tropas punitivas "o preto Carlos, subchefe do mocambo *Limoeiro*, e ora comandante de um grupo, estava com sua gente". Podemos ver nesta divisão grupal destes quilombolas tanto estratégias militares como organizações políticas, econômicas, familiares e sociais.(409)

O capitão Freire Jr. deu continuidade as suas incursões nas matas tentando captura-los. Encontrou mais mantimentos e "rancharias" abandonados. Outros poucos quilombolas foram presos, entre eles, o "preto" Pantaleão, também interrogado. Suas revelações foram contraditórias com as do "preto" Thomaz. Disse que o chefe Estevão "não estava nas minas de Maracassumé" e "ser falso" que "pretendesse apresentar-se com seus comandados". Pelo contrário, tinha sido o próprio "quem lhes ordenara, por ocasião da primeira expedição, que se retirassem para a mata, visto quando lhes pertencia". Com Thomaz, Pantaleão apenas concordou que os quilombolas estavam "divididos e subordinados em diversos grupos".(410)

As buscas na floresta continuariam por mais três dias. Contaria agora "como guia o preto Pantaleão". Foi encontrada aqui ou acolá mais "bagagem" dos quilombolas escondidas. No dia 19 de março uma parte das tropas cercou um "pequeno mocambo" e capturou 14 "calhambolas". As tropas também tiveram problemas. Além de "muito fatigadas", os "gêneros alimentícios" começavam a se excastrar e as "febres" deixaram inicialmente oito praças "doentes", tirando-os de combate. A "doença" também deixou "impossibilitado" o Capitão Freire Jr.. Contra a "doença" usou-se a "botica" disponível. Para suprir a falta de alimentos mandou-se uma canoa até o rio *Chica-Antam* aonde havia se estabelecido o "depósito de viveres" para o reabastecimento das tropas.(411)

Nos dias 21 e 22, os soldados entraram novamente na floresta "percorrendo-a em grande distância". Nada foi descoberto. O dia 23 serviu para "descaso". No dia seguinte:

"partindo do Limoeiro fizera sua marcha, e encontrando muitos igarapés e tão cheios que em alguns, para os transpor foi preciso que as praças levassem o correame na cabeça... (...) ao subirem em grande morro descobriram uma ranchada. e que, pondo-a em sítio, nesta penetraram, mas com a infelicidade de encontrá-la abandonada, denunciando, porém, os vestígios de haver sido deixada há muito pouco tempo".(412)

Durante a noite as buscas cessavam. Em alguns ocasiões ficariam paralizadas por todo o dia "porque chovia a cântaros". As tropas também chegaram a ficar mais dois dias paradas na floresta sem fazer "diligência alguma" devido a um "grande número de praças chegarem bastantes doentes de sezões e de papeira". Isto aconteceu nos dias 28 e 29. Chegando em Montes-Aureos, as tropas encontraram vestígios, "percorrendo-a todos os pontos, onde residia a Companhia Inglesa de Mineração". Nesta área "tudo denunciava que há muito os fugidos aí não iam mas que encontrara provas evidentes, que os gentios" andavam por perto. Prosseguindo a expedição, próximo ao igarapé do Meio encontro-se uma "pequena ranchada". Nela foram apreendidos 19 escravos. Mais revelações seriam feitas:

"No interrogatório que procedi me declararam os pretos que havia 3 dias que aí se tinham estabelecido; o que provava a coberta dos ranchos. Que já sofriam fome, porque nem farinha tinham para fazer mingau. Que estavam baldos, completamente, de recursos, por causa da perseguição que lhes fazíamos, desde que chegamos ao Limoeiro, e que não podiam caçar para não se denunciarem. As mulheres e crianças eram, verdadeiramente, esqueletos ambulantes".(413)

Aqueles períodos, como tanto outros de perseguições, foram épocas de penúria para os quilombolas. Resistir a vários dias de perseguição também era difícil. Se os caminhos e segredos da floresta podiam ser solidários, a fome e privações mostravam-se ini-

migos. Ainda mais que eram dezenas de velhos, crianças e mulheres carregando suas "bagagens". Tinham ainda que fazer paradas para descansos, reerguer "ranchos" para abrigarem-se e reunirem forças para prosseguir. Alguns quilombolas chegaram a se "apresentar" voluntariamente. Foi o caso dos "pretos" Malaquias e Cristina que "declararam que se tinham escapado da última ranchada, que fora batida, mas que lhes era impossível continuar na mata; porque então, morreriam de fome".(414)

Enquanto isso as tropas também tinham suas dificuldades. Se ganharam rapidez nas matas devido serem guiadas pelos quilombolas apreendidos e encontrarem já algumas picadas e caminhos abertos, continuavam sofrendo com as "seções". Era impossível prosseguir com tantos enfermos. Chegou-se a um período que as tropas ficaram reduzidas a 38 praças, "únicas que pude apenas na força sob meu comando, e essas mesmas estavam doentes".(415)

Nos dias 1 e 2 de abril tiveram que novamente paralisar sua marcha para "descanso" e tratamento dos doentes. Outra vez o problema de reabastecimento de gêneros alimentícios apareceria. Agora agravou-se. A quantidade de alimentos necessários aumentou. Tinham que prover tanto os soldados "como fornecer alimento aos calhambolas" capturados. Desta vez, a alternativa foi mandarem buscar mantimentos no engenho do Tenente-Coronel Francisco Estácio de Queiroz não muito distante dali. Junto com a canoa iria uma "carta" do capitão Freire Jr. pedindo para se "vender gêneros alimentícios".

No dia 22, os soldados que restavam (pouco mais da metade da força de 80 praças) atravessaram o rio Maracassumé e interna-

ram-se nas "matas do Parana". Não demoraram muito encontraram "uma ranchada". Houve cerco. Foram capturados 31 "calhambolas, figurando entre eles o preto Estevão, chefe do "grande mocambo" *Limoeiro*". Estevão e outros quilombolas foram interrogados e revelaram que estavam divididos em quatro grupos pequenos e "por tal forma disperso, não tinham encontrado os outros 3 grupos".(416)

O capitão Freire Jr. relataria, ao então presidente de província, que desistiu de continuar perseguindo estes outros grupos de quilombolas. Alegou que já tinha apreendidos 71 quilombolas e só a captura do "facinóra Estevão" representava a "coroa de Glória desta expedição". Outros fatores pesariam nesta decisão. Destacaria que tanto ele, como seu oficial imediato e as praças não podiam "por mais tempo conservar-nos na mata, porque todos estávamos sofrendo em nossa saúde". Além do mais, encontravam-se "andrajosos e quase nus" uma vez que os "espinhais" estragaram toda as suas fardas. Terminaria seu longo relatório louvando a "disciplina e morigeração" da tropa sob o seu comando. Celebrava o seu "feliz êxito" embora "todos os entraves, que se antepuseram, para que desta vez o resultado da diligência fosse improficuo como a da passada, de que fiz parte".(417)

O presidente provincial Prado Pimentel deve ter também feito propaganda a respeito dos "resultados" desta expedição anti-mocambo. Fez mais: requentou o caldo das denúncias e intrigas surgidas depois do fracasso da primeira expedição ao *Limoeiro*. Escreveu no início de junho para o ministro da Guerra, Marquês de Herval. Relatou todo o ocorrido, fazendo duras críticas ao dire-

tor da colônia Gurupi, nosso conhecido, o major reformado Manoel da Cunha. Na sua avaliação este:

"procedeu de um modo condenável dando lugar a que se evadissem os ditos escravos; o que autoriza os boatos, que correm de que com eles vivia em harmonia e negociando, comprando ^{ge}neros e ouro extraídos das minas, conhecidas pelo nome -- Mineração Maranhense".(418)

Em virtude disso -- ressaltou na ocasião o presidente Prado Pimentel -- houve a necessidade de se realizar um nova expedição efetuando-se mais despesas. Esta não seria necessária caso não ocorresse tais "maus procedimentos" de Manoel da Cunha. Sua carta tinha não só o objetivo de denúncia e reclamação. Propunha explicitamente a exoneração daquele diretor militar e a sua substituição por outro -- o capitão também reformado Antônio José da Fonseca -- o qual indicava. Seu argumento final era de que tinha interesse de fundar uma colônia agrícola ali no Gurupi mas tinha "fundado receio" de que Manoel Cunha poderia "criar embaraços ao seu desenvolvimento".(419)

Instaurou-se uma batalha burocrática pública entre militares e autoridades provinciais chegando aos gabinetes dos ministérios imperiais. As munições foram as denúncias e as justificativas, e as armas as cartas, petições correspondência oficial. Nas entrelinhas dela podemos ver o campo de ação política dos quilombolas no Maranhão e mais algumas de suas estratégias para obterem proteção e manterem sua autonomia.

Também em junho, o diretor Manoel da Cunha escreveria uma carta.(420) Talvez ainda não sabedor do completo teor das denúncias feitas contra si diretamente ao Ministério da Guerra continua tentando dar satisfações as autoridades provinciais quanto ao

problema dos quilombos. Dava prosseguimento as suas investigações. Sabedor de que alguns negociantes de Carutapera iriam manter comércio com os quilombolas do *Limoeiro* mandou segui-los, apenas para observá-los. Descoberto o ponto de encontro -- um lugar nas margens do rio Gurupi chamado *Escuta* -- tentou-se um cerco. Alguns desses comerciantes, entre os quais, Roberto Antônio Nogueira, foram presos. Antes disso, os quilombolas escaparam ao presentirem que estavam sendo observados. O diretor Manoel Cunha com uma pequena força policial ameaçou os negociantes presos para que o guiasse até a "ranchada" dos quilombolas. Apenas aparentemente concordando, aqueles guiaram-no por caminhos errados. Insistindo nas buscas por aquelas matas, o referido diretor ainda conseguiu capturar seis negros fugitivos. Nada mais conseguindo fazer na floresta, na ocasião, enviou presos para a cadeia de São Luís tais negociantes acusados de comerciarem com os quilombolas.

(421) Quanto a este respeito, Manoel da Cunha garantiu ao então vice-presidente de província que estava correto nas "suspeitas" que tinha levantado já no início de 1876. Naquele contexto havia relatado por escrito a Presidência da Província (Senador Frederico de Almeida Albuquerque) suas "suspeitas que certos indivíduos" negociavam com os "negros mocambeiros nas cachoeiras" do rio Gurupi. Entre os seus "suspeitos" já estava citado o tal Roberto Nogueira, que agora conseguia prender quase em flagrante. (422)

Mas é numa extensa carta de 18 de julho enviada diretamente ao presidente de província Prado Pimentel que o diretor Manoel Cunha tenta rebater uma a uma as críticas e intrigas contra ele evocadas. Pede desculpas pelo "arranzel". Porém, "para que não

prevalece, a a impostura" pede licença "para fazer uma exposição exata de tudo quanto se passou" antes, durante e depois daquela diligência que havia comandado contra o *Limoeiro*.

Começa descrever todo o início do processo de providências e investigações em março de 1877 quando tinha sido solicitado pelo então presidente Sá e Benevides. Explica detalhadamente a sugestão feita por esse de realizar uma repressão através de "meios suasórios". Para avivar a memória de Prado Pimentel lembra-o que este era na ocasião o próprio secretário geral da província. As tentativas de "negociação" foram, entretanto, frustradas. De qualquer maneira, salientava:

"Compreende-se, pois, que, se entrei em negociação com os pretos quilombolas, foi no intuito de os tirar por meios suasórios do mocambo, e que nesse empenho fiz o que estava ao meu alcance até o momento em que fui à Vila de Vizeu fazer desembarcar a força, que vinha a mim dirigida para batê-los".(423)

Segundo Manoel da Cunha, a partir daí, ou seja, depois do início da marcha da expedição propriamente dita e que os seus problemas começaram. Primeiro por que teve a "má estrela" de ter a companhia do Capitão Freire Jr. encarregado da tropa de linha enviada. Não estranhou ser deste que tinham partido "todas as intrigas". Enumerou os procedimentos que avaliou equivocados e os desmandos efetuados por aquele capitão quando da primeira diligência. Agora considerava-o seu arqui-inimigo. Este teria desde o início demonstrado "falta de educação militar", pois insistia em comandar a tropa, ordenando "toques de cornetas" não reconhecendo sua autoridade. Foi então "prevenido" disto, deixando-o "despeitado". Também aquele capitão não prestou "conta do dinheiro que

havia recebido da Tesouraria de Fazenda", nem da quantidade e qualidade dos gêneros, que havia trazido do Turiaçu. Se não fosse só isso -- destacou Manoel da Cunha -- a postura militar de Freire Jr. era no mínimo "esquisita" para um capitão do exército. Evitou colocar a sua farda de oficial, isto porque "não queria servir de alvo". Passou, então, a usar "farda e boné de soldado". Além disso, sempre quando se fazia um acampamento da tropa, o dito capitão "mandava os soldados fazer um círculo de ranchos, colocando-se ele no centro com receio dos pretos". Houve também "desmandos" e "arbitrariedades" com a conivência de Freire Jr.:

"Chegados ao mocambo o que se seguiu consta do meu relatório, menos a maneira pouco digna com que se houve este oficial, por isso que entrando com a linha que comandava a dar tiros à toa e os soldados a saquearem as casas dos quilombolas, matando porcos a tiros e quantas galinhas e patos encontravam, mandei por diversas vezes o corneta tocar o cessar-fogo e a reunir, mandando afinal tocar a reunir em acelerado; foi só na terceira ou quarta vez, que o capitão Freire mandou por uma praça perguntar-me o que havia, em lugar de acudir ao toque ! Fiz recolher a uma casa a grande quantidade de fumo que os soldados haviam saqueado e que diziam lhes pertencer, assim como redes de dormir e outros objetos havia soldados que já tinham, como suas, quatro redes !" (424)

Afora as intrigas e disse-me-disse, o que fica patente nestas denúncias de Manoel da Cunha é que entre os fatos descritos em relatórios apresentados às autoridades e aqueles que "aconteciam" durante as expedições anti-mocambos havia uma grande distância. Num relatório para glorificação militar "detalhes" acabavam sendo omitidos. Passariam agora a ser importantes. Tanto os "desmandos" praticados pelas tropas quando de expedições em mocambos não eram incomuns que os próprios presidentes provinciais alertavam sobre isto. Assim foi feito nas duas diligências

contra o *Limoeiro*. A "expropriação" de bens e matança de "criações" pertencentes aos quilombolas acontecidas no *Limoeiro* pode ser vista de que modo a economia dos quilombos era percebida. Por um lado, é possível analisá-la mesmo como um "saque" ou "roubo". Mais do que arrassar os mocambos e capturar seus habitantes tornava-se necessário destruir suas "casas" e economia.

Este tipo de "saque" pode ser, igualmente, analisado como algo que marca outros interesses. O próprio capitão Freire Jr. é acusado de estar concorrendo para tais "saques". Este havia -- juntamente com alguns soldados -- roubado ouro dos quilombolas.

Na ocasião, estes próprios procuraram Manoel da Cunha:

"apareceram reclamações de alguns pretos de ambos os sexos, queixando-se de lhes terem furtado rosetas de ouro, cordões, e de um preto, cujo nome não me recordo, que vociferava contra os oficiais da expedição, porque, dizia ele: que lhes tomassem a munição, era de direito, mas o seu ouro era mais alguma coisa".(425)

A partir dessas denúncias o referido diretor "aborrecido por tantos furtos" teve a intenção de "passar uma revista em todas as praças a fim de saber quem tinha o ouro dos pretos". Descobriu-se posteriormente que o único responsável era o criticado capitão Freire Jr.. Importa aqui -- a partir destas denúncias de roubos -- analisar como os quilombolas viam a presença da força militar no seu mocambo. Sabiam que eram perseguidos por serem escravos fugidos e/ou filhos destes, portanto, propriedades de senhores e fazendeiros. De outro modo, talvez percebessem sua produção econômica -- especificamente o garimpo do ouro -- como legítima. Ainda que não tivessem a condição jurídica de livres tinham constituído uma economia na floresta fora do alcance dos se-

nhores -- uma vez que eram trabalhadores nas suas roças e que descobriram e garimpavam as minas -- mas sim o direito dos mesmos de possuí-los enquanto mão-de-obra. O ouro garimpado seria fruto de seus trabalhos e suas descobertas, quiça dos seus ancestrais quilombolas na região. Quem estava usurpando "direitos" e ao mesmo tempo "deveres" eram os integrantes das tropas. Ali encontravam-se para prende-los, é certo, e conduzi-los para a prisão pública. Não deveriam praticar furtos.

Uma outra questão que aqui pode ser colocada é a da própria dimensão da economia quilombola. Já dedicamos uma seção sobre ela. Tais denúncias contra oficiais e soldados reafirmam nosso argumento de que esta era ampla e complexa. Talvez bem mais do que aparece na documentação encontrada. O próprio diretor Manoel da Cunha revelaria que além de ouro foram trazidas do quilombo "outras coisas mais". Falou mesmo que cada soldado traria "um rosário de cuias" que poderiam ser vendidas em São Luís por 320 reis cada uma.(426)

Manoel da Cunha continuaria seu longo ofício relatando mais denúncias contra o capitão Freire Jr.. Uma vez por outra desculpava-se pelas "minudências" e "misérias" das mesmas. Porém, era necessário fazê-las. O dito capitão teria, inclusive, tentado intrigá-lo com o próprio Juiz de Direito de Turiaçu, o Tenente-Coronel Luis Antônio de Oliveira Jr.. Aliás, naquela ocasião, vários escravos destes vieram presos como quilombolas capturados no *Limoeiro*. Tentou-se, inclusive, extrair-se a força dos quilombolas interrogatórios que comprometessem Manoel da Cunha.

A consequência de tais intrigas, destacaria Manoel da Cu-

nha não foi o abalo de sua honra. Pelo contrário, era um militar com mais de 35 anos de serviço, tinha participado de várias "comissões", combatido na guerra do Paraguai e possuía "reputação sem mancha".(427) O resultado pior foi a desistência dos quilombolas -- através de Estevão -- de continuar "negociando" sua rendição.

Estas tentativas de acordo -- tanto no *São Sebastião* como no *Limoeiro* -- podem ser analisadas como uma nova estratégia de repressão aos quilombos brasileiros -- não só aos do Maranhão -- a partir dos anos 70. Estas novas estratégias teria como contrapartida também as percepções de grupos de quilombolas -- e escravos nas senzalas -- para conquistarem sua autonomia. Já vimos para a Província do Rio de Janeiro de que modo as autoridades tentaram, igualmente, através de "meios suasórios" dar fim a diversos quilombos em Iguaçu, Vale do Paraíba, Macaé e Campos.(428) De igual modo, Funes destacou como as autoridades da Província do Pará falaram também em "meios suasórios", em 1876, para capturar através de "rendição", dezenas de quilombolas do antigo mocambo do *Curuá*, na região do Baixo Amazonas. Lá -- como nas tentativas do Maranhão -- falou-se da Lei do Ventre Livre e aquela de 1872, que regulava a matrícula dos escravos. Deste modo, quilombolas (fugitivos escravos de senhores desconhecidos e/ou descendentes deles não matriculados) poderiam ser considerados livres.(429)

Cabe lembrar que este período não era de paz. Pelo contrário, a *onda negra* apareceria em várias províncias do Império. Ao mesmo tempo, autoridades estavam impotentes (em termos de mobilização militar e recursos), fazendeiros reclamando, parlamentares

vociferando e escravos atentos. Percebiam mudanças nas leis e fundamentalmente forçavam barganhas e a ampliação da sua autonomia. As relações senhor-escravos e aquelas de trabalho e sobrevivência eram paulatinamente modificadas pela política dos senhores e aquelas das senzalas. Quilombos estavam -- sempre -- por perto. A luta de quilombolas, neste sentido, poderiam ganhar novas dimensões. No caso do Rio de Janeiro, o aquilombamento de alguns grupos de escravos pode ser visto até como um lento movimento de ocupação de terras num momento em que o vento soprava em direção da *liberdade*. Nos casos do Maranhão -- e mesmo aquele analisado por Funes para o Pará -- podia tratar-se de um movimento inverso. Havia ali quilombos antigos -- verdadeiras *comunidades quilombolas*. Assim sendo, as autoridades provinciais tentavam ao mesmo tempo desocupar terras valorizadas em áreas de fronteiras econômicas (vai aí também um sentido "civilizatório" empregado contra grupos indígenas) que estavam nas mãos dos quilombolas como desmobilizar os escravos nas senzalas quanto a possibilidade de uma emancipação imediata. Era um momento -- entre outros -- de destruir os *pântanos*.

XII. E os Índios ?

Hurley quando viajou em 1919-20 pela região do Gurupi, do lado do Pará, tinha -- lembremos -- como principal missão "syndicar a causa das incursões das tribos do Alto Irituia, Alto Guamá e Alto Gurupy".(430) Havia ali, verdadeiramente, inúmeros grupos indígenas espalhados numa extensa área (considerando também o lado do Maranhão), tanto aldeias de índios pacificados como aquelas de grupos isolados. Hurley chegou a levar "presentes" para os *Tembes* do Guamá e do Gurupi. Aliás, quando alcançou a "taba" de São José da Cachoeira Grande, seria "festivamente recebido", por alguns destes *Tembes*, "velhos conhecidos" de Ourém".(431) Pela floresta adentro nem tudo seria festa.

Ainda na Aldeia *Uruaim* -- localizada na margem esquerda do rio *Uruaim* que era afluente do rio *Gurupi* -- Hurley encontraria residindo "vários maranhenses, pretos, filhos do Grajahú e alguns cearenses, os quaes com os índios *Tembés*, nos dispensaram as mais generosas atenções".(432) Quanto aos "selvagens" índios *Urubús*, foram mais difíceis de localizar. Dizia-se que moravam "por trás" da *Serra Grande* em áreas do sertão do *Gurupi*, e que "nas várzeas do *Gurupi-Una* lavram roças de mandioca e têm suas aldeias impenetráveis".(433) Antes de encontrá-los, Hurley conheceria o medo que as populações ribeirinhas tinham de seus ataques. Nas povoações de *Caámiranga*, na Aldeia *Uruaim*, em *Itamauary* e no povoado

de *Curucaua* alguns moradores sequer podiam "trabalhar em suas roças" e andavam "receiosos dos botes traçoeiros, fataes e covardes dos índios *Urubús* que, mescladas de criminosos de toda a espécie, os vivem rondando à noite, até nos próprios povoados".(434) Cabe ressaltar, que nestes povoados, a miscigenação já era uma realidade. Ali viviam juntos pretos, caboclos, índios e brancos. Em *Itamauary* -- povoado remanescente dos quilombolas locais -- Hurley anotaria entre surpresa e preconceito, ter visto "algumas mulheres *Tembés* vivendo maritalmente com pretos, sendo de notar que se tornam, fóra dos costumes indígenas, excelentes donnas de casa, revelando, em estado nativo, a amabilidade espontânea e franca da mulher brasileira".(435)

Na verdade, bem antes que os negros quilombolas e outros colonizadores, os índios foram os primeiros e sempre *donos* daquela floresta. A pacificação dos grupos indígenas no Maranhão seria um permanente problema quanto à colonização para as autoridades desde meados do século XVIII. Havia discussões no parlamento brasileiro, já em 1826 sobre a agricultura e povoamento de populações indígenas na vasta região maranhense.(436) Em 1758, as autoridades travaram guerras com os índios *Timbiras*. Por perto havia ainda os *Acaroá* e os *Guegué*.(437) Assim como vimos para a Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, houve no Maranhão o problema dos *descimentos*, aldeamentos e conseqüentes fugas coletivas de índios ao longo do século XVIII.(438) Em 1804, falava-se de grupos de índios foragidos de aldeamentos que estavam na Vila de Guimarães.(439) Chegou-se a denunciar que indígenas aldeados estavam articulando-se para atacarem povoados. Isso aconteceria na Vila de

Itapecuru, em 1811. Os índios *Gamellas* -- alguns grupos aldeados -- comunicavam-se não só com os aldeados *Timbiras*, mas também com o "gentio brabo do matto".(440)

Com a ocupação paulatina de várias áreas no Maranhão, em virtude das lavouras de algodão e outras atividades econômicas, populações indígenas foram rechaçadas e buscaram cada vez mais a interiorização. Migravam constantemente. Enquanto isso, no Maranhão -- como em outras partes do Brasil do século XIX -- engendrava-se uma política indigenista de "proteção", visando a abertura de novas áreas de colonização, na qual o produto final era extinguir os grupos indígenas "enquanto entidades autônomas e auto-suficientes".(441)

Continuariam ocorrendo conflitos com populações indígenas. Em 1843, na região de Codó, grupos guerreiros atacaram as fazendas de Ignácio Pedro Quadros, de Inácio José Gomes e de João da Silva Rapozo. Ocorreriam mortes de escravos negros. Posteriormente formar-se-iam milícias particulares -- de homens livres, agregados e escravos das propriedades vizinhas -- para reprimir tais *razias*.(442) Em 1859, o presidente da Província, João Lustosa da Cunha Paranaguá, informaria a Assembléia Provincial do Maranhão a situação das populações indígenas:

"Segundo sou informado, encontram-se ainda nas margens dos rios já mencionados [Grajaú e Mearim], assim como na direção do Tocantins, nas do Tury-assú, Gurupy, e nas matas virgens do sertão, numerosas malocas de índios de diversas nações, muitas das quaes conservão-se no estado de primitiva barbárie"(443)

Quais eram os grupos indígenas do Maranhão, pelo menos, no século XIX ? A melhor descrição aparece no relatório do engenei-

ro Gustavo Dodt, em 1873. Visitaria o interior -- fronteiras do Para e Maranhão -- especialmente as áreas ao longo do rio Gurupi. Gastando ao todo em sua viagem 39 dias, teria contato com o auxílio -- guias e carregadores -- de índios da "tribo dos Pivocas, que moram entre a villa da Imperatriz e a Serra do Gurupy".(444)

Com relação aos principais grupos indígenas naquela região, Dodt dividiria-os entre *TUPI* e *TAPUIA*. Entre os primeiros estariam os *Tembes* e os *Amanajés* ou *Manajós*. Quanto aos *TAPUIA*, havia, além dos *Urubús*, os *Timbiras* e os *Guaajáras*.(445) A população indígena em toda a Província era muito numerosa. Havia ainda outros pequenos grupos espalhados. O maior parecia ser o dos *Tembes* com mais de 1.500 pessoas. Dos *Timbiras* dizia-se haver de 300 a 400 pessoas. Sobre os *Guaajáras* anotou-se que "as moléstias e a aguardente tem produzido seu effeito, e mal chegará seu número a trinta cabeças entre velhos e crianças, homens e mulheres".(446) Nem todos os grupos indígenas tinham sido contactados, leia-se "civilizados" no discurso da época. Uns migravam constantemente para o interior e/ou fronteiras do Maranhão e o Pará. Outros mantinham-se isolados. Dos *Guaajás* -- um grupo dos *Guaajáras* -- falava-se que andavam "foragidos em bandos pequenos de 1 a 4 casaes, sem habitação certa e perseguidos por todos os outros índios".(447) Quanto aos *Urubús*, suas aldeias eram isoladas e "sem relações com a população civilizada".(448) Numa visão panorâmica dos índios da região do Gurupi no último quartel do século XIX, Gustavo Dodt concluiria:

"Os *Tembes*, *Amanajés* e *Timbiras* do Gurupy têm muitas relações com a população civilizada por intermédio dos regatões, que os procuram por causa do óleo de

copaiba, casca de cravo, rama de abuta e de algum breu, consistindo nestes gêneros a exportação daquellas regiões, predominando, porém, o óleo de copaiba. Não se pode negar que este commercio tem muito benignamente influído para abrandar e modificar também os costumes dos índios e acabar com as rixas e guerras entre as diferentes tribus"(449)

Em contrapartida, índios e quilombolas -- verdadeiros donos daquelas florestas -- se aliaram e também entraram em conflitos. Em 1853, quando autoridades maranhenses queriam explorar as Minas de Maracassumé e destruir os quilombos próximos, informou-se que a doze léguas de "distância das Minas" existiam "índios Timbiras". Estes, "baterão os quilombolas" do mocambo do *Queimado*. Lembravam as autoridades que "ora fundando-se a colonia militar nestas paragens mui facilmente se poderá chamar esses índios à civilização, entretendo relações com os individuos que saibão a sua lingóa".(450) Se alguns grupos indígenas podiam entrar em conflitos com os quilombolas, outros a eles -- circunstancialmente -- podiam tornar-se aliados. Em 1855, denunciou-se que bandos de índios *Gamellas* e *Matteiros* juntamente com alguns quilombolas que "entre elles acoitavão" tinham atacado diversas fazendas "nas cabeceiras do Codo, confluyente do Itapecuru". Nesta ocasião, entre "outros estragos, roubarão alguns escravos". Posteriormente foi enviada uma tropa militar comandada pelo *Bandeirante* Manoel Rodrigues Uchoa, ficando feridos de morte seis índios e capturados cerca de 40.(451) Grupos de quilombolas e índios -- articulados ou não -- eram verdadeiramente inimigos das autoridades maranhenses. Pelo menos assim eram vistos pelas mesmas. Um subdelegado de Policia da Vila de Pinheiro, em 1863, destacaria o seguinte:

"Uma das mais importantes da provincia, por sua numerosa população, riqueza e vantajosa posição geographica, acha-se tão próxima dos quilombos e aldeas de indios selvagens que fazem o fragelo da Comarca do Turiaçu que há o bem fundado receio de vir a ser de um momento para outro victima das correrias desses selvagens, e de pretos amocambados, se não fôr de prompto posta em estado de oppor-lhes resistência".(452)

Movimentação de quilombolas e grupos indígenas preocupavam sobremaneira autoridades e fazendeiros. Havia saques e roubos. Em 1870, os indios *Urubús* atacariam às canoas de vendeiros e comerciantes que se dirigiam para a colônia militar do Gurupi, tendo ficado pessoas feridas. Dizia-se, na ocasião, que tais ataques constituíam-se numa "ameaça aterradora para o commercio" que era realizado pelo rio Gurupi.(453) Não raras vezes, escravos podiam inquietar-se nas senzalas e/ou quilombolas migrarem com seus mocambos, temendo a movimentação de grupos indígenas. A mesma coisa acontecia com os indios. O envio constante de expedições anti-mocambos os deixavam sobressaltados. Temiam ataques contra suas aldeias e a captura de seus filhos e mulheres. Em 1846, grupos de *Matteiros* chegaram a capturar quatro negros fugidos.(454) Fato interessante ocorreria na vila de Caxias, em meados de 1854. Devido as denúncias de que "alguns pretos fugidos e armados" no interior da fazenda *São João*, de sua propriedade, o Coronel Agostinho da Silva Braga prepararia por conta própria uma diligência. Ao invés de mocambos, encontrou "uma aldeia de vinte e tantas casas, a qual cercando não acharão ninguém, mas encontrarão nellas armamentos, comedorias e outros objectos". Investigações -- inclusive, junto a alguns escravos desta fazenda -- deram conta que nesta "aldeia" existiam "muitos [indios], e que elles, descansan-

do uns dias, pretendia^o ir dar por ahi para trazerem também algumas pretas e ferramenta". Além disso, o local da mesma era o "melhor possível" com "muito peixe", uma "roça nova", tendo "melancias maduras e plantação de dois palmos" e "bastante plantação de cannas e pacovas".(455)

Em 1865 -- em meio a boataria sobre os desdobramentos da guerra do Paraguai -- havia rumores que a tranquilidade pública fosse "ameaçada" pelos índios "bravios que se vão aglomerar muito perto" da vila de Santa Helena. Se não fosse só isto, existia a urgência de se policiar as senzalas, visto que os cativos "com a notícia da guerra se têm tornado insubordinados".(456) Na região do Alto Mearim, notícias davam conta que os índios *Guajajáras* aproveitariam o contexto de distúrbios políticos no Império e na província para realizarem uma insurreição.(457)

Também na insurreição de Viana, em 1867, houve denúncias envolvendo indígenas. No próprio tratado proposto pelos quilombolas Daniel e João Antônio, na fazenda *Santa Bárbara*, dizia-se que todos dos quilombos, além de 1.000 armas de fogo, contavam "com todos os arcos dos gentios" para a sua "defeza e da liberdade".(458) Não sabemos o teor desta suposta aliança. De qualquer maneira, em fins de julho de 1867, a fazenda *Santa Estela* de Carlos Lobato, na vila do Pinheiro, seria atacada "por uma porção de escravos reunida a outra de índios".(459)

De outro modo, ao que se sabe, uma repressão mais sistemática aos quilombolas do *São Benedicto do Céu*, no final dos anos 60, só foi possível devido aos ataques de grupos indígenas contra os mocambos, posto que:

Quando, porém, procuraram nas extensas matas e no intricado labirinto de rios da provincia do Pará um abrigo, onde pudessem fugir á punição que lhes parecia certa, já nas margens do rio Gurupy, que é limite d'esta provincia com aquella, foram ahi batidos e destroçados completamente por um bando de índios bravios, inimigos irreconciliáveis dos calhambolas"(460)

Talvez a questão não fosse necessariamente de "inimigos irreconciliáveis", mas sim de conflitos pela posse da terra, rapto de mulheres e a percepção por parte de alguns grupos indígenas de que a interiorização dos quilombos atraía tropas militares, prejudicando-os. Em abril de 1871, o quilombola Martinho -- que apresentou-se voluntariamente na colonia militar de Gurupi -- ao ser "interrogado por diversas vezes", acabou declarando que estava fugido ha mais de cinco anos, residindo num mocambo -- com mais de 80 quilombolas -- nas cabeceiras do rio Maracassumé, porém, este foi "assaltado pelos índios selvagens, fazendo estes grandes estragos nos pretos".(461) Em 1877, de Turiaçu, um outro quilombola -- o preto Inocência que "se achava fugido há anos no mucambo grande" de Montes Aúreos -- daria "notícia de que os gentios estão se aproximando para o lado desta cidade, tendo já chegado ao lugar do mucambo".(462)

Para além das vinganças, conflitos e temores do envio de expedições punitivas, grupos indígenas podiam atacar quilombos, em virtude, igualmente, do aqodamento das autoridades provinciais. No final do ano de 1867, um grupo de índios *Timbiras* -- aldeados num lugar chamado *Capuary* -- capturaram cinco quilombolas, entregando-os as autoridades. Na ocasião, tais índios se mostraram receiosos com tamanha mobilização militar na região. Com tantas desconfianças, o próprio Chefe de polícia providenciaria:

"sendo para isso preciso lhes assegurar eu que era falso termos tropa para os perseguir como lhes constava, mimosear-lhes com roupas agasalhar-os em uma casa especial pois que desconfiados como são por natureza e estavam, não querião ir para o Quartel onde mandei dar-lhes agasalho, exigindo-lhes que se lhes pagasse a captura dos escravos, o que fiz. Estimei muitissimo que viessem ter comigo, pois que d'ahi pretendo tirar o resultado duplo, isto é chamar-os ao trabalho de que se achavam desviados com medo da tropa e conseguir por meio delles a captura de maior número possível desses mocambeiros que se achão espalhados pelas matas e que só homens com a táctica de andar em matos e pleno conhecimento delles como os índios o poderão fazer"(463)

Não conseguindo dominar a floresta, tentava-se atrair como aliados aqueles que a dominavam. Como vimos para a Amazonia e abordaremos mais adiante em vários outros contextos coloniais, grupos de quilombolas e de índios entraram em conflitos e/ou aliaram-se. Para o Turiaçu-Gurupi, ainda que a documentação quanto a esse respeito seja escassa, sabemos que nas tentativas de rendição negociada dos quilombos *São Sebastião* (1876) e *Limoeiro* (1878), os quilombolas reclamaram que estavam passando fome devido aos constantes ataques indígenas. Outrossim, foi encontrado no *São Sebastião* o "índio João Caetano que se achava com os quilombolas".(464)

Podiam estar acontecendo várias estratégias. Índios aldeados podiam fugir e conseguir apoio dos quilombolas. Grupos indígenas isolados podem ter migrado mais para o interior daquela floresta, temendo quilombolas e as expedições reescravizadoras. Alianças e conflitos diversos certamente surgiram neste processo histórico. Alguns grupos -- como os *Timbiras* podem ter permanecido "inimigos irreconciliáveis" dos quilombolas. Já outros, de índios aldeados podem ter buscado proteção junto aos mocambos, e

miscigenaram-se, como as mulheres *Timbiras*, que Hurley viu no povoado remanescente de *Itamauary*.

Também um outro processo pode ter sido a miscigenação de quilombolas (mulheres negras ?) com grupos indígenas mais afastados. Existem evidências que os índios *Urubús* miscigenaram-se com os quilombolas, formando aldeias, as quais mais tarde transformaram-se num grupo indígena conhecido como *Urubús-pretos*. Aliás, já em 1873, Gustavo Dodt anotaria que os *Urubús* usavam muito "pontas de ferro para suas flechas e dizem que estas lhes são fornecidas por uns mucambos negros".(465) Hurley, em 1920, confirmaria isto, afirmando que estes índios conseguiam "aço" para fabricar suas flechas "dos machinismos existentes em Montes Aéreos, Turyassú, pertencentes a uma companhia que ainda no regimen monárquico explorou ouro nesse lugar".(466)

XIII. Em torno de uma cultura quilombola

Continuamos ainda sabendo muito pouco sobre a organização interna dos quilombos no Brasil. Mais adiante -- para o caso da Capitania de Minas Gerais -- aprofundaremos mais este assunto. Para os mocambos maranhenses do Turiaçu-Gurupi podemos, entretanto, levantar algumas questões iniciais.

As expedições punitivas conseguiram, ao longo do século XIX, invadir e destruir dezenas de mocambos e quilombos. Outros tantos logo formar-se-iam. Com um ar de frustração conseguiram apenas invadir mocambos que já estavam abandonados. Vimos que era prática do quilombolas se refugiarem em outros mocambos. Isto não foi só para o Maranhão, mas estratégias de várias comunidades de escravos fugidos nas Américas. Também houve casos de enfrentamentos mais diretos contra tropas reescravizadoras. As grandes batalhas de Palmares que o digam. Quando conseguiram adentrar os mocambos, soldados viram casas, capelas e uma vigorosa economia camponesa. A "grandeza" de alguns mocambos -- este é o caso do Maranhão -- em termos de quantidade de casas e roças plantadas muitas das vezes surpreenderiam os oficiais militares que comandavam estas diligências.

Houve casos, porém, que se falou um pouco mais sobre o que foi visto em alguns mocambos invadidos. Em 1862, nas expedições comandadas contra os quilombos do *Queimado*, do *Pacoval* e principalmente do *São Benedito do Céu*, o tenente Máximo Fernandes des-

tacou ter encontrado, entre as várias casas do quilombo, "uma de oração".(467) Afirmaria ainda: esta casa "mereceu toda a minha atenção e de toda tropa já pelo tamanho, já pela dessência com que estava assentada o altar e já finalmente por causa de uma cruz que estava dentro desta, muitas flores, arcos, etc". Encontraria ali também "quarenta e seis caxorros", os quais achou por bem "distribuir entre os guardas e soldados".(468)

Descrições mais detalhadas sobre a cultura e a religião nestes mocambos maranhenses apareceriam nas expedições enviadas contra os quilombos de *São Sebastião* e aquele do *Limoeiro*, no final dos anos 70. O primeiro seria o nosso conhecido major Honorato Candido Ferreira Caldas.(469) No seu longo relatório constaria aqui ou acolá, algumas evidências da cultura quilombola. No encontro inicial para começar as "negociações" com o "chefe Daniel" e seus comandados anotou que estes acenderam "um pavio, que sempre os acompanham, composto de cera de abelha e bréo". Com a rodada de "negociações" adiantadas, o major Ferreira Caldas, chegando ao quilombo faria logo a seguinte descrição panorâmica:

"(...) esta elle collocado no centro (que era ao mesmo tempo o ponto culminante) de um bello descampado circular, de mil braças de diametro mais ou menos, terminando pelas roças que acompanhamvão toda a circunferência."
(470)

Chegando mais perto anotaria haver no seu interior:

"58 casas, cobertas de palha e tapadas de barro, na maior parte com portas e janellas de madeiras, sendo 2 denominadas Casas de santo, bem distinctas pelas cruces levantadas em frente, 3 de fazer farinha com competentes fornos, 1 de depósito e cera, outra guardando um alambique de barro, e as demais -- habitação dos quilombolas, porém todas sem symetria alguma, tanto assim que só havião duas ruas menos irregulares -- a de cima e a de baixo --, separadas uma da outra pelo adro da capella velha."
(471)

As informações das descrições do major Ferreira Caldas convergiam com aquelas do tenente Máximo Fernandes. Os quilombos de *São Benedicto do Céu* (1862) e o de *São Sebastião* (1876) tinham "capellas" e "cruzes". Ao considerar estas, o *São Benedicto do Céu* era maior com "78 casas de morada". Por ser mais convidado do que invasor, Ferreira Caldas, porém, conseguiria ver algo mais. Pernoitando algumas noites em *São Sebastião*, seria convidado -- com toda a sua tropa -- para uma festa: "festejavão n'esse dia à S. Benedicto e vierão-me dizer que o jantar da festa estava prompto". Notem bem, o quilombo era o de *São Sebastião*, mas a festa era para *São Benedicto*. Ferreira Caldas não fez desfeita. Aceitou o convite e foi "com os officiaes assistir a cerimônia que teve logar dentro da própria Capella (a nova)". Como prova de "amizade" também presenteou os quilombolas com "dous cantis cheios de aguardente" e "uma rez viva para ser carneada no quilombo".(472)

Quem também anotou detalhes sobre a cultura quilombola foram os invasores do quilombo do *Limoeiro*, em 1878. Uma vez foi na primeira expedição, comandada pelo diretor da Colônia Militar do Gurupu, João Manoel da Cunha.(473) Destacaria logo de início as "trincheiras" que foi obrigado a escalar -- juntamente com sua tropa -- para conseguir entrar no quilombo. Manoel da Cunha disse que eram feitas de "groosas madeiras sem guarnição". Sobre o *Limoeiro* descreveria:

"(...) têm 91 casa, em cada uma morando três, quatro e cinco pretos com suas mulheres e filhos, e tem mais duas casas destinadas à oração, a que chamam casas de santos; sendo uma com imagens de Santos, e outra onde encontramos figuras extravagantes feitas de madeira,

cabaças com ervas podres e uma porção de pedras de que em tempos muito remotos os indígenas se serviam como machados, as quais a maior parte dos mocambeiros venera com a invocação de Santa Bárbara, porém, não passa tudo isto de uma casa de pajés." (474)

Temos aqui várias informações convergentes. No *São Benedicto do Céu*, no *São Sebastião* e no *Limoeiro* havia "capellas" e "casas de santos" e/ou "casas destinadas à oração". Teve "cerimônia" de festa para São Benedicto e no *Limoeiro* "venerevam" Santa Bárbara. falavam também de "tempos remotos" dos indígenas e "casa de pajé". O que estaria acontecendo nestes quilombos? Quais seriam os significados da vida religiosa destes quilombolas?

Antes de ir em frente preciso perseguir mais algumas pistas. Na segunda expedição contra o *Limoeiro* comandada pelo Capitão Feliciano Xavier Freire Jr., mais descrições surgiriam. Este militar-- já presente na primeira diligência comandada por Manoel da Cunha -- invadiria agora o *Limoeiro* mais duas vezes. Isto porque, antes mesmo de adentrar este quilombo com sua tropa, o "invadiu" com olhos indiscretos. Foi na "ocasião de sitiarse a ranchada". Ali assistiu -- ao que se sabe escondido e numa posição privilegiada -- uma "festa de pajés" comandada pelo "chefe" quilombola Estevão. (475)

"Formados os calhamobolas em círculo, o preto Bernardo ocupava o centro, e batendo palmas, cantava -- eu já vai no céu, eu já vem do céu -- e os mais faziam coro. Tinham Bernardo na sua volta do céu de fingir-se sonâmbulo e, então revelar o futuro; porque tudo lhe havia dito Santa Bárbara com quem havia conversado. Durante esta nigromancia, era Bernardo chamado menino do céu". (476)

O tal capitão Freire Jr., além de caçador de pretos fugidos e competente produtor de intrigas -- denúncias contra Manoel

da Cunha e suas "relações" com os quilombolas -- parecia ser muito curioso. Ficaria mesmo desapontado por não ter conseguido ver a "festa de pajés" até o final e, principalmente o transe completo do "prêto Bernardo", visto que "infelizmente não pode ouvir as revelações, porque um soldado ao ver Estevão, entusiasmado gritou -- Ali o Estevão". Entusiasmos foram os inimigos da sua curiosidade indiscreta. Um outro detalhe semelhante visto por Freire Jr. também anotado por Ferreira Caldas foi a grande quantidade de cachorros nos quilombos.

Quais os significados das práticas religiosas destes quilombolas ? Afinal havia uma cultura propriamente quilombola ? Pensamos que sim. Argumentamos no sentido de terem sido criados conteúdos e significados culturais nas senzalas e nos quilombos brasileiros. Melhor seria falar em recriações e reinvenções. Para além de algumas poucas e dispersas evidências -- e a necessidade permanente de se remover o pó da documentação disponível depositada nos arquivos locais -- baseamo-nos num amplo debate teórico e metodológico sobre as especificidades de uma cultura afro-americana. Os principais passos a ser seguidos são as análises pioneiras (o debate vem de longa data, porém) de Mintz e Price.(477) Não haveria necessariamente -- enquanto modelos cristalizados e funcionalistas -- uma cultura branca, outra negra, uma européia ou africana nas Américas, e estas aqui encontrariam uma também única e verdadeira cultura indígena. Pelo contrário, houve pluralidades culturais -- com semelhanças, diferenças, aproximações e

distanciamentos -- de ^{va}rias origens que engendrariam-se, gestando experiências culturais diversas. Cultura, portanto, deve ser lida (e ou procurada) no contexto das experiências históricas de seus agentes.(478)

Nossas análises seguem necessariamente as pistas das pesquisas e textos instigantes mais recentes de Robert Slenes. Argumentamos também a favor da gestação de culturas escravas em várias partes do Brasil. Significados culturais de origens africanas eram reinventados pelos escravos no Brasil, não só para a primeira geração de africanos, mas também aquela de cativos crioulos.(479) Neste sentido, pensamos a cultura quilombola, não numa perspectiva essencialista de "africanismos" -- como se os quilombos fossem necessariamente e/ou exclusivamente lugares ou guardiões da "cultura africana". Estes pressupostos, inclusive, marcaram os estudos sobre os quilombos brasileiros desde a década de 30, numa proposta de análise *culturalista*.(480)

Consideramos aqui a cultura quilombola (ou culturas quilombolas para marcar suas complexidades e diversidades) como uma extensão da cultura escrava. As senzalas podiam ser fontes constantes de *backgrounds* culturais para os quilombolas, como estes para as mesmas. É claro que em algumas situações, os impactos demográficos do tráfico negreiro, a croulização das populações dos mocambos e das senzalas, e o isolamento forçado de alguns grupos quilombolas podem ter provocado interações culturais diferentes.(481) O fato é que os quilombos -- de uma maneira geral -- não estavam completamente afastados das senzalas e de outros setores escravos, livres e negros. A idéia de *campo negro*

que formulamos para mostrar de que modo os quilombos mantinham relações sócio-econômicas -- de proteção, comércio e solidariedades -- é igualmente adequada para pensar os mundos da cultura. Deste modo, aquilo que chamamos de cultura escrava e/ou quilombo-la podia alcançar aqueles não-escravos, aqueles que estivessem fora dos quilombos (ou que com eles mantivessem apenas contatos esporádicos), libertos, índios, brancos e outros setores da sociedade.

No caso do Turiaçu-Gurupi é possível considerar a gestação de uma cultura camponesa -- fortemente marcada pela presença de negros e índios. As matrizes culturais africanas reinventadas estavam ali presentes. Havia o *círculo* nos quilombos. Os tranSES e as cabaças de "ervas podres" podiam, por exemplo, estar juntando experiências indígenas e africanas diversas. Os cachorros -- dezenas foram encontrados nos quilombos -- tinham grande importância para alguns grupos indígenas, como os *Urubús*. Podia haver trocas. De igual modo, a cultura do quilombo descrita por ocasião destas expedições podia ser algo familiar e ao mesmo tempo estranho. Freire Jr. foi rápido e classificou tudo no *Limoeiro* de "casa de pajé". Já Ferreira Caldas, numa noite no *São Sebastião* dizia: "como estivesse bonito o luar mandei lembrar-lhes a dança do tambôr, ao que prontamente anuirão, e levarão a brincar até duas horas da madrugada".

As "cruzes" em algumas "casa[s] de oração" e "casas de santo" nestes quilombos devem ter assustado alguns. Talvez nem tanto. As perspectivas destas expedições tinham o que de "civilizatórias". Ao chegar em mocambos encontrariam um dos maiores sím-

bolos da "civilização". Há outras questões para análises. Num primeiro momento poderíamos pensar estas "cruzes", "capelas" e "casas de santo" como simplesmente influências religiosas de um catolicismo das senzalas. Porém, havia já na África colonial -- especialmente nas áreas centrais do continente -- dos séculos XV a XVIII, o impacto do cristianismo através de missionários europeus. Mais do que isso, a simbologia da cruz podia já ter outros significados para alguns grupos étnicos africanos. O que importa aqui -- destacando os quilombos maranhenses -- é pensar ela e outras evidências sobre a cultura dos africanos e seus descendentes nas Américas como reinvenções e reapropriações históricas permanentes.(482)

Ainda com relação as proximidades entre senzalas e os quilombos é possível argumentar a favor -- além de uma tradição -- da criação de *comunidades* quilombolas, interagindo com as *comunidades* de senzalas. Podiam elas permanecer, ter contunuidade e se reproduzir no tempo. Acompanhando as lutas seculares dos quilombolas maranhenses -- especialmente no século XIX -- tornar-se possível supor que estes quilombos tenham, de fato, tornado-se *comunidades*, no sentido da duração e continuidade de suas populações, organizações e memórias comunitárias.(483) Dentro de outras dimensões e contextos, este movimento parecia estar acontecendo nas senzalas. Havia ainda famílias e laços de parentesco -- extensivos e rituais -- tanto nos quilombos como nas senzalas e, em alguns casos extendidas a ambos.

Sendo assim, as *varias comunidades* quilombolas do Turiaçu-Gurupi representavam uma longa história de resistência negra

ali. Vimos que os quilombolas -- quando atacados -- migravam para outros mocambos que já conheciam, ou em grupos familiares, de parentesco e de trabalho -- com "chefias" próprias -- estabeleciam outros mocambos. Estes quilombos e as experiências históricas em torno deles articulavam-se.(484)

Somente para a segunda metade do século XIX conseguimos identificar 32 quilombos localizados, destruídos e/ou atacados pelas autoridades e fazendeiros. Considerando a pesquisa recente de Mundinha Araújo este número aumenta para 46.(485) Muitos destes quilombos foram completamente destruídos. Alguns apenas abandonados. Outros tão somente descobertos -- ou ouviu-se falar -- tornaram-se *invisíveis*. Alguns mesmo atacados e considerados destruídos seriam reerguidos com os mesmos nomes em locais diferentes, como foram os casos dos mocambos *Jacareguára*, *São Benedito do Céu* e *São Vicente do Céu*.

MOCAMBOS/QUILOMBOS NA REGIÃO DO TURIACU-GURUPI - SÉCULO XIX

NOME/DENOMINAÇÃO	DATAS
ANANAS(M)	1867
ANAJA	1867
BACANGA	1853
BATALHA (M)	1867
BELEM	1888
BOM QUE DOI (M)	1867
CAXOEIRA	1853
CAMUNDA	1859
CERTO (M)	1877
CIPÓ	1863
CRUZ SANTO	-
CUCI-PARANA	1867
ENSEADA GRANDE	1868
ESCUTA	1877
ESPIRIDIZOZINHO DO PARA (M)	1867
FAVEIRA (M)	1867
FLEXAL (M)	1867
GERIMUM	1867
ITAMAUARY	1885 e 1887
JACAREGUARA	1853 e 1862
JOÃO BAIANO (M)	1867
JOÃO CONGO	1811
LARANJAL	1876-7
LAJE (M)	1867
LIMÃO	1867
LIMOEIRO	1878-9 e 1883
MACARASSUME ("MOCAMBO-GUIA")	1853
MOCAMBO GRANDE	1867
OLHO D'ÁGUA (M)	1867
PACOVAL	1853- e 1862
PAU QUEBRADO	1853
PAU DE RENO	1853
PERDIDO	1853
PIRANHA	1878
QUEIMADO	1853 e 1862
REDONDO (M)	1880
ROLLA (M)	1877
SANTANA (M)	
SANTO ANTÔNIO	1853
SÃO BENEDICTO DO CEU	1853/1862/1867-8/1878
SÃO JOSE (M)	1867
SÃO LUIS	1862
SÃO PINDOBA (M)	1867
SÃO SEBASTIÃO	1876-7
SÃO VICENTE DO CEU	1853/1862/1873
SPIRIDIDO	1859
VITÓRIA	1867

Fonte: Diversas. Os quilombos assinalados com a letra (M) aparecem localizados por Mundinha Araújo em seu artigo inédito: Notícias sobre os Quilombos no Maranhão, dezembro de 1996, 21 p.

Havia uma tradição de comunidades quilombolas em Turiaçu-Gurupi. Talvez, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, as centenas de africanos que desembarcaram em São Luís e em Belém -- e eram destinados a trabalhar nas áreas de Bragança, Ourém, Vizeu, Guimarães e adjacências -- soubessem rapidamente que nas extensas matas do Turiaçu-Gurupi existiam *azil*os de Liberdade. Isto serviria também para aqueles que nasceram nas senzalas da região. Embalaram sonhos de um dia viver definitivamente nos quilombos locais. Não poucos escravos que permaneciam trabalhando nas plantações podiam ter em seu *curriculum* temporadas de fugas de dezenas de anos, vivendo naqueles mocambos.

XIV. Colonizando contra índios e quilombolas

As voltas com a questão da cessação do tráfico negreiro e principalmente com os ataques de índios e a movimentação quilombola por toda a província, autoridades, fazendeiros, políticos e intelectuais no Maranhão pensaram na estratégia de colonização. O objetivo seria, entretanto, menos desenvolver uma política agrícola de repartição de lotes de terras e a articulação da produção econômica voltada para o mercado interno e aquela para exportação e/ou a ocupação militar estratégica em áreas de fronteiras internacionais. A base da experiência de colonização (agrícola e militar) no Maranhão assentou-se numa perspectiva de obter o controle sob imensas áreas ocupadas por grupos de indígenas e de escravos fugidos.

Brandão Jr. em sua obra já destacaria a importância destas experiências, ressaltando acertos, equívocos e erros. Foi durante a administração/provincial de Eduardo Olímpio Machado, mais especialmente a partir de 1853 que começou a imigração estrangeira, particularmente européia para o Maranhão.(486) A própria imprensa incentivava a entrada de europeus.(487)

Surgiram várias colônias, criadas tanto pela iniciativa e investimento do poder público como de particulares. Criou-se a Colônia do Arapapahy, em agosto de 1854, uma colônia de operários, composta inicialmente com 368 colonos portugueses. Destes, apenas 171 indenizaram a fazenda provincial pelos gastos feitos.

Pelo menos 37 desertaram e não mais seriam localizados. No município de Cururupú, em maio de 1855, a colônia de Santa Thereza. Esta surgiria através de um sistema de parceria. Através da iniciativa particular do empresário Antônio Bittencourt contaria com 140 colonos portugueses. Um ano depois seria dissolvida com a deportação de seu criador. Se não fosse só isso "a má indole de alguns, reunida à sedução de pessoas estranhas á colonia, produzio n'ella a insubordinação, a ponto de abandonarem os trabalhos". Também com colonos portugueses e localizada em Codó seria fundada, em abril de 1854, a Colônia Petrópolis. Foi neste caso uma iniciativa do governo provincial. Não muito distante da vila de Guimarães, já em fevereiro de 1853, ergueria-se a Colônia Santa Isabel. Na própria região do Turiaçu, próxima a sede do município foi levantada a Colônia de Perocáia com os objetivos de lavoura e mineração. Contaria inicialmente com 112 colonos, mas devido aos "gastos" logo, em 1858, acabaria extinta".(488) Os investimentos para a atração de emigrantes estrangeiros foram demasiadamente escassos. Em meados da década de 70, Cesar Augusto Marques escreveria numa memória encomendada pelo Ministério da Agricultura: "Sociedade maranhense Promotora da Colonização - não tem preenchido o seu titulo, e após sessões descançar dormindo o sonno de inércia".(489)

Em Turiaçu, uma outra experiência de colonização -- no caso militar -- surgiria também na década de 50. Foi proposta e efetivada justamente no período da onda repressiva desencadeada contra os quilombolas igualmente na administração de Olímpio Machado. Defenderia ele a ideia de se estabelecer uma ocupação mi-

litar com uma característica de colonização "naquela longínqua e deserta paragem". Esta seria uma medida de caráter preventivo contra os quilombos de Turiaçu. Se não houvesse medidas preventivas -- argumentaria Olímpio Machado na ocasião "daqui há algum tempo terá o governo desta Província de reprimir os mesmos quilombos, então recompostos talvez com mais habilidade e em maior escala, e sob condições mais respeitáveis e vantajosas".(490) Em novembro de 1853 por decreto seria criada a colônia de São Pedro de Alcântara do Gurupi, bem no coração da região do Turiaçu, próxima da foz do rio Gurupi. Seu principal objetivo militar era, de fato, "evitar que se formassem quilombos de pretos fugidos naquelas partes, assim como, que desertores e criminosos da Província do Pará se asilassem na fronteira desta".(491)

O êxito da colônia militar do Gurupi foi apenas parcial. Não conseguiria ela conter a movimentação dos quilombos na região. Continuariam eles multiplicando-se. Também em termos de projeto colonizador, este estabelecimento pouco serviu de referência. Esta colônia, na verdade, continuaria isolada. Devido a sua distância e as informações de proteção que os quilombolas obtinham nem mesmo serviu ela de ponto para a aglutinação de tropas enviadas contra os mocambos.

Um outro problema que dificultou um melhor êxito desta colonização militar foram suas "desastrosas" administrações. Para lá seriam enviados como diretores -- via de regra -- militares reformados e/ou de pouca experiência. Deste modo não se conseguiu implementar um projeto efetivo de ocupação e colonização em termos econômicos e populacionais.

Em 1857, passados pouco mais de três anos de sua criação falava-se do "estado miserrimo" no qual se encontrava aquela colônia militar do Gurupi devido a "inaptidão" do seu antigo e primeiro administrador.(492) Em meados de 1860 existia naquela colônia cerca de 224 moradores, entre soldados, civis, escravos, mulheres e criança.(493) Quase dez anos depois este número subiria para 346 habitantes. Afora os não muitos soldados para lá destinados era muito difícil atrair colonos para o Gurupi, principalmente civis. Em contrário pesava os fatores distância, isolamento e perigos com doenças, febres, ataques de índios e quilombolas. Em 1875, noticiava-se que esta colônia militar era apenas "habitado por duzentas e tantas pessoas, e regida por leis e costumes militares". Seus moradores plantavam arroz, mandioca e "fructas de diversas qualidade". Passando pouco mais de 20 anos de sua criação, a avaliação era de que "pouco tem progredido esta colônia, e não tem correspondido nem ás vistas do governo quando a estabeleceu, nem ás despesas com ellas feitas".(494)

Com todas estas dificuldades, as autoridades ainda pensavam na criação de colônias militares com a perspectiva de servir -- além do policiamento -- como pólos de atração para outros empreendimentos de colonização, públicos e/ou privados. Em junho de 1869 seria sugerida a Assembléia Legislativa do Maranhão a criação de mais duas colônias militares. Uma deveria ser também na região de Turiçu. Ao contrário daquela isolada do Gurupi, deveria ser localizada próxima a povoação da vila Nova de Anádia e não muito distante do município de Viana. Ficaria nas margens do rio Turiçu, num local "navegável em todas as estações do anno, e

por onde passam muito perto do lugar indicado os vapores da companhia costeira d'esta provincia". A outra colônia militar a ser criada localizar-se-ia nas margens do rio Grajaú, entre a região de Mearim e vila da Chapada "hoje florescente pelo seu grande commercio com os demais pontos do alto sertão".(495)

Tal sugestão foi acompanhada de complexos argumentos. A presidência da Provincia e os deputados provinciais tinham que juntar esforços para promover este tipo de colonização militar. Nestas colônias militares deveriam ser admitidos "colonos paissanos de toda a sorte", podendo ser brasileiros, estrangeiros, índios "civilizados", órfãos "desvalidos, mendigos, "vadios", "expostos" e sentenciados militares e civis "por crimes leves". Estes poderiam trazer seus familiares para residir nas colônias "uma vez que se sujeitem ao trabalho, regime e disciplina d'ellas".(496) Como em outras experiências de colonização no Maranhão, o objetivo maior não seria propriamente promover a economia e o trabalho livre, mas sim controlar -- na medida do possível -- quilombolas e índios. Nas próprias palavras do Presidente da Provincia, José da Silva Maya isto fica patente:

"As grandes vantagens dessas medidas [colonizadoras] são por si evidentes e acabam de ser demonstradas pela última revolta dos índios e pelas scenas de horror e de sangue praticadas não há muito tempo pelos índios do Grajahú e pelos escravos aquilombados nas mattas do Tuuryassu, pois é bem no foco d'essas hordas de malfetores, cujas correrias assoladoras são sempre capitaneadas e dirigidas por desertores, que tem de ser situadas as referidas colônias".(497)

Tais colônias segundo consta não foram criadas. Quanto a colônia militar do Gurupi continuaria com os mesmos problemas. Ali, já no início da década de 70 falava-se que a "lavoura é em

pequena escala, em consequência da indolência dos habitantes".(498) Todos os esforços para organizar lavouras de mantimentos naquela colônia revelariam-se -- seguindo seus administradores -- "infructiferos". Havia ainda o problema das "febres" da região que vitimava sem cessar moradores do colônia. O Capitão Leonardo Luciano de Campos que dirigiu esta colônia durante mais de quatro anos (1868-1871), diria em 1872: "o vadeismo essa lepra horrível que tanto lavra entre os habitantes de ambas as margens deste rio [rio Gurupi], aniquila tudo, por isso não pude obter a introdução da pequena lavoura n'esta colônia".(499)

Em 1876, o nosso já conhecido diretor João Manoel da Cunha a propósito de uma visita de inspeção -- realizada por uma comissão da Tesouraria de Fazenda provincial chegou a propor a mudança do local da colônia militar do Gurupi.(500) Sugeriu que "fosse ella transferida para o logar -- São Benedito -- a margem esquerda do rio Tury-assú". Na sua avaliação "semelhante medida trazia duas grandes vantagens". A primeira era tirar do isolamento os habitantes daquela militar. E a segunda era garantir um ponto logístico mais apropriado para realizar expedições anti-mocambos, pois melhor localizada:

"tornar-se-hia mais fácil a destruição dos quilombos, que se achão disseminados pela grande e quasi deserta zona do terreno que pertence a companhia -- Montes Aureos -- exploradora das Minas de ouro do lugar denominado -- Macarassumê -- e onde se acoitam os escravos que fogem das diversas fazendas agricolas dos importantes municípios de Monção, Penalva, Viana, S. Bento, Pí-neiro, Santo Antônio e Almas, Cururupú, Guimarães, Santa Helena, e Tury-assú".(501)

Tal proposta parece ter ficado no papel. Apesar da insistência (consta nos relatórios provinciais seguintes) o governo

imperial não pronunciava-se com relação a mudança da colônia do Gurupi para o "lugar denominado de São Bendicto do Céu". Este local -- certamente -- era a área do quilombo do mesmo nome que foi atacado e considerado "extinto" pelo menos três vezes: 1858, 1862 e 1867-68.(502)

Uma outra tentativa específica de colonização, visando impedir a formação de quilombos ou pelo menos controlar/conter a movimentação quilombola foi a colônia Prado instituída nos últimos anos da década de 70 que contaria com migrantes cearenses. Sua criação aconteceria em meio às brigas, disputas e intrigas políticas quando das tentativas de destruição do quilombo *Limoeiro* em 1878. Oficiais do exército, magistrados, fazendeiros, lavradores, diretores da colônia do Gurupi, partidos políticos, presidentes de província e a imprensa em geral tinham se envolvido com denúncias de truculência, intolerância, negligência e conivência com relação as perseguições contra os quilombos.

O último presidente de província envolvido neste episódio foi Graciliano Aristides do Prado Pimentel. Foi ele quem lançou a proposta de se criar uma colônia na mesma região dos quilombos atacados do *Limoeiro*. Já em maio de 1878, quando o capitão Freire Jr. retornava com sua expedição punitiva trazendo cerca de 70 quilombolas presos, autoridades expediam ordens para que se "fizesse todos os esforços para que fossem conservadas as habitações e roças que encontrasse" dos quilombolas. Para isto seria necessário deixar neste ponto força militar necessária, prevenindo-se de "qualquer assalto dos pretos fugidos". O objetivo aí não era atrair os quilombolas para futuras emboscadas e/ou capturas --

como mostramos terem feito algumas autoridades no início da década de 60 e na própria primeira tentativa de destruição do *Limoeiro* -- mas sim garantir tais "habitações" e "roças" para serem aproveitados por colonos que ali queriam se implantar.

A decisão, de fato, teria partido mesmo do presidente Prado Pimentel. Em fins de maio ele daria nova incumbência ao Capitão Freire Jr. Este por ser muito "conhecedor do lugar *Limoeiro*" -- comandante de expedições reescravizadoras de "feliz êxito" -- deveria ali voltar com uma "força de 50 praças de linha". Prado Pimentel deixou explícito seu objetivo de "aproveitar as terras ocupadas" por aqueles quilombolas. Delas teria obtido informações de "uma e outras pessoas dignas de crédito" que eram de "extraordinária uberdade". Sua intenção era deslocar para lá o "maior número possível de retirantes cearenses". Neste caso, era de fundamental importância que os mesmos encontrassem já as "casas e roças abandonadas" pelos quilombos batidos.(503)

Um outro objetivo a ser cumprido pela força militar que para ali seria destinada era "proteger os retirantes" que poderiam ser atacados tanto pelos quilombolas ainda refugiados naquelas matas como por "índios que existem nas circunvizinhanças". Nesta nova tarefa, o capitão Freire Jr. receberia dez instruções. Primeira; teria que "acomodar os retirantes de maneira mais convenientes". De início ficariam instalados na própria povoação do último quilombo atacado no *Limoeiro*, "utilizando as casas existentes e promovendo a construções de novas". Segunda; por serem extensas as lavouras já feitas pelos quilombolas, teria que distribuí-las pelos colonos cearenses "de um modo equitativo", con-

siderando sempre aqueles que tivessem "família a seu cargo". Terceira; era de fundamental importância que tais colonos cuidassem destas roças e "fazerem novas", garantindo a sua subsistência.

A responsabilidade do Estado -- no caso, a província -- limitava-se a instalação da colônia e a proteção inicial contra ataques de índios e quilombolas. Ou seja, os colonos deveriam ser prevenidos de "que o governo só lhes fornecerá socorros, enquanto absolutamente não puderem subsistir com o fruto de seu trabalho". Quarta; caberia ainda ao Capitão Freire Jr. por "em comunicação" a colônia com as povoações mais próximas, a fim que os colonos encontrem mercados para os gêneros que produzirem". Assim como os quilombolas, os colonos deveriam articular sua produção econômica com a sociedade envolvente, no caso, as povoações circunvizinhas. Neste ponto, contaria com a ajuda direta das autoridades. Aproveitariam as "casas" e as "roças" dos quilombolas e tentava-se também constituir como eles uma rede própria de comércio. Esta porém, não deveria ser clandestina e sim controlada pelo Estado. Quinta; os colonos deveriam depender da "obediência" administrativa e jurídica das autoridades provinciais e da região. Quaisquer "medidas convenientes" deveriam ser requisitadas diretamente a elas. Sexta; caberia ainda a Província -- através do referido Capitão -- prover esta colônia de "objetos que a experiência foi mostrando serem indispensáveis para segurança e comodidade dos colonos". Sétima; seria também atribuição provincial demarcar a extensão territorial desta colônia. Sendo a área muito grande tornava-se necessário distribuir "as terras de modo que ninguém se aposse de porção superior a que lhe seja possível cultivar".

Ficava claro aqui que a questão desta colonização relacionava-se muito mais com o controle social -- índios e quilombolas -- da região do que um efetivo desenvolvimento agrícola. A colonização neste caso, representava uma "ordenação" da ocupação econômica da região, para além daquela militar iniciada em décadas anteriores. Oitava; controle sobre a vida e trabalho dos colonos deveria ser total. A todo custo deveria-se "evitar dissensões" entre os colonos, fixando-se para isso os "limites entre as terras de que estivessem de posse". Nona; ao mesmo tempo que os colonos deveriam ser protegidos de ataques tinham que atrair os índios. A idéia era afugentar os quilombolas para outras áreas, facilitando sua captura e ao mesmo tempo pacificando os índios existentes na região. Para isso deveriam ser empregados todos os "meios" para atração dos índios para a colônia, "tratando-os com toda a brandura e incitando-os ao trabalho". Décima; nesta última instrução, destacava-se a necessidade de se providenciar educação religiosa e leiga nesta colônia, contratando-se um padre (capelão) e um professor. Deveria-se, aliás, ser construído um "edifício modesto" servindo ao mesmo tempo como "escola pública" e "templo provisório". Contra os quilombolas marchariam, além de colonos, educação, fé cristã, civilização, progresso e principalmente ordem. (504)

Algumas reflexões podem ser feitas sobre a criação desta colônia. Admitia-se que era quase impossível apenas ficar perseguindo quilombolas na floresta. Meios mais eficazes de reprimi-los deveriam ser a organização de uma ocupação agrícola e colonização paulatina na região. Não adiantava apenas manter soldados

-- em colônias militares -- ali estacionados. Era necessário compor aquele cenário com uma política pública clara de ocupação de terras. Se não fosse possível tirar completamente os quilombolas de cena, deveriam deixar de ser os principais protagonistas naquela região. Por variados interesses, a área de Turiaçu começava a ser valorizada e ocupada, e o poder público deveria procurar ter as rédeas deste processo.

Argumento que esta tentativa de colonização teve mesmo um objetivo de controlar quilombolas e as formas de ocupação (nos termos de um "campo negro") agrária na região.(505) Um tema ausente nas instruções para a sua instalação pode ser revelador: a extração de ouro nas minas. Em nenhum momento as autoridades referiram-se a elas. Estas ficavam um pouco distante da área do *Limoeiro*, mas eram alcançadas por aqueles quilombolas. Nas expedições anti-mocambos tinha sido ali descobertas várias minas "exploradas". Os retirantes cearenses teriam acesso a elas ? Pela vontade das autoridades provinciais, é óbvio que não. Pelo contrário, a sua descoberta, o comércio clandestino e as tentativas de exploração por companhias nacionais e estrangeiras foram permeadas pela movimentação dos quilombolas locais. Garantir o acesso as minas -- sem intermediação e quase controle dos quilombolas e outros garimpeiros clandestinos -- passava pela estratégia de colonização com os cearenses. Estes ocupariam "casas", "roças", gestariam outras redes de comércio e acabariam afastando os quilombolas do garimpo.

Já no final de maio, Prado Pimentel exporia seu plano de colonização ao ministro do Império, o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Diria:

"segundo estou informado são muitos férteis as terras por eles [quilombolas do *Limoeiro*] ocupadas e por isso ocorreu-me a ideia de aproveitá-las, e acomodando ali o maior número possível de retirantes cearenses; medida esta, que parece vantajosa por terem eles de encontrar grandes roças e casas abandonadas que com pouco trabalho poderão ser aproveitadas".(506)

A questão, enfim, estava menos na ocupação de terras "muito férteis" com "pouco trabalho" e sim no controle de uma vasta área com consideráveis riquezas econômicas nas mãos de índios, escravos fugidos, "traficantes" de ouro, aliás como reclamariam em abaixo-assinado moradores da região, em 1853: "despertando a ambição de aventureiros". Na sua justificativa ao ministro do Império, Prado Pimentel exporia outros argumentos. O local do quilombo do *Limoeiro* seria o "núcleo da colonização projectado". Para ali seriam levados inicialmente 400 "retirantes cearenses". Outras colônias próximas seriam criadas a partir de mais "retirantes" que estariam chegando ao porto de São Luis. A manutenção de força militar na colônia recém-fundada para garantir proteção aos cearenses seria feita com recursos tanto do ministério da Guerra (pagamento de soldos) como da própria província. Ressaltaria também -- talvez para maior convencimento do ministro imperial -- que o problema dos "retirantes cerarenses" (vitimados pela fome e seca no Ceará) poderia estar sendo resolvido com esta iniciativa:

"Nutro bem fundada esperança de que a Colônia prosperará e compensará os sacrifícios que ora se fazem com a sua fundação, conseguindo-se o duplo resultado de socorrer os nossos infelizes concidadãos, e dar um vigoroso impulso ao desenvolvimento da lavoura por meio do trabalho livre. Os embaraços com que tenho lutado em relação aos retirantes cearenses provém de se acharem eles disseminados por diversos pontos da Província, sem direcção alguma, adquirindo hábitos de ociosidade e vi-

vendo a custa dos socorros que lhes fornece o Governo por intermédio de comissões nomeadas".(507)

Prado Pimentel, talvez estivesse exagerando na modéstia. Com tal "colonização projectada" alcançaria muito mais do que um "duplo resultado" -- isso somente relativo aos destinos de migrantes cearenses. A vinda destes em grandes levadas consistia num problema para a província do Maranhão e depois na própria província do Pará, onde igualmente houve tentativas de colonização de cearenses. No último quartel do XIX, o número deles no Maranhão já era grande. Girava em torno de 3 mil. O próprio Prado Pimentel reclamava que por determinação de administrações provinciais anteriores pequena parte deles estava empregada "em serviços públicos, mediante salário" e o restante viviam "exclusivamente dos socorros que lhes ministra o Governo". Ao invés disso, ou seja, a sangria dos cofres públicos, propunha com tal colonização "um grande melhoramento provincial" e o fim de "uma enorme despesa improdutiva", terminando com "embaraços da Província e os sacrificios do Tesouro". De qualquer maneira, lembraria a instalação da colônia também demandaria algumas despesas.

Já no início de junho começariam a desembarcar em Viseu os primeiros cearenses -- num total de 336 -- que seguiram para o estabelecimento da colônia. Ainda durante a viagem alguns seriam "acometidos de febres".(508) O juiz de Direito de Turiaçu, Benedito de Barros Vasconcellos também prestou todo o auxílio. Em officio a Prado Pimentel, não só fez todas louvações possíveis a esta iniciativa, como sugeriu que o nome desta colônia fosse *PRA-DO* para "perpetuar o nome do seu fundador". Também na sua avalia-

ção, somente uma "colonização regular" com cearenses aproveitaria as "ubérrimas terras daquele quilombo" do *Limoeiro*. Para evitar mais e outras intrigas -- ainda que não conseguisse -- o presidente Prado, devemos lembrar, oficiou ao ministro da Guerra pedindo a exoneração do cargo de diretor da colônia militar do Gurupi, o major reformado João Manuel da Cunha. Além dos seus fracassos militares nas primeiras expedições, no início de 1878, contra o *Limoeiro*, era acusado de ser "conivente" com os quilombolas locais, comerciando gêneros e ouro. Alertava que querendo ali fundar uma colônia agrícola, o tal Manuel da Cunha podia "criar embaraço ao seu desenvolvimento".(509)

Em 11 de agosto de 1878 foi instalada oficialmente a colônia agrícola Prado. Na ata de sua inauguração constaria como localização o "lugar denominado -- *Limoeiro* -- sito nas matas do Maracassumé a proximidades do antigo estabelecimento de mineração Montes-Aureos, e onde existia sobre uma colina, e entre os rios Molha-saco, e Limão o quilombo conhecido por aquele nome". Quando da inauguração haveria ali já 885 colonos cearenses. Na mesma ocasião foram criadas outras colônias para receber "retirantes cearenses". Seriam as seguintes colônias: a Colônia Amélia, situada "nas matas virgens cortadas pelo rio Caqueira, oito léguas distantes da cidade do Tury-assú; e Colônia Flores, entre os limites dos distritos de Barra do Corda e São Luiz Gonzaga, localizada nas margens do rio Mearim no "confluência do rio Flores"; a Colônia Pimentel, nas margens do rio Pindaré; a Colônia Santa Thereza, situada no município de Alcântara e a Colônia Matta dos Bois, nas margens do rio Grajahú.(510)

A experiência de colônia Prado foi marcada por conflitos. Os cearenses colonos continuariam expostos a fome e agora acompanhada de febres, índios e quilombolas. O próprio diretor Manoel da Cunha da colônia Gurupi antes de ser exonerado já temia pelo seu empreendimento. Em cartas ao presidente da província interino Carlos Fernando Ribeiro, em 1^a e 18 de julho faria algumas denúncias. Segundo ele antes mesmo de ser oficialmente inaugurada alguns colonos cearenses o procuraram pedindo para ficar morando na colônia do Gurupi por "não quererem residir no lugar acima mencionado, que lhes foi designado". Respeitando o regulamento do estabelecimento militar, na ocasião, ainda sob seu comando, Manoel da Cunha consultava o referido Fernando Ribeiro quanto ao seu procedimento.(511) A colônia do Gurupi deveria "proteger" pessoas, mas ali estava sendo criada uma outra colônia ? Posteriormente faria mesmo insinuações quanto aos interesses de ali se constituir uma colônia. Seu alvo foi o Capitão Freire Jr. autor de denúncias contra ele. A este capitão teria sido -- como acusava -- prometido "um lugar pertencente ao território da Colônia, onde existe um cacauel, para se estabelecer dando-lhe cento e tantos cearenses".(512) Cabe ressaltar que a colônia militar do Gurupi foi extinta em janeiro de 1876 por decreto do Ministério da Guerra. Foi determinado que seus equipamentos e habitantes seriam transferidos para a Colônia Prado. Ao mesmo tempo essa começava cada vez mais ser alvo de denúncias e reclamações. Dizia-se que um dos problemas era ser ali um "logar deserto, muito central e sem vias de comunicação com os povoados mais próximos". Além disso consumiria "consideráveis somas". Colocando mais lenha na

fogueira, foi enviado para inspecionar esta colônia, nada menos do que o próprio major João Manuel da Cunha. Principal crítico de sua criação e desafeto do seu diretos, apenas confirmou tais críticas e denúncias. garantiu que a colônia estava quase abandonada com apenas 231 "retirantes cearenses". O capitão Freire Jr. acabaria demitido.(513)

Mas o fracasso da colônia Prado não se deu somente devido as denúncias, ainda mais de quem supostamente seria "prejudicado" com sua criação. Até o novo diretor da colônia Gurupi -- indicado diretamente por Prado Pimentel para substituir Manoel da Cunha -- também faria revelações a este respeito já em dezembro de 1878. Foi o diretor Capitão Antônio José da Fonseca que teria sido procurado pessoalmente por alguns "imigrantes cearenses" no Gurupi que lhe pediram "fazer checar ao conhecimento de V. Ex^a [Presidente da Província] a posição critica em quer se achavam na Colônia Prado". Para mostrar que estava sendo verdadeiro em suas revelações o dito capitão apresentou por escrito 3 declarações assinadas por colonos cearenses ali estabelecidos.(514)

As reclamações seriam muitas. Passavam fome e expunham-se a penúria da floresta. Não era só o clima e os insetos que faziam mal. Além disso, sofriam com o "rigoroso comando" do capitão Freire Jr.. Acusaram-no mesmo de ser conivente com a prostituição das mulheres locais imposta pelos soldados, assim como de praticar "orgias". A primeira denúncia viria de Antônio de Oliveira Guimarães. Era um cearense de 54 anos de idade, casado, sua mulher estava doente e tinha 3 filhas "moças". Estavam passando os "maiores rigores da vida". Fugindo da "grande seca" do Ceará vie-

ram para o Maranhão, esta "rica e abundante província", sendo "atirados no esteril *Limoeiro*".

"de modo que seus companheiros em crescido numero têm saído dali com destino a S. Helena e Parã por uma picada quase que intransitável, todos rotos e mortos à fome, e ele mesmo, admira-se, como aqueles seus irmãos puderam vencer tais caminhos com família e crianças as quais caem exaustas de forças e mortas por essas matas. Que no porto da colônia [do Prado] existe um destacamento com o fim principal de obstar que pelo rio Gurupi desçam para aqui, pelo que tem desafrontado a morte por aquelas estradas, rompendo o mato com destino a esta colônia [militar do Gurupi] e outros lugares".(515)

Enfim, os colonos estavam entregues as "moléstias sem conta" e ao "indiferentismo". Viviam com pouca "esperança de melhorar a sorte". Se não fosse só isso tinha o problema denunciado de prostituição e violência sexual contra as mulheres da colônia.

"cada soldado tem sua amásia e variam conforme seu belo prazer, ora seduzindo a mulher casada, ora deixando a esta, para arrancar do seio da família a menina honesta, crimes estes autorizados pelo capitão, porque foi o primeiro a dar exemplo, e assim a devassidão derrama-se na colônia, sem o menor paradeiro, de forma que só existe hoje, quatro moças, sendo duas do depoente e duas cunhadas do capitão Freire. Que a carne é distribuída uma libra para dois dias para cada pessoa."(516)

A situação parecia ser -- pelo menos era assim descrita -- muito critica na colônia Prado, antes mesmo que esta comemorasse seis meses de existência. Quase todos colonos cearenses estavam "resolvidos a retirarem-se". Reclamava-se também do clima. Justamente no período inicial que ali estabeleceram-se foi pelo "inverno", quando o "lugar todo fica inundado". Os outros duas declarações reafirmaram tais revelações, acrescentando uma ou outra coisa. Um foi Luis Alves de Oliveira, de 38 anos, também casado e com 4 filhos.(517) Reclamava das epidemias de "febres", que acabou matando sua filha. Além disso, o "estado de miséria" era

tamanho que ele e sua família não tinham casa para morar desde que ali chegaram. Várias famílias moravam "debaixo das árvores, reduzidas a verdadeiros cadáveres". Com Oliveira também ocorreu o fato de ter ficado dias perdido na floresta circundante a colônia. A fome que ele e sua família estavam expostos o obrigou a lançar-se "ao mato com o fim de caçar, e não sendo conhecedor das florestas do quilombo *Limoeiro*, perdeu-se e andou errante por espaço de 14 dias". Acabou "encontrado casualmente" na margem do rio Maracassumé.

O último declarante foi Francisco Martiniano do Nascimento de 30 anos. Fez severas críticas ao administrador da colônia Prado, o capitão Freire Jr.. O interessante é que este reclamante não era natural do Ceará. Tinha vindo de outra parte do Maranhão "empregado na condução dos imigrantes cearenses" da fortaleza do Gurupi ao porto do *Limoeiro*. Assim como os colonos também passava fome e seus prometidos salários -- diária de mil reis -- não havia sido pago. Tinha o interesse de abandonar esse local mas era obrigado a ficar ali pelo administrador capitão Freire Jr.. Para conseguir fugir teve que "meter-se pelo mato, afrontando todos os perigos".

"quando saiu da colônia [Prado] o aspecto dela era horroroso, porque o povo depois de ter devorado a mandioca que lá havia, lançou mão de calangos e outros animais que pode apanhar com o fim de saciar a fome. Que pouco depois principiaram a sair da colônia todas as pessoas que se pudessem arrastar; arrastando assim, todos os perigos da estrada do Paruá, por onde lhe consta terem ficado muitas pessoas mortas. Aqueles infelizes que pelo seu mau estado de saúde não tem podido sair da colônia, continuam a sofrer o absolutismo do capitão que proibiu-lhes a saída pelo rio Gurupi, a via mais cômoda; os tem sujeitado a serem testemunhas de acontecimentos dolorozos desde o assassinato até a pros-

tituição de suas pobres mulheres e filhas".(518)

Francisco Martiniano -- talvez por não ser nem cearense nem colono -- não foi econômico nas críticas. Atirou para todos os lados, não sobrou nem os próprios colonos cearenses acusados de terem "devorado a mandioca" e não providenciarem outras roças e economia para se sustentarem. Recebendo tais denúncias a presidência da província sequer teve tempo de pronunciar-se. Estas notícias logo chegariam a imprensa que as tratariam em tom alarmantes, transformando-as em armas para ataques políticos. Mais intrigas envolvendo autoridades, militares e fazendeiros ainda espreitavam. O capitão Freire Jr. que no início do ano -- no episódio da destruição do *Limoeiro* -- era um poderosa pedra virava agora um estrondosa vidraça. Estava sendo culpabilizado por quase tudo de ruim que acontecia na colônia Prado.

Mais denúncias através do Padre Thomaz, capelão e professor da colônia. Aliás, em todas as três referidas declarações este ganhou elogios. Uns o chamavam de "homem de bem" e "única consolação" ou um "respeitável" padre e "orador sagrado". Nos dias 27 e 29 de agosto de 1878, a província seria sacudida por uma matéria publicada no jornal *O Paiz*, assinada pelo tal Pe. Thomaz. Segundo a mesma, o lugar da colônia era um lugar "bonito" e tinha o solo "fertilíssimo". Porém, os soldados e os colonos tinham plantado muito pouco ou quase nada. Ao invés disso -- principalmente os primeiros -- trataram de "arassar" tudo. Mais do que os "desmandos" dos soldados, o Pe. Thomaz fez críticas aos próprios colonos cearenses.

"Das antigas casas dos pretos, bem poucas já foram mal

cobertas; um ~~se~~ rancho novo ainda não foi levantado, não se abateu ainda um só pé de mato, e não se plantou coisa alguma, que dê esperança a alguém. A vida desse povo é conversar, ralar mandioca, fazer farinha, pedir sal, pólvora, espingardas e tudo; dar grandes tiros em quanto bem-ti-vi aparece, queixar-se da sorte, e comer beiju e mingau sem sal de manhã à noite".(519)

O Pe. Thomaz -- como já dissemos também professor da colônia Prado -- fazia um ataque indireto ao próprio projeto de colonização em *Limoeiro*. Tais críticas feitas em forma de diário e publicadas na imprensa criaram polêmicas. Este padre seria exonerado devido as repercussões de suas denúncias. E a colônia Prado ? Ela não duraria muito. Pouco mais de um ano depois seria considerada extinta. Pouco a pouco os colonos cearenses foram retirando-se para outras áreas. Os objetos ali instalados e abandonados e as famílias remanescentes de colonos foram transferidos para a colônia Amélia, ainda na região de Guimarães. Este processo burocrático de extinção foi acompanhado pelo juiz de Direito da Comarca de Turiaçu.

O que queriam estes colonos cearenses ? Soube-se que algumas famílias migraram para as regiões do Paraná e rio Gurupi. Por certo queriam a autonomia que não encontraram naquele projeto de colonização que tinha o caráter quase de uma colônia penal, onde ninguém podia sair. Com todas as dificuldades e penúrias da floresta tais cearenses devem ter procurado seus próprios caminhos para "melhorar a sorte". Não eram os "vadios" que o Pe. Thomaz quiz insinuar em seu diário publicado. Podem ter migrado para várias outras regiões e formados comunidades camponesas. Certamente foram alguns remanescentes destas famílias que Hurley encontrou em sua viagem em 1920, na região do Gurupi, pertencente ao então

estado do Para. Na aldeia *Uruaim* encontrou tanto índios *Tembés*, como "pretos" maranhenses e "colonos" cearenses.(520) E os quilombolas do *Limoeiro* que tinham conseguido escapar daquelas perseguições ? Dispersaram-se totalmente, migrando para outras áreas ou retornaram a região do seu antigo quilombo e depois da extinta colônia Prado ?(521)

XV. Historias de garimpeiros

Os grupos de quilombolas dispersados no ataque ao *Limoeiro* voltariam a aparecer. Surgiriam em 1885 nas terras, jurisdição e documentação paraenses. Como outros tantos quilombolas da tradição secular da região do Turiaçu-Gurupi -- quando atacados -- dividiram-se em grupos e procuraram restabelecer seus mocambos em outras paragens. Sabemos que parte daqueles do *Limoeiro* rumou para as terras da província do Pará. Atravessaram assim o Gurupi. Em 1885 teríamos notícias de alguns deles. A polícia de Viseu na Província do Pará, consegue capturar alguns quilombolas. Foram feitos autos de perguntas.(522)

As investigações prosseguiram. Menos do que capturar fugidos, a polícia de Viseu parecia estar interessada em descobrir a rede clandestina de comércio de ouro que, além da participação dos quilombolas, contava com o apoio de um francês, um tal Jules Blanck, que dela se locupletava. Informações mais detalhadas apareceram no depoimento de Agostinho Caldas, um "preto" quilombola. O tal francês Jules Blanck apresentava-se como "parente legítimo, isto é primo legítimo de Conde d'Eu, genro do Imperador do Brazil, Pedro Segundo". Quanto aos contatos que este estrangeiro manteve com os quilombolas:

"tinha [assim falava] ordem do Governo Imperial para alforria ou forriar todos os escravos com a condição, porém, dos ditos escravos tirarem ouro para elle (dito Blanck) e entregarem todo o ouro que havião tirado".(523)

Cumprindo sua parte neste "acordo", pelo menos cerca de 40 quilombolas já tinham entregue quantidades de ouro para Blanck, sendo que o próprio interrogado Agostinho Caldas tinha visto "botar dentro de um vidro grande" e depois este ser "conduzido do mucambo para o Gurupy". O tal Blanck havia igualmente fornecido equipamentos para a garimpagem dos quilombolas, entre os quais, "diversos trastes para guardar, entre elles -- ferros para tirar ouro, uma igarite, e uma montaria que servia unicamente para passar gente no Rio Gurupy". Tinha também mandado construir "um imenso roçado no centro e na margem á direita do Rio Gurupy". Infelizmente ali acabaram sendo atacados por "índios bravios", tendo sido suas mulheres e crianças mortos e seus mocambos incendiados. Blanck utilizava também a mão-de-obra dos quilombolas no plantio destes "roçados" que seriam "para uma companhia que vinha de França, a qual em pagamento deste trabalho libertaria o resto e os escravos que não tinham dado ouro". Este francês tinha um "pequeno negócio" em Itamauary e comerciava direto ouro com os quilombolas.

Cerca de três meses depois deste interrogatório revelador, ou seja, em 30 de dezembro de 1885, o delegado de polícia de Viçeu, Antônio Pedro de Oliveira, resolve pronunciar o francês Jules Blanck, emitindo para isso uma carta de acusação enviada para o chefe de polícia provincial do Pará. Começou contando a história desde o seu início:

"Em 1878 foi batido por tropas da Província do Maranhão, um famoso Quilombo denominado *Limoeiro*, e os negros que escaparão a destruição, dispersaram-se em diversos grupos. O Francez Jules Blanck, sabendo disto

apressou-se em obter do Governo Imperial um privilegio para explorar minas de ouro nas margens do Gurupy, e imediatamente começou, não [?] a explorar minas, mas sim explorar onde se achavam os negros quilombolas".(524)

Uma parte desta história já era conhecida: estes quilombolas do *Limoeiro* reuniram-se em um "novo quilombo" na "Ilha de Itamaury" com o auxilio e proteção de Jules Blanck. Porém, passando algum tempo foram atacados por "índios bravios". Pelo menos 14 quilombolas foram assassinados, havendo "uma horrível carnificina".

"Depois de tão horrorosa catastrophe este astucioso Francez aconselhou os negros que abandonassem a Província do Maranhão e fossem habitar na margem opposta (Província do Pará) em quanto elle continuava no quartel da saúde na Ilha de Itamaury, a que chamava maliciosamente terreno neutro. Feito esta muda começou Jules Blanck a desenvolver o seu negócio com mais liberdade, pois dizia que os escravos erão do Maranhão, mas as autoridades d'ali nada mandavão na Província do Pará".(525)

Para completar o quadro de "abusos", Jules Blanck agora reclamava que estava sofrendo interferência de "competidores" querendo tomar parte "nesta exploração de minas". Querendo ganhar imunidade diante das autoridades, Blanck, inclusive, intitulava-se "parente da familia Imperial". Com isso podia obter auxilio do exército -- através do destacamento de Curútapera -- e prestigio diante dos quilombolas com promessas de liberdade, fazendo "alargar suas empresas". As autoridades paraenses -- principalmente aquelas de Viseu -- estavam indignadas com tais acontecimentos. O delegado Oliveira foi enfático no final do seu officio:

"Devem enfim se unir envidando todos os esforços para que acaba-se de uma vez com o illicito commercio com os negros mucambeiros, por que semelhante commercio em tudo pernicioso torna-os trez vezes infelizes: infeliz quan-

do foge ao captiveiro; infeliz quando escapa_o aos índios; infeliz em fim quando são desapiedosamente roubados por homens perversos e sem consciência".(526)

Ninguém aqui estava preocupado com as "infelicidades" dos quilombolas. Na verdade, a "muita felicidade" de poucos é que preocupava. Esta história de Jules Blanck, que estava no seu início, releva novos e reforça velhos argumentos do roteiro que estamos seguindo para analisar de que modo os quilombolas da região do Turiaçu engendraram-se e articularam-se com variados e complexos "pantânos".

O indício de que Blanck intitulava-se parente do Conde d'Eu e falava em nome do "governo imperial" para legitimar suas tentativas de acordo com os quilombolas, ou seja, doações de parcelas de ouro para a obtenção de alforria, reforça a idéia da crença de que os quilombolas (e também os escravos de uma maneira geral) tinham no poder imperial como pessoa/instituição que lhes garantiriam direitos pelo menos a partir de meados da década de 60. Já vimos como isso ocorreu durante a insurreição quilombola de Viana em 1867 e nas invasões dos quilombos *São Sebastião* e *Limoeiro* no último quartel dos anos 70.

Outra questão que aqui retornaria seria os direitos de explorações das minas de Montes Auros. Descobertas as minas pelos quilombolas, atraíram muita gente, inclusive, as próprias autoridades e técnicos vindo da Corte para avaliar a sua produção aurífera. As terras que os quilombolas ocupavam estavam cada vez mais valorizadas. Em função disso, também a rede e comércio ilegal de ouro ampliou. As licenças para explorações das minas, atraíram também empresas mineradoras estrangeiras. Estas até tentaram um

"tratado" de comprar escravos fugidos/quilombolas, utiliza-los no trabalho das minas e depois alforriá-los. Essa proposta teve a recusa de autoridades e fazendeiros maranhenses, irritou os quilombolas e deixou a massa escrava insatisfeita. Enfim, era 1885, através de Jules Blanck alguns quilombolas ainda tentavam negociar a sua possibilidade de alforria, entregando ouro para isso.

Se a aliança forjada com Jules Blanck teve muito de "interesseira", foi também através dela que os quilombolas do *Limoeiro* enfrentaram as desventuras das perseguições reescravizadoras e dos ataques de índios. As dicas de Jules Blanck sobre "terreno neutro" e as áreas de jurisdição administrativas entre Pará e Maranhão não foram surpresa para os quilombolas de Turiaçu certamente. Sabiam mais do que ninguém que naquela extensa área havia muitos interesses em jogo e dependendo do lado (geográfico e político) em que estivessem podiam ampliar e/ou diminuir suas bases de proteção, solidariedades e cooperação.

Outros argumentos surgiriam na réplica de Jules Blanck a respeito dessas acusações. Estas, certamente, continuaram ocupando espaços da correspondência oficial das províncias do Pará e do Maranhão e também nas folhas da imprensa local. Em 20 de agosto de 1887, o novo delegado de Viseu, José Ignácio da Silva Coelho renovaria as acusações contra Jules Blanck. Novamente escreveria ao Chefe de polícia do Pará denunciando o "comércio ilícito" de ouro entre aquele francês e os "pretos mocambeiros". Desta vez, Blanck não ficaria calado. preparou um rápido e potente contra-ataque. Num extenso comunicado (mais de 50 folhas) faria uma exposição dos "fatos verídicos" em questão.(527)

Blanck deixa claro que reconhecia naquela denuncia uma "malquerença vizeuense" contra a sua pessoa. Na verdade, as acusações do delegado de Vizeu eram um instrumento de ação daquela "malquerença". Dizia que contra ele, um capitão francês, desencadeava-se uma "jesuítica guerra". Argumentava ser o "único maranhense que residiu na margem direita do rio Gurupy". Ali tinha chegado em 1882 e estabelecido-se, inicialmente, como sub-diretor de uma companhia francesa de mineração. Aliás, ressaltava, que tal região entre Vizeu e Carutapera tinha se desenvolvido em função da Cia de Mineração ali próximo instalada. Quanto ao arbitramento e jurisdição dos impostos rezava o decreto de 12/07/1852. Ou seja, a jurisdição era do Maranhão.

Mesmo assim, insinuações, acusações e denúncias vindas de Vizeu continuavam. Logo ele o "primeiro a arriscar a vida e a fortuna nas matas da região gurupyense para descobrir as minas de ouro". Aliás, tinha inclusive, ganho por decreto imperial o direito de mineração naquela região. Entretanto, ponderava Blanck, seus "trabalhos" nas minas e o conseqüente "direito de conservar um privilegio de exploração" tinha-lhe sido "ultimamente negado pela intriga sempre dos vizeuenses". As acusações principais eram aquelas de comércio com os quilombos. Primeiramente, Blanck argumenta basicamente sobre o princípio de jurisdição: "sempre fui morador na margem direita do rio Gurupy, e esta margem pertence, quer os vizeuenses queirão, quer não a subdelegacia de Carutapera, a delegacia de Tury-assú e a chefatura de Polícia do Maranhão".

Blanck não só estava convicto disso como de ser "suspeita"

a acusação de ter roubado ouro dos quilombolas sob promessa de alforriá-los. Faz ele próprio um histórico de sua chegada na região:

"Sobre a margem direita a seis léguas no centro dos mattos, foi que encontrei estabelecido d'este lado do rio, havia mais de trinta annos, os negros mocambeiros hoje vivendo no Itamauary do lado do Pará, foi neste lugar denominado por elle (sic) Belém, que em fim de agosto do anno de 1883, se realizou a celebre entrega d'ouro que elles me fizeram a favor da liberdade, a que consta que me appropriei, e que tem sido explorado pelos meus diffamadores em falta d'outro meio de desmoralização(...)

Si enganei, furtei, roubei, mattei pretos; eu fiz sobre o território da provincia de Maranhão, no districto de Tury-assú, a policia d'este lugar não cede em critério, em cumprimento de seus deveres á de Vizeu, e por conseguinte esta não tenha a nenhum ponto de vista, a se incomodar com esta questão".(528)

Usando as mesmas "armas" de seus acusadores -- autoridades policiais paraenses de Vizeu -- Blanck tentava "desmoralizar" as denúncias. Havendo ou não tais supostos "abusos" e "atos ilícitos" cabiam as autoridades do Maranhão os direitos de investigações policiais. Quanto a acusação de roubo de ouro, Blanck ironizava que era impossível roubar aquilo que já lhe pertencia por direito: "Só em Vizeu podia se encontrar uma aberração tão estúpida de todo principio de direito = e de propriedade". Referia-se ao decreto 8.516, de 1882 que lhe concedia direitos de mineração naquela região. Desdenhando seus acusadores, lembrava-lhes que teriam contado com o testemunho do "preto" Agostinho Caldas, "um negro assassino e ladrao".

Quanto suas relações com os quilombolas alegou que foi somente de ajuda, abrigando os mesmo dos ataques dos índios. Traçou-se assim de uma "obra de caridade", pois em outubro de 1883

recebeu em sua "casa para asilo", durante "nove mezes" mais de 80 quilombolas que estavam "reduzidos a miséria e a fome" devido aos ataques dos índios *Urubus*. Acrescentaria Blanck: "fique isto bem patente, quem passou os negros sobre a margem esquerda do rio Gurupy, foi o cap. Blanck, foi eu quem estabeleceu a custa do meu dinheiro e do meu sangue este mocambo que hoje os vizeuenses já fizeram passar a povoação, e aonde existe ao menos a metade de gentes livres".

Blanck, na realidade, tentava sugerir que todas aquelas acusações constituíam uma verdadeira "panacéia". Ora, as relações e redes de comércio entre escravos fugidos, quilombolas, traficantes de ouro, escravos, camponeses, vendeiros e garimpeiros há muito tempo já tinham sido forjadas naquela região. Ao mesmo tempo autoridades policiais tentavam destruí-las. Muitas quando não conseguiram acomodaram-se e/ou fizeram vista grossa. Isto serve também para fazendeiros e lavradores. Era justamente isso que Blanck sutilmente tentava argumentar na sua longa e indignada carta. Não admitia a acusação de ser o "primeiro que estabeleceu negócios com os mocambeiros", visto que só tinha chegado aquela região em 1882 e o "quilombo existia há mais de trinta annos no Gurupy".

"Eu nunca negocieei com os pretos de Itamaury, repito qual foi má conduta para com elles, foi depois do quilombo destruido pelos índios, de receber os miseráveis que nelle tinha escapado ao massacre, de socorrer-os além de meus meios para como francez, não ser acusado de ter quebrado, mesmo com negros, as leis da hospitalidade, de ter entregue meu hospede. Si em lugar de me deixar seduzir por esta moral da dedicação, tinha obedecido a do interesse, tinha entregue todos estes diabos aos senhores d'elles e ao juiz de direito de Tur-

yassu, que me os pedia a meia duzia de criminosos que continha ainda o mocambo..."(529)

Blanck, tambem constituia a sua própria "panacéia". Fazia também acusações, refutava denúncias e omitia, igualmente, alguns "fatos veridicos". Não cabe aqui discutir (nem descobrir) quem estava com a posse da "verdade". Assim como naquelas contendas e intrigas surgidas quando das expedições contra o mesmo *Limoeiro* em 1878, aparecem nas entrelinhas várias questões sobre os espaços políticos e econômicos criados e circulados pelos quilombolas, seus inimigos e seus aliados. Enfim, seria tanto aqui como lá pensarmos o que se cala quando se fala.

Todas estas discursões de Blanck e as autoridades policiais de Vizeu tornavam a revelar o já revelado: os quilombolas de Turiaçu -- em vários quilombos que eles criaram -- há dezenas de anos comerciavam ouro e outros produtos de sua economia própria. Da mesmo forma que eram perseguidos pelas autoridades do Pará e do Maranhão e seus respectivos fazendeiros também acabaram reconhecidos como comunidades de camponeses e garimpeiros. Isto era um fato. Blanck parecia estar querendo dizer o seguinte: quando aqui cheguei já encontrei este cenário pronto, portanto, não podem acusar-me de montá-lo sozinho e de unicamente beneficiar-me. Ou seja, negociantes junto aos quilombolas sempre houve e com o conhecimento e se não conivência das autoridades policiais. Talvez estas palavras não saíssem direto da boca de Blanck porque não queria comprometer-se ainda mais. Teria que acabar admitindo que seus "avanços" e "sucessos" na exploração das minas estiveram diretamente ligados aos contados que teve com os qui-

lombolas, fossem eles de "socorro" e/ou "comercio ilícito". Afinal Blanck era um francês, um estrangeiro, que tinha apenas o direito de exploração de uma área mineradora.

A acusação de ter Blanck prometido alforria para os quilombolas em nome do governo imperial, dizendo-se "parente legítimo" do Conde d'Eu pode ter também uma explicação no interior do emaranhado de significados políticos que os escravos e quilombolas perceberam no século XIX desde a cessação do tráfico, passando pelas discussões parlamentares, leis emancipacionistas, guerra do Paraguai e outros contextos. Talvez com este artifício, Blanck mais do que ouro doado conseguisse a confiança dos quilombolas. Com a proteção e ajuda deles podia mais facilmente explorar as minas. Ser "parente" do Conde d'Eu fazia sentido político no final dos anos 80. Este representava o genro do imperador, o marido da princesa, um oficial condecorado da guerra do Paraguai e o articulador do 3º Reinado numa contra-ofensiva à propaganda republicana que espalhava-se em todo o Brasil. Além disso, para que os "fatos" fossem "verídicos" tinha ascendência familiar francesa. Em pelo menos uma parte de sua comunicação Blanck sugere diretamente "outros interesses" nas acusações lançadas contra ele:

"o que deve se deduzir do exposto do delegado de Viçeu, que parece encontrou o povo inteiro de Caratupera se lançando sobre o mocambo de Itamaury até as autoridades para enganar os pretos, é que semelhante manifestação não é mais que uma manobra das pessoas que já se apropriarão de todo o lucro do mocambo e que estão tomando providencias para salvaguardar a propriedade adquirida, e a este fim afastar em tudo e por tudo o cap. Blanck do Itamaury, aonde existia, ainda muitas gentes, ligadas a elle".(530)

Eis aqui uma contradição de Jules Blanck: Os "outros inte-

resses" em questao estavam ferindo os seus próprios: o lucro do mocambo. Em meio a toda esta discursão houve uma tentativa de se prender Blanck. Mais confusão. Mesmo efetuada a prisão em março de 1885, reclamou-se que o lugar de sua morada "ilha do Itamauary" ficava sob a jurisdição da delegacia de Caratupera, provincia do Maranhão. Solto logo depois, as disputas, acusações e denúncias continuariam. Mais uma vez estava em jogo o poder sobre os garimpos da região.

Algumas dessas histórias de garimpeiros e quilombolas seguiram outras trilhas. Hurley em 1901 a partir de suas primeiras andanças pelo Gurupi, vasculhando a floresta, e "no depoimento de testemunhas" também reconta a história das minas do Gurupi. A conhecida região aurífera do Gurupi -- aquela da margem paraense -- situava-se entre os rios Piriá e Gurupi. Já esta mesma região do lado maranhense ficava entre os rios Maracassumé e Gurupi.(531)

Estas primeiras impressões (em termos de informações) conseguidas por Hurley no alvorecer do século XX o ajudaria a resolver uma outra contenda em torno dos garimpeiros do Gurupi na década de 20. Recontaria ele um pouco das histórias dos garimpeiros da região. Estas também servem para entendermos alguns lances da tradição de liberdade dos quilombolas do Turiaçu.

Hurley, de início, concorda que a descoberta de ouro nesta região foi feita pelos quilombolas. Foram eles que revelaram "o segrêdo das minas de ouro de 'Montes Aureos' e 'Monte Christo'". Isto aconteceu após a captura de quilombolas do "mocambo Jacara-guára", quando este foi "arrasado pela tropa do governo". Posteriormente, em 1860, o "governo imperial deu concessão, por dez

annos a uma companhia portugue^{za} para a exploração das minas. Esta empresa seria representada pelos irmãos Miranda. Técnicos avaliaram os "potenciais auríferos". Investimento feitos. Maquinárias e engenhos instalados. Trabalhadores, inclusive, chineses foram trazidos.(532) Já vimos em algumas seções atrás o fracasso desta história ou a história deste fracasso.

Para a fase inicial de exploração desta região do Gurupi foi preciso mais:

"Entre os pretos salvos de Jacaréquara existia o afamado Agostinho de Sá Caldas, que além de inteligente, corajoso e empreendedor, era matreiro invulgar e gosava da fama de farejar ouro, d'ahi o ser apelidado o 'homem do ouro' e o 'Agostinho das minas'. Os irmãos Miranda conquistaram, imediatamente Agostinho para seu serviço. Era elle um precioso achado e um seguro elemento de êxito infalível".(533)

Já sabemos que não houve "êxito infalível" na exploração aurífera destas minas. Com a administração de Thomaz, um engenheiro inglês, a Cia. de Mineração Maranhense teria muitas dificuldades. Consta que em 1865, o "syndicato portuguez" passaria a sua concessão de mineração para uma "empresa ingleza". Este negócio foi feito mediante uma "indenização de mil e duzentos contos de réis". Não sem dificuldades, os ingleses exploraram estas minas durante mais cinco anos. Em 1870, o governo imperial resolveu não renovar o contrato de concessão daquelas minas e os trabalhos auríferos acabaram suspensos.(534)

Quanto ao preto Agostinho -- ao que se sabe -- teria abandonado a região do Gurupi. Voltaria para a casa de seu senhor, Antônio de Sá Caldas, em São Luis, capital da provincia maranhense. Porém:

"Apezar de bem tratado pelo Sr. Caldas, Agostinho sentia ali grande nostalgia. A vida da cidade lhe despertava fundas saudades que lhes vinham da floresta, em que livre respirava o oxigênio iodado da liberdade e usufruía a alegria forra das horas felizes, nos cateteres dos mocambos longínquos n'aquelle convívio simples e franco dos desherdados seus irmãos de escravatura, fugidos a rêlho e no 'tronco' d'outros senhores e lhe fizeram desertar da casa grande(...)"(535)

Hurley aqui carregou nas tintas e deixou fluir suas veias poéticas. Sendo um relatório a ser enviado ao governo do Pará revelaria seu amor a "liberdade", pelo menos tendo papel e tinta a sua frente. Amante mesmo da liberdade era o preto Agostinho, pois internou-se:

"outra vez, no caaby, incorporando-se ao povo do mocambo 'Limoeiro', fundado pelo crioulo Estevam, escravo do lusitano Coelho domiciliado em Turiassu, dezesseis kilometros ao norte de 'Montes Aureos', nas águas do rio Maracassumé e habitado, em sua maior parte, pelos antigos moradores de 'Jacaréquára'. No 'Limoeiro', viveu Agostinho algum tempo ocupando-se em plantações de roças e na garimpagem das terras vizinhas de 'Montes Aureos'".(536)

O quilombo *Limoeiro* sofreu uma onda de repressão entre o final de 1877 e meados de 1879. Vários quilombolas -- inclusive seu "chefe". Estevão -- foram capturados. Dispersando-se em variados grupos; os quilombolas espalharam pela floresta. Muitos passaram para o lado da Província do Pará. Outros foram perseguidos e mortos pelos índios. Já vimos tudo isto com detalhes. Em 1883, nova onda de repressão, desta vez pelas autoridades do Pará. Sabe-se que Agostinho "atravessou com muitas famílias, e os seus" o rio Gurupí. Relataria Hurley que em "terras paraenses" o Agostinho constituiria "a pittoresca povoação Itamaury, que ainda hoje existe, recordando *AD SEMPER* o nome de seu fundador". A história dos primeiros anos em Itamaury, a continuação da garim-

pagem e o comércio clandestino feito por estes quilombolas já destacamos por conta das disputas e intrigas do francês Jules Blanck com as autoridades do município de Vizeu, no Pará.

As histórias de garimpeiros e -- principalmente a saga de Agostinho -- teriam mais alguns lances. Em 1886, sabedor que o governo do império tinha a intenção de construir uma linha telegráfica que ligasse o Pará ao Maranhão, Agostinho apresentou-se voluntariamente ao capitão do exército encarregado para trabalhar. Mais do que ocupar-se nestes serviços Agostinho "se fez íntimo amigo" deste capitão, o oficial reformado Sylvio Ribeiro. Mesmo tendo um longo curriculum como quilombola resolveu -- com ajuda deste oficial -- comprar sua liberdade. O tal capitão Ribeiro adquiriu também lotes de terra naquela região, posto que "comprou um quinhão da sesmaria Ascensão (5ª parte), no rio Gurupí". Passaria a administração das mesmas para o próprio Agostinho. Este não perdeu tempo. Fundaria "na testa das mesmas, à margem do Gurupy (paraense) a povoação *Caamiranga*. Dali também abria algumas estradas e ramais para o povoado de *Itamauary* e para as "minas situadas em águas das cabeceiras do Gurupy-Mirim e rio Piriá".(537)

Descobriria mais jazidas "nas vertentes do igarapé *Caraimagy*. Lançava-se no rio Gurupí, "na altura de *Itamauary*, novas jazidas auríferas" que denominou de *Manel Raymundo*, e o *Rio de Feixe*, e *Águas Cahoras*(sic), *Sempre Servo*, *Paciência*, *Alegre*, *Gregos*, *Mina-Seca*, *Ribeira*, *Mangerona*, e outras na águas afluentes do rio *Piriá*.(538) Só durante uma semana, Agostinho chegou a "apurar" um kilo de ouro" na mina conhecida como *Alegre*.

Foram, igualmente, descobertas nestas minas ate "pedras de quartzo aurifero". Em 1896, o governo do Pará concederia licença para mineirar. Em 1898, a concessão acabaria renovada por mais um ano.(539) A concessão seria dada no nome do Barão de Capanema.(540)

O próximo personagem a entrar em cena nestas histórias de garimpeiros seria Sr. Guilherme Von Linde. Foi por causa dele afinal que Hurley visitou as minas do Gurupi em 1923. Acompanhado do capitão Josué Freire, engenheiro militar, teve a "incumbência comum de verificar si as minas de ouro dessa região ficam encravadas nas terras do Sr. Guilherme Von Linde".

Foi durante o governo de Paes de Carvalho que Linde veio para o Pará. Chegava, na verdade, de Minas Gerais, onde tinha aprendido a "lidar com instrumentos de engenharia". Antes tinha passado por São Paulo, onde foi empregado do Dr. Eugenio Lacerda Francisco. Seu nome completo era Guilherme Von Gende Krunlinde. Porém, no Pará "amputou de seu nome os vocabulos 'Gende' e 'Krun' fazendo-se conhecer com essa esquisita simplificação Von Linde".

Segundo Hurley, o tal Von Linde era alguém "insinuante", "jovial", formado em engenharia pela Alemanha, "dizendo-se filho do Rio Grande do Sul" e com "uma pronúncia portuguesa ora viciada do allemão ora do inglez". Com tantos talentos, conseguiu em 1900 ser nomeado pelo governador Paes de Carvalho para comandar a construção da Estrada de Ferro -- sistema Decauville -- que ligaria Bragança a sede da colônia Benjamin Constant. Logo revelaria-se alguém com pomposos sobrenomes e pouca competência. O governador seguinte do Pará -- Augusto Montenegro -- paralizou as

obras em 1903 e cancelou o contrato com Von Linde. Faria graves denúncias à Linde, acusando-o de "impostor" e "empregado desidioso e relapso". Para o seu lugar contrataria um engenheiro de "imediata confiança" e "competência comprovada".(541)

Já em 1905, Von Linde estabeleceria-se no Maranhão. Com apoio do seu governo conseguiria licença para "explorar ouro de 'Montes Aureos' até a margem direita do rio Gurupy". Menos motivado por saudades e sem interesses auríferos voltaria para o Pará não muito tempo depois. Quase que anônimo atravessaria a fronteira com o Pará e estabeleceria-se no lugar chamado *Tira-Couro*. Além dos ataques dos índios *Urubús* a razão repentina desta mudança foi que:

"De novo nas terras paraenses Guilherme, como a humilde semente de apuhy, travou relação de amizade com os pretos de *Caamiranga* e de *Itamauary*, mantendo com eles transações comerciais de compra de ouro, que esses negros garimpam nas minas dessa região".(542)

Os tempos, porém, mudaram. Já em 1906, vivia Linde em "frequentes atritos com os moradores de *Caamiranga* e *Itamauary* por causa das minas auríferas do Gurupy e Piriá, situadas em terras devolutas do Estado". No município de Vizeu seriam abertos inquéritos e investigações. Von Linde reivindicava como suas as minas e as terras onde localizavam-se os povoados de *Caamiranga* e *Itamauary*.

Produziria Linde -- depois soube-se -- uma documentação falsa. Mas Hurley procurou mostrar que aquela área não pertencia a ele. Adquiriu a mesma comprado aos irmãos Miranda enquanto lotes das sesmarias, doadas em 1816. Entretanto, na documentação de livros de registros de terra e outros documentos, não havia men-

ções a tal negócios. Hurley acusava Von Linde de má fé" por querer aumentar o tamanho de suas propriedades:

"Nestas condições suas terras ficam bem longe das águas do Rio Piriá, Piriáuna e Igarapé Macaco e da parte in-navegável do Gurupi-mirim, região devoluta, onde repousam os veeiros e os aluviões auríferos e as minas, conhecidas e garimpadas pelos pretos, há, mais de trinta annos.

A allegação, que fez, de ter descoberto as minas, que falsamente registrou, dentro de seus terrenos e de uma requintada má fé ou de uma ingenuidade infantil! Não se comprehende como é que um homem que num documento público, como seja uma petição de registro, se diz "engenheiro civil" e de minas tem a semcerimonia de assegurar tão assombrosa inverdade! Dentro das terras de que o Sr. Guilherme Linde é condono -- até hoje não consta fosse encontrada uma só mina de ouro!"(543)

O conflito estava colocado. Os argumentos de Linde para reivindicar aquelas terras (e minas) foram desqualificados um por um. As terras onde localizavam-se os povoados de *Caamiranga* e *Itamaury* eram devolutas do Estado. As minas propriamente ditas -- destacadamente Montes Auros -- tinham sido concedidas para a exploração aurífera em 1896 ao Barão de Capanema, pelo decreto lei número 401 e renovado pelos de número 609 e 610 de 1898.(544) Por último, era completamente "despida de verdade" defesa que Linde fazia a respeito de ter ele descoberto as minas do Gurupi:

"...quando o sr. Linde chegou ao Gurupy já os pretos ali faiscavam ou garimpavam, em bateias, ouro nas minas 'Alegre', 'Annel', 'São Pedro' e outras, tendo nas suas vizinhanças, feito varias plantações de mangueiras, café, cacau, laranjeiras e outras arvores fructíferas que, numa vistoria judicial, si se fizer mister, attestarão, eloquente e inequivocamente, pela sua velhice, os annos em que foram plantadas e consequentemente, descobertas essas jazidas. Essas plantações são as testemunhas que, em sua mudez absoluta, mais alto e expressivamente depeem contra a affirmativa ousada do Sr. Guilherme Linde de haver descoberto as minas do Gurupy em 1920! Se tal affirmativa fosse real as mangueiras das regiões das minas ainda não davam fructos e as outras arvores estariam tenras e cheias de viço..."(545)

Esta história de garimpeiro -- no caso de Linde um usurpador de garimpos -- ajuda-no a entender definitivamente como foram as *hidras* e os *pantanos* no caso dos quilombolas do Turiaçu-Gurupi, a garimpagem e as suas estratégias econômicas.

As possíveis alianças circunstâncias que Von Linde pode ter feito com os "pretos" de *Caamiranga* e *Itamaury* para comercializar ouro não foram muito diferentes daquelas que os quilombolas fizeram com Jules Blanck em 1885 e antes dele, o administrador inglês da Cia. de Mineração propunha em 1863.

Estes negros garimpeiros e camponeses eram os verdadeiros donos daquelas matas. Conheciam as mesmas como ninguém. Só seria possível desbravá-las com a sua cooperação. Conheciam o clima, a fauna, as marés dos rios, as enchentes e vazantes dos igarapés. Dominavam assim a extração e o comércio de ouro ali. Com uma tradição secular de resistência, estes quilombolas -- constituídos em comunidades camponesas -- atravessaram o século XX. Fizeram e desfizeram alianças, descobriram ouro e esconderam-se nas minas. Com variadas estratégias -- e com as dificuldades colocadas e também a proteção da floresta e dos índios -- dominaram completamente as regiões entre os rios Turiaçu e Gurupi. Fugindo dos perseguidores, migraram constantemente e tornavam-se invisíveis.

XVI. O fim do começo: Mocambeiros, Antropologia e sem-terras

Quando Hurley visitou vários povoados de camponeses negros na região do Gurupi, do lado do Pará, as histórias da luta negra ali estavam longe de acabar. Como as próprias tradições de lutas dos quilombolas desde o século XVII, recomeçavam sempre.

Do lado Maranhão vários povoados negros com a mesma memória comunitária de lutas se formaram. Aquela região de Turiaçu-Gurupi continuaria pertencendo aos grupos indígenas -- cada vez mais dizimados --, camponeses negros remanescentes dos quilombolas e outros novos personagens como grileiros e posseiros. Autoridades dos governos estaduais do Pará e do Maranhão, assim como fazendeiros truculentos continuariam firmes ali perseguindo e reprimindo estas populações.

Outros personagens entrariam em ação ali, procurando índios e sem querer encontrando negros remanescentes de quilombos: os antropólogos. Nos anos de 1949, 1950 e 1951, Darcy Ribeiro e uma equipe de antropólogos, linguistas e até cineastas invadiram os sertões do Gurupi, pelo estado do Pará. Passariam por Vizeu e Carutapera -- trajeto das seculares expedições anti-mocambos e alcançaram como Hurley, em 1919, os povoados negros de *caamiranga* e *Itamauary*. Também como Hurley estavam atrás dos índios. Não dos "sanguinolentos e selvagens" *Urubus*, mas sim dos *Urubús-Kaapor*. A mesma coisa com a classificação da ciência. Eram antropólogos e suas armas eram outras. Encontraram várias aldeias. Também como

Hurley encontraram -- talvez com mais espanto e surpresa -- povoados negros remanescentes de quilombos. Darci Ribeiro e que ficou surpreso. E não faltou nas suas descrições geográficas pre-conceitos para falar do que viu. inclusive uma "velha decrépita" que era feitiçeira negra. Viu também um negro curandeiro, vivendo entre os índios *Urubus-Kaapor*. Visitou aldeias dos *Urubus-pretos*, grupo indígena miscigenado com os pretos. E encontrou muitos cachorros nas aldeias. Mas esta é outra história -- a da antropologia, negros, índios e quilombos contemporâneos -- que não vou tratar aqui.(546)

E o que ele não viu ? Não sei. Certamente foi muita coisa, afinal suas preocupações eram tão somente os índios. Mas diria que deixou de ver -- no sentido figurado é claro -- a longa história de luta e resistência destes povos.

Continuariam ali resistindo em comunidades camponesas, garimpando e agora, enfrentando pistoleiros de latifundiários, grileiros, posseiros, garimpeiros-ladrões. Das autoridades sofreram outro tipo de perseguição.(547) Não foi aquela de forças militares preparadas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Foram as armas do descaso, incompetência e desmandos burocráticos do INCRA e os departamentos estaduais do Pará e Maranhão responsáveis pelas questões agrárias locais. Continuaram e continuam lutando. Certamente não esqueceram -- e nunca esquecerão -- suas tradições de luta pela terra e autonomia naquelas florestas. Índios, *sem-terras*, quilombolas remanescentes continuam lutando pela terra e tentando encontrar um novo *azilo de liberdade*.

NOTAS PARTE II

- (1) Cf. HURLEY, H. Jorge. Os sertões do Gurupy. Belém, Instituto Lauro Sodré, 1928, pp. 11
- (2) Ibid., pp. 12
- (3) Ver: SILVA, José Guilherme Carvalho da. O Negro em Vizeu. A luta pelo Ouro e para garantir a posse da terra (1919-1923). Projeto de Pesquisa/UFPa, mimeo. 1995
- (4) Em abril de 1873, o engenheiro Gustavo Dodt realizou uma viagem pelo Gurupi por ordem do então presidente de província do Maranhão, Olímpio Gomes de Castro. Esta expedição também partiria de Vizeu e a duração da viagem foi de 39 dias. Ver: DODT, Gustavo L. G. Descrição dos rios Parnahyba e Gurupy, São Paulo, Brasileira, Cia. Editora Nacional, Vol. 138, 1939
- (5) Cf. Hurley, H. Jorge. Os sertões do Gurupy..., pp. 18
- (6) Ibid., pp. 30 e segs.
- (7) Ibid., pp. 31
- (8) Ibid., pp. 31 e segs.
- (9) ANRJ, IJ 1 233, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1867), Despachos do Ministério da Justiça, 21/08/1867
- (10) Cf. AMARAL, José Ribeiro do. O Estado do Maranhão em 1896. São Luis, 1897, pp. 13-4. -- Ver também: LOPES, Raimundo. O Torção Maranhense. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1916, pp. 133 e ALMEIDA, João Mendes de. Algumas notas genealógicas: Maranhão, São Paulo, 1886, pp. 182. Sobre as contendas e disputas em torno das regiões do Gurupi e Turiaçu pelo Pará e Maranhão no século XIX. ver: Turiaçu -- Incorporação ao Maranhão, Imprensa Oficial, 1851 e DOMINGUES FILHO, Virgílio. Esboço Histórico e Geográfico de Turiaçu. 1953
- (11) Cf. VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão (1612-1895), São Paulo, Associação Comercial do Maranhão, 1954, pp.288-290.
- (12) Cf. RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão (1850-1888), São Luis, SIOGE, 1990, pp. 57
- (13) BNRJ, Relatório do Presidente de Província, Augusto Olímpio Gomes de Castro apresentado à Assembléia Legislativa do Maranhão, 03/05/1871 e CONRAD, Robert. Os Últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1975
- (14) BNRJ, Relatório Provincial de João Antônio de Miranda,

03/07/1871 e de Francisco Maria Corre^a de Sá e Benevides, 18/10/1877.

(15) Cf. GAIOSO, Raimundo Jose de Sousa. Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, 1818.

(16) Cf. Ibid, pp. 228-9. Quanto ao problema da colonização no Maranhão, a utilização de indígenas como mão-de-obra e as disputas com religiosos, ver: BELLOTO, Heloisa Liberalli. "Trabalho Indígena, Regalismo e Colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, Volume 2, número 4, setembro 1982, pp. 177-192

(17) Cf. VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio..., pp. 290-1923. Para uma descrição geo-econômica da região do vale do Itapecuru, ver: AZEVEDO, Aroldo de & MATTOS, Dirceu Lino de. Via-gem do Maranhão. São Paulo, Departamento de Geografia USP, 1950.

(18) Ibid -- Sobre o panorama sócio-econômico do Maranhão nos séculos XVIII e XIX, ver: MEIRELLES, Mários M. História do Maranhão. São Luis, DASP/Serviço de Documentação, 1960, pp. 283--289 e LIMA, Carlos de. História do Maranhão. Brasília, Senado Federal, 1981, pp. 141-184.

(19) Ver: Breve Notícia sobre a Província do Maranhão. Exposição Nacional. Rio de Janeiro, Typografia da Reforma, 1875, pp. 46-51.

(20) BNRJ, Livro Grosso do Maranhão, 1702, pp. 212-3 --- Ver também: IHGB, Arq. 1.2.25 -- Conselho Ultramarino, Evora, tomo 6, pp. 27 v.

(21) Em 11 de julho de 1701, o tenente da Marinha, Fernão Carrilho assumiria interinamente o governo da então Capitania do Maranhão e Grão-Pará em substituição ao governador Antônio de Carvalho que pedira licença para ir a Portugal. Carrilho que além de já ter combatido Palmares nas décadas de 70 e 80 do séc. XVII tinha sido Capitão de Ordenanças em Sergipe e Capitão-mor do Ceará. Sua interinidade dura pouco tempo, passando o governo para D. Manuel Rolim de Moura. No governo cria a Ouvidoria da Capitania do Grão-Pará e Maranhão e promove uma implacável perseguição aos índios *Aruans* da Ilha de Marajó. Cf. MEIRELLES, Mário. História do Maranhão, São Luis, DASP/Serviço de Documentação, 1960, pp. 142

(22) BNRJ, Livro Grosso do Maranhão, 1702, pp. 212-3 e IHGB, Conselho Ultramarino, Evora, Volume VI, Códice Arq. 1. 2. 25, Ofício de 21/03/1702, fl. 270.

(23) Ibid. Ver ainda sobre os fugitivos no Maranhão, em 1706, Ofício de 06/06/1706, fl. 103.

(24) Sobre os quilombos do Maranhão, no século XIX, especialmente na região do Turiaçu, ver: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos em Viana -- 1867, São Luis, SIOGE, 1994; ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Quilombos Maranhenses", In: REIS, João José & GO-

MES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 433 a 466 e SANTOS, Maria Januária Vilela. A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão, São Paulo, Atica, 1983, especialmente, pp. 64 a 72. Também aparecem várias referências dos quilombos no Maranhão nas obras pioneiras de GOU-LART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio..., pp. 213-219 e MOURA, Clóvis. Rebeliões de Senzalas..., pp. 114 e segs.

(25) Esta região de fronteiras entre os atuais estados federativos do Pará e Maranhão é palco de um dos maiores conflitos agrários do país, envolvendo grupos indígenas, -- *Tembés, Timbiras, Urubús-Kaápor e Guajájaras* -- grileiros, posseiros, *sem-terras*, empresas madeireiras, comunidades camponesas, FUNAI, INCRA, reservas indígenas demarcadas, governos estaduais e federal.

(26) IHGB, Conselho Ultramarino, Évora, Volume VI, Códice Arq. 1. 2.26, fl. 39v e 193v, Ofícios de 18/12/1731 e 16/03/1739 respectivamente

(27) APEPa, Códice 1095 (1754-1763), Ofício enviado para o Governador do Maranhão pelo capelão Pr. José Jansen, 26/09/1753.

(28) APEPa, Códice 589 (1751-1773), Ofício do Governador do Maranhão enviado ao governador do Pará João Pereira Caldas, 26/05/1774.

(29) APEPa, Códice 122 (1771-1788), Ofício de Antônio Correa Furtado, Mestre de Campo da Vila de Alcântara enviado para D. Francisco de Souza Coutinho, povoação de São Francisco Xavier do Turiaçu, 04/12/1793.

(30) APEPa, Códice 300, Ofício do Monsenhor Gonçalves Pinto Bello enviado para D. Francisco de Souza Coutinho, 29/10/1796.

(31) BNRJ, Códice 7, 4, 73; Ofício para o capitão de linha, 10/08/1811.

(32) APEPa, Códice 405 (1823), Ofício de 23/09/1823.

(33) Ibid.

(34) APEPa, Códice 421 (1823-4), Ofício de 28/12/1824.

(35) APEPa, Códice 426 (1824), Ofício de 16/05/1824.

(36) APEPa, Códice 638 (1828-1829), Ofício de 14/03/1829.

(37) APEPa, Códice 638 (1828-1829), Ofícios de 23/03/1829 e 14/04/1829

(38) APEPa, Códice 638 (1828-1829), Ofícios de 10/05/1828, 04/06/1828, 14 e 15/01/1829.

(39) APEPa, Códice 638 (1828-1829), Ofício de 08/08/1828.

- (40) APEPa, Códice 638 (1828-1829), Ofício de 31/08/1828.
- (41) APEPa, Códice 639 (1829), Ofícios de 15/01, 15/06, 21/06 e 15/07 de 1829
- (42) APEPa, Códice 639 (1829), Ofício de 15/06/1830.
- (43) APEPa, Códice 486, Ofício de 26/03/1832.
- (44) APEPa, Códice 486, Ofício de 15/01/1830.
- (45) APEPa, Códice 512 (1834), Petição da Câmara Municipal de Turiçu, 05/03/1834.
- (46) APEPa, Códice 516 (1834), Requerimento de Salvador Cardozo, 02/05/1834.
- (47) Sobre a Cabanagem, a Balaiada e os quilombos, ver respectivamente: SALLES, Vicente. O Negro no Pará...., pp. 265-271 e SANTOS, Maria Januária Vilela. A Balaiada e a Insurreição...
- (48) Estou realizando -- existe uma vasta documentação disponível no Arquivo Público do Pará -- uma pesquisa sobre as percepções escravas e os significados de Escravidão e Liberdade no Grão-Pará durante as primeiras décadas do séc. XIX.
- (49) Para uma abordagem sobre a Balaiada no Maranhão a partir da memória oral, ver: ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A Guerra dos Bem-te-Vis. A Balaiada na Memória Oral, São Luís, SIOGE, 1988
- (50) APEPa, cx. nº 48, Ofícios dos Comandantes Militares (1839), Ofícios do Comandante Militar de Bragança, Lourenço Justiniano da Sena Freire, 08/05 e 26/06 de 1839.
- (51) APEPa, cx. nº 48, Ofícios dos Comandantes Militares (1839), Ofício do Comandante militar de Bragança, Lourenço Justiniano da Sena Freire, 18/10/1839
- (52) ibid., 27/11/1839
- (53) Idem, 27/11/1839
- (54) Idem, 27/11/1839
- (55) ANRJ, IJ¹ 745, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1834-1837), Ofício do Chefe de Polícia, Raimundo Felipe Lobato, 21/08/1837.
- (56) Ibid., Ofício de 20/10/1834.
- (57) APEPa, cx. nº 56, Ofícios dos Comandantes Militares (1840), Ofícios do comandante militar de Bragança, Lourenço Justiniano da Sena Freire, 14/02/1840

(58) BNRJ, Relatório apresentado pelo Presidente Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, 03/05/1843. Em abril de 1836 criou-se no Maranhão, um Corpo de Polícia rural em cada um dos distritos da província. Já em julho de 1840 formar-se-ia um "corpo de Guarda Campestre" em cada distrito, sendo que em 1843 cada delegacia deveria ter seu próprio corpo de Guarda Campestre, ver respectivamente as leis provinciais, números 5, 98 e 144. Ver: O Negro e o Índio na Legislação do Maranhão -- 1835-1889, São Luís, SIOGE, 1992, pp. 15, 17 e 18. Com relação a fraqueza e ineficiência do aparelho repressivo no Maranhão, ver: ASSUNÇÃO, Matthias Rorihg. "Quilombos Maranhenses...", pp. 437-9

(59) APEPa, cx. nº 123, Ofícios da Secretaria de Polícia do Pará (1848-9), Ofício do delegado interino de Turiaçu, Raimundo João da Trindade Marinho enviado a Presidência da Província do Pará, 09/08/1848 e cx. nº 127, partes policiais do delegado João Baptista Gonçalves Campos enviadas à Presidência da Província do Pará, 18/06/1849

(60) Idem, cx. nº 123, Ofício do delegado interino de Turiaçu, Raimundo João de Trindade Marinho, 07/11/1848

(61) APEPa, cx. nº 133, Autoridades Judiciárias (1850), Ofício do Juiz municipal de Orfãos de Turiaçu, João Diniz Xavier da Cunha enviado a Presidência da Província do Pará, 01/08/1850

(62) APEPa, cx. nº 150 - Ofícios dos Presidentes de diversas Províncias (1851), Ofício do Presidente de Província do Pará enviado ao Presidente de Província do Maranhão, 10/03/1851 e Códice 7 - Chefatura de Polícia da província do Pará / Livro de Registro de Ofícios (Abril/Junho/1848), Ofícios do Presidente de Província do Pará ao Chefe de Polícia, 10 e 21/03/1851

(63) APEMa, Documentação identificada (maços e latas), Ofícios diversos ao Presidente da Província (MA), Ofício do tenente comandante interino do Batalhão Policial da vila de Turiaçu, José Gonçalves Teixeira enviado a Presidência da Província do Maranhão, 21/04/1853

(64) Ibid., ofícios dos subdelegados dos municípios de Turiaçu e Pinheiro enviados ao Presidente de Província do Maranhão, 22/05 e 21/07 de 1853, respectivamente

(65) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Diferentes Particulares, Série: Correspondência, Ofício de Antônio Thomas Freitas dos Reis, 10/10/1853

(66) BNRJ, Relatório apresentado pelo presidente da Província do Maranhão Eduardo Olympio Machado, 03/05/1854

(67) Ibid.

(68) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, ano: 1858, cx.

nº 08, Ofício do delegado de polícia de Turiaçu, Francisco Gomes Parente enviado ao Chefe de Polícia do Maranhão, 29/01/1858

(69) BNRJ, Relatório apresentado pelo presidente Dr. Francisco Xavier Paes Barreto ao vice-presidente Dr. João Pedro Dias Vieira, 13/04/1858

(70) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Colônia Militar de Gurupi, Série: Correspondência, Ofício da administração da Companhia Mineração Maranhense em Montes Aureos enviado para Altino Lellis de Moraes Rego, diretor da Colônia Militar do Gurupi, 10/08/1859 e BNRJ, Relatório apresentado pelo presidente João Silveira de Souza, 03/05/1860

(71) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Colônia Militar do Gurupi, Série: Correspondência, Ofício do Tenente-Coronel, Altino Lellis de Moraes Rego, diretor interino da Colônia Militar do Gurupi enviado ao Presidente de Província do Maranhão, Dr. João Silveira de Souza, 01/07/1860

(72) BNRJ, Relatório apresentado pelo presidente de província do Maranhão, Conselheiro Manoel de Campos Mello, 27/10/1862

(73) Ibid., Relatório apresentado pelo 2º Vice-Presidente Desembargador Miguel J. Ayres do Nascimento, 03/05/1864 e APEMa, Fundos: Chefe de Polícia/Presidentes, Ofício do subdelegado de Pílhão ao Chefe de Polícia, 15/03/1863 e Fundo: Presidência da Província, Ofício do delegado de Turiaçu ao Chefe de Polícia, 15/05/1865

(74) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, ano: 1867, Ofícios do Chefe de Polícia enviados ao Presidente de Província do Maranhão, 09/04 e 30/05 de 1867

(75) APEMa, idem, ano: 1868, Ofício do delegado de Polícia, Francisco Domingues da Silva Junior enviado ao Chefe de Polícia, 03/10/1867

(76) APEPa, Ofícios da Secretaria de Polícia do Pará, cx. nº 289, ano: 1867, Ofícios dos subdelegados de Viseu, Manoel Fellipe Rôiz dos Santos e Leonardo Manoel de Lima (2º suplente) enviados ao Presidente da Província do Pará, 02 e 09/10/1867

(77) APEPa, Códice 18, Secretaria de Polícia do Pará, Livro de Registro de Ofícios da Presidência ao Chefe de Polícia (setembro-dezembro/1867), Ofício do Presidente de Província do Pará ao Chefe de Polícia, 13/10/1867

(78) BNRJ, Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província do Maranhão, Dr. José da Silva Maya, 18/05/1870

(79) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, ano: 1871, Ofício do Chefe de Polícia ao Presidente de Província do Maranhão, 07/08/1871

(80) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, ano: 1873, Ofício do Chefe de Polícia enviado ao Presidente de Província do Maranhão, 16/09/1873

(81) APEMa, idem, 17/06/1875

(82) BNRJ, Relatório apresentado pelo Presidente de Província do Maranhão, Frederico d'Almeida e Albuquerque, 07/12/1876

(83) BNRJ, Relatório apresentado pelo Presidente de Província do Maranhão, Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, 18/10/1877 e APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, Ofício do Delegado de Polícia de Turiaçu, João Luis Rodrigues Pedreira enviado ao Chefe de Polícia, 12/07/1877

(84) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, Ofício do Chefe de Polícia, José Mariano da Costa enviado ao Presidente de Província do Maranhão Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, 23/02/1878

(85) APEPa, Ofícios da Secretaria de Polícia do Pará, cx. 431, ano: 1887 (1º semestre), Ofício do Chefe de Polícia ao Presidente de Província do Pará, 18/04/1887

(86) Cf. LOPES, Raimundo. O Torráo Maranhense....., pp. 80.

(87) Para uma visão mais panorâmica dos quilombos maranhenses oitocentistas, ver: ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Quilombos Maranhenses....." e SANTOS, Maria Januária Villela. A Balaiada e a Insurreição...

(88) Cf. ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Quilombos Maranhenses...."

(89) BNRJ, Códice 7, 4, 73, Ofícios, Requerimentos e representações, Maranhão/1809-1811, Ofício de 21/03/1809.

(90) Ibid, Ofício de 19/12/1810.

(91) Ibid, Ofício de 01/10/1811.

(92) Ibid, Requerimento de José Theodoro de Azevedo Coutinho, 1811

(93) Ibid.

(94) Ibid.

(95) Ibid.

(96) Ibid, Ofício para o Capitão do Regimento de Linha.

(97) Ibid, Ofício para o Coronel de Milícia Antonio Feliciano de Queiroz, 10/08/1811.

- (98) Ibid., Ofício do Juiz Ordinário da vila de Alcântara, 01/09/1811.
- (99) Ibid., Ofício de Leandro José, 30/08/1811.
- (100) Ibid., Ofício de João de Carvalho Santos enviado ao Juiz Ordinário Alexandre Araújo e Souza, 31/08/1811.
- (101) Ibid. Este episódio foi analisado também em: ASSUNÇÃO, Matthias Rorihg. "Quilombos Maranhenses....", pp. 439 a 441
- (102) Ver: Ibid., Ofício de José Lopes de Amorim enviado ao Juiz Ordinário, Alexandre de Araújo e Souza, 20/08/1811; Ofício de Antonio Ferreira de Gouveia Pimentel enviado ao Juiz Ordinário, 01/09/1811; Ofício de Ricardo José Nunes (Feitor) enviado a Antonio Ferreira, 01/09/1811; Ofício do Juiz Ordinário de Alcântara, 05/09/1811; Portaria ao Tenente-Coronel Comandante do Regimento de Milícias de Alcântara, 05/08/1811 e Ofício ao Juiz Ordinário da Vila de Viana, 05/09/1811.
- (103) Ibid., Ofício do Capitão Antônio Nunes, 05/09/1811.
- (104) Ibid., Ofício do Juiz Ordinário da vila de Alcântara, 05/09/1811.
- (105) Ibid., Ofício do Alferes José Assenço da Costa Ferreira, 17/09/1811.
- (106) Ibid., Ofício do Comandante da vila de Alcântara, 21/09/1811. - Dos 36 quilombolas capturados 31 pertencem ao falecido Capitão Antônio José Corrêa. Havia 15 mulheres e 10 crianças, filhos das mesmas. Ver: "Relação dos escravos apanhados entre a fazenda do Murary e Bacariajuba".
- (107) Sobre a Balaiada e as revoltas de escravos e quilombos no Maranhão, ver também: GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio.., pp. 211-2; LUNA, Luis. O Negro na Luta contra a escravidão..., pp. 167-173 e MOURA, Clóvis. Rebeliões de Senzalas..., pp. 115-117
- (108) Cf. SANTOS, Maria Januária Villela. A Balaiada e a Insurreição...
- (109) Analisando as obras de Ribeiro do Amaral, Astolfo Senna, assim como Luis Luna e Caio Prado Jr., Maria Januária aborda a interação das lutas sociais mais amplas dos Balaios e as percepções da massa escrava, provocando protestos e fugas coletivas. Entretanto, a autora argumenta que somente foi no período da Balaiada "que os movimentos de escravos no Maranhão adquiriram novas performances, ultrapassando os níveis de resistência tradicionalmente utilizados (fugas, assassinatos, quilombos) e caracterizando-se pela resistência ativa com grandes mobilizações e razoável grau de organização. Ver: SANTOS, Maria Januária Ville-

1a. A Balaiada e a Insurreic

ção..., pp. 87 a 98, grifos da autora. Análises interessantes sobre as percepções, resistência e significados da liberdade para escravos e fugitivos por ocasiões de tensões e conflitos conjunturais, ver também: ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. Escravidão e Transição. O Espírito Santo (1850/1888), Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984, pp. 167-174; REIS, João José. "O jogo duro do Dois de Julho: o 'partido negro' na independência da Bahia", IN: REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito...., pp. 233-284 e Slave Rebellion in Brazil. The Muslim Uprising of 1835 in Bahia, The Johns Hopkins University Press, 1993, especialmente, pp. 21 a 69; RICCI, Magda Maria de Oliveira. "Nas Fronteiras da Independência". Um Estudo sobre os significados da Liberdade na Região de Itu (1779-1822), Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1993, pp. 88 e segs. Uma tentativa clássica de sistematizar as determinações sócio-econômicas, demográficas e culturais para a eclosão de revoltas escravas nas Américas encontra-se em: PATTERSON, Orlando. "Eslavos y Revueltas esclavas: análisis sociohistórico de la primera guerra cimarrona, 1665-1740", In: PRICE, Richard. (org). Sociedades Cimarronas. Comunidades escravas rebeldes en las Américas, Madrid, Ed. Siglo Veintiuno, 1981, pp. 187-235.

(110) Para uma análise interessante sobre o impacto da Cabanada, no primeiro quartel do século XIX, na Província de Pernambuco e o aumento de quilombos no período. Destacou: "o quilombo renascia sempre que as elites se dividiam". Ver: CARVALHO, Marcus de. "O Quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco". No Rio Grande do Sul, segundo Mário Maestri, durante a revolução separatista da Farroupilha, se multiplicaram-se as fugas de escravos, inclusive, para países vizinhos. Cf. MAESTRI, Mário. "Pampa Negro -- Quilombos no Rio Grande do Sul". In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 411-413, 426 e 311 respectivamente.

(111) BNRJ, Relatório do Presidente da Província do Maranhão, Felizardo de Sousa e Mello, 03/05/1838. Em 15/07/1840 a lei provincial de número 98 criava em cada distrito da Província maranhense um corpo de Guarda Campestre, ver: O Negro e o Índio na Legislação...., pp. 7

(112) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, cx. nº 2, ano 1847, Ofício do Chefe de Polícia Manoel Cerqueira Pinto enviado ao Presidente da Província do Maranhão Joaquim de Sá, 08/05/1847

(113) Comentários sobre tais noticiários aparecem em: APEMa, Fundo: Ofícios diversos ao Presidente da Província, ano: 1856 e Avisos avulsos ao Presidente da Província do Maranhão (1853-1860), ofício de 09/03/1856.

(114) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidentes, cx. nº 10, ano: 1859, Ofício do subdelegado de Polícia do Alto-Mearim enviado do Chefe de Polícia, 28/04/1859

(115) APEMa, idem, cx. nº 12, ano: 1860, Ofício do Chefe de PO-

- li
cia enviado ao Presidente de Província do Maranhão, 07/12/1860
- (116) APEMa, idem, cx. nº 13, ano: 1861, Ofício do Chefe de Polícia enviando ao Presidente de Província do Maranhão, 15/02/1861
- (117) APEMa, idem, cx. nº 14, ano: 1861, idem, 29/07/1861
- (118) APEMa, idem, cx. nº 6, ano: 1863, idem, 15/01 e 24/02 de 1863
- (119) APEMa, idem, idem, Ofício do delegado de Guimarães enviado ao Chefe de Polícia, 23/09/1863
- (120) Idem, idem, Ofício do delegado de Itapecuru-Mirim enviado ao Chefe de Polícia, 13/11/1863
- (121) APEMa, Fundo: Presidência da Província, Série: Subdelegacias, ano: 1864, Ofício do subdelegado de polícia de São João de Cortes enviado ao Chefe de Polícia interino, 29/01/1864
- (122) Idem, idem, Ofício do subdelegado de Monções enviado ao Chefe de Polícia, 30/04/1864
- (123) Idem, idem, idem, 15/05/1864
- (124) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidente, cx. nº 17, maço 02, ano: 1864, Ofício do delegado de Monções enviados ao Chefe de Polícia, 28/04/1864
- (125) APEMa, Fundo: Presidência da Província, Série: Delegacias/Chefes de Polícia, ano: 1865, Ofício do delegado de Itapecuru-Mirim enviado do Chefe de Polícia, 03/06/1865
- (126) BNRJ, Relatório apresentado pelo 1ª vice-presidente da província do Maranhão José da Silva Maya, 29/08/1871
- (127) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidente, cx. nº 25, ano: 1871, Ofício, do Chefe de Polícia ao Presidente de Província do Maranhão, 13/01/1871
- (128) APEMa, idem, idem, 07/06/1871
- (129) A propósito, O PUBLICADOR MARANHENSE, em 16/09/1854 publicava o anúncio de fuga do crioulo Romão, escravo pertencente a Luis Corrêa de Mello onde destacava-se ter sido ele "comprado a José da Rocha Filgueiras & Irmãos como procurador de Raimundo Joaquin Sodré e é um dos quilombolas ultimamente apreendidos no Turiaçu". CF. VIEIRA FILHO, Domingos. A Escravidão negra através de anúncios de jornal. Maranhão, Departamento de Cultura, 1968, pp. 14, grifos nossos. Uma análise sobre os fugitivos na Província do Maranhão na última década da escravidão aponta que as fugas ocorriam mais nas áreas urbanas da Ilha de São Luís, Ver: SOARES, Flávio José Silva. Escravidão no Maranhão do século XIX: situações e características das fugas nos anos oitenta, São Luís, UF-

Ma, monografia de Bacharelado, julho/1988. Uma análise sobre os universos das fugas e fugitivos no Brasil encontra-se em: GOMES, Flávio dos Santos. "Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista". O Tempo. Revista de História da Universidade Federal Fluminense, Volume 01, abril 1996, pp. 94-125

(130) APEMa, idem, idem, Ofício do subdelegado de Monções Albano da Fonseca Pinto enviado ao Chefe de Polícia, 27/01/1872

(131) BNRJ, Relatório apresentado pelo vice-presidente Desembargador José Pereira da Graça, 29/06/1872

(132) Sobre quilombos em Codó, ver também: GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio..., pp. 151-2 e 212

(133) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Delegacia de Polícia de diversos municípios, Série: Correspondência, Ofício do delegado suplente de Coroatá, Manoel Veríssimo de Moraes Rego enviado ao Chefe de Polícia, 07/03/1873

(134) Idem, idem, idem, 08/03/1873

(135) Idem, idem, idem, Ofício do delegado de Polícia de Codó, Raimundo Luiz Cabral de Ceiv, enviado ao Chefe de Polícia, 13/03/1873

(136) Ibid. -- Sobre a mobilização da Guarda Nacional e os interesses dos poderes políticos e econômicos locais, ver: FLORY, Thomas. Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871, University of Texas Press, 1991, pp. 91 e segs.

(137) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, ano: 1873, Ofícios do Chefe de Polícia enviados para o Presidente de Província do Maranhão, 17 e 18/03/1873

(138) Idem, idem, idem, 21/03/1873

(139) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo: Delegacia de Polícia de diversos municípios, Série: Correspondência, Ofício do delegado de Polícia de codó enviado para o delegado de Coroatá, 11/04/1873

(140) APEMa, Fundo: Chefes de Província/Presidente, ano: 1873, Ofício do Chefe de Polícia enviado para o Presidente da Província, 07/06/1873

(141) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Delegacia de Polícia de diversos municípios, Série: Correspondência, Ofício do delegado de Codó enviado ao Chefe de Polícia, 31/08/1873

(142) Idem, idem, Ofício do delegado de Coroatá enviado ao Chefe de Polícia, 16/09/1873

- (143) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidente, Ofício do Chefe de Polícia ao Presidente da Província, 17/09/1873
- (144) APEMa, idem, Ofício do subdelegado de Polícia de Guimarães enviado ao Chefe de Polícia, 05/07/1876
- (145) APEMa, Fundo: Presidência da Província, Série: Delegacias/Chefes de Polícia, ano: 1878, Auto de perguntas, 14/08/1878
- (146) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Diferentes Particulares, Série: Correspondência, Abaixo-assinado dos habitantes do 1º distrito de Santa Helena enviado ao Presidente de Província do Maranhão Eduardo Olímpio Machado, 14/02/1853
- (147) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Subdelegados de Polícia, Série: Correspondência, Ofício de Antônio Thomas Ferreira da Luz, subdelegado da Vila de Parauá enviado para o Presidente da Província do Maranhão, Eduardo Olympio Machado, 17/05/1853
- (148) ANRJ, IJ¹ 221, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1852-1853), Ofício do Presidente de Província, Eduardo Olímpio Machado enviado ao Chefe de Polícia, 07/01/1852.
- (149) Ibid, Idem, Ofício do Presidente de Província Eduardo Olímpio Machado enviado ao Ministro da Justiça, Conselheiro José Idelfonso de Sousa Ramos, 04/06/1853.
- (150) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Diferentes Particulares, Série: Correspondência, Ofício de Antônio Thomaz Freitas dos Reis, 10/10/1853
- (151) Ibid.
- (152) Ibid.
- (153) Ibid.
- (154) Ibid.
- (155) Ibid.
- (156) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Subdelegado de Polícia, Série: Correspondência, Ofício de João Feliciano dos Reis, subdelegado suplente da Vila de Turiaçu, enviado ao Presidente da Província, 22/10/1853
- (157) ANRJ, IJ¹ 221, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1852-1853), Ofício do Presidente de Província Eduardo Olímpio Machado enviado ao Ministro da Justiça, 17/08/1853.
- (158) Ibid, Idem, Ofício de 19/09/1853.
- (159) Ibid, IJ¹ 748, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão

(1851-1854), Ofício do Presidente de Província ao Ministro da Justiça, 18/10/1853.

(160) Ibid., Idem, IJ¹ 221, Ofícios (1852-1853), Ofício do Presidente de Província ao Ministro da Justiça, 19/09/1853.

(161) Ibid.

(162) Ibid., Idem, IJ¹ 222, Ofícios (1854-1855) Ofício do Presidente de Província ao Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, 25/01/1854.

(163) Ibid., Idem, IJ¹ 224, Ofícios (1857), Ofício do Subdelegado de Polícia do distrito de Parauá, Antônio Thomaz Ferreira da Luz enviado ao Juiz de Direito da Comarca, Sebastião José da Silva Braga, 15/08/1857.

(164) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, cx. nº 08, Ano: 1858, Ofício do delegado de Turiaçu enviado para o chefe de Polícia, 15/02/1858

(165) Ibid.

(166) ANRJ, IJ¹ 221, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1852-1853), Ofício do Presidente de Província Eduardo Olímpio Machado enviado ao Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, 26/11/1853.

(167) Ibid., Idem, IJ¹ 224, Ofícios (1857), Ofício do Presidente de Província enviado ao Ministro da Justiça, 02/07/1857.

(168) Ibid., Idem, IJ¹ 225, Ofícios (1858), Ofício, idem, 26/4/1858. Esta expedição durou de 27/12/1857 a 23/01/1858.

(169) Ibid., Idem, IJ¹ 752, Ofícios (1860-1861), Ofício do Presidente de Província, João Silveira de Souza enviado ao Ministro da Justiça, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranagua, 15/03/1860. Na mesma ocasião, o Chefe de Polícia Provincial prestava contas apontando a falta de recursos no orçamento da Polícia, ver: Ofício, 15/03/1860.

(170) Ibid., Idem, IJ¹ 228, Ofícios (1861), ver: Ofícios do Presidente da Província Francisco Primo de Sousa Aguiar enviados ao Ministro da Justiça, Conselheiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, 23/09/1861 e 12/12/1861.

(171) Ibid., Idem, IJ¹ 229, Ofícios (1862), Ofício do Presidente de Província, Antônio Manuel de Campos Mello enviado ao Ministro da Justiça, 24/01/1862.

(172) Ibid., Idem, IJ¹ 754, Ofícios (1863), Despachos do Ministro da Justiça, aditamentos, 02/04/1862.

(173) Ver: AMARAL, José Ribeiro do. O Estado do Maranhão em 1896.

...; VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão... e MEIRELLES, Mário M. História do Maranhão...

(174) ANRJ, IJ¹ 754, Idem, Ofícios (1863), Despachos do Ministro da Justiça, aditamentos, 03/01/1863.

(175) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Colônia Militar do Gurupi, Série: Correspondência, Ofício de Altino Lellis de Moraes Rego, tenente-coronel, diretor da Colônia militar do Gurupi enviado para o Presidente de Província do Maranhão, Dr. João Silveira de Souza, 04/05/1860.

(176) Ibid, Idem, IJ¹ 218, Ofícios (1842-1844), Ofício do Presidente de Província, enviado ao Ministro da Justiça, 19/08/1843.

(177) Sobre os setores livres pobres rurais e suas relações com os escravos e mesmos quilombolas podemos levantar não só a questão das trocas e complementariedades econômicas, mas também as tentativas de controle social por parte do governo imperial, principalmente a partir de 1840. Havia ainda em várias áreas rurais temores -- após o fim do tráfico negreiro -- que a população camponesa fosse transformada em trabalhadores compulsórios. Ver: PALACIOS, Guilherme. "Campesinato e Escravidão: Uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, C. 1700-1875", DADOS, Revista de Ciências Sociais, Volume 30, número 3, 1987, pp. 325-356 e "A 'Guerra dos Maribondos': Uma revolta Camponesa no Brasil Escravista (Pernambuco, 1851-1852) Primeira Leitura". História: Questões & Debates, Curitiba, Volume 10, números 18 e 19, Junho-Dezembro 1989, pp. 7-75. Para análises sobre o papel de lavradores pobres em áreas econômicas periféricas, ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. "A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras", In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.(org.) Escravidão e Abolição no Brasil: Novas perspectivas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 32-46 e Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo, São Paulo, Brasiliense, 1987.

(178) APEMa, Idem, Ofício de Altino Lellis de Moraes Rego..., 04/05/1860.

(179) Ibid.

(180) Quanto às relações conflituosas entre o recrutamento de camponeses e livres pobres para a Guarda Nacional e Exército, no século XIX e as formas de controle social, ver: MEZNAR, Joan E. "The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875", Hispanic American Historical Review, Volume 72, número 3, Agosto 1992, pp. 335-351.

(181) APEMa, Idem, IJ¹ 218, Ofício de Altino Lellis de Moraes Rego, 04/05/1860

(182) APEMa, idem, 01/07/1860

(183) APEMa, idem, 22/09/1860

(184) ANRJ, IJ¹ 754, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863), Ofício do tenente Máximo Fernandes Monteiro enviado ao Presidente da Província, 07/03/1862.

(185) APEMa, idem, Ofício do diretor da Colônia militar do Gurupi enviado para o Presidente da Província do Maranhão, Conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, 20/04/1862

(186) APEMa, idem, 10/03/1862 e ver também: ANRJ, IJ¹ 754, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863), Ofício do Diretor interino da Colônia Militar de Gurupi, Altino Lellis de Moraes Rego, enviado ao Presidente da Província, Antônio Manoel de Campos Mello, 09/03/1862.

(187) APEMa, idem, 20/04/1862

(188) Ibid.

(189) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, cx. no 16, Ano: 1863, Ofício do subdelegado de Pinheiro ao Chefe de Polícia, 15/03/1863

(190) Ibid., Idem, Ofício do tenente Máximo Fernandes Monteiro enviado ao delegado de Polícia, Raimundo Benedicto Muniz, 22/02/1862.

(191) Ibid.

(192) Ibid. Mário Maestri anotou a predominância de desertores no quilombo sulino do Rio Pardo, em "Pampa Negro...", pp. 317-8

(193) Ibid., Idem, Ofício do tenente Máximo Fernandes...

(194) Ibid.

(195) Ibid., IJ¹ 218, Ofícios (1842-1844), Ofício do Chefe de Polícia José Mariani enviado ao Ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, 07/04/1843.

(196) Desenvolvi com detalhes este argumento em: GOMES, Flávio dos Santos. História Quilombolas..., pp. 52 a 96 e também em: "O 'campo negro' de Iguaçu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro". Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, CEAA, número 25, Dezembro de 1993, pp. 43 a 72 e "Para matar a Hidra: Uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara - Sec. XIX:.. Texto de História. Revista da Pós-Graduação em História da UNB Brasíliaa, volume 2, número 3, 1994, pp. 1 a 31

(197) Nas últimas décadas a historiografia sobre escravidão -- no Brasil e em outras partes da América -- têm se dedicado ao estudo da economia própria dos escravos, a constituição de um campesinato negro e as relações sócio-econômicas com a sociedade

envolvente. Para o Brasil este debate encontra-se em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979 e Escravidão ou Camponês? O Procampesinato negro nas Américas. São Paulo, Brasiliense, 1987; GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, 1983, pp. 4-39; LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias, São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 130 e segs.; MACHADO, Maria Helena P.T. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão". Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Ed. Marco Zero, volume 8, número 16, mar./ago., pp. 143-160; SCHWARTZ, Stuart B. Slaves, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery, University of Illinois Press, 1992, especialmente, pp. 82-93; SILVA, Eduardo. "A função ideológica da brecha camponesa". In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 22-31. Este debate teórico têm igualmente seguido pista das discussões internacionais. Ver: MINTZ, Sidney W. "A note on the definition of peasantries". Journal of Peasant Studies, volume 1, número 1, outubro 1972, pp. 91-106; "Slavery and Rise of peasantries". Historical Reflections, Volume 6, número 1, 1979, pp. 213-253 e "the Origine of the Jamaican Market system". In: Caribbean Transformations. Chicago, Aldine Publishing Company, 1974; e CRATON, Michael. "Proto-Peasant revolts? The Late slave rebellions in the British West Indies, 1816-1832". Past & Present, Londres, volume 85, 1979, pp. 99-125. Ainda bem que este debate tem abertos espaços para novas pesquisas sobre a economia própria dos escravos em várias regiões escravistas. Ver: BERLIN, Ira & MORGAN, Philip D. "Introduction". In: Slavery & Abolition, Volume 12, número 1, maio 1991 (número especial: The slaves economy independent production by slaves in the Américas), pp. 1-27; GASPAR, David Barry. Bondsmen & Rebels. A study of Master-Slave Relations in Antigua. The Johns Hopkins Press, 1985, especialmente, pp. 129-150; "Slavery, Amelioration and Sunday markets in Antigua, 1823-1831". Slavery & Abolition, volume 9, número 1, janeiro 1990, pp. 1-28; "Working the System: Antigua Slaves and their Struggle to Live". Slavery & Abolition, volume 13, número 3, dezembro 1992, pp. 131-155; HALL, Neville. "Slave use their 'free' time in the Danish Virgin Islands in the eighteenth and early nineteenth century". Journal of Caribbean History, Volume 13, 1980, pp. 21-43; SCHWENINGER, Loren. "The Underside of Slavery: The Internal Economy, Self-Hire, and Quasi-Freedom in Virginia". Slavery & Abolition, volume 12, número 2, setembro 1991, pp. 1-22; MACHADO, Maria Helena P.T. "Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX". Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEA, número 25, dezembro 1993, pp. 25-42; MULLIN, Michael. Africa in America. Slave Acculturation and Resistance in the America South and the British Caribbean, 1736-1831. University of Illinois Press, 1992, especialmente, "The Slave economy Strategies: Food, Markets, and Property", pp. 1256-158; REIS, João José. "Resistência escrava na Bahia: 'Poderemos brincar, folgar e cantar...' O Pro-

testo escravo na América". AFRO-ASIA. Salvador, número 14, dezembro 1983, pp. 107-122; SAUNDERS, D. Gail. "Slave life, slave society and cotton production in the Bahamas". Slavery & Abolition, volume 11, número 3, dezembro 1990, pp. 332-350; TOMICH, Dale. Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the World economy, 1830-1848. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1990, especialmente capítulos 7 e 8; "Une petit Guinée: provision ground and plantation in Martinique, 1830-1848", Slavery & Abolition, volume 12, número 1, maio 1991, pp. 68-91; TURNER, Mary. "Slave Workers, subsistence and Labour bargaining: Amity Hall, Jamaica, 1805-1832". Slavery & Abolition, volume 12, número 1, maio 1991, pp. 92-102 e WOOD, Betty. "'White Society' and the informal slave economies of Low Country Georgia, C. 1763-1830", Slavery & Abolition, volume 11, número 3, dezembro 1990, pp. 313-331.

(198) Da província de Sergipe, em 1872, dizia-se que: "com a aproximação do inverno, os escravos fugidos se acercarão dos povoados para conseguirem a proteção dos parceiros nos engenhos". Aproveitando essa particularidade -- a proximidade dos quilombolas -- as autoridades reforçarão o combate. Na vila de Japarutuba realizaram uma diligência que fracassou pelo auxílio que os quilombolas conseguiram receber dos escravos dos engenhos. Foram avizados, deixaram os seus ranchos e refugiaram-se nas próprias senzalas, onde foram escondidos pelos escravos que ali se encontravam". Ver: FIGUEREDO, Ariosvaldo. O Negro e a Violência do Branco: O Negro em Sergipe. Rio de Janeiro, Ed. J. Álvoro, 1977, pp. 89.

(199) ANRJ, IJ¹ 221, Idem, Ofícios (1852-1853), Ofício do Presidente de Província enviado ao Ministro da Justiça, 04/11/1853.

(200) Ibid, IJ¹ 223, Ofícios (1856), Ofício do Delegado de Alcântara José Mariano Gomes Ruas enviado ao Presidente de Província, do Maranhão, 21/12/1855.

(201) APEMa, Fundo: Presidência da Província, Série: Subdelegados: Ofício do subdelegado de Polícia de Santo Antônio d'Almas, João Duarte Alves enviado para o Chefe de Polícia, 24/12/1863

(202) ANRJ, IJ¹ 229, Idem, Ofícios (1862), Queixas contra o Juiz Municipal de Viana, 09/07/1862.

(203) APEMa, idem, Série: Juizes de Paz/Chefe de Polícia, Anos: 1845 a 1887, Correspondência do Juiz de Paz de Penalva, Bento Mariano da Costa Leite enviado para o Presidente de Província do Maranhão, 09/03/1865

(204) Denúncias no periódico a IMPREENSA, número 40, agosto de 1859 ver: ANRJ, IJ¹ 751, Ofícios (1859).

(205) Ibid, Idem, Ofícios (1859), Ofício do Vice-Presidente da Província, José Maria Barreto enviado ao Ministro da Justiça, Barão de Muritiba, 27/08/1859.

(206) APEMa, idem, Correspondência do Juiz de Paz de Penalva, Bento Mariano da Costa Leite...09/03/1865.

(207) Ibid.

(208) ANRJ, IJ¹ 754, Idem, Ofícios (1863), Ofício de José Cândido Nunes, 1º suplente d Delegado de Viana enviado ao Chefe de Polícia Julio César Berenguer de Bittancourt, 04/11/1863.

(209) Ibid.

(210) Ibid.

(211) Ibid.

(212) Com a devida justiça, vale mencionar que Clóvis Moura desde sua obra de 1959 foi pioneiro em destacar como os quilombolas mantinham contatos com os escravos nas senzalas. Podemos citar ainda pesquisas mais recentes para diversas regiões brasileiras que apontam vários tipos de relações entre quilombolas e outros setores sociais. Em Mato-Grosso, no século XIX, quilombolas mantinham permanentes contatos com a capital Cuiabá. Houve até casos de um sitiante mestiço que se fez passar por quilombola. Numa ocasião, devido a epidemia de varíola que dizimou metade da população de Cuiabá, os quilombolas optaram por suspender os contatos. No Rio Grande do Sul, o pequeno quilombo da Ilha dos Marinheiros mantinham contatos comerciais permanentes com cativos e libertos. Produziam couros, sebos, graxas, charque e a vendiam juntamente com lenha. Em Pernambuco, os quilombolas do Catuçá mantinham contatos com cativos nas plantações e com os libertos. Já os quilombolas de João Pataca frequentavam as senzalas e vilas em batuques e festas religiosas. Ver: VOLPATO, Luiza Rios Ricci. "Quilombos em Mato Grosso...", pp. 233 e 236; MAESTRI, Mário. "Pampa Negro....", pp. 300 e CARVALHO, Marcus Joaquim M. "O quilombo de Malunguinho...", pp. 416-7 e 427. Em trabalho anterior analiso várias relações dos quilombolas de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, no século XIX, com as senzalas próximas. Ver: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas..., especialmente a seção: "Cenas de outros campos negros", pp. 82 a 96. Também discuto os quilombolas oitocentistas do Pará em: "História, Quilombos e a Invenção de Cativo e Liberdade". Cadernos do CECH, Belém, 1996, no prelo

(213) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, Ano: 1873, Ofício do Chefe de Polícia enviado para o Presidente de Província do Maranhão, 14/04/1873

(214) Discursão interessante sobre as perspectivas de autonomia e dependência das práticas econômicas dos grupos de escravos fugidos no Suriname encontra-se: GROOT, Silvia W. de. "Maroon of Surinam: dependence and independence". IN: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur (orgs.). Comparative perspectives on slavery New World plantation societies. Nova Iorque, volume 292, 1977, pp. 455-465 e

"The Maroon of Surinam: agents of their own emancipation" IN: RICHARDSON, David. Abolition and its aftermath: The historical context, 1790-1916. Frank Cass, University of Hull, 1985, pp. 54-79. Em outros termos este aspecto aparece abordado em: PRICE, Richard. "Subsistence on the plantation periphery: crops, cooking and labour among eighteenth century Suriname marrons". IN: Slavery & Abolition, volume 12, número 1, maio 1991, pp. 107-127. Para o caso brasileiro boas pistas aparecem em: FLORY, Thomas. "Fugitive slaves and free society: The case of Brazil". Journal of Negro History, volume LXIV, número 2, 1979, pp. 116-130. Também analiso este e outros aspectos complexos da economia quilombola em: GOMES, Flávio dos Santos. História de Quilombolas..., especialmente, pp. 55-97 e 371-389

(215) APEMa, idem, idem, 19/11/1872

(216) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Colônia Militar de Gurupi, Série: Correspondência, Ofício do Capitão Leonardo Luciano de Campos, diretor da colônia, enviado para o Presidente da Província, Augusto Olympio Gomes de Castro, 07/12/1871

(217) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, cx. nº 18, Ano: 1864, Ofício do Chefe de Polícia enviado para o Presidente da Província do Maranhão, 08/08/1864

(218) Ibid.

(219) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Diferentes Particulares, Serie: Correspondência, Relatório dos engenheiros ingleses Jorge Henrique Crammer e Augusto Schrammer, assinado por José Rufino Rodrigues Vasconcellos, Chefe da Comissão enviada por Rocha Miranda & Irmãos, 19/03/1855, com 13 folhas em frente e verso.

(220) Ibid, fl. 2v.

(221) Ibid, fl. 2v, 3 e 3v.

(222) Ibid, fl. 4 a 4v.

(223) Ibid, fl. 4v.

(224) Ibid, fl. 5 a 6.

(225) Ibid, fl. 6 e 6v.

(226) Ibid, fl. 7v.

(227) Cf. SILVEIRA, Simão Estácio da. Relação Sumária das Coisas do Maranhão. [1ª edição em 1624], São Luis, UFMA/SIOGE, 1979, pp. 34-5.

(228) Cf. BERREDO, Bernardo Pereira de. Annaes Historicos. Florença, Typografia Barberá, 1905, pp. 227.

(229) Cf. AMARAL, José Ribeiro do. O Estado do Maranhão em 1896. Maranhão, 1897, pp. 15-6. Em Geografia do Maranhão, José Ribeiro de Sá Vale faz a seguinte descrição do rio Gurupi: "nasce na serra do mesmo nome e desemboca na baía do Gurupi, depois de um curso de 800 quilômetros, com uma largura máxima de 40 metros. Suas áreas carregam muito ouro que os naturaes exploram". Cf. VALE, José Ribeiro de Sá. Geografia do Maranhão, 9ª edição, Maranhão, 1946.

(230) Cf. VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão...pp. 299-302 e ver também o jornal O Observador, 05/01/1855.

(231) Com relação a importância de imigrantes chineses, o debate parlamentar imigrantista e os contratos com as Cias. inglesas para o transporte destes trabalhadores, ver: LESSER, Jeffrey. "Neither Slave nor Free, Neither Black nor White: The Chinese in Early Nineteenth Century Brazil. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Tel Aviv, volume 5 número 2, 1994, pp. 23-34

(232) Cf. Breve Notícia sobre a Província do Maranhão. Exposição Nacional. Rio de Janeiro, Typografia da Reforma, 1875, pp. 65

(233) APUD: VIVEIROS, Jerônimo de: História do Comércio do Maranhão..., pp. 299-302

(234) APEMa, Relatório dos engenheiros...fl. 11v

(235) Sobre esta empresa mineradora, os investimentos de Mauá e a Legislação respectiva, ver: Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C. ao público. Rio de Janeiro, 1876; MAUÁ, Visconde de. Auto-biografia. Exposição aos credores ao público seguido de O Meio circulante do Brasil.. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Zelito Valverde, 1943, pp. 157-8; FARIA, Alberto de. Maúa, Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Maúa (1813-1889), 3ª edição, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, pp. 125-6 e CALDEIRA, Jorge. Maúa. Empresário do Império. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, pp. 377-396 e 436-447. Agradeço ao Histotiadador Carlos Gabriel Guimarães pelas indicações bibliográficas a respeito dos investimentos do Barão de Mauá. Foi meu aluno José Guilherme Carvalho da Silva (UEPA) -- orientando de monografia de Bacharelado -- que me chamou a atenção para os investimentos de Mauá nas minas maranhenses.

(236) APEMa, Relatório dos engenhos...fl. 12.

(237) ANRJ, IJ¹ 749, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1855-1857), Ofício do Presidente da Província, Antônio Cândido da Cruz Machado enviado ao Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, 10/05/1856. Ver também: Ofícios do Presidente da Província, ao Ministro da Justiça, 20/05 e 26/06 de 1856 e Ofícios do Chefe de Polícia provincial Antônio Marcelino Nunes Gonçalves enviados, respectivamente a Presidência da Província e ao delegado de Turiaçu, Capitão José Luiz Teixeira Lopes, 09/05/1856.

(238) Ibid., IJ¹ 750, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1858), Ofício Presidente de Província enviado ao Ministro da Justiça, Diogo Pereira de Vasconcelos, 27/03/1858

(239) Ibid., Ofício do Chefe de Polícia. Sebastião José da Silva Braga enviado ao Juiz de Direito, 04/03/1858.

(240) Ibid.

(241) Ibid.

(242) Ibid.

(243) BNRJ, Relatório com que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Antônio Candido da Cruz Machado passou a administração da Província ao Vice-Presidente o Ex^{mo} Barão do Coroaá, 24/02/1857, pp. 18.

(244) Ibid., Relatório com que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da Província do Vice-Presidente o Ex^{mo} Dr. João Pedro Dias Vieira, 13/04/1858, pp. 16.

(245) Ibid.

(246) Ibid., Relatório do Presidente de Província, João Silveira de Souza apresentado a Assembleia Legislativa do Maranhão, 03/05/1860, pp. 24.

(247) Ibid., pp. 24 e 25.

(248) Ibid., Relatório do Presidente de Província, Antônio Manoel de Campos Mello apresentado a Assembléia Legislativa do Maranhão, 27/10/1862, pp.52

(249) ANRJ, IJ¹ 230, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863-1864), Ofício do Diretor da Colônia Militar do Gurupi, Tenete Coronel Altino Lellis de Moraes Rego enviado ao Presidente da Província Antônio Manoel de Campos Mello, 09/05/1863.

(250) Ibid.

(251) Ibid.

(252) Ibid.

(253) Agradeço a Carlos Eugênio por ter me chamado a atenção para este aspecto. Análises sobre as percepções escravas também neste período, em outras áreas do Brasil, ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Em torno dos Bumerangues....."

(254) Ibid. A secretaria do Ministério da Justiça concordaria com os posteriores ponderações do Presidente da Província (avalizando aquelas sugeridas pelo diretor Moraes Rego) e apoiaria as medidas a serem tomadas, ver: Ofício de 12/06/1863.

(255) Cf. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. ONDA NEGRA, MEDO BRANCO. O negro no imaginário das elites -- século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 33-87.

(256) Cf. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, volume III, pp. 391

(257) Foi Celia Marinho quem primeiro destacou o conteúdo original desta proposta emancipacionista de Brandão Jr. Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco....., pp. 44 a 47. Um comentário anterior aparece em: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão..., pp. 102-3

(258) Sobre o positivismo no Maranhão e no Brasil do último quartel do século XIX, ver: LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964, pp. 95-98

(259) Para alguns dados biográficos de Brandão Jr., ver: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bio-Bibliográfico....

(260) Cf. LINS, Ivan. História do Positivismo...pp. 45-94 e SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Ibid., volume V, pp. 450-1. Sobre as idéias positivistas anticlericais de Luis Pereira Barreto, ver detalhes em: COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1956, pp. 149 e segs. Pereira Barreto tinha idéias conservadoras com relação à emancipação dos escravos e o movimento abolicionista, na década de 80. Chegou a travar debates através da imprensa com outros positivistas, como Miguel Lemos. Cf. BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo, Ed. Pioneira, 1976, pp. 158-160 ambos os textos citados em: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura.., pp. 204 e nota 76.

(261) ANRJ, IJ¹ 222, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1854-1855), Ofício de Olimpio Machado enviado ao Ministro da Justiça, 20/09/1854 - Sobre os conflitos políticos - partidários no Maranhão durante o século XIX, ver também: LISBOA, João Francisco. Crônica Maranhense Estudos e Documentos, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1969; MEIRELES, Mário M. História do Maranhão...pp. 268; SILVA, Luis Antônio Vieira da. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828). Rio de Janeiro, Typ. Progresso, 1862; MOREIRA, Arthur Q. Collares. Gomes de Castro, Benedicto Leite e Urbano Santos. A Política no Maranhão. Rio de Janeiro, Rodrigues & Cia., 1938, pp. 5-15; LIMA, Carlos de. História do Maranhão...pp. 155 e LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil Colonial. Apontamentos para a História do Maranhão. Petrópolis, Vozes, 1976.

(262) ANRJ, IJ¹ 754, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863), Ofício do Presidente da Província Francisco Primo de Sousa Aguiar enviado ao Ministro da Justiça, Conselheiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, 31/03/1862 e MEIRELES, Mário M. História do Maranhão...pp. 269 e 271 a 278. Sobre a filiação nos partidos políticos e a nomeação de autoridades no Império, ver ainda: CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A elite política imperial. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980, pp. 155-176.

(263) ANRJ, IJ¹ 239, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1875-1876), Ofício do Presidente de Província Frederico de Almeida e Albuquerque enviado ao Ministro da Justiça, Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, 18/11/1876.

(264) Em carta dirigida ao seu amigo Pierre Laffitte, Brandão Jr. lamentava-se pelo fato de seu trabalho ter provocado celeumas e indignações até mesmo entre seus parentes. Chegou a transcrever alguns trechos da carta "raivosa" de seu irmão na correspondência para Laffitte. Cf. LINS, Ivan. História do Positivismo....., pp. 103-104

(265) Uma abordagem sobre os argumentos de Brandão Jr. e de outros emancipacionistas também aparece em: TOPLIN, Robert B. "Abolition and the Issue of the Black Freedman's Future in Brazil". Slavery and Race Relations in Latin America: Contributions in Afro-American Studies, Londres, 1974, pp. 253-276

(266) Ver, por exemplo, as análises de: SCHWARTZ, Lília Moritz. Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, pp. 240-245.

(267) Sobre o impacto das doutrinas raciais no Brasil, do século XIX, especialmente a partir dos anos 70, ver ainda: SCHWARTZ, Lília Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil -- 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993, pp. 43 e segs.

(268) Cf. João Dunshee de Abranches Moura. Transformação do Trabalho. Memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão, 1888.

(269) Ibid.

(270) Ibid., pp. 23.

(271) Ibid., pp. 22-3.

(272) Ibid., pp. 27-30.

(273) Ibid

(274) Para alguns dados biográficos de Dunshee de Abranches ver: GUIMARAES, Argeu. Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional. Rio de Janeiro, 1938, pp. 10-12 e SIMÕES, Antônio dos. Bibliografia Brasileira. Poetas do Brasil. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1949.

(275) Cf. João Dunshee de Abranches Moura. Cativeiro (Memórias). Rio de Janeiro, 1941, pp. 41. Sobre a participação política conjugada de abolicionistas, quilombos e fugitivos na última década da escravidão. Ver: DONALD Jr., Cleveland. "Slave resistance and Abolition in Brazil: the campista case, 1879-1888". Luso-Brazilian Review. Madison, volume 13, número 2, 1976, pp. 182-193; LIMA, Lana Lage da Gama. Rebeldia Negra e Abolicionismo. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981 e MACHADO, Maria Helena P.T. O Plano e o Pânico. Os Movimentos sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/EDUSP, 1994, pp. 179 e segs.

(276) Cf. Ibid., pp. 191 --- Um interessante romance em forma de memória que recupera a escravidão, destacando, inclusive, escravos e cotidiano do Maranhão oitocentista encontra-se: RIBEIRO, Maria José Bastos. Memória de uma época (1819-1924). Rio de Janeiro, Rodrigues & Cia., 1942.

(277) Ainda esta para ser feito um estudo que recupere as experiências e tradições de lutas camponesas na escravidão e no período imediatamente pós-emancipação até os movimentos de luta pela terra atualmente. Ver: CONCEIÇÃO, Manuel da. Essa terra é nossa. Depoimento sobre a vida e as lutas camponesas do Estado do Maranhão. Petrópolis, Vozes, 1980.

(278) As elites políticas e fazendeiros das Províncias do Pará e Maranhão foram mais resistentes as idéias abolicionistas. Ver: CONRAD, Robert. Os Últimos anos da escravatura..., pp. 154. --- Uma análise crítica do pensamento abolicionista e as diversas políticas implementadas quanto a situação do negro, no pós-Abolição encontra-se em: AZEVEDO, Célia M. Marinho. "Batismo da Liberdade: Os Abolicionistas e o Destino do Negro". História: Questões & Debates, Curitiba, Volume 9, número 16, janeiro de 1988, pp. 38-65.

(279) Ver: APEMa, Abaixo-assinado dos lavradores e negociantes do município de Pinheiro enviada ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, em 04/10/1867. A maior parte da documentação a respeito da insurreição de Viana, em 1867 encontra-se transcrita (alguns ofícios e interrogatórios apenas parcialmente) no livro de Mundinha Araújo. Insurreição de escravos em Viana --- 1867., São Luis, SIOGE, 1994. -- A idéia título desta seção surgiu de um artigo recente do Prof. João Reis, ver: REIS, João José. "Quilombos e Revoltas escravas no Brasil -- 'Nos achamos em campo a tratar da liberdade'". Revista USP, São Paulo, Volume 28, dezembro/Fevereiro, 1995-6, pp. 14-39.

(280) Cf. ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 17

(281) Para um relato pioneiro desta insurreição quilombola -- quase desconhecida pela historiografia sobre o protesto escravo no Brasil, ver: Ibid.

(282) APEMa, Carta dos quilombolas enviada da Fazenda Santa Bárbara ao delegado e comandante do Destacamento de Viana, 10/07/1867 APUD: ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 33-4

(283) APEMa, Auto de Perguntas do preto Benedito, escravo do Alferes Militão Felipe Nunes realizado em Viana, 17/07/1867 APUD: ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 174-5

(284) APEMa, Auto de Perguntas do preto Martiniano, escravo de Fidelles de Abreu realizado em Viana, 18/07/1867 APUD: ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 175-6

(285) APEMa, Auto de Perguntas do preto Feliciano Corta-Mato, escravo de Ludovico Francisco Martins realizado em Viana, 23/07/1867 APUD: ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 177

(286) APEMa, Auto de Perguntas do preto Vicente, escravo de Dona

Anna Padilha realizado em Viana, 18/07/1867 APUD: ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 176-7

(287) APEMa, Auto de Perguntas do preto Feleciano Corta-Mato, escravo de Ludovico Francisco Martins realizado em Viana, 23/07/1867 APUD: Ibid., pp. 176

(288) APEMa, Auto de Perguntas da preta Pulcheria, escrava de Francisco Mariano Ferreira do Amaral realizado em São Bento, 19/09/1867 APUD: Ibid., pp. 178

(289) APEMa, Auto de Perguntas do preto Jose de Colônia, escravo de Dona Mariana Porfíria Pinheiro realizado em São Vicente Ferrer, 05/10/1867 APUD: Ibid., pp. 178

(290) APEMa, Auto de Perguntas de Hermógenes Antônio de Araújo realizado em Viana, 27/07/1867 APUD: Ibid., pp. 178

(291) APEMa, Auto de Perguntas do preto Martiniano, escravo de Fidelles de Abreu realizado em Viana, 18/07/1867 APUD: ARAÚJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 175. Com relação ao recrutamento, discursões parlamentares e o alistamento de escravos brasileiros para a guerra do Paraguai, ver: SOUSA, Jorge Prata de. Escravidão ou Morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai, Rio de Janeiro, Ed. MAUAD/ADESA, 1996, pp. 84 e segs. Do lado paraguaio também escravos negros foram recrutados para o Exército de Lopes. Cf. PLA, Josefina. Hermano Negro..., pp. 162 e segs. Sobre as percepções de escravos fugidos e quilombolas a respeito da guerra do Paraguai, ver os comentários sobre os quilombos do Rio Sepotuba e Rio Manso, na província do Mato-Grosso, em: VOLPATO, Luíza Rios Ricci. Cativos do Sertão. Vida Cotidiana em Cuiabá em 1850-1888, São Paulo, Ed. Marco Zero/Ed. UFMT, 1993, pp. 187 a 197. --- Uma outra perspectiva a ser pensada, no final dos anos 60 até meados dos anos 70, é o retorno dos soldados negros (ex-escravos) da Guerra do Paraguai e suas relações políticas e sociais (assim como as estratégias econômicas adotadas) em vários contextos provinciais, podendo, inclusive, envolver contatos com grupos de escravos fugidos. Algumas pistas sobre estas possibilidades de análises -- embora feitas para um contexto urbano -- encontram-se: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Negregada Instituição. Os Capoeiras no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994, especialmente, pp. 190-206. Quanto a isto para o contexto norte-americano de guerra civil, ver: HARDWICK, Kevin R. "Your Old Father Abe Lincoln is Dead and Damned": Black soldiers and the Memphis Race Riot of 1866". Journal of Social History, Volume 27, número 1, 1993, pp. 102-128.

(292) APEMa, Auto de Perguntas de Dona Thereza Ignácia de Moraes Borges, proprietária do Engenho Timbó, realizado em Viana, 16/07/1867, APUD: Ibid., pp. 153-5

(293) Ibid.

(294) Cf. ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 35

(295) APEMa, Auto de Perguntas do preto Vicente, escravo de Dona Anna Padilha realizado em Viana, 18/07/1867 APUD: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 158-9

(296) APEMa, Auto de Perguntas do preto Feleciano Corta-Mato, escravo de Ludovico Francisco Martins realizado em Viana, 23/07/1867 APUD: Ibid., pp. 160-1

(297) A respeito da resistência de homens livres pobres ao recrutamento militar, no nordeste, ver: MEZNAR, Joan E. "The Ranks of the Poor...."

(298) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, Caixa 19, Ano: 1865, Ofício do Delegado de Polícia de Viana, Mariano José de Souza enviado ao Chefe de Polícia da Província, 14/03/1865

(299) ANRJ, IJ¹ 754, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863), Ofício do Presidente de Província Francisco Primo de Sousa Aguiar enviado ao Ministro do Justiça, Conselheiro Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, 17/10/1861.

(300) Ibid. Idem, Ofício de José Candido Nunes, 1^a Suplente de Delegado da Viana enviado do Chefe de Polícia, Dr. Julio César Berenger de Bittencourt, 04/11/1861

(301) Recentemente apareceram algumas críticas historiográficas sobre as perspectivas de análises sobre o medo e os temores de insurreições escravas para o entendimento dos significados do protesto negro, as transformações históricas do mesmo e as mudanças nas relações entre senhores e escravos. Algumas destas críticas -- entre ironias e farpas desnecessárias -- tentaram minimizar e/ou redimensionar a importância dada ao fenômeno do *medo* na sociedade escravista, problematizando, inclusive, questões metodológicas. Ver: GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo, Ed. Atica, 1991, pp. 147-148 e CARDOSO, Ciro Flamarion S. "Abolição como problema histórico e historiográfico", In: Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 83 e segs. Em trabalho anterior já destacamos a importância de se abordar o fenômeno do *medo* e pânico coletivos de ataques de quilombos e insurreições em situações e contextos políticos diversos na província do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Ver: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas..., pp. 255-279. Sobre os trabalhos alvos de críticas, ver, principalmente: AZEVEDO, Célia M. Marinho de. Onda Negra. Medo Branco... e CHALLHOUB, Sidney. "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio". Revista Brasileira de História, São Paulo, Volume 8, número 16, mar./ago., 1988, pp. 83-105. Uma análise histórica interessante -- ainda que com uma dose de exagero -- dos temores de revoltas escravas nos

E.U.A, encontra-se em: APTHEKER, Herbert. American Negro Slave Revolts, Nova Iorque, 1974, especialmente: "Fear of Rebellion", pp. 18-52. Quem quiser achar dicas metodológicas sobre os sentimentos dos medos na sociedade procure a introdução de: DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente -- 1300-1800, São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 11-37, ver ainda, pp. 151-156 e 179-188.

(302) ANRJ, IJ¹ 754, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863), Idem, Aditamento do Ministério da Justiça, 20/12/1861.

(303) APEMa, Fundo: Secretaria de Polícia, Grupo: Chefe de Polícia/Presidentes de Província, Série: Correspondência, Ofício do delegado de Polícia de São Bento, Francisco Diogo Ribeiro enviado ao Chefe de Polícia, Dr. Julio Cesar Berenguer de Bittencourt, 19/02/1862

(304) APEMa, Idem, Idem, Ofício de Eduardo Araújo Trindade enviado para o delegado de Polícia de Monção, Raimundo Benedicto Muniz, 09/02/1862

(305) APEMa, Idem, Idem, Ofício de João Tavares de Pinho, administrador da fazenda enviado para o delegado de Polícia de Monção, Raimundo Benedicto Muniz, 09/02/1862

(306) APEMa, Idem, Idem, Ofício de José Cândido Martins enviado ao delegado de Polícia de Monção, Raimundo Benedicto Muniz, 09/02/1862

(307) APEMa, Idem, Idem, Ofício do delegado de Polícia de Monção, Raimundo Benedicto Muniz enviado ao Chefe de Polícia Dr. Julio Cesar Berenguer de Bittencourt, 13/02/1862

(308) APEMa, Idem, Idem, Ofício do Chefe de Polícia da Província, Dr. Julio Cesar Berenguer de Bittencourt enviado ao delegado de Polícia de Monção Raimundo Benedicto Muniz, Termo de averiguações em anexo, 15/02/1863

(309) Ibid.

(310) Ibid.

(311) APEMa, Idem, Idem, Termos de Perguntas a João Martins de Azevedo, 18/02/1862

(312) APEMa, Idem, Idem, Ofício do Presidente de Província Antônio Manoel de Campos Mello, 26/02/1862

(313) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes de Província, Caixa 16, Ano: 1863, Ofício do delegado de Polícia de Cururupú enviado ao Chefe de Polícia, 30/04/1863

(314) APEMa, Idem, Idem, Ofício do delegado de Polícia da vila de São Bento, João Manoel Gomes Tinoco enviado ao Chefe de Polícia,

Miguel Joaquim Aires do Nascimento, 23/02/1863

(315) Ibid., ver varios officios da Caixa 16, Ano: 1863

(316) Ibid., Officio do delegado de Policia de Turiaçu, Francisco Gomes Parente enviado ao Chefe de Policia, 28/03/1863

(317) ANRJ, IJ¹ 230, Officios de Presidentes de Provincia/Maranhão (1863-1864), Officio do Presidente de Provincia, Antonio Manoel de Campos Mello enviado ao Ministro da Justiça João Lins Vieira Consansão de Sinimbú, 11/05/1863.

(318) APEMa, Idem, Caixa 17, Ano: 1864, Officio do Chefe de Policia enviado ao Presidente de Provincia, 03/02/1864

(319) ANRJ, IJ¹ 231, Idem, Officios (1865), Officios da Presidência da Provincia enviado ao Ministério da Justiça, 10/04/1864.

(320) APEMa, Fundo: Presidência da Provincia, Série: Delegacias/Chefes de Policia, Ano: 1865, Officio do delegado interino de Caxias, José Joaquim Pereira dos Santos enviado ao Chefe de Policia, 09/02/1865

(321) Uma análise a respeito do papel da imprensa -- denúncias e investigações paralelas -- com relação aos quilombos, no Rio de Janeiro, ver: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. .., pp. 132-138

(322) APEMa, Fundo: Chefes de Policia/Presidentes de Provincia, Caixa 19, Ano: 1865, Officio do Chefe de Policia enviado ao presidente provincial, 21/09/1865

(323) APEMa, Ibid., Idem, Idem, Officio do delegado de Policia de Cururupú, Manoel Francisco da Cunha enviado ao Chefe de Policia, Dr. Sebastião José da Silva Braga, 25/09/1865

(324) ANRJ, IJ¹ 231, Idem, Officios (1865), Officios do Presidente da Provincia enviado ao Ministro do Justiça, 13/09/1865.

(325) Cf. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas.....

(326) APEMa, Fundo: Presidência da Provincia, Série: Delegacias/Chefes de Policia, Ano: 1865, Officio de 13/09/1865.

(327) Ibid.

(328) Ibid.

(329) Ibid., Idem, Officio de 29/09/1865.

(330) APEMa, Fundo: Presidência da Provincia, Série: Delegacias/Chefes de Policia, Ano: 1865, Officio do delegado de Policia Joaquim Simpliciano Nunes Lisboa enviado ao Chefe de Po-

lícia, 24/10/1865

(331) "Tendo sido acometida a fazenda d'um dos lavradores mais abastados deste termo, a do major Raymundo Ant^{nio} Costa Ferreira por grande número d'escravos fugidos...(....)", ver: APEMa, Ofício do juiz de Paz de São Vicente Ferrer, João Carlos de Azevedo enviado ao Vice-Presidente de Província Manoel Jansen Ferreira, 25/04/1865 APUD: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 24 e 25

(332) Ver: APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes, Caixas 22, 23 e 24, Ano: 1867, Ofícios do Chefe de Polícia

(333) Cf. ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 62-3

(334) Ibid.

(335) Segundo Mundinha Araújo, o crioulo Feliciano Corta-Mato já era quilombola quando da onda de repressão aos quilombos de Turiaçu de 1853.

(336) APEMa, Relatório do Comandante Militar de São Vicente Ferrer, Luis Antônio Corrêa enviado ao delegado de Polícia, Andronico Mariano Dias, 23/07/1867 trecho transcrito APUD: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 62-3

(337) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Delegacias de Diversos Municípios, Série: Correspondência, Ofício do delegado de Polícia de Viana, Antônio Caetano Travassos enviado ao tenente José Gregório Pinheiro, 14/09/1867

(338) APEMa, Relatório do Comandante do Destacamento e Expedição de São Bento, Alferes Antônio Caetano Corrêa enviado ao delegado de Polícia Carlos Guilherme Lobato, 23/07/1867 trecho transcrito APUD: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 63-66

(339) PUBLICADOR MARANHENSE, 29/07/1867 noticiário transcrito APUD: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 68-9

(340) Cf. ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 69

(341) Ibid.

(342) Ver trechos transcritos dos interrogatórios dos "pretos sublevados" do Alferes Luis Antônio Corrêa, do Alferes Antônio Caetano Corrêa e do delegado José Gregório Pinheiro, 1867 APUD: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 71-73

(343) Ibid.

(344) Ibid.

(345) APEMa, Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes de Província,

Caixa 25, Ano: 1867-1868, Ofício do delegado de Polícia Francisco Domingues da Silva Junior enviado ao Chefe de Polícia Eduardo da Silva Rabello, 03/10/1867

(346) Ibid.

(347) Ibid.

(348) APeMa, Idem, Idem, Ofício de subdelegado da vila de Santa Helena, Antônio Aureliano Franco, 31/03/1868

(349) BNRJ, Relatório do Presidente de Província Augusto Olímpio Gomes de Castro passando a administração para o Vice-Presidente, José Francisco de Viveiros, 18/04/1874, pp. 31-2

(350) Ibid.

(351) BNRJ, Relatório do Ex^{ma} Sr. Presidente de Província, Frederico de Almeida e Albuquerque, 1876, pp. 12-3

(352) O manuscrito deste relatório me foi apresentado por Mundinha Araújo, no APMa, a quem sou imensamente grato. Ver: "Relatório apresentado ao Commendador Doutor Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Maranhão, pelo Major Honorato Cândido Ferreira Caldas, em 13 de janeiro de 1877, dando conta dos resultados conseguidos pela expedição destinada a destruir o Quilombo do Turi". Para a transcrição deste extenso relatório foi fundamental o trabalho paleográfico do historiador do APMa, Heitor Ferreira de Carvalho, sob a orientação do Prof. Manuel de Jesus Barros Martins (UEMa). Sou grato a ambos.

(353) Cf. APeMa, Relatório..., fl. 1 a 1v.

(354) Ibid., fl. 2

(355) Ibid., fl. 3v, 4 e 4v

(356) Ibid., fl. 4v a 5

(357) Ibid., fl. 5 a 5v

(358) Ibid., fl. 5v a 6

(359) Ibid., fl. 6 a 6v

(360) Para uma discussão sobre este tema, ver: AZEVEDO, Célia M. Marinho. Onda Negra. Medo Branco...; CHALLHOUB, Sidney. Visões da Liberdade...; GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas... e MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e Escravidão... e O Plano e o Pânico...

(361) A questão do argumento da matrícula é interessante, embora não exista mais nenhuma informação. Ao que se sabe não era possi-

vel matricular os filhos dos escravos nascidos no quilombo quando na justificada a origem da propriedade. Pelo menos consta uma decisão do governo, através do Ministério da Fazenda, indicando o seguinte: "Declara que tendo sido aprovado o ato da presidência do Pará negando a inclusão na matrícula especial de quatro filhos de uma escrava, que nasceram em um quilombo, cumpre aguardar o resultado da ação ordinária que os interessados intentarem, para então se resolver, como for de direito quanto à matrícula geral dos mesmos escravos". Portaria número 514 de 30/08/1876. Cf. FENELON, Déa Ribeiro. "Levantamento e Sistematização da Legislação relativa aos escravos no Brasil". Anais do VI Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, Volume II, 1973, pp. 215.

(362) Foi Mundinha Araújo que me chamou atenção para este fato. Ver também: ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. "Quilombos Maranhenses....", pp. 455.

(363) Cf. APEMa, Relatório..., fl. 6v

(364) Detalhes sobre os debates parlamentares e as crises políticas em torno da emancipação desde a década de 60, ver: CARVALHO, José Murilo de. Teatro de Sombras. A Política Imperial, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, pp. 61-83 e CONRAD, Robert. Os Últimos anos da escravatura..., pp. 88-111.

(365) Ver: AZEVEDO, Célia M. Marinho. Onda Negra, Mado Branco.... e CHALLHOUB, Sidney. Visões da Liberdade.... -- Também analiso esta questão em dois artigos. Ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Escravos, quilombolas e os significados da Liberdade: a luta pela emancipação nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro". História & Perspectivas, Revista dos Cursos de História, Universidade Federal de Uberlândia, número 11, jul./Dez. 1994, pp. 131-182 e "Nos Mundos da Escravidão: Escravos, camponeses e quilombolas no Rio de Janeiro do Século XIX", Cadernos UFS: HISTÓRIA, Programa de Documentação de Pesquisa Histórica, Universidade Federal de Sergipe, EDUFS, 1996.

(366) Cf. APEMa, Relatório..., fl. 7 a 7v

(367) Ibid., fl. 7v a 8

(368) Ibid., fl. 8

(369) Ibid., fl. 9

(370) Ibid., fl. 9 e 9v

(371) Ibid., fl. 10 e 10v

(372) Ibid., fl. 11

(373) Ibid., fl. 11v

(374) Foi reformado em 1890 como general de Brigada. Também ganhou os títulos de Oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Aviz. Cf. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bio-Bibliográfico....., pp. 514

(375) Sabe-se que Ferreira Caldas publicou com 52 anos sua única obra: "A Deshonra da República: Artigos publicados e memórias inéditas do cárcere, sobre a revolta da esquadra e o governo do Marechal Floriano Peixoto pelo general de Brigada Honorato Caldas (preso a 23 de outubro de 1893 e solto a 10 de agosto de 1894 sem nota e sem processo e julgamento algum)". Rio de Janeiro, 1985, 200 pgs. Cf. Ibid., pp. 514

(376) Cf. APEMa, Relatório..., fl. 11v

(377) Ibid., fl. 12 e 12v

(378) É possível pensar aqui a metáfora da "lança em Africa" como de uma chaga infeccionada que é perfurada. Para idéias e análises sobre teorias e práticas higienistas neste período, ver: CHALLOUB, Sidney. Cidade Febril. Corticos e Epidemias na Corte Imperial., São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 168-180. Agradeço ao Prof. Robert Slenes por me ter observado esta possibilidade analítica com relação a tal metáfora.

(379) Cf. APEMa, Relatório..., fl. 13v a 14

(380) Ibid., fl. 14v

(381) Ibid., fl. 16 a 16v

(382) Ibid., fl. 18 a 22

(383) Ver: Diário do Maranhão, 14 a 18/01/1877, várias notícias publicadas

(384) APEMa, Relatório apresentado....., fl. 21

(385) Ibid.

(386) IBID.

(387) APEMa, Ofício do Presidente da Província do Maranhão Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, 31/03/1877, pg. 13. A documentação a respeito das expedições reescravizadoras contra o quilombo do Limoeiro entre os anos de 1877, 1878 e 1879 foi pesquisada e organizada por Mundinha Araújo e encontra-se transcrita em: A Invasão do Quilombo Limoeiro, 1878. Arquivo Público do Estado do Maranhão, São Luís, SIOGE, 1992

(388) Ibid.

(389) APEMa, Guia passada pelo Diretor da Colônia Militar do Gu-

rupi, João Manoel da Cunha, 19/05/1877 transcrita, pp. 14

(390) APEMa, Ofício de João Manoel da Cunha, 08/10/1877 transcrito, pp. 15 a 17

(391) Ibid.

(392) APEMa, Ofício do Presidente da Província do Maranhão, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, 30/10/1877 transcrito, pp. 17-18

(393) APEMa, Ibid., 29/12/1877 transcrito, pp. 20

(394) APEMa, Relatório de João Manoel da Cunha a respeito da primeira invasão do quilombo Limoeiro, 24/01/1878 transcrito, pp. 21 a 29

(395) Ibid.

(396) Ibid.

(397) Ibid.

(398) Ibid.

(399) Ibid.

(400) Ibid.

(401) Ibid.

(402) APEMa, Ofício do Presidente da Província do Maranhão, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, 20/02/1878 transcrito, pp. 33-4

(403) APEMa, Ibid., 26/02/1878 transcrito, pp. 41

(404) APEMa, Ofício de Benedito de Barros Vasconcellos, Juiz de Direito da Comarca de Turiaçu, 17/05/1878

(405) APEMa, Relatório do Capitão Feliciano Xavier Freire Júnior a respeito a segunda do quilombo Limoeiro, 22/05/1878 transcrito, pp. 48-57

(406) Ibid.

(407) Ibid.

(408) Ibid.

(409) Ver a parte II desta tese, especialmente a seção sobre as plantas dos quilombos mineiros setecentistas

- (410) APEMa, Relatório....., 22/05/1878 transcrito, pp. 48-57
- (411) Ibid.
- (412) Ibid.
- (413) Ibid.
- (414) Ibid.
- (415) Ibid.
- (416) Ibid.
- (417) Ibid.
- (418) APEMa, Offício do Presidente da Província do Maranhão, Graciliano Aristides do Prado Pimentel, 07/06/1878 transcrito, pp. 57-8
- (419) "Em 12 de outubro ultimo deixou o exercício do lugar de director da colônia militar do Gurupy o major João Manoel da Cunha, que foi d'elle exonerado por portaria do Ministério da Guerra de 25 de junho, sendo nomeado na mesma data para substituí-lo capitão reformado do exercito Antônio José da Fonseca, que ainda não entrou em exercício". Cf. BNRJ, Relatório do Presidente de Província Graciliano Aristides do Prado Pimentel, 1878, pp. 18.
- (420) APEMa, Offício de João Manoel da Cunha, 08/06/1878 transcrito, pp. 59 a 62
- (421) APEMa, Ibid., 13/06/1878 transcrito, pp. 64
- (422) Ibid., Idem, 08/03/1876 transcrito, pp. 62-3
- (423) APEMa, Exposição de João Manoel da Cunha, 18/07/1878 transcrito, pp. 65 a 76
- (424) Ibid.
- (425) Ibid.
- (426) Ibid.
- (427) Ibid.
- (428) Ver: GOMES, Flavio dos Santos. "O 'Campo Negro' de Iguaçu.. ..."
- (429) Cf. FUNES, Euripedes. "Nasci nas Matas, nunca tive senhor....., pp. 488 e segs.
- (430) Cf. HURLEY, H. Jorge. Os Sertões do Gurupy...., pp. 12

- (431) Ibid., pp. 14
- (432) Ibid., pp. 27
- (433) Ibid., pp. 30-1
- (434) Ibid.
- (435) Ibid., pp. 31
- (436) VEr: REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Estado do Maranhão - Catequese do gentio - Rebeliões - Pacificação. Separata do II volume dos Anais do IV do Congresso de História Nacional. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950; BERREDO, Bernardo Pereira de. Annaes Históricos Florença, Typographia Barberá, 1905, pp. 1905, pp. 169-170 e 173. Ver também: Companhias de Colonização e Civilização dos Índios, Liv. Y Leite, 1826
- (437) APEPa, Códice 92 (1757-1762), Ofício de 20/11/1757
- (438) Cf. BELLOTO, Heloisa Liberalli. "Trabalho indígena, Regalismo..."
- (439) APEPa, Códice 609 (1804), Ofício de 31/08/1804
- (440) BNRJ, Códice 7, 4, 73 (1811), Ofício de 06/07 e 01/10 de 1811
- (441) Análises sobre as políticas indigenistas do Brasil Oitocentista encontra-se em: CHAIM, Marivone M. "A Política Indigenista no Brasil". CLIQ. Revista de Pesquisa de História, UFPe, número 15, 1994, pp. 141-152 e KARASCH, Mary. "Catequese e Cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1889", In: CARNEIRO CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil..., pp. 397-411
- (442) APEMa, Fundo: Presidência da Província, Série: Delegacias/Chefe de Polícia, Ano 1843, Ofício do Delegado de Polícia de Codó enviado ao Chefe de Polícia provincial, 03/03/1843
- (443) BNRJ, Relatório do Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá à Assembléia Provincial do Maranhão, 03/05/1859, pp. 23
- (444) Cf. DODT, Gustavo G. Descrição dos rios..., pp. 138. Para uma outra descrição dos grupos indígenas do Maranhão, ver: ABREU, S. Frões. Na Terra das Palmeiras. Estudos brasileiros. Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1931, pp. 87-104
- (445) Ibid., pp. 172 e segs
- (446) Ibid., pp. 176 e segs
- (447) Ibid.

(448) Ibid., pp. 172 e segs. Uma etnografia dos índios *Urubus* foi realizada por Francis Huxley por volta dos anos de 1950. Afirmaria que na verdade os *Urubus* denominavam a si mesmos de "Coapor" (significa "habitantes da floresta"). Viviam na região do Gurupi há dezenas de anos, pertenciam a família TUPI, sendo inimigos dos índios *Guajajaras*. Os *Urubus-Coapor* seriam pacificados pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1928. ver: HUXLEY, Francis. Selvagens Amáveis (uma Atropologia entre os índios Urubus do Brasil). Cia Ed. Nacional, São Paulo, 1963, pp. 67 e segs

(449) Ibid., pp. 203

(450) APEMa, Documentação em latas avulsas, Ofícios de diversas autoridades, enviados ao Presidente da Província (Maranhão), Ofício de 25/01/1854

(451) BNRJ, Relatório apresentado pelo Presidente Eduardo Olímpio Machado à Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 03/05/1854 e ANRJ, IJ¹ 222, Ofício de Presidentes de Província/Maranhão (1854-1855, Ofícios de 05/08/1854

(452) APEMa, Fundo: Presidência da Província, Série: Delegacias/Chefe de Polícia, Ano 1863, Ofício do subdelegado de Polícia da Vila Nova do Pinheiro, José Estanielao Lobato enviado para o Chefe de Polícia Provincial, 11/01/1863

(453) BNRJ, Relatório do Vice-Presidente José da Silva Maya passando a administração da Província para Augusto Olímpio Gomes de Castro, 28/10/1870, pp. 27

(454) ANRJ, IJ¹ 220, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1849-1851), Ofício de 22/12/1847

(455) Ibidem, IJ¹ 222, (1854-1855) Carta do Coronel Agostinho da Silva Braga enviada para o Tenente-Coronel José Caetano Vaz Junior, 06/09/1854

(456) APEMa, Idem, Ano: 1865, Ofício do subdelegado suplente da vila de Santa Helena, 15/05/1865

(457) ANRJ, IJ¹ 232, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1866), Ofício do Presidente de Província, Antônio Alves de Carvalho enviado para o Ministro da Justiça, Martinho Francisco Ribeiro de Andrade, 13/12/1866

(458) Cf. ARAÚJO, Mundinha: Insurreição de escravos..., pp. 34

(459) Ibid., pp. 54-5

(460) Ver: MARQUES, Cezar Augusto. Memoira Histórica da Administração Provincial do Maranhão pelo Bacharel Franklin Américo de

Menezes Dória, Maranhão, 1867 citada em: ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos..., pp. 133

(461) APEMa, Fundo: Secretaria do Governo, Grupo: Diferentes Particulares, Serie: Correspondência, Ano: 1871, Ofício do Capitão Leonardo Luciano de Campos (Diretor da Colônia Militar do Gurupi enviado para o Presidente da Província Augusto Olímpio Gomes de Castro, 17/04/1871

(462) APEMa, Fundo: Chefe de Polícia/Presidente (1877) Ofício do Delegado de Polícia de Turiaçu, João Luis Rodrigues Pedreira enviado para o Chefe de Polícia, 12/07/1877

(463) APEMa, Idem, maço 1, Ano: 1867, Ofício do Chefe de Polícia, enviado do Presidente da Província, 15/12/1867

(464) Ibidem, Idem, Ano: 1877, Ofício de 02/01/1877

(465) Cf. DODT, Gustavo L. G. Descrição dos Rios..., pp. 176

(466) Cf. HURLEY, H. Jorge. Os sertões do Gurupy...., pp. 38

(467) ANRJ, IJ¹ 754, Ofícios de Presidentes de Província (MA)/Ministro da Justiça, Ofício do Tenente Máximo Fernandes Monteiro enviado para o delegado de Polícia, Raimundo Benedicto Muniz, 22/02/1862

(468) Ibid.

(469) APEMa, "Relatório oapresentado ao Comendador Doutor Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, Presidente da Província do Maranhão, pelo Major Honorato Cândido Ferreira Caldas, em 13 de Janeiro de 1877, dando conta dos resultados conseguidos pela expedição destinada a destruir o Quilombo do Turi"

(470) Ibid.

(471) Ibid.

(472) Ibid.

(473) Documentação do APEMa transcrita em: ARAUJO, Mundinha. A Invasão do quilombo Limoeiro...

(474) Relatório de João Manoel da Cunha sobre a primeira invasão do Quilombo Limoeiro, 24/01/1878, transcrito em: Ibid., pp. 28

(475) Relatório do Capitão Feliciano Xavier Freire Junior sobre a segunda invasão do Quilombo Limoeiro, 22/05/1878 transcrito em: Ibid., pp. 48-57

(476) Ibid., pp. 55. A partir desta descrição de Freire Jr. podemos também refletir como o negro africano e suas práticas cultu-

rais eram percebidas no final do século XIX. Emergiam um imaginário que associava os quilombolas como "feiticeiros" e "assassinos e depredadores", e os quilombos sem organização interna. Para análises a este respeito na imprensa paulista, ver: SCHWARCZ, Lília M. Retrato em Branco e Negro..., pp. 189, 191, 194 e segs. Em jornais do Maranhão, ver noticiários publicados nos dias 9 e 25/01 e 22 e 23/03 de 1877 no Diário do Maranhão.

(474) Ver: MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. An Anthropological Approach...

(478) Além de Mintz e Price, diálogo aqui com a bibliografia internacional mais recente sobre cultura escrava, entre outros, ver: AGORSAH, E. Kofi. "Background to Maroon Heritage". Maroon Heritage. Archaeological Ethnographic and Historical Perspectives. (Org. E. Kofi Agorsah). University of the West Indies, 1994, pp. 1 a 35; BLASSINGAME, John W. & BERRY, Mary Francis. "Africa, Slavery, and the Shaping of Black Culture". Long Memory. The Black Experience in America. Nova Iorque, Oxford University Press, 1982, pp. 3-32; MULLIN, Michael. Africa in America...; PALMIE, Stephan. (org.). Slave Cultures and the Cultures of Slavery. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1995; STUCKEY, Sterling. Slave Culture...; THOMPSON, Robert Farris. Flash of the Spirit... e THORNTON, John. Africa and Africans..., pp. 280-300

(479) Ver de Robert W. Slenes: Na senzala, uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava, Texto inédito, julho 1994; "Malungu, ngoma vem!": Africa coberta e descoberta no Brasil. Revista USP, São Paulo, número 12, 1991/1992; "Lares Negros, olhares brancos: Histórias da família escrava no século XIX". Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, volume 8, número 16, mar./ago. 1988, pp. 189-203; "Central-African Water Spirits in Rio de Janeiro: Slave identity and Rebellion in Early-Nineteenth Century Brazil". Texto inédito, abril 1995 e "As provocações de um Abrão africano: a nascente nação brasileira na viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas". Revista de História da Arte e Arqueologia, número 2, IFCH/UNICAMP, 1995-96, pp. 271-536

(480) Para uma arqueologia deste debate e as análises de Herskovits, ver: JACKSON, Walter. "Melville Herskovits and the Search for Afro-American Culture", In: STOCKING, Jr., George W. Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality. The University of Wisconsin Press, 1984 [?], pp. 95-126. Para uma análise destes debates e suas influências no Brasil, ver: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas..., pp. 19 a 22 e REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. "Uma História da Liberdade", In: Liberdade por um Fio..., pp. 11-12. Como estas abordagens foram utilizadas na discussão sobre identidade étnica no Brasil foi o tema da minha abordagem em: GOMES, Flávio dos Santos. "Repensando símbolos de identidade étnica...", pp. 198-200

(481) Ver: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas..., pp. 143-148 e 247-254. A propósito, a idéia de "inadaptação" e "marginalidade" nos quilombos também aparece em: MATTOSO, Kátia de Queiros. Ser Escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 159 e segs.

(482) Podemos pensar as influências africanas e o cristianismo. A *crus* poderia ser o cosmograma *Bakongo*, por exemplo. Ver: MACGAF-FEY, Wyatt. "Religion and Society in Central Africa. The Bakongo of Lower Zaire. The University of Chicago Press, 1986, pp. 107-134; HILTON, Anne. The Kingdom of Kongo. Oxford University Press, 1985, pp. 90-103; THORNTON, John K. The Kingdom of Kongo. Civil War and Transition, 1641-1718. The University of Wisconsin Press, 1983, pp. 56-68 e "On the Traill of Voodoo: African Christianity in Africa and The Americas". The Américas, Volume XLIV, número 3, 1988. Agradeço ao Prof. Robert W. Slenes por estas dicas. No quilombo de Palmares foi encontrada em 1645, uma capela com imagens de Menino Jesus, de Nossa Senhora da Conceição e de São Brás. Ver: CARNEIRO, Edison. O Quilombo de Palmares... --- Sobre religião num quilombo brasileiro, no Pará, ver: FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas...". pp. 476-80. Para análises sobre outras comunidades de fugitivos nas Américas, ver CAMPBELL, Carl. "Missionários e maroons em Accompong, Charles Town e Moore Town (Jamaica)", In: CEHILA. Escravidão Negra e História da Igreja na América Latina e no Caribe. Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 129-150; GROOT, Sílvia W. de. "Maroon Women as and Mediums in Surinam". Slavery & Abolition, volume 7, setembro 1986, pp. 160-174 e KOPYTOFF, Barbara K. "Religious change among the jamaican maroons: the ascendance of the CVhristian God within a traditional cosmology". Journal of Social History, 1987, pp. 463-484.

(483) Acertadamente João Reis me criticou em artigo recente quanto ao uso generalizado do termo *comunidades* para os quilombos. Ver: REIS, João José. "Quilombos e Revoltas escravas no Brasil...", pp. 21

(484) Análises sugestivas para pensar estas e outras complexas experiências históricas das comunidades de escravos fugidos nas Américas, ver: CRATON, Michael. Testing the Chains..., pp. 84 e segs., e 93 e segs.; MULLIN, Michael. Africa in America..., pp. 293 a 299 e THORNTON, John K. Africa and Africans..., pp. 280 e segs.

(485) Cf. ARAÚJO, Mundinha. Notícias sobre os Quilombos no Maranhão, Dezembro 1996, 21 p.

(486) Cf. Breve Notícia sobre a Província do Maranhão. Exposição Nacional. Rio de Janeiro, Typografia da Reforma, 1875, pp. 49-51 e 65.

(487) Ver: PUBLICADOR MARANHENSE, 30/11/1853, citado em VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão... pp. 301 e segs.

(488) Ver: AMARAL, Jose Ribeiro do. O Estado do Maranhão em 1896. ..pp. 61-65.

(489) Cf. MARQUES, Cesar Augusto. A Província do Maranhão. breve Memória Publicada por ordem do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876. Está para ser feita uma análise histórica panorâmica mostrando as várias formas de resistência dos trabalhadores imigrantes estrangeiros em diversas regiões e o conseqüente fracasso de algumas experiências imigrantistas, ver algumas pistas em: DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, UNICAMP, 1977 e PENA, Eduardo Spiller. "Escravos, Libertos e Imigrantes: Fragmentos da Transição em Curitiba na segunda metade do século XIX". História: Questões & Debates. Curitiba, volume 9, número 16, junho 1988, pp. 83-103

(490) ANRJ, IJ¹ 221, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1852-1853), Ofício do Presidente de Província, Eduardo Olímpio Machado enviado ao Ministro da Justiça, Conselheiro Antônio Barbosa, 19/09/1853.

(491) Ibid.

(492) BNRJ, Relatório com que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Antônio Candido da Cruz Machado passou a administração da Província ao Vice-Presidente, Ex^{mo} Barão do Coroatá, 24/02/1857, pp. 19.

(493) Ibid., Relatório do Presidente de Província, João Silveira de Souza apresentado a Assembléia Legislativa do Maranhão, 03/05/1860, pp. 24.

(494) Ibid., Relatório com que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Desembargador Ambrósio Leitão da Cunha passa a administração da Província para do Dr. José da Silva Maya, 04/04/1869, pp. 16 e Breve Notícia sobre a Província do Maranhão. Exposição Nacional. Rio de Janeiro, Typografia da Reforma, 1875, pp. 65 e 67.

(495) Ibid., Relatório do Presidente de Província, José da Silva Maya apresentado a Assembléia Legislativa do Maranhão, 01/06/1869, pp. 16

(496) Ibid.

(497) Ibid.

(498) Ibid., Relatório do Presidente de Província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha apresentado a Assembléia Legislativa do Maranhão, 17/05/1873, pp. 18

(499) Ibid., Idem, anexo o Relatório do Capitão Leonardo Luciano

de Campos, diretor da Colônia Militar do Gurupi, 06/10/1871, pp. 4.

(500) João Manoel da Cunha - capitão de Estado-Maior da 2ª classe do exército - tomou posse como diretor da colônia militar do Gurupi em 06/12/1871. Sua nomeação deu-se através de portaria do Ministério dos Negócios de Guerra, de 03/10/1871. Ver: BNRJ, Relatório com que o Ilmo e Exmo Snr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha passou a administração da Província ao Vice-Presidente Desembargador José Pereira da Graça, 04/03/1872, pp. 12.

(501) BNRJ, Relatório do Exmo Snr. Presidente de Província, Frederico de Almeida e Albuquerque, 1876, pp. 28.

(502) Ibid.

(503) APEMa, Ofício do Presidente da Província do Maranhão, Graciliano Aristides do Prado Pimentel, 28/05/1878 transcrito em: A Invasão do Quilombo Limoeiro..., pp. 79 a 81

(504) Ibid. Para Pernambuco, entre 1829 e 1831, houve também uma tentativa de estabelecer uma colônia de imigrantes em terras ocupadas por quilombolas. Seria criada a colônia *Amélia* com 103 imigrantes alemães nas áreas do Quilombo do Catucá. Não houve muito êxito, posto que os quilombolas atacaram os colonos. Ver: CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. "O Quilombo de Malunguinho....", pp. 423-4.

(505) Para algumas pistas sobre a formação de vilas camponesas a partir de grupos de escravos fugidos na Jamaica, ver: BESSON, Jean. "Land Tenure in the Free Villages of Trebawny, Jamaica: A Case Study in the Caribbean Peasant Response to Emancipation". Slavery & Abolition, volume 5, número 1, maio 1984, pp. 3 a 23 e JOHNSON, Howard. "The Emergence of a Peasantry in the Bahamas during Slavery". Slavery & Abolition, volume 10, número 2, Setembro 1989, pp. 172 a 186

(506) APEMa, Ibid., 31/05/1878 transcrito, pp. 81 a 84

(507) Ibid.

(508) APEMa, Ofício do Capitão Feliciano Xavier Freire Junior, 12/06/1878 transcrito, pp. 84-5

(509) APEMa, Ofício do Presidente da Província do Maranhão, Graciliano Aristides do Prado Pimentel, 07/06/1878 transcrito, pp. 57-8

(510) BNRJ, Relatório do Presidente de Província, Graciliano Aristides do Prado Pimentel, 1878, pp. 28.

(511) APEMa, Ofício de João Manoel da Cunha, 01/07/1878 transcrito, pp. 87

(512) APEMa, Exposição de João Manoel da Cunha, 18/07/1878 transcrito, pp. 65 a 76

(513) BNRJ, Relatório com que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. José Caetano Vaz Junior passou a administração da Província para Luis de Oliveiras Lins de Vasconcellos, 24/07/1879, pp. 44-47.

(514) APEMa, Ofício do Capitão Antônio José da Fonseca, 28/12/1878 transcrito, pp. 90

(515) Ibid., Declaração de Antônio de Oliveira Guimarães anexa ao Ofício do Capitão Antônio José da Fonseca, 28/12/1878 transcrita, pp. 91-2

(516) Ibid.

(517) APEMa, Declaração de Luis Alves de Oliveira anexa ao Ofício do Capitão José da Fonseca, 28/12/1878 transcrita, pp. 91-2

(518) Ibid., Declaração de Francisco Martiniano do Nascimento anexa, Idem, 28/12/1878 transcrita, pp. 94-5

(519) O PAIZ, edições de 27 a 30 de setembro, matéria transcrita por Mundinha Araújo, pp. 98-99

(520) Cf. HURLEY, H. J. Os sertões do Gurupi...

(521) Com base na memória oral, Mathias Assunção reconstitui as experiências dos colonos cearenses no Maranhão no último quartel do século XIX. Ver: ASSUNÇÃO, Mathias Rührig. A Guerra dos Bem-te-vis..., pp. 146-155

(522) APEPa, Documentação de Polícia em caixas, Secretaria de Polícia da Província, Série: Ofícios, Ano: 1885, Delegacias e Sub-delegacias de Polícia, Ofício do Capitão Vicente Ferreira Ramos de Oliveira, delegado de Polícia de Vizeu enviado ao Chefe de Polícia da Província do Pará, 09/08/1885

(523) Ibid.

(524) Ibid.

(525) Ibid., Ofício do subdelegado de Polícia de Vizeu, Antônio Pedro d'Oliveira enviado ao Chefe de Polícia do Pará, 31/11/1885

(526) Ibid.

(527) Agradeço a Mundinha Araújo por ter me indicado esta valiosa carta e ter colocado a minha disposição suas anotações (transcrições de trechos) de pesquisa sobre a mesma.

(528) APEMa, Documentação avulsa, Carta de Jules Blank, 1887

- (529) Ibid.
- (530) Ibid.
- (531) Cf. HURLEY, H. Jorge. Nos sertões do Gurupy...
- (532) Ibid., pp. 46 e segs.
- (533) Ibid., pp. 46
- (534) Ibid., pp. 46-7
- (535) Ibid., pp. 47
- (536) Ibid., pp. 47 e segs.
- (537) Ibid., pp. 47-8
- (538) Ibid., pp. 48-9
- (539) Ibid., pp. 49-50
- (540) Ibid., pp. 50
- (541) Ibid., pp. 53
- (542) Ibid., pp. 54
- (543) Ibid., pp. 54-5
- (544) Ibid., pp. 46 e segs.
- (545) Ibid., pp. 46 e segs.
- (546) Ver: RIBEIRO, Darcy. Diários Índios. Os Urubus-Kaapor. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 49 a 65.
- (547) Ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio -- Uso Comum e Conflito", In: CASTRO, Edna M. R. & HABETTE, Jean. (Orgs.). "Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia". Cadernos do NAEA/UFPa, número 10, 1990.

PARTE III

ENTRE HIDRAS E PANTANOS:

Outras Histórias de quilombos e mocambos no Brasil Colonial (Sécs. XVII-XIX)

Esta parte III tem como objetivo analisar vários aspectos da constituição de mocambos e quilombos no Brasil Colonial. Pretendemos abordar comparativamente os diversos contextos em que se formaram alguns grupos de fugitivos nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, destacadamente nas Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Através de uma documentação em grande parte inédita revisitaremos alguns destes quilombos e mocambos, assim como os contextos socio-econômicos e demográficos onde se formaram, procurando destacar as suas possíveis organizações sociais, economia, cultura, alianças e conflitos com grupos indígenas e as estratégias das autoridades coloniais na tentativa de destruí-los.

Nesta parte combinaremos um enfoque cronológico e aquele temático. Em várias outras regiões coloniais brasileiras, fugitivos e quilombolas -- organizados ou não, em pequenos e grandes grupos -- inventavam suas próprias *liberdades*. Isto aconteceria tanto em regiões que começavam a desenvolver suas lavouras de açúcar, de alimentos e criação de gados -- como as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro -- como aquelas já importantes na produção açucareira -- como o caso da Capitania da Bahia. Igualmente em algumas áreas destas capitanias e outras como as do Mato-Grosso e de Minas Gerais, os quilombolas buscaram a interiorização. Surgiriam além de novas estratégias de resistência também contatos -- marcados por solidariedades e conflitos -- com grupos indígenas. Mesmo nestes casos, a interiorização dos grupos quilombolas não gerou isolamento. Continuariam articulados -- na medida do possível -- com outros setores sociais e a sociedade envolven-

te. Quilombolas modificariam e seriam modificados pelos cenários sociais, econômicos, demográficos e culturais nestas variadas regiões. Do ponto de vista sócio-econômico, estas relações sociais mantidas pelos quilombolas articularam alguns grupos mesmo ao mercado de abastecimento de alimentos e comércio clandestino. A frequência, volume, periodicidade, continuidade e importância destas relações dependeriam dos contextos específicos de algumas áreas e das estratégias dos grupos quilombolas que nelas estabeleceram-se.

I. Uma Tradição esquecida: Mocambos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)

Apesar da falta de pesquisas de maior fôlego, a historiografia sobre o Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII apontou a existência de endêmicos mocambos. Situavam-se tanto próximos à Corte como no interior da Capitania. Nas regiões mais distantes como Campos e Macaé, ou mesmos em várias localidades do recôncavo da Guanabara apareciam aqui ou acolá fugitivos e quilombolas que eram logo perseguidos por capitães-do-mato. Em 1625, segundo Vivaldo Coaracy, o problema dos mocambos no Rio de Janeiro "apresentava gravidade bastante para motivar medidas repressivas". Várias expedições punitivas seriam organizadas. Já em 1645 as veações do senado da Camara do Rio de Janeiro procuravam regular o pagamento -- a ser efetuado pelos senhores -- para quem capturasse escravos fugidos. Naquele mês de agosto este mesmo senado da Camara "constituiu por capitão-do-mato a João Martins por votos de todos para que corra os matos em demanda de muitos negros fugidos que andão nelles com muito desaforos". Mandaria ainda que este fosse acompanhado por uma tropa de índios. Em 1650, seria confirmada a patente de "capitão-do-mato" para Domingos Teixeira.

(1)

Em 1659, as notícias do interior que chegavam à cidade do Rio de Janeiro informavam que os "negros abandonavam as lavouras e homiziavam-se nas matas do sertão, indo estabelecer quilombos às margens do Paraíba, onde se aliavam aos índios bravos de que ainda por ali havia número considerável".(2) Em 1663 falava-se de

um mulato fugido que andava nas fazendas de Salvador Correia de Sa. (3) Cinco anos depois, as autoridades fluminenses preocupavam-se com a movimentação de grupos quilombolas bem próxima à capital da Capitania. Além dos escravos africanos que estavam abandonando os engenhos e se refugiando nas "matas da Serra dos Orgãos", sabia-se que os "quilombolas passaram a praticar furtos e assaltos nas regiões de Inhaúma, descendo muitas vezes em seu atrevimento até a entrada de São Cristovão". (4)

As histórias dos quilombolas do Rio de Janeiro oitocentista que narramos em outra ocasião -- tanto daqueles do recôncavo da Guanabara, como aqueles surgidos nas zonas cafeeiras do vale do Paraíba e nas lavouras canavieiras no norte fluminense nas últimas décadas da escravidão -- tiveram seus enredos gestados entre o final do século XVII e, principalmente, ao longo do século XVIII. (5) Ao mesmo tempo que engenhos e engenhocas eram erguidos, fronteiras agrícolas avançavam, a demanda de alimentos e as suas conseqüentes lavouras aumentavam, milhares de africanos desembarcavam, a cidade crescia no vai-e-vem de produtos e pessoas, mocambos e quilombolas surgiam por toda a parte. Vamos ao encontro de alguns deles.

Uma História do começo...

O documento mais antigo que encontramos, sobre mocambos na Capitania do Rio de Janeiro, data do final do século XVII. Em maio de 1691, informava-se ao Governador Luis César de Menezes:

"....haver no sertão desta Cidade hum mocambo de negros

fugidos com grande quantidade de gente nas cabeceiras do Rio Guandu donde vem a fazer assaltos pelas fazendas, roubando, e levando os escravos com que se beneficiam no que actualmente estão padecendo os moradores desta capitania grandes perdas...(6)

Os quilombos já pareciam ser, de fato, naquela ocasião um problema crônico para a referida Capitania. Sua proximidade dos centros urbanos assustava sobremaneira as autoridades. Além das constantes deserções de cativos havia o perigo do incitamento de insurreições. Eram necessárias providências rápidas e efetivas. Para combater quilombolas no interior das matas era preciso contar com homens experientes neste tipo de serviço. Naquela ocasião, pediu-se autorização ao Governador local para que Antonio Raposo fosse "conquistar o dito mocambo". Este, morador da Capela de Taubaté, ao que parece estava só de passagem pelo Rio de Janeiro, mas se colocava à disposição para realizar tal tarefa, apesar do "grande risco que corre a sua pessoa". Seria necessário, então, também a autorização para que pudesse reunir "gente necessária" e "fazer despesa considerável". Teria ainda permissão para "uzar de todos os estratagemas de guerra para destruir o ditto mocambo e prizionar a todos negros e gente que nelle se achão[,] matando os que se não quizerem entregar". Quanto a tomadia a ser cobrada pela captura dos quilombolas, cada senhor pagaria "20\$ por cada hum delles", sendo que aqueles que se recusassem a efetuar tal pagamento teria o tal Raposo permissão para tomar posse do escravo capturado e até vendê-lo. Finalmente teria ele direito de ficar com "todas as crias que apanhar nascidas no ditto mocambo".(7)

Não sabemos se esta expedição preparada por Antônio Raposo

foi, enfim, realizada. Ou mesmo, se realizada conseguiu sucesso, capturando muitos quilombolas e destruindo seus mocambos. De qualquer maneira, quatro anos mais tarde o, então, Governador Sebastião de Castro Caldas era ainda informado dos "prejuízos" e "vexações" provocados pelas ações dos quilombolas na Capitania. Conforme informações, os "moradores desta cidade e seu recôncavo" estavam sofrendo muitos incômodos. O problema agora parecia ser mais complexo. A questão não era tão somente impedir saques, roubos e razias levadas a cabo pelos quilombolas. Eles -- segundo algumas investigações -- estavam contando com a proteção não só de outros escravos mas também de alguns fazendeiros. Dizia-se mesmo do "acolhimento que dão em suas cazas e fazendas dos negros fugidos a seus senhores". Envolvidos nessa "proteção" havia, inclusive, segundo constava, pessoas "poderosas contra quem se não atrevem os senhores dos escravos fugidos a denunciar e uzar dos meios ordinários pelo pouco effeito e maior dano que daí se lhe pode seguir".(8)

Tal situação estava provocando um clima de tensão em várias regiões do recôncavo da Guanabara, uma vez que as fugas de escravos estavam aumentando. Aliás, o mais grave de tudo isto, conforme a avaliação dos proprietários de escravos e das autoridades, "hé que os mesmos negros que servem nas fazendas do seus senhores ou em suas senzalas os induzem [os quilombolas] e ocultão com interesse de se aproveitarem de seu trabalho".(9)

No caso da Capitania do Rio de Janeiro, no final do século XVII, os quilombolas assim estavam procedendo. As autoridades, além de preocupadas com a "proteção" que eles tinham de alguns

fazendeiros, para os quais, inclusive, realizavam pequenos serviços, e dos contatos permanentes que mantinham com outros cativos nas senzalas de engenhos próximos procuravam meios de reprimir um outro "mal" que cada vez mais se tornava impossível de controlar: as relações dos quilombolas com vendeiros e taberneiros. No interior destes estabelecimentos aqueles encontravam tanto parceiros ideais para trocas econômicas -- permutavam os excedentes de suas economias por sal, munição e outros produtos que necessitavam -- como também uma poderosa rede de proteção e solidariedade. Sobre qualquer movimentação de tropas para persegui-los eram logo avisados. Desciam de seus mocambos, visitavam seus parceiros escravos, pernoitavam mesmo nas senzalas e frequentavam as tabernas. Ali bebiam e até participavam de batuques.(10)

Era preciso reprimir. As autoridades sabiam disto. O problema dos quilombos alcançava outras e complexas dimensões. Não ficavam eles tão somente isolados no interior da floresta -- como por certo os haviam colocado a historiografia até os anos 70 -- marginalizados do restante da sociedade escravista. Já vimos isto com detalhes para o caso do Maranhão. Pelo contrário, seu perigo estava, em algumas situações, na sua proximidade cada vez maior. A dinâmica dos grupos de fugitivos era neste contexto paradoxal: precisavam se manter afastados o suficiente para proteger seus mocambos, mas ao mesmo tempo próximos o bastante para efetuarem trocas mercantis.(11) Para além de uma relação tão somente econômica, esta proximidade acabou por modificar e forjar novas relações com vários setores da sociedade escravista. Assim, a vida dos senhores e de escravos não poderia mais ser a mesma.

No Rio de Janeiro, as autoridades coloniais sabiam deste perigo. Ainda que, certamente, sem muito sucesso, providências foram tomadas. Em maio de 1695, determinou-se:

"....que qualquer pessoa de qualquer qualidade e condição que seja que constar telo-lhe ou consentir em sua caza ou fazenda negro cativo, ou mulato fugido sem que logo o remeta a custa do Sr. a cadeia desta cidade será condenado em vinte mil reis pagos em dois mezes de prisão conforme sua qualidade e sendo negro ou mulato os que os tais negros ou mulatos fugidos recolher induzir ou tiver em sua caza, serão assoutados em o pelourinho desta cidade e irão trabalhar dous mezes a sua custa nas obras das Fortalezas della..".(12)

Além de proibições e punições para aqueles que dessem cou-to aos escravos fugidos fosse nas cidades ou nas áreas do recôncavo, as tabernas e seus proprietários deveriam ser vigiados de perto. Deste modo foi determinado que:

".....o vendeiro ou vendeira que em sua caza ou em outra semelhante consentirem jogos e ajuntamentos de negros cativos será condenado pela primeira vez em cinco mil reis e pellas mais em dobro, e as ditas condenações a metade dellas serão applicadas para os quartéis dos soldados que se hão de fazer e a outra metade para os denunciarem contra as pessoas que incorrerem neste bando cujas as cópias serão remetidas e postas nas partes mais públicas do recôncavo desta Cidade e para que chegue a notícia de todos e não possam chegar ignorar este se lance a tom de caixas registrando se nesta secretaria e donde mais tocar e se fixar na parte costumada".(13)

Para um efetivo controle da massa escrava, inclusive dos quilombolas, tinha que se vigiar tanto o centro da cidade como o interior do reconcavo. Quilombolas ou simplesmente escravos fugidos poderiam ser encontrados tanto nas profundezas das matas, protegidos por serras de difícil acesso, como no interior das senzalas, nas casas de negros, cativos ou forros, nas cidades e principalmente nas vendas e tabernas. A prática de "ajuntamentos

de negros" em tabernas parecia já ser comum. Motivados ou não, tão somente por fins econômicos, taberneiros consentiam -- fossem eles brancos portugueses ou mestiços brasileiros -- que escravos as frequentassem.(14) Tal prática, por certo acontecia nos sábados, domingos, feriados religiosos ou nos dias de semana durante a noite.

Em cidades com portos próximos, as tabernas eram disputadas conjuntamente tanto por escravos, como por soldados, marinheiros estrangeiros e caixeiros-viajantes. Quilombolas poderiam estar por perto, misturados com outros escravos. Apesar dos olhares atentos das autoridades, a vigilância nas cidades, pela suas dificuldades, tendia ser mais frouxa. Tentava-se contudo controlar o máximo possível esta população urbana, principalmente negros e mestiços.(15) Já em 1647, havia uma determinação para que negros fossem proibidos de portar "pãos e facas" na cidade e seus arredores.(16) Quase meio século depois esta proibição tornou-se mais abrangente, uma vez que os infratores de qualquer "qualidade e condição", mesmo pagando as multas, seriam obrigados a trabalhos compulsórios nas obras da cidade. Quanto à população de cor, determinava-se que:

"todo o mulato, negro ou carijó que de dia ou de noute for achado com arma de fogo, carregada hávera pena de morte, e sendo com qualquer outro genero de armas offensivas ou defensivas, a saber, espadas, adagas, facões, facas, pãos de ponta lhes tomarão os officiaes de Milícia ou Justiça que os haverão como suas, e os delinquentes serão castigados com penna de cem assoutes ao pé do pelourinho hirão ferir por tempo de seis mezes nas obras e limpeza de hua das fortalezas da Barra sendo achados de dia, e se forem achados de noute servirão na mesma forma por tempo de um anno e somente lhes será permitido levarem espada na ocazião que acompanhão a seus senhores..."(17)

O próprio Governador Castro Caldas, e outros anteriores a ele, na tentativa de controlar a população negra procuraram até mesmo regular as roupas das escravas. Como já havia ocorrido em 1646, reclamava-se -- agora em 1696 -- do "excessivo luxo" da roupas das negras, uma vez que "excedião a modéstia nos trajés de vestir com muito mau exemplo e prejuízo grave a seus senhores, e suas famílias e outras mais cauzas em risco de consideração dignos de se atalharem".(18) Quanto aos quilombos na Capitania do Rio de Janeiro, já pareciam um problema incontrolável no alvorecer do século XVIII. Em 1699, o Rei enviava uma Carta Régia ao Governador Artur de Sá e Menezes preocupado com a questão. Dizia então, que continuavam ou mesmo aumentavam os "roubos, e malefícios, que costumão faser nas estradas os negros fugidos aos moradores desse Estado, buscando para este fim sitio acomodado em alguma Serra, onde se ajuntão, e saem a fazer os ditos excessos". Lembrava ainda das providências não totalmente satisfatórias dos governadores anteriores -- principalmente Castro Caldas -- e ressaltava a necessidade de se evitar "excessos" nas diligências.(19)

Diversas vezes, por ocasião de expedições punitivas -- devido à luta e à resistência dos quilombolas à reescravização -- acabava havendo mortes com prejuízos para os donos de escravos. Era comum também haver arbitrariedades por parte dos soldados e comandantes das expedições punitivas. Muitos quilombolas eram mortos indiscriminadamente. Para evitar os reclamos dos senhores -- como tinha acontecido alguns anos antes com a morte de um qui-

lombola pelo Capitão Roque Fernandes -- nesta mesma Carta Régia determinava o Rei que se tirasse devassa, e "constando que as mortes se fizerao, ou forão accidentes, ou nascidas de resistencia". Terminava pedindo providências efetivas quanto ao problema do aumento dos quilombos no Rio de Janeiro. Lembrava que, caso contrário os quilombolas viriam "fazer nessa Capitania o que fiserão nos Palmares de Pernambuco".(20)

O século XVIII inicia-se na Capitania do Rio de Janeiro com mais denúncias sobre formações e aumento de mocambos. No final de 1712 prepara-se uma expedição para destruir "vários quilombos de escravos fugidos" localizados no recôncavo, mais propriamente próximos ao destritos de Santo Antônio de Sá e Macacu. Para realizar tal diligência autoridades contariam com a ajuda de Antônio Machado, um "homem sertanejo e morador nas cabeceiras do Rio Magé". Expedições compostas só por soldados ou capitães-domato, ao que se sabe, não estavam dando "boa conta". Quanto ao referido Machado se propunha a levar "alguns indios que tem tirado dos matos por sua grande inteligência e que estes são grandes rastejadores das trilhas dos ditos quilombos a que se deve acudir com remédio prompto". Ele era também autorizado a buscar "alguma ajuda e favor de todas as fazendas por onde passar". Igualmente teria prerrogativas para "prender todos aquelles delinquentes e parciaes dos ditos quilombos que tiver noticia se comunicação com eles". Outro fato interessante foi a condição imposta pelo referido Machado para comandar aquela expedição. Era um condenado "perante as justiças em crimes", assim sendo, temia ser preso. Fez um acordo com as autoridades que se caso fosse bem sucedido

contra os quilombos seria perdoado de seus crimes.(21)

No ano seguinte noticiava-se a existência de mocambos no destrito de São João de Icarai e os conseqüentes "excessivos roubos" e "muitas mortes" efetuadas pelos quilombolas.(22) O recôncavo parecia estar "infestado" de mocambos por toda a parte. Em Macacu, em agosto de 1724 confirmava-se a patente destinada desde 1711 para Antônio de Souza ocupar o posto de "Capitão das entradas dos matos e sertãos" com vistas a combater quilombos.(23)

E o quilombo de Bacaxá ?

No início da década de 1730 autoridades do Rio de Janeiro voltaram os olhos para a localidade de Bacaxá, onde existia um considerável mocambo. Esta região conhecida como área de "sertão" localizava-se próxima ao recôncavo da Guanabara junto a um rio também chamado de Bacaxá, estendendo-se até o sul da Lagoa de Saquarema e também limitando-se com o sertão de Tanguá. Parte dela era constituída por terras devolutas ainda não cultivadas. Bacaxá pertencia ao destrito de Saquarema, divisando com os destritos de Cabo Frio, Itaborai, Maricá e Santo Antônio de Sá, áreas que começavam a se destacar economicamente com a produção de açúcar e aguardente já no primeiro quartel do século XVIII. Eram, entretanto, regiões pouco povoadas, estando a escravatura espalhada em fazendas de gados, engenhocas de aguardente e engenhos de açúcar.(24)

Desde o final de 1729 falava-se em Bacaxá de "delinqüentes refugiados no sertão".(25) Ao que parece, os quilombolas estavam

suficientemente escondidos no interior daquelas matas. Em meados de 1730 um acontecimento cria pânico na região e desperta atenção das autoridades a respeito das ações dos quilombolas. Segundo informações do Juiz Ordinário de Saguarema, Sebastião Gomes Sardinha:

"....indo dois ranchos de caçadores desse Destricto para os montes de Bacaxá, forão assaltados por uma partida de mais de cincoenta negros armados com arcos, e flechas e outras armas, e que matarão os caçadores...".
(26)

Informações posteriores mais detalhadas deram conta que eram "sessenta negros" e que os caçadores "brancos mortos foram somente dois e três que escaparão". Munido de tais informações o Governador da Capitania, Luiz Vahia Monteiro, logo procurou tomar providencias. Em 11 de agosto envia ordens ao Capitão-Mor da Vila de Santo Antônio de Sá, Caetano de Souza Pereira, para que extinguisse o "quilombo antes que o seu excesso faça maiores demazias". Na mesma ocasião, oficiou ao comandante militar da região determinando que este preparasse uma diligência, reunindo para isso "officiaes de maior confiança, e soldados auxiliares e mateiros". Dias depois o referido Governador já recebia mais informações. Tomaria conhecimento:

"...que os negros são muitos e que estão situados com cazas, e rossas há muitos annos o que naturalmente pode ser em quanto não fazião insultos, mas depois destes hé impraticável dissimular semelhante atrevimentos, a vista do que é necessario não só extinguir o dito quilombo mas prender todos os negros, e negras e filhos que tivessem no mato...".(27)

Estes quilombos além de antigos eram grandes, ou seja, contava com dezenas de habitantes. Talvez sua população alcançasse mais de cem pessoas. Lembremos que os caçadores disseram ter

sido atacados por cerca de cinquenta a sessenta quilombolas. Por outro lado, este número pode ter sido exagerado tanto pelos referidos caçadores como pelas autoridades locais, chamando assim mais atenção do Governador. De qualquer modo, já estavam eles "situados com Cazas" e tinham "rossas". Não parecia ser, portanto, um pequeno grupo de quilombolas -- recém fugidos -- apenas "salteadores de estradas". Ficam, porém, algumas indagações. Porque teriam eles atacado e matado os caçadores ? Teriam os caçadores adentrado o interior daquelas matas e chegado muito perto dos seus mocambos ? Por certo, aqueles quilombolas estavam se protegendo. Sabiam eles que as expedições reescravizadoras eram antecedidas por patrulhas de mateiros que procuravam localizá-los. Parece, inclusive, que se os caçadores não fossem atacados as autoridades não teriam conhecimento deste quilombo. Elas, assim como os senhores da região, sabiam das constantes fugas de escravos e que aqui ou acolá se formavam grupos de quilombolas que praticavam alguns roubos. Entretanto, não tinham conhecimento de um mocambo há muito tempo estabelecido com casas e roças. Segundo o próprio Governador, o mais perigoso não era a existência deste quilombo mas a sua "ouzadia" de atacarem caçadores e "insultarem as cazas".(28)

O Governador Vahia Monteiro -- um militar conhecido por sua administração austera para combater ladrões e criminosos na Capitania do Rio de Janeiro, ganhando, inclusive, o apelido de "Onça" -- estava decidido a destruir completamente este mocambo e capturar todos seus habitantes.(29) Para isso determinou a mobilização das "companhias militares de Maricá e Saquarema". Chamou

atenção para que a expedição fosse bem planejada para dar resultados. Destacou para o Coronel Prado:

"...tomem a saída para a parte dos campos novos, e depois atacallos por esta banda; e advirta V.M. aos officiaes, que não me contento com os afugentar, nem com a desculpa de [que] se meterão no mato, porque esse mesmo mato, por onde entrão os negros, podem entrar os soldados e brancos, e finalmente hé necessário que os vivos ou mortos se rezistirem venhão a minha presença porque de outra sorte viram todos os dias os negros a insultar esse Paiz nas próprias cazas com escandallo nosso, e talvez será necessário que V.M. se ponha perto daquelle citio para dar as ordens necessarias aos que entrão pelo mato, e receber os seus avizos com brevidade para lhe dar Remédio prompto...".(30)

Mais que perseguir estes quilombolas, o Governador parecia querer dar um exemplo do que seria capaz para dar fim aos mocambos da região. Sabia que era difícil chegar até aos quilombolas. Não só permaneciam bem protegidos por serras e mangues de difícil acesso, como utilizavam, via de regra, a estratégia de não enfrentar diretamente as forças militares. Optavam por rapidamente se refugiar, preparar armadilhas na floresta ou atacar as tropas de surpresa. Nesse sentido, invariavelmente tais expedições se constituíam em previsíveis fracassos. As autoridades tinham consciência deste fato. A fala enfática do Governador a esse respeito é uma prova disto. A expedição contra os mocambos de Bacaxá, ao que parece não foi muito diferente. Dois meses depois de ter sido iniciada, o próprio Coronel Prado informava das dificuldades, dizendo que "os mateiros estavam desesperados de descobrir o quilombo supondo que negros se tinham espalhado pelos povoados".(31)

Reunir tropa e preparar uma diligência para bater mocambos não era algo fácil. Já vimos isto -- com as devidas especificidades e detalhes -- para o Pará e Maranhão, nos séculos XVIII e

XIX. Em muitas ocasiões a razão dos insucessos das mesmas estava relacionada a tais dificuldades. Primeiramente era necessário conseguir recursos tanto para custear os mantimentos destinados à tropa como para pagar os soldados e oficiais. Muitas diligências levavam meses no interior das matas. Eram vários os senhores e mesmo as câmaras municipais que se negavam a arcar com tais custos. Outro problema dizia respeito à mobilização de tropas suficientes. Os destacamentos militares locais -- tropas auxiliares -- eram diminutos. Outros de maior efetivo -- no caso tropas regulares -- estavam distantes. Além disso, era comum lhes faltarem "munição e bala".(32) Mais gastos teriam que ser feitos. Naquela ocasião, em Bacaxá, o Governador sabendo da escassez de recursos para provimento de uma tropa auxiliar ordenou que "os mesmos que forem a diligência levarem sua farinha e viverem no mato como os caçadores". Esse esforço seria necessário uma vez que tal expedição era de "utilidade do próprio paiz". Remeteu para a região, entretanto, a "pólvora e a bala" necessária.(33)

Determinou-se também a necessidade de se contar com "guias do matto" para mais facilmente localizar o mocambo. A expedição levaria também um "negro do defunto André de Souza" que, segundo investigações tinha relações com os quilombolas e, portanto só ele sabia da localização dos seus mocambos. É bom que se diga, que a ajuda deste escravo para guiar a expedição só foi conseguida perante ameaças. Foi dito a ele para "se entregar os negros" caso contrário seria enforcado "por ser cúmplice nos seus delitos". Nesta expedição, porém, um outro problema comum nas diligências contra mocambos apareceria: desordens e motins na tropa.

Não só no século XVIII como também no século XIX, reunir tropas -- fossem regulares, auxiliares ou a Guarda Nacional -- era uma tarefa difícil. Basta recordar os episódios envolvendo as expedições anti-mocambos no Maranhão, especialmente no último quartel do século XIX.

Além do problema da falta de armamento e munição havia o perigo das deserções, desordens e motins por parte dos soldados. Por ocasião da tentativa de destruição do mocambo de Bacaxá parte da tropa acabou promovendo saques em algumas fazendas, principalmente no engenho do falecido Andre de Souza. Denúncias recebidas pelo Governador Vahia Monteiro apontaram que os soldados "quiseram amotinar no mato" e "fizeram bastante estrago na fazenda do dito defunto, matando-lhe gado vacum, porcos e aves, e tomando-lhe todos os queijos". Imediatamente o referido Governador pediu providências e punições ao Coronel João de Abreu Pereira, do destacamento de Maricá, lembrando-lhe que via de regra os soldados "se interessam mais no saqueio que nas diligências do serviço", posto que em virtude disso eram considerados "sempre em pouca reputação". (34)

Afora tais dificuldades e problemas costumeiros, a expedição conseguiu capturar "dezoito cabeças dos negros, e negras, que tinham dezamparado o quilombo". Grande parte dos quilombolas -- aliás como tinha previsto o Governador Vahia Monteiro -- acabou se refugiando nas matas, nos povoados e nos engenhos vizinhos. Assim constituía-se uma das estratégias dos quilombolas. Procuravam a todo custo defender seus mocambos. Internavam-se na floresta, ficavam algum tempo protegidos -- em algumas senzalas próxi-

mas, por exemplo -- e depois escolhiam outros locais para estabelecer novos acampamentos. Não foi de outra maneira que os quilombos de Turiaçu que mostramos no capítulo anterior -- e mesmo os mocambos de Iguaçu, também no Rio de Janeiro -- inventaram a sua liberdade ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Em Bacaxá, o destacamento de Santo Antônio de Sá comandado pelo Coronel José de Aquila descobriu que existiam dois mocambos: o "quilombo novo" e o "quilombo velho".(35) Por certo, sabedores da expedição punitiva abandonaram um dos seus acampamentos, adentraram a floresta e se estabeleceram em outra área. Tinham então, muitas das vezes, que reorganizar suas economias em novos locais. Eram períodos difíceis para os grupos de fugitivos. Talvez tivessem que conviver longos períodos na penúria das florestas, fugindo das expedições punitivas.

As histórias dos mocambos fluminenses setecentistas, entretanto, não terminaram naquela tentativa de destruição em Bacaxá. Cabe lembrar, inclusive, que este mocambo de Bacaxá quase nunca foi mencionado pela historiografia do Rio de Janeiro.(36) A partir de meados do século XVIII surgiriam notícias a respeito de formações de grupos de fugitivos por toda a parte. Um episódio interessante -- que infelizmente não temos quase nenhuma documentação e que somente a memória registrou -- é o do quilombo do Curukango. Este mocambo localizava-se à nordeste de Macaé -- norte da Capitania -- próximo as nascentes do rio do Deitado, afluente do rio São Pedro. Era liderado por um cativo fugido africano de origem "moçambique" denominado Curukango (também conhecido por Carucango ou Querucango). Consta que este africano teria assassinado

o seu senhor, Ant^enio Pinto, e internado-se na mata, procurando formar um mocambo. Este, posteriormente chegou a ter cerca de duzentos negros, tendo "muitas roças de milho, feijão e outros cultivos". Dizia-se também que estes quilombolas praticavam saques e assassinatos, sendo que as escravas da região eram "levadas à força da casa dos senhores". Uma expedição comandada pelo chefe do destacamento militar local, Antão de Vasconcelos, perseguiu e capturou Curukango. Consta, igualmente, que o "furor" da tropa punitiva foi tamanho que os quilombolas "foram degolados e as suas cabeças espetadas em estacas à margem da estrada geral, para servirem de exemplo aos outros escravos".(37)

Um Rio de Janeiro no tempo do "Onça"

As paisagens do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII estavam mudando. Não era só a presença -- cada vez mais intensa e extensa -- de mocambos. O cenário sócio-econômico e demográfico também sofria transformações. Enquanto num primeiro momento -- primeiras décadas do XVIII -- o aumento da produção e do comércio do Rio de Janeiro esteve relacionado com as comunicações com as regiões das Minas, num segundo momento pode ser explicado pelo renascimento da agro-indústria do açúcar. Este em parte foi favorecido pela crescente demanda comercial européia e também pelas crises de produção do açúcar antilhano.(38)

A produção acucareira fluminense já era antiga. Segundo Antonil, no final do século XVII e o início do XVIII, a produção econômica do Rio de Janeiro era de 60.000 cabeças de gado e com 136 engenhos já figurava em terceiro lugar como exportador de

açúcar, num total de 10.220 caixas. Bahia e Pernambuco exportariam, na mesma ocasião, respectivamente 14.550 e 12.300 caixas. O ouro das Minas ofuscou um pouco, porém, os cristais deste açúcar. Sua produção caiu. Com a decadência da mineração, principalmente entre 1750 e 1777, as lavouras voltam a florescer. A década de 70 marca o início da franca expansão açucareira fluminense.(39)

EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DO RIO DE JANEIRO PARA LISBOA

ANOS	AÇUCAR/arrobas	AGUARDENTE/pipas
1772	131.535	875
1782	144.220	468
1792	221.765	2.028
1801	535.206	888

Fonte: SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. Contribuição ao estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro. A Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1987, pp. 53-4.

O crescimento populacional da Capitania -- em parte provocado pelo intenso fluxo do tráfico negreiro -- foi também considerável. Em 1779, a população da Capitania era de 43.376 habitantes, dez anos depois passaria para 168.769, sendo 48,9% de escravos. Em 1796, alcançaria o índice populacional de 182.757.(40) Entre 1775 e 1805, a exportação de açúcar pelo porto do Rio de Janeiro quadruplicou quanto ao volume e sextuplicou com relação ao valor. Em 1778 já contava-se na Capitania 320 engenhos de açúcar com 11.735 escravos e uma produção anual de 4.968 caixas (199.730 arrobas). Quanto à produção de aguardente, havia 176 engenhocas com 1.752 escravos produzindo 2.477 pipas anuais. A produção de gêneros alimentícios também era significativa. Os indi-

ces de produção anual (por alqueires) eram: 281.844 de farinha de mandioca, 47.615 de feijão, 63.998 de milho e 50.822 de arroz.(41)

É bem verdade que -- desde a primeira metade do XVIII -- a facilidade de comunicação (abertura do "caminho novo" ligando o Rio de Janeiro direto para as Minas Gerais por Parati) com as regiões mineradoras possibilitou a expansão das lavouras, currais e engenhos nos Campos dos Goitacazes, Bacaxá, Campos Novos de São João e na região da grande fazenda jesuítica (e depois da Coroa) de Santa Cruz. Nas últimas décadas do XVIII, a produção de açúcar vai preponderar, assim como a cultura de gêneros alimentícios visando o abastecimento da própria Capitania.(42) No quadro abaixo vemos um pouco da produção econômica açucareira da Capitania do Rio de Janeiro dividida por grandes áreas distritais.

Produção do Rio de Janeiro por Distritos em 1778

Distritos	Engenhos de Açúcar	Engenhocas de Aguardente	Caixas de Açúcar	Pipas de Aguardente
Sto Antonio de Sá	17	2	255	197
São Gonçalo	25	3	623	451
Maricá	30	2	551	320
Cabo Frio	8	10	117	14
Inhomirim	6	-	55	48
Irajá	27	2	537	329
Guaratiba	34	-	-	-
Campos dos Goitacazes	168	9	2.161	141

Fonte: SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro e a Condição Atlântica. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1993.

Apesar do crescimento da produção de açúcar, de aguardente e de alimentos na segunda metade do século XVIII em toda as áreas da Capitania fluminense, várias regiões tiveram desenvolvimentos econômicos diferenciados neste contexto de expansão. Algumas de ocupação mais antiga, próximas à Baía da Guanabara, se dedicaram mais a produção de alimentos. Foram os casos das freguesias dos distritos de Santo Antônio de Sá, São Gonçalo, Irajá, Inhomirim e Guaratiba. Grande parte destas regiões foi importante na produção açucareira desde o final do século XVII e já tinha conhecido a decadência econômica até a primeira metade do século XVIII. Em 1778, por exemplo, dizia-se sobre a freguesia de Santo Antônio de Sá que alguns de seus engenhos eram bem antigos e outros de criação mais recente. Vejamos: o engenho do Capitão Ignácio Nascentes Pinto "haverá que foi feito 80 anos, em muitos anos esteve sem moer, haverá 20 que se reedificou". Possuía ele, na ocasião, 25 escravos. Outro engenho bem antigo era o do Pe. Francisco da Fonseca Barreto que "terá 60 anos". Já o engenho do Doutor José Luis

da Fonseca, "feito de novo, ainda não moeu" contava com 23 cativos. Nesta região a média de criação dos engenhos ali recentes era de 8 anos. Os menores engenhos tinham cerca de 14 escravos enquanto os maiores chegavam a até 40 cativos.(43)

Outras áreas, mesmo considerando a existência da produção de alimentos, tiveram uma característica mais agro-exportadora (açúcar e aguardente) e a criação de gado. Foram os casos dos distritos de Maricá, Cabo Frio, Campos dos Goitacazes e também Angra dos Reis e Parati. Eram regiões mais afastadas com relação ao recôncavo. Ainda que possuíssem engenhos desde meados do século XVII, viu seus números aumentarem justamente no período da expansão no final setecentista. E claro que este cenário -- como os personagens em cena -- estava em constante transformação.

Segundo o estudo de Corcino Medeiros, as unidades de produção na Capitania do Rio de Janeiro neste período caracterizavam-se por médias e pequenas propriedades. Havia, é certo, alguns grandes latifúndios, porém, de ocupação mais antiga. Eram os casos da Real Fazenda de Santa Cruz, quatro grandes fazendas em Campos (sendo que as terras do Visconde de Asseca foram aforadas em unidades de produção menores). Como regra geral, predominava a média e pequena propriedade.(44) Também a estrutura de posse de escravos no Rio de Janeiro não diferia muito dos padrões de outras áreas escravistas no Brasil do final do século XVIII.(45) Comparando a estrutura de posse de escravos em engenhos e engenhocas no Rio de Janeiro, em 1778, Iraci Costa aponta a predominância de engenhos com 21 a 40 escravos. Para as engenhocas esta média era de 10 cativos.(46) Ainda segundo Corcino, numa amostra-

gem de 309 engenhos para o ano de 1797, caracterizava-se a média de 26 escravos por engenho. De qualquer modo, esta equação matemática pode ser enganosa em termos de padrões de posse de escravos para toda a Capitania. Além dos cativos dedicados à produção de aguardente nas engenhocas, havia certamente um percentual significativo trabalhando nas lavouras de alimentos. No engenho de Gonçalo Marques de Oliveira, em Cabo Frio, por exemplo, tinha 216 escravos, sendo 80 "de serviço e os mais decreptos e de menor de idade".(47)

Com o aumento da população escrava africana nas últimas décadas do setecentos e as características diferenciadas de ocupação e ritmo de desenvolvimento econômico em várias áreas fluminenses, não sabemos como foi o impacto do tráfico ao longo do século XVIII. Algumas áreas de ocupação mais remota pode ter combinado sua produção contando com plantéis mais antigos (ou seja, cativos crioulos, segunda geração dos africanos, que sobreviveram ao período de decadência) com aqueles formados quase totalmente por africanos recém-chegados. Também áreas com tradição na criação de gado e currais talvez tenham transferido parte de seus plantéis de escravos para a produção de açúcar, aguardente e alimentos. Ainda assim, devido ao impacto do tráfico negreiro, deve ter preponderado a população escrava africana, adulta e de homens.(48) Em 1789, a população da Capitania do Rio De Janeiro -- dividida em 51 freguesias (49) -- estava assim distribuída:

POPULAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO - (1789)

<u>LOCALIDADES/ FREGUESIAS</u>	<u>LIVRES - %</u>	<u>ESCRAVOS - %</u>	<u>TOTAL</u>
Freguesias Urbanas	21.900 (56,5)	16.807 (43,5)	38.707
Freguesias Rurais (subúrbios da Corte)	3.051 (37,5)	5.064 (62,5)	8.115
Freguesias do Sertão Carioca	4.431 (43,3)	5.798 (56,7)	10.229
Freguesias do Recôncavo da Guanabara	24.544 (47,2)	27.384 (52,8)	51.928
Freguesias do Sul da Capitania (Vilas de Parati e Angra dos Reis	11.467 (63,4)	6.611 (36,6)	18.078
Freguesias do Norte da Capitania (Macaé, Campos e circunvizinhaças)	9.625 (43,9)	12.294 (56,1)	21.919
Freguesia de Cabo Frio, Sagquarema e Maricá	8.576 (56,3)	6.651 (43,7)	15.227
Freguesia do Vale do Paraíba	2.727 (59,7)	1.839 (40,3)	4.566
51 Freguesias	86.321 (51)	82.448 (49)	168.769

Fontes: "Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz, de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789". IN: RINGB, Rio de Janeiro 1884, parte I, tomo XLVIII, pp. 25-9.

Estes cenários sócio-econômicos e demográficos do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII -- como já destacamos -- não estavam imóveis. Sua transformação se dava não só pela ação de cálculos, aumento e declínio da produção, circulação de homens e mercadorias mas também dos sujeitos históricos nele envolvidos. A partir da leitura do relatório do Marquês do Lavradio

em 1778 -- segundo as análises de Corcino -- é possível perceber a seguintes características na economia fluminense no século XVIII:

1) as propriedades açucareiras eram pequenas, considerando tanto o volume da produção como o número de escravos envolvidos;

2) alguns engenhos já tinham -- na primeira metade do século XVIII -- interrompido sua produção tanto devido a crise do preço do açúcar como o *rush* da mineração;

3) havia ainda o problema crônico de falta de mão-de-obra escrava, dificultando, inclusive, o funcionamento dos engenhos e engenhocas;

4) a criação de gado, assim como a produção de alimentos ainda que consideráveis eram insuficientes para atender a demanda;

5) o índice de mortalidade escrava era alto(51)

O que, na ocasião, sem dúvida nenhuma, devia estar nos cálculos (ainda que não aparecessem os borrões) das autoridades e senhores fluminenses -- em meio à expansão econômica, períodos de decadência, problemas com abastecimento e incremento do tráfico negreiro -- era o problema do controle da população escrava, principalmente de fugitivos e quilombos. Estes continuariam a surgir ao longo do século XVIII em várias regiões.

E assim foi. As autoridades, em 1759, novamente tentavam perseguir quilombolas. Desta feita, a área dos embates seria a região de Macacu, não muito distante de Bacaxá, Saquarema e Maricá. O Vice-rei, Conde de Bobadela troca correspondência com o sargento-mor Manoel Gomes Pereira, falando dos "progressos sobre a diligência da destruição do quilombo" local. Soube-se posteriormente que alguns "negros aquilombados" acabaram presos e remetidos para a cadeia. Outros foram feridos por ocasião da expedição e seguiram para o hospital. A perseguição continuou até o

final daquele ano, visando as autoridades extinguir "por huma vez todos os quilombos que ouverem por esse rece^{no}cavo para que vivão em sossego os moradores delle". Senhores e autoridades procuravam tambe^m descobrir escravos e forros que tinham "comunicação" com os fugitivos. Havia também em Macacu o problema costumeiro das tabernas e os contatos envolvendo seus proprietários com os quilombolas.(52)

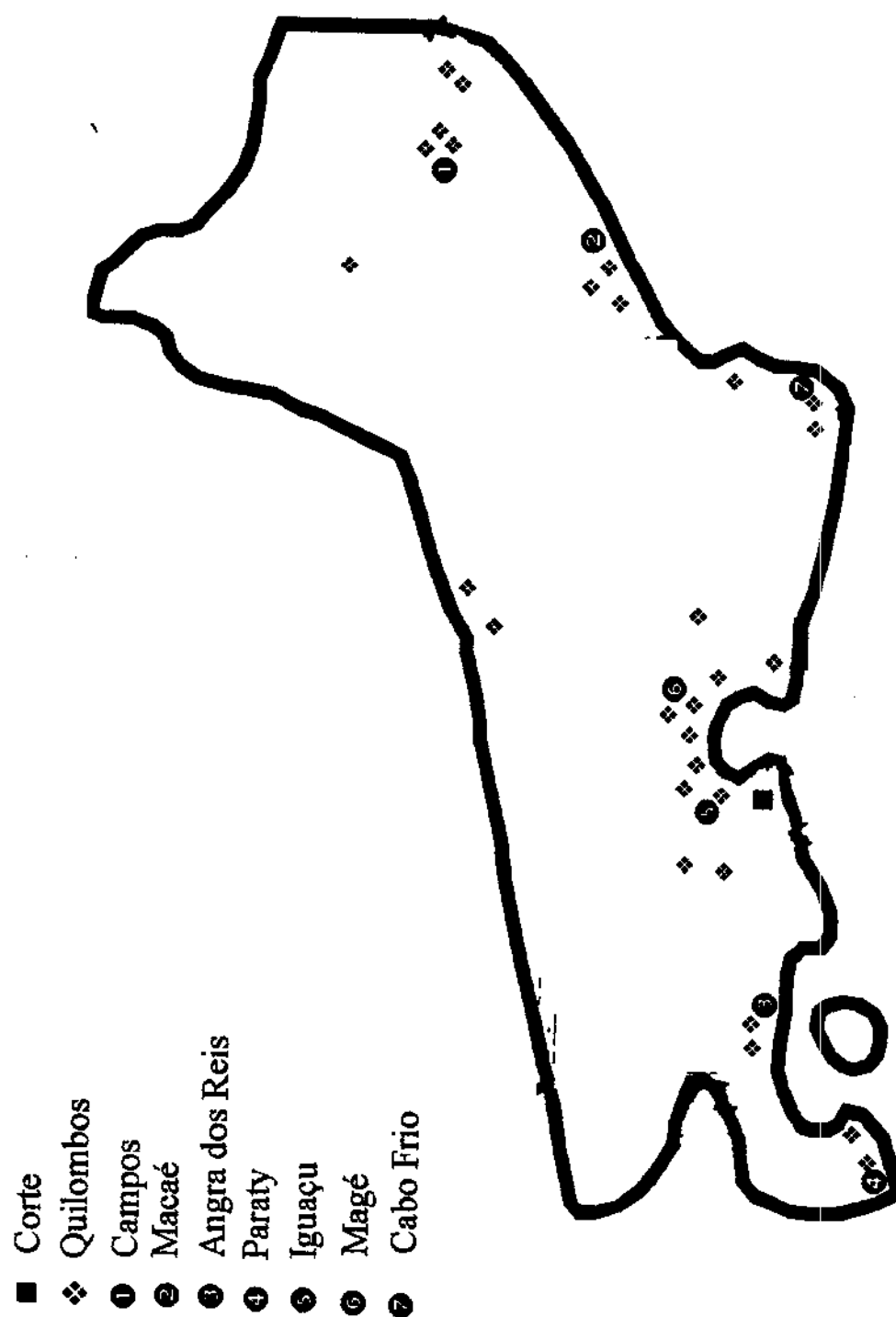
Em meados de 1761 tenta-se providenciar mais diligências contra mocambos, desta vez na região de Santo Antônio de Sá. Em janeiro de 1762 noticiam da Vila da Tacoara a "grande dezordem e disturbios" provocados por quilombolas. Estavam "acomettendo as cazas e rossas" da região. Em maio deste mesmo ano falava-se da preparação de uma diligência contra os mocambos de Parati.(53) O ano de 1763 é marcado por várias informações dando conta dos mocambos da região de Icarai, próxima da Vila de Niterói. Novamente, as autoridades procuravam igualmente vigiar as tabernas. Denunciava-se mesmo que seus proprietários não as fechavam depois das 8 horas da noite e consentiam "batuques e outros folguedos a seu modo". Taberneiros se mostravam "rebeldes e desobedientes" com relação as determinações quanto ao funcionamento das tabernas e "descompoem e injurião aos soldados que lhes mandão fechar". Deste modo, quilombolas continuavam "vindo de noite fora de horas as tavernas a contratarem, e refazerem se do que lhes he preciso a troco de roubos". Aliás, o controle da população escrava -- mesmo aquela localizada junto aos núcleos urbanos -- foi sempre alvo de preocupação. Sobre os "ajuntamentos" de pretos na Corte, diria o Marquês de Lavradio:

"...fazem a ronda [os corpos de cavalaria] da cidade de

dia, nos domingos e dias santos, para evitar os ajuntamentos e desordens que n'aqueles dias costumam fazer os pretos e os mulatos, sendo raro o em que na_o houvessem algumas mortes. Do mesmo modo faziam as rondas dos subúrbios da cidade, onde costumam fazer os mesmos ajuntamentos"(54)

Devido a tais problemas crônicos, as autoridades coloniais fluminenses chegaram a determinar a prisão de "todas as pessoas de que tiver noticia passão avizos ou dão ajuda e favor aos cahambolas".(55) Entretanto, ainda no ano de 1764, mais notícias chegavam, falando de "mortes, roubos e outros insultos mais" praticados por quilombolas tanto em Icarai como nas vizinhas "paragens chamadas Titioca, Cobango, Pinditiba, e Engenho de Antonio da Fonseca".(56) Ainda na conhecida serra dos Orgãos -- local onde se noticiou os primeiros mocambos do Rio de Janeiro em meados do XVII -- descobriu-se, ao lado de Cachoeira de Macacu, numa picada, uma "rancharia" e foram posteriormente vistos passar ali "vinte pessoas entre pretos e brancos".(57) Em 1779, era vez de se reclamar dos fugitivos e quilombolas da regia_o de Campo Grande e da fazenda de Santa Cruz.(58) No final do século XVIII, mais propriamente no ano de 1792, o senado da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro officia ao Vice-Rei informando-lhe a respeito das "providências" quanto "às entradas dos Quilombos" em várias regiões da Capitania.(59)

Rio de Janeiro, s. XVIII



Os Campos dos Quilombolas

Na região de Campos dos Goitacazes -- bem ao norte da Capitania do Rio de Janeiro -- estabeleceram-se grupos de quilombolas, ao que parece, desde o final do século XVII. No sertão do rio Ururaí, por exemplo, havia uma localidade conhecida ainda no início do século XIX, como "sertão do Calhambola".(60) Em 1751, o Senado da Câmara da Vila de São Salvador, admitindo que o problema dos quilombolas nesta região, além de crônico parecia fugir ao controle -- uma vez que eram constantes as denúncias de roubos, assassinatos e sequestro de mulheres -- conclamava através de Edital a "todos os moradores e capitães-do-mato para que dessem nos quilombos" locais.(61)

Ainda em meados do século XVIII, os mocambos pareciam ser o principal problema da região de Campos que já dava sinais de franco desenvolvimento econômico, com a expansão da cultura de cana-de-açúcar. Além de fugitivos escravos esta região era conhecida por refúgio de criminosos. Sobre Campos dos Goitacazes, o próprio Marquês do Lavradio afirmaria em 1779:

"Foram muitos annos aquelle districto o asylo de todos os malfeitores, ladroes e assassinos, que alli se recolhiam vivendo com um despotismo e liberdade, que quasi não conheciam sujeição de pessoa alguma, todos viviam em bastante ociosidade, contentando-se só de cultivarem pouco mais do que lhes era preciso para sua sustentação".(62)

Quanto aos quilombos, além das providências costumeiras, as autoridades desta região procuravam, na medida do possível, ampliar as características da repressão. Segundo Sílvia Lara: as

"medidas de tal amplitude, como autorização do uso de armas, isenção de penas para as mortes de fugitivos renitentes, exposição exemplar de cabeças [dos quilombolas] e financiamento das expedições, parecem, entretanto, não ter tido os resultados desejados".(63) Sabe-se que em 1769 foi preparada uma grande expedição para "dar nos quilombos dos pretos fugidos" a ser comandada pelo Mestre-de-Campo João José de Barcelos.(64) No final do século XVIII, mais especificamente no ano de 1792, o Vice-Rei escreveria à Câmara da Vila de São Salvador ressaltando quanto à importância de uma repressão efetiva aos "quilombos que existem nos sertões deste destrito". Nesse mesmo ano foi realizada uma diligência contra os quilombolas de toda a região campista, utilizando-se para isso mais de 200 homens. Vários mocambos foram atacados, sendo que conseguiu-se "não só arrasá-los como prender muitos dos seus moradores".(65)

A repressão continuava. Os grupos quilombolas locais procuravam com estratégias diversas manter suas autonomias. Nesse processo histórico, tensões, solidariedades e conflitos variados aconteciam. A propósito, em fins de 1796, sendo cercada e invadida a senzala do pardo Joaquim, escravo do Alferes Miguel de Moraes Pessanha foram encontrados dois fugitivos. Joaquim acabou condenado "pelo uso de armas curtas e acoutador e induzidor de escravos fugidos" e remetido para a cadeia da Relação do Rio de Janeiro. Em outras ocasiões a repressão aos quilombolas servia até mesmo para justificar arbitrariedades e mortes.(66) Foi o que aconteceu também na região de Campos, em 1807, mais propriamente no sertão próximo ao rio Muriaé, onde Angélica, preta es-

crava de Manoel Pereira da Fonseca apareceu morta. Instaurou-se uma devassa, sendo ouvidas 15 testemunhas. Os acusados do assassinato foram João Fernandes e José Monteiro, este último, feitor de uma fazenda vizinha. Alegando inocência dos acusados uma testemunha declarou que estes estando a margem do rio perceberam que a preta Ange^lica "havia de ir para o quilombo, o que ele [João Fernandes] não quis assentir e por isso lhe fizera os ferimentos com que a mesma apareceu morta". Impedir que um cativo fugisse e fosse parar num dos vários quilombos da região parecia ser, pelo menos naquela ocasião, um motivo suficiente que justificasse um ferimento num escravo, mesmo sendo mortal.(67)

Desde a segunda metade do século XVIII, a região de Campos estava "infestada" de quilombolas e fugitivos escravos. O registro de prisão da Cadeia da Vila de São Salvador indicava 222 escravos fugidos presos entre 1759 e 1805. Vale destacar que, deste total, apenas 11%, ou seja 25 escravos, foram presos com a indicação de "quilombolas" ou "preso no quilombo".(68) Analisando a resistência escrava em Campos entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, Silvia Lara também destaca a existência de três níveis diferenciados nas práticas repressivas aos fugitivos e mocambos. A primeira seria a repressão levada à cabo pelos capitães-do-mato e seus auxiliares. Era uma prática repressiva situada entre a esfera pública e a privada, uma vez que, apesar de ser instituída pelo poder público, quem pagava todas as despesas eram os proprietários dos escravos em questão. A segunda seria a repressão efetivada diretamente pelos particulares e/ou "moradores". Não eram raras as ocasiões em que senhores

de escravos planejavam, preparavam e armavam seus agregados para efetuarem diligências contra mocambos. O último nível de prática repressiva era aquele de natureza militar e administrativa. Também eram várias as ocasiões em que a Coroa tomava para si a responsabilidade de perseguir quilombolas, não só legislando a respeito como igualmente financiando e preparando expedições. Destaca a referida autora que a atuação da Coroa neste contexto, via de regra, parece ter estado "diretamente relacionada ao grau de periculosidade e resistência dos fugitivos ou à negligência e despreparo das forças repressivas locais".(69)

Os mocambos da região de Campos, ao que parece, situavam-se tanto nas regiões de terras devolutas e fronteiras abertas -- áreas de "sertões" -- como próximos as fazendas e engenhos. Como vemos, em Campos dos Goitacazes, os mocambos e quilombolas montaram um cenário ideal para estabelecerem-se. Esta área teve o início da sua colonização nas primeiras décadas do século XVII. Antes era habitada pelos índios *Goitacás*, considerados "ferozes e bravios", dificultando a interiorização de colonos e o estabelecimento de propriedades. No início do século XVIII predominou a atividade criatória de gado. Posteriormente desenvolveu-se a cultura de cana-de-açúcar. Em 1737 esta região possuía apenas 34 engenhos de açúcar. De 1750 para 1779 o número de engenhos passaria de 50 para 113. Já em 1779 existiam cerca de 179 fábricas de açúcar. Em 1785 contava-se 288 engenhos e engenhocas de aguardente.(70) Segundo o que anotava o Marquês do Lavradio entre 1779 e 1789 os engenhos da região de Campos produziam açúcar "em maior abundância que o dos engenhos da capital e seu recôncavo". De fa-

to, na segunda metade do século XVIII com a franca expansão da cultura açucareira na região de Campos, o número de fábricas acabam multiplicando-se "aproximadamente por seis".(71) Em 1779 Campos possuía 52% dos engenhos de toda a Capitania e 43,6% da população escrava. Nos derradeiros anos dos oitocentos existiam nesta região 324 engenhos, correspondendo 52,6% do total de 616 engenhos de açúcar de toda a Capitania.(72)

Tal expansão econômica foi evidente. No final do século XVIII a região de Campos produzia cerca de 128.580 arrobas de açúcar e 55.905 "medidas" de aguardente. Outras atividades econômicas também davam mostra desse desenvolvimento. A região possuía cerca de 218 currais com 55.672 cabeças de gado bovino e 13.201 de gado cavalar. Quanto às lavouras de alimentos colhiam 12.032 alqueires de feijão, 55.109 de farinha, 17.102 de milho e 4.458 de arroz. Colheu-se também 2.772 arrobas de algodão. Em Campos existiam ainda 99 teares e 51 olarias.(73)

A consequência desta expansão açucareira foi o aumento populacional com a demanda de mão-de-obra africana para trabalhar nas lavouras.(74) No final do século XVIII a população total da Capitania do Rio de Janeiro era de 179.595 pessoas, sendo 52,5% livres e 47,5% escravos. Em Campos haviam cerca de 21.905 habitantes, equivalendo 12,4%. A população escrava predominava. Enquanto que na Vila de São Salvador a porcentagem de escravos era de 59%, nas freguezias açucareiras mais importantes como São Gonçalo e Santo Antônio de Guarulhos alcançava 62,1% e 77,9% respectivamente. Nesta ocasião, Campos tornar-se-ia um dos maiores contingentes de escravos da Capitania, só perdendo para as regiões do

recôncavo da Guanabara, próximos à Corte.(75)

A estrutura de posse de escravos em Campos era reduzida. Em 1779, apenas 5 engenhos funcionavam com mais de 100 escravos (incluem-se aí as propriedades religiosas, como o antigo engenho dos jesuitas com 1.400 cativos e o engenho dos beneditinos com 432). Outros cinco engenhos possuíam entre 100 e 50 escravos e as demais fábricas de açúcar -- a maioria (cerca de 149) -- contavam com menos de 50 cativos, sendo a média de 15 escravos por plantel.(76) Enfim, foi neste contexto sócio-econômico que os mocambos se estabeleceram na região de Campos, na Capitania do Rio de Janeiro, pelo menos entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX.

Uma tradição quilombola fluminense

Outros vários cenários foram, entretanto, montados pelos quilombolas do Rio de Janeiro. As principais áreas de formações de grupos de quilombolas na Capitania do Rio de Janeiro, como vimos, foram: Campos dos Goitacazes, Cabo Frio, Parati e as diversas áreas do recôncavo da Guanabara, destacando-se Macacu, Saquarema, Maricá, Santo Antônio de Sá, Itaboraí, Magé e Iguaçu.

De um modo geral eram áreas produtoras de açúcar (algumas em franca expansão e outras de ocupação mais antiga), aguardente e principalmente de gêneros para o abastecimento da Capitania (áreas do recôncavo da Guanabara). Destaca-se ainda que além da região de Campos -- que como já citamos ficava ao norte da Capitania -- a economia açucareira expandiu-se em direção ao sul,

mais propriamente para as áreas de Parati e Angra dos Reis. Aliás, as áreas de Campos e Parati, conhecidas na existência de endêmicos grupos de fugitivos, se especializaram na produção de aguardente.(77) Os mocambos fluminenses, então, formavam-se tanto em regiões agro-exportadoras como naquelas produtoras de alimentos. Para a Capitania da Bahia -- como analisaremos mais adiante e também Schwartz destacou -- a geografia da formação dos quilombos teria relevos semelhantes. Apesar da veloz expansão econômica de algumas áreas, inclusive, proporcionando um aumento considerável da população escrava africana, existiam várias terras devolutas.

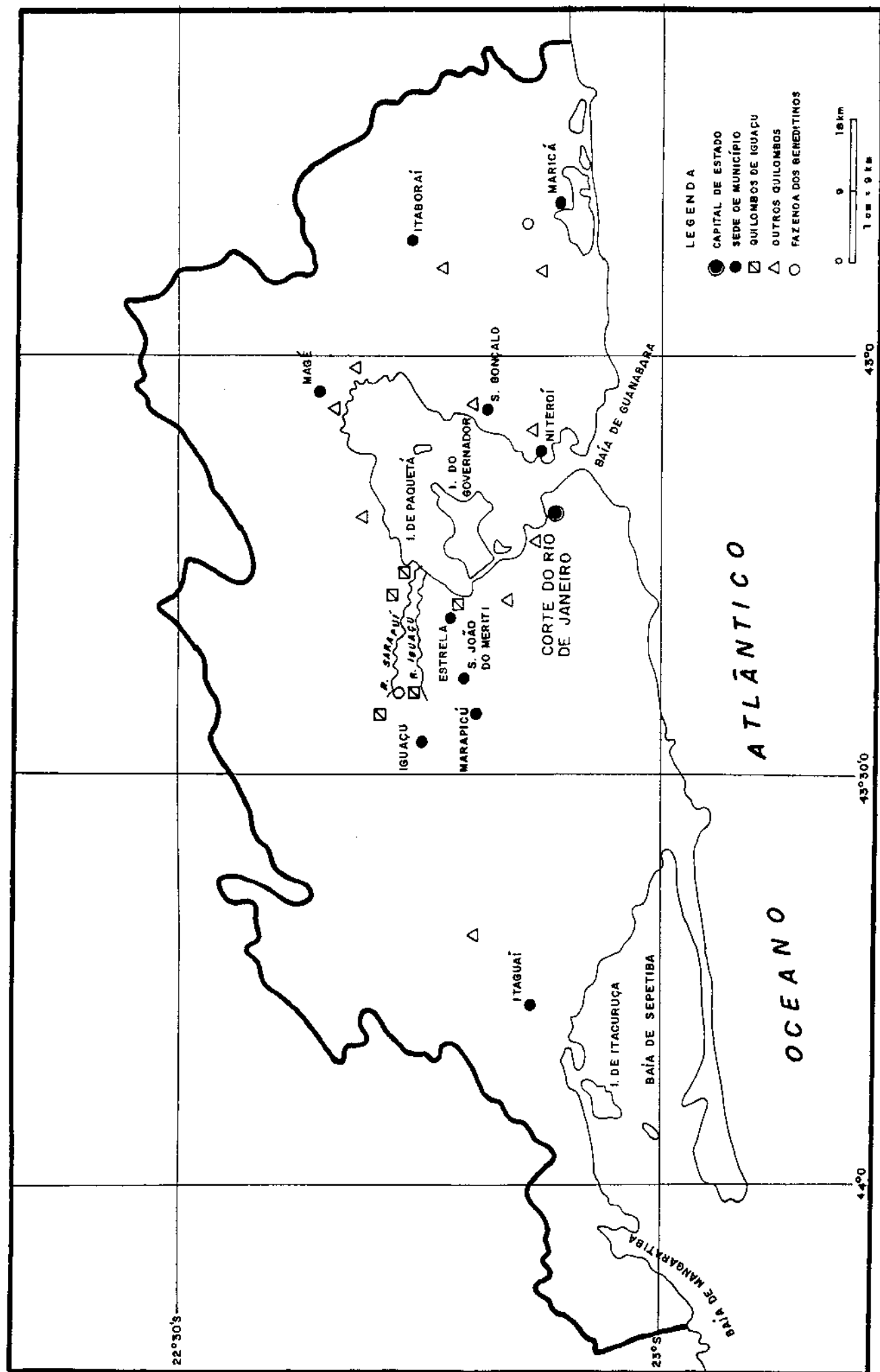
No Rio de Janeiro, com base nas informações do Marquês do Lavradio no final do século XVIII, havia terras devolutas por toda a parte. Podemos citar as áreas de Saquarema e Campos onde, ao que parece, estabeleceram-se grupos de fugitivos e de quilombolas consideráveis. De Saquarema dizia-se que "no campo de Bacaxá tem o Capitam Jozé Antônio Barboza huma légoa de terra, onde já teve gado, escravos, e culturas, e de prezentemente não tem, e só morão na terra algumas pessoas, sem fôro nem pensão; todos os sertões estão por cultivar".(78) Já dos Campos dos Goitacazes informava-se que no "rio Embê, para cima de hua posse que tem a Fazenda d'El-Rey, seguem muitas terras devolutas, sem senhorios em que proximamente se tem pedido trez sesmarias, que ainda não vierão, e são em terras, que dizia Diogo Alvarez havia muito ouro".(79)

QUILOMBOLAS NO RIO DE JANEIRO - (1625-1818)

DATA	LOCAL
1625	Desconhecido
1645-50	Desconhecido
1659	Serta _o
1669	Serra dos Orgãos
1691	Matas do Rio Guandu, Santa Cruz
1699	Várias Regiões do recôncavo da Guanabara
1711-12	Santo Antônio de Sá e Macacu
1713	São João de Icarai
1724	Macacu
1729	Bacaxá, Saquarema
1750	Macaé (Curukango)
1751	Campos dos Goitaacazes
1759	Macacu
1761	Santo Antônio de Sá
1762	Tacoara
1763	Niterói e Parati
1764	Titioica, Cobango e Pendotiba
1769	Campos dos Goitacazes
1770	Serra dos Orgãos
1779	Campo Grande, Santa Cruz
1792	Campos dos Goitacazes e várias regiões do recôncavo da Guanabara
1795	Matas da Tijuca (Corte)
1805	Cabo Frio
1806	Macacu
1807	Muriae, Campos dos Goitacazes
1808	Magé, Pati do Alferes
1809	Cabo Frio, Macacu, Magé e Resende
1811	Matas da Tijuca (Corte)
1813	Vila Nova, Macacu e Parati
1814	Marica
1818	Suruí, Magé, Santo Antônio de Sá e Inhomerim

Fontes: Diversas.

QUILOMBOS DO RECÔNCAVO DA GUANABARA - RIO DE JANEIRO - SÉCULO XIX



Os mocambos fluminenses procuraram, entretanto, estabelecer-se em terras devolutas não muito afastadas. Embora procurando a proteção geográfica tinham como estratégias ficarem próximos aos engenhos, propriedades, estradas e/ou às áreas economicamente ativas. Tal estratégia garantia, entre outras coisas, as trocas mercantis, representando ainda mais solidariedades com taberneiros e os cativos junto às plantações. A propósito, a tentativa de interiorização de alguns grupos quilombolas pode ter sido dificultada pela existência de tribos indígenas hostis -- principalmente em Campos e Cabo Frio -- que habitavam os sertões destas regiões.(80) A barreira indígena pode ter dificultado, inclusive, a ampliação e interiorização da repressão contra os mocambos fluminenses. Ou mesmo a colonização do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII conheceu a resistência indígena e suas estratégias. Quem sabe mais tarde os quilombolas não procuraram tirar proveito destas experiências? Os escravos Francisco e Domingos, de nação Angola permaneceram, em 1801, oito meses fugidos no sertão de São Fidélis. Consta que estavam embrenhados pelos matos, vivendo "com a gentilidade".(81) Damos destaque para a Amazônia Colonial quanto a necessidade de se considerar as experiências das populações indígenas para compreendermos as formações de mocambos em determinadas áreas.(82) Como veremos ainda para as capitanias de São Paulo, Mato-Grosso, Minas Gerais e Bahia, a existência de grupos de índios pode ter provocado a gestação de diferentes cenários para os quilombolas.

No início do século seguinte, ao que parece, as notícias a respeito dos mocambos aumentam, ou pelo menos tornam-se mais frequentes. Em meados de 1807, alguns lavradores procurando desbravar o sertão do rio Imbé, entre as regiões de Campos e Macaé, descobriram "da parte dos Campos cinco Quilombos de negros".(83) Ainda em 1805, do destrito de Cabo Frio chegam denúncias de mortes e roubos levados à cabo pelos quilombolas. Moradores também denunciavam que o lavrador Manoel Ferreira acoitava os "negros foragidos, os quaes lhe trabalhavam". O estado de pânico dos senhores era tanto que alguns julgavam existir "algum levante dos escravos pelos distúrbios que diariamente" faziam os negros fugidos da região de Cabo Frio. Na ocasião em que roubavam o engenho do Capitão Antônio Gonçalves 12 quilombolas são capturados -- inclusive, a "rainha do quilombo" -- outros, entretanto, refugiam-se pela floresta adentro.(84) Quilombolas capturados, via de regra, eram entregues a seus senhores, depois de ressarcidas as despesas das diligências realizadas. Eram transferidos para a Cadeia principal da cidade do Rio de Janeiro aguardando os alvarás de solturas. Em 1810 é enviada uma petição ao Corregedor de Crime da Corte pedindo-se a soltura do escravo Caetano, de nação "Guiné". Argumentava-se que este negro, com mais de 60 anos, capturado no "quilombo d'Macabú", já estava preso há 4 anos sem que seu senhor solicitasse sua soltura.(85) Em 1814 dizia-se que cinco quilombolas capturados na Corte e acusados de homicídios desde 1810, estavam "apodrecendo" na cadeia sem que fossem enviados para trabalharem em presídios.(86)

Uma repressão mais sistemática contra os quilombos da Ca-

pitania reinicia-se com a criação da Intendência Geral de Polícia, em 1808, inicialmente comandada por Paulo Fernandes Viana.(87) Já, em março do referido ano as autoridades do distrito de Pati de Alferes recebem autorização para utilizar os "índios Coroados do Sertão, entre os rios Paraíba, Preto, para fazer prender os negros refugiados nos matos" locais.(88) No mês seguinte, o fazendeiro Fernando José da Costa, de Campos, pede providências para a captura dos "escravos e dezertores refugiados nos quilombos".(89) Da Vila de Magé, em junho, vinham informações semelhantes. Destacando a urgência de medidas repressivas dizia então o Intendente que os quilombolas deviam "andar sempre perseguidos e acossados até para exemplo dos mais escravos".(90) Nesse sentido expediu ordens aos Capitães-mores das Vilas de Cabo Frio, Magé, Macacu e Resende.(91) Ainda em agosto daquele ano determinou ao comandante militar do distrito de São Gonçalo "hum ataque bem ordenado" para destruir os mocambos daquela localidade.(92) Bem próximo da Corte também apareceriam denúncias da formação de mocambos.(93)

Os primeiros resultados dessas determinações expressas pela Intendência Geral de Polícia logo apareceriam. Em setembro de 1808, noticiava-se que diligências seguidas contra os quilombos de Macaé conseguiram capturar quarenta negros, entre mulheres, homens e crianças. Ordenava-se que as expedições continuassem. O Intendente Fernandes Viana informou ao Governador Rodrigo de Sousa Coutinho das suas providências e das dificuldades encontradas. Dizia que algumas expedições eram fracassadas, uma vez que diversos mocambos situavam em serras de onde os quilombolas "observão

todos os movimentos, inutilisa^o as diligências". Lembrava ainda que existiam tanto mocambos pequenos de "5 negros" como aqueles "grandes".(94) Também em setembro as autoridades tentam perseguir os quilombolas da região de Campos dos Goitacazes. Em outubro é a vez de novos ataques aos mocambos de Macacu, desta vez no distrito de Tapacorá. Aliás desta região noticiava-se que quilombolas tinham assassinado o feitor da fazenda do falecido Coronel Francisco Xavier.(95) Em 1809, a Camara de Cabo Frio autoriza mais expedições para "prender todos os negros fugidos e aquilombados que houverem".(96) Em meados de 1811 é atacado um "quilombo da Tijuca" no coração da Corte.(97) Dois anos depois são determinadas mais expedições punitivas contra os quilombos de Vila Nova, Macacu e Parati. Mocambos de Marica são atacados em 1814.(98) Em fins de 1818 as autoridades preparam-se para tentar destruir o "grande Quilombo de Suruhi", próximo as Vilas de Magé, Santo Antônio de Sá e Inhomerim.(99) A tradição ainda estava bem viva.(100)

II. Uma outra História: Quilombolas nas Capitâneas de São Paulo e Mato Grosso (1722 - 1811)

A historiografia sobre quilombos no Brasil pouco ou quase não se referiu aos mocambos paulistas, principalmente aqueles constituídos no século XVIII. Para a maioria dos estudiosos, São Paulo, no caso fundamentalmente a Província, só ganhou importância no que diz respeito à resistência negra, no último quartel do século XIX. Quanto aos mocambos, o único destaque seria dado ao *Quilombo do Jabaquara*, refúgio de fugitivos negros supostamente organizado e dirigido por abolicionistas paulistas radicais em 1886.(100)

Entretanto, desde o início do século XVIII, tem-se notícias de quilombolas e mocambos na Capitania de São Paulo. Segundo Ronaldo M. dos Santos, em 1722 havia informações da existência de mocambos nas vizinhanças da cidade de São Paulo.(102) Nesta ocasião, igualmente, existiam vários bandos determinando a perseguição e repressão aos "escravos fugidos, que unidos em quilombos roubão e matão" principalmente nas estradas para as Minas.(103)

Também em São Paulo havia o problema dos acoitadores de escravos fugidos e as relações com os quilombolas. Em fins do ano de 1722 denunciava-se que nas "villas desta Capitania andavão muitos negros escravos fugidos aos seus senhores, e que algumas pessoas os induzião retendo-os em suas cazas".(104) No ano seguinte, o mesmo Governador informava ao Rei da existência de muitos fugitivos nesta Capitania. Assim como na Capitania do Rio de

Janeiro, dizia-se que várias pessoas estavam induzindo e acoutando os fugitivos, "obrigando-os a trabalhar em suas fazendas com prejuízo grave de seus próprios senhores". Denunciava-se igualmente que alguns escravos fugidos eram posteriormente vendidos.(105) Na região do Mato Grosso não foi diferente. Também ali, no período colonial, formaram-se quilombos, muitos dos quais reunindo índios e centenas de negros fugidos. E um pouco desta tradição que vamos perseguir nesta seção.(106)

Medidas anti-mocambos

Nas primeiras décadas do século XVIII a legislação repressiva anti-mocambo e fugitivos para a Capitania de São Paulo bem revela o quanto esta questão ali também preocupava as autoridades coloniais. Em 1727, da Vila Real noticiava-se a prisão de sete quilombolas conjuntamente com "um branco".(107) Determinou-se, na ocasião, imediata repressão em "algumas tabernas, cazas, e ranchos em que morão negras escravas e forras, dando publicamente caça de alcouce, de dia, e de noite recolhendo nelas as negras, e negros".(108) Aliás, para todas as vilas da Capitania paulista já havia determinações contra acoutadores e taberneiros desde 1722.(109) A tentativa de destruição de mocambos e perseguição de fugitivos na Capitania de São Paulo, de fato, começou a ficar sistematizada em termos de dispositivos legais de repressão no primeiro quartel do século XVIII. Em 1722 criou-se um regimento regulando as ações dos capitães-do-mato nesta Capitania.(110) Em 1746, um bando assinado da Vila de Santos determinava a repressão

aos "pretos calhambolas" que atacavam "rossas" e "caminhos" próximos a Cubatão.(111)

Surgiriam vários dispositivos legais para a Capitania de São Paulo, visando regulamentar as ações dos capitães-do-mato, perseguir escravos fugitivos e destruir quilombos. Em fins de 1722, aparece o 1º regimento de capitão-do-mato. Regulamentava os valores das tomadias, relacionando e esquadrinhando as distâncias onde os escravos fugidos seriam presos. Por exemplo: por qualquer fugitivo capturado "dentro de huma légoa, da Villa, Arraial, ou Sítio, em que actualmente morarem os ditos" o capitão-do-mato receberia quatro oitavas de ouro. Em caso de serem presos escravos "fora da dita dous dias de viagem (...)athé a distância de quatro dias" e "athé a de oito dias de viagem" receberiam respectivamente 8, 12, 16 oitavas de ouro. A partir destas distâncias receberiam 25 oitavas de ouro. Quantos aos quilombolas rezava ainda:

"Pelos negros que forem prezos em quilombos formados distantes de Povoação onde estejam asima de quatro negros, com rancho, pilloins, e modo de ali concervarem; haverão por cada negro destes vinte oitavas de ouro".(112)

Havia determinações quanto ao procedimento dos capitães-do-mato no que diz respeito à devolução dos cativos presos aos seus senhores e as arbitrariedades na captura dos fugidos. Caberia ao Juiz Ordinario de cada localidade fiscalizar as ações dos capitães-do-mato, visto que:

"(...) por que tem mostrado a experiencia, que depois de alcançarem as patentes, não saem das suas cazas, esperando que outros negros a quem peitão lhes venhão entregar para elle cobrarem as tomadias."(113)

Em 1733 surge um novo regimento. As tomadias passam a ser

cobradas em "réis".(114) No ano seguinte aparecia um Edital dos oficiais do Senado da Câmara de São Paulo pedindo providências, entre outras coisas, aos "roubos, mortes, e latrocínios que actualmente experimentão os moradores desta cidade, e seus subúrbios dos negros que fugidos de seus senhores andão continuamente em quilombos fazendo esperas as pessoas a quem procurão roubar e matar".(115) Em 1741, não só para São Paulo, mas abrangendo todo o Brasil, o Rei de Portugal determinava em Alvará:

"(...)todos os negros, que forem achados em quilombos, estando nelles voluntariamente, se lhes ponha com fogo, huma marca em huma espadua com a letra F -- que para este efeito haverá nas Camaras, e se quando se for executar esta penna for achado já com a mesma marca, se lhe cortará huma orelha, tudo por simples mandado do Juiz de Fora, ou Ordinário da terra, ou do Ouvidor da Camara, sem processo, algum, e só pela notoriedade do facto, logo que do quilombo for trazido antes de entrar para a Cadeia...".(116)

No ano de 1746 surge o "regimento de um bando sobre o que se deve praticar com os negros que forem achados em quilombos" próximos à cidade de São Paulo.(117) No ano seguinte tais determinações são reforçadas em outro bando.(118) Por fim, em 1751, o Senado da Câmara da cidade de São Paulo, aprova um novo regimento de capitães-do-mato. Ao contrário daquele de 1722, o capítulo dedicado aos quilombos, apesar de estipular a quantidade de fugidos, não menciona "ranchos" e e "pilloens":

"Levará por cada escravo que em qualquer parte apanhar em quilombo, constando este de mais de quatro fugidos, e de assistência para roubos e insultos oito mil reis".
(119)

Já na segunda metade do século XVIII de norte a sul do Brasil vão aparecer bandos e/ou regimentos de capitães-do-mato. Além do Pará e Maranhão foi assim, no Rio de Janeiro, São Paulo,

Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe e Piauí. Havia mocambos e fugitivos por toda a parte. Em ofício de outubro de 1788, Luiz de Vasconcelos e Souza dirigiu-se ao Juiz e oficiais da Câmara do Rio Grande do Sul, informando sobre os procedimentos a serem adotados para que cessassem os "roubos, e insultos, que cometem os negros fugidos, que passa^o a viverem em quilombos".(120) Concor damos com Silvia Lara no que diz respeito ao possível impacto da secular repressão sobre Palmares para as mudanças nas formas de repressão a fugitivos e quilombolas no Brasil colonial. Embora já existisse legislação específica para capitão-do-mato desde a primeira metade seiscentista -- localizamos uma variação para o Rio de Janeiro em 1645 -- foi, sem dúvida, a partir do século XVIII que as autoridades -- metropolitanas, coloniais e locais -- procuraram sistematizar através de bandos, alvarás, posturas e cartas-patentes a função dos capitães-do-mato, enquanto aparato repressivo sistemático e preventivo de fugas. A referida autora acompanha e descreve o processo de lenta montagem deste aparato repressivo, destacando o medo de Palmares nas mentes de senhores e estadistas coloniais.(121)

No caso da Capitania de São Paulo nas primeiras décadas do XVIII, as explicações a respeito da legislação específica sobre repressão a fugitivos e quilombolas ganham roteiros próprios. Foi justamente no final de 1720 que as jurisdições administrativas coloniais das regiões de Minas Gerais e São Paulo foram reordenadas. Estabeleceu-se a nova Capitania de Minas Gerais no distrito das Minas, sendo desmembrada da Capitania de São Paulo e a esta foi acrescentada parte do território do Rio de Janeiro.(122)

Assim como vários quilombos que surgiam nas áreas da Minas, os caminhos que ligavam-nas a São Paulo também eram conhecidos refúgios de negros fugidos, sempre acusados de cometerem roubos e assaltos. Neste período, particularmente durante a administração do Governador Rodrigo Cezar de Menezes, houve ferrenha perseguição de escravos fugitivos, salteadores, criminosos e tribos indígenas.(123)

Quilombos paulistas: em torno das estratégias

A partir de 1766, as autoridades paulistas passam a perseguir e destruir um considerável mocambo na região interiorana de Mogi-Guaçu. Logo em junho do referido ano, o Capitão-Mor de Mogi-Guaçu Manoel Rodrigues Araujo procura providenciar o alistamento de capitães-do-mato para realizar diligências contra os mocambos da região. Segundo ele, o mocambo:

".....que se supoem estar neste rio abaixo me parece que alguns negros andão por estes contornos fazendo alguns furtos inda que pequenos mas desses hiraõ a maiores, e faraõ outros insultos."(124)

Para as autoridades, esses quilombos ainda não representavam um perigo. Tentava-se, por assim dizer, naquela ocasião, prevenir-se de futuros problemas. Sabiam que existiam escravos fugidos e que estes praticavam pequenos furtos. Procurava-se agora descobrir a dimensão destes mocambos. Já em agosto de 1766, o referido Capitão-mor determinou a realização de uma expedição exploratória:

".....mandei sette pessoas a explorar e somente a noticia que me trocederão foi que virão vestígios certos de

estar gente a distante naquelas partes ou negros ou gentio por que a ordem que eu dei foi que na_o fosse pressentidos logo se retirara_o...."(125)

Percebe-se aqui a cuidadosa estratégia de reprimir quilombolas. Inicialmente deveria haver investigações. A expedição exploratória foi realizada com o máximo de cautela. As autoridades nem mesmo tinham certeza de que os "vestígios" naquelas matas eram provenientes de aldeias indígenas ou de mocambos de negros. De qualquer maneira, as suposições foram confirmadas: havia mocambos na região. Segundo Ignácio Cabral da Cunha, moradores do termo de Jundiá, próximo de Mogi-Guaçu, reclamavam de "hum quilombo muito grande" e que "experimentão continuamente graves prejuízos".(126) Com essa informação passaram a planejar uma expedição punitiva, que seria realizada por *bandeiras*. Em 17 de junho foi preparada uma expedição que seria comandada por Simão Bueno da Silva. Já em setembro, depois de dias seguindo pistas e o desaparecimento de canoas:

"....acharão a trilha de huma pessoa e seguindo este rasto ao acabo de três dias acharão hum negro morto e seguindo a picada por onde hia o ditto negro depois de dois dias derão com hum quilombo já queimado grande e tinha dous lugares de forja de ferreiro e seguindo para diante dia e meio acharão huma rancharia donde pararão os dittos negros alguns tempos e tinha esta ranxaria noventa e tantas cazas com três, duas, quatro camas..."(127)

Certamente os responsáveis por aquela expedição -- quiça mesmo as autoridades coloniais paulistas -- ficaram surpresos com que viram. Estavam, e certo, à procura de quilombolas, porém, de pequenos grupos de salteadores. Encontraram, entretanto, vestígios concretos da existência de um grande mocambo. Seguiram caminhando pelas matas e foram novamente surpreendidos: foram atacados

por dezenas de quilombolas que "nao poderão contar mas assegurão ser de duzentos para cima".(128)

As autoridades locais devem ter ficado, de fato, assustadas. Mais que depressa procurou-se realizar uma outra diligência com mais soldados e armamentos. Entretanto, em março de 1768, chegaram notícias dando conta que os quilombolas "se tem passado a partes mais remotas, escapando assim à diligência".(129) E assim, o mocambo de Mogi-Guaçu escafedeu-se.

Com as poucas informações que dispomos sobre ele nos resta fazer algumas suposições. As informações dos responsáveis por aquela expedição de meados de 1766 foram claras: encontraram vestígios de um grande mocambo, com numerosas "rancharias" e até forja de ferreiro. Enfim, aquele mocambo já tinha uma estrutura econômica considerável. Os quilombolas eram, ao que parece, centenas, uma vez considerada o número de ranchos encontrados -- "noventa e tantas cazas com três, duas e quatro camas" -- por ocasião da expedição. Poderíamos estimar uma população de no mínimo 200 habitantes. Certamente era um quilombo bem antigo na região. Talvez tenha se formado no início do século XVIII. Podemos supor que tinham uma economia estável, ou seja, produziam no próprio mocambo não só o necessário para a sua subsistência como também excedentes para eventuais trocas. Pequenos furtos e saques a viajantes e fazendas próximas serviam como complemento para a sua economia. Outrossim, a existência de "forja de ferreiro" indica também que tinham uma economia complexa. Podiam produzir, igualmente, ferramentas e algumas armas. Apesar de não haver indicações na documentação encontrada a esse respeito é provável

que mantivessem trocas mercantis com taberneiros, vendeiros e escravos de fazendas vizinhas.

Ao que parece, além de antigos, esses quilombolas estavam bem protegidos nesse interior paulista. As autoridades, segundo consta, sequer tinham notícias anteriores dele. É fato, que em algumas regiões os mocambos estabeleceram-se e permaneceram mesmo décadas sem serem perseguidos. Seria o caso do quilombo de *Bacaxá* que vimos para o Rio de Janeiro. Na Amazônia colonial -- como já argumentamos -- apesar de conhecidos, alguns mocambos tornavam-se invisíveis, principalmente devido a imensidão da floresta. Este parece ter sido também o caso dos mocambos de Mogi-Guaçu em 1766. Esta área estava despertando economicamente. Havia muitas terras devolutas a serem desbravadas. Nem mesmo os bandeirantes paulistas conheciam toda a região.(130)

Outros Cenários

Em meados do século XVIII, os cenários da capitania paulista começam a mudar. Quilombolas e fugitivos, porém continuariam no palco. Até 1770, São Paulo ficou isolado do mercado e do sertão. Tal processo deveu-se em parte ao declínio da produção de ouro e a abertura do "caminho novo", que ligava o Rio de Janeiro diretamente a região das minas. E justamente, neste período, que desenvolveu-se a produção açucareira, revitalizando os setores de abastecimento e de transporte da região.(131)

Embora já houvesse desde o século XVIII uma pequena produção de açúcar e aguardente, um efetivo incremento da agricultura açucareira paulista destinada à exportação se dá com o período de administração do Morgado de Mateus (governador Luis Antônio de Souza Botelho Mourão que administrou a capitania de 1765 a 1775). (132)

Esta expansão econômica proporcionaria a formação do chamado quadrilátero do açúcar, marcado pelas regiões de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. Também a região de Ubatuba conheceria um desenvolvimento. De qualquer modo, em 1797 o referido quadrilátero já exportava 83.435 arrobas de açúcar. Destacava-se as áreas de Itú e Campinas. Estas tinham em 1775-77, respectivamente, 25 e 3 engenhos e, em 1798 passariam a ter 107 e 37.(133)

Quanto aos gêneros alimentícios, São Paulo produziria cerca de 300 toneladas farinha de mandioca, 210 de feijão, 1.480 de milho, 40 de arroz, 15 de algodão e 37.000 litros de aguardente.

Ainda assim havia o problema de abastecimento de alimentos na região da Capital. O impacto do crescimento populacional foi grande, não só no interior, mas principalmente na Cidade de São Paulo. Em 1765, 80.000 mil habitantes; em 1772, 100.537; em 1797, 158.450 e nos primeiros anos do século XIX chegava a 188.379 mil pessoas.(134)

Como já destacamos - tal expansão da agricultura para exportação inicia-se mesmo nas últimas décadas do século XVIII. Entre os anos de 1798 para 1799 os engenhos passaram de 483 para 574.(135) Assim como em outras Capitanias -- destacadamente Rio de Janeiro, Bahia e a própria São Paulo -- em termos econômicas o período pós-haitiano da década de 1790 foi providencial para tal expansão. Nos primeiros anos do século XIX o açúcar já se tinha transformado no principal produto de exportação de São Paulo. O açúcar nessa época chegou a representar quase a metade das exportações paulistas. É claro que comparada a outras regiões esta produção açucareira era muito pequena. Enquanto que em 1808, a Bahia exportou 20 mil caixas, Pernambuco, 14 mil, Rio de Janeiro, 9 mil; São Paulo tinha exportado tão somente 1 mil.(136)

De outro modo, a Capitania de São Paulo tinha várias regiões onde caracterizava-se, de um modo geral, a existência de um esparso campesinato rural. Ainda assim, cerca de 1/4 dos fogos tinham escravos. Entre o final do século XVIII e a primeira década do XIX tal proporção diminuiu ligeiramente. Esta transformação explica-se pelas mudanças econômicas que ocorreram. Foi nessa ocasião que as atividades econômicas agro-exportadoras -- especialmente o açúcar -- passam a ter destaque, gerando por conse-

guinte uma concentração de riqueza. Mais semelhante aos padrões do Rio de Janeiro e bem diferente da Bahia -- como veremos em seguida -- na Capitania de São Paulo predominaram os pequenos plantéis. Nas comunidades agrícolas paulistas no período colonial, 45% dos proprietários de escravos possuíam em média menos de três escravos. Cerca de 2/3 dos proprietários tinham menos de sete cativos.(137)

Apesar de São Paulo ter recebido poucos escravos africanos na segunda metade do século XVIII comparado a outras capitanias, especialmente a Bahia, com o ciclo de cana a população como um todo -- incluindo a escrava -- aumentou substancialmente.(138)

POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1765-1816)

PERÍODO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1765	-	-	80.000
1772	-	-	100.537
1798	-	-	158.450
1803	144.248	44.131	188.379
1816	165.627	54.250	219.867

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo.
..., pp. 99 e 108-9

Podemos destacar -- apesar da imprecisão dos dados disponíveis -- o início da concentração de africanos no alvorecer do século XIX. Quanto à estrutura de posse de escravos, os índices de São Paulo também eram comparativamente mais reduzidos. Em 1804 calculava-se que o número médio de cativos por senhor na Capitania era 5,0. Cerca de 72% dos proprietários escravistas possuíam

menos de seis escravos. Os planteis paulistas eram, de fato, pequenos. Eles detinham mais de 35% dos escravos. Considerando os planteis com até 10 cativos este percentual eleva-se para quase 60%.(139)

De qualquer maneira, um século depois, ali já teria florescido uma consistente economia cafeeira com fazendas possuindo várias centenas de cativos.(140) Enquanto isso os quilombos continuavam florescendo em São Paulo, preocupando as autoridades. Ao que consta localizavam-se em "Santos, no termo de São Luiz do Paraitinga, nas freguesias de Atibaia, Piracicaba, no termo de Sorocaba e de Porto Feliz, nos vales de Jacupiranga e do Juquía". Entre os principais quilombos destacavam-se um no sertão, do Tietê abaixo e outro no Paranapanema. Segundo Aluísio de Almeida "tanto os campos do Itapetininga com os de Araraguara atraíram quilombos".(141)

QUILOMBOLAS EM SAO PAULO (1722-1832)

DATA	LOCAL
1722-3	Subúrbios da Cidade de São Paulo
1727	Vila Real
1746	Santos e Cubatão
1766-7	Mogi-Guaçu
1769	Sorocaba
1770	Tietê e Paranapanema
1775	São Luiz do Paraitinga
1778	Tietê
1780	Itapetinga
1781	Rio Paraibuna
1784	Ubatuba
1789	Tietê
1802-4	Piracicaba
1802-5	Paranaguá
1807	Subúrbios da Cidade de São Paulo
1809	Itú, São Carlos e Porto Feliz
1811	Linhares
1828	Santos
1830	Freguesia de São Bernardo
1831-2	Campinas

Fontes: Diversas

Se, de um lado, os quilombos continuavam aparecendo e o tráfico negreiro inundando as terras paulistas de africanos, a partir das primeiras décadas do século XIX, as fronteiras agrícolas avançavam muito. É possível pensar que alguns quilombos setecentistas, como o de Mogi-Guaçu -- se permaneceram na região -- tiveram que procurar abrigo em áreas mais interioranas (próximas às regiões de Minas Gerais e/ou de Mato Grosso) longe das fronteiras agrícolas cafeeiras.(142) Talvez uma das características de alguns quilombos paulistas -- pelo menos os mais antigos for-

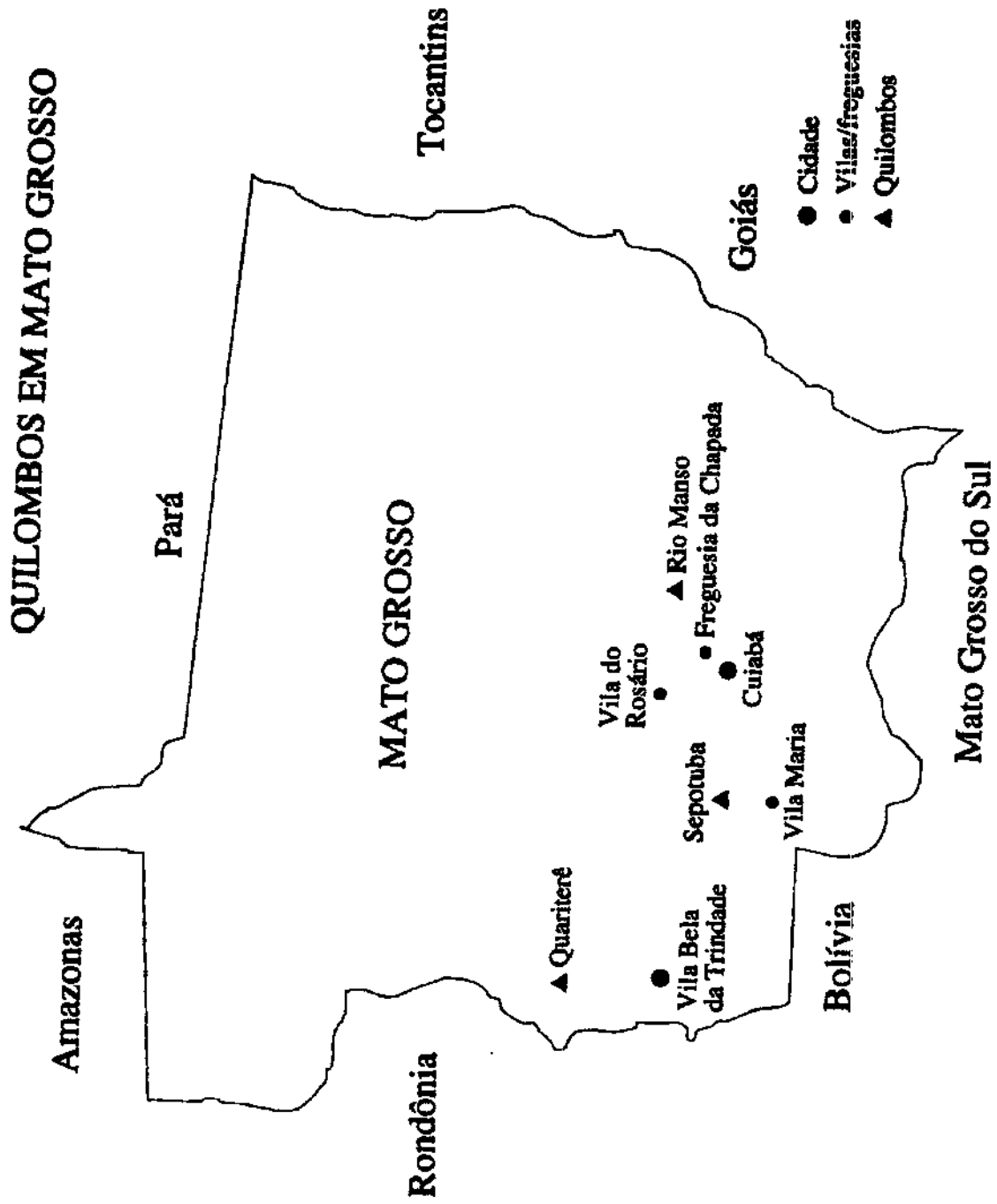
mados no século XVIII -- foi a de se manterem mais afastados das áreas economicamente em expansão.

Divididos em pequenos grupos procuraram, em algumas ocasiões manterem-se afastados dos núcleos urbanos e/ou das fazendas e engenhos. Provavelmente tentaram conquistar autonomia econômica, dedicando-se tanto a uma produção de subsistência -- com pequenas roças -- como uma economia extrativa.(143) Em 1769, notícias do interior paulistano dão conta da existências de quilombos "entre a Freguezia de Cutia e a Villa de Sorocaba". Existia também informações que:

"...nestas vizinhanças há negros fugidos, e aquilombados, que andão pelos córregos; faiscando ouro, e saindo as estradas a fazer distúrbios, e malefícios..."(144)

De outro modo podemos pensar também que a expansão agrícola em São Paulo -- principalmente a partir do segundo quartel do século XIX -- tenha empurrado alguns mocambos -- provavelmente aqueles formados ainda no século XVIII -- cada vez mais para o interior, principalmente para as áreas de Goiás, Minas Gerais, Paraná e/ou Mato-Grosso. Estas regiões possuíam consideráveis extensões de terras a serem desbravadas. Aliás estas regiões tinham consideráveis grupos indígenas hostis que dificultavam a interiorização, mesmo aquela levada a cabo pelos bandeirantes já no século XVIII. Também em várias regiões paulistas a resistência indígena -- especialmente com as fugas -- continuaria. John Monteiro dá pistas sobre os significados das constantes fugas dos índios em São Paulo desde o final do século XVII. Estes fugiam e ao contrário de buscarem isolamento, procuravam ocupação em outras propriedades onde tinham proteção. Monteiro argumenta que não

houve no contexto paulista fugas em massa. Escapavam e permaneciam no "circuito da sociedade local" sem se embrenharem pelos sertões.(145) De qualquer modo, nos casos em que os quilombolas e escravos fugidos procuraram a interiorização em São Paulo podem ter encontrado grupos indígenas. A propósito, por ocasião da expedição contra os mocambos de Mogi-Guaçu, em 1766, informou-se "que uma bandeira ao ver aldeias de gentio caiapó a dita bandeira dera com uma aldeia grande de gente preta".(146) Quanto a estes quilombolas dizia-se, igualmente, "que não fazem mal algum". A interiorização pode ter representado a sobrevivência de alguns mocambos paulistas. Ou seja, tais quilombolas podem ter, inclusive, tirado proveito desta situação naquela região, para se manter protegidos. O isolamento parcial pode ter sido, neste contexto, uma estratégia possível, pelo menos para alguns quilombos paulistas.(147)



Fonte: VOLPATO, Luíza Rios Ricci. "Quilombos em Mato Grosso ...", p. 213.

A interiorização e os quilombolas: um caso exemplar na Capitania do Mato-Grosso

É possível descortinarmos um pouco do processo histórico de interiorização de alguns dos quilombos brasileiros setecentistas, suas estratégias culturais e sócio-econômicas, seus sistemas de proteção e defesa e suas relações com grupos indígenas. Vamos atravessar, porém, para a Capitania do Mato-Grosso. Ali ao longo do século XVIII, particularmente na 2ª metade, surgiu um grande quilombo. Foi o quilombo do *Quariterê*, depois conhecido como *Pio-Iho*.(148) Segundo memórias de Felipe Joseph Nogueira Coelho, o "grande quilombo" teria surgido nas "campanhas do rio Galera". Por volta de 1770 foi atacado e destruído. Nele foram capturados entre homens, mulheres e crianças mais de 100 quilombolas, sendo que 30 eram índios. Segundo constava, no *Quariterê* já "havia tido Rei, mas então governava a Rainha viúva Tereza". Seu reinado era exercido juntamente com um "parlamento em que prezidia o capitão-mor José Carvalho e era conselheiro da rainha hum José Pio-Iho".

Sobre a Rainha Tereza - que teria sido capturada e suicidou-se na prisão - revelou-se que "mandava enforcar, quebrar pernas e sobretudo enterrar vivos os que pretendia vir por seus senhores". Além disso "cuidava muito da agricultura dos mantimentos, e algodão, e havia duas tendas de ferreiro".(149) Depois de supostamente destruído e seus habitantes capturados nada mais soube-se deste mocambo. Ele reapareceu no diário de viagem do

bandeirante Francisco Pedro de Mello enviado para o governador da Capitania do Mato Grosso em 1795. Esta viagem que durou quase sete meses, indo de maio a novembro tinha como principal objetivo "se destruírem vários quilombos, e buscar alguns lugares em que houvesse ouro".(150)

No dia 7 de maio a expedição, reunindo um pouco mais de 50 pessoas, entre guias, carregadores e soldados, embarcou no porto de Vila Bela. Desceu de canoas o rio Guarapé e após 4 dias de viagem chegava a foz do rio Branco. Devido às "margens pantanzas" desses rios, a navegação da expedição continuou até o dia 17. Nessa manhã a expedição marchou por terra até o dia 20, buscando "provas" de ouro. No dia seguinte tentou-se novamente com dificuldade a navegação das canoas, porém, além de "margens paladozas", havia "muitas madeiras atravessadas e cahidas pelo alveo do Rio". Já no dia 23 "partiram as canoas de retirada para Villa Bella, e a Bandeira partio por terra". Até o início de Junho "foram cortando vários correços e soccando-os, dos quaes uns não mostravam ouro algum, e outros com efeito o tinham nas mínimas provas". Penetrou-se no "centro das Serras de Parecis", região onde sabia-se ter existido o Quilombo do *Piolho*. Alias, um dos guias da expedição era um "preto já forro, e que fora apreendido há muitos annos" no mesmo mocambo. Toda esta região -- composta por extensiva área -- era formada por "grandes Ilhas, recebe muitos ribeirões e as suas margens e terrenos do centro são formadas por densa e alta mattaria, e as suas terras fundaes, as melhores que se podem dezejar para a cultura".(151)

Em meados de Junho, a expedição procurou acautelarse,

visto que:

"No dia 16 como se tinha visto fogos, e rastro de gente, que se julgar ser de gente se marchou com mais vagar e indagações, tanto em muitos correios que cortaram como notando os ditos rastros até o dia 18."(152)

A expedição seguiu tais rastros e no dia 19 capturaram-se alguns índios e negros fugidos. Explorando as matas circunvizinhas descobriu-se um considerável mocambo formado -- talvez para a surpresa dos integrantes da expedição -- por muitos índios, negros e cafuzos. Ao todo foram capturados 54 quilombolas, sendo 6 negros, 27 índios e 21 "caborés" (denominação para os descendentes dos índios com os negros). Havia 24 homens e 30 mulheres, incluindo crianças. A expedição permaneceu estacionada neste mocambo por mais de 45 dias, ou seja, do dia 20 de junho até 5 de agosto. Aproveitou-se, então, para perseguir alguns quilombolas que continuavam escondidos pelas matas a examinar os correios vizinhos, pois próximo ao "quilombo deu mostras d'ouro que foram as maiores que se acharam em toda esta diligência, e que dão esperanças de ali poder haver úteis descobertas". Com escassez de mantimentos, a expedição também aproveitou-se da economia dos quilombolas, "tendo se feito farinha de milho que ali se acharam, não só para os dias em que se demorou a Bandeira, mas ainda para 20 dias de marcha".(153)

Vale a pena aqui acompanharmos a descrição que o bandeirante Francisco Pedro de Mello fez deste primeiro mocambo atacado por sua expedição:

"O Quilombo do Piolho que se deu este nome ao rio em que está situado, foi atacado e destruído haverá 25 anos, pelo Sargento Mór João Leme do Padro, onde apreendeu numeroza escravatura, ficando naquele lugar ain-

da muitos escravos escondidos pelos mattos, que pela auzencia d'aquella Bandeira se tornaram a estabelecer nas vizinhanças do antigo lugar.

Destes escravos novamente aquilombados morreram muitos, huns de velhice e outros ás mãos do gentio cabixés, com que tinham continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres das quaes houveram os filhos caborés, que mostra a relação.

Destes escravos só se acharam seis vivos prezenemente, os quaes eram os regentes, padres, médicos, pais e avós do pequeno povo que formava o actual Quilombo, situado em hum bellissimo terreno muito superior, tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondozas mattarias, as excellentes e actualmente cultivadas margens dos Rios Galera, Savaré e Guaporé: abundante de caça e o rio de muito peixe, cujo rio é da mesma grandeza do Rio Branco.

A Bandeira achou no Quilombo grandes plantações de milho, feijão, favas, mandioca, manduim, batatas, caraz, abóboras, fumo, galinhas e algodão de que fazião panos grossos e fortissimos com que se cobriam."(154)

Destaca-se inicialmente o fato deste quilombo -- no caso o *Piolho* -- mesmo depois de ter sido considerado extinto ter reaparecido. Na realidade, as proprias autoridades sabiam que os quilombolas quando cercados e/ou atacados refugiavam-se no interior das florestas, procurando proteção. Após algum tempo reagrupavam-se e procuravam formar novos acampamentos. As expedições anti-mocambos, invariavelmente, destruíam os "ranchos" e as roças dos quilombolas, visando impedir que reorganizassem suas economias nos proprios locais. Como veremos mais adiante, a bandeira comandada por Pedro de Mello encontraria vários "ranchos de pretos fugidos" ao longo do percurso. Todos foram impiedosamente queimados.(155)

Outro fato interessante foi como o Quilombo do *Piolho* reapareceu na região. Por volta de 1770 -- segundo as autoridades -- teria sido ele destruído, sendo preso grande número de quilombolas. Porém, vários outros que permaneceram escondidos nas matas

tentaram reorganizar um novo mocambo. Houve, contudo, alguns obstáculos. Contínuos ataques dos indígenas *Cabixis* provocaram a redução da população quilombola local. Além disso, diversas mulheres indígenas haviam sido capturadas pelos quilombolas. A população deste mocambo, então, ganhou uma nova conformação. Era comandado por alguns negros -- entre os quais remanescentes dos antigos mocambos -- e vários indígenas e "caborés" (filhos de indígenas com negros). Aliás, no final do setecentos no Mato Grosso noticiava-se a existência de vários grupos indígenas. Destaca-se entre outros as tribos dos *Cabixis*, que sabia-se que estavam justamente localizadas nos campos dos Parecis, vivendo próximo as cabeceiras dos rios Guaporé, Sararé, Galera, Piolho e Branco e que "entre elles se occultão muito os nossos escravos fugidos".(156)

Como em várias regiões do Brasil, assim como das Américas -- para além dos conflitos e confrontos -- escravos fugidos aliam-se a grupos indígenas, formando, inclusive, pequenas comunidades.(157) Os argumentos sobre os contatos interétnicos -- negros e índios -- envolvendo os quilombos podem ser aqui reforçados. Podemos mencionar aqui as análises de Karasch quanto as estratégias dos grupos indígenas *Xavante* e *Caiapó*, na capitania de Goiás. Eram inimigos dos quilombolas, porém, em 1760, os *Xavante* juntaram-se aos quilombos, havendo miscigenação de negros fugidos com mulheres indígenas.(158) No Grão-Pará setecentista, fugitivos negros, índios e desertores uniram-se, confundiram as autoridades colonias e inventaram outras fronteiras. Já no Maranhão, principalmente na região de Turiaçu-Gurupi, no século XIX, seculares

mocambos de negros e diferentes grupos indígenas disputavam entre si e com autoridades e fazendeiros seus espaços de liberdade.

Na capitania de Mato-Grosso ao que se sabe eram inúmeros os grupos indígenas. Ainda em 1772 falava-se do envio de duas bandeiras partindo da vila de Cuiaba. Uma para perseguir os índios *Caiapo*s e outra para capturar os *Bororós*. Cerca de 80 índios foram presos e enviados para os aldeamentos. No ano seguinte quase todos tinham fugido.(159) Assim como podia ter havido conflitos, índios e negros em Mato Grosso também aliaram-se algumas vezes. Os índios *Gaicurús*, por exemplo, segundo informa Alexandre Rodrigues Ferreira "querem aldear-se nas margens deste rio [Paraguai], segundo se exprime uma preta crioula nossa, que elles captivarão quando rapariga, e prezenemente serve de lingoa".(160) Além dos quilombolas, os índios eram uma outra preocupação para as autoridades coloniais de Mato Grosso.

Entre os anos de 1740 a 1760, foram vários os ataques de grupos indígenas, matando brancos -- também negros -- e levando alguns como prisioneiros.(161) Temia-se também que estes índios aliassem-se aos "castelhanos" na fronteira com os domínios espanhóis.(162) No caso do *Piolho*, indígenas e cafuzos foram incorporados ao mocambo. Entretanto, podemos pensar de que modo os escravos -- fossem crioulos e/ou africanos -- agregaram-se a algumas aldeias indígenas. Apesar dos integrantes da expedição terem capturados 54 quilombolas e declarado extinto este mocambo, não sabemos o tamanho exato de sua população. Seriam os seus habitantes só aqueles capturados? Por certo, muitos outros quilombolas podem ter fugido para outras paragens. De qualquer maneira, des-

tacamos que as complexas relações entre indígenas e quilombolas podem ter propiciado recriações e reelaborações culturais diversas. Do Quilombo do *Piolho*, por exemplo, soube-se que:

"...os cabores e índios de maior idade sabiam alguma doutrina christã que aprenderam com os negros, e que se instruíram ella sufficientemente e com gasto nesta capital [Vila Bela] onde se fallaram portuguez com a mesma intelligência dos pretos, de que aprenderam e com todos estavam promptos para receber o baptismo..."(163)

Ressalta-se, ainda, quanto à referida descrição, a localização geográfica e a base econômica deste mocambo. Situava-se numa área cercada por rios e montanhas. Deste modo, tanto a proteção como os deslocamentos estavam facilitados. Do ponto de vista econômico, além da abundância de caça e de peixe, os quilombolas tinham uma considerável economia. Havia plantações de vários legumes, verduras e frutas. Tinham igualmente criações de galinhas. Parecia ser uma economia auto-suficiente para os quilombolas. Aliás, com o algodão que plantavam, produziam suas próprias roupas. Não podemos, contudo, descartar a hipótese de eles produzirem excedentes para facilitarem trocas mercantis com vendeiros, taberneiros, escravos e até grupos indígenas próximos. Uma outra moeda de troca podia ser o próprio ouro, disponível nos córregos da região. Assim como os quilombolas do Turiaçu maranhense descobriram minas de ouro. No Mato Grosso em 1750, mais propriamente em Vila Bela e nas regiões das minas de Cuiabá, tentava-se conter o comércio clandestino com participação de cativos. Proibiu-se, inclusive, a entrada de mercadores estrangeiros devido à "persuasão que fazem aos escravos para lhe comprarem por preços exorbitantes e ilícitos dispendendo nisso os jornaes dos senhores de que se

segue não só faltarem-lhe com elles mas fugirem com o medo do castigo". Neste commercio clandestino, no qual participavam os escravos, tais mercadores enganavam os "pretos na qualidade das fazendas para lhe levarem dobrado".(164) A propria Vila Bela era um importante entreposto de abastecimento para a região. Ali conseguia-se "carnes frescas de vaca e porco, galinhas, peixe, arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, aguardente, melancias, laranjas, alguns figos e uva, fora outras frutas do paiz e várias hortaliças".(165)

Voltemos agora à expedição. Após permanecer dias naquele mocambo, seguiu viagem levando como bagagem dezenas de quilombolas presos. A marcha prosseguiu no dia 6 de agosto. Até o dia 18 de setembro quando chegou ao Arraial de São Vicente, a expedição foi desbravando matas, socavando os córregos à procura de pedras preciosas e no caminho foram encontrados "alguns rastros e ranchos, que mostravam ser de pretos fugidos já abandonados que elle mandou queimar e que provavelmente se tinham retirado logo que lhes chegou a noticia da mesma Bandeira".(166)

A expedição dividiu-se. Uma pequena parte escoltou os quilombolas, então, presos do Arraial de São Vicente até Vila Bela. O restante da bandeira adentrou a região da Vila da Pindaituba, seguindo o "braço mais oriental do Rio Sararé". Em pouco menos de dois dias de marcha nessa região mais noticias sobre novos quilombos chegavam. Através de "dois escravos pretos" tomou-se conhecimento "aonde existia hum Quilombo nos mattos da Pindaituba, por viverem n'elle quando foram prezos por seus senhores, nesta Villa aonde vinham não só a comprar o que necessitavam, mais a

convidar para a fuga, e para o seu Quilombo outros alheios".(167)

Com a devida precaução a bandeira seguiu viagem e já no dia 30 fazia "pouzo em huns antigos ranchos de pretos fugidos". A marcha prossegue firme. Montanhas são transpostas e corrégos cortados. No dia 2 de outubro, finalmente, descobriu-se o Quilombo de *Pindaituba*. Segundo descrição, este estava:

"(...)...dividido em dois quarteis hum composto de onze cazas e o outro de dez, a cincoenta passos de distancia do primeiro. Os negros fugidos habitavam este Quilombo o abandonavam logo que tiveram noticia desta Bandeira, indo formar outro no corrego da Mutuca seis léguas a Norte do antigo, também dividido em dois Arrayaes três léguas distante hum do outro: do primeiro era capataz o negro Antônio Brandão com 14 negros, 5 escravas; e do segundo que formavam no principio de Agosto deste anno, o outro capataz era o escravo Joaquim Felix com 13 negros e sete negras."(168)

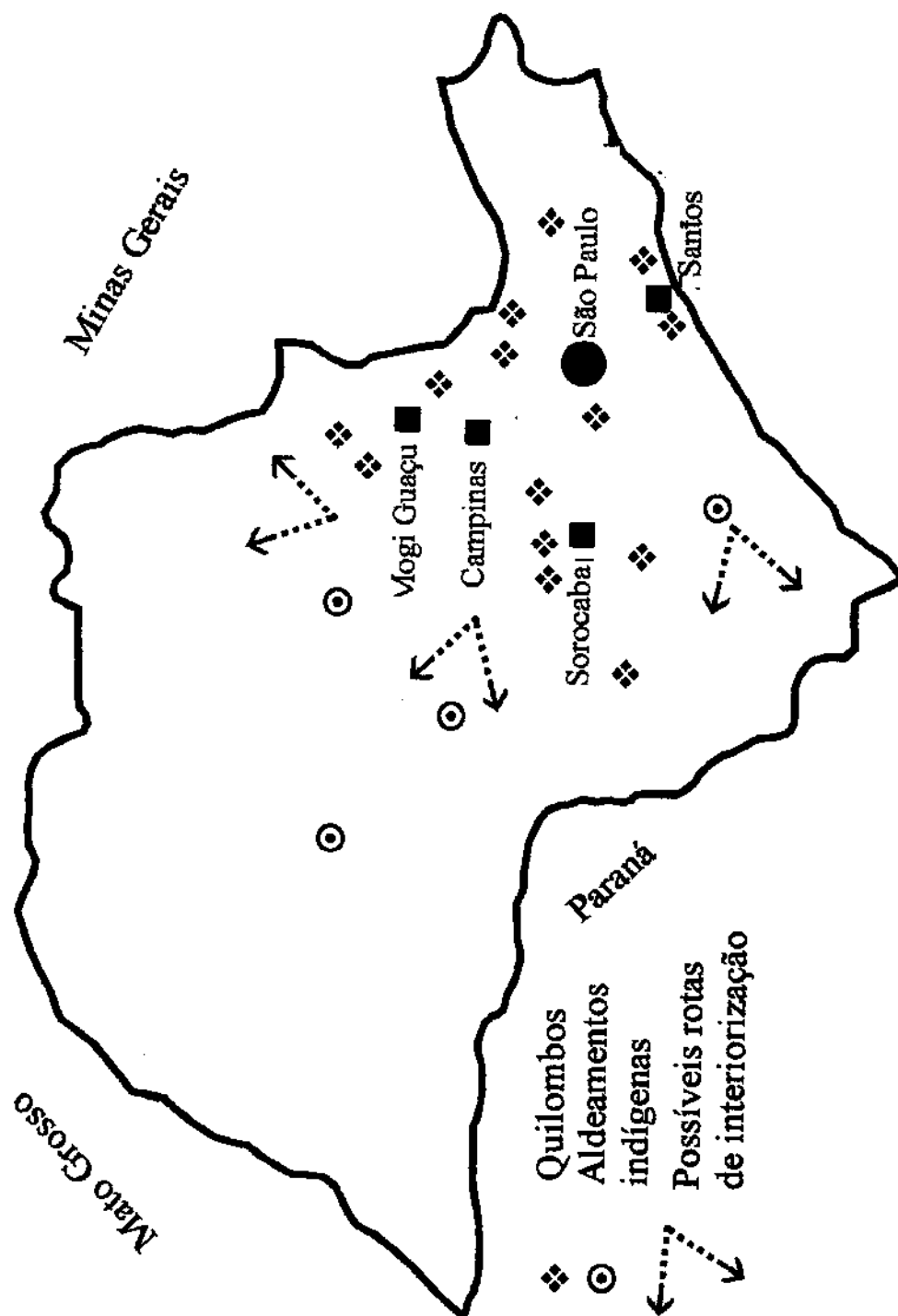
Ainda que não tenhamos elementos para tentar análises mais conclusivas, é interessante notar a forma da disposição -- no caso dois núcleos -- espacial nestes dois mocambos. Tal disposição pode revelar, entre outras coisas, grupos de parentesco rituais e simbólicos no interior dessas comunidades. Por que mocambos com prováveis reduzidas populações estavam divididos em núcleos equidistantes e separados? Enquanto um núcleo indicava a formação original dos mocambos, o outro podia representar, por exemplo, novos grupos de fugitivos que a ele incorporavam-se. Ou mesmo podia ser prática no interior de um só mocambo haver vários núcleos com funções especializadas e/ou divisões sócio-comunitárias específicas. Para os quilombolas maranhenses do Turiaçu já abordamos como podiam estabelecer inúmeros mocambos -- entre grandes, distantes, pequenos e próximos -- mantendo contatos e complementando-se economicamente e militarmente. Mais adiante discutiremos

este aspecto com mais detalhes para os quilombos de Minas Gerais.

No *Pindaituba*, em Mato-Grosso, a bandeira antes de seguir viagem conseguiu-se capturar um quilombola que com outros dois tinham vindo "buscar mantimento para a sua nova moradia". A bandeira vai em frente. Já em 3 de outubro depois de "mais trez legoas de marcha chegaram ao buscado Quilombo da *Mutuca*, que acharam abandonado pelo avizo dos negros fugidos". No dia seguinte depois de igualmente caminhar mais "trez legoas de caminho a rumo de Leste chegaram ao segundo Quilombo de *Joaquim Felix*, que também estava despejado".(169) Mais explorações nas matas vizinhas foram realizadas. Dez dias depois foram capturados:

"(...)...seis negros e cinco negras do Quilombo, os quaes deixou já arranchados em cinco pequenos ranchos perto das margens do Sararé, em que estavam tratando de huma negra que adoecera. Deste ataque ainda escaparam trez escravos que andavam fora à caça, e segundo a informação que deram ainda faltavam 37 pessoas de todo o Quilombo, 30 negros e 7 negras."(180)

São Paulo, s. XVIII



Enfrentando o "rigor do tempo" e muitas vezes passando "sem abrigo algum nem sustento" a marcha desta bandeira durou até meados de novembro. Nas palavras finais do diário de Pedro de Mello ela parece ter sido proveitosa, posto que "este informante e laborosa diligência com seis meses e meio de trabalho em que acharam muitas terras auríferas suposto que de pouco conto enviam as mattarias excellentes formadas por madeiras de grande grossura e comprimento e preciozissimas para a construção de canoas e obras públicas e particulares". Quanto aos quilombolas, além dos 54 inicialmente presos -- a maior parte índios e "caborés" -- no mocambo do *Piolho*, foram presos mais 30 negros, "queimando e destruindo-lhes os seus quilombos e plantações". Posteriormente o quilombo do *Piolho* foi transformado em *Aldeia Carlota*. Por decisão das autoridades que esperavam encontrar ouro no "terreno contiguo a este quilombo" foram enviados para lá ferramentas, mantimentos e índios aldeados. Soube-se depois que pouco ouro foi encontrado. Descoberto ou não ouro, o certo é que transformar um antigo quilombo -- que teimava em ressurgir -- num aldeamento indígena foi sem dúvida uma estratégia de evitar este e outros quilombos ali. Aliás, estratégia parecida foi utilizada na região das Minas Gerais em 1718, quando foi dada ordem para ser formada uma aldeia de índios dispersos na Comarca do Rio das Velhas para afugentar os mocambos de negros.(171) Inaugurar-se-ia no século XVIII mais uma estratégia de conter os quilombolas, qual seja, transformar as áreas de seus mocambos em aldeamentos de índios. Na província do Maranhão já vimos que tal estratégia seria aper-

feiçãoada com as tentativas de se criar colônias militares e de migrantes nordestinos justamente nos locais aonde tinham existido mocambos.

A partir dessa original descrição -- um diário de viagem -- foi possível perceber como que em alguns momentos, diversos quilombos podem ter buscado a interiorização. Este processo, em parte, pode ter propiciado a própria interiorização da colonização brasileira até, pelo menos, o final do século XVIII. Além disso, várias alianças, principalmente com indígenas, tiveram que ser forjadas. Na Amazônia setecentista --- com outras lógicas e especificidades --- a movimentação dos fugidos, negros e índios e as formações de mocambos acabou expandindo-se, pelo menos demarcando as fronteiras colônias internacionais. Também é possível pensar aquele processo para a Capitania do Mato-Grosso. A região de Vila Bela era área de fronteira com mineração e criação de gado. Havia ali disputas coloniais e índios nas fronteiras espanholas no século XVIII.(172) A este respeito Davidson faz uma interessante abordagem mostrando que a ocupação da fronteira do Mato-Grosso foi feita não só a partir dos interesses coloniais (Portugal e Espanha), mas também de *paulistas*, mineradores, comerciantes de Cuiabá e jesuítas das missões de *Moxos* e *Chiquitos*. Poderíamos acrescentar aqui igualmente os argumentos de Volpato a respeito da participação de variados grupos indígenas articulados com escravos fugidos que povoaram diversas regiões de Mato-Grosso. Assim como nas Capitanias do Pará e Rio Negro havia o problema endêmico das fugas de negros e índios, também as freqüentes deserções militares e as percepções políticas dos fugitivos e colonos

nas áreas de fronteiras mato-grossenses.(173)

Voltando para Sa_o Paulo

Devido ao recorte geografico e econômico do interior da Capitania de Sa_o Paulo tal processo de interiorização pode ter ocorrido com os mocambos paulistas entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Segundo Oracy Nogueira -- estudando a região de Itapetininga -- as regiões de fronteiras eram muito procuradas pelos fugitivos paulistas. Em 1773, pelo menos 15 escravos negros tinham abandonado a fazenda Real de *Aragariguana* e desconfiava-se que estivessem acoitados em Sorocaba ou Itapetininga. No ano seguinte, denunciou-se que alguns destes fugidos tinham descidos "para o Sul, furtando cavallos pelo caminho para o seu transporte".(174) Em 1778 havia informações de haver no interior paulista "dois grandes quilombos compostos de escravos fugidos das minas e que estabeleceram nos sertões que margeavam o Tietê".(175) Dois anos depois o capitão-mor de Itú, Vicente da Costa Tacques Góes de Araujo era informado da prisão de fugitivos negros no "quilombo situado em Itapetininga".(176) Uma indicação da possibilidade da interiorização de alguns quilombos paulistas no final setecentista é que o viajante J.E.Pohl nas primeiras décadas do século XIX encontrou um quilombo na região de Minas Gerais formado de fugitivos escravos do interior paulista.(177) A propósito, o movimento de quilombolas de uma região para outra, atravessando mesmo capitânicas não era incomum. Naquela denúncia de dois mocambos paulistas no "rio Tietê, car-

reira do Cuiabá" em 1778, dizia, por exemplo, que os quilombolas tinham:

"...de sessenta annos para cima e alguns dos moços já de trinta annos de idade, pagões, nascidos naquelles quilombos, que por antigos já se não sabe quem erão os senhores, tendo vindo da Capitania de Minas Geraes estabelecer-se nesta"(178)

Em 1789, sobre os cativos capturados em um quilombo no Tiete denunciava-se suas intenções de "fugirem aos seus senhores e voltarem àquela dissoluta vida". Antes disso, já em 1764, as autoridades coloniais das Capitanias de Minas Gerais e São Paulo discutiam sobre a demarcação de seus territórios e a responsabilidade de reprimir os mocambos. Devemos lembrar como os fugitivos do Grão-Pará passavam tanto para a Capitania do Maranhão como desciam para as minas de Mato-Grosso e Goiás. No caso paulista, as autoridades mineiras acusavam, inclusive da falta de interesse da "Camara da dita Comarca de São Paulo" assim como de "seus habitantes, para rebaterem os insultos, que cometião os referidos negros" quilombolas. Aliás, a interiorização dos quilombos paulistas setecentistas também pode ser pensada como um caminho de volta. Ou seja, desde a primeira metade do XVIII, noticiava-se de negros fugitivos das Minas formando quilombos em terras paulistas. Tal processo durou todo o século XVIII. Com a repressão sistemática - quem sabe - alguns grupos quilombolas resolveram fazer novas migrações. Em 1802, próximo ao rio Piracicaba, seria atacado um quilombo "com negros fugidos das Minas".(179)

E interessante notar, entretanto, como as notícias sobre quilombos paulistas diminuem no final da 1ª metade do século XIX quando, paradoxalmente, o tráfico negreiro transatlântico despeja

milhares de africanos para as lavouras cafeeiras de São Paulo. Outrossim, para os primeiros anos do século XIX há algumas indicações sobre a existência de mocambos em várias regiões da Capitania paulista, inclusive localizados próximos à cidade de São Paulo. Em março de 1804 notícias vindas de Piracicaba davam conta da "fermentação em que os negros estavam para se aquilombarem". O comandante da Vila de Piracicaba procura reunir recursos -- junto, inclusive, aos proprietários locais -- para suprir a "despesa da pólvora, bala e mantimentos" da expedição a ser preparada para destruir tais quilombos. Na ocasião, preocupava-se com a rapidez da repressão, uma vez que "considerando ser preciso quanto antes investi-los e atacá-los, não lhes dando com o tempo força para se arrojarem a maiores insultos".(180) No final deste mesmo ano outra diligência contra mocambos era preparada. As autoridades da Vila de Paranaguá procuravam certificarem-se das denúncias a respeito da existência de "hum Quilombo no Anhaya, em que se acoutão criminosos, e muitos escravos fugidos".(181)

Já em 1807 a movimentação de quilombolas próximos à cidade de São Paulo deixam as autoridades coloniais sobressaltadas. Os capitães das Ordenanças das freguesias da Penha, de São Bernardo, de Santana, da Senhora do Ó, de Cutia, de Santo Amaro e da Conceição são informados das "dezordens, roubos, e dezacatos cometidos pelos negros fugidos e aquilombados nas vizinhanças desta Capital".(182) Da região de Itú, eram enviadas ordens para prender os "malfeitores que andão cometendo insultos naquelas vilas e seus destrictos".(183) Em fins de 1809, o medo pânico, de fato, tomou conta das Vilas de Itu, Sorocaba, São Carlos (mais tarde

Campinas), Porto Feliz e Itapetininga. As autoridades dessas regiões temiam uma insurreição quilombola organizada, inclusive, com os escravos das plantações. Dizia-se que os quilombolas de Itu, São Carlos, Itapetininga e Porto Feliz estavam "de mãos dadas, e talvez de acordo com os escravos das Fazendas das mesmas, andão impunemente commettendo insultos, roubos e mortes pelos caminhos".(184) O temor de que quilombolas e escravos insurgidos nas fazendas se juntassem numa grande rebelião existiu em todos os lugares em vários tempos.(185) Em um ou outro contexto --- como foi nas fronteiras amazônicas e no caso da insurreição de Viana, de 1867 --- o medo voltou a ficar sólido como uma rocha, chegando a emergir um pânico "haitianismo". Da Vila de Itu viriam as informações mais detalhadas sobre a possível eclosão de uma insurreição quilombola. Segundo o referido Capitão-Mór Goes de Araújo, os escravos de várias regiões estavam:

"...em total insurreição, e dezobediência fugindo a se- os Senhores, e em quilombos, ou em quadrilhas armados de flexas, e de outras armas vindo atacar os viandantes, e as fazendas, roubando, matando, e praticando outros insultos até dentro dessa Villa, e até mesmo propondo-se a formarem húa sedição na noite próxima do Natal em os Districtos de todas as mencionadas Villas".(186)

O medo da eclosão de um grande levante, envolvendo tanto os negros nas plantações como nos mocambos locais parece ter tomado conta das autoridades coloniais paulistas na ocasião. Quanto ao "estado de insurreição" dos escravos em São Paulo dizia-se ainda:

"...no Brazil todos os dias se estão vendo negros libertos, ou cativos forsarem mulheres brancas, já não digo estranhas, mas até suas mesmas senhoras, matarem os feitores, e os próprios senhores sem que se tenha con-

cluido daqui; que a Escravatura do Brasil está levantada em estado de insurreição contra os brancos, e bom sera, que nesse que disse ella se havia effectuar na noite do Natal se lhe dem dobrados assoites em premio da boa nova."(187)

Segundo avaliaram, então, as autoridades paulistas, parte destas informações e denúncias deveriam ser tão somente creditadas a boatos.(188) As justificativas para o pânico e a instabilidade de seu volume eram sempre as mesmas. Em 1811, da região de Linhares, surgiam denúncias da existência de "hum quilombo de negros fugidos" nos "mattos da Fazenda de D. Maria Fausta". Foi dada ordem ao Capitão das Ordenanças da Vila de Castro Cirino Borges de Macedo:

"...com todo o segredo vá dar no Quilombo prenda todos os negros, e negras que poder, e desmanche-o, e se aprehensão todos os instrumentos com que estão tirando ouro"(189)

Até pelo menos a metade do século XIX as notícias sobre mocambos em São Paulo parecem ter diminuído. Não sabemos, ao certo, se os quilombos mais antigos -- formados no século XVIII -- isolaram-se, procurando proteção mais para o interior ou se novos e duráveis mocambos foram formados.

Caso nosso argumento esteja correto podem ter acontecido os dois processos. Ou seja, no alvorecer dos oitocentos grupos quilombolas mais antigos procuraram a interiorização para outras áreas -- enquanto as fronteiras agrícolas paulistas avançavam rapidamente. Juntando-se ou não, garantidos pela proteção -- mesmo involuntária -- de tribos indígenas, migravam para as regiões de Minas Gerais e, principalmente, Mato-Grosso e Goiás. Outros grupos de quilombolas menores -- formados basicamente por homens --

podem ter continuado em São Paulo, transformando-se em grupos de salteadores. Ao mesmo tempo, com o impacto do tráfico negreiro e a expansão açucareira (e depois o café), podem ter se formado novos quilombos. Estes ao invés de afastados, ficavam sempre próximos aos engenhos, contando com a solidariedade de cativos assenhalados e mesmo taberneiros, camponeses e caipiras. Alguns desses quilombos podem até ter desenvolvido uma pequena economia camponesa. A propósito, em 1809, denunciavam-se os escravos da fazenda Monjolinho em Campinas que estariam cometendo desordens. Aliás, aproveitavam-se para isso dos domingos e dias santos. Suspeitando-se de levantes foram eles castigados "com duzentos açoites no pelourinho cada um dos escravos da fazenda do Monjolinho pelo crime de resistencia".(190) Mais de vinte anos depois, os cativos desta mesma fazenda -- agora articulados com escravos africanos de diversas fazendas da região -- tramaram uma grande insurreição. Como um dos seus líderes figurava um escravo tropeiro da cidade de São Paulo que com suas andanças procurava articular vários outros cativos, inclusive, alguns libertos. Preparavam várias armas e com suas "meizinhas" acreditavam "amamçar os brancos e livrar a eles pretos do chumbo". Sabiam das leis da repressão ao tráfico. Quem sabe não contassem também com ajuda de quilombolas da região ? Após investigações e instauração de processo para julgar e condenar os revoltosos -- posto que o plano de insurreição foi descoberto -- uma testemunha declarou ter ouvido dizer de um dos escravos articuladores do levante que "ainda havia de hir no Quilombo ou Calomba e que não sabia elle testemunha se era esta alguma Fazenda ou Quilombo de negros no mato".(191)

Mais pesquisas com maior fôlego podem confirmar ou não esta nossa suposição. É claro que quilombos continuaram a surgir ao longo do século XIX -- principalmente na 2ª metade -- em toda a Província de São Paulo, destacadamente nas áreas de Jundiaí, Campinas e Itu basicamente onde uma tradição de luta quilombola já existia desde o século XVIII.(192)

III. Mocambos setecentistas e os Mapas das Minas Geraes (1769)

De um modo geral, as fontes manuscritas disponíveis para o estudo dos quilombos brasileiros pouco informam quanto à sua organização interna. Os nossos olhares sobre os mocambos no Brasil ficaram, portanto, sempre restrito aos aspectos militares e das capturas dos quilombolas. Dados sobre a economia e principalmente a organização interna dos quilombolas aparecem na documentação disponível, via de regra, de forma escassa e fragmentada. Pesquisas mais recentes de arqueologia dos quilombos no Brasil -- especialmente de Palmares -- têm sugerido a importância de outras fontes e perspectivas de análises. (193)

Como entrar nos quilombos ? Pouco capitães-do-mato devem ter conseguido isto. Expedições militares quando o fizeram encontraram apenas mocambos abandonados. A intenção desta seção não é outra. Vamos tentar conhecer o que foram -- ou poderia ter sido -- alguns quilombos coloniais na sua estrutura interna. A partir de uma documentação original, no caso seis plantas de mocambos localizados na Capitania de Minas Gerais no século XVIII, analisaremos diversas perspectivas das possíveis estruturas sócio-econômicas e simbólicas-rituais nas quais podiam se organizar alguns mocambos no Brasil Colonial.

Estas plantas permitem-nos abordagens que sugerem como podiam estar organizados alguns mocambos mineiros. Um olhar mais profundo sobre elas, assim como o seu cruzamento com outras fon-

tes históricas e a bibliografia mais recente, pode nos revelar vários aspectos desses mocambos: práticas econômicas, estratégias de defesa, moradia e significados rituais.

Esta original e inédita documentação encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Ela faz parte da Coleção Ottoni, que possui o arquivo do Conde de Valadares, com cerca de 12 códices, reunindo 3.671 documentos manuscritos.(194) Ao que se sabe, a única planta de quilombo brasileiro de que se tem notícia foi publicada por Stuart Schwartz. Trata-se da planta do *Buraco de Tatu*, na Capitania da Bahia, que foi destruído em 1763 e a respeito do qual falaremos na próxima seção.(195) No caso dos mocambos mineiros de 1769, as plantas que aqui discutiremos se referem aos quilombos de *São Gonçalo*, do *Santos Fortes*, ao *chamado do Rio da perdição*, ao quilombo de *um dos braços da perdição*, ao do *Ambrósio* e ao da *Sambabaia*.(196)

Desenhando os mapas: ouro e mocambos

A Capitania das Minas Gerais ao longo do século XVIII era florida de mocambos por toda a parte. Segundo um levantamento de Waldemar de Almeida Barbosa existiram cerca de 40 quilombos em Minas Gerais no século XVIII. A pesquisa mais completa e recente de Carlos Magno Guimarães indica a existência de 127 quilombos.(197)

Desde o final do século XVII as autoridades coloniais se preocupavam com quilombos em várias regiões da Capitania de Minas Gerais. Em 1711, já se concediam patentes aos "homens-do-mato"

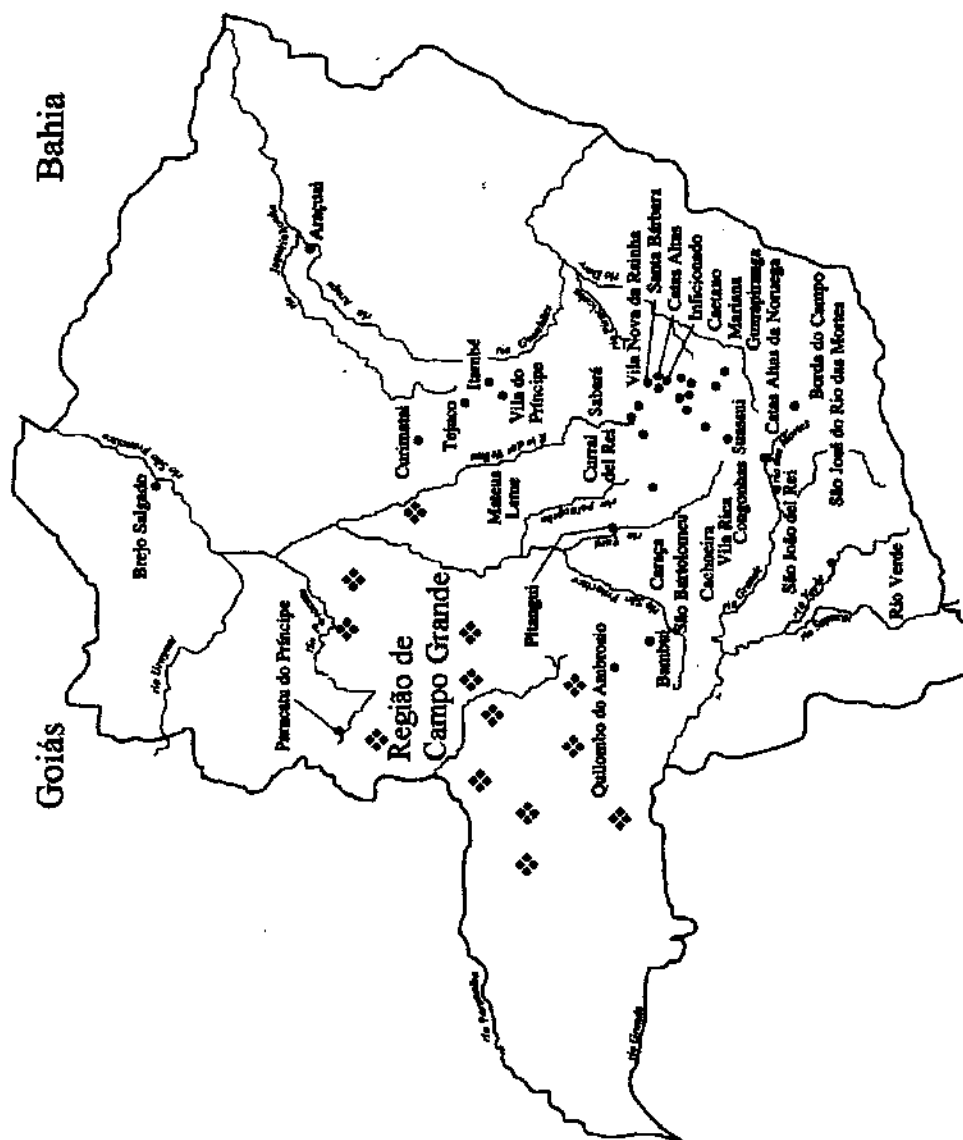
para que eles perseguissem quilombolas. Varias tropas seriam formadas para destruir os mocambos mineiros. No início do século XVIII, as autoridades mineiras admitiam sua incapacidade de, sozinhas (enquanto poder público apenas), dar conta da destruição de tantos mocambos. O Conde de Assumar, por exemplo, determinou que o governo apoiaria "toda pessoa de qualquer qualidade ou condição" que quizesse preparar expedições. Os mocambos eram tantos que alguns foram descobertos por acaso, por expedições com o objetivo principal de procurar novas áreas auríferas pelo interior da Capitania. Muitos dos sítios encontrados já estavam abandonados pelos quilombolas. No início do século XVIII descobriu-se acidentalmente o quilombo da *Casa da Casca*. Em 1745, uma expedição à procura de ouro descobriu o quilombo *Araçuaí*. O alferes Bento Rebello, em 1766, quando caçava acabou encontrando um quilombo em Pitangui. Em 1768, descobriu-se um mocambo entre as cabeceiras dos rios Indaia e Abaeté.(198)

Juntamente com o contrabando de ouro e diamantes, os mocambos mineiros eram considerados problemas crônicos pelas autoridades coloniais. Existiam, assim, mocambos por todos os lados. Em 1735 dava-se conta da existência de um quilombo próximo da Vila do Tijuco.(199) Em 1777, as autoridades coloniais mineiras preocupavam-se com os quilombolas que cometiam "atrozes delitos", sendo "com maior escandalo no Termo de Mariana, onde infestao as estradas públicas, e assaltarão as fazendas, assoutando nellas homens brancos, e violentando as mulheres".(200) As regiões de Mariana, Sabará, Serro Frio, Tijuco, São João d'El-Rey, Baependi, Vila Rica, Caeté, Campo Grande, Rio das Mortes, Diaman-

tina, Pitangui e Paracatu, eram, entre outras, áreas "infestadas" de quilombolas. Entre essas várias áreas, destaca-se, sem dúvida, a região de Campo Grande.

Denúncias de 1746 já apontavam para existência de mocambos nesta região desde o início do século. No ano de 1751, o Conde de Bobadella enviou correspondência aos juizes e oficiais do Senado da Camara da Vila de Rio das Mortes e São João del Rey informando a respeito do "prejuízo que causavão os calhambolas que estavam aquilombados em Campo Grande".(201) O grandioso e conhecido quilombo do *Ambrosio*, por exemplo, localizava-se próximo a esta região. Em 1759, uma primeira experiência anti-mocambo nesta área seria feita sob o comando de Bartolomeu Bueno do Prado. Uma expedição em 1769 localizou cerca de oito mocambos ao longo de sua jornada por estas paragens. Vamos a ela.

Quilombos de Minas Gerais, s. XVIII



- ❖ Localização provável dos quilombos atacados na expedição de 1769. • Localização provável de outros quilombos. Adaptado de: GUIMARÃES, Carlos Magno. "Mineração, Quilombos e Palmares...", p. 157.

O Mestre-de-Campo Inácio Correia de Pamplona no ano de 1769 iniciou uma longa jornada pelo sertão da Capitania das Minas Gerais, mais especificamente, as regiões de Campo Grande, Caieté e Paracatu. Esta expedição tinha vários objetivos: desbravar novas terras, descobrir outras áreas para a mineração e destruir mocambos. A marcha iniciou-se no dia 18 de agosto. A tropa era composta por quase uma centena de homens, incluindo treze cavaleiros, padres, médicos ("cirurgiões"), músicos (a maioria escravos) e ainda 58 cativos munidos "com armas de espingarda, clavinhas, facões, patrona, pólvora, chumbo e bala". Para o seu abastecimento durante esta jornada a expedição trazia "52 bestas de carga, com comestivos e bebidas, de várias qualidades tanto da terra como do Reino; em que também entrava uma bem preparada e sortida botica".

A longa jornada parece ter sido proveitosa. Entre os meses de agosto e novembro de 1769, tal expedição percorreu centenas de léguas em busca de ouro. Desbravaram-se novos caminhos. Vilas e arraías foram fundados. Ergueram-se igrejas e capelas. Construíram-se pontes. Extensivas lavouras foram estabelecidas. Levou-se "justiça" (resolução de contendas) a populações longínquas. Enfermos que se encontraram no caminho (além daqueles feridos na própria expedição) foram curados. A fé católica foi promovida nos quatro cantos daquela região. Alguns mocambos acabaram incendiados e destruídos, e fugitivos foram capturados.(202)

Por determinação do referido Mestre-de-Campo foi "mandado fazer um mapa de todo o País que fosse avançado na viagem". Além

do mapa do percurso da jornada, marcando todas as propriedades, povoações, rios, igrejas, pontes, capelas, etc, desenhou-se também as plantas de seis mocambos então encontrados. Nestes desenhos das plantas aparecem casas, roças, sistemas de defesa e localização dos mocambos. O que se queria revelar nestas plantas ? O que se passava na mente -- também cartográfica -- de seu desenhista ? Pouco sabemos. Sugerimos ao leitor desta seção tentar entrar também -- em nossa companhia -- nestes mocambos.

Espaços e casas

Com relação à organização interna, destaca-se nestas plantas, inicialmente, a disposição espacial das "casas" (habitações) nestes mocambos. Além das "casas" propriamente ditas dos quilombolas, temos outros tipos de construções: a "Casa de tear", a "casa de pilões", a "casa do Concelho" e as "casas de ferreiro". É interessante notar que estas outras casas estavam localizadas no centro dos mocambos ou então mais afastadas e/ou distantes das demais. Embora não tenhamos informações detalhadas e pesquisas conclusivas a este respeito, é possível especular sobre a organização social dos mocambos a partir da disposição espacial das casas. As casas de ferreiros, e/ou aquelas do "concelho", suas funções e localizações, por exemplo, podiam estar relacionadas com significados religiosos (também rituais) de origem africanas reinventados nos mocambos formados no Brasil. Ao que se sabe, os ferreiros tinham grande proeminência em vários grupos étnicos das regiões africanas de língua Bântu, representativas no tráfico ne-

greiro para o Brasil, principalmente para Minas Gerais ao longo do século XVIII.

Balandier, a propósito, destaca que entre os africanos da região do Congo, na África Central, a figura do ferreiro era muito respeitada. Esta deferência estava ligada aos seus poderes espirituais. Ele cita o reino do *Ndongo*, cujo mito de fundação relacionava-se com o poder do ferreiro, provedor tanto das armas de guerra como das ferramentas para a agricultura. Os poderes espirituais dos ferreiros ligavam-se a cerimônias religiosas específicas. (203) Não só no *Ndongo* mas em toda a África Central -- entre os séculos XVI a XVIII -- havia uma lenda geral de que os reinos teriam sido fundados por um generoso, habilidoso e sensato ferreiro.

Diz a tradição que o reino do *Ndongo*, por exemplo, teria sido fundado por um ferreiro denominado *Angola Bumbambuila*, que veio do Congo e estabeleceu seu povo na região. Do ponto de vista africano, os reis ferreiros eram tipicamente vistos como governantes conciliadores de políticas descentralizadas. Em algumas áreas da África Ocidental, Meillassoux destaca que os ferreiros tinham poderes rituais, políticos e simbólicos. (204) Ainda que de forma provisória -- em virtude da natureza dos dados que possuímos -- é possível pensarmos a presença de "casas de ferreiros" e "casa e forja de ferreiro" nestes mocambos mineiros assim como suas localizações destacadas como indicativa de significados muito mais amplos e complexos do que somente uma relação econômica e militar. (205) Já vimos para vários outros quilombos brasileiros a existência de "forja" para ferreiros.

Essas prováveis reinvenções culturais de práticas africanas podiam acontecer no Brasil, tanto entre os escravos como entre os quilombolas. No "quilombo de um dos braços da perdição" destacam-se além das "casas" dos quilombolas (provavelmente suas habitações), a "casa de tear" e a "casa do Rei". Esta ficava justamente no centro das outras. Já no "quilombo chamado do Rio da perdição", aparece, igualmente com destaque, a "casa do concelho" (seria o ponto de reunião das lideranças deste mocambo ou então local de realizações de cultos religiosos e cerimônias?), próxima a "casa do tear".(206) Quanto ao quilombo *Sambabaia*, o desenho da planta indica a existência da "casa de audiência com assentos" localizada mais distante. Enquanto isso a "casa e forje de ferreiro" ficava bem no centro entre outras "casas".

A localização, as designações e as funções sociais de tais "casas" sugerem a existência de uma organização política (quem sabe militar e/ou religiosa) no interior destes mocambos. Além da possível proeminência dos "ferreiros", por exemplo, havia a presença de "reis" em alguns mocambos. Esta organização, por sua vez, pode ter-se originado tanto de tradições africanas como da recriação cultural dos quilombolas brasileiros.

Quanto a esta questão, para a região de Minas Gerais, no século XVIII, a própria documentação manuscrita, em alguns momentos, nos fornece mais pistas. Em 1746, o governador Gomes Freire de Andrade informava que no quilombo do *Ambrósio* "estão barbaramente por mais de 600 negros que consta estarem com Rei e Rainha em quilombo, a quem rendem obediência".(207) Ressalta-se no entanto, que na descrição da planta do *Ambrósio*, em 1769, não há

indicações de "casas" de "ferreiro", do "rei", do "tear" e/ou do "concelho". Existe apenas a descrição da disposição espacial de cerca de mais de 30 habitações denominadas "casas do Centro do Quilombo". Enfim, embora tais indícios nas plantas e documentação manuscrita constituam apenas fragmentos, é possível sugerir que tenha havido, de fato, significados culturais e religiosos profundos por detrás da organização política e da constituição de lideranças em alguns mocambos mineiros. Para as paragens maranhenses -- que vimos na parte II desta tese -- apareceram com frequência as denominações "chefes", "reis" e "rainhas" para os quilombolas. Podia haver, de fato, uma organização política asentada na própria realidade cotidiana daqueles mocambos. No Turiaçu, por exemplo, Daniel que foi o "chefe" da insurreição de Viana não era propriamente o "rei" do quilombo *São Benedito*, de onde partiu os revoltosos em 1867. Este mocambo era comandado por José Crioulo. Por sua vez, em 1877, no ataque ao quilombo *São Sebastião*, Daniel já apareceria como "rei" e mais: hábil negociador. O preto Estevão apontado pelos próprios quilombolas como "chefe" e "feitiçeiro" era apenas um dos líderes do mocambo *Limoeiro*. Em 1868 era já acusado de ser "chefe" do "mocambo=guia", localizado entre Maracassumé e Montes Aúreos. Ele próprio, porém, admitiria, em 1878 que "não tinha bastante força moral e energia preciso para obrigar" os quilombolas do *Limoeiro* a se entregarem, negociando a rendição com as autoridades. Ali estes estavam divididos em vários "grupos" e "chefias", obedecendo as estratégias familiares e de trabalho.

Em 1737, na Capitania de Minas Gerais, uma expedição ata-

cou e destruiu um quilombo e foram presos "negras e crianças", sendo que faltou capturar um "mulato intitulado Rei com uma concubina, dois filhos e quatros escravos". Já em ataque a um mocambo na localidade do Forquim, dizia-se que os quilombolas "tinham por rainha" uma negra.(208) Entre os anos de 1768 e 1773, durante o governo do Conde de Valadares, mandou-se "atacar alguns quilombos de negros fugidos, entre os quaes foi hum muito numeroso, que havia na Comarca do Rio das Mortes, e que se governava por modo de República, da qual era Rey hum negro atrevido chamado o Bateeiro".(209)

No próprio mocambo baiano do *Buraco de Tatu* de que falamos sabia-se da existência de "dois chefes ou capitães", sendo que as esposas destes eram chamadas de rainha. Enfim, é possível supor que tais "lideranças" como outras de diversos quilombos brasileiros, principalmente no período colonial podiam se ligar às práticas culturais sócio-religiosas de origem africana. Além do rei-guerreiro em várias regiões da África negra prevalecia a atuação do rei-sacerdote e divino, o que proporcionava ao líder religioso alto status.(210) Nos quilombos do Brasil, portanto, tal status recriado possivelmente podia garantir aos líderes grau máximo de autoridade, pois, além de comandar os quilombolas, podia exercer papéis religiosos que determinavam as funções vitais da comunidade, seja presidindo as colheitas, seja servindo como mediadores junto aos espíritos ancestrais, muito importantes entre os escravos africanos de grupos lingüísticos Bântu.

De qualquer maneira, apesar das palavras "rei" e "rainha" aparecerem na documentação associadas às lideranças políticas e

militares dos mocambos brasileiros desde Palmares no século XVII pouco sabemos até agora o que significavam, de fato, em termos de organização para os quilombolas, levando em conta não só suas tradições africanas mas igualmente suas adaptações no Brasil.(211) Cabe ressaltar, inclusive, que mesmo considerando as tradições africanas, nos séculos XVII a XIX povos na África estavam passando por profundas transformações em que as noções de autoridade e as ideologias políticas ganhavam novas dimensões. Na África Central, por exemplo, podemos citar a conquista (sec. XVII) do reino dos *Mbundos* pelos *Imbangalas* (também conhecidos por *Jagas*) e as estratégias de incorporação destes últimos às instituições sócio-políticas dos conquistados. Já na costa africana ocidental, mais propriamente o reino do Daome, efetuou-se ao mesmo tempo uma "revolução e manutenção" das ideologias do poder real (ao nível do parentesco, culto do ancestral real, poder divino, relações de riqueza e justiça, etc) quando das conquistas e guerras civis junto a outros reinos vizinhos entre os séculos XVII e XVIII.(212)

Quanto a localização das "casas" nas plantas dos mocambos mineiros, destacamos ainda que no quilombo *São Gonçalo* aparecem duas "casas" sem qualquer denominação, bem afastadas das demais. Seriam estas casas a moradia dos "reis" deste quilombo? Na planta do mocambo baiano do *Buraco de Tatu*, Schwartz também destacou a localização de nove casas "separadas da parte principal do povoado". Ele sugeriu que estas habitações separadas podiam indicar "simplesmente recém-chegados", "liderança política dividida", "residência de uma linhagem incapaz de viver no povoado princi-

pal" ou então a moradia de "um grupo etário do sexo masculino aos quais se determinava que vivessem separadamente".(213)

Para o quilombo *São Gonçalo* cabem também algumas especulações. Podia tratar-se da moradia de "reis" ou então de lideranças religiosas do quilombo, onde poderiam ser realizadas algumas cerimônias sagradas ou profanas. Como indícios sugestivos nesta direção podemos citar as descrições de Balandier sobre a África. Destaca este que, em alguns povos do Reino do Congo (sécs. XVI a XVIII) as casas dos chefes eram separadas, tendo significados sagrados, e o acesso a elas proibido aos demais habitantes, podendo os infratores ser punidos.(214)

Ainda com relação a disposição espacial das habitações dos mocambos no Brasil e a possibilidade desta disposição espacial expressar relações políticas, simbólicas e até mesmo religiosas comparações podem ser feitas. Vale citar aquele episódio dos quilombos da Capitania do Mato Grosso no século XVIII. Lembremos: em dois quilombos invadidos constatou-se divisão interna entre eles: enquanto o quilombo de *Pindaituba* existiam "dois quartéis, um composto de 11 casas e outro de 10, a 50 passos de distância do primeiro", no quilombo de *Mutuca* havia a divisão de "dois arraiais 3 léguas distantes um do outro".(215) Também em Turiaçu, no Maranhão, as casas dos grandes quilombos --- vimos nos ataques a *São Benedito*, *São Sebastião* e ao *Limoeiro* -- não ficavam necessariamente concentradas num único arraial. Pelo contrário, estavam distantes e dispersas, porém integrando-se aos mocambos menores e de formações mais recentes.

Outros possíveis aspectos da organização interna dos mo-

cambos mineiros do século XVIII podem ser revelados por estas plantas. Dentre eles destacam-se: a população dos mocambos, as estruturas das habitações e as estratégias familiares. Aliás, tais fatores poderiam estar, também, relacionados com significativos rituais sócio-religiosos. As plantas evidenciam, por exemplo, que estes mocambos não eram muitos grandes. Com exceção do *Ambrósio* com cerca de 33 "casas", nos outros cinco mocambos o número de habitações variava entre oito e 16. Outros quilombos mineiros poderiam ter, porém, estruturas para populações maiores.

No quilombo *Paranaíba*, atacado em 1766, foram encontrados "76 ranchos". Ainda em 1746, através de uma provisão, autorizava-se "atacar por hum corpo de quatrocentos homens a hum Quilombo de mais de mil negros que se tinha agregado, na Comarca de São João de El Rey, como a outro de menor número, que havia em diferentes sitios e cometião todos os maiores insultos".(216)

É possível supor, porém, que mesmo a população dos grandes mocambos mineiros do século XVIII, salvo alguma exceção, não deve ter ultrapassado o número de 2.000 habitantes. Ou seja, não chegaram a atingir o número de milhares de quilombolas de Palmares, no século XVII. Quanto às plantas dos mocambos mineiros, não sabemos se as "casas" indicadas eram grandes ou não correspondendo a pequenas unidades familiares ou habitações coletivas bem maiores.

Existem indícios na documentação manuscrita sobre razoável número de mulheres, crianças e famílias extensivas vivendo nos mocambos mineiros, o que indica longos anos de existência destes. O Conde de Galvêas, em 1733, informava sobre um "quilombo já com

famílias por ter dezessete anos de estabelecimento". Em 1746, o Rei de Portugal recebia notícias de que nas áreas auríferas das Minas Gerais, mais especificamente na citada região de Campo Grande, existiam mocambos com mais de 20 anos de existência. Um documento do governador das Minas, em 1759, dizia que havia filhos de quilombolas com doze anos de idade nascidos nos mocambos da região. Num quilombo atacado em 1760 em Goiás, por exemplo, foram encontrados vários escravos fugidos das Minas Gerais, entre os quais: "onze negras e quatro crias".(217)

Pode-se sugerir que a densidade populacional dos mocambos mineiros do século XVIII deve ter variado. Nos pequenos mocambos, o número de habitantes podia variar de 10 a 30. Quanto aos mocambos de tamanho médio a população deve ter atingido entre duas e três centenas de quilombolas. Do quilombo do *Ambrósio*, considerado um dos maiores mocambos não só em Minas mas em todo o Brasil, dizia-se que havia "mais de 600 negros". Aliás, segundo Almeida Barbosa, este quilombo era também conhecido como "quilombo Grande". Existiam informações de que nele havia aumentado "o número de negros aquilombados, e chegou a tanto que, segundo os melhores cálculos, passava já de mil negros e grande número de negros e crias; unido este poder, elegeram rei e formaram uma falange assaz forte". Em 1747, uma tropa enviada para a região do Campo Grande, onde também se localizava o *Ambrósio*, atacou um "pequeno quilombo de cento e tantos negros, os quais defendendo-se fora preciso dar-lhes três assaltos com fogo, em que ficaram vinte e tantos mortos, sessenta e tantos presos e grande número de negras". Quanto ao mocambo destruído próximo a região de Paracatu,

foram capturados "mais de cinquenta [quilombolas], e além destes quatorze crias, nascidas no mesmo quilombo".(218)

Também pouco sabemos sobre o perfil étnico dos quilombolas mineiros durante o século XVIII.(219) As informações sobre os quilombolas capturados são incompletas e dispersas, ficando difícil, portanto, estabelecer suas características étnico-demográfica. Embora a concentração de africanos nos mocambos fosse grande, em virtude da própria presença massiva deles no conjunto da população escrava, existem também evidências da presença de crioulos nos quilombos mineiros. Além disso, os quilombolas africanos podiam ser de origens étnicas diversas. Num mocambo atacado em 1768 (Quilombo da *Pedra Menina*) foram capturados 10 quilombolas, sendo cinco homens e cinco mulheres. Os homens eram todos africanos, sendo três de origem *Angola* e dois *Benguelas*). Já as mulheres eram duas africanas (uma de origem *Mina* e outra de origem *Angola*) e três crioulas.(220)

POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO A ORIGEM EM ALGUMAS REGIÕES DE MINAS GERAIS (1718-1804)

LOCALIDADES	AFRICANOS %	CRIoulos %
Pitangui (1718-23)	2.359 (83,7)	462 (16,3)
Serro Frio (1738)	7.491 (95)	399 (5)
Congonhas de Sabara(1771)	783 (69,4)	346 (30,6)
Distr.de Sdo Caetano (1804)	262 (10,8)	380 (59,2)
Vila Rica (1804)	175 (40,5)	1.688 (59,5)

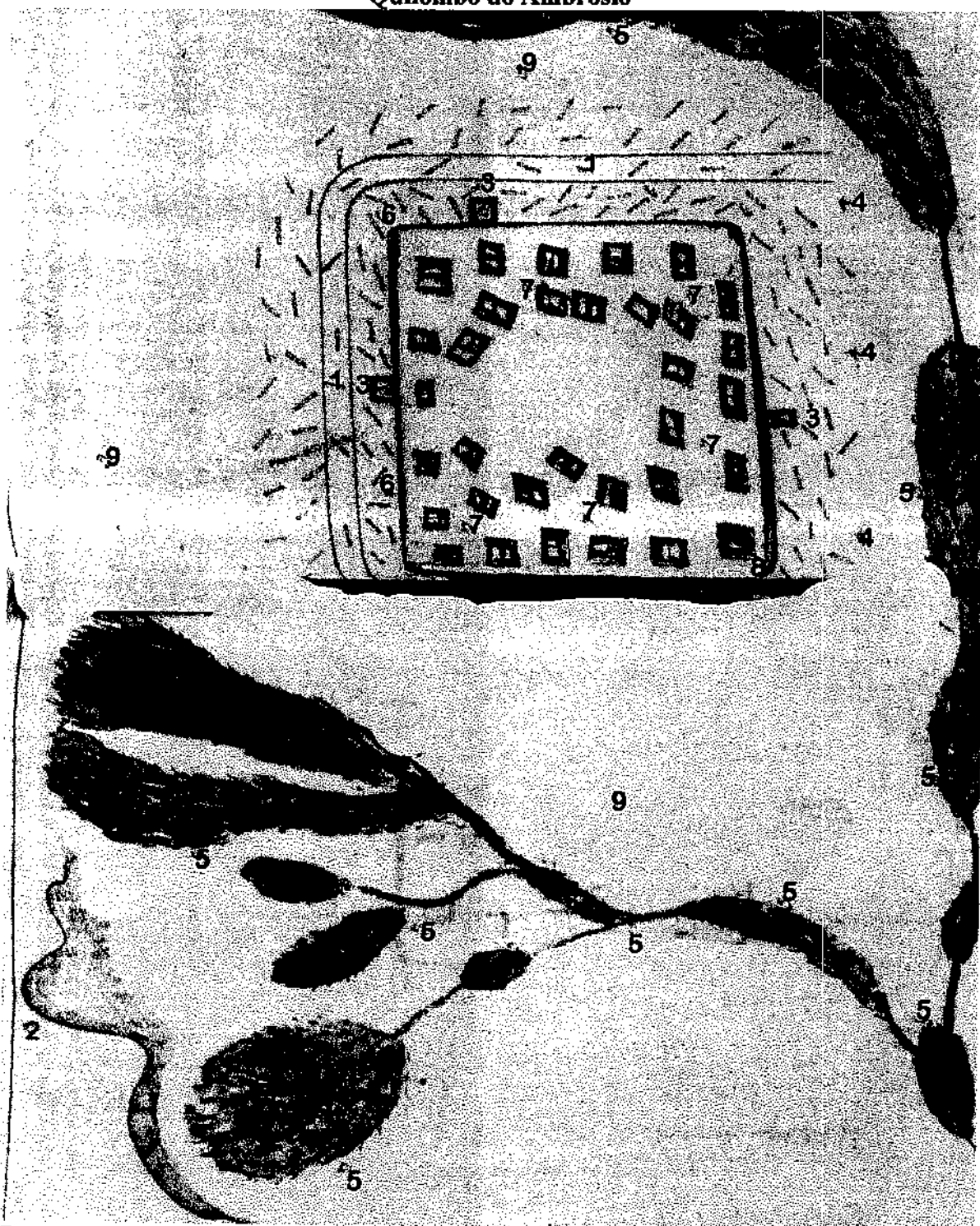
Fonte: LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: Escravos e Senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804), Sdo Paulo, IPE/USP, 1981, pp. 143, adaptado da tabela 42.

Quilombo da Sambabaia



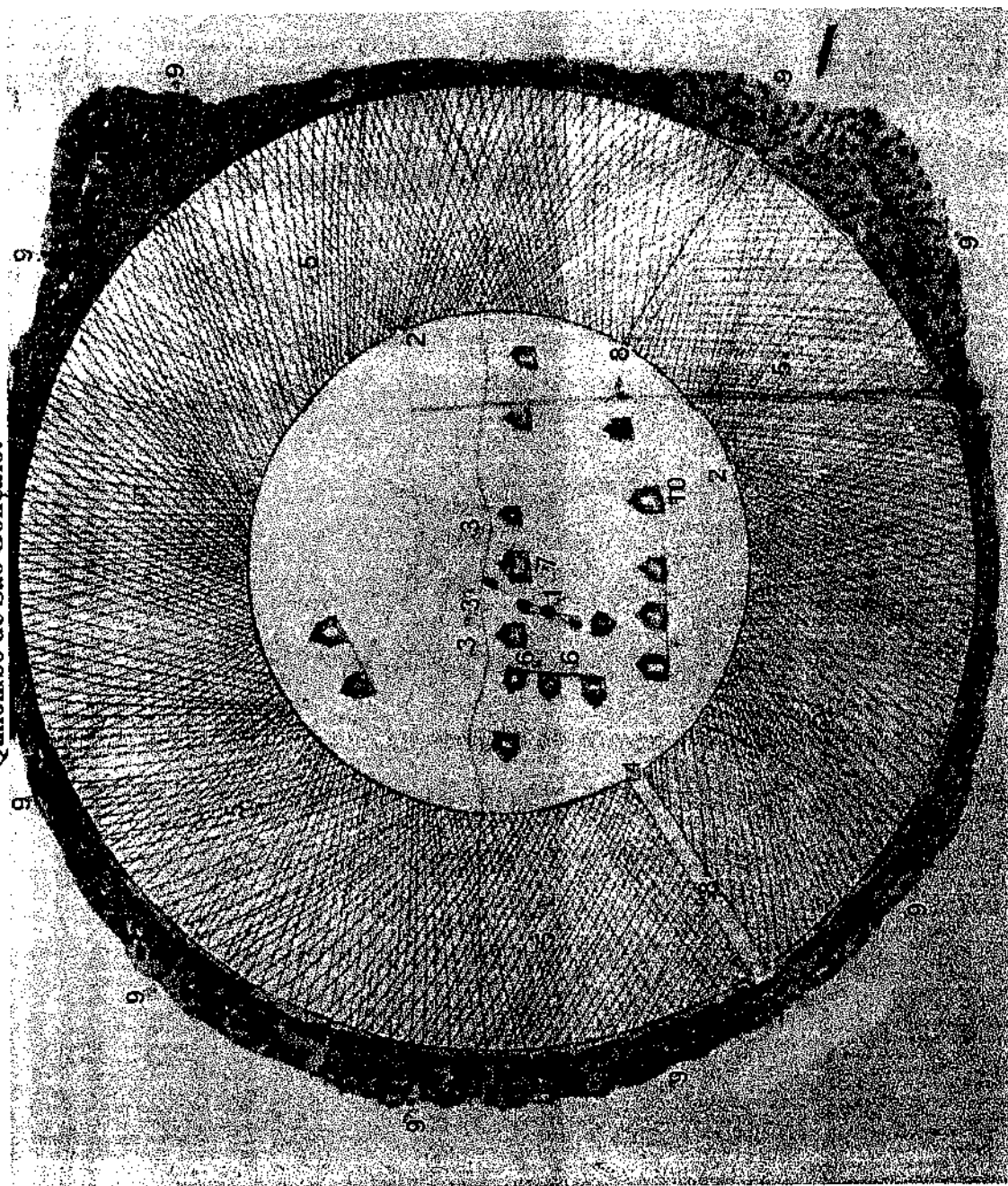
1 - Casa de audiências com assentos; 2 - Milho plantado; 3 - Mandioca; 4 - Roça que se plantou;
5 - Cortume de couros; 6 - Casa e forja de ferreiros; 7 - Casas; 8 - Morro que servia de gorita

Quilombo do Ambrósio



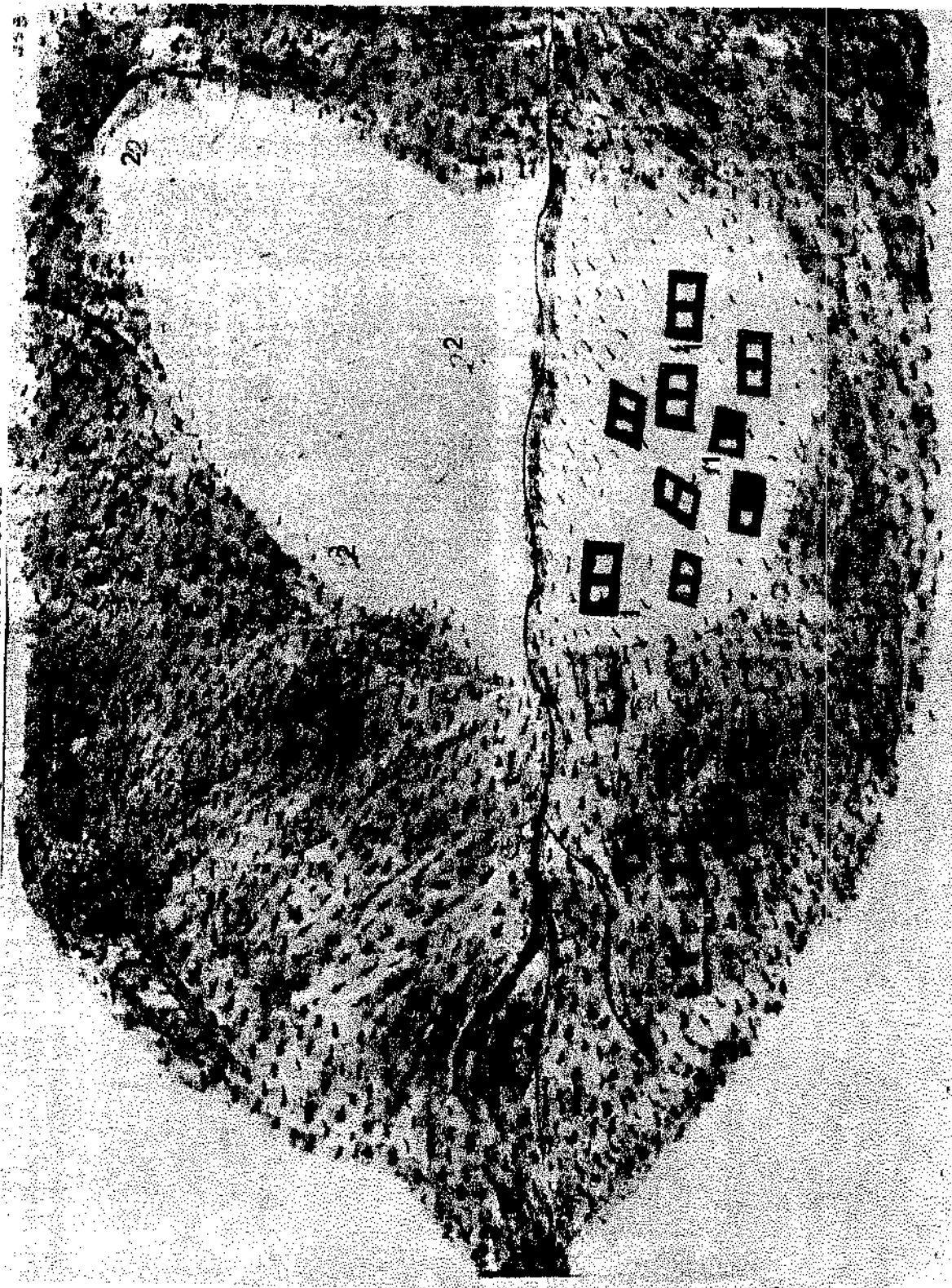
1 - Fosso de 15 palmos de largo; 2 - Morro redondo que servia de gorita; 3 - goritas do Quilombo; 4 - Brejo, com buracos e estrepes; 5 - Restingas de matos com vertente de água; 6 - Distância entre fosse, e trincheira com estrepes; 7 - Casas do Centro do Quilombo; 8 - Trincheira do Quilombo; 9 - Campo limpo.

Quilombo de São Gonçalo:



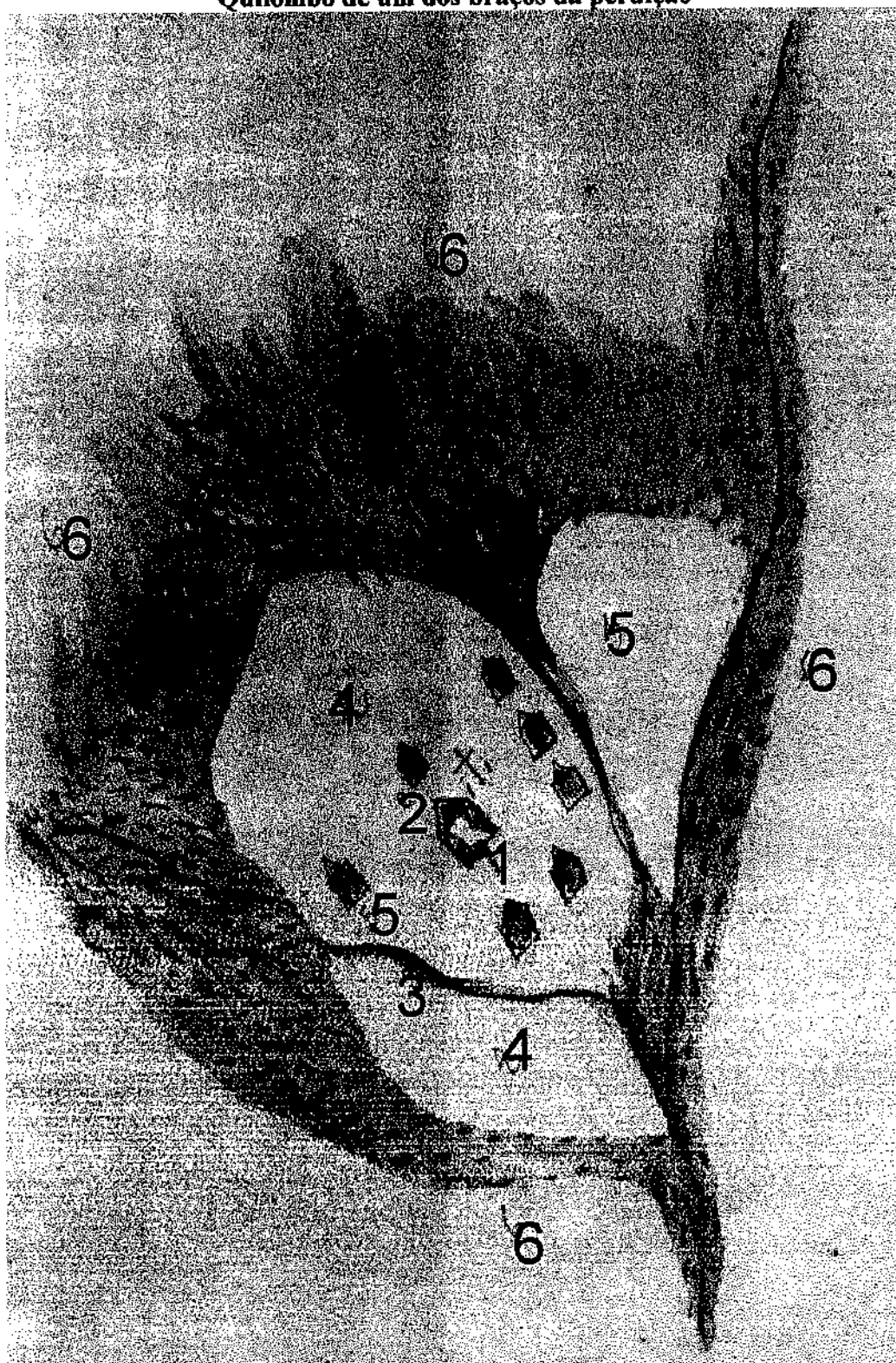
- 1 - Casas de ferro; 2 - Buracos por onde fugiram; 3 - Horta que tinham; 4 - Entrada com dois fojos; 5 - Trincheira de altura de 10 palmos; 6 - Paredes de Casa a Casa; 7 - Casa de pilões; 8 - Saída com estrepes; 9 - Mato; 10 - Casa de Tear.

Quilombo dos Santos Fortes



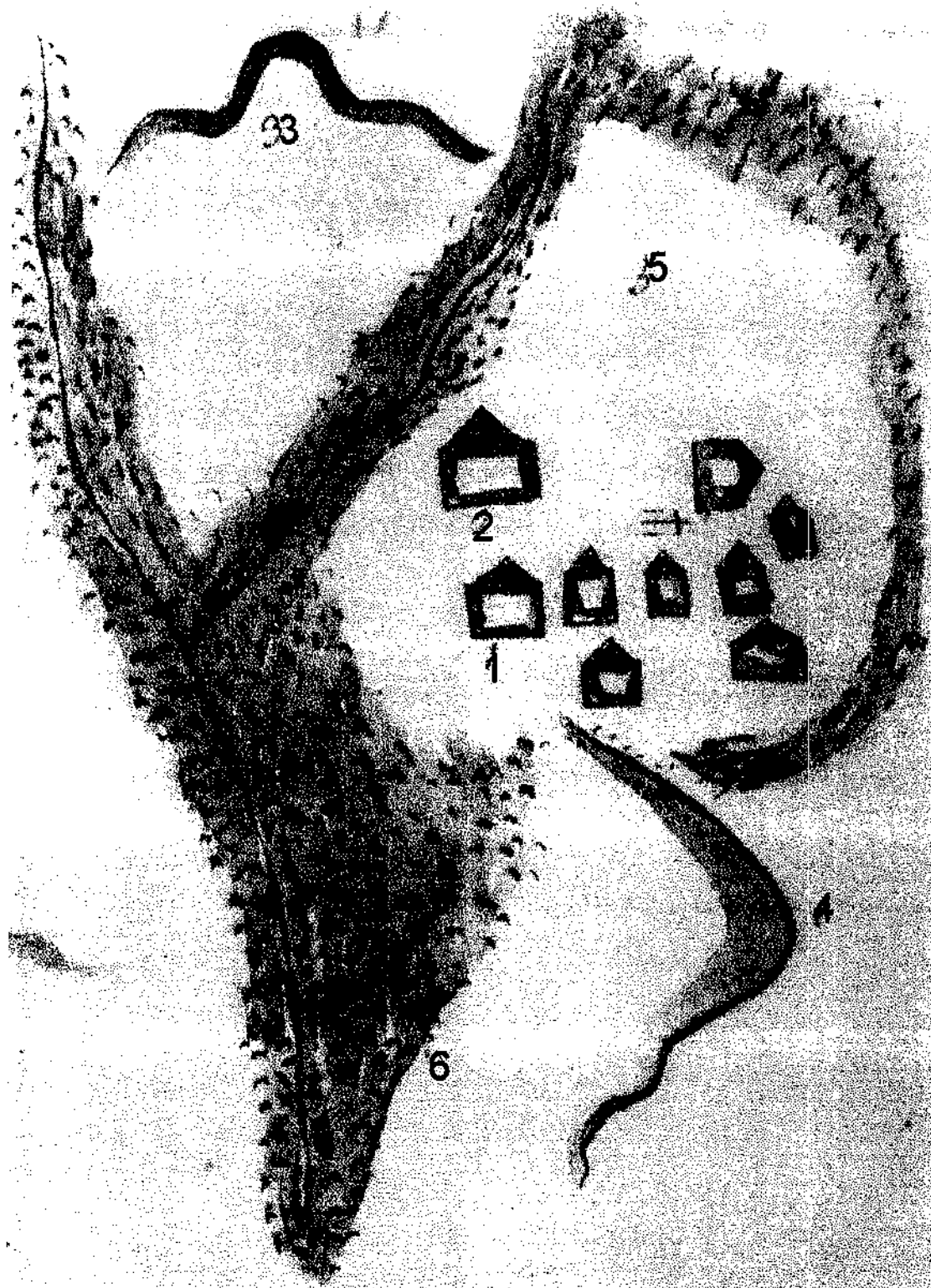
1 - Casas do Quilombo e 2 - Rochas que se plantou.

Quilombo de um dos braços da perdição



1 - Casa do Rei; 2 - Casa do Tear; 3 - Aguada com uma bica; 4 - Algodoads; 5 - Mandiocas; 6 - Matos

Quilombo chamado do Rio da perdição



1 - Casa do concelho; 2 - casas do Tear; 3 - Morro do tigre; 4 - Morro do Uribu; 5 - Roça; 6 - Matos

A partir desta amostragem da população escrava em várias regiões ao longo do século XVIII e início do século XIX, Luna e também Costa realizaram um estudo sobre os perfis sócio-demográficos da massa escrava em Minas Gerais. Predominavam escravos africanos, homens e adultos, sendo que no último quartel do setecentos esta tendência pode ter sido modificada em algumas áreas com um maior equilíbrio entre cativos africanos e crioulos, homens e mulheres.(221)

Na Capitania das Minas Gerais no século do ouro, a estrutura de posse de escravos foi bem diferente das áreas agro-exportadoras coloniais. A maioria dos senhores tinha um número reduzido de escravos, sendo que mais de 40% dos proprietários tinha de 1 a 2 cativos.(222) Uma outra característica da sociedade escravista desta região mineradora foi a significativa presença de libertos e forros no conjunto dos proprietários de escravos. Em Serro Frio, por exemplo, em 1738, pelo menos 387 forros (22,2%) eram proprietários de 783 cativos.(223)

POPULAÇÃO ESCRAVA AFRICANA (NATURALIDADE) EM ALGUMAS REGIÕES DE MINAS GERAIS (1718-1804)

LOCALIDADES	AFRICA OCIDENTAL %		AFRICA CENTRO - SUL %	
Pitangui (1718-23)	1.085	(47)	1.221	(53)
Serro Frio (1738)	5.912	(79)	1.579	(21)
Congonhas de Sabara(1771)	398	(51)	385	(49)
Distr.de São Caetano (1804)	24	(10,2)	238	(90,8)
Vila Rica (1804)	175	(15,2)	976	(84,8)

Fonte: LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais..., pp. 145, adaptado da tabela 41.(224)

Analisando a população escrava de origem africana destaca-se as presenças significativas de escravos trazidos da África Ocidental --- chamados genericamente de *Minas* -- como escravos provenientes do Centro-Sul da África, principalmente os *Angolas*. Baseando-se em Boxer e Russel-Wood, Mott argumenta sobre a predominância também de africanos oriundos da *Costa da Mina* na primeira metade do século XVIII "apesar da significativa presença Bantu na maior parte das localidades e períodos da zona aurífera". De qualquer maneira, o referido Autor chama atenção para o fato do termo *Mina* ser muito generico.(225)

Embora as identidades étnicas dos vários povos africanos que vieram escravizados para o Brasil não possam ser desconsideradas na perspectiva de uma análise a respeito da constituição e organização de mocambos no Brasil, principalmente nos séculos XVIII e a primeira metade do XIX, temos motivos suficientes para supor que estes mocambos mineiros foram formados por africanos de diversas etnias e mesmo escravos nascidos no Brasil. Sem generalizações, é possível argumentar que este fenômeno de complexidades étnicas africanas (e também crioulas) nos quilombos brasileiros foi recorrente, podendo o impacto de um determinado grupo étnico africano ter ocorrido circunstancialmente numa ou noutra região e/ou período.

Mesmo com suas diferenças étnicas, linguísticas e culturais, os africanos, tanto nos quilombos como nas senzalas, procuraram compartilhar objetivos e estratégias para conquistar --- de que modo escolhessem ou fosse possível --- suas *liberdades*. Em alguns momentos, porém, tais diferenças podem ter atrapalhado. Em

1719, por exemplo, comentava-se a notícia de que os escravos "minas" e "angolas" preparavam um grande levante na Capitania de Minas Gerais.(226) Informações dadas ao Conde de Assumar revelavam que os escravos "tinham maquinado", para deflagarem a insurreição "para a noite de quinta-feira santa, os negros do Rio das Mortes, Forquim, Ouro Branco, São Bartolomeu, Ouro Preto e de outras partes". As autoridades descobriram a preparação desta insurreição com tempo suficiente para reprimi-la. Dizia-se, contudo, que os escravos acabariam tendo êxito caso não houvesse disputas étnicas, uma vez que "entre elles [havia] a diferença de que os negros de Angola querião que fosse Rei de todos hum do seu Reino, e os Minas também de que fosse da mesma sua pátria".(227)

Mesmo não conseguindo os escravos uma aliança étnica forte suficiente para fazer deslanchar aquele levante, as autoridades coloniais mineiras ficaram sobressaltadas. Em 1725 já determinavam que os senhores destinassem para o trabalho nas Minas Gerais os cativos de naturalidade *Angola* em detrimento dos *Minas*, sob a justificativa de serem os primeiros mais "confidentes, mais sujeitos, e obedientes", enquanto que os últimos eram temidos pelo seu "furor, valentia", podendo assim "animar a entrar em alguma deliberação de se oporem contra os brancos". Os *Minas* eram acusados igualmente de serem "feiticeiros".(228)

Numa região --- como era a Capitania das Minas Gerais --- de tradição de fugas e mocambos, o medo de uma revolta coletiva escrava de grandes proporções só aumentava. As autoridades mineiras temiam que os cativos nas áreas de mineração e nos centros urbanos articulassem junto aos mocambos vizinhos a deflagração de

uma rebelião. Em 1756, tem-se notícias de uma suposta insurreição que estaria sendo preparada pelos quilombolas de Campo Grande juntamente com outros escravos da região. Segundo uma circular imbuída de um tom de medo pânico, expedida pela Câmara de Vila Rica, existiam informações "de se haver confederado os negros aquilombados com os que existem nesta Capitania para a noite de 15 do corrente darem um geral assalto em todas as povoações, privando de vida a tudo que fossem homens brancos e mulatos, determinando morte a seu Senhor cada escravo que lhe for familiar".

Lembrando de tentativas anteriores frustradas dos cativos mineiros para se rebelarem --- ainda que não se tivesse conhecimento de articulações com os quilombolas locais --- destaca também a referida circular "ser certo que em anos diversos se tinha percebido andarem de semelhantes intentos sem que se chegasse a se experimentar seus crueis efeitos, não parece desacerto acautelar uma Mina que pode com lastimoso sucesso desenganar de sua possibilidade". (229)

A metáfora utilizada do perigo de se desdenhar uma mina de diamantes supostamente improdutiva como exemplo de alerta permanente quanto às possibilidades de ocorrer uma rebelião é aqui bem interessante para analisarmos de que modo na Capitania das Minas Gerais --- para além do problema endêmico dos mocambos --- uma insurreição escrava podia ser tentada, e mais do que isso, gerava um medo pânico. Enfim, fosse nos quilombos, fosse nas senzalas, nos ribeirões, nas cidades, os cativos mineiros naquela ocasião --- tanto africanos de diversas etnias como crioulos --- poderiam compartilhar interesses e estratégias comuns para conquistar suas

liberdades. Fugas coletivas para os mocambos ou revoltas nas cidades poderiam constituir algumas destas estratégias.(230)

Com relação à estrutura material das moradias encontradas nos mocambos temos poucas evidências. De uma maneira geral, a documentação disponível informa apenas sobre a existência de "ranchos" (algumas indicações falam apenas que eram feitos de "palha", porém, pouco sabemos sobre o seu tamanho, sua disposição, divisões internas e o material com que era construído e revestido). Quanto a esta questão, pesquisas de Arqueologia histórica têm revelado dados (ainda não conclusivos) interessantes. Com relação ao quilombo do *Ambrósio*, sabe-se que as habitações dos quilombolas eram construídas de pau-a-pique e de barro. Tinham tamanho e formas diversas.

Argumenta Guimarães que tal tipo de arquitetura de pau-a-pique com cobertura vegetal, era comum entre negros, escravos ou livres e a população pobre na sociedade escravista mineira nos séculos XVIII e XIX.(231) Essa técnica de construção também pode ter sido uma recriação de origem africana nos mocambos mineiros. As descrições das habitações africanas (reinos do Congo, Matamba e Angola) feitas pelo missionário capuchinho Cavazzi da Montecucolo apontam para construções deste tipo, ou seja, habitações "entrelaçadas com palha", sendo o "tecto formado com folhas de palmeira ou com outras canas finas e resistentes".(232) As descrições do referido missionário são confirmadas por Balandier, porém este acrescenta que o formato destas habitações africanas eram retangulares.(233) Podemos sugerir que a organização interna destes mocambos mineiros podia, igualmente, se ligar não só com a

disposição espacial das suas "casas", o número de habitantes, a proeminência de líderes religiosos e "ferreiros", a estrutura familiar, mais principalmente com as práticas econômicas neles desenvolvidas.

Mesmo sem ser este o seu objetivo, o desenhista destas plantas indica haver uma estratificação social no interior destes mocambos que obedecia a diversos e complexos critérios. Ainda que seja problemática quaisquer tentativas de comparações entre a experiência dos africanos no Brasil e na África contemporânea vale a pena mencionar as análises arqueológicas de Huffman sobre antigas povoações de grupos linguísticos Bantu no sul da África. Ele argumenta que a organização espacial (número de habitantes, centralização política, organização econômica, por exemplo) destes povos indica complexos padrões de estratificação política e social interna.(234)

Podemos, por exemplo, indagar ate que ponto haveria uma integração e articulação política, econômica, social, religiosa, cultural e militar entre os vários mocambos das plantas e outros. Alguns acampamentos e/ou unidades podiam estar articulados e ter funções sociais, militares e econômicas específicas. Enquanto os mocambos menores poderiam servir de entrepostos comerciais ou bases militares avançadas, os maiores representariam acampamentos melhor protegidos tanto geográfica como militarmente. A própria documentação a respeito da repressão a mocambos no Brasil tem revelado que, freqüentemente, os quilombolas abandonavam seus acampamentos, procurando refúgios em outros mocambos vizinhos. No Maranhão, já vimos que estas foram as estratégias seculares dos

quilombolas do Turiaçu.

No tocante, a cultura material gestada nos mocambos brasileiros, as pesquisas disponíveis têm avançado muito pouco. Fazendo arqueologia, Guimarães encontrou "um painel de pinturas confeccionado por quilombolas". Este, segundo ele "apresenta à primeira vista uma tentativa de representação de alguma festa religiosa na qual se percebem vestígios de aculturação (uma das representações sugere um altar católico). Outra representação neste mesmo painel sugere uma movimentação intensa, como se fosse uma dança executada por indivíduos devidamente caracterizados".(235)

A partir de poucas evidências não podemos especular muito. A cultura material afro-americana foi forjada tanto pelos quilombolas como pelos cativos que permaneceram nas senzalas. Qualquer tentativa de se identificar "africanismos" pura e simplesmente não tem mais sentido. Deve-se, pelo contrário, tentar perceber a África reelaborada historicamente no Brasil. Portanto, torna-se importante perceber a formação da cultura material afro-brasileira não só na perspectiva das reminiscências africanas, mas fundamentalmente no contexto da experiência dos *mundos da escravidão* no Brasil.

Seria o caso aqui de pensar as poucas evidências da cultura material destes quilombos mineiros setecentistas nos mesmos termos propostos por Funari e Orser, Jr. nas pesquisas arqueológicas de Palmares. No caso palmarino -- especialmente o estudo dos fragmentos de cerâmica encontrados -- foi possível estabelecer perspectivas de análises que indicam influências de matrizes culturais diversas, prevalecendo o contexto multi-étnico e plural

da gestac^{ão},ão da cultura de Palmares.(236) Cabe lembrar ainda algumas semelhanças com os quilombos maranhense, como a formação circular do quilombo de *São Gonçalo* e o desenho de uma Cruz entre a "casa de tear" e "casa do Rei" no quilombo dos *Braços da Perdição*. Podemos pensar a cultura material dos quilombos mineiros nos mesmos termos que Mott analisa e denomina de sincretismo religioso afro-brasileiro a partir do episódio da repressão da "Dança do Fundó", ocorrida na Arraial Mineiro de Paracatu, em 1747.(238)

Para as evidências das estruturas dos quilombos mineiros de Campo Grande, em 1769, também seria possível pensar na gestação cultural multi-étnica. Ainda assim, já argumentamos como hipóteses -- não numa perspectiva de "africanidade radical" -- como alguns aspectos simbólicos e rituais de origem africana poderiam estar sendo reinventadas, interagindo com outros setores da sociedade escravista mineira: brancos, libertos, europeus, africanos, crioulos e até indígenas.(239) A propósito, a área de Paracatu -- circunvizinha destes quilombos mineiros -- era ocupada por grupos indígenas até a segunda metade do século XVIII. Portanto, estes quilombos podiam estar localizados não muito distantes de aldeias indígenas, algumas das quais isoladas de missionários e bandeirantes. Ainda na região de Campo Grande em 1769, José Cardoso, capitão de uma bandeira anotaria: "até certa altura é muita negraria e que tudo são quilombos e de certa altura por diante tudo gentios que suposto se não encontravão com elles que tinham topado os seus vestígios, potes, panellas (...)".(240) Também nesta área mineradora colonial de Campo Grande e Paracatu -- região de fronteiras em direção a Capitania de Goiás -- negros e

índios fugidos, quilombolas e grupos indígenas podem também ter se encontrado. Assim como a articulação e miscigenação pode ter havido a migração tanto de quilombolas como de índios para outras áreas.(241)

Caso isso tenha acontecido para esta área das Minas reforça o argumento das influências africanas diversas da cultura material dos quilombos terem sido igualmente informadas por aquelas de variados grupos indígenas: estrutura das casas, estratégias de defesa, práticas econômicas, etc. Enfatizar os verbos reinventar, reelaborar e recriar significa dizer o modo como os africanos e seus descendentes escravizados nas Américas forjaram --- seja nos mocambos ou nas plantações --- uma cultura original, improvisando, apesar da opressão, um mundo novo.(242) A palavra improvisação é uma das chaves para entendermos a natureza da cultura afro-americana. Em interessante estudo, Vlach destaca que a *improvisação* constituiu uma das principais características da cultura material afro-americana desde o início. Mais do que qualquer outro imigrante e suas estratégias de retenções culturais, os africanos estavam melhor equipados para lutar contra o desequilíbrio cultural devido a tal legado de uma cultura de habilidades improvisatórias.(243)

Práticas econômicas e trocas mercantis: o caso das Minas Gerais

Um interessante aspecto nestas plantas diz respeito à organização econômica dos quilombos. Todas elas trazem indicações sobre "horta", "algodoais", "mandiocas", "roça", "milho planta-

do", etc.(244) Ao que parece, todos esses mocambos se dedicavam à agricultura. Não sabemos se tais atividades agrícolas eram apenas para subsistência ou se os quilombolas também produziam excedentes, visando efetuar trocas mercantis com taberneiros, pequenos lavradores, mineradores e outros escravos. A indicação da existência de "casas de ferreiro", "casa de tear", "casas de pilões" e "cortume couros" nestes mocambos sugere que sua economia podia ser complexa. Ou seja, estes quilombolas podiam manter algumas lavouras, fabricar farinha em seus "pilões", utilizarem teares para produzir suas próprias roupas, manejar forjas de ferreiro para fabricarem utensílios, ferramentas, e conseguirem através da caça, não só carne para complementar sua dieta alimentar como também couros e sebos, os quais poderiam negociar. Escavações arqueológicas em mocambos mineiros (quilombo do *Ambrósio*, quilombo da *Cabaça*, quilombo da *Serra da Luanda* e quilombo do *Guinda*) encontraram restos de artefatos de material metálico (identificados como panelas e caldeirões) e fragmentos de ferro fundido, o que pode evidenciar que, de fato, os quilombolas tinham conhecimento de técnicas metalúrgicas.(245)

O próprio Guimarães, estudando os mocambos mineiros nesse período, destaca que as principais atividades econômicas dos quilombolas eram a agricultura, o roubo e a mineração. Quanto à agricultura, são vários os indícios. Em 1733, informações sobre as dificuldades de destruir um quilombo em Mariana davam conta que os quilombolas "se refugiavam e refaziam [o mocambo] por terem nele roças, o que era muito preciso atalhar-se". Na própria região de Campo Grande, em 1759, uma expedição enviada destruiu

dois mocambos, sendo encontrados "muitos mantimentos e grandes roças,arias para o ano futuro". Na Comarca de Parnaíba, em 1766, acharam-se "copiosas lavouras e mantimentos recolhidos em paíóis". Nesse mesmo ano, foi destruído um quilombo em Pitangui, inclusive, as "plantas de roças que tinham fabricado, de milho, feijao, algodão, melancias e mais frutas".(246) A agricultura devia ser a base econômica de muitos quilombos formados no Brasil, principalmente nos séculos XVII e XVIII.

Os quilombolas mineiros podiam igualmente complementar sua economia através do roubo e da mineração. No início de 1732, o Ouvidor Geral da Comarca de Serro Frio escreve ao Governador das Minas, Dom Lourenço de Almeida relatando os problemas com os quilombolas que se achavam trabalhando nos "rios e ribeirões de diamantes".(247) Segundo Almeida Barbosa, enquanto em outras comunidades mineiras de fugitivos os quilombos tinham "suas próprias roças", na região de Diamantina, no século XVIII, os fugitivos se dedicavam inteiramente ao garimpo, abastecendo-se de suprimentos com "os brancos".(248) Guimarães criticou esta generalização, porém em sua pesquisa arqueológica em quilombos próximos a Diamantina, concluiu que "não foram encontradas em suas imediações nenhum vestigio de atividade agrícola que permitisse suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares".(249) No Maranhão, --- certamente devido a densidade populacional nos mocambos -- os quilombolas do Turiaçu, por exemplo, trabalhavam nos garimpos mas também possuíam consideráveis lavouras de alimentos.

As diversas atividades econômicas praticadas em torno dos mocambos poderiam formar uma complexa rede comercial clandestina.

Através da troca os quilombolas, certamente, procuravam se abastecer, mantendo, inclusive, contatos, interesses e solidariedades com outros grupos sociais: taberneiros, indígenas, criminosos brancos, escravos, mineradores, etc. Nas Minas Gerais, do século XVIII, não foi diferente.(250)

As autoridades mineiras procuravam vigiar as tabernas e seus donos, tentando evitar que mantivessem relações mercantis com quilombolas. O Conde de Assumar, em 1717, determinava quanto aos quilombolas, que "toda pessoa que lhes der alojamento ou souber onde estão os ditos quilombos, e não avisar, sendo branco será açoitado pelas ruas públicas, e degradado para Benguela, e sendo negro ou carijó, terá pena de morte". Em 1739, procurava-se regular os horários de funcionamento das tabernas em Vila Rica, visto que os escravos fugidos as utilizavam como "seus concílios, consentindo nisto os mesmos vendeiros só a fim de usurparem o ouro a todos, pesando-o de noite com a candeia de longe para não serem conhecidos os negros e, talvez com pesos falsificados". Já o governador das Minas, em 1753, determinava que as "tabernas, casas de negros forros e particulares" fossem revistadas. Procurava-se com isso prender suspeitos que "costumavam recolher os negros fugidos". Ainda neste mesmo ano dois "roceiros" seriam presos acusados de manter comércio com os quilombolas, pois conseguiam para eles "carregações de águas-ardentes, farinhas, rapaduras e o mais a esse respeito".(251) Dois anos depois o Conselho Ultramarino através de um despacho para a Câmara de Mariana determinava um maior controle sobre os forros e também com relação ao porte de armas e os freqüentes roubos, envolvendo, inclusive,

escravos fugidos e quilombos:

"he certo que os pretos, e pardos forros cooperão para os roubos, e mais insultos e que naquellas Minas dizem os impedimentos, commetem os negros fugidos, ministrando-lhe armas, pólvora, e chumbo, e dando-lhe sahida as coizas furtadas, o remédio he que semelhantes pretos, e pardos forros sejam lançados fora do continente nas mesmas Minas" (252)

Para além das trocas mercantis, esta rede de relações incluía os cativos, que podiam negociar com os quilombolas excedentes de suas economias próprias ou então de roubos (inclusive diamantes e ouro, no caso dos escravos que trabalhavam na mineração). Por outro lado, se davam nesse contexto trocas sociais e culturais entre os quilombolas e aqueles que permaneciam escravos. Nas áreas mineradoras, negras quitandeiras eram denunciadas por manterem "vendas de bebidas e comestiveis", posto que nestas "mesmas casas vêm prover-se do necessário os negros salteadores dos quilombos, tomando noticia das pessoas a quem hão de roubar e as partes por onde lhes convém entrar e sair, o que tudo fazem mais facilmente achando ajuda e agasalho nestas negras que assistem nas vendas".(253) As alianças que os quilombolas podiam fazer para se proteger e manter autonomia eram muitas. Até mesmo capitães-do-mato podiam ser coniventes com eles. Em fins de 1769, na região de Campo Grande denunciava-se ao Mestre de Campo Inácio Pamplona os crimes praticados pelo capitão-do-mato José Teixeira Bastos:

"(...) mandei vir a minha presença e por informações que tinha as perguntas que lhe fiz a respeito do calhambolas deferio a ellas com dizer-me sabia de sete quilombos, e determinando eu que havia de acompanhar elle sobredito a uma das Bandeiras para lhes mostrar, instantaneamente se retratou do mesmo que acabava de afirmar, e não faltou no mesmo acto quem declarasse que

elle vivia com os mesmos foragidos, mutuamente correspondido (...)"(254)

Em 1781, o Alferes Muniz de Medeiros foi denunciado por manter "uma venda oculta aonde os negros fugidos e garimpeiros se iam prover de mantimentos". O referido Alferes tentou se livrar de tal acusação, porém, outras informações davam conta que ele, de fato, mantinha tais relações comerciais ilícitas, pois "nunca deixou de haver quilombos ao pé de sua casa, e com tanta liberdade que até as suas escravas iam de dia ao quilombo conversar com os negros fugidos".(255) Estas relações eram entre quilombolas e a sociedade escravista, simbólicas, segundo Donald Ramos. Em Vila Rica, em 1796, o escravo Ventura, pertencente a Custódio de Freitas foi acusado de também manter contatos com os quilombos locais, "dando ajuda, azilo a favor dos fugidos". Acusavam-no de levar "três a quatro bestas" de mantimentos para os mocambos, e que "acolhia nas suas senzalas" alguns quilombolas. Quando da realização de uma expedição a tal quilombo, foram encontrados "não só mantimentos com abundância como as panelas que estava ao fogo com comida que se estava fazendo".(256)

Ao mesmo tempo, os quilombolas, sempre que podiam, procuravam aliciar escravos para se juntarem a eles nos mocambos. Em 1759, as autoridades mineiras mandaram preso para o Rio de Janeiro um quilombola acusado de aliciador, pois "o dito negro se soltando, não ficará negro algum nesta capitania que ele não torne a conduzir para os quilombos do Campo Grande".(257) No ano seguinte, o rei de Portugal era informado do "feliz êxito da expedição que se fez contra os quilombos" mineiros da cidade de Mariana.

Recomendava que os "negros fugitivos", então capturados, fossem remetidos para o Rio de Janeiro e empregados no "trabalho das obras da Fortaleza do Villegahon".(258)

Os mocambos aumentavam sua população, além da reprodução endógena e das constantes fugas, através do seqüestro e recrutamento forçado de escravos.(259) Em 1746, por exemplo, os quilombolas também no Campo Grande eram acusados de raptarem os cativos em sítios e povoados próximos, levando assim "os escravos que entendem próprios recrutas". Além disso, segundo constava arrancavam "negros em lotes 10/12 de cada sítio os quais hoje com pouca violência os seguem". Em 1764 apareceram denúncias de que os quilombolas dessa mesma região seqüestravam "mulheres brancas" e "pretas e escravos com que reforçavam as tropas dos seus parciais". Ainda em 1769 as autoridades continuavam às voltas com tais quilombolas, pois estavam "agregando por violência os escravos delas [fazendas vizinhas] e outros voluntários para aumentar o seu pernicioso número".(260) Por sua vez, os quilombolas causavam "terror" à população local com seus constantes roubos e assaltos. Durante a referida expedição, um sargento-mor paulista queixou-se ao referido Mestre-de-Campo Pamplona, pois "morou ali [naquela região de Campo Grande] com casas de vivenda, com engenhoca de farinha de mandioca, com estabelecimento de escravos, roças, currais e gados, e que o mudar se dali á vinte e tantos anos" foi em virtude dos "calhambolas lhe mataram cinco escravos".(261)

Havia preocupação também com o contrabando de ouro e de diamantes. As tabernas e vendas eram lugar privilegiado nas redes

de contrabando nas Minas Gerais.(262) Destas redes clandestinas participavam quilombolas, escravos, tarbeneiros, libertos e "vadios". Tentando manter o controle da população marginalizada (boa parte constituída por homens livres pobres de cor), as autoridades procuraram, entre outras coisas, forçá-la a participar de expedições ao sertão mineiro à procura de ouro ou de aquilombados.(263)

A indicação nas plantas dos quilombos de consideráveis lavouras pode revelar que estes quilombolas abasteciam mineradores e faiscadores. Estudos mais recentes, principalmente de Carlos Magno Guimarães para a região das Minas Gerais, no século XVIII, têm destacado de que modo os quilombolas, em alguns contextos, podem ter se transformado em pequenos camponeses. Ou seja, através de suas atividades econômicas procuravam manter relações permanentes de trocas, tanto econômicas como sociais, com outros setores da sociedade escravista.(264)

Um sistema de defesa

Um outro dado revelador nestas plantas é o sistema de defesa adotado pelos quilombolas para conter os ataques das expedições reescravizadoras. Como sistema de defesa utilizavam falsas "entradas com fojos", "fossos", "saída com estrepes", "trincheiras", "brejos com buracos", além de "garitas", onde vigias procuravam avistar qualquer movimentação de tropas. Também a prática de abandonar rapidamente os mocambos era muito comum. Fugir do confronto, onde, por certo, levariam desvantagem, tanto bélica

como numérica, para se reagruparem em outro local, podia ser uma estratégia útil para os quilombolas.

Os quilombolas brasileiros, de maneira geral, adotavam várias táticas de combate. Tais táticas podiam ser fruto tanto das experiências de lutas intertribais e contra os colonizadores europeus na África, que muitos africanos escravizados trouxeram, adaptando-as ao Brasil, como também de recriações de estratégias de luta de escravos crioulos que podiam se valer, entre outras coisas, das experiências de enfrentamentos aprendidas com os índios brasileiros.

Ao contrário das áreas de florestas e matas fechadas do Pará e Maranhão, a geografia de planaltos, colinas e montanhas desta região de Minas Gerais colonial não garantia a proteção (*invisibilidade*) para estes quilombolas mineiros. Tiveram, então, que adotar outras estratégias de defesa. Segundo as indicações das referidas plantas, a colocação de falsas entradas ("picadas") para os quilombos, com trincheiras, fossos e estrepes podem estar relacionada, entre outras coisas, a modelos africanos, possuindo, inclusive, significados simbólicos. Segundo Karl Laman, um missionário que visitou a região do Congo nos fins do século XIX, muitos povos africanos (ele destaca os *Sundi*) tinham o costume de manter caminhos secretos de fugas nas suas aldeias. Em alguns destes caminhos eram cavados buracos e preparados fossos com varas pontiagudas. Tais procedimentos funcionavam como eficazes táticas militares, servindo de armadilhas contra os ataques de inimigos. (265) O oficial português Cadornega, ao narrar as guerras angolanas em meados do século XVII, destaca a utilização militar

de "fossos" e "trincheiras" pelos africanos. (268)

A concepção de que o embate militar entre europeus e populações nativas no continente africano foi marcado pela superioridade técnica dos primeiros tem sido reformulada por estudos mais recentes. Segundo Thornton, no século XVI os portugueses encontraram na África reinos angolanos com exércitos permanentes e possuidores de táticas militares sofisticadas. No reino do *Ndongo* havia soldados especiais chamados *kimbares*. Esses soldados eram treinados para escaparem das flechas ou lanças das tribos inimigas por meio do desenvolvimento da habilidade corporal de esquivar, pular e fintar.

Ao contrário dos portugueses, que concentravam seus exércitos quando da realização de ataques aos inimigos, os africanos do *Ndongo* guerreavam por meio de grupos dispersos que, deste modo, procuravam surpreender e atacar o inimigo. Essa forma de luta foi muitas vezes considerada pelos observadores europeus como desordenada, fruto da desorganização e incapacidade militar dos exércitos africanos. No entanto, a desordem era apenas aparente, pois as tropas africanas organizavam-se em pequenas unidades militarizadas, com comando estruturado e complexos métodos de batalha.

Os exércitos do Congo, por exemplo, resolviam os problemas logísticos de seus regimentos, como abastecimento de munição, alimentos e água, formando pelotões de homens e mulheres (inclusive esposas dos soldados) exclusivamente para carregarem as provisões necessárias para as tropas. A função desses pelotões, chamados *kikumbas*, era permitir que os combatentes se locomovessem

com maior rapidez, já que estavam desobrigados de transportarem seus provimentos, realizando, assim, ataques surpresas e fulminantes contra as forças inimigas.(267)

No Brasil, mesmo guiadas por escravos traidores ou quilombolas capturados, capangas-do-mato, índios e mateiros, as tropas ainda enfrentavam o perigo das constantes emboscadas ou armadilhas preparadas pelos quilombolas no interior da floresta. Os integrantes das expedições punitivas temiam permanecer muito tempo no interior das florestas e das matas. Segundo o relato da expedição do Mestre-de-Campo Inácio Pamplona, por exemplo, houve muito receio quando foi divulgada a "notícia de que acharam rastros de negros, que nos andava espreitando".(268)

Os guias durante a noite avistavam "fogos" em locais das serras circunvizinhas o que representava "um grande perigo", uma vez "que os quilombos eram muitos para aquela parte segundo os sinais dos mesmos fogos". O próprio relator destacou que "era evidente sinal e verdadeiro aquele fogo de haver por ali perto negros, porém que estes estariam mais amarrados ao Sertão, ou mais em uma parte, ou mais em outra, mas como não tinham guia para guiar à paragem e habitação dos mesmos negros que toda a diligência era frustrada, baldada e perigosa".(269)

Nem sempre as expedições eram guiadas, efetivamente, para os reais esconderijos dos quilombolas. Nas tentativas para destruir o Quilombo do *Sapucaí*, o governador das Minas frisava, em 1759, que este "dizem ser o maior [mocambo], digo mais povoado, e antigo desta capitania e a causa de não se ter assaltado este quilombo tem sido o engano que os negros que servem de guias tem

feito para que na^o saiba do dito quilombo".(270) Não raro, as diligências seguiam extensas trilhas já abertas na mata e, quando acreditavam próximas a encontrar os mocambos, se viam cercadas por prolongadas valas cheias de estrepes envenenados onde muitos soldados se precipitavam.

Como indicam as plantas mineiras, as estratégias de defesa com a utilização de estrepes, fossos, falsas entradas e trincheiras foram amplamente utilizadas.(271) A documentação manuscrita apresenta vários indícios nesta direção. Em 1746, os quilombolas do Campo Grande "se defenderam no palanque com resolução grande mais de 24 horas, de sorte que foi preciso atacá-los com fogo e dar terceiro assalto para render uma forma de trincheira a que se recolheram depois de destruído o primeiro palanque". Dizia-se ainda quanto a estes quilombolas que eles teriam sido "atacados no palanques e trincheira que tinham formado".(272)

Na tentativa de ataque ao quilombo da *Pedra da Menina*, em 1768, a tropa "deu repentinamente com o quilombo de dia e estava cercado com um valo falso cheio de estrepes aonde caíram sete soldados e se maltrataram suposto não houve morte, serviu de desordem para melhor poderem fugir os negros".(273) Destaca-se ainda, que pesquisas em Minas Gerais acharam vestígios de "fossos" nos sítios arqueológicos do Quilombo do *Ambrósio*. Em 1924, Álvoro Astolpho da Silveira visitando as ruínas deste quilombo próximo a região de Ubá anotaria: "nos pontos vulneráveis era o quilombo defendido por vallas -- verdadeiras trincheiras suficientemente largas e profundas".(274)

As forças militares, cientes das dificuldades, utilizavam

todos os recursos possíveis para obterem sucesso. No Brasil, até o início do século XIX, muitas expedições contra os mocambos contaram com o recrutamento de índios. Embora mais comum em outras partes da América, aqui também houve a utilização de tropa de negros libertos. No Caribe, para vencer as dificuldades de capturar os fugitivos nas florestas, as expedições repressoras utilizavam cães farejadores para descobrir seus esconderijos. Na metade do século XIX, em Cuba, o viajante Demotique Philalethes descreveu a ação de tropas contra os quilombolas/*maroons* com o emprego de cães ferozes. Em diversas ocasiões, estes animais avançavam repentinamente sobre os fugitivos acampados, dilacerando-lhes as pernas e até trucidando-os, antes mesmo que os "rancheadores" pudessem evitá-lo.(275)

Muitas estratégias de enfrentamento parecem ter sido comum entre *maroons*, *palenques* e quilombolas em toda a América. As táticas dos quilombolas de abandonarem seus mocambos e armar emboscadas e armadilhas na floresta foram amplamente utilizadas.(276) Mesmo os quilombos maiores, como Palmares, que possuíam mocambos com paliçadas e numerosas habitações, procuravam rechaçar as tropas inimigas antes que pudessem alcançar o local de suas habitações, utilizando para isso, além das armadilhas, algumas escaramuças de grupos de quilombolas que, tocaiados emboscavam os soldados em marcha pelas matas.

A localização geográfica dos mocambos estava, enfim, relacionada não só com as práticas econômicas desenvolvidas, mas também com as estratégias de defesa e enfrentamentos dos quilombolas. Era um importante fator para as suas economias e sistemas de

defesas. Em Minas, as evidências nesta direção, tanto nas plantas como na documentação manuscrita e nas pesquisas arqueológicas, são reveladoras. Há indicações de que os mocambos mineiros estavam localizados em "pontos estratégicos" próximos as estradas e ao mesmo tempo situados em "locais de difícil acesso".(277) Guimarães destaca, ainda, que o "estabelecimento de quilombos próximos a rotas comerciais não se deu por acaso", pois existia a "necessidade de uma localização estratégica favorável ao exercício da atividade de saque". Cita, inclusive, como exemplos, as localizações de dois quilombos mineiros: o quilombo do *Ambrósio* "que ficava próximo à picada que ligava as Minas a Goiás" e o quilombo do *Itambe*, "que ficava próximo a estrada que ia para Sabará".(278)

Os quilombos mineiros se situavam próximos a locais íngremes, nos quais podiam colocar vigias para avisar seus habitantes a respeito de qualquer movimentação de tropas enviadas para destruí-los. Diziam as autoridades mineiras, quando da realização de uma expedição ao quilombo do *Paranaíba* em 1766, que apesar de serem descobertos 76 "ranchos" só foram encontrados "oito negros fugidos e não apreendeu os mais por serem sentidos das espias antes de chegar ao dito quilombo". Em 1759, um ataque contra os quilombolas da região de Campo Grande foi completamente frustrado, pois encontrou-se apenas um "grande quilombo" abandonado, uma vez que seus habitantes, percebendo o cerco das tropas tinham se evadido.(279) A planta do quilombo do *Ambrosio*, por exemplo, indica sua localização próxima a um "morro redondo que servia de gori-ta". Pesquisas identificaram próximo aos sítios arqueológicos do

quilombo do *Ambrosio*, o local conhecido como "Morro do Espia" que seria o "ponto mais alto da região".(280)

As referidas plantas indicam igualmente que o quilombo da *Sambabaia* ficava próximo a um "morro que servia de gorita". Já o quilombo "chamado do rio da perdição" localizava-se entre dois morros: o "morro do tigre" e o "morro do uribu". Escolhendo bem as suas localizações, os mocambos podiam conseguir ao mesmo tempo obter contatos com outros setores da sociedade envolvente e manter razoável proteção. A título de comparação podemos citar as estratégias de alguns grupos *maroons* da Jamaica que, aproveitando a conformação geográfica daquela Ilha procuravam estabelecer suas comunidades encravadas em meio as diversas montanhas.(281)

Associada a esta questão de localização, estratégias de defesa e práticas econômicas, podemos levantar ainda um outro ponto interessante a partir destas plantas dos mocambos mineiros. A expedição de 1769 comandada pelo referido Mestre-de-Campo encontrou cerca de oito mocambos, entre aqueles atacados e/ou abandonados. Como já destacamos, pode-se sugerir, por exemplo, que houvesse articulações sócio-econômicas, políticas, militares e culturais entre vários mocambos daquela região. Ou seja, tais quilombolas podiam estar integrados, possibilitando a manutenção de trocas econômicas, além do que, quando das expedições punitivas procuravam fugir para outros mocambos. Podia haver mesmo uma complementariedade econômica entre eles. Aliás, em 1759, a expedição comandada por Bartolomeu Bueno também na região de Campo Grande encontrou vários mocambos não muito distantes uns dos outros, sendo alguns já abandonados: quilombo *Grande*, quilombo do

Pernaíba, quilombo do *Andaial*, quilombo da *Serra da Marcela*, quilombo do *Bambai*, quilombo do *Carega* e quilombo do *Morro de Angola*.(282)

Como já destacamos exaustivamente, tal estratégia de abandonar os mocambos e se reagrupar em outros locais era, de fato, muito utilizada por diversos quilombolas no Brasil. Vimos que na própria região de Campo Grande, onde se localizava o quilombo do *Ambrósio*, informações davam conta da existência do "quilombo Grande" e do "pequeno quilombo". Aliás, as próprias autoridades sabiam, que os quilombolas mineiros fugiam dos mocambos de "menos consideração", refugiando-se nas matas ou em outros quilombos mais para o interior.(283)

Na tentativa de destruição do quilombo baiano de *Orobó*, por exemplo, sabia-se que os seus habitantes não capturados "se refugiarão" em outro local, ou seja, "tendo fugido anteriormente, pelo que dizem hum grande número dos mesmos escravos que ali estavam aquilombados, por suspeitarem, ou serem, talvez sabedores desta diligência e como há indícios de que se refugiarão para outro quilombo chamado dos Tupim".(284)

A organização social de alguns grupos de escravos fugitivos no Brasil podiam ser complexas. Os mocambos em toda a América escravista forjaram comunidades e culturas originais. Para a região de Minas Gerais, no século XVIII, estas plantas de quilombos, a documentação manuscrita, as pesquisas arqueológicas e a bibliografia mais recente sobre cultura escrava (inclusive sobre as experiências culturais dos povos africanos) ajudam a revelar de que modo as práticas culturais, políticas, econômicas e mili-

tares dos quilombolas podem ter se constituído de reinvenções culturais a partir de variadas origens étnicas africanas.(285) Ao que se sabe estes -- apesar de considerados destruídos por Pamplona naquela ocasião -- e outros mocambos continuariam a povoar aquelas regiões de Campo Grande, Caieté e Paracatu. No início dos anos de 1770 já afirmava-se que "queimarão-lhe alguns oito quilombos com mais de cem cazas, queimarão-lhe mantimentos", porém estes quilombolas persistiam e "hoje são tantos e de muito maiores forças".(286) Era uma outra face da tradição de liberdade dos mocambos do Brasil Colonial.

IV. Um Recôncavo Quilombola: Mocambos na Capitania da Bahia (1575-1806)

Assim como Palmares -- na Capitania de Pernambuco -- e os quilombos da Capitania de Minas Gerais, os mocambos da Capitania da Bahia são os mais conhecidos e citados pela historiografia do tema. Tal fato se deve, sem dúvida, aos estudos de Pedro Tomás Pedreira e, principalmente, de Stuart Schwartz. Conhece-se, portanto, hoje de que modo o recôncavo e outras regiões da Capitania da Bahia conviveram a maior parte dos séculos XVII e XVIII com ameaça dos quilombolas.(287)

Segundo Stuart Schwartz, havia mocambos em todas as áreas da Capitania baiana. As regiões de Camarogipe, Cachoeira, Iguape, Maragogipe, Jaguaripe, Porto Seguro, Cairú, Jacuípe, Camamu, Jaboruna, Rio das Contas, Jacobina, Geremoabo, Rio Vermelho, Itapicurú, Rio Real, Sergipe do Conde, Vila de São Francisco e Ilhéus, tanto no Recôncavo, próximo de Salvador ou como em regiões mais interioranas, eram áreas com conhecida tradição de constituição de grupos de quilombolas.(288)

Nosso objetivo nesta seção não é contar (ou recontar) o número de quilombos baianos. Ou tão somente demonstrar o quanto atemorizavam as autoridades e senhores da Capitania da Bahia ao longo dos séculos XVII e XVIII. Seguindo as trilhas das histórias desses mocambos -- entrecortada por perseguições e destruições, poucos períodos de paz, ataques de brancos e até de índios -- é possível focalizar como alguns deles, resistindo a escravização,

constituíram-se também em pequenas comunidades negras interagindo com a sociedade envolvente. Isso não bastando como originalidade -- uma vez que vários estudos sobre quilombos têm destacado as relações sociais complexas que os cercavam -- pretendemos analisar aqui a possibilidade de os quilombolas baianos coloniais terem gestado algumas experiências de campesinato negro, envolvendo a economia dos mocambos, roças dos escravos, lavouras de alimentos e o abastecimento de mercados locais.(289)

Outra tradição rebelde

Ao que consta, o primeiro exemplo histórico de repressão à mocambos no Brasil ocorre na Bahia em 1575 por ordens do então governador-geral Brito de Almeida. Na década de 1580 notícias dão conta da existência de mocambos na região meridional do Recôncavo baiano.(290) Já no início do século XVII, mais propriamente em 1601 muitos escravos "fogem dos engenhos e propriedades e se aquilombam no Itapicuru". Estes quilombolas situados próximos a Capitania de Sergipe del Rei dificultavam, inclusive, o caminho entre esta Capitania e a da Bahia. A repressão a eles foi incumbida aos índios *Potiguar* sob o comando de Felipe Camarão.(291) Em 1661 determinava-se o envio de uma tropa do terço de Henrique Dias para perseguir os "negros que levantados em uma tropa" estavam trazendo incômodos para os moradores de Cachoeira e Imbiara.(292) As autoridades sabiam então das dificuldades que encontrariam para efetivar a captura daquela "tropa" de aquilombados, destacando-se o fato conhecido de "que algumas pessoas fa-

vorecem os mesmos levantados, com que se impossibilita sua prisão". Porém, ressaltando a importância de se punir severamente estes quilombolas ordenou-se que os negros capturados não escapassem do castigo e aqueles que fossem mortos deveriam ter seus corpos colocados "no lugar em que houverem delinquido". Dois anos depois o Capitão-mor Francisco Rodrigues recebia ordens para preparar uma diligência contra mocambos próximos à cidade de Salvador.(293) Já, em 1667, da freguesia de Maragogipe e Paraguassú, falava-se da necessidade de se combater "dois mocambos na Batatã".(294) Também da região de Jaguaripe, área baiana de forte tradição quilombola, já em meados de 1667 chegavam notícias de ações de quilombolas e da necessidade de reprimi-los.(295)

Por todos os lugares e a cada momento se constituíam e aumentavam os mocambos baianos. De Pirajuhia, ainda em 1667, dizia-se que o crioulo Manoel Meringue tinha se refugiado comandando "mais de 30 peças de escravos com as quaes se ia fazer um mocambo no sertão".(296) Em meados do século XVII, a situação dos mocambos na Capitania baiana causava, sem dúvida, apreensão às autoridades coloniais. Entre os anos de 1668 e 1669 é preparada uma grande expedição punitiva para combater estes mocambos. Para o comando desta foi convocado nada menos do que Fernão Carrilho, militar com bastante experiência em diligências contra quilombolas, que anos depois comandaria expedições contra Palmares.(297) Nos meses finais de 1674 e início de 1675 preparavam-se igualmente medidas anti-mocambos em Sergipe do Conde, Sergipe del Rey e na freguesia de Nossa Senhora do Socorro.(298) No final do século as autoridades ficaram apavoradas com um levante com mais de

cem escravos e a possibilidade de uma articulação com os quilombos da região de Camamu.(299)

No século seguinte não foi diferente. Quase como uma epidemia, espalhavam-se por toda a parte notícias sobre as atividades dos quilombolas -- falava-se, invariavelmente em "saques", "insultos" e "roubos" -- e as tentativas de medidas repressivas por parte das autoridades. Em 1705 informações davam conta "acerca das insolências, e roubos, que os negros de um mocambo, que há nos matos de Jacuhipé, fazem ao Povo" da Vila de Cachoeira.(300) Ainda em meados deste ano ordenava-se a destruição dos "mocambos e negros fugidos que houver nos districtos de toda a serra de Jacobina e Carinhanha, até o rio de São Francisco".(301) Com tantos mocambos e fugas, patentes e mais patentes para capitães-do-mato seriam expedidas. Para os destritos do Rio Paraguaçu e Jacuípe assim aconteceu em 1714.(302) Reclamava-se também dos desmandos de alguns destes caçadores de fugidos, aliás fato comum em outras partes do Brasil Colônia. Não capturavam. Ao invés disso, espancavam escravos alheios, roubavam cativos e talvez mesmo acoitassem fugidos e quilombolas. Uma Ordem Régia em 1716 já falava destes problemas na Capitania da Bahia. Alertava-se: "sendo de muito maior prejuízo, que andem os negros fugidos, e fação mocambos, do que haver alguns capitães, que não usem lizamente da concessão de prenderem os escravos fugidos".(303)

A utilização sistemática de capitães-do-mato foi pensada como uma maneira eficaz de conter os mocambos baianos --- assim como de outras regiões no Brasil colônia --- no início do século XVIII. Seria esta a avaliação de uma ordem régia na ocasião:

"Examinando muito particularmente para que efeito se

proven nesta Capitania os postos de capitaens mores das entradas dos mocambos: achei, que desde o principio deste Governo Geral, se fizeram sempre semelhantes providimentos, por serem totalmente precizos, para prender os negros que fogem a seus senhores, e evitar, que não cheguem ajuntar se em número que possam fazer, nos matos para que se retirão os mocambos que costumão, dos quaes saem as estradas, a roubar, e matar aos passageiros, atrevendo-se a tanto, que vem muitas vezes as cazas dos moradores, que no Recôncavo vivem mais retirados, a tirar dellas as escravas, e o mais que querem: e andam hoje tão insolentes os ditos negros, que em distância desta cidade, pouco mais, de meia legoa, se atreverão a formar hua companhia de ladrões, que não só roubavão pelas estradas, senão também nas cazas dos moradores daquele lugar, e prendendo-se parte destes negros, se fez, pela justiça, execução em cinco, que mandou enforçar, e esquartejar..."(304)

A repressão com capitães-do-mato foi temperada com enforcamento e esquartejamento de quilombolas. Nada de Leis. Naquele contexto o uso de capitães-do-mato tinha o sentido mais preventivo do que efetivamente repressivo, no caso dos quilombolas. Como poderiam eles entrar na floresta e encontrar os fugidos nela engravados ? Expedições militares tentavam e não conseguiram. Tentava-se, porém, controlar as fugas e, portanto, o aumento de possíveis quilombos. Lembrava a referida ordem régia: "ser o único meio que há, para reprimir em parte, as fugidas, e insultos dos ditos negros".(305)

Em janeiro de 1723 ordenava-se ao Coronel Garcia de Avila Pereira preparar a "entrada do Mocambo dos Quiricos".(306) Mais de dez anos depois expedia-se uma portaria para o sargento-mor Gaspar Dias para realizar uma expedição punitiva acompanhada de indígenas para ir "às cabeceiras das roças de Nazaré donde se diz ha um mocambo de negros fugidos que assaltam aqueles moradores com vários roubos e excessos".(307) A situação parecia só agravar-se, fugindo totalmente ao controle das autoridades baia-

nas. Clamores da população eram cada vez mais fortes e surgiam de todos os lados. Em fins de 1734, em portaria endereçada ao Coronel Domingos Miranda Pereira, o governador da Bahia, devido "serem tantas, e tão repetidas as queixas e clamores dos moradores do distrito da freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro" ordenava que caso não fossem presos no prazo de um mês, "todos os negros salteadores, ou amocambados", os capitães-do-mato deveriam ser remetidos presos para Salvador afim de serem devidamente punidos e darem baixa nos seus postos.(308)

O problema, porém, não estava restrito a Santo Amaro. No ano seguinte, o fazendeiro Pascoal Pereira Pinto, morador do rio das Rãs e Parateca, próximo ao sertão do rio São Francisco, região de Rio das Contas e Jacobina, era indicado para comandar uma diligência para perseguir "negros fugidos assim esparsos como em mocambos".(309) Na mesma ocasião, determinava-se providências ao capitão das entradas Gonçalo da Silva Teles, pois "nos matos de Camarogipe andam vários negros fugidos fazendo roubos e insultos aos moradores e passageiros" e que diziam que se "acham com mocambos naquelas vizinhanças".(310)

As autoridades coloniais baianas procuravam, na medida do possível, controlar o problema dos mocambos. A preparação de diligências e expedições era uma constante. No entanto, as dificuldades e os fracassos costumeiros. Ainda no final do século XVII garantia-se aos capitães-do-mato que fossem "aos mocambos, que não se lhe entregando logo os negros fugidos e resistirem de maneira, que seja necessário feril-os, e ainda matal-os, não tendo outro remédio o façam, sem por isso se lhes poder dar em culpa".(311) Institucionalizava-se, assim, as costumeiras arbi-

triedades nas tentativas de destruição dos mocambos. Quilombolas podiam ser, algumas vezes, sumariamente assassinados ao tentarem resistir a reescravização. Senhores reclamavam de tais prejuízos. Mortes também havia da parte da expedição punitiva. Em 1732, falava-se da devassa tirada há três anos em virtude da morte do Capitão Domingos Ramos por ocasião de uma diligência contra mocambos localizados no sítio do Mamão, próximo ao Recôncavo.(312)

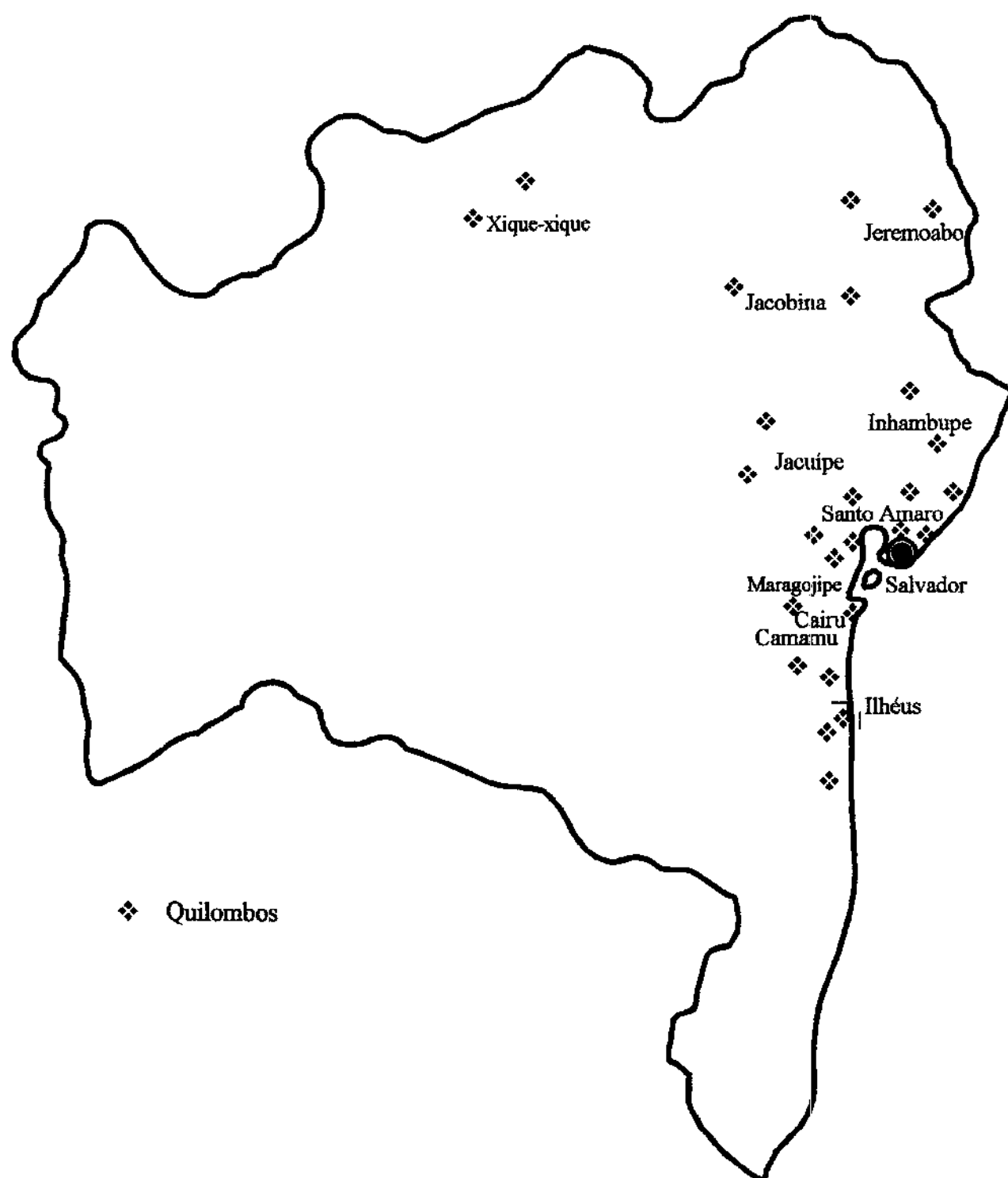
Senhores e autoridades locais também reclamavam de algumas medidas tomadas pelas autoridades coloniais. Em 1769, o Capitão-mor das Ordenanças da Vila de Jaguaripe, João de Sousa e Eça dirigiu um ofício ao Governador da Bahia queixando-se que muitos escravos fugidos e quilombolas capturados acabavam soltos e entregues aos seus senhores sem que fossem devidamente "ouvidos" ou mesmo pagas às respectivas "tomadias".(313) Dois anos depois da mesma Jaguaripe reclamava-se do costume de se enviarem os quilombolas capturados para Salvador para que de lá fossem soltos. Argumentava-se que os proprietários escravistas da região, principalmente "homens pobres", não podiam arcar com os custos das despesas para efetuarem suas solturas, ainda mais uma viagem até Salvador.(314) De outro modo, muitas autoridades e fazendeiros locais eram acusados de serem coniventes e/ou fazerem vista grossa com relação ao problema dos mocambos e dos fugitivos. De Rio das Contas, em 1725, dizia-se que Luiz Cardoso Balegão, homem "esquecido das obrigações de católico e de vassalo, vive no sertão deste estado com péssimo procedimento e costumes, fazendo-se régulo sem temor da justiça, trazendo em sua companhia, mais de quarenta escravos fugidos".(315)

QUILOMBOS E MOCAMBOS NA BAHIA (1575-1821)

DATA	LOCAL
1575	-
1580	-
1601	Itapicuru
1614	Serta _o
1629	Rio Vermelho
1632	-
1636	Itapiricu
1640	Rio Real
1655	Jeremoamo
1661	Cachoeira
1663	Subúrbios da Cidade de Salvador
1666	Inhambupe (Irarã)
1666-7	Torre
1667	Jaguaripe
1667	Maragagipe e Paraguassu
1674-5	Sergipe del Rei e Nossa Senhora do Socorro
1681-91	Serra de Jacobina (Acaranquanha)
1687	Rio Real e Inhambupe
1692	Camamu
1699	Cairu
1705	Jacuipe
1706	Jaguaripe
1713	Maragogipe
1714	Cachoeira
1722	Cairu
1723	Nazara (Quiricós)
1726	Jacobina
1729	Sítio do Mamão
1733	Canaveiras
1734	Santo Amaro e Nazaré
1735	Jacobina
1735	Camarogipe
1736	Rio das Contas
1744-64	Itapua (<i>Buraco do Tatu</i>)
1745	Santo Amaro
1771	Jaguaripe
1789	Ilhéus (Santana)
1791	Jacuipe
1796-9	Serra do Orobó (<i>Orobó, Andaraí e Tupim</i>)
1801	Jaconina
1804	Oitizeiro
1807	Subúrbios da Cidade de Salvador (Cabula)
1807-8	Cachoeira
1821-28	Ilhéus (Santana)

Fontes: PEDREIRA, Pedro Tomás. Os Quilombos Brasileiros...; REIS, João José. Slave in Rebellion... e "Resistência escrava em Ilhéus..."; SHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos..." e Slaves, Peasants and Rebels... Também complementamos com pesquisas junto às fontes manuscritas impressas em vários volumes dos DOCUMENTOS HISTÓRICOS, da BNRJ

Quilombos da Bahia, s. XVIII

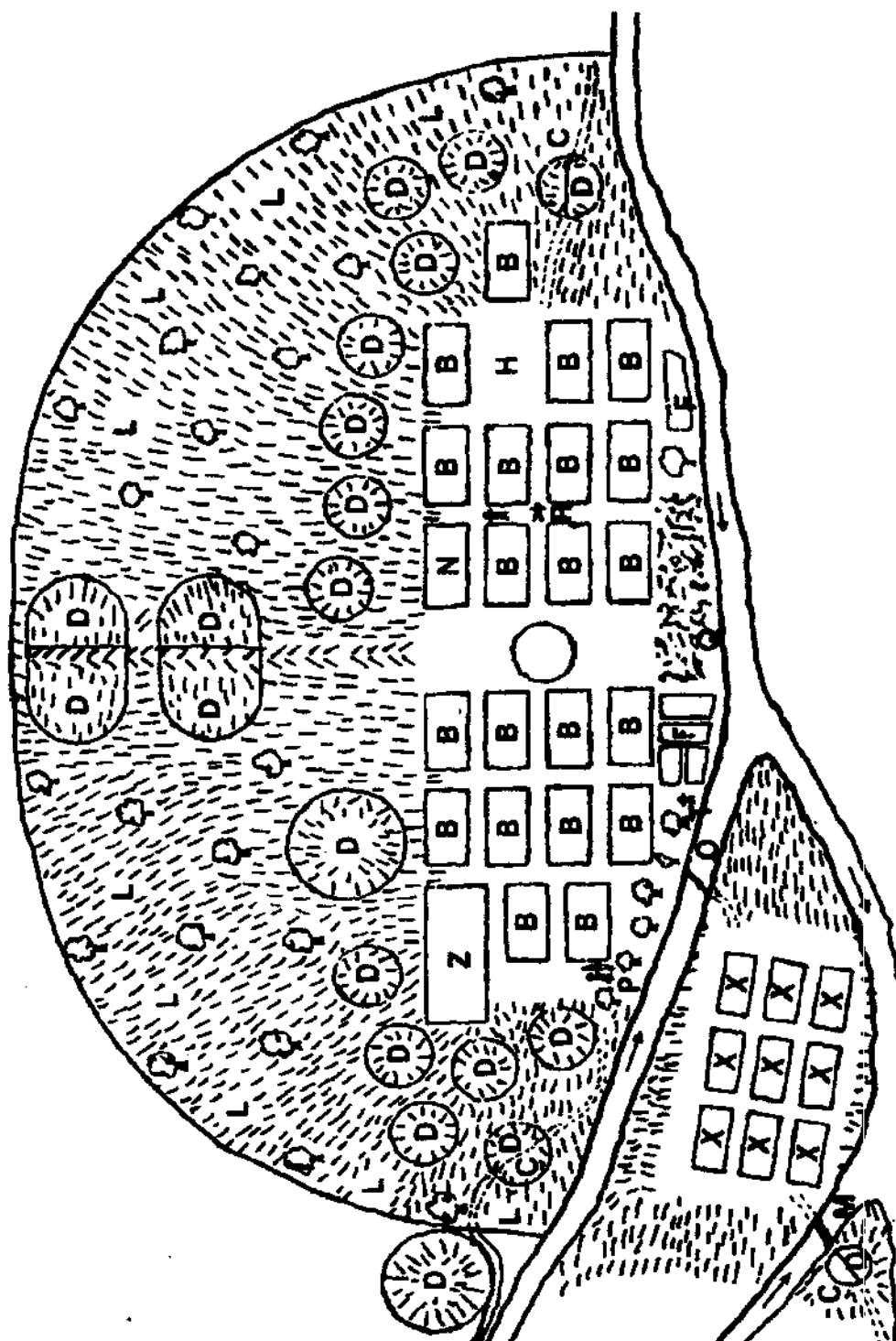


Outras estratégias pela liberdade

Ao nível da organização interna e sistema de defesa, um dos mocambos brasileiros -- no caso baiano -- que melhor se tem conhecimento é o do *Buraco do Tatu*. Este mocambo tornou-se melhor conhecido devido às descrições militares e uma planta desenhada por ocasião de sua destruição.(316) Localizava-se próximo à cidade de Salvador, mais propriamente junto à região de Itapôa. Em 1763 às voltas com os freqüentes "incomodos" gerados por estes quilombolas, as autoridades coloniais baianas planejaram, organizaram e efetivaram uma expedição punitiva.

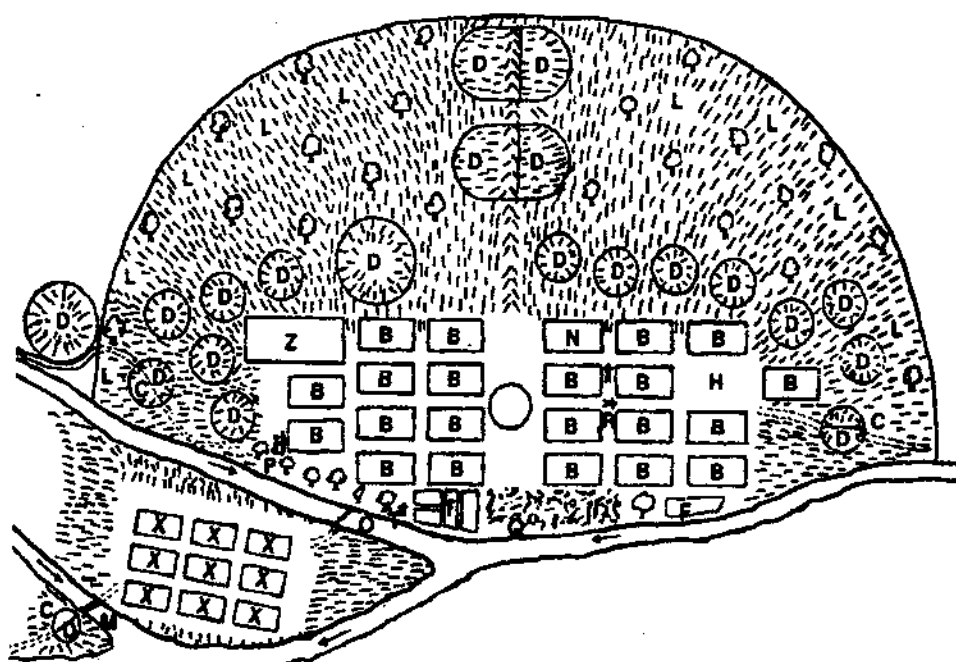
Na realidade, o planejamento para destruir este mocambo foi iniciado em 1760. Na ocasião, o Conde de Arcos, Vice-Rei do Brasil ordenava que se tomassem providências para destruir os vários quilombos que tinham se constituído -- ao que se sabe -- próximo a cidade de Salvador. Aliás, quilombolas situados nestas proximidades, já eram problema desde o final do século XVII pelo que atestam as patentes de capitão-mor das entradas dos mocambos. (317) O *Buraco do Tatu* sabia-se que era já bem antigo. Sua existência datava pelo menos desde de 1743. Seus habitantes eram acusados de praticarem furtos, extorsões e assaltos. O que se destaca, porém, no episódio envolvendo a destruição deste mocambo é a sua organização sócio-econômica. A partir de uma planta desenhada para a ilustração do relatório militar que descreveu sua destruição, Schwartz empreendeu uma interessante análise etnográfica.(318)

Planta do buraco do tatu, 1763

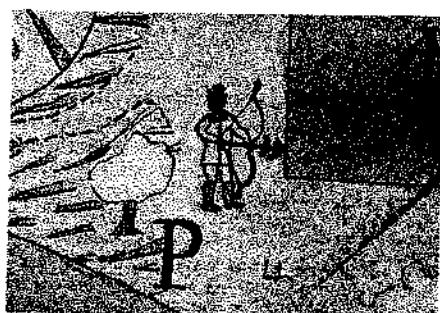
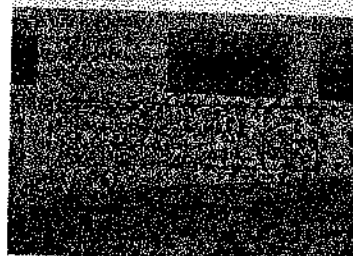
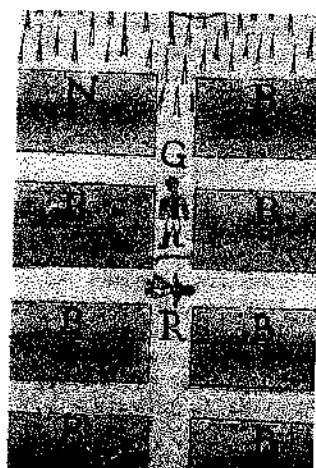
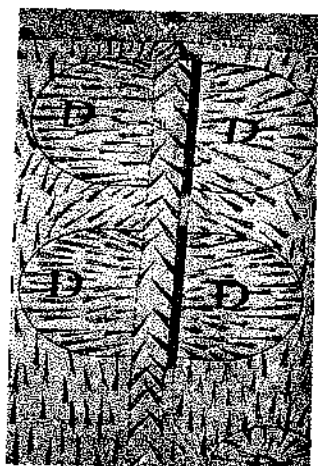


H - Praça; L - Labirintos de estacas; C, O, M - Pranchas/pinguelas levadiças; N - Vigias; D - Covas repletas de espetos afiados; F - hortas pequenas; X - Casas separadas; R - Mulher; T - Habitante; P - Defensores com arcos; B - Unidades residenciais retangular; Q - Treliça de maracujá; Z - Casa do capitão; A - Estrada falsa coberta de estrepes; G - Habitante; I - Brejo que cerca-
va.

Planta do buraco do tatu, 1763



H - Praça; L - Labirintos de estacas; C,O,M - Pranchas/pinguelas levadiças; N - Vigias; D - Covas repletas de espetos afiados; F - hortas pequenas; X - Casas separadas; R - Mulher; T - Habitante; P - Defensores com arcos; B - Unidades residenciais retangular; Q - Treliça de maracujá; Z - Casa do capitão; A - Estrada falsa coberta de estrepes; G - Habitante; I - Brejo que cercava.



O *Buraco do Tatu* tinha um complexo sistema de defesa. Ao seu redor -- mais exatamente em sua retarguarda -- havia um canal pantanoso. A proteção de sua frente e das laterais era constituída por labirintos de estacas ponteagudas. Estes quilombolas prepararam ainda diversas covas com espetos (cerca de 21) camufladas ao longo do mocambo para surpreender os integrantes das expedições reescravizadoras. Existia também saídas secretas e falsas trilhas, visando facilitar a rápida fuga dos quilombolas e/ou enganar os perseguidos. Por último, havia vários pontos onde colocavam-se vigias para observar qualquer movimentação de tropas. A planta desenhada traz também indicações de pequenas roças neste mocambo, evidenciando que dedicavam-se a agricultura. Ao que parece, sua população era considerável. Por ocasião de sua destruição, capturou-se cerca 65 quilombolas, sendo que 4 foram mortos em combate.(319)

A guerra contra os mocambos baianos, entretanto, tinha começado há mais de um século. Diferentemente da Jamaica e Suriname, as autoridades coloniais no Brasil não tentaram efetivamente fazer tratados de paz com os quilombolas, reconhecendo a autonomia de suas comunidades. Houve, porém, raras exceções como Palmares. Discutimos, por exemplo, em que termos foram tentadas negociações para rendições condicionais entre autoridades maranhenses e os quilombolas do Turiaçu, nas últimas décadas do século XIX. Na Bahia colonial -- ao que se sabe -- tentou-se atrair os quilombolas para uma rendição. Em 1640, acerca das tentativas de destruir um mocambo na região de Rio Real, o Vice-Rei Dom Jorge

de Mascarenhas propunha que fosse enviado para os mocambos um batalhão de Henriques (libertos e livres de cor alistados em tropas militares) e um padre que falasse a língua dos quilombolas, propondo-os a rendição imediata em troca da liberdade com o alistamento sumário nas tropas de libertos. Os oficiais da câmara de Salvador, entretanto, rejeitaram tal proposta, argumentando que "por nenhum modo convinha tratar desconcertos, nem dar lugar aos escravos que concilhassem sobre este negócio e o que convinha somente era extingui-los e conquistá-los para os que estavam domésticos não aspirassem maiores danos".(320) O fato era um só, pelo menos até o final do século XVIII, o recôncavo baiano rebelde descrito por João J. Reis para as primeiras décadas do século XIX era um recôncavo quilombola.(321)

De modo original Schwartz argumenta como os mocambos baianos procuraram se localizar tanto próximo das áreas de economia exportadora -- maior parte das quais localizadas no recôncavo baiano -- como daquelas voltadas para a produção de alimentos. As diferenças destas regiões podiam ser grandes. Em áreas exportadoras as relações de trabalho poderiam ser marcadas por variadas características sócio-demográficas: grandes engenhos, senhores abastados, enormes propriedades e plantéis, grande percentual de escravos africanos, alta taxa de masculinidade, absenteísmo dos senhores, alta taxa da população escrava com relação a população livre, etc. Já, em regiões dedicadas ao cultivo de alimentos, os plantéis eram menores (com até 10 escravos), predominava pequenos lavradores, uma maior proporção entre escravos homens e mulheres, assim como africanos e crioulos.(322)

Mas podiam haver tambem determinações relacionadas as próprias logicas dos vários grupos quilombolas. Aliás, vimos isto para São Paulo e Rio de Janeiro. Não concordamos, por exemplo, com a explicação de Schwartz de que a economia do mocambo era "parasitária". Ele próprio -- mais recentemente -- retomou esta discussão em outras dimensões.(323) Tanto na Bahia, como em outras tantas regiões brasileiras as características da economia quilombola eram complexas e variadas. Os quilombolas procuravam manter uma extensa rede de solidariedades com taberneiros, escravos e pequenos lavradores próximos na tentativa de se integrar a economia local, através de trocas e comércio dos excedentes produzidos nos seus mocambos. E claro que as varias estratégias econômicas dos quilombolas dependiam de diversas condições e fatores. Poderia haver, por exemplo, pequenos grupos quilombolas itinerantes, constituídos majoritariamente por homens, que procuravam sobreviver praticando roubos e saques a viajantes e às fazendas próximas. Outros grupos, maiores e mais estáveis, de outro modo podiam procurar estabelecer uma economia agricola que podia igualmente ser complementada pelo saque ou por atividade extrativa. Comentamos isto com detalhes para os mocambos do Turiaçu. Para a imensa -- e diversificada economicamente -- Capitania da Bahia quilombolas adotaram estrategias diversas. De qualquer modo, não isolaram-se. Pelo contrário suas redes de proteção e solidariedades -- incluindo relações mercantis, sociais e culturais -- cada vez mais solidificavam-se.(324)

A perspectiva de proximidade dos mocambos dos centros produtivos, não podem ter apenas uma explicação de dependência econômica. Pela documentação que pesquisamos e a bibliografia dispo-

nível, é possível supor que na Capitania da Bahia, existiram tanto pequenos quilombos predatórios como mocambos com consideráveis populações e atividades econômicas complexas integradas às economias locais onde estavam estabelecidos. Em junho de 1719, por exemplo, as autoridades coloniais baianas chamavam a atenção para o fato de que grupos de escravos fugidos e quilombolas estavam minerando nos destritos de Jacobina. Já em 1801, nesta mesma localidade, mais propriamente nos "destritos do Julgado de Xiquexique" uma expedição encarregada de descobrir ouro acabou encontrando "dois quilombos de negros foragidos".(325) Havia, igualmente, quilombos populosos.(326) Em 1674, o Coronel Balthazar dos Reis Barrenho foi destacado para destruir um "mocambo grande", localizado próximo à região de Sergipe do Conde. Além disso, numa área como a Capitania baiana onde havia mocambos por toda a parte não podemos descartar a possibilidade deles se articularem tanto economicamente como militarmente para se defenderem. Em 1721, em portaria enviada ao Capitão-mor Francisco de Almeida temos evidências nessa direção. Falava-se na ocasião de se:

"...ter notícia certa de um grande mocambo, que se acha situado entre Rio Itapicurú e Rio Real, o qual pelas que lhe deram alguns moradores daqueles distritos tem mais de trezentos negros bem disciplinados, e com muitas armas de fogo e que em pouca distancia d'este estavam mais dois com menor poder e de um e outros tinham grande prejuizo aqueles povos pelos latrocínios e hostilidades que experimentavam..." (327)

Podemos mesmo supor a existência de uma rede de solidariedades e complementariedade econômicas e sociais envolvendo vários mocambos baianos em termos semelhantes aqueles da extensa área maranhense do Turiaçu-Gurupi. Tal rede poderia contar, em alguns contextos, com a participação até mesmo de grupos indígenas.

Mais uma vez os indígenas: alguns conflitos e outras alianças

Fatores geográficos poderiam interferir no estabelecimento e estabilidade de alguns grupos quilombolas. A propósito, Schwartz analisa que o fator que contribuiu, por exemplo, para a formação de mocambos estavéis na região de Cairu e Camamu -- região sul da Capitania da Bahia -- foi a instabilidade militar, uma vez que havia constantes ataques de tribos indígenas hostis e que a ajuda militar de Salvador ficava distante.(328) Quanto a questão da utilização de indígenas para combater mocambos o referido autor faz também uma interessante abordagem. Foram várias as ocasiões em que tropas de indígenas foram preparadas para invadir quilombos. Em muitas situações alguns mocambos só eram localizados a partir da utilização de indígenas como guias. Não eram raras as vezes que indígenas atacavam propriedades e matavam escravos.(329) Da vila de Camamu, em 1719, chegavam denúncias de que o "gentio bárbaro que se acha aldeado dez ou doze léguas distante da mesma Vila havia por vezes roubado as suas fazendas, e mortos muitos escravos seus tantos negros como mulatos e um moço branco".(330) Enfim, no contexto baiano podia haver muitos conflitos envolvendo tribos indígenas, escravos e quilombolas. Mas se havia conflitos podia haver, igualmente, solidariedades. Já, no século XVII, na região do Jaguaripe, índios, brancos e também negros africanos refugiaram-se para aderir a *Santidade*.(331)

Podemos pensar diferente. Ou seja, a existência de tribos indígenas hostis podem ter ao mesmo tempo ajudado e dificultado o estabelecimento de alguns grupos quilombolas. Por um lado, é fato

que nas áreas ocupadas por tribos hostis, os quilombolas poderiam buscar proteção logística, uma vez que ali a penetração de capitanias-do-mato e de expedições punitivas tornavam-se mais difíceis. De outro modo, muitas tribos indígenas podem ter percebido o quanto a existência de mocambos próximos aos locais aonde estavam estabelecidas acabavam por atrair a ira das autoridades coloniais. Como em outras áreas coloniais, destruir mocambos e perseguir indígenas era muita das vezes um só objetivo das expedições punitivas que adentravam as matas do Recôncavo e interior da Capitania da Bahia. Podem, inclusive, ter havido retaliações diretas de indígenas contra quilombolas e vice-versa que nunca apareceram na documentação. Esta possibilidade pode ser explicada pelo uso frequente de índios nas medidas anti-mocambos, tanto na Capitania da Bahia como no Rio de Janeiro, São Paulo e Grão-Pará. A propósito, Palmares foi repetidas vezes atacado por indígenas.

Por outro lado, o aldeamento de alguns grupos indígenas pode ter servido em algumas regiões para intimidar e reprimir a formação de grupos de escravos fugidos. Em 1769, a propósito das tentativas de repressão aos mocambos em Minas Gerais e São Paulo, o Rei de Portugal argumentava ao Conde de Assumar o seguinte:

"Me pareceu dizer-vos, que uzeis sobre a fugida destes negros, de que se vão formando esses *mocambos* do meio que se pratica em todas as Capitanias da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba, que hé o de haver capitão do mato com o prêmio que se costuma dar a cada hum pelos escravos que prendem; pois tem mostrado a experiencia o muito que tem sido util este meio; e quando possa conduzir para o mesmo efeito, o formar se a Aldeia, que se tinha mandado eregir de novo, se deve estabelecer tirando se das mais Aldeias, hum certo, e moderado número de Índios, com que se possa fundar, valendo vos tãobem para o mesmo efeito de alguma parte dos Tropas que mando se formem..."(332)

Segundo Schwartz "aldeias indígenas inteiras eram mobilizadas para servirem como tropas antimocambos, e praticamente todos os esforços militares de vulto empreendidos contra quilombos baianos incluíram auxiliares índios".(333) No caso relatado acima, as estratégias de repressão anti-mocambos utilizaria tanto os capitães-do-mato como o recrutamento de índios e a formação de aldeamentos nos locais de mocambos. Estratégias semelhantes como vimos se deu no episódio do quilombo do *Piolho* e aldeia da *Carlota* na Capitania do Mato-Grosso. Também podemos argumentar em direção à possibilidade de ter havido solidariedades e estratégias articuladas de defesa, proteção e atividades econômicas entre quilombolas e indígenas. Em Ilhéus, em 1733 -- sul da Capitania -- informações, por exemplo, davam conta tanto da existência de "gentio bárbaro que infesta os destritos dos rios Una, Foxi e Patipe" como "que naquele continente se acha um grande mocambo de negros fugidos antiquíssimo".(334) Em Rio das Contas e Jacobina -- sertão ao norte da Capitania -- em 1736, falava-se de um "poderoso mocambo" existente na região "estabelecido há muitos anos com trato e comunicação" com indígenas e escravos. Em portaria ao Provedor da Fazenda Real dizia-se:

"....que no sertão que medeia entre as minas da Jacobina e as do rio das Contas há um grande mocambo de negros fugidos que se tratam e comunicam com o gentio bárbaro, donde saem a fazer alguns roubos e insultos aos moradores vizinhos, e passageiros do que tem chegado a este governo repetidas queixas, e porque o dito mocambo se vai engrossando pondo-se com poder tão formidável que dará grande cuidado".(335)

Pode-se pensar mesmo em mocambos baianos -- tal qual aqueles que vimos para a Capitania do Mato Grosso -- constituídos por

escravos africanos, crioulos, indígenas e seus descendentes. Ainda em 1704, do distrito do Brejo, junto ao Paramirim mandava-se "extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios *Maracaz, Cucuruís, Araxás* e cabocolos que tem domésticos". Vale lembrar ainda que há uma lenda dando conta que os grupos de índios *Avá-Canoeiros* se formaram da miscigenação de índios *carijós* com quilombolas baianos. (336) Em 1783, da região de Geremoabo noticiava-se que os índios que lutavam contra a perseguição dos bandeirantes -- índios *Mongoiós* ou *Nagoiós* -- tinham se aliado a alguns grupos de quilombolas. Durante uma expedição punitiva contra estes mocambos foram encontrados:

"... um arco de guerra e de caça do gentio homem; o mesmo do gentio mancebo; o mesmo do gentio menino; doze flechas, um colar, um pandeiro de suas folganças, uma tanga de mulher, uma cinta das mesmas, uma compostura de guerreiro, um ídolo, imagem do fogo ou do sol, sobre que havia ainda uma machadinha ou acha de pedra com que os índios cortam os paus donde tiram mel e um surrão contendo fragmentos de algum vaso de barro".(337)

Baseando-se na documentação e nas análises de Borges de Barros, Clóvis Moura argumenta, por exemplo, que as alianças entre quilombolas e indígenas na região central da Bahia acabaram por criar "sérios embaraços às entradas e bandeiras do ciclo baiano".(338) Não obstante, em algumas regiões, devido a determinadas características -- formas de ocupação, economia, demografia, etc -- a luta dos quilombolas enquanto resistência escrava pode ter significado a *continuidade* (padrões estruturais de opressão e resistência) da resistência indígena. No Brasil dos séculos XVII e XVIII isso podia estar acontecendo na Capitania da Bahia. Já vimos isto para a Amazônia e outras áreas coloniais.

Entre fins do século XVII e meados do século XVIII quando o problema dos quilombos começava a se tornar alarmante em toda a Capitania baiana --- isto serve igualmente para as regiões coloniais do Grão-Pará, Mato-Grosso e São Paulo --- as populações indígenas locais ainda deviam ter na memória a experiência da escravização -- isso sem contar os inúmeros indígenas que então viviam em aldeamentos controlados pela Coroa -- visto que o desaparecimento gradual da escravidão indígena se dá na segunda e terceira década do século XVII. Além disso, diversas regiões do sertão baiano foram desbravadas e colonizadas em virtude das constantes incursões contra "índios bravios" já em meados do século XVII.

Nas áreas sul da Capitania -- região de Porto Seguro -- havia no final do século XIX tanto aldeias de "gentio manso" como aquelas de "gentio bravo". Com o sistema de Diretórios e controle os índios "domesticados" e suas aldeias foram transformadas em vilas de camponeses. Produziam e vendiam farinha de mandioca para os mercados locais. Quanto ao "gentio bravo", nesta região havia os grupos de *Pataxo*, os *Maxacali*, os *Botocudos* e os *Mongóis* que vimos terem se aliado aos quilombolas em Geremoabo, em 1783. Havia diferenças étnicas entre estes grupos indígenas embora fossem todos do tronco linguístico GE. Em termos de estrutura econômica, os *mongóios* e os *Maxacali* se dedicavam a agricultura, enquanto os *Pataxos* e os *Botocudos* se baseavam mais na caça e na pesca.(339)

Mocambos baianos e a gestac^{ão},ão de um campesinato negro: seguindo pistas

Desde o final deste século até o início do século XIX o tráfico negreiro permaneceu intenso para toda a Capitania baiana. Tendo por base vários estudos a respeito do tráfico transatlântico de africanos, Schwartz, por exemplo, estima que na última década do século XVII entraram anualmente para a Bahia de 8 a 9 mil escravos. O tráfico africano aumentou consideravelmente no século XVIII.(340) Destaca-se ainda que entre 1750 e 1790 devido ao declínio da economia açucareira caracteriza-se igualmente uma depressão no volume do tráfico de africanos. O fato é que, no início do século XIX a massa escrava já iria constituir 1/3 de toda a população baiana que era de aproximadamente 500 mil habitantes. Nas regiões dos engenhos, por exemplo, o índice da população escrava alcançava 70%.(341)

Como características básicas da população escrava baiana desde 1600 até o fim da era colonial, Schwartz assinala: grande percentual de africanos -- possuindo uma média de mais de 70% com relação ao total da massa escrava --, predomínio de cativos adultos de sexo masculino -- com razões de masculinidade que chegavam a 200 e 300 em regiões de engenhos e fábricas de açúcar --, poucas crianças, escassez de mulheres, baixa fecundidade e alta mortalidade infantil.(342)

Não resta dúvida de que fatores econômicos, geográfico e demográficos tiveram impacto sobre as formações de grupos de fugitivos aonde eles tenham existido. As estratégias dos quilombo-

las para manter sua autonomia podiam estar combinadas à contextos geograficos e sócio-econômicos diversos. O impacto do tráfico africano, por exemplo, pode ter refletido, de fato, num aumento do indice de fugas e na formação de novos mocambos baianos. Quanto a este fato, em 1726, ordenava-se ao Coronel João Peixoto Viégas para que perseguisse indígenas e destruísse os mocambos existentes entre Cachoeira, Jacobina e Rio das Contas. Quanto aos quilombolas havia, inclusive, ordens para:

"prizioná-los e extinguir o dito mocambo, arrazando as estacadas que tiver para que não haja mais memória d'elle, fazendo toda a diligência por descobrir e conquistar o chamado de Camisan, em que há muitos annos se falla e porque pode haver n'estes mocambos alguns negros ou negras que fugissem para elles sendo boçaes e não conheção a seus senhores, nem lhe saibão os nomes".
(343)

Outros fatores podem igualmente ser considerados. Os tipos de atividades econômicas, a estrutura de posse dos cativos, assim como o percentual de população escrava de origem africana podia determinar, em alguma medida, os padrões dos grupos quilombolas em diversas regiões (volume da população dos mocambos, estratégias sócio-econômicas, etc). A propósito, Ortega refletindo sobre a economia escravista colonial na Venezuela -- complexo agropecuário -- relaciona as principais áreas produtivas e o surgimento de grupos de escravos fugidos (*Cumbes*). Nos vales de Guatire e Pacairigua -- onde se desenvolveu a lavoura de cana-de-açúcar -- havia uma maior concentração de escravos africanos adultos e as condições de trabalho eram péssimas. Apesar do índice alto de fugas não houve a formação de muitos e duradouros *Cumbes*. Já as áreas dos Vales de Barlovento e de San Francisco de Finados --

regiões de produção de cacau e mineradora respectivamente -- onde a população escrava estava mais equilibrada em termos de naturalidade (africanos e crioulos) e faixas etárias, formariam-se abundantes *Cumbes*. (344) Nesse contexto podemos comparar as estruturas das Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Enquanto no Rio de Janeiro, a média de escravos por engenho era de 36 escravos, na Bahia esta média alcançava 65. Além disso, a maior parte dos engenhos baianos, cerca de 80%, a estrutura de posse dos escravos variava entre vinte e cem cativos. Destaca-se também que, semelhantes aos de São Paulo, os engenhos fluminenses eram menores, se comparados aos engenhos baianos e pernambucanos. (345) Devemos considerar também as áreas de sertões e produtoras de alimentos e características demográficas e econômicas.

Fatores econômicos podiam influenciar não só as estratégias dos quilombolas como também as práticas repressivas. A propósito, é interessante notar que é justamente em meados do século XVIII quando aumenta exorbitantemente o preço dos escravos (o preço médio subiu de 25 para 150 mil-reis) que as autoridades coloniais baianas fazem recrudescer as medidas anti-mocambos.

Uma outra questão interessante sobre as estratégias de manutenção de autonomia dos grupos de escravos fugidos pode ter sido a possível perspectiva de forjarem grupos de camponeses livres, tentando integrar suas atividades econômicas não só com as comunidades de senzalas próximas como também junto a pequenos lavradores, homens livres pobres, vendeiros etc. Enfim, as atividades econômicas dos quilombolas podiam estar integradas, inclusive, a economia de abastecimento. Schwartz tem destacado o cresci-

mento da economia interna -- determinados por variados fatores sócioeconômicos e demográficos -- no Brasil no final do período colonial. Ressalta para a Capitania da Bahia, as tensões sociais e econômicas entre os setores da produção de alimentos e a agricultura exportadora. Ainda que houvessem ordens reais, determinando o cultivo de alimentos (principalmente mandioca) juntamente com a cana-de-açúcar, visando o abastecimento de Salvador, os fazendeiros do recôncavo sempre mostraram-se resistentes.(346)

É possível pensar a entrada dos quilombolas baianos neste circuito de abastecimento. Feijão, milho, mandioca e outros excedentes produzidos em alguns mocambos podiam tanto ser trocados com os escravos nas senzalas, com taberneiros como serem enviados para os mercados locais (até mesmo Salvador) através de vários intermediários comerciais. Tal perspectiva pode ter proporcionado transformações essenciais nas relações entre senhores e escravos, uma vez que os mundos criados pelos quilombolas podia cada vez mais interagir com aqueles dos que permaneceram escravos. Barickman em estudo recente destacou a importância das roças dos escravos em engenhos baianos do Recôncavo. Entretanto, comparando com as experiências da economia própria dos escravos em áreas do Caribe argumenta que no recôncavo houve uma certa "incapacidade" dos cativos brasileiros de ampliarem e integrarem suas atividades econômicas e respectivos excedentes com os mercados e feiras locais.(347)

A despeito das tentativas frustradas, foram vários os momentos em que os escravos tentaram conquistar compensações dentro da própria escravidão. No Brasil do século XVIII, destaca-se o

conhecido episódio da revolta escrava do engenho de Santana em Ilhéus, na Capitania da Bahia. Em 1789, um grupo de escravos enviou um tratado ao então proprietário do engenho, em que procuravam colocar termos às condições de trabalho, reivindicando, entre outras coisas, margens de autonomia para não só cultivarem suas roças, mas também comerciarem os produtos delas provenientes no mercado local. Este documento, primeiramente publicado em um artigo por Stuart Schwartz em 1977,(348) foi objeto de polêmicas e controvérsias teóricas e metodológicas entre diversos historiadores que analisaram o tema da escravidão no Brasil. Enquanto alguns chamavam a atenção para a possibilidade de ampliar as perspectivas históricas em torno da relação resistência/acomodação escrava e as atividades econômicas próprias dos cativos no sistema escravista, outros procuraram apenas ressaltar o caráter atípico que envolveu este episódio com os escravos do referido engenho, uma ex-propriedade dos jesuitas confiscada pela Coroa Portuguesa em 1759.(349)

Em 1789, o engenho pertencia a Manuel da Silva Ferreira e contava com cerca de 300 escravos. Nessa ocasião os cativos se rebelaram, mataram o mestre de açúcar e se refugiaram nas matas circunvizinhas, quando enviaram o "tratado de paz" ao referido senhor. Este "tratado", entre outras coisas, estipulava: dispensa de dois dias semanais (sexta-feira e sábado) para cultivarem seus lotes de terras; cessão de redes e canoas para que pudessem pescar; direito de embarcarem os produtos provenientes de suas roças juntamente com os do Senhor quando do envio para o mercado, para não pagarem fretes de barcas; substituição imediata dos feitores

e eleição de outros com a aprovação deles, escravos; autonomia para realizarem suas festas e batuques sem a necessidade de autorização prévia, e outros itens que procuravam regular, segundo os seus interesses, o ritmo e o tempo do trabalho diário.(350) Esses escravos, constituídos em comunidade, certamente procuravam preservar e alargar espaços de autonomia que provavelmente tinham conquistado desde os tempos da administração jesuítica.

Ao que parece, o episódio do engenho Santana, com suas características e semelhanças, se repetiu na Colômbia em 1773. Os escravos de uma *hacienda* de gado em Villavieja, na Província de Neiva, que também tinha sido de propriedade dos jesuitas até 1767, enviaram uma petição ao Vice-rei espanhol, reclamando que o procurador da Coroa, o então administrador daquela *hacienda*, tinha proibido que eles cultivassem suas roças e omitia-se quanto aos costume de dar rações de carnes e roupas, além de os privar de folgas nos dias santos festivos. Semelhantemente aos cativos do engenho de Santana na Bahia, estes escravos reivindicavam aquilo que consideravam direitos costumeiros conquistados por sua comunidade, provavelmente desde o tempo dos jesuitas, ainda que protestassem como "escravos de Sua Majestade", no caso a Coroa espanhola.(351) Em 1780, em Cucuta, também na Colômbia, aconteceu um outro caso interessante numa *hacienda* que igualmente havia pertencido aos jesuitas. Um grupo de cativos fugiu liderado por um escravo feitor e enviou uma petição ao Vice-Rei. Eles reclamaram contra o novo proprietário da *hacienda*, recém-adquirida da Coroa, pois o mesmo estava violando seus direitos costumeiros e os maltratando com castigos excessivos. Apesar de não negarem o

direito de propriedade do novo senhor, esses escravos argumentavam que as novas práticas impostas na fazenda estavam trazendo incômodos para eles. Protestavam que o referido novo senhor os havia privado dos dias livres tradicionais concedidos para cultivarem seus lotes de terras e pagava pelos produtos (cacau) que ali colhiam um preço abaixo daquele do mercado. Com a promessa de que o caso seria resolvido, tendo sido formada para isto, pelo Vice-Rei, uma comissão de cidadãos locais para assegurar-lhes um acordo, os ditos escravos retornaram ao trabalho.(352)

Não obstante as situações que envolveram estes episódios, visto que tanto o engenho de Santana de Ilhéus como as *haciendas* na Colômbia tinham sido por longo tempo propriedades dos jesuítas e, portanto, aqueles cativos tivessem constituído uma comunidade em torno da qual procuravam preservar margens de autonomia e organização social, esses casos revelam, como em várias situações, os escravos podem ter agenciado espaços de autonomia segundo suas lógicas e percepções. Os escravos do engenho Santana, por exemplo, tiveram como resposta ao tratado que apresentaram a seu senhor uma traiçoeira e implacável repressão em 1790, sendo o seu principal líder, o escravo crioulo Gregório Luis, enviado preso para a Cadeia de Salvador, onde, em 1806, ainda permanecia, aguardando julgamento.(353) Porém, algumas décadas depois, em 1821, aquela comunidade escrava (provavelmente muitos deles descendentes dos cativos de 1789-90) reinventou a sua tradição de luta pela liberdade, ocupando o referido engenho de Santana por três anos, ou seja até 1824. Ainda em 1828, esses escravos tentariam uma novo levante, sendo que muitos deles se tinham aquilombado.(354)

O relato da expedição contra esses quilombos em 1828 mostra de forma inequívoca que esses escravos do Engenho de Santana e possivelmente outros que haviam fugido de engenhos vizinhos tinham constituído uma considerável economia camponesa no interior da floresta, produzindo muitos alimentos. Na primeira entrada a um dos mocambos, próximo da povoação baiana de Una foram encontrados:

"12 ranchos e muitas plantações de mandioca, que segundo parte que me deu aquele oficial havia para cima de sessenta mil covas, assim mais seis mil pés de café e para mais de quatro mil de algodão, e muitas árvores de espinho, dois teares de tecer pano de algodão, cada uma [palavra rasurada], e muita farinha feita, sal e muito peixe e mais suprimentos de ferragens." (355)

Considerando, no caso do engenho de Santana, o volume das plantações de mandioca, café, peixe e "farinha feita" encontrada neste quilombo em 1828 e as reivindicações dos escravos amocambados em 1789 de: "faça uma barca grande para quando for para Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos frete" e "podemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença", é possível supor a existência de uma economia camponesa gestada já há algum tempo.

Algumas indagações, porém, permanecem. Os quilombolas de 1828 teriam sido somente aqueles do engenho de Santana que procuraram a todo custo manter a sua tradição de autonomia conquistada desde fins do século XVIII? Sabe-se que estes escravos se sublevaram e ocuparam o Santana por três anos, de 1821 a 1824. Aliás, também em 1789 os cativos ocuparam o engenho por dois anos, além de matarem o mestre-de-açúcar e se apossarem das ferramentas. Porque em 1824 teriam eles se internado pelas matas, formando um

quilombo ? Já em 1828 além do quilombo formado havia a ameaça de sublevação.

Podemos pensar, por exemplo, que a escolha do aquilombamento em 1824 mais do que uma alternativa inexorável pode ter representado a recuperação de experiências compartilhadas desde o século XVIII. Ou seja, como analisamos para alguns quilombos fluminenses no século XIX, na Bahia podia ter sido forjada uma experiência de integração entre os mocambos e as comunidades de senzalas, destacando-se as suas atividades econômicas e trocas mercantis.(356)

Caso isso tenha acontecido, o aquilombamento dos cativos do engenho de Santana em 1824 pode ter se constituído numa ampliação da rede de solidariedades sócio-econômicas de comunidades camponesas, seja a dos escravos com suas roças, seja a dos quilombolas com suas práticas econômicas. Naquela região já havia mocambos desde o final do século XVIII.(357)

De outro modo, a insatisfação dos cativos de Santana naquele contexto de 1821-24, além das questões conjunturais como a guerra pela independência da Bahia, pode ter sido gerada, entre outras coisas --- tal como em 1789 --- pelo desejo dos cativos de aumentarem suas margens de autonomia no que diz respeito a suas economias próprias. As crises sócio-econômicas da Bahia, principalmente aquelas relacionadas ao abastecimento de alimentos, por exemplo, pode ter feito com que alguns senhores procurassem restringir e controlar mais a economia própria de seus escravos. Ao que se sabe a insatisfação em torno do episódio de 1824 e a sua conseqüente fuga para o quilombo contou com o apoio de outros es-

cravos de plantações vizinhas. Aqueles quilombolas, constava ao Juiz de Paz de Ilhéus, "se tem ajuntado outros de outros destreitos".(358)

A expedição contra esses mocambos de Ilhéus encontrou, de fato, uma economia camponesa solidificada. Três dias depois da primeira entrada foi encontrado outro acampamento dos quilombolas com:

"sete ranchos e varias plantações de mandioca, e cana, algodão, duas rodas de pilar mandioca, e dois alguidardres de cozer farinha, e uma porção de sal, uma panela com uma porção de pólvora que teria para mais de três libras".(359)

A tropa punitiva dando sequência à perseguição dos quilombolas, numa "distância de uma légua do segundo rancho, achara outra rancharia com quatro casas, e mandiocas que bem se poderia fazer para mais de mil alqueires de farinha".(360) Quanto a apreensão dos fugitivos pouco conseguiu-se. Depois de cerca de 12 dias de jornada pelas matas de Ilhéus e a destruição de acampamentos dos quilombolas foram presos somente 6 fugitivos, sendo 2 homens, 2 mulheres e 2 crianças.

João J. Reis foi quem primeiro (inclusive, publicando o documento de 1828 sobre a expedição contra os mocambos) argumentou sobre a possibilidade de se analisar a gestação de comunidades camponesas a partir desses quilombos. Ciro Cardoso, justificando sua categorização de "brecha camponesa" para analisar a economia própria dos escravos no Brasil também cita este artigo de Reis.(361) Reis reforça este seu argumento, destacando várias questões sobre aquela comunidade de escravos que se aquilombou. Primeiramente, o número de cativos trabalhando no engenho de San-

tana. Entre o final do século XVIII e o início do XIX sabe-se que ali trabalhavam cerca de 300 escravos. O ofício do Juiz de paz em 1828 fala da existência de 220 cativos naquele engenho. Estas quantidades de escravos excediam em muito a média da estrutura de posse de escravos dos engenhos baianos.

Destaca-se também o absenteísmo do proprietário de Santana no século XIX, no caso, o Marquês de Barbacena, um líder da classe dominante baiana. Tal absenteísmo pode ter provocado descontentamento dos escravos --- fato este segundo Orlando Peterson gerador de aumento de revoltas escravas no Caribe, por exemplo --- uma vez que os engenhos acabavam sendo controlados por administradores e/ou feitores que maltratavam os cativos e não reconheciam seus direitos costumeiros. Vimos que em 1789 no Santana e mesmo no final do XVIII para duas *haciendas* na Colombia os cativos rebelados reivindicavam a substituição dos mesmos.

Outra questão original no contexto do Santana, tanto em 1789 como em 1824 foi a proeminência de cativos crioulos. A crioulização desta massa escrava diferia do cenário étnico-demográfico da população escrava da Bahia; maior parte africanos, homens e adultos. Reis chama atenção também para o momento político em que ocorre esta tentativa de insurreição quilombola. Os primeiros anos da década de 20 constituíram um período de "revoltas de caserna e tumultos populares anti-lusitanos, além das divisões dentro da classe dominante sobre o encaminhamento político da descolonização e criação do Estado Nacional".(362)

Por fim, destaca o local onde se estabeleceu aquele quilombo, próximo ao engenho de Santana. Era uma região de povoamen-

to esparsos cercados por florestas, facilitando, portanto, a constituição e proteção deste mocambo. Ao que se presumiu, este tinha em torno de 240 habitantes, (Reis relacionou a quantidade de mandioca encontrada como fator indicativo para calcular a possível população dos mocambos) havendo mulheres e crianças, o que denota a possibilidade da presença de núcleos familiares.(363)

No contexto do final do século XVIII e o início do XIX muitos outros mocambos baianos podem ter se formado com características semelhantes. Ou seja, podiam possuir uma economia camponesa que gerava, inclusive, excedentes e mantinham contatos socio-econômicos não só com as comunidades de senzalas mais também com outros setores da sociedade envolvente. Nos últimos anos do setecentos havia vários deles em torno do Recôncavo e outras regiões da Capitania.

Um interessante relato sobre alguns deles aparece na petição de Severino Pereira, na qual pedia a Coroa condecorações e remuneração, em face as "fadigas e dores das feridas adquiridas no serviço de Vossa Magestade". Ele como capitão-mor das entradas e assaltos do distrito de São José das Itabororocas tinha -- juntamente com seus dois filhos -- participado de expedições contra vários mocambos, assim como da prisão de ladrões e criminosos.

Em 1789, combateu os escravos insubordinados de Bento Simões de Brito que com outros negros estavam aquilombados nas matas das Águas Verdes. Já no ano de 1791 foi a vez de participar dos ataques contra os negros "levantados de outro grande quilombo e coito das matas do Concavo nas vertentes do rio Jacuípe". Finalmente em 1796, o tal Pereira informava ter marchado:

"com huma escolta de duzentos homens levando em sua companhia a seus dois filhos Joaquim e Bento, e atravessando rios caudalozos sem Pontes nem Bateis, e montanhas brutas, e infestadas sem estradas nem povoações, e em huma Estação ardente atacou os dois celebres quilombos de Orobó e Andaray, aonde existião aqueles inimigos do estado de Vossa Magestade fortificados com huma extensa linha de circunvalação fabricada de fossos, fogos, estrepes e esportoens subterraneos com toda a mais ardiloza defeza.." (364)

Para conseguir condecorações e benéces do Estado valia tudo. Carregava-se nas tintas. Severino Pereira parecia mesmo levar consigo os trofeus destas batalhas. Não cabeças e/ou orelhas dos negros, mas sim ferimentos de combate. Tinha levado "dois tiros de arcabuz, que o encravarão em diversas partes do corpo de chumbo, e huma flexa ervada que lhe transpassou a perna direita da qual este a morte com huma ferida de palmo". (365) Havia não só inúmeros mas grandes quilombos nesta parte da Capitania. As autoridades baianas prepararam, de fato, em 1796, uma grande expedição para destruir o que se anunciava ser "um Quilombo muito antigo" na Vila de Cachoeira. Desta expedição realizada mais notícias surgiriam, no início de 1797:

"destruidos os dois quilombos ou mocambos denominados do Orobó e Andarahy, e nelles se acharão plantações de mandioca, inhames, arroz, algumas cannas de assucar, fructas e outros viveres de que se sustentavam, e se prenderem trez escravos entre pretos, pretas e crias, que foram entregues a seus respectivos senhores, tendo fugido antecedentemente, pelo que dizem, um grande numero dos mesmos escravos que alli estavam aquilombados, por suspeitarem ou serem, talvez, sabedores desta diligência, e como há indícios de que se refugiarão para outro quilombo chamado Tupim mais distante". (366)

A possível dimensão da economia destes quilombos, principalmente a produção de alimentos, pode indicar que tinham numerosos habitantes e que também produziam excedentes para comerciali-

zar. Nesta região, principalmente no extremo sul da Capitania havia, inclusive, uma tradição da formação de grandes quilombos, como foi o caso de um na vila de Cairu, em 1723, com "mais de quatrocentos negros".(367)

Naquele contexto também podia estar se formando uma economia camponesa nestes mocambos e esta igualmente podia interagir e se integrar as microeconomias locais. Tal processo, sem dúvida, pode ter se constituído na principal características dos mocambos baianos no final do século XVIII. Analisando o quilombo do Oiti-zeiro em 1806, próximo desta região, mais propriamente em Barra do Rio das Contas, João Reis destaca como lavradores, coiteiros, escravos e quilombolas cooperavam na produção de farinha de mandioca, visando o abastecimento do mercado de alimentos. Havia nesta região muitos lavradores e produtores de alimentos. Também quilombos por perto, como também índios *Pataxós*. Autoridades de Salvador se preocuparam e organizaram uma expedição anti-mocambo com o auxílio de índios, no caso índios aldeados *Kariris*. Mais que um quilombo, descobriram-se vários que contavam com lavradores coiteiros, inclusive, alguns também cativos negros. Além dos coiteiros escravos, havia outros lavradores brancos acusados, sendo a maior parte deles "parentes". Anotou João Reis que existia ali um "quilombo disfarçado de aldeias de lavradores". (368)

O recôncavo baiano e outras áreas da Capitania estavam cercada por um cinturão de comunidades fugidos. Mocambos formavam-se-iam no recôncavo bem próximo a Salvador no início do século XIX assustando cada vez mais senhores-de-engenho e autoridades. Em 1808, organizava-se um quilombo no Rio da Prata, próximo a Vi-

la de Nazare das Farinhas. Seria formado por escravos africanos *Hausas* refugiados da cidade de Salvador e outros de engenhos do Recôncavo. No início de 1809 tentariam, com cerca de 300 quilombolas, atacar a Vila de Nazaré. Foram combatidos. Houve várias mortes e, pelo menos, 95 fugitivos acabariam capturados. Em 1814, em plena cidade de Salvador descobriria-se um plano de levantes de cativos africanos, articulando quilombolas dos subúrbios da cidade e recôncavo com escravos urbanos, principalmente os *ganha-dores*.(369) Era o recôncavo quilombola que certamente gestou uma rica tradição de resistência negra para o recôncavo e cidade rebelde dos escravos baianos nas primeiras décadas do século XIX.(370)

NOTAS DA PARTE III

- (1) Ver: COARACY, Vivaldo. "Quilombolas no Rio de Janeiro". In: CARNEIRO, EDISON (Org.) Antologia do Negro Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1950, p. 213-4 e O Rio de Janeiro no Século De- zessete. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965. Ver: O Rio de Janeiro no Século XVII. Accordãos e Vereanças do Senado da câ- mara, copiados do livro original existente no Archivo do Distric- to Federal e relativos aos annos de 1635 ate 1650. Mandados pu- blicar pelo Sr. Prefeito Dr. Pedro Ernesto, Rio de Janeiro, 1935, pp. 97-8, 101 e 188.
- (2) Cf. COARACY, Vivaldo. "Quilombolas", pp. 213-4.
- (3) BNRJ, Codice 7,1,31 - Officio do Governador para o Capitão Luis Alvares Montarroyo, 19/01/1663.
- (4) Cf. COARACY, Vivaldo. "Quilombolas.....", pp. 213-4.
- (5) Uma abordagem preliminar sobre os mocambos do Rio de Janeiro nos seculos XVII e XIX encontra-se em: GOMES, Flávio dos Santos. "Uma Tradição Rebelde: Notas sobre os quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)". AFRO-ASIA. Salvador, CEAO/UFBA, nú- mero 17, 1996, pp. 7-28. Já uma análise sobre os quilombos flumi- nenses oitocentistas, ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Quilombos no Rio de Janeiro no Século XIX" IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 263-290.
- (6) ANRJ, Codice 77, Ordens Régias -- Governadores do Rio de Ja- neiro (1689-1693), Volume 2, Officio do Governador Luiz Cézar de Menezes, 31/05/1691, fl. 12v. Sobre a implementação legislativa do capitão-do-mato no periodo colonial e suas práticas ver: LARA, Silvia Hunold. "Do singular ao plural..." e MOTT, Luis. "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 81 a 138
- (7) ANRJ, Códice 77, fl. 12 v
- (8) ANRJ, Códice 77, Ordens Régias -- Governadores do Rio de Ja- neiro (1693-1699), Volume 6, Officio do Governador Sebastião de Castro Caldas, 10/06/1695, fl. 30.
- (9) Ibid.
- (10) Sobre as diversas e complexas relações entre os quilombolas da região de Iguaçu no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, ver: GOMES, Flávio dos Santos. " 'O Campo Negro' de Iguaçu: escla- vos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)". ESTU- DOS AFRO-ASIATICOS, Rio de Janeiro, número 25, dezembro de 1993, pp. 43-72 e " 'Para matar a Hidra': Uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara -- Séc. XIX". TEXTOS DE HISTORIA, Re- vista da Pós-Graduação em História da UNB, Brasília, Volume 2,

número 3, 1994, pp. 1-31.

(11) Price também já destacou isto para várias outras comunidades de escravos fugidos nas Américas. Para uma análise geral mais atualizada, ver: PRICE, Richard. "Resistance to Slavery in the Americas: Maroons and their Communities". INDIAN HISTORICAL REVIEW, número 15, Volume 1-2 (1988-89), pp. 75-95. Sobre os primeiros grupos de escravos fugidos *Palenques*, em Cuba, no século XVI e suas relações com piratas e corsários. Ver: FARIA, José Luciano. A presença negra na América Latina. Lisboa, Ed. Prebo, 1971, pp. 75-80 e LAVINA, Javier. "Afroamericanos, rebeldes cimarrones y creadores". África América Latina. Cuadernos, Barcelona, número 21, pp. 18-21.

(12) ANRJ, Códice 77, Ordens Régias -- Governadores do Rio de Janeiro (1693-1699), Volume 6, Ofício do Governador Sebastião de Castro Caldas, 10/06/1695, fl. 30.

(13) Ibid.

(14) Para estas relações entre taberneiros e quilombolas no Rio de Janeiro no século XIX, ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Quilombos no Rio de Janeiro....."

(15) Para uma abordagem sobre o controle social junto aos negros e mestiços no Rio de Janeiro no século XIX, ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros Estrangeiros..., pp. 74 e segs.

(16) Cf. O Rio de Janeiro no Século XVII....., pp. 131 e 133-4

(17) ANRJ, Códice 77, Ordens Régias -- Governadores do Rio de Janeiro (1693-1699), Volume 6, fl. 6, Ofício do Governador Sebastião de Castro Caldas, 02/07/1693

(18) Ibid., 04/07/1696, fl. 53 --- As preocupações com os taberneiros, distribuição irregular de vinhos e comércio clandestino já aparecem em vereanças desde 1637 para o Rio de Janeiro. Ver: O Rio de Janeiro pp. 18.

(19) BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice II - 34, 23, 1 n. 57, Carta Régia enviada para Artur de Sá e Menezes, 24/09/1699

(20) Ibid.

(21) ANRJ, Códice 77, Ordens Régias -- Governadores do Rio de Janeiro (1710-1713), Volume 22, Ordens passadas para Antônio Machado, 13/12/1712 e 01/02/1713, fl. 68

(22) Ibid., Volume 23 (1713-1718), Ordem do Governador Francisco de Távora, 18/10/1713, fl. 270

(23) Ibid., Volume 11 (1710-1712), Patente de Capitão do Mato para Antônio de Souza, 19/08/1724, fl. 31

- (24) Cf. SOUSA, Jose Antônio Soares. "Quilombo de Bacaxá". RIHGB, Volume 253, 1961-62, pp. 4
- (25) ANRJ, Códice 64, Registro Geral de Ordens Régias (1694-1734), Volume 3, 23/12/1729, fl. 590
- (26) ANRJ, Códice 84, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com Diversas Autoridades (1720-1732), Volume 3, Ofício do Governador enviado para o Capitão-Mor da Vila de Santo Antônio, 11/08/1730, fl. 4v
- (27) Ibid., Ofício do Governador enviado para o Coronel João de Abreu Prado, 15/08/1730, fl. 5v
- (28) Ibid.
- (29) Sobre a administração de Luiz Vahia Monteiro e a sua alcunha de "Onça", ver: PASSOS, Alexandre. O Rio no Tempo do "Onça". Século XV ao XVIII. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1965 (primeira edição em 1930)
- (30) ANRJ, Códice 84, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com Diversas Autoridades (1720-1732), Volume 3, Ofício do Governador enviado para o Coronel João de Abreu Prado, 15/08/1730, fl. 5v
- (31) Ibid.
- (32) Sobre as dificuldades das forças policiais em combater quilombolas, ver: GOMES, Flávio dos Santos. HISTÓRIAS DE QUILOMBOLAS...., especialmente a seção: "Estratégias e Contra-estratégias", pp. 128-178.
- (33) ANRJ, Códice 84, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas Autoridades (1730-1732), Volume 3, Ofício do Governador enviado para o Coronel João de Abreu Prado, 21/08/1730, fl. 7
- (34) Ibid., Ofício do Governador enviado para o Coronel João de Abreu Prado, 27/09/1730, fl. 22v
- (35) Ibid., 02.10.1730, fl. 26v
- (36) De fato, o artigo do historiador Jose Antônio Soares -- sócio do IHGB -- apresenta informações e documentos inéditos sobre este quilombo nunca mencionado pela historiografia regional do Rio de Janeiro. Ver: SOUSA, José Antônio Soares. "Quilombo de Bacaxá". RIHGB, Volume 253, 1961-62.
- (37) Ver: VASCONCELOS, Antão de. Crimes Célebres em Macahé. Rio de Janeiro, 1911, pp. 41-61 e Lamego, Alberto R. "O Carunkango". In: Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, IBGE, Rio de

Janeiro, 1958, número 11, pp. 97-99.--- Ver também: OSCAR, João. Escravidão & Engenhos. Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, 1985 e Curukango Rei, Ed. Cromos, Niterói, 1988.

(38) Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro e a Con-juntura Atlântica. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1993, pp. 53 e segs.

(39) Ver: ANDREONI, João Antônio (pseud.) Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, com um estudo bibliográfico por A. de E. Taunay. São Paulo, Cia. de Melhoramentos, 1993, pp. 170 e 264 citado em: ZAMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1990, pp. 65 e segs.

(40) Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro..., pp. 32, 90 e segs. Ver também: SANTOS, Corcino Medeiros dos. Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808), Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1980, pp. 47 citado em: FLORENTINO, Manoel Garcia. Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Sé-culos XVIII e XIX), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, pp. 29-30

(41) Ibid., pp. 47, 56 e segs e Ibid., pp. 29-30 -- Entre os dez primeiros produtos de exportação no Rio de Janeiro de 1796 a 1811 apareciam: açúcar branco, couros secos, açúcar mascavado, aguar-dente, quintos, café, arroz, algodão e anil. Ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no Comércio Colonial..., pp. 184

(42) Sobre a importância da produção de alimentos no Rio de Ja-neiro, ver: SILVA, Maria Manuela Ramos de Sousa. Os Produtos co-loniais e a economia européia do Século XVIII: uma análise do mo-vimento de exportação do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Disserta-ção de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1981, pp. 97-117. Análises sobre áreas fluminenses -- especialmente Itaboraí e São Gonçalo -- que especializaram-se na produção de alimentos desde as últimas déca-das do século XVIII, ver ainda: MOTTA, Márcia Maria Menendes. Pe-la 'Bandas d' Além': fronteira fechada e arrendatários-escravis-tas em uma região policultora, 1808-1888, Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1989 e SANTOS, Ana Maria dos. Vida econômica de Itaboraí no Século XIX. Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1974

(43) Cf. "Relações parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio (1779)". RIHG, tomo LXXVI (parte 2), Rio de Janeiro, 1913, pp. 291-292

(44) Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro..., pp. 68 e segs.

(45) Ver: SCHWARTZ, Stuart B. "Padroes de propriedade de escravos nas Américas; nova evidência para o Brasil". ESTUDOS ECONOMICOS,

São Paulo, 13(1): 259-96, 1983

(46) Cf. COSTA, Iraci del Nero da. "Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)". IN: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, USP, número 28, 1988, pp. 111-113

(47) Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro..., pp. 90 e segs

(48) Ibid.

(49) Ibid.

(50) Nesta classificação de freguesias consideramos a Vila de São João da Barra junto com as freguesias da Vila de Campos.

(51) Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro..., pp. 128

(52) ANRJ, Códice 84, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas Autoridades (1757-1763), Volume 14, Ofícios do Conde de Bobadella enviados para o sargento-mor Manoel Gomes Pereira, 07/09/1759, fl. 188v; 17/09/1759, fl. 190v; 28/09/1759, fl. 193; 17/10/1759; 30/10/1759 e fl. 198v

(53) Ibid., Ofício enviado para a Câmara da Vila de Paraty, 10/05/1762

(54) ANRJ, Arquivos Particulares, Marques do Lavradio, Códice 1095, (Ap 41)

(55) ANRJ, Códice 84, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1757-1763), volume 14, Ofício do Conde de Bobadella enviado para o Tenente José Correia Vasques, 04/05/1761, fl. 271; Ofício do Conde de Bobadella enviado para o Alferes Francisco Simões, 28/08/1761, fl. 290v; Ofício do Conde de Bobadella enviado para o Capitão Manoel Pimenta de Sampaio, 22/01/1762, fl. 305; e volume 15, Ofício do Governador João Alberto de Castelo Branco enviado para o Capitão Luiz Gago da Câmara, 17/02/1763, fl. 8; Ofício do Governador João Alberto de Castelo Branco enviado para o Tenente Coronel Miguel Antunes Ferreira, 01/03/1763, fl. 14v; Ofício do Governador João Alberto de Castela Branco enviado para o Capitão Antônio Ferreira da Silva, 14.02.1763, fl. 6v

(56) ANRJ, Vice-Reinado -- Capitania do Rio de Janeiro (1679-1802), Caixa 746, pacote 2, Ofício do Vice-Rei Conde Antônio Alvares da Cunha enviado para o Capitão Antônio Cardoso Barbosa, 16/03/1764.

(57) ANRJ, Correspondência do Vice-Reinado para a Corte (1774-1776), Ofício de 12/12/1774.

(58) ANRJ, Casa Imperial -- Fazenda de Santa Cruz (1779-1805), caixa 507, pacote 1, Ofício do Administrador ao Vice-Rei, 1796.

(59) ANRJ, Vice-Reinado --- Senado da Camara do Rio de Janeiro (1758-1808), caixa 500, Petição da Camara dos Vereadores, 10/09/1792, pacote 1

(60) Cf. LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência..., pp. 194

(61) Ibid. pp. 300

(62) ANRJ, Arquivos Particulares, Marques do Lavradio, Codice 1095 e 1096 (Ap. 41)

(63) Cf. LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência..., pp. 305

(64) Ibid. pp. 305

(65) Ibid. pp. 307

(66) Ibid. pp. 239-240

(67) Ibid. pp. 320-321

(68) Ibid. pp. 317

(69) Ibid. pp. 310

(70) Ibid., pp. 130-1

(71) Ibid., pp. 131. Segundo Corcino, em 1769 havia na baixada dos Goitacazes (Campos) 55 engenhos; em 1778, 168; em 1783, 278; em 1800, 324; 1810, 400 e em 1828 este número chegaria a 700. Ver: SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro..., pp. 56. Ver também: CLEVELAND, Donald. Slavery and Abolition in Campos, Brazil, 1830-1888, Cornell University, 1973, pp. 21 (Tese de Doutorado inédita) citado em: FLORENTINO, Manolo Garcia. Em Costas Negras..., pp. 30

(72) Cf. LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência..., pp. 132. Já em 1798 havia 616 engenhos e 253 engenhocas de aguardente em toda a Capitania do Rio de Janeiro. Ver: SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro..., pp. 57 e CLEVELAND, Donald. Slavery and Abolition..., pp. 21 citada em: FLORENTINO, Manolo Garcia. Em Costas Negras..., pp. 30

(73) Cf. LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência..., pp. 134

(74) Ibid., pp. 136 e segs.

(75) Ibid., pp. 136

(76) Ibid., pp. 138

(77) Ver: ZAMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania...., pp. 67. A propósito, a Vila de Parati foi anexada a Capitania de São Paulo, em 1720 e voltou ao Rio de Janeiro em 1726. Cf. LUIS, Washington. A Capitania de São Paulo. Governo de Rodrigo Cesar de Menezes, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938, pp. 10-11

(78) Cf. "Relações parciais apresentadas do Marques do Lavradio..", pp. 308-309

(79) Ibid., pp. 344

(80) Pelo menos nas áreas de Parati e Cabo Frio havia uma densa população indígena (*Tupinambás*) no século XVI. Posteriormente diminuiu drasticamente devido as epidemias, guerras, doenças e rupturas sociais. Ver: DEAN, Warren. "Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: Trade, aldeamento, slavery and extinction". Revista de História, São Paulo, número 17, julho-dezembro/1984, pp. 3-26

(81) Cf. LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência...., pp. 242

(82) Têm sido realizados alguns estudos interessantes a respeito das populações indígenas no Rio de Janeiro no século XVI. Mendonça discute os conflitos coloniais e locais entre portugueses, francesas e indígenas na disputa pela Baía da Guanabara, em meados do século XVI. Aborda a fundação de feitorias, práticas de escambo, as alianças e conflitos entre diversos grupos indígenas (*Temiminós, Tamoios e Tupinambás*). Ver: MENDONÇA, Paulo Knauss de. O Combate pelo Fato. A França Antártica e a Afirmação do domínio colonial Lusitana na América, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1990, especialmente pp. 70-102. Já Neme faz uma análise sobre a utilização econômica da mão-de-obra indígena no Rio de Janeiro e as primeiras importações de escravos africanos nos últimos anos do século XVI. Ver: NEME, Salete Maria Nascimento. A Utilização da mão-de-obra indígena na região do Rio de Janeiro na segunda metade do Século XVI, Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1985, especialmente, pp. 144-150 e segs.

(83) BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice 20, 4, 2 nº 31, 24/04/1807

(84) ANRJ, Correspondência de Capitães-Mores e Comandantes de Regimentos de Vilas do Rio de Janeiro (1771-1808), caixa 484, Ofícios de 26/09, 08 e 12/10/1805, pacote 2

(85) ANRJ, Corregedoria de Polícia (1810), caixa 774, Petição enviada para o Corregedor do Crime da Corte e Casa Francisco Loppes de Souza, 03/11/1810, pacote 3

(86) Ibid., Ofício do Corregedor do Crime da Corte e Casa,

15/06/1814

(87) Com relação a reorganização do policiamento do Rio de Janeiro, especialmente da cidade nos primeiros anos do século XIX. Ver: ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor ausente. Estudos sobre a Escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821. Petrópolis, Vozes, 1988

(88) ANRJ, *IJJ nº 18, Livro de Registro de Correspondência do Governador do Rio de Janeiro, 27/03/1808, fl. 1

(89) Ibid., 07/04/1808, fl. 1v

(90) ANRJ, Codice 318, Registro de Avisos, Portarias e Ofícios da Polícia (1808/1809), Volume 1, Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para o Desembargador Ouvidor da Comarca Jose Barrozo Pereira, 04/06/1808, fl. 20

(91) Ibid., Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para os Capitães Mores da Corte, Cabo Frio, Magê, Macacu e Resende, 13/07/1808, fl. 39v

(92) Ibid., Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes enviado para o Coronel Luiz de França Machado da Fonseca, 12/08/1808, fl. 58

(93) Ibid., Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para a Câmara da Corte, 01/09/1808, fl. 68

(94) BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice I-33, 30, 19 nº 2, Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 19/09/1808

(95) ANRJ, Codice 318, Registro de Avisos, Portarias e Ofícios da Polícia (1808-1809), Ofícios do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana expedidos para as autoridades de Campos, Macaé e Macacu: 01/09/1808, fl. 68v; 01/09/1808, fl. 69v; 21/09/1808, fl. 77v; 08/10/1808, fl. 84; 18/10/1808, fl. 91 e 29/10/1808, fl. 93

(96) Ibid., Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para a Câmara de Cabo Frio, 05/01/1809. fl. 137

(97) ANRJ, Códice 329, Correspondência -- Registro de Ofícios dirigidos aos Ministros da Corte e Capitania e aos Ministros Eclesiásticos, Volume 1, Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para o Juiz do Crime do Bairro da Sé José Barrozo Pereira, 31/07/1811

(98) Ibid., Volume 2 (1812-1815), Ofício do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana enviado para o Juiz do Crime do Bairro da Candelária, 05/02/1814

(99) Ibid., Volume 4 (1817-1818), Ofício do Intendente de Polícia

Paulo Fernandes Viana enviado para o Juiz de Fora da Vila de Macacu Jose Bernadim, 22/10/1818

(100) Consideramos a existência de uma tradição de quilombos no Rio de Janeiro que atravessa os séculos XVII e XVIII para o XIX, principalmente nas regiões do Recôncavo da Guanabara e àquelas de Campos e Macaé. Sobre os quilombolas na Corte do Rio de Janeiro na primeira metade do XIX, ver: KARASCH, Mary C. Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Nova Jérsei, Princeton University Press, 1987, capítulo 10: Runaways and Rebels, pp. 311-315. Ver Também: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas...

(101) Para análises dos mocambos paulistas nos séculos XVIII e XIX, ver: MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala....; NASCIMENTO, Maria Beatriz. "O Quilombo de Jabaquara". REVISTA DE CULTURA VOZES, Petrópolis, 73(3):16-18, Abril 1979; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no Século XIX. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977 e SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888). São Paulo, IPE-USP, 1980.

(102) Cf. SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Op. Cit., pp. 28.

(103) Citados em: TAUNAY, Affonso de E. História da Cidade de São Paulo no Século XVIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1934, 2ª Tomo, pp. 124-5 e 132-3.

(104) Sobre escravos fugidos e acoitados nas fazendas, 02/09/1722 transcrito em: DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO (Doravante Documentos Interessantes), Correspondência e papéis avulsos de Dom Rodrigo César de Menezes (1721-1728), Volume XXXII, São Paulo, 1901, pp. 25.

(105) IHGB, Conselho Ultramarino, Cod. Arq. 1.1.21, Volume 21, 26/04/1723, fl. 157

(106) Para reflexões iniciais dos mocambos paulistas no século XVIII e início do XIX, ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Inventando uma tradição: Quilombolas na Capitania de São Paulo (1722-1811)". Pós-História, Revista de Pós-Graduação em História, São Paulo, Assis/UNESP, Volume 4, 1996, pp. 67 a 92

(107) Regimento de uma carta escrita ao Provedor do Registro Domingos Leme da Silva, 07/09/1727 transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes (1721-1728), Volume XX, São Paulo, 1886, pp. 269-70.

(108) Registro de um bando para não estarem negras forras e escravos em tabernas sem os Srs. ou brancos, etc., 25/01/1727 transcrito em: Documentos Interessantes, Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, Volume XIII, São Paulo, 1895, pp.

110-11.

(109) Registro de um bando para que ninguém tenha em sua casa negros ou escravos fugidos e os prenda logo, 05/05/1722, transcrito em: Documentos Interessantes, Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes, Vol. XII, São Paulo, 1901, pp. 28-9.

(110) Regimento dos Capitães do Mato, 17/12/1722, transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência Diversas, Vol. XIV, São Paulo, 1895, pp. 247-50.

(111) Registro de um bando sobre o que se deve praticar com os negros que forem achados em quilombos, 23/10/1746, transcrito em: Documentos Interessantes, Bandos, Regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes --- Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748), Vol. XXII, São Paulo, 1896, pp. 194-5. Ver também em: VIEIRA, Hermes. Bandeiras e Escravismo no Brasil, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971, pp.90-1.

(112) Regimento de Capitães-do-Mato, 17/12/1722, transcrito em: Documentos Interessantes...., pp. 249

(113) Ibid.

(114) Registro do Regimento que se fez para os Capitães Mores, Sargentos Mores e Capitães do Mato desta Cidade, e de toda a Capitania, 1733, transcrito em: Documentos Interessantes, Vol. XII, pp. 40-46.

(115) Edital dos oficiais do Senado da Câmara de 22 de mayo de 734 sobre os roubos dos calhambolas, transcrito em: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Ano V, Volume LVI, São Paulo, Departamento de Cultura, 1939, pp. 215-6.

(116) Alvará em forma de Lei, 03/03/1741, transcrito em: Documentos Interessantes, Volume XIV, pp. 254-5.

(117) Registro de um Bando, 23/10/1746 transcrito em: Documentos Interessantes..., pp. 194-5

(118) Registro de um bando sobre as desordens e prejuízos, que fazem os calhambolas nas estradas desta Capitania, 23/12/1747, transcrito em: Documentos Interessantes, Vol. XXII, pp. 198-98.

(119) Termo de acordo que mandaram fazer os Oficiais da Câmara para fazerem Regimento para o governo dos Capitães-do-mato, transcrito em: Documentos Interessantes, vol, XIV, pp. 256.

(120) BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice I -- 31, 30, 66, Ofício de 08/10/1788.

(121) Cf. LARA, Silvia Hunold. "Do Singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos...". Sobre o imaginário das elites e religiosos sobre os quilombos no Brasil dos sé-

culos XVII e XVIII, ver: VAINFAS, Ronaldo. "Deus contra Palmares - Representações e idéias jesuíticas". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 60-80 e Ideologia & Escravidão: os letrados e a sociedade escravista colonial. Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 117-124

(122) Ver: TAUNAY, Afonso de E. Ensaio da História Paulistana. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1941.

(123) Cf. LUIS, Washington. Capitania de São Paulo..., pp. 53 e segs.

(124) Ibid; Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42 --- Doc. nº 4, 04/06/1766. Para outras informações sobre a documentação colonial do Morgado de Matheus, ver também: VIANA, Hélio. São Paulo no Arquivo de Matheus, Rio de Janeiro, Div. de Publicações e Divulgação, 1969

(125) Ibid., doc. nº 6, 28/06/1766

(126) Ibid., doc. nº 146, 02/08/1766,

(127) Ibid., doc. nº 9, 09/09/1766,

(128) Ibid.

(129) Ibid., doc. nº 348, 25/03/1768

(130) Para análises sobre povoamento, população e expansão econômica em São Paulo setecentista, ver: PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo, Difel, 1968 e MARCILIO, Maria Luíza. A Cidade de São Paulo. Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo, Pioneira, 1973.

(131) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Slaves, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery. University of Illinois Press, 1992, pp. 75-6.

(132) Ver: PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira..., pp. 18. Mudanças a partir de 1765 no governo de Morgado de Matheus, ver também: SANTOS, Corcino Medeiros dos. "Algumas notas para o Estudo da Economia de São Paulo no final do século XVIII". Estudos Históricos, Marília, números 13 e 14, 1975, pp. 90-1

(133) Ibid., pp. 110-11 e 123-4

(134) Cf. MARCILIO, Maria Luíza. A Cidade de São Paulo..., pp. 25

(135) Sobre o crescimento econômico acentuado, Corcino destaca que em 1629 havia 2 engenhos e nos anos de 1798 e 1799 passaram a existir respectivamente 359 e 433 engenhos. Alice Canabrava corrige estes dados considerando também os engenhos do litoral, neste caso passariam a ser 483 e 574, Ver: SANTOS, Corcino Medeiros

dos. "Algumas Notas para o Estudo....", pp. 11-2

(136) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos..., pp. 347

(137) Cf. PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira...

(138) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos..., pp. 368

(139) Ibid

(140) Para uma análise das transformações econômicas na lavoura açucareira paulista, principalmente na área de Campinas, ver: EINSENBURG, Peter L. Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores livres no Brasil -- Séculos XVIII e XIX, Campinas, UNICAMP, 1989, especialmente, pp. 317-391. Com relação as mudanças sócio-demográficas das lavouras paulistas -- especialmente o impacto do tráfico africano nas áreas de Itu e Mogi -- no início do século XIX, ver: KLEIN, Herbert S. & LUNA, Francisco Vidal. "Slaves and Masters in Early Nineteenth Century Brazil: São Paulo". Journal of Interdisciplinary History, Volume XXI, número 4, 1991, pp. 549-573

(141) Cf. ALMEIDA, Aluísio de. pseud. (Luís Castanho de Almeida). Vida Quotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822). São Paulo, Ed. Pannartz, 1975, pp. 22-3.

(142) Ver: PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira...; MARCILIO, Maria Luíza. A Cidade de São Paulo..., SANT'ANA, Nuto. São Paulo no século XVIII. São Paulo, Cons. Estadual de Cultura, 1977; VIANA, Hélio. São Paulo no Arquivo de Matheus... e TAUNAY, Afonso de E. Ensaio da História Paulistana, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1941 e Catálogo dos Documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1954.

(143) Sobre a falta de alimentos e o abastecimento das regiões mineradoras pelo mercado paulista, ver: ZAMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania..., pp. 55 a 65 e SANT'ANNA, Nuto. São Paulo no Século XVIII..., pp. 121-3

(144) BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I- 30, 9, 42 -- doc. nº 482, 27.06.1769

(145) Sobre a resistência indígena e fugas em São Paulo na segunda metade do século XVII, ver: MONTEIRO, John M. "From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century" Slavery & Abolition, Volume 9, número 2, setembro 1988, especialmente pp. 121-4. Sobre as motivações, significados e o sentido ambíguo das fugas dos índios paulistas Monteiro argumenta: "Assim os senhores de escravos índios souberam assimilar em seu benefício uma forma potencial de resistência ao sistema de trabalho forçado, pois, no contexto da economia local, a fuga redundava basicamente na redistribuição de mão-de-obra. Para os índios, a situação permitia, em certa medi-

da, embora bastante restrita, a mobilidade. Pode-se supor que a circulação de cativos servisse para diminuir as tensões inerentes à relação entre senhor e escravo; em última análise, porém, a reforçava, pois a situação favorecia os colonos mais ricos e poderosos, capazes de resistir às tentativas de recuperação dos fugidos mediante o uso da força ou ainda dos incertos mecanismos da justiça". Cf. MONTEIRO, John M. Negros da Terra..., pp. 184

(146) BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30, 9, 42, Ofício de 09/09/1766.

(147) Algumas análises panorâmicas sobre as estratégias das comunidades de escravos fugidos em toda a América encontra-se em: PRICE, Richard. "Resistance to Slavery..."

(148) BNRJ, Códice 22, 1, 27 - Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria de Fazenda Real e Intendência do Ouro escritas por Felipe Joseph Nogueira Coelho, 1775.

(149) Ibid.

(150) IHGB, Conselho Ultramarino, Cod. Arq. 1.2.5, Volume 34, fl. 168-180. O episódio deste quilombo do *Piolho* também encontra-se analisado em: BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco. Estudo antropológico de Vila Bela, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 117-122 e VOLPATO, Luiza Rios Ricci. "Quilombos em Mato Grosso - Resistência negra em área de fronteira". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 222-226

(151) IHGB, Conselho Ultramarino, Códice Arq. 1.2.5, volume 34, fl. 168-180

(152) Ibid.

(153) Ibid.

(154) Ibid.

(155) Ibid.

(156) BNRJ - Códice I - 28, 32, 30 e 11, 1, 37 - Descrições Geográficas da Capitania do Mato Grosso oferecida ao Ill^{mo} e Ex. ^{mo} Senhor Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 1797.

(157) Como mais um exemplo de conflitos e alianças entre índios e escravos negros fugidos no Brasil Colônia podemos citar o caso ocorrido em 1778, no Piauí. A revolta dos índios aldeados *Gueguês* foi comandada por um negro fugido. No ano seguinte noticiou-se haver dois quilombos organizados nas matas do Poti -- próximos de Campo Maior -- que atacavam os currais. Ver: BARBOSA, Tanya Maria Branda. O Escravo na Formação Social do Piauí. Perspectiva Histórica do Século XVIII, Recife, Dissertação de Mestrado, UFPe,

1984, pp. 188-9

(158) Cf. KARASCH, Mary. "Os quilombos do Ouro na Capitania de Goiás". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 255 e segs.

(159) BNRJ, Codice 22, 1, 27, Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria de Fazenda Real e Intendência do Ouro escritas por Joseph Nogueira Coelho.

(160) BNRJ, Codice 21, 2 39 nº 10, Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira enviada para João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 05/05/1791.

(161) BNRJ, Codice I - 31, 19, 18, Povoações de Cuiabá e Mato-Grosso desde os seus princípios até os presentes tempos, julho de 1775, por José Barbosa de Sá.

(162) BNRJ, Codice 21, 2, 39 nº 10, Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira..., 05/05/1791.

(163) IHGB, Conselho Ultramarino, Cod. Arq. 1.2.5., vol. 34, fl. 168-180.

(164) BNRJ, Codice 9, 3, 10, Carta do Illmo. e EXmo. Snr. Conde de Azambuja relatando os sucessos de sua viagem para o seu governo do Mato-Grosso, em 1750

(165) Ibid.

(166) IHGB, Conselho Ultramarino, Cod. Arq. 1.2.5., vol. 34, fl. 168-180

(167) Ibid.

(168) Ibid.

(169) Ibid.

(170) Ibid.

(171) ANRJ, Codice 873, Descrição Geográfica da Capitania de Mato Grosso por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros no Forte de Nova Coimbra, 1797. Também índios escravizados poderiam ser levados por bandeirantes para outras regiões. Posteriormente, alguns podem ter fugido ou mesmo miscigenaram-se com escravos fugidos. Parece ter sido o caso dos índios Avá-Canoeiro de Goiás. Ver: TORAL, André Amaral. "Os índios negros ou os Carijós de Goiás: A História dos Avá-Canoeiro". Revista de Antropologia, São Paulo, FFLCH/USP, Volumes 27 e 28, 1984/85, pp. 287-342

(172) Cf. VOLPATO, Luiza Rio Ricci. "Quilombos em Mato-Grosso..."

(173) Ver: DAVIDSON, David M. "How the Brazilian West was won: Freelance & State on the Mato-Grosso Frontier, 1737-1752". In: ALDEN, Dauril. Colonial Roots of Modern Brazil..., pp. 61-106 e VOLPATO, Luiza Rios Ricci. A Conquista da Terra no universo da Pobreza. Formação da Fronteira Oeste do Brasil, 1719-1819, São Paulo, Hucitec, 1987, pp. 71 e segs. Também a respeito das transformações e crises econômicas, o problema do comércio regional, o contrabando, o abastecimento e os conflitos em Mato-Grosso setecentista, ver o útil estudo de: LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização, Cuiabá, UFMT/Proedi, 1982.

(174) Cf. NOGUEIRA, Oracy. "Relações Raciais no Município de Itapetininga". IN: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. (Orgs.) Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, São Paulo, Ed. Anhembi Ltda, 1955, pp. 370-1 e 398 citado também em MOURA, Clóvis. Rebeliões de Senzalas..., pp. 199. Estas evidências encontram-se em documentos transcritos em: Documentos Interessantes, Volume LXIX, 1939, pp. 153-4 e 200-1 relativos aos respectivos ofícios de 26/10/1773 e 27/05/1774

(175) Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis. Escravidão Negra..., p. 141

(176) transcrito em: VIEIRA, Hermes. Bandeiras e Escravismo..., pp. 103-4

(177) Cf. BASTIDE, Roger. "Los Otros Quilombos". IN: PRICE, Richard. Sociedades Cimarronas..., pp. 155

(178) Ofício sobre Quilombos de Negros na margem do rio Tieté, 09/12/1778, transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha (1774-1778), São Paulo, 1903, pp. 201-3.

(179) Cf. Carta do Vice Rei Conde da Cunha ao Ouvidor de São Paulo, 24/05/1764 transcrito em: Documentos Interessantes, Divisas de São Paulo e Minas Gerais, São Paulo, 1896, pp. 58-60 e documentos citados em: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo..., pp. 141.

(180) Ofício para o Sargento-Mor Comandante da Vila de Piracicaba, 31/03/1804 transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da França e Horta (1802-1804), Volume LV, São Paulo, 1937, pp. 275-6.

(181) Ofício para o Sargento-Mor Comandante de Paranaguá, 18/09/1804 transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da França e Horta (1804-1806), Vol. LVI, São Paulo, 1937, pp. 65.

(182) Ordens expedidas para os Capitães da Ordenança das Freguesias da Penha, São Bernardo, Santa Anna, O, Cutia, Santo Amaro e Conceição, 27/08/1807 transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da França e Horta (1806-1810), Vol. LVII, São Paulo, 1937, pp. 183-4.

(183) ANRJ, Códice 468 - Registro de Ordens dos Governadores e Capitães Gerais de São Paulo ao Comandante do Regimento de Infantaria Miliciano de sertanejos da Vila de Itu (1798-1824), Ofício do Governador Antônio José de França e Horta enviado para João Vicente da Fonseca, Coronel do Regimento miliciano da vila de Itu, 20/12/1809.

(184) Ordens para o Coronel João Vicente da Fonseca e para o Capitão Mor da Vila de Sorocaba, 20/12/1809 transcrito em: Documentos Interessantes, Vol. LVII, pp. 257-8.

(185) Uma análise com detalhes sobre os temores de insurreição, as percepções escravas e os significados da liberdade na região de Itu, em 1809, encontra-se em: RICCI, Magda Maria de Oliveira. Nas Fronteiras da Independência..., pp. 88-112. Sobre os quilombos e temores de revoltas escravas em São Paulo no alvorecer do séc. XIX, ver também: PETRONE, Maria Thereza Schrorer. A Lavoura Canavieira..., pp. 119-128 e QUEIROZ, Sueli Robles Reis. Escravidão Negra...

(186) Ordem para o Capitão Mor da Vila de Itú, transcrito em: Documentos Interessantes, Volume LVIII, 1937, pp. 257 e segs.

(187) Ibid.

(188) Ibid.

(189) Ofício para Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Castro, 27/08/1811 transcrito em: Documentos Interessantes, Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da França e Horta (1810-1811), Vol. LIX, São Paulo, 1937, pp. 269-70.

(190) ANRJ, Códice 468, Registro de Ordens dos Governadores e Capitães Gerais de São Paulo ao Comandante do Regimento de Infantaria miliciano de sertanejos da vila de Itu (1798-1824), Ofício de José Vicente da Fonseca, 03/03/1809. --- Sobre as experiências de grupos *maroons* diferentes numa mesma região, ver as análises de Campbell para a Jamaica, no século XVII. Ali os primeiros grupos de *maroons* se formaram ainda durante a ocupação espanhola. Eram cativos *crioulos*, ou seja, já nascidos na Jamaica. Outros grupos de *maroons* com a predominância de africanos seriam organizados ao longo da ocupação inglesa. Ver: CAMPBELL, Mavis C. "Marronage in Jamaica: its origin in the Seventeenth Century", In: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative Perspectives..., pp. 394 e segs.

(191) Esta tentativa de levante encontra-se analisada em: QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo..., pp. 176-182.

(192) Para análises mais recentes a respeito da resistência escrava na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX, ver: MACHADO, Maria Helena. Crime e Escravidão... e O Plano e o

Pa-nico... e WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos. Vivências ladinas: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1989.

(193) Sobre a Arqueologia de Palmares, ver, entre outros: FUNARI, Pedro Paulo A. & ORSER, Jr., Charles E. "Pesquisa arqueológica inicial em Palmares", Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, Volume 18, número 2, 1994, pp. 53-69; ORSER, Jr., Charles E. "Toward a Global Historical Archaeology: an Example from Brazil". Historical Archaeology, Volume 28, número 1, 1994, pp. 5-22; FUNARI, Pedro Paulo A. "A Arqueologia de Palmares -- Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana:", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 26-51; "A 'República de Palmares' e a Arqueologia da Serra da Barriga", Revista USP, número 28, 1995-6, pp. 6-13 e Novas perspectivas abertas pela Arqueologia na Serra da Barriga, In: SCHWARCZ, Lília Moritz & REIS, Leticia Vidor de Sousa. (Orgs.) Negras Imagens: Escravidão e Cultura no Brasil, São Paulo, EDUSP, 1996, pp. 139-151 e ORSER, Jr., Charles E. A Historical Archaeology of the Modern World, Nova Iorque, Plenum Press, 1996.

(194) O relatório desta expedição, juntamente com os mapas e plantas foi publicado em: Anais da Biblioteca Nacional, Volume 108 (1988), Rio de Janeiro, 1992, p. 47-113.

(195) A planta do quilombo do *Buraco do Tatu* foi publicada em : SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial". ESTUDOS ECONOMICOS, São Paulo, volume 17, número especial, 1987, p. 17-61.

(196) As primeiras análises históricas sobre estas plantas encontram-se em: GOMES, Flávio dos Santos. "Mocambos e Mapas nas Minas: Novas fontes para a História Social dos quilombos no Brasil (Minas Gerais -- Séc. XVIII)", TEXTOS DE HISTORIA, Revista da Pós-Graduação em História da UNB, Brasília, Volume 2, número 4, 1994, pp. 26-57 e "Seguindo o Mapa das Minas: Plantas e Quilombos mineiros setecentistas". Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEEA, março de 1996, pp. 113-142. Uma abordagem a respeito da disposição espacial (planta) numa comunidade de escravos fugitivos na Jamaica aparece em: MULLIN, Michael. Africa in América..., pp. 59-61

(197) Cf.: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972 e GUIMARAES, Carlos Magno. A Negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, Icone, 1988.

(198) Documentos citados por: SOUSA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 113 e GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro". REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTORIA, número 6, Julho 1988, p. 17.

(199) IHGB, Coleção da Capitania de Minas Gerais -- Colônia do

Sacramento, Tomo II, Arq. 1.3.3, fl. 287.

(200) BNRJ, Seção de Manuscritos, "Livro Segundo das cartas que o Ill. mo. e Ex. mo. Sr. D. Antônio de Noronha, Cap. m Gen. al da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 28 de mayo de 1776", Ofício de 5 de Maio de 1777, fl. 121 v. e 122.

(201) ANRJ, Códice 952, Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos, Volume 33 (1746-1747), fl. 390

(202) Uma análise sobre a figura de Inácio Correia Pamplona e com relação a idéia de se levar *civilização* à fronteira através desta expedição anti-mocambo em Minas, em 1769, com o envio de padres, bandas de música e a produção de poemas encontra-se em: SOUSA, Laura de Mello e. "Violência e práticas culturais no cotiniano de uma expedição contra quilombolas -- Minas Gerais, 1769", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um Fio. ..., pp. 193, 196 e segs.

(203) Cf.: BALANDIER, Georges. Daily Life in the Kingdom of Kongo. From the Sixteenth to the Eighteenth Century. Panteon Books, Nova Iorque, p. 108-113 e 224-225. --- Nossas preocupações quanto a estas questões foram estimuladas pelos textos, dicas, conversas e indicações bibliográficas junto ao Prof. Robert Slenes que está com uma pesquisa em andamento sobre os significados africanos das experiências e culturas escravas. Ver, entre outros textos: SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor... e "Bávaros e Bakongo na 'Habitação de Negros'".

(204) Cf. MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão. O Ventre de Ferro e Dinheiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995. -- Esta obra foi publicada originalmente em francês e foi traduzida em inglês, em 1991. Glassman fez uma resenha crítica profunda sobre as análises de Meillassoux, principalmente das perspectivas metodológicas e teóricas (utilização de um modelo estruturalista) e suas reflexões históricas e antropológicas a respeito das relações sociais e conflitos de classes na escravidão africana ocidental. Ver: GLASSMAN, Jonathon. "No Words of their Own" (Review Article), Slavery & Abolition, Volume 16, número 1, 1995, pp. 131-145. Agradeço ao Prof. Pedro Paulo Funari pela indicação desta resenha.

(205) Cf. THORNTON, Jonh K. "Legitimacy and Political power: Queen Njinga, 1624-1663". JOURNAL OF AFRICAN HISTORY, 32 (1991), pp. 35-6. ---- Um dos aspectos que reforçam a idéia da importância do ferro e do ferreiro na maioria das culturas africanas é o papel simbólico e cultural da figura da divindade de OGUM destaque em quase todas as culturas afro-americanas até os dias de hoje. Ver: BARNES, Sandra J. "Introduction: The many faces of Ogum". In: BARNES, Sandra J. (Eds.) AFRICA'S OGUN OLD WORLD AND NEW. Indiana University Press, 1992, especialmente pp. 4-7. --- Para uma análise a respeito da tradição das artes em ferro e o papel do ferreiro na cultura e na comunidade afro-americana, ver também:

VLACH, John M. "Arrival and Survival: The maintenance of an Afro-American Tradition in Folk Art and Craft". In: BY THE WORK OF THEIR HANDS. Studies in Afro-American Folklife. University Press of Virginia, 1992, especialmente pp. 25-29.

(206) As evidências na localização das "casa de tear" sugerem que estas tivessem uma importância econômica e simbólica nestes quilombos. Também é possível pensar aí as origens da África Ocidental. Meillassoux destaca a produção têxtil em várias regiões africanas ocidentais. Ao mesmo tempo, nas regiões centro-africanas os teares não tinham necessariamente cobertura. Cf. MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão... Sobre as percepções de viajantes e cronistas sobre os teares dos escravos e as recriações, ver: SLENES, Robert, Báwayos e Bakongo na Habitação de Negros..., pp. 108 e segs. Sou grato ao Prof. Robert W. Slenes por esta dica sobre os teares africanos.

(207) Documento citado em: GUIMARAES, Carlos Magno. "O Quilombo do Ambrósio.....", p. 169.

(208) Documentos citados em: GUIMARAES, Carlos Magno. "Quilombos e Brecha camponesa --- Minas Gerais (Século XVIII)". REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTORIA, Volume 8, Julho 1989, p. 169.

(209) IHGB, Coleção Conselho Ultramarino, Breve Descrição Corográfica da Capitania de Minas Gerais, Arq. 1.3.5, fl. 157

(210) Ver: STUCKEY, Sterling. Slave Culture..., pp. 27 a 42. Sobre os significados do *Rei*, inclusive, a ideia do Rei-bandido na África Ocidental, ver: MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão..., pp. 116 e segs.

(211) Cf. GUIMARAES, Carlos Magno. "Mineração, Quilombos e Palmares. Minas Gerais no século XVIII". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 144.149. Carlos Magno Guimarães também tenta analisar as formas de poder dentro dos quilombos mineiros. Price também analisa a questão das lideranças nos quilombos e destaca: "no curso das guerras, alguns nomes dos líderes de fato vazaram (em torturas de prisioneiros, interrogatórios de escravos espíões enviados para obter informações e no decorrer das negociações para tentativas abortadas de paz. Mas a identidade da maioria dos líderes rituais/espirituais, que com frequência possuíam igual autoridade -- foi com sucesso escondida dos brancos". Cf. PRICE, Richard. "Palmares como poderia ter sido", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 54 e segs. Fazendo uma análise da cultura no quilombo baseando em Bastide, Laviña com poucas evidências argumenta a respeito da importância dos conhecimentos médicos, rituais e religiosos na constituição das chefias e organização dos quilombos cubanos. Ver: LAVINA, Javier. "Rebeldes y Tambores. Cimarrones Cubanos", In: JORDAN, Pilar Garcia; IZARD, Miguel & LAVINA, Javier. (orgs.) Memórias. Creacion..., pp. 205-207

(212) Cf. LAW, Robin. "Ideologies of Royal power: The dissolution

and reconstruction of political authority on The 'Slave Coast', 1680-1750". AFRICA, Volume 57, número 3, 1987, pp. 320-344. ----

A propósito, Thornton discute a legitimidade e o poder político da rainha Njinga (1624-1663) do reino do Ndongo-Matamba, destacando como as questões a respeito de legitimidade e poder político na África Central eram complexas e formadas até por contradições teias de relações sociais e culturais. Cf. THORNTON, John K. "Legitimacy and Political...."

(213) Cf.: SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos...", pp. 73 a 76.

(214) Cf.: BALANDIER, Georges. Daily Life in the Kingdom of Kongo...., pp. 146.

(215) Documento citado em: PEDREIRA, Pedro Tomas. Os Quilombos Brasileiros. Salvador, 1973, p. 71

(216) ANRJ, Codice 952, Cartas Régias, Provisões, Alvaras e Avisos (1746-1747), Vol. 33, fl. 390.

(217) Documentos citados por: GUIMARAES, Carlos Magno. "Quilombos e Brecha Camponesa....", pp. 32.

(218) Ibid. e BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos..., p. 32

(219) Há informações da existência de até "alguns brancos criminosos" e "brancos homiziados" nos quilombos mineiros, no século XVIII. Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro.....", pp. 19.

(220) Documentos citados por: GUIMARAES, Carlos Magno. "Quilombo e Brecha Camponesa....", pp. 32.

(221) Uma análise sobre a paulatina *crioulização* da população escrava em Minas Gerais no final do século XVIII, ver: RAMOS, Donald. "Community, Control and Acculturation a case study in Eighteenth Century". The Americas, volume 42, número 4, 1986, pp. 419-451

(222) Cf. COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. Minas Colonial: Economia & Sociedade, São Paulo, FIPE/Ed. Pioneira, 1982, pp. 37

(223) Cf. LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: Escravos e Senhores. São Paulo, IPE/USP, 1981, pp. 132 e segs. e COSTA, Iraci del Nero da. Anaia-Miúda. Um Estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo, MGSP, Editores, 1992

(224) Optamos por não utilizar o sistema de classificação (*sudaneses* e *bantos*) proposto nestes estudos de Luna e Costa por considerarmos muito genérico e gerador de confusões em termos étnico-linguísticos.

(225) Ver: BOXER, Charles R. A Idade do Ouro.... e RUSSEL-WOOD, A. J. R. The Black Man in Slavery and freedom in Colonial Brazil. MacMillan Press, Londres, 1982 citados em: MOTT, Luis.

"Acotunda -- Raízes setecentistas do Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro", IN: Escravidão, Homossexualidade e Demonologia., São Paulo, Icone, 1988, pp. 100-103. Também baseado em Boxer destaca Mott: "O que os portugueses e luso-brasileiros chamavam Costa da Mina para os ingleses e batavos incluía os territórios que iam do cabo de Palmas aos Camarões. Como a maior parte dos negros era exportada pelo porto de Judá, ao serem arrolados seus nomes nos tumbeiros ou quando vendidos no Brasil, no mais das vezes eram identificados tão-somente pelo local de embarque, aumentando ainda mais a enorme diversidade cultural e linguística do étimo 'Mina'. O grosso, porém, dos escravos classificados como Mina era, a partir dos primórdios do século XVIII, do grupo linguístico IORU-Bá, sendo Gêge ou Nagô", pp. 103. Os escravos africanos da Costa da Mina eram, de fato, preferidos no comércio negreiro para a Capitania de Minas Gerais. VER: ZAMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais..., pp. 185

(226) ANRJ, Codice 80, Correspondência ativa e passiva dos Governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1725-1730), Volume 2, pp.75-6.

(227) Ibid.

(228) Cf. COSTA FILHO, Miguel. "Quilombos". IN: ESTUDOS SOCIAIS, números 7, 9, 10 e 11, Rio de Janeiro, 1960-1 citado em MOURA, Clóvis. Rebeliões de Senzalas...., (grifo nosso)

(229) Alguns comentários desta tentativa de insurreição em 1756 encontram-se em: LUNA, Luis. O Negro na Luta contra a Escravidão. ..., pp. 100-103 e OILIAM, José. O Negro na Economia Mineira, Belo Horizonte, 1993, pp. 90

(230) Cf. GUIMARAES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. "Quilombo do Ambrósio.....", pp. 171. Ramos e Vallejos analisam de que modo -- a despeito dos temores constantes -- não houve a deflagração de nenhuma grande revolta escrava em Minas Gerais Colonial. Ver: RAMOS, Donald. "O Quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII", IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 164-192 e VALLEJOS, Julio Pinto. "Slave Control and Slave Resistance in Colonial Minas Gerais, 1700-1750". Journal of Latin American Studies, volume 17, parte I, maio 1985, pp. 23-5

(231) Cf.: CAVAZZI DA MONTECUCOLO, Antonio. História e Descrição de Três Reinos: Congo, Matamba e Angola. Lisboa. Algumas hipóteses semelhantes sobre a estrutura das moradias dos escravos, inclusive, a dos quilombolas encontram-se em: SCARANO, Julita. Cotidiano e Solidariedade. Vida diária da Gente de Cor nas Minas Gerais. Século XVIII. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 91-3

(232) Cf.: BALANDIER, Georges. Daily Life in the Kingdom of Kongo...., pp. 141.

(233) Cf. HUFFMAN, Thomas N. "Archaeological evidence and conventional explanations of southern Bantu Settlement patterns". AERI-CA, Volume 56, número 3, 1986.

(234) Cf.: GUIMARÃES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. "Arqueologia de Quilombos.....", pp. 160.

(235) Ver: FUNARI, Pedro Paulo A. "A 'República de Palmares'..."; Novas perspectivas abertas pela Arqueologia..., e ORSER, Jr. Charles E. A Historical Archaeology... e "Toward a Global Historical....". Há ainda a dissertação de Mestrado de Scott Joseph Allen que a partir da pesquisa arqueológica de Funari e Orser, Jr. e da bibliografia mais recente sobre cultura afro-americana argumenta a respeito da existência de um "sincretismo mosaico" ("mosaic syncretism") na cultura material do quilombo de Palmares. Ver: ALLEN, Scott Joseph. Africanisme, Mosaics, and Creativity: The Historical Archaeology of Palmares, M.A. Thesis, Brown University, 1995. Meus agradecimentos ao Prof. Pedro Paulo Funari pela indicação e envio desta bibliografia.

(236) Ibid.

(237) sobre cruzeiros e crucifixos com escravos em Minas Gerais setecentista, Mott, igualmente encontrou algumas evidências. Em 1777, na região de Itapetecica, o preto Roque, um Angola, e "sua amázia", Brígida maria acabariam presos, acusados da prática de *Calundu* ao som de violas e que tinha o costume de "se lavaram com água de ervas onde colocam um crucifixo de latão". Em 1781, na localidade de Campanha um tal Antônio, também Angola - conhecido pela alcunha de *Calundu*, era acusado de fazer advinhações "com um espelho e com uma cruz". Cf. MOTT, Luiz. "Acontundé - Raízes setecentistas...", pp. 109-10. Agradeço ao Prof. João José Reis pela indicação deste artigo.

(238) Cf. MOTT, Luiz. "Acontundé - Raízes setecentistas...". dicas de análises sobre significados e símbolos das práticas africanas no Brasil encontram-se também em: REIS, João José. "Maria Jeje na Bahia: a invasão calundu do Pasto de Cachoeira, 1785". Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, volume 8 número 16, MAR/AGO 1988, pp. 233-284

(239) Sobre as reinvenções dos quilombos africanos no Brasil -- além da bibliografia clássica -- ver também o artigo recente de Kabengele Munanga que igualmente argumenta a favor das perspectivas da recriação. Ver: MUNANGA, Kabengele. "Origem e Histórico do Quilombo na África", Revista USP, Volume 28, 1995-6, pp. 56-63. Uma discussão sobre a bibliografia histórica e antropológica sobre os quilombos brasileiros encontra-se na introdução de: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas....

(240) BNRJ, Códice 18, 2, 6, Coleção Ottoni, Ofício de 10/10/1769

e ver: MOTT, Luiz. "Acontunda - Raízes setecentistas...", pp. 97

(241) Funari e Orser, Jr. argumentam como os mocambos de Palmares estavam localizados próximos às aldeias indígenas e havia relações sócio-econômicas. Ver, entre outros: FUNARI, Pedro Paulo A. Novas Perspectivas abertas... e ORSER, Jr., Charles E. Historical Archaeology..., pp. 48 a 50

(242) Dialogo com: MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. An Anthropologica in America..., PALMIE, Stephan. Slave Cultures and the cultures of Slavery...; RESIS, João José. "Magra Jeje na Bahia..."; SLENES, Robert V. "Malungu, Ngoma vem...", Bávaros e Bakongos na Habitação de Negros... e "Central-African Water Spirits in Rio de Janeiro...", STUCKEY, Sterling. Slave Culture... e THORNTON, John. African and Africans in the Making...

(243) Segundo Vlach a natureza cultural da improvisação africana não era algo restrito a uma tribo ou uma área mas sim a uma realidade pan-africana ("pan-african reality"). Cf. VLACH, Jonh M. "The nature and pattern of Afro-American Material Culture". In: By the Work of their hands..., pp. 2-11.

(244) Há indicações de que diversas lavouras que aparecem em algumas plantas foram estabelecidas pelos integrantes da expedição. Segundo o relator, em determinada ocasião: "Depois montando se a cavalo e fomos a ua paragem chamada a Sambabaia onde tinha um quilombo de negros e ali plantamos ua roça de milho, feijão e al-gudão, e se plantou um alqueire de milho". Cf.: Anais da Biblioteca Nacional..., pp. 70

(245) Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. "Arqueologia de Quilombos.....", pp. 153.

(246) Documentos citados em: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro.....", pp. 20 e segs.

(247) IHGB, Coleção da Capitania de Minas Gerais -- Colônia do Sacramento, tomo II, Arq. 1.3.3., fl. 53v.

(248) Cf.: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos..., pp. 73

(249) Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno. Negação da ordem escravista..., pp. 51 e GUIMARAES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. "Arqueologia de quilombos....", pp. 160.

(250) Cf. GUIMARAES, Carlos Magno. "Mineração, Quilombos".... pp. 142-144 e 149 e segs. Ver também: HIGGINS, Kathllen. "Masters and Slave in a Mining Society. A study os Eighteenth. Century, Sabara, Minas Gerais". Slavery & Abolition, volume 11, número 1, maio 1990, pp. 66-7 e segs. e VALLEJOS, Júlio. "Slave Control and Slave Resistance...", pp. 14-5. Uma análise recente sobre os quilombos em Minas Gerais Colonial que insiste no argumento da "marginalidade" é a de: SCARANO, Julita. Cotidiano e solidariedade...

pp. 118 e segs.

(251) Documentos citados em: SOUSA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro..., pp. 113 e GUIMARAES, Carlos Magno. Negação da ordem escravista..., pp. 49 e segs. e "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 27 e 28

(252) Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Ordens Régias, Volume 55 (1754-1756), Ofício de 10/10/1755

(253) Documentos citados em: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 27 e 28. Com relação aos furtos e insubordinações das escravas e libertas urbanas, em Minas Gerais, ver também: REIS, Liana Maria. "Mulheres de Ouro: As Negras de Tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII". Revista do Departamento de História, número 8, 1989, pp. 72-85. Nesta direção ver igualmente as análises de: DIAS, Maria Odila da Silva. "Nas Fimbrrias da Escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho", In: Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, volume 15, 1985, pp. 167-180

(254) BNRJ, Códice 18, 2, 6 -- Coleção Ottoni, Ofício de 07/09/1769

(255) Documentos citados em: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro..."

(256) BNRJ, Seção de Manuscritos, I - 48, 17,40 -- "Auto de Denúncia de Antônio Alves Teixeira, Alcaide da Vila de Nossa Senhora do pilar de Ouro Preto contra Ventura, escravo de Custódio de Freitas", 8 de Julho de 1796. Sobre as relações de solidariedades quilombolas com a sociedade envolvente em Vila Rica ver: RAMOS, Donald. "O Quilombo e o Sistema escravista..."

(257) Documentos citados em: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 35 e segs.

(258) ANRJ, Códice 63, Cartas Régias, Provisões, Alvaras e Avisos (1746-1747), Volume 33, fl. 390.

(259) Cf. GUIMARAES, Carlos Magno. "Mineração, Quilombos...", pp. 142

(260) Documentos citados em: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 35 e segs.

(261) Cf.: Anais da Biblioteca Nacional...., pp. 74

(262) Sobre a insegurança das estradas e salteadores fugitivos, ver: ZAMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais..., pp. 196

(263) Cf.: SOUSA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro..., pp. 75, ver também sobre autonomia dos escravos mineiros e as re-

lações com os quilombolas: HUGGINGS, Kathleen: "Masters and Slaves in Mining Society...", SCARANO, Julita. Cotidiano e Solidariedades..., pp. 70-1 e segs e VALLEJOS, Julio Pinto. "Slave Control and Slave Resistance..."

(264) Cf.: GUIMARÃES, Carlos Magno. "Quilombos e a Brecha Camponesa..." ---- Em artigo anterior, Guimarães e Reis chamaram atenção para a importância das atividades agrícolas nas regiões mineiradoras na 1ª metade do século XVIII. Ver: GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, 1 (2): 7-36, jun. 1986

(265) Ver: LAMAN, Karl. THE KONGO, Studia Ethnographica Upsalien-sia, 4 volumes, 1953, Volume I, p. 86. Agradeço ao Prof. Robert W. Slenes por esta indicação.

(266) Ver: CADORNEGA, Antonio de Oliveira. História das Guerras Angolas, Lisboa, 1940.

(267) Cf.: THORNTON, John K. "The Art of War in Angola, 1575-1680". COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY, Volume 30, número 2, Abril de 1988, p. 368-371

(268) Cf.: Anais da Biblioteca Nacional...., pp. 71

(269) Ibid.

(270) Documento citado em: GUIMARÃES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 36

(271) Hipótese sobre a paliçada defensiva do Quilombo de Palmares h levantada por: FUNARI, Pedro Paulo A. "A Arqueologia de Palmares...", pp. 38. Ver Também comentários sobre sistema de defesa dos mocambos fluminenses em: GOMES, Flávio dos Santos. História de Quilombos...

(272) ANRJ, Códice 952, Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos (1725-1747), Volume 33, fl. 390.

(273) Documento citado em: GUIMARÃES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro.....", pp. 36

(274) Ver: SILVEIRA, Alvaro Altolpho da. Revista da Academia Mineira de Letras, volume III, 1925 citado em: OILIAM, José. O Negro na Economia Mineira...., pp. 87

(275) Cf.: PHILALETES, Demoticus. "Hunting the Maroons with Dogs in Cuba". in: PRICE, Richard. Maroons Societies...., pp. 60-63.

(276) Ver as análises de Price em: "Introduction: Maroons and Their Communities" in: PRICE, Richard. Maroons Societies...., pp. 1-30

(277) Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno. "O Quilombo do Ambrósio....", pp. 170

(278) Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 33

(279) Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno. "Quilombos e Brecha Camponeza....."

(280) Ver as plantas em anexos

(281) Cf.: CRATON, Michael. TESTING THE CHAINS. Resistance Slavery..., pp. 68

(282) Cf.: GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro....", pp. 35 e segs.

(283) Documento citado em: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos..., pp. 39

(284) Ofício de 06/04/1797 transcrito em: PIERSON, Donald. Bran-
cos e Prêtos na Bahia: estudo de contacto racial, Ed. Nacional,
1977, pp. 128-9

(285) Mata Machado recolheu diversos *vissungos* (cantos de trabalho) na região de garimpos de São João da Cahapada, em 1928, e destacaria em algumas delas, a tradição dos quilombos, em Minas Gerais. Análises antropológicas mais recentes de alguns léxicos africanos encontrados por Mata Machado e outros em várias localidades brasileiras são feitas por Fry e Vogt. ver: MATA MACHADO FILHO. Aires de. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1943 e FRY, Peter & VOGT, Carlos. Cafundó: A África no Brasil. Linguagem e sociedade. São Paulo, Cia. das letras, 1996

(286) BNRJ, Códice 18, 2, 6, Coleção Ottoni, Ofício de 19/04/1770. Pelo menos até 1775 temos informações quanto a existência destes quilombos na região de Campo Grande. ver: SCARANO, Julita. Cotidiano e Solidariedade..., pp. 92. Vale lembrar que a região de Paracatu - entre outras áreas de Minas Gerais - no final do século XVIII começou a abandonar a mineração e as se dedicar a agricultura. Cf. ZAMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais..., pp. 220

(287) Ver: PEDREIRA, Pedro Tomás. Os Quilombos Brasileiros. Salvador, SEMEC/Departamento de Cultura, 1973 e SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos e Palmares; a resistência escrava no Brasil Colonial". ESTUDOS ECONOMICOS, São Paulo, 17(2): 245-95, 1987.

(288) Cf.: SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos...."

(289) Uma primeira versão destes argumentos encontra-se publicada em: GOMES, Flávio dos Santos. "Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na Capitania da Bahia (1575-1808)", His-

teoria Social. Pós-Graduação em História/ IFCH-UNICAMP, Campinas, número 2, 1995, pp. 25-54

(290) Cf. HANDELMANN, Henrich. História do Brasil.... Trad. brasileira feita pelo IHGB, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1931, pp. 385 e SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835. São Paulo, Cia. das Letras, 1988, pp. 379.

(291) Cf. BEZERRA, Felte. Etnias Sergipanas. Contribuição ao seu estudo. Aracaju, Coleção Estudos Sergipanos, 1950, pp. 154-5.

(292) Ordem enviada para Francisco Dias para que prendesse uma tropa de negros levantados, 19/09/1661 transcrito em: Documentos Históricos, Portarias dos Governadores Geraes (1660-1670), Vol. 7, Rio de Janeiro, 1929, pp. 70-1. Ver também: BNRJ, Códice I-7,1,30.

(293) Ibid.

(294) Portaria enviada aos moradores da Freguezia de Maraguagippe e Paraguassu, 21/05/1667 transcrito em: Documentos Históricos, Vol. 7, pp. 301. Ver também: BNRJ, Códice I-7,1,30 doc nº 356

(295) Portaria enviada aos moradores de Jaguaripe determinando entradas em Mocambos, 06/06/1667, transcrito em: Ibid., pp. 301-2 doc. nº 357

(296) Portaria determinando que o Alferes Miguel Corrêa de Sande comande uma expedição para capturar os negros que fugiram aos moradores da Pirajuhia, 18/11/1667 transcrito em: Ibid., pp. 335-6 doc. nº 413

(297) Portaria enviada para o Provedor-mor da Fazenda Real, mandando dar pólvora para a entrada a ser feita por Fernão Carrilho, 08/06/1669 e portaria enviada para o Provedor-mor mandando prover o necessário para a entrada do mocambo que será feita pelo Capitão Fernão Carrilho com uma tropa de índios, 12/06/1669 transcrito em: Ibid., pp. 406-7 docs. nº 539 e 541

(298) Portaria enviada parara o Capitão-Mor de Sergipe del-Rei determinando que sejam colocados a disposição 30 índios para realizarem estradas nos mocambos, 23/10/1674; Carta enviada para o Coronel Affonso Barbosa da França informando sobre os negros fugidos, 14/11/1674 e portaria enviada para o Capitão do Campo dos districtos de Sergipe do Conde determinando diligências nos matos, 25/02/1675 transcritos: Documentos Históricos, Portarias e Cartas dos governadores Geraes (1670-1678), Vol. VIII, Rio de Janeiro, pp. 212, 412-3 e 415. Ver também: BNRJ, Códice I-4,3,58 docs. nº 39, 132 e 939

(299) Carta enviada para sua Magestade informando sobre o levantamento dos negros no Camamu, 15/07/1692 transcrito em: Documentos Históricos, Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas (1678-1711),

vol. 33, Rio de Janeiro, 1936, pp. 448-50. Ver também: BNRJ, Códice 1, 2, 33 n.º 89

(300) Ofício enviado para o Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque informando sobre os mocambos, 03/06/1705 transcrito em: Documentos Históricos, Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711), Vol. 41, Rio de Janeiro, 1938, pp. 58-9.

(301) Cf. VIANNA, Urbano. Bandeiras e Sertanistas Bahianos. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935, pp. 65.

(302) Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEBa), Ordens Régias, Vol. 13 (1702-1720), doc. 102, 31/01/1714 e vol. 8 (1704-1714), doc. 54, 06/02/1714 -- Agradeço ao Prof. João Reis por ter me indicado e cedido toda a documentação referente ao Arquivo Público do Estado da Bahia que aqui utilizo.

(303) APEBa, Ordens Régias, Vol. 8 (1702-1714), doc. 92-A, 02/07/1716

(304) APEBa, Ordens Régias, vol. 13 (1702-1720), doc. 120-A, 26/07/1714

(305) Ibid.

(306) Ofício enviado para o Coronel Garcia de Avila Pereira, 22/01/1723 e Carta enviada para o Coronel Garcia de Avila Pereira informando sobre a entrada do mocambo dos Quiricós, 12/02/1723 transcritos em: Documentos Históricos, Cartas e Provisões (1721-1722), Vol. 45, Rio de Janeiro, 1939, pp. 56-9.

(307) Portaria enviada para o Sargento-Mor Gaspar Dias, 14/04/1734 transcrito em: Documentos Históricos, Cartas, Patentes e Provisões (1725-1728) e Portarias, Ordens e Regimentos (1732), Vol. 75, Rio de Janeiro, 1947, pp. 298.

(308) Portaria enviada para o Coronel Domingos Miranda Pereira, 15/12/1734 transcrito em: Documentos Históricos, Portarias, Ordens, Regimentos (1734-1736), Vol. 76, Rio de Janeiro, 1947, pp. 20-1.

(309) Portaria enviada para Pascoal Pereira Pinto ordenando a realização de uma diligência contra negros fugidos, 30/03/1735 transcrito em: Ibid., pp. 80-1.

(310) Portaria enviada para o Capitão das Entradas Gonçalo da Silva Teles, 05.07.1735 transcrito em: Ibid., pp. 166-7.

(311) Portaria enviada para o Coronel Affonso Barbosa da França informando a respeito de Capitães-do-Mato, 13.01.1673 transcrito em: Documentos Históricos, Portarias e cartas dos Governadores Geraes (1670-1678), Vol. 8, Rio de Janeiro, 1929, pp. 130.

(312) Portaria enviada para o Juiz Ordinário da Vila de Maragogi-

pe transcrito em: Documentos Históricos, Vol. 75, pp. 114

(313) BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice I-31,28,13; 03.02.1769.

(314) Ibid., Códice I-31,28,12; 07.09.1771.

(315) Carta enviada para o Ouvidor Geral do Piauí Antonio Marques Cardoso, 26.10.1725 transcrito em: Documentos Históricos, Cartas para a Bahia (1724-1726), Vol. 72, Rio de Janeiro, 1940, pp. 195-7.

(316) Para análises deste mocambo, ver: SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos...." e PEDREIRA, Pedro Tomás. "Sobre o Quilombo 'Buraco do Tatu'". Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 10(7): 7-10, 1979.

(317) APEBa, Ordens Régias, Vol. 4 (1696-1697), doc. 51, 21/11/1696

(318) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "mocambos, Quilombos...."

(319) Cf. Ibid. --- Este mapa foi recentemente analisado em: GOMES, Flávio dos Santos. "Um Recôncavo, dois sertões...", pp. 32 a 35 e em: REIS, João José. "O Mapa do Buraco do Tatu", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio...., pp. 501 a 505

(320) Termo que fez sobre os negros do Mocambo, e entradas que se lhe dão por Ordem do Marquez Visse Rey Dom Jorge Mascarenhas, e assento que sobre este negócio se tomou". Livro de Atas do Senado da Câmara de Salvador, transcrito: VIANNA FILHO, Luís. O Negro na Bahia, Rio de Janeiro, 1946, pp. 153.

(321) Cf. REIS, João José. "Reconcavo Rebelde: Revoltas Escravas nos Engenhos Baianos". AFRO-ASIA, Salvador, número 15, 1992, pp. 100-126.

(322) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos...."

(323) Críticas as idéias de Schwartz de "economia parasitária" dos quilombos aparecem em: FLORY, Thomas. "Fugitive Slaves and Free Society....", pp. 116-130; GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas.... e REIS, João José. "Resistência escrava em Ilhéus". Anais do Arquivo Público da Bahia, número 44, 1979, pp. 285-97.

(324) Para uma análise destas relações para os quilombos do Rio de Janeiro, ver: GOMES, Flávio dos Santos. "Para matar a Hidra....", pp. 1-31.

(325) Carta enviada para o capitão-mor da Freguesia de Jacobina, Antonio Pinheiro da Rocha", 20/06/1719 transcrito em: Documentos Históricos, Cartas de D. Sancho de Faro e Souza (1719-1720), Vol. 73, Rio de Janeiro, 1946, pp. 128-9.

(326) Cf. PEDREIRA, Pedro Tomas. Quilombos Brasileiros..... -- Analisando os aspectos da criminalidade no Brasil entre 1780 e 1840, Aufderheide destaca -- com o que não concordamos -- que os quilombos e/ou bandos de fugitivos constituíam uma forma de banditismo, porém não um "banditismo social", uma vez que não estavam constituídos numa classe (eram formados por escravos, libertos e desertores militares) e dependiam da proteção ilegal. Cf. AUFDERHEIDE, Patrícia An. Order and Violence: Social Deviance and Control in Brazil, 1780-1840, University of Minnesota, 1976, pp. 79-80.

(327) Portaria enviada para o Capitão-mor Francisco de Almeida ordenando entradas contra os mocambos no Itapicuru e Rio Real, 16/09/1721 transcrito em: Documentos Históricos, Portarias (1720-1721), Vol. 69, Rio de Janeiro, 1945, pp. 274-5.

(328) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos...."

(329) Cf. Ibid.

(330) "Para os oficiais da Camara da Vila do Camamu", 06.07.1719 transcrito em: Documentos Históricos, Vol. 73, pp. 135-6.

(331) "As matas de Jaguaripe continuaram, pois, a abrigar as santidades ameríndias - idolatria insurgente que parecia cada vez mais assumir os escravos africanos despejados no Brasil. Na linguagem do rei e das autoridades coloniais, a santidade se tornaria verdadeiro sinônimo de idolatria e rebelião - algo próximo, talvez, ao significado da palavra 'quilombo' ou 'mocambo' no vocabulário dos colonizadores a partir de meados do século XVIII". Cf. VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos índios..., ver, pp. 222, 223 e também 152-3

(332) Documento transcrito em: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Correspondência Diversas, Vol. XIV, 1895, pp. 246-7.

(333) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos....., pp. 379.

(334) Ordem enviada para o Capitão da Conquista do Gentio bárbaro, José Duarte Pereira, 26/01/1733 transcrito em: Documentos Históricos, Vol. 75, pp. 133-4.

(335) Portaria enviada para o Provedor-Mor da Fazenda Real, 01/03/1736 transcrito em: Documentos Históricos, Portarias, Ordens, Regimentos (1734-1736), Vol. 76, pp. 335.

(336) Cf. VIANNA, Urbano. Bandeiras, pp. 65. Ver: TORAL, André Amaral. "Os índios negros ou os Carijós de Goiás...". pp. 310-11.

(337) Citado em: BARROS, Borges de. Bandeirantes e Sertanistas Bahianos, Bahia, pp. 177 e 188 citado em: MOURA, Clóvis. Rebeliões de Senzalas..., pp. 107.

(338) Cf. MOURA, Clovis. Rebeliões de Senzala....., pp. 108. Numa análise pioneira, Thales de Azevedo escreveria, na década de 50 sobre as relações inter-raciais em Salvador do século XVIII, destacando índios, pretos e brancos. Ver: AZEVEDO, Thales de. "Índios, Brancos e Pretos no Brasil Colonial", América Indígena, Volume XIII, número 2, abril 1953, pp. 119-132

(339) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos..., pp. 352 e segs. Cf. BARICKMAN, Barry J. "'Tame Indians', 'Wild Heathens', and settlers in Southern in the Late Eighteenth and early Nineteenth Centuries". The Americas, volume 51, número 3, 1995, pp. 325-368.

(340) Ibid., pp. 284 e segs.

(341) Ibid., pp. 280 e segs.

(342) Ibid., pp. 289 e segs.

(343) Citado em: BARROS, Borges. Bandeirantes e Sertanistas..., pp. 177 citado em: MOURA, Clovis. Rebeliões de Senzalas..., pp. 107

(344) Cf. ORTEGA, Miguel Angel. La Esclavitud en el Contexto Agropecuario Colonial - Siglo XVIII. Caracas, CONAC, 1992, pp. 29 e segs.

(345) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos....., pp. 360 e segs.

(346) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Slaves, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery University of Illinois Press, 1992, especialmente capítulo 3: "Peasants and Slavery: Feeding Brazil in the Late Colonial Period", pp. 65-101. --- Um estudo clássico sobre o caráter dinâmico da economia mercantil de subsistência e as repercussões políticas de seu desempenho, principalmente para as áreas Sul de Minas Gerais, no início do século XIX, é: LEHNHARO, Alcir. As tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca/Prefeitura do RJ, 1993. Para uma análise sobre a estrutura de posse de escravos (pequenos plantéis) produção familiar e meação em áreas policultoras e de pecuária no alto sertão da Bahia no final do século XVIII e início e do XIX, ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. "Escravidão e Policultura". CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, UFPe, número 15, 1994, pp. 73-98. Apesar da fragmentação dos dados, Costa faz uma abordagem estatística útil sobre as populações escravas e não escravas em duas localidades do sertão bahiano (Ouricanga e Brejões) no final do século XVIII, dedicadas as atividades criatórias de gado e agricultura de subsistência. ver: COSTA, Iraci del Nero do. Arraia-Miúdo...

(347) Ver: BARICKMAN, Barry J. "'A Bit of Land, wich they calla roça': Slave Provision Grounds in the Bahia Recôncavo,

1780-1860". Hispanic American Historical Review, Volume 74, número 4, pp. 649-687.

(348) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery". HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW, Volume 57, número 1, pp. 69-81.

(349) Este foi um polêmico debate historiográfico brasileiro. Quanto àqueles que enfatizaram a atipicidade deste caso, ver: GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". ESTUDOS ECONOMICOS, São Paulo, IPE-USP, 13(1), 1983, pp. 7-39 e MOURA, Clóvis. "Reivindicação e consciência no Escravismo" In: Os Quilombos e a Rebelião Negra, São Paulo, Brasiliense, (Coleção TUDO E HISTORIA), 12) 1982, pp. 72-78. --- Outros autores argumentaram a respeito das complexidades nas relações resistência/acomodação dos escravos brasileiros. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 91-125; CASTRO, Antônio Barros de. "A Economia Política, o capitalismo e a escravidão", IN: AMARAL LAPA, José Roberto (org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 67-107; LARA, Sílvia HUNOLD. O Compromisso Impossível. São Paulo, Texto Mimeo., s.d.; REIS, João José. "Resistência escrava em Ilhéus". Anais do Arquivo Público da Bahia, número 44, 1979, pp. 285-297; SILVA, Eduardo. "Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia", JORNAL DO BRASIL, de 18.08.1985, Caderno Especial, pp. 3.

(350) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "Resistance and Accommodation....", pp. 73-75.

(351) Cf. Mc FARLANE, Anthony. "Cimarrones and Palenques: Runaways and resistance in Colonial Columbia". SLAVERY & ABOLITION, Volume 6, número 3, dezembro 1985, pp. 146-47.

(352) Ibid.

(353) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "Resistance and Accommodation...", pp. 72 e REIS, João José. "Resistência escrava em Ilhéus...", pp. 285-97. Ver também: REIS, João José. "Resistência escrava na Bahia. 'Poderemos brincar, folgar e cantar...': O Protesto escravo na América". IN: AFRO-ASIA, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, número 14, Dezembro de 1983, pp. 107-122.

(354) Cf. REIS, João José. "Resistência escrava em Ilhéus", IN: Op. Cit.

(355) Ibid.

(356) Cf. GOMES, Flávio dos Santos. "Um recôncavo, dois sertões...".

(357) Em 1696 uma carta patente confirmava para João Borga o posto de "Capitão-mor das entradas dos mocambos, e negros fugidos

da Vila de São Jorge da Capitania dos Ilhéus". Cf. APEBa, Ordens Régias, Vol. 4 (1696-1697, doc. 50, 19/11/1696

(358) Cf. REIS, João José. "Resistência escrava em Ilhéus..."

(359) Ibid.

(360) Ibid.

(361) Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou Camponês ? O Protocampesinato....., pp. 123

(362) Cf. REIS, João José. "Resistência escrava em Ilhéus...."

(363) Ibid.

(364) APEBa, Ordens Régias, Volume 86 (1798), doc. 78, 22/10/1798

(365) Ibid.

(366) Carta de D. Fernando José de Portugal enviada para o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho informando sobre os quilombos de Orobó e Andaraí, e a sua destruição, 06/04/1797 transcrito em: PEDREIRA, Pedro Tomás. "Os Quilombos Baianos". Revista Brasileira de Geografia, São Paulo, Outubro-Novembro de 1962, pp. 591.

(367) APEBa, Ordens Régias, Volume 17 (1722-1723), doc. 6, 12/02/1723

(368) Cf. REIS, João José. "Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, em 1806", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio...., pp. 332-372

(369) Cf. SCHWARTZ, Stuart B. "Cantos e Quilombos numa conspiração de escravos haussás". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio...., pp. 332-372

(370) Cf. REIS, João José. Slave Rebellion in Brazil...., pp. 40-69

Considerações Finais

Quilombos e quilombolas por todo o Brasil produziram, foram atores, figurantes e principalmente protagonistas de suas próprias histórias de liberdade. Montaram cenários. Encenaram naqueles já montados. Ensaíram, estreíram, e principalmente assinaram a direção de espetaculares lutas para conquistar sua autonomia.

Mais recentemente têm havido todo um esforço da historiografia brasileira -- e também internacional -- a respeito da História Social da escravidão em resgatar estas e outras experiências históricas. Tenta-se mergulhar nos cotidianos dos escravos e sua relação com outros setores da sociedade envolvente, buscando mais do que somente assinalar a resistência escrava, e sim identificar as transformações históricas em torno da liberdade e da escravidão.

A história dos quilombos não só faz parte da história da escravidão: é a própria História Social do Trabalho no Brasil. Será muito difícil seguir em frente se não voltarmos para os séculos XVII e XVIII, tentando articular as experiências da colonização e do trabalho compulsório com aquelas do próprio trabalho livre assalariado e dos movimentos sociais rurais no final do século XIX e início do XX. Devemos também considerar as experiências locais, tanto urbanas como rurais, articulando a formação de um campesinato sob a escravidão e o processo de resistência adaptativa de grupos indígenas e imigrantes. Isto tudo é a história do Brasil. Fez parte também das histórias dos quilombos brasileiros.

Ainda na_o há fôlego suficiente para comparar -- de uma maneira geral -- as experiências dos quilombolas no Brasil com aquelas das comunidades de fugitivos nas Américas, principalmente Jamaica, Guianas, Suriname, Venezuela, Colômbia, etc. Não só nestes lugares, as comunidades se reproduziram no tempo e espaço, impuseram tratados colonias e conquistaram autonomia, sobrevivendo até hoje. Estas e outras questões podem igualmente ser pensadas para os quilombos no Brasil. É possível, inclusive, pensar Palmares mais do que somente o símbolo do medo que assustava permanentemente as autoridades colonias. Palmares -- e principalmente suas lutas seculares -- pode e deve ser analisado como algo que permaneceria na mente e corações dos escravos africanos e seus descendentes *crioulos* no Brasil e talvez na África. Não é necessário exagerar ou romantizar, mas sim tentar refletir sobre a história de algumas comunidades de fugitivos e sua articulação com o contexto internacional. As distâncias oceânicas não isolou as experiências históricas das Américas, Europas e Áfricas.

E os quilombos em África do século XVII o que representaram para a história do tráfico, da participação no comércio de escravos e também na migração e resistência dos africanos à colonização européia ? E aqueles do século XIX, em Angola, por exemplo, que lutaram contra a escravidão ? (1) Se não podemos generalizar tornando comum experiências semelhantes com significados históricos diferentes, igualmente não precisamos isolá-los e/ou fragmentá-los nos escaninhos da análise.(2) É um pouco disso que E.P. Thompson nos ensina, refletindo sobre a "história vista a partir de baixo" para a Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.(3)

Escravos africanos que chegaram no Brasil já podiam conhecer e compartilhar da experiencia de aquilombamento africano. Ou mesmo ao desembarcarem aqui ouviram falar do sonho de Palmares e outras histórias de quilombos brasileiros. Mais do que isso recriaram as suas mesmas. Juntaram-se pedaços de tradições. Inclusive, aquelas indígenas. Escolheram roteiros e trilhas, assim como parceiros de aventura. Este processo histórico -- num movimento contínuo e muitas vezes invisível -- transformou paulatinamente a própria história da escravidão no Brasil.

Dentre as características principais dos quilombos brasileiros podemos destacar sua capacidade de se articular com vários setores da sociedade envolvente. Não se matinveram isolados. Isto pode parecer uma constatação óbvia, mas não o é. Esta capacidade de articulação dos quilombos foi sem dúvida mais "subversiva" para uma sociedade que tentava se fazer homogênea, reproduzindo homens e riquezas através de variadas formas de exploração e domínio. Neste sentido, quilombolas forjaram-se -- modificando e sendo modificados -- no interior da própria história da escravidão no Brasil. Devemos pensar aí também formas e sistemas econômicos, sociais e culturais.(4)

É isto que a historiografia da escravidão têm mais recentemente buscado rever e analisar. A imagem do quilombo como uma luta "repetitiva" e "impotente" foi e ainda é muito presente. Diria Décio Freitas, no início da década de 80:

"Os quilombos medravam à margem da sociedade escravista: marginalidade geográfica, econômica e social. Não ofereciam à vista disso, qualquer risco realmente sério ao sistema. Causavam perturbações e prejuízos, é certo, porém deixavam-no intacto. Configurando uma forma ele-

mentar de luta e libertação, mostravam-se incapazes de subjugar e transformar a sociedade inteira".(5)

Gorender, procurando entender a "estrutura" do "sistema" escravista na o diria algo muito diferente. Na mesma ocasião argumentou o seguinte sobre a luta dos quilombolas:

"Estes, como é óbvio, levaram à prática uma reação ao escravismo e, em antagonismo com ele, situavam-se fora de seu âmbito. Marginalizados e perseguidos pela formação social escravista, com a qual, não obstante, podiam manter vínculos de intercâmbio, não introduziram nenhuma alteração no modo de produção escravista colonial em si mesmo. Apesar de perturbar seu funcionamento, às vezes gravemente, não impediram que o escravismo colonial se desenvolvesse conforme as exigências de sua estrutura e do mercado mundial".(6)

Para estes autores, os quilombos se constituíram "à margem" da sociedade ou "fora de seu âmbito". A principal ênfase nestas análises é a afirmação de que eles não provocaram "nenhuma alteração no modo de produção escravista", deixando-o mesmo "intacto". E foi diferente ? Não sei. Ou melhor, neste e em outros trabalhos segui outros caminhos da história. Parafraseando Thompson, diria que abandonei os "jargões pretenciosos" e optei pela "pesquisa histórica, tediosa e fria". Para lugares e períodos diferentes tentei acompanhar algumas experiências históricas dos quilombolas. No Pará, não só ficaram atentos mas forjaram suas próprias "idéias perigosas", fugindo, avançando fronteiras coloniais, redefinindo a própria política de colonização amazônica. No Maranhão, ocuparam e administraram secularmente uma vasta e rica região, construindo espaços, não só econômicos, mas fundamentalmente sócio-culturais. Em outras áreas coloniais cresceram, diminuíram, se multiplicaram e desapareceram em cenários de expansão e interiorização econômica. Muitas das vezes tiveram

os índios -- além de outros mais -- como importantes aliados.

E aí mudaram a história ? Certamente que sim e não somente a sua própria. É este o desafio que uma nova historiografia brasileira da escravidão têm enfrentado nas últimas duas décadas. Houve toda uma revisão historiografia fundamental para esse debate. Um marco para esses estudos foi a Escola Sociológica Paulista. Criticaria as teses de Gilberto Freire mas ficaria ela presa nas armadilhas teóricas de análises que "coisificavam" os sujeitos históricos.

É claro que este debate também foi um movimento da História e assim temos que analisá-lo. É o problema da concepção de História é aqui uma questão muito importante. Não é nossa intenção discuti-lá nestas considerações finais. Para algumas reflexões destacamos o que disse o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, importante intelectual da referida Escola Paulista, que analisou a escravidão e o negro no Brasil:

"Em todo este processo, de 'passagem', os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os 'camponeses', são os testemunhos mudos de uma história para qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os 'rebeldes primitivos' da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível. As lutas dos quilombos (aldeias de escravos fugitivos) e a revolta pessoal do escravo que matava algum senhor e fugia não eram embriões de uma luta social maior, capaz de pôr em causa a ordem senhorial. Correspondiam às situações-limites em que, mesmo sem destino histórico, num quase testemunho de altivez e nojo, o homem se refugia na grandiosa e inoperante negatividade pura. Formam-se assim desvios da história que, se têm força para comover os pósteros e construir símbolos, em si mesmos não apontam as saídas estruturalmente viáveis".(7)

A eloquência desta citação é incrível. Há ainda toda uma

sofisticac^{ão},ão da análise. Sabemos -- e agora definitivamente (8) -- que as lutas dos quilombos e de tabela outras lutas antes e depois da "passagem" (da escravidão para o capitalismo) "em si mesmos não apontam as saídas estruturalmente viáveis". Pior é ter feito o leitor me acompanhar até aqui neste calhamaço de "páginas dramáticas da história dos que não têm história possível".

Melhor sorte teriam os personagens em torno das *hidras* e *pantânos* que aqui analisamos caso soubessem destas e de outras "certezas históricas" ? No Maranhão oitocentista, por exemplo, mais facilmente as fronteiras econômicas seriam expandidas. Tantos recursos gastos com expedições anti-mocambos seriam economizados. Por seu lado, os quilombolas evitariam ficar ziguezaguando nas fronteiras entre o Pará e o Maranhão. No Grão-Pará colonial nada se deveria temer em virtudes dos contatos entre quilombolas, fugitivos, regatões, grupos indígenas, roteiros de fugas inter-coloniais e a circulação de idéias. Em outras paragens coloniais, o estabelecimento de fábricas de açúcar, a ocupação do interior e o abastecimento interno seria apenas um questão de capital.

Esta concepção de história ainda ronda os bancos escolares acadêmicos e suas cartilhas. É certo que não precisamos -- sempre -- de heróis da história e na história. Mas precisamos da história. Aquela (existe outra ?) feita ontem e hoje por homens e mulheres. Espero não estar sendo por demais eloquente. Quem sabe com essas histórias de quilombolas esteja tentando apenas "comover os pósteros" e "construir símbolos". Tive que escrever mais do que alguns parágrafos -- e continuarei escrevendo outros mais

-- para demonstrar como os quilombolas, escravos e outros personagens não apenas foram "testemunhas mudas de uma história para qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história". Eles são a própria história e "mesmo sem destino histórico" -- como continuam apontando alguns -- não se deixaram atropelar pelo capitalismo que tardava a chegar. Estes personagens e os mundos históricos que criaram foi importante para as suas vidas ainda na "grandiosa e inoperante negatividade pura". Espero que não seja heresia falar de luta de classes. Trata-se apenas de uma outra concepção de história ? Talvez não só isso.

Para além dos "desvãos da história" os quilombos no Brasil representaram uma longa e permanente história de liberdade. Sem anacronismo podemos procurar hoje nas lutas sociais no meio rural uma -- entre outras tantas -- face do seu legado. Há muitas outras faces. Não vamos repetir estas aqui. Como ou sem "embriões de uma luta social maior", ou apenas comovendo os pósteros ou criando símbolos -- para além daqueles matemáticos de um capitalismo tardio mais inexorável -- as lutas dos quilombos e outras tantas não terminaram. Ainda existem cabeças das *hidras*. Os *pan-tânos* ainda não ficaram secos.

Notas

(1) Ver: MILLER, Joseph C. Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola. Arquivo Histórico Nacional, Luanda, 1995, especialmente, pp. 159 a 165; FERREIRA, Roquinaldo Amaral. Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1996, especialmente, pp. 68 e segs.; FREUDENTHAL, Aída. Os Quilombos de Angola no Século XIX. Texto Inédito. IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, setembro de 1996 e NETO, M.C. "Kilombo, Quilombos, Ocilombo...". Revista Mensagem, Secretaria de Estado de Cultura, Luanda, 1989.

(2) Ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe. "O aprendizado da Colonização", Revista do Instituto de Economia da Unicamp, número 1, agosto 1992, pp. 135-162

(3) Cf. THOMPSON, E. P. "A História vista a partir de baixo", In: TEXTOS DIDÁTICOS, IFCH/UNICAMP, 1995, pp. 17-32. Ver também: SHARPE, Jim. "A História vista de baixo", In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo, Ed. UNESP, 1992, pp. 39-42. Agradeço ao historiador Antônio Luigi Negro (Gino) por estas dicas bibliográficas.

(4) Para além das contribuições econômicas e culturais, podemos pensar a experiência negra na Diáspora a partir dos significados dos sistemas de idéias, valores e pensamento. Ver: GILROY, Paul. The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness. Londres, 1993, especialmente: "The Black Atlantic as a Counterculture of Modernity", pp. 1-40.

(5) Cf. FREITAS, Decio. O Escravismo Brasileiro..., pp. 45

(6) Cf. GORENDER, Jacob. O Escravidão Reabilitada..., pp. 223

(7) Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, pp. 112. Agradeço ao Prof. Robert Slenes por estas dicas bibliográficas e a inspiração para estas considerações finais.

(8) Para aqueles do time "esqueçam o que escrevi", vale a pena conferir a FOLHA DE SÃO PAULO do dia 13/10/1996, entrevista com o presidente FHC. Afirmaria: "Como é que você iria explicar o problema da relação 'de classes' numa sociedade que não é de classe, que era escravocrata? Como o escravo vai negar a ordem escravista (atuar para superá-la)? O escravo não é classe universal (como o proletariado). Ele é um desvão da História. Essa idéia sempre foi muito presente na minha cabeça. Em certos momentos, certas categorias sociais viram desvão da História. Os excluídos não são necessariamente portadores do futuro, como pensa a esquerda vulgar. O escravo era excluído e não portador do futu-

ro. O que ele poderia aspirar era a a mesma condição do senhor -- ser livre, formalmente. Isto é, não ter a mesma posição estrutural, mas ser livre. A escravidão não poderia ser explicada sem referência à expansão do grande capitalismo. Mas a história do Brasil não é uma cópia do que está acontecendo lá. Há uma singularidade. Por outro lado, ele não têm leis próprias: é derivada, subordinada e dependente."

FONTES

A) FONTES PRIMARIAS MANUSCRITAS

I - APEPa (Arquivo Público do Estado do Pará)

1) Documentação em Caixas/Livros

-- Documentação em Caixas - Secretaria de Polícia da Província do Pará - Série: Ofícios/Delegados e Subdelegados de Polícia/Diversos, Anos: 1858 e 1885.

-- Ofícios da Secretaria de Polícia do Pará (1840/1887).

Caixas nº 56 (1840)
 Caixas nº 123 (1848-49)
 Caixas nº 127 (1849)
 Caixas nº 133 (1850)
 Caixas nº 150 (1851)
 Caixas nº 289 (1867)
 Caixas nº 431 (1887)

-- Livro 7 - Livro da Chefatura de Polícia (Abril/Junho - 1848).

-- Livro 18 - Ofícios da Presidência da Província (1867).

2) Códices

Numeração/Período

3 - (1750-1759)	4 - (1752-1762)	6 - (1752-1764)
7 - (1752-1769)	8 - (1752-1773)	9 - (1752-1777)
10 - (1757-1759)	12 - (1759)	13 - (1759-1762)
14 - (1759-1762)	15 - (1759-1762)	16 - (1760-1761)
17 - (1760-1769)	18 - (1769-1779)	19 - (1761)
22 - (1761-1772)	23 - (1761-1776)	24 - (1762)
25 - (1762)	26 - (1762)	27 - (1762)
29 - (1762)	30 - (1762-1777)	32 - (1762-1765)
35 - (1762-1803)	36 - (1763)	37 - (1763)
38 - (1763)	39 - (1763)	41 - (1763-1764)
42 - (1763-1767)	43 - (1763-1788)	44 - (1767)
45 - (1767)	46 - (1764)	47 - (1764)
48 - (1764)	49 - (1764)	50 - (1764)
51 - (1764)	52 - (1764)	53 - (1764)
54 - (1764-1765)	55 - (1764-1765)	56 - (1764-1767)
57 - (1764-1769)	59 - (1765)	60 - (1765)
63 - (1765)	64 - (1765)	66 - (1765-1769)
69 - (1765-1766)	73 - (1766)	74 - (1766-1769)
75 - (1766-1772)	77 - (1767)	80 - (1767)
81 - (1767)	82 - (1767-1768)	83 - (1767-1768)
85 - (1767-1799)	86 - (1768)	87 - (1768)
88 - (1768)	90 - (1768)	91 - (1768)
92 - (1768)	93 - (1769)	94 - (1769)
95 - (1769)	96 - (1769)	97 - (1769)

98 - (1769)	99 - (1769)	100 - (1769-1770)
101 - (1765-1770)	103 - (1770)	120 - (1771)
122 - (1771-1792)	124 - (1772)	126 - (1772)
127 - (1772)	129 - (1772-1773)	131 - (1773)
132 - (1773)	133 - (1773)	134 - (1773)
136 - (1773-1774)	137 - (1773-1774)	138 - (1773-1773)
141 - (1774)	142 - (1774)	143 - (1774)
144 - (1774)	145 - (1774)	146 - (1774)
148 - (1774-1775)	150 - (1774-1780)	151 - (1775)
152 - (1775)	154 - (1775)	156 - (1775)
157 - (1775-1776)	158 - (1775-1776)	161 - (1775-1801)
162 - (1775-1801)	163 - (1776)	164 - (1776)
165 - (1776)	166 - (1776-1777)	167 - (1776-1777)
168 - (1776-1777)	169 - (1776-1778)	170 - (1776-1778)
171 - (1777)	172 - (1777)	173 - (1777)
174 - (1777)	175 - (1777)	176 - (1777-1778)
176 - (1777-1778)	177 - (1777-1778)	178 - (1777-1781)
179 - (1777-1790)	180 - (1777-1793)	182 - (1778)
183 - (1778)	184 - (1778)	185 - (1778)
186 - (1778)	187 - (1778-1779)	188 - (1778-1779)
189 - (1778-1784)	190 - (1778-1784)	191 - (1778-1789)
192 - (1778-1798)	193 - (1778-1798)	194 - (1779)
195 - (1779-1782)	196 - (1779-1782)	197 - (1779-1782)
198 - (1779-1782)	200 - (1780)	202 - (1780-1783)
203 - (1780-1789)	204 - (1780-1789)	206 - (1781)
207 - (1781)	208 - (1781)	209 - (1781)
210 - (1781)	211 - (1781-1782)	212 - (1781-1792)
213 - (1782-1784)	215 - (1783)	216 - (1783)
217 - (1783)	218 - (1783)	219 - (1783)
220 - (1783)	221 - (1784)	222 - (1784)
223 - (1784)	224 - (1784)	225 - (1784)
226 - (1784-1789)	227 - (1785)	228 - (1785)
229 - (1785)	230 - (1785)	231 - (1785)
233 - (1785-1786)	234 - (1785-1787)	236 - (1786)
237 - (1786)	238 - (1786)	239 - (1786-1788)
240 - (1786-1788)	241 - (1787)	242 - (1787)
243 - (1787)	244 - (1787)	245 - (1787)
246 - (1787-1793)	247 - (1787-1794)	248 - (1788)
249 - (1788)	250 - (1788)	251 - (1788)
252 - (1788)	253 - (1788)	255 - (1788)
257 - (1790-1791)	258 - (1790-1794)	261 - (1790-1795)
262 - (1790-1799)	264 - (1790-1799)	265 - (1790-1812)
267 - (1791-1792)	268 - (1791-1795)	269 - (1791-1804)
270 - (1792)	271 - (1792)	272 - (1792-1796)
273 - (1792-1796)	274 - (1793)	275 - (1793)
276 - (1793-1794)	277 - (1793-1794)	281 - (1794)
282 - (1794)	283 - (1794-1795)	284 - (1794-1796)
285 - (1794-1796)	286 - (1794-1832)	287 - (1794-1795)
288 - (1795)	290 - (1795-1796)	293 - (1795-1798)
294 - (1796)	296 - (1796-1798)	298 - (1796-1799)
299 - (1796-1799)	300 - (1796-1799)	301 - (1797)
302 - (1799)	303 - (1797-1799)	304 - (1797-1799)
305 - (1797-1799)	306 - (1797-1799)	307 - (1797-1799)
308 - (1799)	309 - (1799)	310 - (1799)

311 - (1799-1800)	312 - (1799-1805)	313 - (1799-1805)
314 - (1800)	315 - (1800-1801)	316 - (1800-1801)
317 - (1800-1802)	318 - (1800-1802)	319 - (1800-1805)
320 - (1800-1806)	321 - (1800-1806)	322 - (1800-1814)
323 - (1800-1820)	324 - (1801)	325 - (1801)
326 - (1801)	327 - (1801)	328 - (1801-1805)
329 - (1802)	330 - (1802)	331 - (1802-1803)
332 - (1802-1804)	333 - (1802-1805)	334 - (1802-1805)
335 - (1802-1805)	336 - (1800-1817)	337 - (1802-1826)
338 - (1803-1826)	339 - (1803-1805)	340 - (1803-1806)
341 - (1803-1810)	342 - (1804-1807)	343 - (1804-1816)
345 - (1806-1816)	346 - (1807-1809)	347 - (1807-1822)
348 - (1807-1819)	349 - (1809-1810)	350 - (1810-1811)
351 - (1810-1811)	352 - (1810-1812)	353 - (1810-1818)
354 - (1811-1812)	355 - (1811-1814)	356 - (1812-1816)
357 - (1812-1817)	358 - (1813-1814)	359 - (1813-1814)
360 - (1813-1814)	361 - (1813-1815)	362 - (1822)
363 - (1815)	364 - (1815-1817)	365 - (1815-1818)
366 - (1815-1819)	367 - (1815-1824)	368 - (1816)
369 - (1816)	370 - (1816-1819)	371 - (1816-1823)
372 - (1826-1829)	373 - (1817)	374 - (1812)
375 - (1817)	376 - (1817-1819)	377 - (1817-1822)
378 - (1817-1823)	379 - (1818)	380 - (1818)
381 - (1818)	382 - (1818-1819)	383 - (1818-1820)
384 - (1819-1820)	385 - (1819-1820)	386 - (1820)
387 - (1820-1821)	388 - (1820-1838)	389 - (1820-1826)
390 - (1821)	391 - (1821)	392 - (1821)
393 - (1821)	394 - (1821-1822)	395 - (1822)
396 - (1822)	397 - (1822)	398 - (1822)
399 - (1822)	400 - (1822)	401 - (1822)
402 - (1822)	403 - (1823)	404 - (1823)
405 - (1823)	406 - (1823)	407 - (1823)
408 - (1823)	409 - (1823-1825)	410 - (1823-1827)
411 - (1823-1828)	412 - (1823-1832)	413 - (1823-1832)
414 - (1823-1832)	415 - (1824)	416 - (1824)
417 - (1824)	418 - (1824)	419 - (1824)
420 - (1824)	421 - (1824)	422 - (1824)
423 - (1824)	424 - (1824)	425 - (1824)
426 - (1824)	427 - (1824-1829)	479 - (1830)
480 - (1830)	481 - (1830)	482 - (1830-1831)
483 - (1830-1831)	484 - (1830-1831)	485 - (1830-1835)
486 - (1830-1836)	487 - (1830-1831)	488 - (1831)
489 - (1831-1832)	490 - (1831-1833)	491 - (1831-1833)
492 - (1831-1833)	493 - (1831-1837)	494 - (1832)
495 - (1832)	496 - (1832)	497 - (1832)
498 - (1832)	499 - (1832-1834)	500 - (1832-1834)
501 - (1832-1834)	502 - (1833)	503 - (1833)
504 - (1833)	505 - (1833)	506 - (1833)
507 - (1833)	508 - (1833)	509 - (1833)
510 - (1833)	511 - (1834)	512 - (1834)
513 - (1834)	514 - (1834)	515 - (1834)
516 - (1834)	517 - (1834)	518 - (1834)
519 - (1834)	520 - (1834-1835)	528 - (1751-1754)
595 - (1772-1776)	596 - (1773-1774)	613 - (1790-1796)

614 - (1795-1797)	617 - (1798)	671 - (1765-1773)
672 - (1770-1792)	673 - (1774-1787)	674 - (1778-1780)
675 - (1779)	676 - (1781-1788)	677 - (1782-1783)
678 - (1784)	679 - (1785-1788)	697 - (1763-1768)
698 - (1772-1777)	707 - (1766)	708 - (1766)
709 - (1767)	710 - (1786-1790)	714 - (1780-1783)
715 - (1814-1816)	716 - (1814-1820)	717 - (1821-1822)
718 - (1822-1823)	719 - (1823-1824)	720 - (1824-1825)
721 - (1826)	722 - (1827-1828)	723 - (1828-1830)
754 - (1818-1820)	755 - (1816-1814)	756 - (1722)
777 - (1721-1724)	778 - (1725-1727)	782 - (1810-1815)
783 - (1822-1825)	816 - (1843-1845)	862 - (1690-1734)
863 - (1725-1727)	864 - (1721-1724)	866 - (1729-1731)
867 - (1730-1735)	869 - (1734)	875 - (1740)
877 - (1743)	878 - (1744)	1034 - (1713-1842)
1035 - (1737-1781)	1036 - (1780-1783)	1038 - (1780-1783)
1039 - (1780-1795)	1041 - (1781)	1042 - (1781)
1043 - (1781-1784)	1044 - (1781-1790)	1045 - (1783)
1046 - (1782)	1047 - (1782)	1048 - (1782)
1049 - (1782-1783)	1051 - (1783)	1052 - (1783-1784)
1053 - (1784)	1055 - (1784)	1056 - (1784-1785)
1057 - (1784-1785)	1064 - (1785-1787)	1066 - (1788-1789)
1069 - (1789-1791)	1072 - (1789-1799)	1073 - (1789-1799)
1074 - (1790-1799)	1078 - (1792-1794)	1080 - (1799)
1092 - (1750-1759)	1095 - (1754-1762)	1111 - (1748-1750)
1181 - (1793)	1185-	1195 - (1757-1767-1774)
1197 - (1791-1792)	1198 - (1774)	1203 - (1757)
1204 - (1767-1763)	1205 - (1769-1770)	1207 - (1775-1777)
1208 - (1771-1774)	1209 - (1779-1780)	1210 - (1781-1782)
1222 - (1757-1760)		

II. **BNRJ** (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Seção Manuscritos)

-- Códice 7, 4, 82, Ofícios dos Governadores das Capitanias do Pará e Rio Negro... conquista de Cayenna...1805-1819.

-- Livro Grosso do Maranhão, 1702 (2 volumes).

-- Códice 7, 4, 73, Ofícios, Requerimentos e representações, Maranhão (1809-1811).

-- Códice II, 34, 2, 1, Cartas Régias (1699).

-- Códice 20, 4, 2, Ofícios (1800-1811).

-- Códice I - 33, 30, 19, Ofícios da Intendência de Polícia do Rio de Janeiro (1808-1821).

-- Códice I - 31, 30, 66, Ofícios/Rio Grande do Sul (1788).

-- Códice I - 30, 9, 42, Coleção Morgado de Matheus, Ofícios

(1766-1768).

- Códice 22, 1, 27 - Memórias Chronologicas da Capitania de Mato Grosso, 1755.
- Códice 28, 32, 30 3 11, 1, 37 - Descrições Geográficas da Capitania do Mato Grosso, 1797.
- Códice 21, 2, 39, Cartas de Alexandre Rodrigues Ferreiras.
- Códice I 31, 19, 18, Povoações de Cuiabá e Mato-Grosso, 1775.
- Códice 9, 3, 10, Cartas de Viagens por Mato-Grosso, 1750.
- Livro de Cartas da Capitania de Minas Gerais (1777).
- Códice 18, 2, 6 - Coleção Ottoni, Offícios (1769).
- Códice I - 48, 17, 40, Auto de Denúncia, Minas Gerais/Vila Rica, 1796.
- Códice I - 31, 28, 13, Offícios/Capitania da Bahia.
- Códice I - 28, 27, 5 números 1-10, CAMARA, João Pedro da. Memória de alguns sucessos do Pará, 1776.
- Códice I - 28, 28, 15, Conquista de Caiena (1811).

III - IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro)

- Códice Arq. 1. 1. 4, Conselho Ultramarino, volume 4.
- Códice Arq. 1. 2. 25, Conselho Ultramarino, Évora, tomo 6.
- Códice Arq. 1. 2. 26, Conselho Ultramarino, volumes 6 e 7.
- Códice Arq. 1. 1. 21, Conselho Ultramarino, volume 21.
- Códice Arq. 1. 2. 5, Conselho Ultramarino, volume 34.
- Códice Arq. 1. 3. 3, Coleção Capitania de Minas Gerais, Colonia do Sacramento, tomo II.
- Códice Arq. 1. 3. 5, Conselho Ultramarino, Breve Descrição Cosmográfica da Capitania de Minas Gerais.
- Códice Arq. 1. 2. 24, Conselho Ultramarino, Conselho Ultramarino, tomo V e VII.

IV - **ANRJ** (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)

1. **Códices/Caixas/Livros**

-- IJJº 18 - Livro de Registro de Correspondência do Governador do Rio de Janeiro (1808).

-- Códice 64 - Registro Geral de Ordens Régias (1694-1734), 3 volumes.

-- Códices 65 e 68 - Assentos tomados em junta do Rio de Janeiro sobre a divisão das Capitanias ou dos Governos de Minas Gerais e de São Paulo (1734-1778), 2 volumes encadernados em 1.

-- Códice 77 - Ordens Régias - Governadores do Rio de Janeiro (1683/1718), 23 volumes.

-- Códice 80 - Correspondência ativa e passivo dos governadores do Rio de Janeiro com a corte (1725-1730), volume 2.

-- Códice 84 - Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com Diversas Autoridades (1720-1763), 14 volumes.

-- Códice 97 - Correspondência de Minas Gerais referente a governo e outros assuntos (1768-1807).

-- Códice 111 - Correspondência de São Paulo com o vice-Rei do Brasil (1769-1807).

-- Códice 318 - Registro de Avisos, Portarias e Ofícios da Polícia (1808/1809).

-- Códice 329 - Correspondência - Registro de Ofícios dirigidos aos Ministros da Corte e Capitania e aos Ministros Eclesiásticos.

-- Códice 468 - Registro de Ordens dos Governadores e Capitães Gerais de São Paulo do Comandante do Regimento de Infantaria Miliciana de sertanejos da vila de Itu (1798-1824).

-- Caixa 484 - Correspondência de Capitães-mores e Comandantes de Regimentos de vilas do Rio de Janeiro (1771-1808), vários pacotes.

-- Caixa 500 - Vice-Reinado - Senado da Camara do Rio de Janeiro (1758-1808), vários pacotes.

-- Caixa 507 - Casa Imperial, Fazenda de Santa Cruz (1779-1805), vários pacotes.

-- Códice 561 - Correspondência sobre assuntos referentes a Província de Mato Grosso, tais como marcação de limites, fundação de povoações, etc. (1756-1892).

-- Caixa 744 - Correspondência do vice-Reinado para a corte

(1774-1776), vários pacotes.

-- Caixa 746 - Vice-Reinado - Capitania do Rio de Janeiro (1679-1802), vários pacotes.

-- Caixa 774 - Corregedoria de Polícia (1810), vários pacotes.

-- Códice 873 - Descrição geográfica da Capitania de Mato Grosso pelo sargento-mor do Corpo de engenheiros no Forte Coimbra (1797).

-- Códice 952 - Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos, volume 33 (1746-1747).

-- Códices 1095 e 1096 (AP 41), Arquivos Particulares, Marquês do Lavradio (sec. XVIII).

-- Códice 63 - Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos (1746-1747), volume 33.

2. Maços

2.1. Ofícios de Presidentes da Província do Maranhão com o Ministério da Justiça - 1823-1880 (IJ¹)

Maços	Período
744	(1823-1833)
745	(1834-1837)
746	(1838-1839)
747	(1840-1846)
748	(1851-1854)
749	(1855-1857)
750	(1858)
751	(1859)
752	(1860-1861)
753	(1862)
754	(1863)
755	(1864)
756	(1865-1868)
757	(1869-1873)
758	(1874-1880)
926	(1865-1873)
1623	(1854-1872)

2.2. Ofícios de Presidentes da Província do Maranhão com autoridades diversas - 1842-1879 (IJ¹).

Maços	Período	Maços	Período
218	(1842-1844)	219	(1845-1848)
220	(1849-1851)	221	(1852-1853)
222	(1854-1855)	223	(1856)
224	(1857)	225	(1858)
226	(1859)	227	(1860)
228	(1861)	229	(1862)
230	(1863-1864)	231	(1865)
232	(1866)	233	(1867)
234	(1868)	235	(1869-1870)
236	(1871)	237	(1872)
238	(1873-1874)	239	(1875-1876)
240	(1877-1878)	241	(1879)

2.3. Ofícios do Ministério da Guerra/Colonias Militares - 1857-1858 (IG¹²).

Maços	Período
1	(1857)
2	(1857-1858)
3	(1858)

V - **APEMa** (Arquivo Público do Estado do Maranhão)

a) Documentação em caixas

-- Fundo: Presidência da Província - Série: Delegacias/Chefes de Polícia - século XIX.

-- Fundo: Presidência da Província - Série: Subdelegacias/Chefes de Polícia - século XIX.

-- Fundo: Juiz de Paz/Chefes de Polícia (1845-1887).

-- Fundo: Chefes de Polícia/Presidentes da Província (século XIX).

-- Fundo: Cadeia Pública (século XIX).

-- Fundo: Delegacias de Polícia (século XIX).

-- Fundo: Secretaria do Governo - grupo: Diferentes Particulares, Série: Correspondência (século XIX).

-- Fundo: Secretaria do Governo - Grupo: Subdelegacias de Polícia,

Série: Correspondência (século XIX).

-- Fundo: Secretaria do Governo - Grupo: Colônia Militar do Gurupi, Série: Correspondência (século XIX).

-- Fundo: Secretaria do Governo - Grupo: Delegacias de Diversos Municípios, Série: Correspondência (século XIX).

-- Fundo: Secretaria de Polícia - Grupo: Chefe de Polícia/Presidente da Província, Série: Correspondência (século XIX).

b) Documentação avulsa em Latas

-- Ofícios de vários estados ao Presidente da Província do Maranhão (1853).

-- Ofícios reservados da Subdelegacia de diversos municípios aos Presidentes da Província (1853).

-- Ofícios de diversas autoridades ao Presidente da Província (1854).

-- Ofícios do Diretor e Sub-Diretor da Colônia do Gurupi ao Presidente da Província (1854, 1859, 1860, 1862, 1875 e 1877).

-- Ofícios de Diferentes, Particulares ao Presidente da Província (1855).

-- Ofícios de Diversos ao Presidente da Província (1857).

-- Presidentes de Província/Ofícios recebidos (1828).

-- Diversas Comunicações ao Presidente da Província (1858).

-- Documentos diversos de Turiaçu-Grajaú/Presidentes de Província (1856).

-- Ofícios de várias autoridades municipais para o Presidente da Província (1861, 1871).

-- Chefia de Polícia/Ofícios recebidos dos municípios (1867).

-- Diferentes papéis e particulares ao Presidente da Província - março/abril de 1871.

-- Ofícios diversos da Presidência da Província (1871/1881).

-- Presidência da Província - Correspondência recebida (1867).

-- Diferentes Particulares ao Presidente da Província (1867/1880).

-- Documentos diversos ao Presidente da Província (1883/1885).

VI - **APEBa** (Arquivo Público do Estado da Bahia)

Coleção Ordens Régias, volumes 4, 8, 13, 17, 55, 86

Documentação/Ofícios selecionados cedidos em transcrições impressas pelo Prof. Dr. João José Reis (UFBa)

B) FONTES PRIMARIAS IMPRESSAS

-- Relatórios de Presidentes de Província do Maranhão (1836-1889), 8 rolos microfilmados

-- Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, volumes IV, VI e VII

-- MENDONÇA, Marcos Carneiro d. A Amazônia na Era Pombalina, correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), Rio de Janeiro, IHGB, 1967.

-- "Oyapock divisa do Brasil com a Guiana Franceza a Luz dos documentos históricos". RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 58, 1858, parte II, pp. 215-223.

-- Carta de Cláudio Laillet traduzida do latim por J. de Alencar Araripe transcrita em RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 56, 1ª parte, 1893.

-- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, 2 volumes.

-- O Rio de Janeiro no Século XIII. Accordãos e Vereanças do Senado da Câmara, copiados do livro original e relativos aos annos de 1635 até 1650, mandados publicar pelo Sr. Prefeito Dr. Pedro Ernesto, Rio de Janeiro, 1935.

-- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, volumes XXXII, XX, XIII, XII, XIV, XXII, LXIX, LV, LVII, LVIII e LIX.

-- Edital dos officiaes do Senado da Camara de 22/05/1734. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano V, volume LVI, São Paulo, Departamento de Cultura, 1939.

-- Documentos Históricos, volumes 7, 8, 41, 45, 69, 72, 73, 75 e 76.

-- "Termo que fez sobre os negros do mocambo, e entradas que se lhe dão por Ordem do Marquez visse Rey Dom Jorge Mascarenhas, e assento que sobre este negócio se tomou". Livro de Atas do Senado

da Câmara de Salvador. transcrito: VIANA FILHO, Luis. O Negro na Bahia. Rio de Janeiro, 1946, pp. 153.

C) FONTES SECUNDARIAS/OBRAS RARAS

AGUIAR, Bras Dias de. "Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Primeira Divisão - Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânicas e Neerlandesa, de 1930 a 1940". IN: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1942.

ALMEIDA, João Mendes de. Algumas notas genealógicas: Maranhão, São Paulo, 1886.

AMARAL, Jose Ribeiro do. O Estado do Maranhão em 1896. São Luis, 1897.

ANDREONI, João Antônio (pseud.) Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, com um estudo bibliográfico por A. de E. Tau-nay. São Paulo, Cia. de Melhoramentos, 1963.

AZEVEDO, João Lúcio d'. Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e colonização. Borguejo histórico com vários documentos inéditos, Lisboa, Liv. Edit. Tavares Cardoso & Irmãos, 1901.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará, Belém, UFPa, 1969.

_____. Discurso ou Memória sobre a Instrução dos Franceses de Caven-na nas Terras de Cabo Norte em 1836, Maranhão, 1846

BARATA, Francisco José. "Diário da Viagem que fez a colônia Hol-landeza de Surinam o porta-bandeira da 7ª Companhia do Regimento da Cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este estado, em diligên-cia do Real Serviço". RIHGB, Rio de Janeiro, volume 8, 1854, tomo 1.

BARBOSA RODRIGUES, João. "Rio Trombetas". In: Exploração e Estudo do Vale do Amazonas, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1875,

BERREDO, Bernardo Pereira de. Annaes Históricos, Florença, Typo-graphia Barberá, 1905

BRANDÃO Jr., Francisco Antônio. A ESCRAVATURA NO BRASIL PRECEDIDA D'UM ARTIGO SOBRE AGRICULTURA E COLONIZAÇÃO NO MARANHÃO, BRUXEL-LAS, 1865.

BRAUM, João Vasco Manoel de. Descrição Chorografica do Estado do Gram-Pará, S.L., S. Ed., 1789.

Breve Notícia sobre a Província do Maranhão, Exposição nacional, Rio de Janeiro, Typografia da Reforma, 1875

CADORNEGA, Antonio de Oliveira. História das Guerras Angolas. Lisboa, 1940

CAVAZZI DA MONTECUCCOLO, Antonio. História e Descrição de Três Reinos: Congo, Matamba e Angola. Lisboa

Companhias de Colonização e Civilização dos Índios, Liv. J. Leite, 1826.

COUDREAU, Otilie. Voyage au Cuminé. Paris, A Lahure, Imprimeur - Editeur, 1901.

DANIEL, João, Padre. "Tesouro Descoberto no Rio Amazonas". Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, volume 95, tomo 1 e 2, 1975.

DERBY, Oliver A. "O Rio Trombetas". in: HART, C. H., SMITH, H & L. DERBY, O. "Trabalhos restantes inéditos da Comissão Geológica do Brasil (1875-1878)". Boletim MPEG, Tomo II, fasc. 1-4, 1897-1898.

DODT, Gustavo L. G. Descrição dos rios Parnahyba e Gurupy, São Paulo, Brasiliense, Cia. Editora Nacional, Vol. 138, 1939.

Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. ao público, Rio de Janeiro, 1876

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Tratado Histórico do Rio Branco transcrito em: FARAGE, Nádia & AMOROSO, Marta Rosa (orgs.) Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII. Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1994

FREI BONIFACIO MEIRELLES. "Como Frei Francisco de São Marcos descobriu o Trombetas", In: Revista de Santo Antônio, 1955,

FRIKEL, Protássio. "Dez anos de aculturação Tiriyó. Mudanças e Problemas (1960-1970)". Boletim MPEG, Publicações Avulsas, número 16, 1971.

FRIKEL, Protássio. "Tradições Históricas-lendárias dos Kacúyana e Kahyana". Revista Brasileira do Museu Paulista. São Paulo, volume 9, 1955.

GAIOSO, Raimundo Jose de Sousa. Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, 1818.

GUIMARAES, Argeu. Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional. Rio de Janeiro, 1938

HURLEY, H. Jorge. "Visões do Oyapoc". Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador, volume 56, 1930.

HURLEY, H. Jorge. Os sertões do Gurupy. Belém, Instituto Lauro Sodré, 1928.

A Invasão do Quilombo Limoeiro, 1878, Arquivo Público do Estado do Maranhão, São Luís, SIOGE, 1992

KRAUSE, Frei Alberto. "Viagem ao Maicuru". In: Revista Santo Antonio, número 1, 1945,

LAMAN, Karl. THE KONGO, Studia Ethnographica Upsaliensia, 4 volumes, 1953, Volume I

LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil Colonial. Apontamentos para a História do Maranhão. Petrópolis, Vozes, 1976

LISBOA, João Francisco. Crônica Maranhense Estudos e Documentos, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1969

LISBOA, Miguel Maria. Memória sobre os Limites com a Guayana Francesa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

LOMBARD, J. "Recherches sur les Tribus indiennes qui occupaient le territoire de la Guyane Française vers 1730 (d'après les documents de l'époque)". JOURNAL DE LA SOCIÉTÉ DES AMERICANISTES DE PARIS, tomo XX.

LOPES, Raimundo. O Torráo Maranhense. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1916.

MALHEIRO, Perdígão. A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social. Petrópolis, Vozes/INL, 1976,

MARAJÓ, José Coelho da Gama, Barão de. As regiões amazônicas: estudos chorográficos dos Estados do Grão Pará e Amazonas, Lisboa, Impr. de L da Silva, 1895.

MARQUES, Cesar Augusto. A Província do Maranhão. Breve Memória Publicada por ordem do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876

_____. Memória Histórica da Administração Provincial do Maranhão pelo Bacharel Franklin Américo de Menezes Dória, Maranhão, 1867

MAUA, Visconde de. Auto-biografia. Exposição aos credores ao público seguido de O Meio circulante do Brasil. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Zelito Valverde, 1943

MOREIRA, Arthur Q. Collares. Gomes de Castro. Benedicto Leite e Urbano Santos. A Política no Maranhão. Rio de Janeiro, Rodrigues & Cia., 1938

MOURA, João Dunshee de Abranches. Cativeiro (Memórias). Rio de Janeiro, 1941

MOURA, João Dunshee de Abranches. Transformação do Trabalho. Memória apresentada a Associação Comercial do Maranhão, 1988

MUNIZ, Palma. Limites Municipais do Estado do Para (Município de Mazagão). Belém, 1916,

O Negro e o Índio na Legislação do Maranhão, 1835-1889, São Luís, SIOGE, 1992

QUEIROZ, Fr. João de São José. Visitas Pastorais. Memórias (1761-1762). Rio de Janeiro, Ed. Mello, 1961.

Sa, Manoel José Maria da Costa e. Compêndio Histórico do ocorrido na Demarcação dos Limites do Brasil do lado da Guiana Francesa. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, volume III

SILVA, Antônio Vieira da. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828). Rio de Janeiro, Typ. Progresso, 1862

SILVA, Luís Antônio Vieira da. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828). Rio de Janeiro, Typ. Progresso, 1862

SILVEIRA, Simão Estácio da. Relação Sumária das Coisas do Maranhão. [1ª edição em 1624], São Luís, UFMA/SIOGE, 1979, pp. 34-5

SIMÕES, Antônio dos. Bibliografia Brasileira. Poetas do Brasil. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1949

SOUZA, José Antônio Soares de. "Ouapocock divisa do Brasil com a Guiana Francesa a luz dos documentos Históricos". rihgb. Rio de Janeiro tomo 58, parte II.

SOUZA, José Antônio Soares de. "Uma questão diplomática em seu início (Oiapoque)". RIHGB, Rio de Janeiro, volume 320, 1878

Turiacu -- Incorporação ao Maranhão, Imprensa Oficial, 1851.

VASCONCELLOS, Antão de. Crimes Célebres em Macahé. Rio de Janeiro, 1911.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, S. Fr^oes. Na Terra das Palmeiras. Estudos brasileiros. Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1931
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth & CASTRO, Edna M. Ramos. Negros do Trombetas: Etnicidade e História. Belém, NAEA/UFPa, 1991
- _____. Negros do Trombetas. Quadriões de matas e rios. Belém, UFPa, 1993.
- _____. ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. "Terras e Afirmação Política de Grupos rurais negros na Amazônia", In: publicado em: O'DWYER, Eliane Cantorino (org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1995.
- _____. ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. "A influência da Revolução Francesa no Grão-Para", In: CUNHA, José Carlos C. da. (Org.) Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia, Belém, UNAMAZ/UFPa, 1992, p. 34-59.
- AGOREAH, E. Kofi. (org.) Maroon Heritage. Archaeological Ethnographic and Historical Perspectives. University of the West Indies, 1994.
- ALDEN, Dauril. "El Indio Desechable en El Estado de Maranhão durante los siglos XVII y XVIII". AMERICA INDIGENA, volume XLV, número 2, Abril-junho, 1985.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. "O aprendizado da Colonização", Revista do Instituto de Economia da Unicamp, número 1, agosto 1992, pp. 135-162
- ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Estudos Sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro - 1808-1821. Petrópolis, Vozes, 1988.
- ALLEN, Scott Joseph. Africanisms, Mosaics, and Creativity: The Historical Archaeology of Palmares. M.A. Thesis, Brown University, 1995.
- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. Escravidão e Transição : O Espírito Santo (1850/1888). Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio -- Uso Comum e Conflito", In: CASTRO, Edna M. R. & HABETTE, Jean. (Orgs.). "Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia". Cadernos do NAEA/UFPa, número 10, 1990.

ALMEIDA, Aluisio de. pseud. (Luís Castanho de Almeida). Vida Quotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822). São Paulo, Ed. Pannartz, 1975

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII". Revista Arrabalde. Ano I, número 2, SET/DEZ. 1988.

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. "Publicadores de la Amazonia. Cimarrones del Trombetas". Africa Latina Cuadernos, Barcelona, número 21, pp. 59-68

_____. "Hijos del Rio - Negros del Trombetas". IN: JORDAN, Pilar Gracia, IZAR, Miguel & LAVINA, Javier (orgs.). Mimoria, Creacion e História. Luchar contra el olvido. Barcelona, 1994, pp. 349-357.

AMOROSO, Marta Rosa. Capistrano de Abreu e os índios. Texto mimeo, XIX Encontro Anual da ANPOCS, 1995

ANDRADE, Lúcia M.M. "Os Quilombolas da Bacia do Rio Trombetas? Breve Histórico", In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1995.

APTHEKER, Herbert. American Negro Slave Revolts, Nova Iorque, 1974

ARAUJO, Mundinha. Insurreição de escravos em Viana -- 1867, São Luís, SIOGE, 1994.

ARAUJO, Mundinha. Notícias sobre os Quilombos no Maranhão, Dezembro 1996, Texto inédito, 21 p.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo, ATICA, 1980.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Quilombos Maranhenses", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

_____. A Guerra dos Bem-te-Vi. A Balaiada na Memória Oral, São Luís, SIOGE, 1988.

_____. "A 'Guerra dos Maribondos': Uma revolta Camponesa no Brasil Escravista (Pernambuco, 1851-1852) Primeira Leitura". História: Questões & Debates, Curitiba, Volume 10, números 18 e 19, Junho-Dezembro 1989, pp. 7-75.

AUFDERHEIDE, Patricia An. Order and Violence: Social Deviance and Control in Brazil, 1780-1840, University of Minnesota, 1976

AZEVEDO, Aroldo de & MATTOS, Dirceu Lino de. Viagem do Maranhão.

São Paulo, Departamento de Geografia USP, 1950.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. ONDA NEGRA, MEDO BRANCO. O Negro no Imaginário das Elites - século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. "Batismo da Liberdade: Os Abolicionistas e o Destino do Negro". História: Questões & Debates, Curitiba, Volume 9, número 16, janeiro de 1988

AZEVEDO, Thales de. "Índios, Brancos e Pretos no Brasil Colonial", América Indígena, Volume XIII, número 2, abril 1953

BALANDIER, Georges. Daily Life in The Kingdom of The Kongo. From the Sixteenth to the Eighteenth Century. Pantheon Books, Nova Iorque, 1968.

BARALT, Guillermo A. Esclavos Rebeldes. Conspiraciones y Sublevaciones de esclavos em Puerto Rico (1795-1873). Porto Rico, Edições Hurucan, 1981.

BARATA, Manoel. "A antiga produção e exportação do Pará". IN: Formação Históricas do Pará. Obras Reunidas, Belém, UFPa, 1973.

BARBOSA, Tanya Maria Brandão. O Escravo na Formação Social do Piauí. Perspectiva Histórica do Século XVIII. Recife, Dissertação de Mestrado, UFPe, 1984

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972

BARICKMAN, Barry J. "'A Bit of Land, wich they calla roça': Slave Provision Grounds in the Bahia Recôncavo, 1780-1860". Hispanic American Historical Review, Volume 74, número 4, pp. 649-687.

_____. "'Tame Indians', 'Wild Heathens', and settlers in Southern in the Late Eighteenth and early Nineteenth Centuries". The Americas, volume 51, número 3, 1995, pp. 325-368.

BARNES, Sandra J. (Eds.) AFRICA'S OGUN OLD WORLD AND NEW. Indiana University Press, 1992

BARROS, Borges de. Bandeirantes e Sertanistas Bahianos, Bahia, 1950[?]

BASTIDE, Roger. "The Other Quilombos", In: PRICE, Richard (Org.). Maroons Societies. Rebel Slave Communities in the Americas segunda edição, The Jonhs Hopkins University Press, 1979, p. 191-201.

_____. As Américas Negras: As Civilizações Africanas no Novo Mundo. São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1974.

_____. As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a uma So-

ciologia das Interpretações das Civilizações. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1985.

BECKLES, Hilary McD. "Emancipation by Law or War ? Wilberforce and the 1816 Barbados Slave Rebellion". In: RICHARDSON, David. Abolition and Its Aftermath. The Historical Context, 1790-1916 University of Hull, Frank Cass, 1985, pp. 80-104.

BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo, Ed. Pioneira, 1976

BELLOTO, Heloisa Liberalli. "Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, número 29, 1988.

_____. "Trabalho Indígena, Regalismo e Colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, Volume 2, número 4, setembro 1982.

BERLIN, Ira e MORGAN, Philip D. "Introduction". SLAVERY & ABOLITION, volume 12, número 1, maio 1991, (número especial : The Slaves Economy Independent Production by Slaves in the Americas), p. 1-27.

BESSON, Jean. "Land Tenure in the Free Villages of Trebawny, Jamaica: A Case Study in the Caribbean Peasant Response to Emancipation". Slavery & Abolition, volume 5, número 1, maio 1984

BEZERRA, Felte. Etnias Sergipanas. Contribuição ao seu estudo. Aracaju, Coleção Estudos Sergipanos, 1950

BLACKBURN, Robin. The Overthrow of Colonial Slavery. Nova Iorque, Verso, 1987.

BLASSINGAME John W. The Slave Community Plantation Life in The Antebellum South. Oxford University Press, Nova Iorque, 1979.

_____. & BERRY, Mary Francis. "Africa, Slavery, and the Shaping of Black Culture". Long Memory. The Black Experience in America. Nova Iorque, Oxford University Press, 1982.

BOXER, Charles R. A Idade de Ouro do Brasil. São Paulo, Cia Edt. Nacional, 1963.

BRAUND, Kathry E. Holand. "The Creeks Indians, Blacks, and Slavery. Journal of Southern History, Vol. LVII, número 4, novembro 1991.

CALDEIRA, Jorge. Maíra. Empresário do Império. São Paulo, Cia. das Letras, 1995

CAMPBELL, Carl. "Missionários e maroons em Accompong, Charles Town e Moore Town (Jamaica)", In: CEHILA. Escravidão Negra e His-

tória da Igreja na América Latina e no Caribe. Petrópolis, Vozes, 1987.

CAMPBELL, Mavis C. "Marronage in Jamaica: Its origin in the Seventeenth Century", In: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies, Nova Iorque, Volume 292, 1977, pp. 389-419

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988

_____. Escravo ou Camponês ? O Procampesinato negro nas Américas. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. "O Trabalho Indígena na Amazônia Portuguesa". HISTÓRIA EM CADERNOS, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, volume 3, número 2, set/dez. 1985.

_____. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

ARNEIRO, Edison. Ladinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

_____. O Quilombo de Palmares, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro de Sombras. A Política Imperial, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988

_____. A Construção da Ordem: A elite política imperial. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980

CARVALHO, Marcus de. "O Quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco" In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil, São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 407-432.

_____. Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835. Tese de Doutorado inédita, University of Illinois, 1989.

CASTRO, Antônio Barros de. "A Economia Política, o capitalismo e a escravidão", IN: AMARAL LAPA, José Roberto (org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 67-107

CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da. Amazô-

nia: Etnologia e história indígena. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1993

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. "A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras", In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.(org.) Escravidão e Abolição no Brasil: Novas perspectivas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988

_____. Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise de trabalho escravo, São Paulo, Brasiliense, 1987.

CHALLHOUB, Sidney. "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio". Revista Brasileira de História, São Paulo, Volume 8, número 16, mar./ago., 1988

_____. Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial., São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

_____. VIÇES DE LIBERDADE. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVEZ-HITA, Adriana Naveda. Esclavos Negros en las Haciendas azucareiros de Córdoba, Vera Cruz, 1690-1830. México, Universidad Veracruzana, 1987.

COARACY, Vivaldo. "Quilombolas no Rio de Janeiro". In: CARNEIRO, EDISON (Org.) Antologia do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1950.

_____. O Rio de Janeiro no Século Dezanove. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965

CONCEIÇÃO, Manuel da. Essa terra é nossa. Depoimento sobre a vida e as lutas camponesas do Estado do Maranhão. Petrópolis, Vozes, 1980

CONRAD, Robert. Os Últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1975.

COSTA, Iraci del Nera da. Arraia-Miúda. Um Estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo, MGSP, Editores, 1992

_____. "Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)". IN: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, USP, número 28, 1988, pp. 111-113

_____. & LUNA, Francisco Vidal. Minas Colonial: Economia & Sociedade, São Paulo, FIEP/Ed. Pioneira, 1982

_____. Minas Colonial: Economia & Sociedade, São Paulo, FIEP/Ed. Pioneira, 1982i.

COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1956

COSTA FILHO, Miguel. "Quilombos". IN: ESTUDOS SOCIAIS, números 7, 9, 10 e 11, Rio de Janeiro, 1960-1.

CRATON, Michael. "From Caribs to Black Caribs: The Amerindian Roots of Serville Resistance in the Caribbeian". IN: OKIHIRO, Gary Y. In Resistance Studies in Africanm Caribbeian, and Afro-American History. The University of Massachusetts Press, Ambrest, 1986.

_____. "Proto-Peasant revolts ? The Late slave rebellions in the British West Indies, 1816-1832". Past & Present, Londres, volume 85, 1979.

_____. TESTING THE CHAINS. Resistance Slavery in the British West Indies. Cornell University Press, 1982

CRULS, Gastão. A Amazônia que eu vi. Obidos - Tumucumaque. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1945.

CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém, Governo do Estado, 2ª ed., 1973.

_____. Colonização do Pará. Belém, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985

CURTIN, Philip D. "The Declaration of the rights of man in Saint-Domingue, 1788-1791". Hispanic American Historical Review, Volume XXX, número 2, maio de 1950.

DAVIDSON, David M. "How the Brazilian West was won: Freelance & State on the Mato-Grosso Frontier, 1737-1752". IN: ALDEN, Dauril. Colonial Roots of Modern Brazil. Papers of the Newberry Library Conference. Unuversity of Califórnia Press, 1973, pp. 61-106

DANTAS, Beatriz Gois. Da Taba de Serigy ao Balão do Porvir: representação sobre índios em Sergipe no século XIX, Texto mimeo., XIX Encontro Anual da ANPOCS, 1995.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

_____. "Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: Trade, aldeamento, slavery and extinction". Revista de História, São Paulo, número 17, julho-dezembro/1984, pp. 3-26

DEBBASCH, Yvan. "Le Maniel : Further Notes". in : PRICE, Richard.

(org.) MAROON SOCIETIES. Rebel Slave Communities in The Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 143-148.

DELSON, Roberta M. "The Beginnings of Professionalization in Brazilian Military: The Eighteenth Century Corps of Engineers". THE AMERICAS, Volume 51, número 4, 1995.

DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente : 1300 - 1800. Uma Cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Maria Odila da Silva. "Nas Fimbrrias da Escravidão Urbana : Negras de Tabuleiro e de Ganho". ESTUDOS ECONOMICOS, São Paulo, IPE-USP, volume 15, número especial, 1985, p. 167-180.

DONALD JR., Cleveland. "Slave Resistance and Abolitionism in Brasil : The Campista Case, 1879-1888". LUSO-BRAZILIAN REVIEW, volume 13, número 2, Inverno 1976, p. 182-193.

_____. Slavery and Abolition in Campos, Brazil, 1830-1888, Cornell University, 1973, pp. 21 (Tese de Doutorado inédita)

DRESCHER, Seymor. Capitalism and Antislavery. British Mobilization in Comparative Perspective. Nova Iorque, 1987.

DREYFUS, Simone. "Os empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Arenoco e o Corentino) de 1613 a 1796". in: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da. Amazonia: Etnologia e história indígena. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1993, pp. 19-41.

EDMUNDS, R David. "Native Americans New Voices: American Indian History, 1895-1995". THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW, volume 100, número 3, junho 1995.

EINSENBERG, Peter L. Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores livres no Brasil -- Séculos XVIII e XIX, Campinas, UNICAMP, 1989

_____. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, UNICAMP, 1977

ELKINS, Stanley M. Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life, University of Chicago Press, 1959.

FALCON, Francisco Calazans & NOVAIS, Fernando A. "A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da Política econômica pombalina", In: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1973, pp. 405-25.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

_____. & AMOROSO, Marta Rosa (orgs.) Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII. Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1994

FARIA, Alberto de. Maãa, Irineu Evangelista de Souza. Barão e Visconde de Maãa (1813-1889). 3ª edição, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional

FARIA, José Luciano. A presença negra na América Latina. Lisboa, Ed. Prelo, 1971

FENELON, Dea Ribeiro. "Levantamento e Sistematização da Legislação relativa aos escravos no Brasil". Anais do VI Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, Volume II, 1973

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 2 volumes. São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1996.

FICK, Carolyn. The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1990.

FIGUEREDO, Ariosvaldo. O Negro e a Violência do Branco: O Negro em Sergipe. Rio de Janeiro, Ed. J. Álvoro, 1977.

FLORENTINO, Manolo Garcia. Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995

FLORY, Thomas. "Fugitive slaves and free society: The case of Brazil". Journal of Negro History, volume LXIV, número 2, 1979.

_____. "Race and Social Control Independent Brazil". Journal of Latin American Studies, volume 9, número 2, novembro 1977.

_____. Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871, University of Texas Press, 1991, pp. 91 e segs.

FREITAS, Decio. Escravidão de Índios e Negros no Brasil. Porto Alegre, EST/ICF, 1980.

_____. Insurreições escravas. Porto Alegre, Movimento, 1976.

_____. O Escravidão Brasileiro. 2ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

_____. Palmares : A Guerra dos Escravos. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1981.

FREUDENTHAL, Aida. Os Quilombos de Angola no Século XIX, Texto

Inédito, IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, setembro de 1996.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da Família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.

FRY, Peter & VOGT, Carlos. Cafundo: A África no Brasil. Linguagem e sociedade. São Paulo, Cia. das letras, 1996

FUNARI, Pedro Paulo A. & ORSER, Jr., Charles E. "Pesquisa arqueológica inicial em Palmares", Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, Volume 18, número 2, 1994

_____. "A 'República de Palmares' e a Arqueologia da Serra da Barriga", Revista USP, número 28, 1995-6, pp. 6-13

_____. & ORSER, Jr., Charles E. "Pesquisa arqueológica inicial em Palmares", Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, Volume 18, número 2, 1994, pp. 53-69

_____. "A Arqueologia de Palmares -- Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana:", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 26-51.

_____. "Novas perspectivas abertas pela Arqueologia na Serra da Barriga", In: SCHWARCZ, Lília Moritz & REIS, Leticia Vidor de Sousa. (Orgs.) Negras Imagens: Escravidão e Cultura no Brasil, São Paulo, EDUSP, 1996, pp. 139-151.

FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1995,

_____. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas", In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 467-497.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Mairi revisitada: A Reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral do Waiãpi. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, USP, FAPESP, 1994.

GASPAR, David Barry. "Slavery, Amelioration, and Sunday Markets in Antigua; 1823 - 1831". SLAVERY & ABOLITION, volume 9, número 1, Janeiro 1990, p. 1-28.

_____. "Slavery, Amelioration and sunday markets in Antigua, 1823-1831". Slavery & Abolition, volume 9, número 1, janeiro 1990, pp. 1-28.

_____. "Working the System: Antigua Slaves and their Struggle to Live". Slavery & Abolition, volume 13, número 3, dezembro 1992, pp. 131-155;.

_____. Bondmen & Rebels. A study of Master-Slave Relations in Antigua with implications for Colonial British America., The Johns Hopkins University Press, 1985.

GEGGUS, David. "An the Eve of Haitian Revolution: Slave Runaways in Saint-Domingue in the year 1790". SLAVERY & ABOLITION, volume 6, número 3, dezembro 1985, p. 112-128.

_____. "The Enigma of Jamaica in the 1790": New Light in the causes of Slave Rebellions. William and Mary Quarterly, 44, 2 (1987), p. 274-99.

_____. "Slave Resistance Studies and the Saint-Domingue Slave Revolt: Some Preliminary Considerations". OCCASIONAL PAPERS SERIES, Latin American and Caribbean Center, Florida International University, 1983.

GENOVESE, Eugene. DA REBELIAO A REVOLUCAO : As Revoltas de Escravos nas Américas. São Paulo, Global, 1983.

GILROY, Paul. The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness. Londres, 1993.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: MITOS, EMBLEMAS, SINAIS. Morfologia e História. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GLASSMAN, Jonathan. "No Words of their Own" (Review Article), Slavery & Abolition, Volume 16, número 1, 1995

GOMES, Flávio dos Santos. "Seguindo o Mapa das Minas: Plantas e Quilombos mineiros setecentistas". Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEAA, março de 1996

_____. " 'O Campo Negro' de Iguaçu:escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)". ESTUDOS AFRO-ASIATICOS, Rio de Janeiro, número 25, dezembro de 1993 "

_____. " 'Para matar a Hidra' -- Uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara -- Séc. XIX". TEXTOS DE HISTORIA, Revista da Pós-Graduação em História da UNB, Vol. 2, número 3, 1994

_____. "Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial". Revista USP. número 28, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-96.

_____. "Escravos, quilombolas e os significados da Liberdade: a luta pela emancipação nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro". História & Perspectivas, Revista dos Cursos de História, Universidade Federal de Uberlândia, número 11, jul./Dez. 1994

_____. "Inventando uma tradição: Quilombolas na Capitania de São Paulo (1722-1811)". Pós-História, Revista de Pós-Graduação em História, São Paulo, Assis/UNESP, Volume 4, 1996

_____. "Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista". O Tempo. Revista de História da Universidade Federal Fluminense, Volume 01, abril 1996.

_____. "Mocambos e Mapas nas Minas: Novas fontes para a História Social dos quilombos no Brasil (Minas Gerais -- Séc. XVIII)", TEXTOS DE HISTORIA, Revista da Pós-Graduação em História da UNB, Brasília, Volume 2, número 4, 1994

_____. "História, Quilombos e a Invenção de Cativo e Liberdade". Cadernos do CECH, Belém, 1996, *no prelo*

_____. "Nos mundos da Escravidão: Escravos, camponeses e quilombolas no Rio de Janeiro do Século XIX", Cadernos UFS: HISTORIA, Programa de Documentação de Pesquisa Histórica, Universidade Federal de Sergipe, EDUFS, 1996

_____. "Quilombos no Rio de Janeiro no Século XIX" IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 263-290

_____. "Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na Capitania da Bahia (1575-1808)", História Social. Pós-Graduação em História/ IFCH-UNICAMP, Campinas, número 2, 1995

_____. "Uma Tradição Rebelde: Notas sobre os quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)". AFRO-ASIA. Salvador, CEAQ/UF-Ba, número 17, 1996

_____. "Repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil", In: FRY, Peter; REIS, Elisa & TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas, São Paulo, HUCITEC/ANPOCS, 1996, pp. 197-221.

_____. História de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas - Século XIX, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo, Atica, 1990.

GOENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, 1983, pp. 4-39

GOULART, Jose Alípio. DA FUGA AO SUICÍDIO (Aspectos de Rebelião dos Escravos no Brasil). Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

GOULART, Jose Alípio. DA PALMATORIA AO PATIBULO (Castigos de Escravidão no Brasil). Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

GOYCOCHEA, Luis Feliph Castilhos. A Diplomacia de Dom João VI em Caiena. Rio de Janeiro, Edições G.T.L., 1963.

GROOT, Silvia W. de. "A Comparison Between The History of Maroon Communities in Surinam and Jamaica". SLAVERY & ABOLITION, volume 6, número 3, Dezembro 1985, p. 173-184.

_____. "Maroon of Surinam: dependence and independence". IN: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur (orgs.). Comparative perspectives on slavery New World plantation societies. Nova Iorque, volume 292, 1977, pp. 455-465

_____. "Maroon Women as Ancestors, Priests and Mediums in Surinam". SLAVERY & ABOLITION, volume 7, Setembro 1986, p. 160-174.

_____. "The Maroon of Surinam: Agents of their own Emancipation". In: RICHARDSON, David. Abolition and Its Aftermath. The Historical Context, 1790-1916. University of Hull, Frank Cass, 1985, p. 54-79.

GUIMARAES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. "Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais". Pesquisas: Antropologia. São Leopoldo, (31), 1980, pp. 147-64

GUIMARAES, Carlos Magno. "O Quilombo do Ambrósio: Lenda, Documentos e Arqueologia", In: Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, Volume 16, número 1/2, pp. 161-174

_____. & REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, 1 (2): 7-36, jun. 1986

GUIMARAES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro". REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, número 6, Julho 1988

_____. "Quilombos e Brecha camponesa --- Minas Gerais (Século XVIII)". REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, Volume 8, Julho 1989

_____. "Mineração, Quilombos e Palmares. Minas Gerais no século XVIII". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 139-163

GUIMARAES, Carlos Magno. Uma Negação da Ordem Escravista. Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo, Icone Editora, 1988.

GUTMAN, Herbert G. "Interview with Herbert Gutman". (Org. Ira Berlin). Power & Culture. Essays on the American Working Class, The New Press, Nova Iorque, 1987.

HALL, Neville. "Slave use their 'free' time in the Danish Virgin Islands in the eighteenth and early nineteenth century", Journal of Caribbean History, Volume 13, 1980.

HANDELMANN, Henrich. História do Brasil. Trad. brasileira feita pelo IHGB, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1931

HARDWICK, Kevin R. "'Your Old Father abe Lincoln is Dead and Damned': Black soldiers and the Memphis Race Riot of 1866". Journal of Social History, Volume 27, número 1, 1993

HELMS, Mary W. "Negro or Indian? The Changing Indentity of a Frontier Population". IN: PESCATELLO, Ann M. Ald Roots in New Lands. Historical and Anthropological Perspectives on Black Experiences in the Americas, Greenwood, 1972, pp. 157-172.

HEMMING, Jonh. Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians, Harvard University Press, 1978.

_____. Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians, Mac-Millan London, 1987.

HEUMAN, Gad. "Introduction". SLAVERY & ABOLITION, (edição especial, Out of the House of Bondage : Runaways, Resistance and Maronage in Africa and the New World.) volume 6, número 3, Dezembro/1985, p. 1-7.

HIGGINS, Kathllen. "Masters and Slave in a Mining Society. A study os Eighteenth. Century, Sabará, Minas Gerais". Slavery & Abolition, volume 11, número 1, maio 1990,

HILTON, Anne. The Kingdom of Kongo. Oxford University Press, 1985.

HOBSBAWN, E. J.. " A outra história -- Algumas reflexões". In: KRANTZ, Frederick. A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 18-33.

HOWARD, Catherine v. "PAWANA: a farsa dos 'visitantes' entre Waiwai da Amazônia setentrional", IN: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da. Amazônia: Etnologia e história indígena..., pp. 235-6.

HUFFMAN, Thomas N. "Archaeological evidence and conventional explanations of southern Bantu Settlement patterns". AFRICA, Volume 56, número 3, 1986

HUXLEY, Francis. Selvagens Amáveis (uma Atropologista entre os índios Urubûs do Brasil). Cia Ed. Nacional, São Paulo, 1963

IANNI, Octavio. As Metamorfoses do Escravo. São Paulo, DIFEL, 1962.

JACKSON, Walter. "Melville Herskovits and the Search for Afro-American Culture", In: STOCKING, Jr., George W. Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality. The University of Wisconsin Press, 1984 [?], pp. 95-126.

JOHNSON, Howard. "The Emergence of a Peasantry in the Bahamas during Slavery". Slavery & Abolition, volume 10, número 2, Setembro 1989

JOYNER, Charles. "History as Ritual: Rites of Power and Resistance on the Slave Plantation". Australasian Journal of American Studies, Volume 5, número 1, 1986, pp. 1-9

KARASCH, Mary. "Os quilombos do Ouro na Capitania de Goiás". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 240-262

_____. Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Nova Jersey, Princeton University Press, 1987, capítulo 10: Runaways and Rebels

_____. "Catequese e Cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1889", In: CARNEIRO CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil..., pp. 397-411

KING, Johannes. "Guerrilha Warfare : A Bush Negro View". in : PRICE, Richard. (org.) MAROON SOCIETIES. Rebel Slave Communities in The Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 298-304.

KLEIN, Herbert S. & LUNA, Francisco Vidal. "Slaves and Masters in Early Nineteenth Century Brazil: São Paulo". Journal of Interdisciplinary History, Volume XXI, número 4, 1991

_____. "Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira". DADOS, Rio de Janeiro, IUPERJ, número 17, 1978, p. 3-27.

_____. A Escravidão Africana. América Latina e Caribe. São Paulo, Brasiliense, 1987.

KOPYTOFF, Barbara K. "Religious Change Among The Jamaican Maroons : The ascendance of the Christian God Within a Traditional cosmology". JOURNAL OF SOCIAL HISTORY, Primavera, 1987, p. 463-484.

LAMEGO, Alberto R. "O Carunkango". In: Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, IBGE, Rio de Janeiro, 1958, número 11, pp. 97-99

LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência : escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- _____. O Compromisso Impossível, São Paulo, Texto Mimeo., s.d.
- _____. "Do Singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos" In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 81-109
- _____. No Fio da Navalha: Entre Zumbi e Pai João. Comunicação Coordenada, XII Encontro Regional de História/ANPUH, texto mimeo., 1994
- _____. "Trabalhadores escravos". TRABALHADORES, Campinas, São Paulo, Fundo de Assistência à Cultura/Prefeitura Municipal de Campinas, 1989, p. 4-19.
- _____. 'Blowin in the Wind': Thompson e a Experiência Negra no Brasil. texto mimeo., 1994
- LATHRAP, Donald. "The 'Hunting' economies of the Tropical Forest Zone of South America: An Attempt at Historical Perspectiva". In: CROSS, D. R. (ed.) People and Cultures of Native South America: An Anthropological Reader. New York, Dowbleday, The Natuaral History Press, 1973, pp. 83-123.
- LAVINA, Javier. "Revolucion Francesa o miedo a la negritud ? Venezuela, 1790-1800". Revista de História de América, Julho-dezembro/1991.
- _____. "Afroamericanos, rebeldes cimarrones y creadores". África América Latina. Cuadernos, Barcelona, número 21, pp. 18-21.
- LAW, Robin. "Ideologies of Royal power: The dissolution and reconstruction of political authority on The 'Slave Coast', 1680-1750". AFRICA, Volume 57, número 3, 1987
- LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização, Cuiabá, UFMT/Proedi, 1982
- _____. As tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca/Prefeitura do RJ, 1993.
- LESSER, Jeffrey. "Neither Slave nor Free, Neither Black nor White: The Chinese in Early Nineteenth Century Brazil". Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Tel Aviv, volume 5 número 2, 1994, pp. 23-34
- LIMA, Carlos de. História do Maranhão. Brasília, Senado Federal, 1981.
- LIMA, Lana Lage da Gama. Rebeldia Negra e Abolicionismo. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- LINEBAUGH, Peter. "Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram". Revista Brasileira de História, número 6, São Paulo, setembro de

1983.

_____. & REDIKER, Marcus. "The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, and the Atlantic Working Class in The Eighteenth Century", Journal of Historical Sociology, vol. 3, número 3, setembro 1990.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias., São Paulo, Brasiliense, 1981.

LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964

LUIS, Washington. A Capitania de São Paulo. Governo de Rodrigo Cesar de Menezes, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938

LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: Escravos e Senhores. São Paulo, IPE/USP, 1981.

LUNA, Luis. O Negro na Luta contra a Escravidão. Rio de Janeiro, Leitura, 1968.

MACHADO, Maria Helena P.T. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão". Revista Brasileira de História., São Paulo, ANPUH/Ed. Marco Zero, volume 8, número 16, mar/ago.

_____. O Plano e o Pânico. Os Movimentos sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/EDUSP, 1994

_____. "Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX", Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEAA, número 25, dezembro 1993.

_____. Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MacLACHLAN, Colin M. "African Slavery and Economic Development in Amazonia (1700-1800)" IN: TOPLIN, Robert B. (eds) Slavery and Race Relations in Latin América. Greenwood Press, 1973, pp. 112-145.

_____. "The Indian Directorate: Forced Acculturation in Portuguese América (1757-1799)". THE AMERICAS, volume XXVIII, número 4, 1972.

_____. "The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800", in ALDEN, Dauril Colonial Roots of Modern Brazil. Papers of the Newberry Library Conference. University of California Press, 1973, pp. 228.

MacGAFFEY, Wyatt. Religion and Society in Central Africa. The Ba-

kongo of Lower Zaire. The University of Chicago Press, 1986.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações Raciais: Negros em Campinas (1888-1921). Campinas, Unicamp, 1987.

MAESTRI, Mario. "Em torno ao Quilombo". HISTORIA EM CADERNOS. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS - Mestrado em História, volume 2, número 2, 1984.

MAESTRI, Mário. "Pampa Negro -- Quilombos no Rio Grande do Sul". In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp.

MALLO, Silvia C. "La Libertad en El Discurso del Estado, de Amos y Esclavos. 1780-1830", In: Revista de História de América, número 112, julho-dezembro/1991, pp. 121-146.

MANIGAT, Leslie F. "The Relationship between Maronage and Slave Revolts and Revolution in St. Domingue-Haiti", In: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies. Volume 292, Nova Iorque, 1977, p. 420-438.

MARCILIO, Maria Luíza. A Cidade de São Paulo. Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo, Pioneira, 1973

MARSHALL, Woodville K. "Provision Ground and Plantation Labour in four Windward Islands: Competition for Resources during Slavery". SLAVERY & ABOLITION, volume 12, número 1, maio 1991, p. 49-67.

MATA MACHADO FILHO. Aires de. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1943

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. Ser Escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MAURO, Frederic. "Tensions and the transmission of tensions in the European expansion to america (1500-1900)", Plantation Society, Volume 1, número 2, junho 1979, p. 149-159.

MAXWELL, Kenneth R. "The Generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian Empire", In: ALDEN, Dauril (eds.) Colonial Roots..., pp.

_____. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil-Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Mc FARLANE, Anthony. "Cimarrones and Palenques: Runaways and resistance in Colonial Columbia". SLAVERY & ABOLITION, Volume 6, número 3, dezembro 1985.

MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão. O Ventre de Ferro e Dinheiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995

MEIRELLES, Mario M. História do Maranhão. São Luis, DASP/Serviço de Documentação, 1960.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. O Combate pelo Fato. A Franca Antártica e a Afirmação do domínio colonial Lusitana na América, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1990

MENENDEZ, Miguel. "Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira". Revista do Museu Paulista, São Paulo, USP, Volume XXVIII, 1981-1982.

MEZNAR, Joan E. "The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875", Hispanic American Historical Review, Volume 72, número 3, Agosto 1992.

MILLER, Joseph C. Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola. Arquivo Histórico Nacional, Luanda, 1995

MINTZ, Sidney W. "A note on the definition of peasantries". Journal of Peasant Studies, volume 1, número 1, outubro 1972, pp. 91-106

_____. "Slavery and the Rise of Peasantries". HISTORICAL REFLECTIONS, volume 6, número 1, Verão 1979, p. 213-253.

_____. "Slavery and Rise of pesanatries". Historical Reflections, Volume 6, número 1, 1979, pp. 213-253

_____. "The Origins of The Jamaican Market System". CARIBBEAN TRANSFORMATIONS, Aldine Publishing Company, Chicago, 1974.

_____. & PRICE, Richard. An Anthropological Aproach to the Afro-American Past: A Caribbean Perspective. Piladelfia, ISHI, 1976.

MOITT, Bernard. "Slave Women aand Resistance in the French Caribbean". In: GASPAR, David B. & HINE, Darlene Clark. More than Chattel. Black Women and Slavery in the Americas, Indiana University Press, 1996, pp. 247.

MONTEIRO, John M. "From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century" Slavery % Abolition, Volume 9, número 2, setembro 1988

_____. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

_____. "O escravo índio, esse desconhecido". IN: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.) Índios no Brasil. Brasília/MEC, 1994.

_____. Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos brasileiros: acervos das capitais. São Paulo, NHII/Usps, Fapesp, 1994.

MONTIEL, Luiz Maria Martinez. "Integration patterns and the assimilation process of negro slave in Mexico" IN: RUBIN, Vera & TUDEN, Arthur. Comparative Perspectives on Slavery in New Plantation Societies. Nova Iorque, 1977, pp. 448-9.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. Índios da Amazônia, de maioria e minoria(1750-1850). Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.

MORGAN, Philip D. "Introduction", In: Slavery & Abolition, Volume 12, número 1, maio 1991 (número especial: The slaves economy independent production by slaves in the Américas), pp. 1-27;.

MOSCOSO, Francisco. "Formas de Resistência de Los Esclavos en Puerto Rico Siglos XVI-XVIII. América Negra, número 10, 1995.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Pelas "Bandas d'Além" (Fronteira fechada e Arrendatários-escravistas em uma região policultora - 1808-1888). Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1989.

MOTT, Luis. "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 81 a 138

MOTT, Luis. "Acotundá -- Raízes setecentistas do Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro", IN: Escravidão, Homossexualidade e Demonologia, São Paulo, Icone, 1988.

MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

_____. "Reivindicação e consciência no Escravismo" In: Os Quilombos e a Rebelião Negra, São Paulo, Brasiliense, (Coleção TUDO E HISTÓRIA), 12) 1982

MULLIN, Michael. Africa in America. Slave Acculturation and Resistance in the America South and the British Caribbean, 1736-1831, University of Illinois Press, 1992.

MUNANGA, Kabengele. "Origem e Histórico do Quilombo na África", Revista USP, Volume 28, 1995-6

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Petrópolis, Vozes, 1980

NASCIMENTO, Maria Beatriz. "O Quilombo de Jabaquara". REVISTA DE CULTURA VOZES, Petrópolis, 73(3):16-18, Abril 1979

NEME, Salete Maria Nascimento. A Utilização da mão-de-obra indígena na região do Rio de Janeiro na segunda metade do Século XVI, Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1985

NETO, M.C. "Kilombo, Quilombos, Ocilombo...". Revista Mensagem, Secretaria de Estado de Cultura, Luanda, 1989.

NEVES, Erivaldo Fagundes. "Escravidão e Policultura". CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, UFPe, número 15, 1994, pp. 73-98.

NOGUEIRA, Oracy. "Relações Raciais no Município de Itapetininga". IN: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. (Orgs.) Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, São Paulo, Ed. Anhembi Ltda, 1955.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "'Remanescentes de Quilombos' na fronteira Amazonica", In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1995.

OILIAM, Jose. O Negro na Economia Mineira, Belo Horizonte, 1993

ORSER, Jr., Charles E. "Toward a Global Historical Archaeology: an Example from Brazil". Historical Archaeology, Volume 28, número 1, 1994

ORSER, Jr., Charles E. A Historical Archaeology of the Modern World, Nova Iorque, Plenum Press, 1996

ORTEGA, Miguel Angel. La Esclavitud en el Contexto Agropecuario Colonial - Siglo XVIII. Caracas, CONAC, 1992.

OSCAR, João. Escravidão & Engenhos. Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, 1985.

_____. Curukango Rei, Ed. Cromos, Niterói, 1988

PALACIOS, Guillermo. "Campesinato e Escravidão: Uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, C. 1700-1875", DADOS, Revista de Ciências Sociais, Volume 30, número 3, 1987

PALMIE, Stephan. (org.). Slave Cultures and the Cultures of Slavery. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1995.

PAQUETE, Robert L. "Social History Update: Slave Resistance and Social History", Journal of Social History, 1991.

_____. Sugar is Made with Blood. The Conspiracy of la Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba. University Press, Middletown, Connecticut, 1989.

PARISH, Peter J. Slavery. History and Historians, Nova Iorque, 1989.

PASSOS, Alexandre. O Rio no Tempo do "Onça". Século XV ao XVIII. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1965 (primeira edição em 1930)

PATTERSON, Orlando. "Esclavos y Revueltas esclavas: analisis sociohistorico de la primeira guerra cimarrona, 1665-1740", In: PRICE, Richard. (org). Sociedades Cimarronas. Comunidades esclavas rebeldes en las Americas, Madrid, Ed. Siglo Vientiuno, 1981, pp. 187-235.

PEDREIRA, Pedro Tomás. "Os Quilombos Baianos". Revista Brasileira de Geografia, São Paulo, Outubro-Novembro de 1962

_____. "Sobre o Quilombo 'Buraco do Tatu'". Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 10(7): 7-10, 1979

_____. Os Quilombos Brasileiros. Salvador, 1973

PENA, Eduardo Spiller. "Escravos, Libertos e Imigrantes: Fragmentos da Transição em Curitiba na segunda metade do século XIX". História: Questões & Debates. Curitiba, volume 9, número 16, junho 1988

PÉREZ, Berta E. "Versions and Images of Historical Landscape in Aripao, a maroon descendant community in Southern Venezuela". América Negra, número 10, 1995.

PERRONE-MOISES, Beatriz. "Índios Livres e Índios escravos. Os princípios da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII)" in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). Histórica dos Índios no Brasil..., pp. 115-132.

PETRONI, Maria Thereza Schorer. A lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo, Difel, 1968

PHILALETHES, Demoticus. "Hunting The Maroon With Dogs in Cuba" in: PRICE, Richard (org.). MAROON SOCIETIES. Rebel Slave Communities in The Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 60-63.

PIERSON, Donald. Branços e Pretos na Bahia: estudo de contacto racial, Ed. Nacional, 1977

PLA, Josefina. Hermano Negro. La Esclavitud en el Paraguai. Madrid, Paraninfo, 1972.

POLLAK-ELTZ, Angelina. "Slave Revolts in Venezuela". in: RUBIN, Vera e TUDEN, Arthur. (orgs.) Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies. volume 292, Nova Iorque, 1977, p. 439-445.

PORRO, Antonio. "Os Solimões ou Jurimaguas. Território, Migrações e Comércio Intertribal". Revista do Museu Paulista, São Paulo, USP, volume XX/XXI, 1983-1984,

PRICE, Richard. "Resistance to Slavery in the Americas: Maroons

and their Communities". INDIAN HISTORICAL REVIEW, número 15, Volume 1-2 (1988-89)

_____. "Subsistence on The Plantation Periphery : Crops, Cooking and Labour Among Eighteenth-Century Suriname Maroons". SLAVERY & ABOLITION, volume 12, número 1, maio 1991, p. 107-127.

_____. (org.). MAROON SOCIETIES. Rebel Slave Communities in The Americas. 2ª ed., The Johns Hopkins University Press, 1979.

_____. (org.). Sociedades Cimarronas. Comunidades escravas rebeldes en las Americas, Madrid, Ed. Siglo Vientiuno, 1981

_____. Alabi's world. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1990

_____. First-Time: The Historical Vision of Afro-American People. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1983

_____. To Slay The Hydra: Ducht Colonial to Perspective on the Saramaka Wars, Arbor, Karona, 1983.

_____. "Palmares como poderia ter sido", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 52-59

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Rebeldia Escrava e Historiografia". ESTUDOS ECONOMICOS, São Paulo, IPE-USP, volume 17, número especial, 1987, p. 7-35.

_____. Escravidão Negra em São Paulo (Um estudo das tensões provocadas pelo Escravismo no século XIX). Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

RAMOS, Arthur. A Aculturação Negra no Brasil, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, 1942.

_____. As Culturas Negras no Novo Mundo. 3ª edição, São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1979.

_____. O Negro Brasileiro. 1ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1935.

_____. O Negro na Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1953.

RAMOS, Donald. "Community, Control and Acculturation a case study in Eighteenth Century". The Americas, volume 42, número 4, 1986, pp. 419-451

_____. "O Quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII", IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 164-192

REIS, Arthur Cezar Ferreira. "A ocupação de Caiena", in: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, Difel, 1979, vol. Tomo III, p. 271.

_____. "Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. Documentários". RIHGB, Rio de Janeiro, volume 235, 1957.

_____. A expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro, SPVEA, 1959.

_____. A política de Portugal no Vale Amazônico. Belém, 1940.

_____. A expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Belém, SPVEA, 1959

_____. A Amazônia e a cobica internacional. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1960.

_____. Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia. Manaus, Governo do Estado, 1966.

_____. O Estado do Maranhão - Catequese do gentio - Rebeliões - Pacificação. Separata do II volume dos Anais do IV do Congresso de História Nacional. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950

_____. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, 2 volumes.

REIS, João José. "Magia Jeje na Bahia : A Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785". REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, volume 8, número 16, mar./ago. 1988, p. 233-84.

_____. "O Jogo duro do dois de Julho : O 'partido negro' na independência da Bahia". in : REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito : A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 233-84.

_____. "O levante dos males : uma interpretação política". in : REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito : A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 99-122.

_____. "O Mapa do Buraco do Tatu", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio...., pp. 501 a 505

_____. Slave Rebellion in Brazil. The Muslim Uprising of 1835 in Bahia, The Johns Hopkins University Press, 1993.

_____. "Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, em 1806",

In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 332-372

_____. "Quilombos e Revoltas escravas no Brasil -- 'Nos achamos em campo a tratar da liberdade'. Revista USP, São Paulo, Volume 28, dezembro/Fevereiro, 1995-6

_____. "Recôncavo Rebelde : Revoltas Escravas nos Engenhos Baianos". AERO-ASIA, Salvador, número 15, 1992, p. 100-126.

_____. "Resistência escrava em Ilhéus". ANAIIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, número .44, 1979, p. 285-97.

_____. "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil". Revista USP, número 28, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-96, pp. 14-40.

_____. "Resistência escrava na Bahia. 'Podemos brincar, folgar e cantar...': O Protesto escravo na América". IN: AERO-ASIA, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, número 14, Dezembro de 1983, pp. 107-122

_____. "Um Balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia". in: REIS, João José. (org.) Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o negro no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 87-140.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. "Uma história da Liberdade", In: Liberdade por um fio..., pp. 9-25

_____. Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.

REIS, Liana Maria. "Mulheres de Ouro: As Negras de Tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII". Revista do Departamento de História, número 8, 1989

RIBEIRO, Darcy. Diários Índios. Os Urubus-Kapor. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão (1850-1888), São Luís, SIOGE, 1990.

RIBEIRO, Maria José Bastos. Memória de uma época (1819-1924). Rio de Janeiro, Rodrigues & Cia., 1942

RICCI, Magda Maria de Oliveira. "Nas Fronteiras da Independência". Um Estudo sobre os significados da Liberdade na Região de Itu (1779-1822), Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. 5ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

ROUT JR., Leslie B. The African Experience in Spanish American, 1502 to The present day. Cambridge University Press, 1976.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Colonial Brazil", In: COHEN, David & GREENE, Jack P. Neither Slave nor free. The Freedman of African descent in Slave Societies of the New World. The Johns Hopkins University Press, 1972.

_____. The Black Man in Slavery and freedom in Colonial Brazil. MacMillan Press, Londres, 1982.

SALLES, Vicente. O Negro na Para, sob o regime da escravidão. Belém, FGV, 1971.

SANTOS, Ana Maria dos. Vida Econômica de Itaboraí no Século XIX. Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1974.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. "Algumas notas para o Estudo da Economia de São Paulo no final do século XVIII". Estudos Históricos, Marília, números 13 e 14, 1975

_____. O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1993

_____. Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808), Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1980

SANTOS, Maria Januária Vilela. A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão. São Paulo, Ed. Atica, 1983.

SANTOS, Roberto A. de O. História da Amazônia: 1800-1920. São Paulo, T.A. QUEIROZ, 1980.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888). São Paulo, IPE-USP, 1980

SAUNDERS, D. Gail. "Slave Life, Slave Society and Cotton Production in The Bahamas". SLAVERY & ABOLITION, volume 11, número 3, Dezembro 1990, p. 332-350.

SCARANO, Julita. Cotidiano e Solidariedade. Vida diária da Gente de Cor nas Minas Gerais. Século XVIII. São Paulo, Brasiliense, 1994

SCHWARCZ, Lília Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil -- 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993

_____. Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Cia. das Letras, 1987,

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na so-

cidade colonial, 1550-1835. São Paulo, Cia. das Letras, 1988, pp. 384 e 449.

_____. "Padroes de propriedade de escravos nas Américas; nova evidência para o Brasil". ESTUDOS ECONOMICOS, São Paulo, 13(1): 259-96, 1983

_____. "Cantos e Quilombos numa conspiração de escravos haussás". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 332-372

_____. "Recent Trends in the Study of Slavery in Brazil". LUSO - BRAZILIAN REVIEW, volume 25, número 1, verão 1988, p. 1-25.

_____. "Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil : The Slaves View of Slavery". HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW, Duke University Press, volume 57, número 1, p. 69-81.

_____. "The Mocambo : Slave Resistance in Colonia Bahia". in : PRICE, Richard. (org.) MAROON SOCIETIES. Rebel Slave Communities in The Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 202-228.

_____. Slaves, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery University of Illinois Press, 1992.

_____. "Mocambos, Quilombos e Palmares : A Resistência Escrava no Brasil Colonial". ESTUDOS ECONOMICOS. São Paulo, IPE-USP, volume 17, número especial, 1987, p. 61-88.

SCHWENINGER, Loren. "The Undeside of Slavery: The Internal Economy, Self-Hire, and Quasi-Freedom in Virginia". Slavery & Abolition, volume 12, número 2, setembro 1991.

SCOTT, Julius Sherrard, III. The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era the Haitian Revolution, Tese PH.D, Duke University, 1986

SERVLNIKOV, Sergio. "Disputed Imagens of Colonialism: Spanish Rule and Indian Subversion in Northern Potosí, 1777-1780". Hispanic America Historical Review, volume 76, número 2, maio de 1996.

SHARPE, Jim. "A História vista de baixo", In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

SHERIDAN, Richard B. "The Maroon of Jamaica, 1730-183: Livelihood, Demography and Health". Slavery & Abolition, volume 6, número 3, dezembro 1985.

SILVA, Eduardo. "A função ideológica da brecha camponesa". In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negoociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Cia. das Letras,

1989, pp. 22-31.

_____. "Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia", JORNAL DO BRASIL, de 18.08.1985, Caderno Especial, pp. 3

SILVA, Maria Manuela Ramos de Sousa. Os Produtos coloniais e a economia europeia do Século XVIII: uma análise do movimento de exportação do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1981

SILVA, Marilene. "O Absolutismo Lusitano da Amazonia". In: Amazonia em Cadernos, Manaus, UNAMAN, 1992, pp. 16-60.

SLENES, Robert W. "'Malungu, Ngoma vem!': Africa coberta e descoberta no Brasil". REVISTA USP, número 12 (dez./jan./fev., 1991-1992).

_____. "Lares Negros, Olhares Brancos : Histórias da Família Escrava no Século XIX". REVISTA BRASILEIRA DE HISTORIA, São Paulo, volume 8, número 16, mar./ago. 1988, p. 189-203.

_____. "Na Senzala, uma Flor: 'As esperanças e as recordações' na formação da Família escrava, Texto inédito, 1994

_____. "Central-African Water Spirits in Rio de Janeiro: Slave identify and Rebellion in Early-Nineteenth Century Brazil". Texto inédito, abril 1995.

_____. Bávaros e Bakongo na "Habitação de Negros": Johann Moritz Rugendas e a invenção do povo brasileiro, versão de abril de 1995

_____. "As provações de um Abrão africano: a nascente nação brasileira na viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas". Revista de História da Arte e Arqueologia, número 2, IFCH/UNICAMP, 1995-96, pp. 271-536

SOARES, Carlos Eugênio Libano. A Negregada Instituição. Os Capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994

SOARES, Flávio José Silva. Escravidão no Maranhão do século XIX: situações e características das fugas nos anos oitenta, São Luís, UFMA, monografia de Bacharelado, julho/1988.

SOCOLOW, Susan Migden. "Spanish Captive in Indian Societies: Cultural Contact along the Argentine Frontier, 1600-1835", Hispanic American Historical Review, Volume 72, 1992.

SOUSA, Jose Antônio Soares. "Quilombo de Bacaxá". RIHGB, Volume 253, 1961-62

SOUSA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: pobreza minei-

ra no século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 113

_____. "Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas -- Minas Gerais, 1769", In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um Fio...., pp. 193-212

SOUZA, Paulo César. A SABINADA : a revolta separatista da Bahia (1837), São Paulo, Brasiliense, 1987.

STEDMAN, Captain J.G. "Guerrilha Warfare : A European Soldier's View". in : PRICE, Richard. (org.) MAROON SOCIETIES. Rebel Slaves Communities in The Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 305-311.

STEIN, Stanley. Vassouras. Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

STUCKEY, Sterling. Slave Culture : Nationalist Theory and The Foundations of black America, Nova Iorque, 1987.

SWEENEY, Robert. "Outras Canções de Liberdade : Uma Crítica de Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram". REVISTA BRASILEIRA DE HISTORIA. São Paulo, volume 8, número 16, mar.88/ago.88, p.205-219.

SWEET, David G. "Black Robes and 'Black Destiny': Jesuit Views of African Slavery in 17 th Century Latin America". Revista de História de América, México, número 86, junho-dezembro/1978.

_____. A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640-1750, Tesis Ph.D, The University of Wisconsin, 1974.

TANNENBAUM, Frank. Slave and Citizen, the Negro in The Americas, Nova Iorque, Vintage Books, 1947.

TAUNAY, Affonso de E. História da Cidade de São Paulo no Século XVIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1934, 2º Tomo, pp. 124-5 e 132-3

_____. Ensaio da História Paulistana, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1941

TAVARES, Luiz Henrique Dias. "Escravos no 1798". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, número 34, 1992.

TAYLOR, Clare, "Planter Comment Upon Slave Revolts in 18th Century Jamaica". SLAVERY & ABOLITION, volume 3, número 3, Dezembro 1982, p. 243-253.

THOMPSON, E. P.. "La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". TRADICION, REVUELTA Y CONSCIENCIA DE CLASE. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial. Bar-

celona, Editorial Critica, 1979. p. 62-134.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. 3 volumes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. "A História vista a partir de baixo", In: TEXTOS DIDÁTICOS, IFCH/UNICAMP, 1995, pp. 17-32.

THORNTON, John K. "African Dimensions of The Stono Rebellion". THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW, volume 96, número 4, Outubro 1991, p. 1101-1113.

_____. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680, Cambridge University Press, 1992.

_____. The Kingdom of Kongo. Civil War and Transition, 1641-1718. The University of Wisconsin Press, 1983.

_____. "An The Trail of Voodoo : African Christianity in Africa and The Americas". THE AMERICAS, XLIV, número 3, Janeiro 1988, p. 261-278.

_____. "The Art of War in Angola, 1575-1680". COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY, Volume 30, número 2, Abril de 1988, p. 368-371

_____. "Legitimacy and Political power: Queen Njinga, 1624-1663". JOURNAL OF AFRICAN HISTORY, 32 (1991), pp. 35-6

TOMICH, Dale. "Une Petit Guinee: Provision Ground and Plantation in Martinique, 1830-1848". SLAVERY & ABOLITION, volume 12, número 1, maio 1991, p. 68-91.

_____. Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the World economy, 1830-1848. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1990

TOPLIN, Robert B. "Abolition and the Issue of the Black Freedman's Future in Brazil". Slavery and Race Relations in Latin America: Contributions in Afro-American Studies, Londres, 1974, pp. 253-276

TORAL, Andre Amaral. "Os índios negros ou os Carijós de Goiás: A História dos Avá-Canoeiro". Revista de Antropologia, São Paulo, FFLCH/USP, Volumes 27 e 28, 1984/85, pp. 287-342

TURNER, Mary. "Slave Workers, Subsistence and Labour Bargaining: Amity Hall, Jamaica, 1805-1832". SLAVERY & ABOLITION, volume 12, número 1, maio 1991, p. 92-102.

VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos índios catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

_____. "Deus contra Palmares - Representações e idéias jesuíticas". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 60-80

_____. Ideologia & Escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis, Vozes, 1986.

VALE, José Ribeiro de Sá. Geografia do Maranhão, 9ª edição, Maranhão, 1946

VALLEJOS, Julio Pinto. "Slave Control and Slave Resistance in Colonial Minas Gerais, 1700-1750". Journal of Latin American Studies, volume 17, parte I, maio 1985, pp. 23-5

VERGOLINO - HENRY, Anaiza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. A presença Africana na Amazônia Colonial. Uma notícia histórica, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990.

VIANA, Helio. São Paulo no Arquivo de Matheus. Rio de Janeiro, Div. de Publicações e Divulgação, 1969

VIANNA, Urbano. Bandeiras e Sertanistas Bahianos. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935

VIANNA FILHO, Luís. O Negro na Bahia. Rio de Janeiro, 1946.

VIEIRA FILHO, Domingos. A Escravidão negra através de anúncios de jornal. Maranhão, Departamento de Cultura, 1968.

VIEIRA, Hermes. Bandeiras e Escravismo no Brasil, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. "História, Metáfora e Memória: A Revolta de Escravos de 1823 em Demerara". REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, volume 9, número 1, 1988, p. 7-20.

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão (1612-1895), São Paulo, Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O Marmore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem". REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo, USP, 1992, volume 35.

VLACH, John M. (org.) In: BY THE WORK OF THEIR HANDS. Studies in Afro-American Folklife. University Press of Virginia, 1992.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Cativos do Sertão. Vida Cotidiana em Cuiabá em 1850-1888, São Paulo, Ed. Marco Zero/Ed. UFMT, 1993, pp. 187 a 197

_____. "Quilombos em Mato Grosso - Resistência negra em área de fronteira". IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio..., pp. 222-226

_____. A Conquista da Terra no universo da Pobreza. Formação da Fronteira Oeste do Brasil, 1719-1819, São Paulo, Hucitec, 1987.

WHITEHEAD, Neil L. Lords of the Tiger Spirit. A History of the Caribs in Venezuela and Guyana, 1498-1820. Foris Publications, 1988.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão, Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos. Vivências ladinas: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1989.

WOOD, Betty. "White Society' and the Informal' Slave Economies of Lowcountry Georgia, c.1763-1830". SLAVERY & ABOLITION, volume 11, número 3, Dezembro 1990, p. 313-331.

ZAMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1990